NOVA EJA MODERNA

Organizadora: Editora Moderna
Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna.

Editor responsável:
Cesar Brumini Dellore

MUNDO DO TRABALHO E TERRITÓRIOS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Área de conhecimento:
Práticas do Mundo do Trabalho e Territórios

VOLUME ÚNICO

1º segmento
Etapas 3 e 4

MANUAL DO PROFESSOR

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO. VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO.
PNLD 2026 - EJA
Código da obra:
0003 P26 01 01 211 000

MODERNA

MODERNA

NOVA EJA MODERNA

MUNDO DO TRABALHO E TERRITÓRIOS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

VOLUME ÚNICO

1º segmento • Etapas 3 e 4

Área de conhecimento: Práticas do Mundo do Trabalho e Territórios

Organizadora: Editora Moderna

Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna.

Editor responsável:
Cesar Brumini Dellore

Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo.
Editor e elaborador de materiais didáticos.

MANUAL DO PROFESSOR

1ª edição
São Paulo, 2024

MODERNA

MODERNA

Elaboração dos originais:

Ana Carolina dos Santos
Mestra em Ciências, no Programa: História Social, pela Universidade de São Paulo. Foi professora em curso de Educação de Jovens e Adultos em escolas municipais de Diadema (SP). Professora da educação básica em escolas municipais de Campos do Jordão (SP).

Ana Carolina F. Muniz
Bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo. Bacharela em Artes Visuais pela Universidade de São Paulo. Editora e elaboradora de materiais didáticos.

Andrea de Marco Leite de Barros
Mestra em Ciências, no Programa: Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo. Editora e elaboradora de materiais didáticos.

Bruno Leite
Bacharel e licenciado em Letras pela Universidade de São Paulo. Redator e editor de materiais didáticos e paradidáticos.

Camila Koshiba
Doutora em Ciências, no Programa: História Social, pela Universidade de São Paulo. Professora, editora e elaboradora de materiais didáticos.

Fernanda Sposito
Concluiu pós-doutorado no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. Professora, autora e elaboradora de materiais didáticos.

Gabriel Rath Kolyniak
Licenciado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Editor.

Helen Martinez
Especialista em Teoria Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Psicóloga pela Universidade São Marcos (SP). Professora em cursos de educação profissional da Educação de Jovens e Adultos de escolas particulares de São Paulo.

Henrique Pavan Beiro de Souza
Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (SP). Professor em cursos de educação profissional da Educação de Jovens e Adultos de escolas particulares de São Paulo. Professor no Ensino Superior público e privado. Autor de materiais didáticos.

Maíra Fernandes
Mestra em Arquitetura e Urbanismo, no Programa: Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de São Paulo. Professora e elaboradora de materiais didáticos.

Marcos Magri
Bacharel em História pela Universidade de São Paulo. Professor, editor, consultor e leitor técnico de materiais didáticos.

Rafael da Ponta Vicente
Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Professor de Geografia da educação básica de escolas particulares de São Paulo.

Raphael Macedo de Oliveira
Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Licenciado em Sociologia pela Faculdade Alfa (SP). Professor da Educação de Jovens e Adultos e coordenador de gestão pedagógica da área de Ciências Humanas e Sociais de escolas públicas de São Paulo.

Robson Edgar Rocha
Mestre em Ciências, no Programa: Geografia (Geografia Humana), pela Universidade de São Paulo. Professor, editor e autor de materiais didáticos.

Tathiane Gerbovic
Doutora em Ciências, no Programa: História Econômica, pela Universidade de São Paulo. Professora, editora e elaboradora de materiais didáticos.

Thais R. Videira
Bacharela e licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Editora e elaboradora de materiais didáticos.

Organizador dos objetos digitais: Cesar Brumini Dellore

Elaboradores dos objetos digitais: André dos Santos Araújo, Andrea de Marco Leite de Barros

Edição de texto: Andrea de Marco Leite de Barros, Robson Edgar Rocha, Thais R. Videira

Preparação de texto: Maria Alice Gonçalves

Gerência de planejamento editorial e revisão: Maria de Lourdes Rodrigues

Coordenação de revisão: Elaine C. del Nero, Mônica Rodrigues de Lima

Revisão: Ana Cortazzo, Ana Maria C. Tavares, Dirce Y. Yamamoto, Nancy H. Dias, Renato da Rocha, Sirlene Prignolato, Tatiana Malheiro

Gerência de *design*, produção gráfica e digital: Patricia Costa

Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite

Projeto gráfico: Everson de Paula, Mariza de Souza Porto

Capa: Everson de Paula, Bruno Tonel, Mariza de Souza Porto
Foto: Homem utilizando *tablet*.
klebercordeiro/iStock/Getty Images

Coordenação de produção gráfica: Aderson Oliveira

Coordenação de arte: Mônica Maldonado, Wilson Gazzoni Agostinho

Edição de arte: Izabel Donaire

Editoração eletrônica: Izabel Donaire

Coordenação de pesquisa iconográfica: Flávia Aline de Morais

Pesquisa iconográfica: Renate Hartfiel, Junior Rozzo

Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues

Tratamento de imagens: Ademir Baptista, Ana Isabela Pithan Maraschin, Vânia Maia

Pré-impressão: Alexandre Petreca, Marcio H. Kamoto

Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro

Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nova EJA Moderna mundo do trabalho e territórios : volume único / organizadora Editora Moderna ; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna ; editor responsável Cesar Brumini Dellore. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2024.

Área de conhecimento: Práticas do mundo do trabalho e territórios.
ISBN 978-85-16-13910-0 (aluno)
ISBN 978-85-16-13912-4 (professor)

1. Educação de Jovens e Adultos (Ensino fundamental) 2. Livros-texto (Ensino fundamental) I. Dellore, Cesar Brumini.

24-200563 CDD-372.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação de Jovens e Adultos : Ensino integrado : Livros-texto : Ensino fundamental 372.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Canal de atendimento: 0303 663 3762
www.moderna.com.br
2024
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

MODERNA

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) professor(a),

Este Manual do Professor está dividido em três partes.

Na primeira, intitulada "Orientações gerais", você encontrará um histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, reflexões sobre as particularidades do ensino para esse segmento, considerações sobre avaliação e planejamento das aulas, sugestões de práticas pedagógicas e reflexões sobre abordagens de violência e saúde mental no contexto da educação.

A segunda parte, intitulada "Orientações específicas da obra", é destinada a explicitar os pressupostos teórico-metodológicos que embasaram a elaboração deste livro, assim como seus objetivos gerais. Nela, você também encontrará a apresentação da organização do Livro do Estudante e sugestões de cronograma para o trabalho com ele.

A terceira parte é composta da reprodução das páginas do Livro do Estudante com orientações em suas laterais para o desenvolvimento das propostas em sala de aula.

Assim, este manual foi elaborado para contribuir com reflexões, aprendizados e sugestões de trabalho para essa obra de Educação de Jovens e Adultos. As orientações não devem, porém, ser entendidas como um modelo a ser seguido, mas como um complemento à sua formação e experiência como professor.

Esperamos que dessa forma possamos contribuir para tornar os processos de ensino e de aprendizagem mais significativos para os jovens e adultos que estão retomando os estudos.

Bom trabalho!

MODERNA

SUMÁRIO

Orientações gerais MP006

A construção da Educação de Jovens e Adultos MP006

Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil MP007

Docência e intervenção social MP012

Avaliação e planejamento MP017

Práticas pedagógicas com estudantes da Educação de Jovens e Adultos MP020

Metodologias e organização da sala de aula MP022

Propostas de trabalho interdisciplinar MP022

Estratégias de trabalho com estudantes-trabalhadores MP023

A construção do pensamento científico MP025

Capacidades de analisar, argumentar e inferir MP026

Estratégias para identificação e atendimento de educandos com dificuldades de aprendizagem MP030

Abordagens da violência no contexto da educação MP033

Mediação de conflitos MP034

Sugestões de atividades MP036

Manifestações da violência de gênero MP038

Sugestões de atividades MP040

Educação e saúde mental MP043

Sugestões de atividades MP043

Orientações específicas da obra MP048

Pressupostos teóricos MP048

Mundos do trabalho: um campo de estudo MP048

O mundo do trabalho: da Antiguidade à Época Moderna MP050

Colonização das Américas, exploração dos povos indígenas e africanos e impactos no Brasil independente MP053

As mulheres e as questões de gênero MP056

O mundo do trabalho e o avanço das tecnologias no Brasil atual MP059

Relações espaciais da globalização MP061

O trabalho no mundo da Educação de Jovens e Adultos MP063

Objetivos gerais da obra MP064

Abordagem e articulação dos conteúdos MP065

MODERNA

Propostas de avaliação ... MP066
Avaliação diagnóstica ... MP066
Monitoramento de aprendizagens ... MP067
Preparação para exames de larga escala ... MP068
Estrutura e organização do volume ... MP068
Estrutura do Livro do Estudante ... MP068
Orientações específicas do Livro do Estudante ... MP070
Ordenação dos conteúdos e cronograma ... MP071
Sugestões de cronograma ... MP071
Referências bibliográficas comentadas ... MP073
Referências bibliográficas complementares comentadas ... MP077

Orientações específicas do Livro do Estudante ... 1

Unidade 1 ... 12
Capítulo 1 ... 13
Capítulo 2 ... 30
Capítulo 3 ... 42
Unidade 2 ... 56
Capítulo 4 ... 57
Capítulo 5 ... 72
Capítulo 6 ... 86
Prática integradora ... 100
Avaliação ... 102
Unidade 3 ... 104
Capítulo 7 ... 105
Capítulo 8 ... 118
Capítulo 9 ... 132
Unidade 4 ... 146
Capítulo 10 ... 147
Capítulo 11 ... 162
Capítulo 12 ... 176
Prática integradora ... 190
Avaliação ... 192

MODERNA

Orientações gerais

A construção da Educação de Jovens e Adultos

Desde 1949, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura organiza, aproximadamente de doze em doze anos, Conferências Internacionais de Educação de Adultos (Confintea), que dão visibilidade internacional às iniciativas educacionais voltadas a esse público. Essas conferências foram realizadas na Dinamarca (1949), no Canadá (1963), no Japão (1972), na França (1985), na Alemanha (1997), no Brasil (2009) e no Marrocos (2022).

A Confintea realizada no Brasil, em Belém, capital do estado do Pará, em dezembro de 2009, foi a primeira edição da conferência em um país do hemisfério sul. No documento resultante do encontro de delegações de 144 países, lê-se:

> [...] estamos convictos de que aprendizagem e educação de adultos preparam as pessoas com conhecimentos, capacidades, habilidades, competências e valores necessários para que exerçam e ampliem seus direitos e assumam o controle de seus destinos. Aprendizagem e educação de adultos são também imperativas para o alcance da equidade e da inclusão social, para a redução da pobreza e para a construção de sociedades justas, solidárias, sustentáveis e baseadas no conhecimento.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. **Marco de ação de Belém**. Brasília, DF: Unesco; Confintea VI; Ministério da Educação, 2010. p. 7.

Essa declaração expressa os princípios norteadores da Educação de Jovens e Adultos e sua importância para a construção de uma sociedade mais justa, que ofereça a todos, sobretudo àquelas pessoas que, por diferentes motivos, não frequentaram ou abandonaram a escola, a oportunidade de iniciar ou retomar seus estudos, independentemente da fase da vida em que se encontram, para que estejam preparadas para um mundo em um processo de constantes e aceleradas transformações.

Em junho de 2022, a sétima Confintea, organizada em Marrakech, no Marrocos, referendou os princípios da Conferência Internacional de 2009. Foi então reafirmado o conceito de **aprendizagem ao longo da vida**, visto como parte essencial da garantia do direito à educação. O documento *CONFINTEA VII Marco de Ação de Marrakech: aproveitar o poder transformador da aprendizagem e educação de adultos*, referendado pelos 142 países participantes da Confintea VII, deve atender a três áreas fundamentais de aprendizagem:

- alfabetização e habilidades básicas;
- educação continuada e habilidades profissionais;
- habilidades para a cidadania.

O documento ressalta a importância da aprendizagem ao longo da vida como um caminho para a transformação da sociedade e manutenção da democracia.

> [A] AEA [Aprendizagem e Educação de Adultos] pode constituir uma resposta política poderosa para consolidar a coesão social, melhorar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, garantir a paz, fortalecer a democracia, melhorar o entendimento cultural, eliminar todos os tipos de discriminação, bem como promover a convivência pacífica e a cidadania ativa e global.
>
> CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. **Marco de ação de Marrakech**: aproveitar o poder transformador da aprendizagem e educação de adultos. Hamburgo: Instituto da Unesco para a Aprendizagem ao Longo da Vida, 2022. p. 4.

De acordo com o *Marco de ação de Marrakech*, a educação e a aprendizagem de adultos, que no Brasil é realizada pela oferta da Educação de Jovens e Adultos, é essencial para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Abrem-se, assim, novas perspectivas para a construção contínua dessa modalidade de estudo, garantindo que a ascensão individual das pessoas diretamente atendidas por essa modalidade integre o objetivo maior de promover a sustentabilidade social, econômica e ambiental com a mobilização de esforços que envolvam a sociedade em seu conjunto.

Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil pode ser contada por meio das suas diferentes concepções pedagógicas e das políticas públicas que, ao longo dos anos, tiveram como objetivo aplicá-las na prática educativa.

As primeiras escolas brasileiras para adultos datam dos anos 1920. Elas foram criadas com o objetivo de formar mão de obra para atender aos imperativos da urbanização e da industrialização crescentes. Com a Constituição de 1934, tornou-se dever do Estado assegurar o ensino primário de adultos no sistema público de educação.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgados no *Anuário estatístico do Brasil 1979*, nos anos 1940, o índice de analfabetismo da população do Brasil como um todo era de 54,5%, ou seja, mais da metade da população brasileira era analfabeta.

Em resposta a esses altos índices de analfabetismo, o governo federal lançou, em 1947, a Campanha Nacional de Educação de Adultos. As metas desta campanha eram ambiciosas: esperava-se alfabetizar os estudantes em um tempo médio de três meses, por meio de uma cartilha que constituiu o primeiro material didático para adultos produzido no país.

MODERNA

Apesar de sua importância histórica como esforço inédito de promover a alfabetização em massa, a campanha foi extinta no final dos anos 1950. Durante sua curta vigência, a experiência também gerou críticas que apontavam, entre outros aspectos, a falta de adaptação à diversidade cultural brasileira e de propostas pedagógicas adequadas ao público adulto.

Na época em que a campanha foi concebida e posta em prática, o analfabetismo era visto como fator decorrente de uma suposta incapacidade do adulto que o levaria à condição de pobreza – que historicamente permeia a maior parte da população impossibilitada de frequentar a escola no período regularmente previsto. Nesse contexto, os intentos da alfabetização e escolarização de adultos respondiam à demanda de ampliação do contingente supostamente apto ao trabalho e à vida cívica.

O trabalho do educador e filósofo pernambucano Paulo Freire, referência mundial na área da educação, apresentou uma nova visão sobre a abordagem da alfabetização de adultos. Seu método partia do pressuposto de que o professor deveria estabelecer um diálogo inicial com os estudantes a fim de conhecer a realidade cultural e identificar os vocábulos que eles empregavam. O professor deveria então selecionar palavras com base nas quais seria realizado um exame crítico da realidade mais imediata dessas pessoas e um posterior ensino da escrita e da leitura. Essas palavras eram designadas como **palavras geradoras**.

Em 1963, a Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte convidou Paulo Freire para testar em um programa de larga escala suas ideias sobre alfabetização de adultos (Lyra,1996, p. 15), e o município escolhido para a primeira experiência foi Angicos. Ali, foi testado, com um grupo de professores sob a coordenação de Paulo Freire, o método que prometia, por meio de um curso de 40 horas de duração, alfabetizar adultos e, ao mesmo tempo, promover discussões sobre a realidade social que eles vivenciavam.

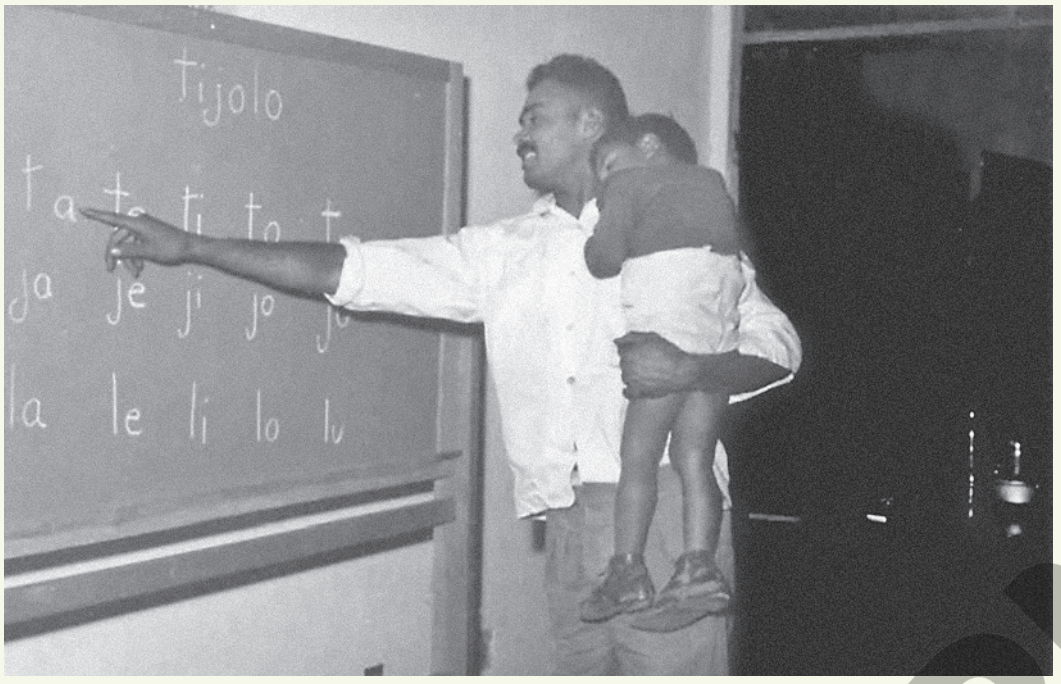
Nas experiências iniciais feitas pelo grupo de professores, as palavras geradoras eram apresentadas juntamente à projeção de *slides* com elementos visuais também relacionados ao local onde eles viviam. Durante a análise das palavras escritas, as palavras geradoras eram decompostas em sílabas, e as sílabas eram apresentadas agrupadas, sendo associadas às diferentes vogais, com a solicitação de que os estudantes apontassem qual foi a forma empregada em cada palavra.

A ideia de que a leitura do mundo deveria preceder a leitura da palavra conferia um lugar central à ação educativa, à produção cultural e aos recursos expressivos de grupos sociais não letrados. Por meio desse exame crítico da realidade dos estudantes, a educação se converteria em instrumento formador de consciência e contribuiria para transformar a estrutura social que produzia o analfabetismo. A partir da obra de Paulo Freire, o analfabetismo passou a ser compreendido como consequência, e não como causa, da pobreza e da desigualdade social.

Com a repercussão das experiências iniciais e uma nova comprovação da eficácia do método, dessa vez no Distrito Federal, o método Paulo Freire seria expressamente adotado no Programa Nacional de Alfabetização, de acordo com o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, assinado pelo então presidente João Goulart.

MODERNA

ACERVO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



Trabalhador da construção de Brasília durante atividade de alfabetização envolvendo a palavra geradora *tijolo*. A atividade fez parte de uma experiência piloto por meio da qual Paulo Freire validou seu método de ensino a pedido do então presidente da república João Goulart. Círculo de Cultura na região administrativa de Gama, Distrito Federal, 1963.

É importante ressaltar que os grupos de alfabetização eram criados com intensa participação de diversos setores da sociedade, abrangendo desde grêmios estudantis até as forças armadas. De acordo com o artigo 4º do Decreto:

> Art. 4º A Comissão do Programa Nacional de Alfabetização convocará e utilizará a cooperação e os serviços de: agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis.

BRASIL. **Decreto nº 53.465**, de 21 de janeiro de 1964. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, [2024]. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/476127/publicacao/15666486. Acesso em: 15 abr. 2024.

Após a deposição do governo João Goulart e a instauração da ditadura civil-militar, o programa foi totalmente revogado pelo Decreto nº 53.886, de 14 de abril de 1964. Posteriormente, a ditadura instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização por meio da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, cujo artigo 2º dispõe.

> Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

MODERNA

Dessa forma, as organizações sociais e religiosas, cuja participação no Programa Nacional de Alfabetização era prevista pelo Decreto nº 53.465, não tinham atuação prevista no Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Nesse mesmo cenário, em 1971 ocorreu a regulamentação do então chamado Ensino Supletivo. Seu objetivo era repor a escolaridade que não havia acontecido na faixa etária considerada, na época, "apropriada à aprendizagem", um ponto de vista defendido pela psicologia evolucionista, que era um dos paradigmas na área educacional nesse período.

Com o fim da ditadura civil-militar, o Movimento Brasileiro de Alfabetização foi extinto e os princípios da educação popular voltaram a pautar propostas para a Educação de Jovens e Adultos. A participação dos movimentos sociais no debate sobre as políticas públicas para a educação foi decisiva para que a Constituição de 1988 garantisse o ensino gratuito a todos os brasileiros, inclusive a jovens e adultos. Com esse propósito, o atendimento da rede pública foi ampliado, embora a questão dos recursos destinados ao setor jamais tenha abandonado a pauta dos debates.

Nos anos 1990, o conceito de reposição, no que se refere ao ensino de adultos, seria superado pela perspectiva da **educação continuada**. O marco histórico de afirmação dessa tendência foi a V Confintea, realizada em Hamburgo, na Alemanha, em 1997, que proclamou o direito de todo ser humano à educação ao longo da vida. Desde os anos 1970, os estudos em psicologia evolutiva já demonstravam que a aprendizagem poderia ocorrer em qualquer idade (Baltes, 1979).

A importância da oferta da educação permanente viria a ser reforçada pelo fato de que a escolarização na infância e na juventude deixara de garantir uma participação social plena, diante da aceleração das transformações no mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia. A aprendizagem ao longo da vida passou a constituir fator de desenvolvimento pessoal e condição para a participação dos sujeitos na construção da sociedade. Como afirma Maria Clara Di Pierro:

> A educação capaz de responder a esse desafio não é aquela voltada para as carências e o passado (tal qual a tradição do ensino supletivo), mas aquela que, reconhecendo nos jovens e adultos sujeitos plenos de direito e de cultura, pergunta quais são suas necessidades de aprendizagem no presente, para que possam transformá-lo coletivamente.
>
> DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1120, 2005.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 adotou a denominação Educação de Jovens e Adultos e a estabeleceu como modalidade da Educação Básica do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Desde então, a EJA, com suas especificidades, vem sendo contemplada em documentos que orientam as ações educativas no setor, como as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Proposta Curricular para o primeiro e o segundo segmentos do Ensino Fundamental.

Além disso, ampliaram-se as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, frequentemente produto de debates entre o Estado e a sociedade civil. Esses debates ocorrem, por exemplo, nos fóruns que reúnem gestores, pesquisadores, professores e estudantes em diversos municípios de cada estado brasileiro. Esses fóruns se articulam nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos.

O Parecer CNE/CBE nº 11/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, do Conselho Nacional de Educação, homologado em 7 de junho de 2000, é um importante marco legal para a função desempenhada pela Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

O documento foi elaborado em um contexto de debate sobre as políticas educacionais brasileiras, em função da necessidade de cumprimento da Constituição de 1988 e, mais especificamente, de implementação da Lei de Diretrizes e Bases. Neste sentido, o parecer consolida aspectos importantes da oferta da Educação de Jovens e Adultos, delineando seu papel no cumprimento das funções qualificadora, reparadora e equalizadora.

A função qualificadora reside na oportunidade de oferecer formação e capacitação para jovens e adultos. Leva em consideração as necessidades socioeconômicas desse grupo, destacando a centralidade do mundo do trabalho em suas vidas, sem prejuízo de outras dimensões do aprendizado, sejam elas culturais, estéticas ou solidárias, entre outras.

Já a função reparadora refere-se à possibilidade de corrigir lacunas educacionais deixadas ao longo da vida, reconhecendo o direito à educação como princípio fundamental. Nesse sentido, tal função deve responder à realidade histórica brasileira de exclusão social em seu sentido amplo, considerando todo tipo de discriminação e de barreiras impostas a grande parte da população.

Por fim, a Educação de Jovens e Adultos deverá desempenhar uma função equalizadora ao proporcionar acesso à educação daqueles que historicamente foram excluídos do sistema educacional formal. Trata-se, portanto, de garantir equidade oferecendo mais oportunidades àqueles grupos sociais que receberam menos dotações de bens e serviços públicos ao longo da vida.

Em 2003, o Brasil lançou o Programa Brasil Alfabetizado. Seu objetivo, assim como de outras campanhas e programas anteriores, era superar as desigualdades na educação e oferecer a alfabetização como porta de entrada para a promoção social, priorizando regiões com altos índices de analfabetismo.

Sua criação foi uma resposta à alta taxa de analfabetismo no Brasil, expressivamente inferior àquela verificada nos anos de 1940, mas ainda alta para os padrões atuais. Em 2001, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 13% da população economicamente ativa era analfabeta. Portanto, o objetivo era alfabetizar essa população, oferecendo-lhe a oportunidade de continuar seus estudos na rede pública de ensino. Desenhado de forma flexível, o programa oferece bolsas para voluntários que querem se dedicar à alfabetização de jovens e adultos (Biondi, 2018).

MODERNA

No entanto, ainda há muito a ser feito. A lenta queda dos índices de analfabetismo, a pouca articulação com o Ensino Fundamental e a queda na matrícula na Educação de Jovens e Adultos exigem que as estratégias sejam repensadas. O analfabetismo ainda é um problema persistente, que gera exclusão social e impede o desenvolvimento individual e coletivo. Em 2023, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a taxa de analfabetismo era de 5,4%, quando considerada a população de 15 anos ou mais. Considerando apenas a população de 60 anos ou mais, essa taxa era de 15,4%.

Se considerarmos a identificação racial, a pesquisa revela outras disparidades: a taxa de analfabetismo entre brancos de 40 anos ou mais ficou em 5,6%, e entre pretos e pardos, 13,5%; se considerarmos apenas as pessoas de 60 anos ou mais, temos 9,3% (brancos) e 23,3% (pretos e pardos).

Atualmente, a articulação entre políticas de alfabetização e outras dimensões estruturantes da Educação de Jovens e Adultos é um caminho a ser percorrido por meio do debate acadêmico e entre os setores da sociedade e da promoção de medidas públicas amparadas nesse debate.

Neste ponto, cumpre resgatar o Parecer CNE/CEB nº 1/2021, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 18 de março de 2021, que dialoga com os desdobramentos relacionados às transformações socioeconômicas, culturais e tecnológicas ocorridas nos últimos anos, propondo uma atualização da política estrutural no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, ainda que embasada na Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

O parecer reforça o já mencionado conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida, que ocupa espaço central na Educação de Jovens e Adultos, enfatizando a obrigação que o poder público tem de garantir aprendizagem continuada para além dos marcos etários tradicionalmente abrigados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Isso se coaduna com as propostas de flexibilização da oferta educacional, viabilizando as modalidades semipresencial ou a distância, com opções de horários alternativos.

Mais que isso, o documento abre caminhos para a criação de novas formas de certificação que considerem o conjunto das competências e habilidades adquiridas pelos estudantes em suas trajetórias de vida. Isso significa que o currículo da Educação de Jovens e Adultos deve ser adaptável às necessidades individuais dos estudantes, levando em consideração fatores como acesso aos recursos educacionais, locomoção e condições materiais.

Docência e intervenção social

Muitos jovens e adultos encontram na escola não apenas um espaço de educação formal, mas também de socialização, fato que deve ser levado em consideração no planejamento pedagógico. Para isso, a escola deve ser valorizada como âmbito de convivência, de formação de vínculos afetivos e de lazer, onde as práticas devem favorecer o desenvolvimento da educação para o exercício da cidadania. Assim, ganham importância as atividades de cultura e lazer que promovem a convivência e a articulação dos projetos pedagógicos junto à vida comunitária.

Tal dimensão do trabalho pedagógico é essencial e não pode ser desvinculada do ensino propriamente dito, pois é preciso considerar que a convivência saudável entre estudantes, professores e funcionários que atuam em outras funções escolares favorece o aprendizado na medida em que eleva a autoestima dos estudantes e o prazer de estar no ambiente escolar. Na Educação de Jovens e Adultos, esse aspecto é crucial, já que os índices de evasão e abandono da escola nesta modalidade de ensino são bem maiores do que no ensino regular. De acordo com o módulo anual sobre educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2022, jovens de 15 a 29 anos de idade que não concluíram o Ensino Médio relataram ter desistido de frequentar a escola por razões como necessidade de trabalhar (40,3%) e falta de interesse em estudar (24,8%). Considerando apenas as respostas de mulheres, a gravidez foi mencionada por 22,5% das entrevistadas como motivo para desistir de frequentar a escola.

Essa pesquisa também revelou que a média de anos de estudo entre adultos de 18 a 39 anos no Brasil foi de 11,7 anos em 2022, o que mostra que muitos adultos não chegaram a concluir o Ensino Médio. Esses números eram menores para as faixas etárias entre 40 e 59 anos e 60 anos ou mais: 9,8 e 7 anos, respectivamente.

Dados do *Censo Escolar 2023* indicam que a população de 18 anos ou mais que não tinha concluído a Educação Básica e não frequentava a escola estava dividida da seguinte maneira em 2023.

Brasil: população de 18 anos ou mais sem a Educação Básica concluída e que não frequenta escola – 2023

Faixa etária	Número de pessoas
18 a 24 anos	4.636.176
25 a 29 anos	4.259.251
30 a 49 anos	22.435.225
Acima de 50 anos	36.705.678
Total	68.036.330

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2023**: divulgação dos resultados. Brasília, DF: Inep, 2023.

Assim, de acordo com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, mais de 68 milhões de pessoas adultas no Brasil não tinham concluído a Educação Básica.

Outra característica da Educação de Jovens e Adultos é a grande diferença de idade entre os estudantes e a relação que eles estabelecem com o ambiente escolar. Se a rotina de aulas é valorizada por boa parte dos estudantes como uma oportunidade de criação de vínculos, ela também pode representar uma fonte de frustrações. Entre os jovens recém-evadidos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos, por exemplo, são comuns as relações de conflito com a escola.

MODERNA

Segundo dados do *Censo Escolar 2023*, cerca de 107,4 mil estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e 90 mil do Ensino Médio deixaram o ensino regular e passaram a frequentar a EJA entre 2020 e 2021. Eles contavam com retenções em seu histórico escolar e, por isso, já estavam na idade mínima requerida para se matricularem na Educação de Jovens e Adultos, ou seja, 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio.

Nesses casos, o desafio da equipe escolar consiste em procurar refazer o vínculo desses estudantes com a escola, oferecendo a eles um espaço de convivência e expressão favorável à aprendizagem. A condição para o exercício de uma ação educativa dessa natureza é, ao menos em parte, a consciência de que a escola atende a um direito que não pode ser garantido sem um planejamento coerente com a responsabilidade social.

Parte dessa responsabilidade é combater a evasão escolar e convidar os estudantes que ainda não concluíram a Educação Básica a voltarem para a escola. Estudantes e familiares, professores, funcionários e demais membros da comunidade podem e devem se envolver e se mobilizar na comunicação com a população do entorno da escola sobre a formação inclusiva de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos. Isso pode ser feito por meio de recursos como distribuição de panfletos, publicações em redes sociais e afixação de faixas nas proximidades da escola. Muitas vezes, pessoas que seriam beneficiadas pela oferta de turmas de EJA desconhecem onde encontrá-la.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

Anúncio de matrículas abertas para a Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Iracema de Souza Freitas, no município de Lindoia, estado de São Paulo, 2023.

Como parte da estratégia de mobilização, professores e gestores podem sugerir às suas secretarias de ensino a criação de bancos de dados para registrar estudantes evadidos que poderiam retornar à escola. Nesse caso, os setores competentes das secretarias entrariam em contato com essas pessoas para informar sobre a possibilidade de formação de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos.

A EJA é um campo de trabalho bastante desafiador para as equipes docentes. Os professores precisam lidar com turmas muito heterogêneas, compostas de estudantes de diversas origens, crenças, etnias e faixas etárias. O convívio com as diferenças é importante para o aprendizado e a formação para a cidadania, pois leva à compreensão de que há maneiras distintas de ser e de estar no mundo. Tal entendimento é essencial para a formação de indivíduos mais tolerantes e para a construção de uma sociedade mais democrática e menos violenta.

Como em qualquer espaço social, nas classes de Educação de Jovens e Adultos podem ocorrer conflitos de opiniões que podem se transformar em violência se não forem bem trabalhados, além dos desafios colocados pela interação entre grupos etários distintos com expectativas divergentes em relação à escola.

Note-se que conflito não é sinônimo de violência. Porém, a falta de diálogo para gerar consenso ou respeito mútuo contribui para que os conflitos que emanam de visões de mundo diferentes eventualmente evoluam para situações de violência. A violência é caracterizada pelo uso da força ou ameaça e resulta em dano físico ou psicológico (Assis, 2010).

A indisciplina dos estudantes, em especial os mais jovens, pode dar origem a situações de violência, especialmente quando o enfrentamento ao problema é feito com a adoção de posturas autoritárias, como ameaças de notas baixas, retenção, suspensão, transferência ou outras medidas que promovam a exclusão (Assis, 2010).

Nesse caso, para que a escola seja de fato democrática e receptiva àqueles que foram excluídos ou privados dela, é preciso repensar as diversas formas de violência que podem ocorrer nas suas dependências, considerando que nem sempre elas se configuram como casos de violência *contra* a escola. "Escolarização, vale ressaltar, já é exercício de cidadania" (Aquino, 1996, p. 44).

Para tanto, estudar e aprender mais sobre o contexto em que se dão a indisciplina, a violência e a crise da autoridade são tarefas importantes para imaginar novas soluções para problemas que já se tornaram crônicos.

Não é possível simplesmente erradicar a indisciplina no espaço escolar porque ela é apenas o sintoma de relações permeadas por tensões. A cada estudante novo, a cada semestre, a cada turma nova haverá alguma tensão no espaço escolar. A indisciplina é uma pista de onde e quando a equipe escolar deve intervir.

É atribuição dos professores, como mediadores do aprendizado, convidar os estudantes à análise crítica das diferenças presentes no ambiente escolar, a fim de viabilizar o convívio e desenvolver empatia entre os diferentes grupos que compõem cada turma. A equipe docente precisa estar preparada, por exemplo, para tratar em sala de aula do racismo e da discriminação racial, que são a causa de parte significativa da violência e da desigualdade no Brasil.

Essas questões estão presentes de forma acentuada na Educação de Jovens e Adultos, pois as estatísticas mais recentes mostraram que a taxa de escolarização é menor e o analfabetismo é maior entre a população negra – ou seja, o público potencial da Educação de Jovens e Adultos é majoritariamente negro. Os dados apresentados a seguir também mostram que a discriminação racial está presente na sociedade brasileira.

MODERNA

Segundo o *Atlas da Violência*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2021, a taxa de homicídios de pessoas negras foi quase o triplo da taxa de pessoas não negras (31 homicídios a cada mil habitantes no primeiro grupo contra 10,8 no segundo). Além disso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mostrou que, em 2021, a média de rendimentos mensais de pessoas com 14 anos ou mais, em ocupações formais e informais, foi de R$ 3.099,00 entre brancos e R$ 1.804,00 entre pretos e pardos. Para as populações indígenas, os números também são muito preocupantes, pois, conforme mostra o *Atlas da Violência*, entre 2020 e 2021, a taxa de homicídios de indígenas aumentou, enquanto a taxa nacional diminuiu no período.

A educação é um dos principais instrumentos de promoção de igualdade. Por isso, uma das políticas de ação afirmativa com resultados mais concretos é a de cotas raciais em universidades públicas e no mercado de trabalho. Instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a política de reserva de 50% de cotas no Ensino Superior deu origem à reserva de 1.080.566 vagas entre 2012 e 2021, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Recentemente, essa política foi alterada por meio da Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que incluiu quilombolas entre os beneficiários das cotas, entre outras mudanças. No entanto, apenas a reserva de cotas raciais não foi suficiente para combater a desigualdade, pois era preciso garantir a permanência de estudantes de baixa renda. Bolsas de estudo, crédito educativo e incentivos foram criados com este fim. Afora essas medidas, considera-se que outras seriam necessárias para garantir a inclusão de pessoas pretas, pardas e indígenas, como a valorização de suas identidades culturais. Esse aspecto está diretamente relacionado à prática docente na Educação de Jovens e Adultos, já que a autoestima elevada é condição necessária para o aprendizado. Assim, é importante promover o resgate das memórias e da identidade afro-brasileira e fortalecer a confiança dos estudantes negros e indígenas. Além disso, a construção de uma cultura de paz será indispensável para que as pessoas convivam respeitosamente em meio a diferenças culturais, religiosas, étnicas e regionais no ambiente escolar e na sociedade de forma geral.

Mediar os conflitos em sala de aula de modo a viabilizar o diálogo entre os diferentes grupos é uma responsabilidade docente. Isso não significa que ao professor caiba resolver todos os conflitos que ocorrem, mas compete a ele representar concretamente a instituição escolar nos ambientes em que as relações de ensino-aprendizagem se desenvolvem efetivamente. Pesa, portanto, sobre o professor a maior parte das expectativas direcionadas às práticas educacionais.

Mais adiante, neste Manual do Professor, apresentam-se conceitos e estratégias que podem ser utilizados na tarefa de mediação de conflitos. Caso a escola não conte com um profissional específico para isso, é preciso que o professor estabeleça espaços de diálogo em sala de aula, reservando conversas individuais nos casos que exigem que os estudantes envolvidos sejam consultados separadamente.

MODERNA

Avaliação e planejamento

O insucesso nas avaliações, que motiva insegurança e ansiedade, pode ser apontado como um dos fatores que contribuem para o abandono da escola pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Cabe ao professor planejar estratégias de avaliação que permitam a essas pessoas superar sentimentos que afetem negativamente a autoestima e apontar caminhos para o avanço do processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem pode trazer muitas dúvidas para os professores: como avaliar? Em que momento? É possível não limitar a avaliação ao olhar subjetivo? Que instrumentos podem ser utilizados na avaliação?

O envolvimento com o conhecimento não deve ser balizado apenas por sua característica cognitiva. Outros aspectos que compõem a complexidade de cada sujeito devem ser considerados no processo de avaliação, desde a afetividade até preocupações com o próprio corpo, passando pela forma de pensar o mundo político, social, econômico e ambiental.

Inicialmente, é necessário conceber estratégias de avaliação que possibilitem aferir adequadamente o conhecimento e a aprendizagem dos estudantes e, ao mesmo tempo, obter indicativos para calibrar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Essas estratégias devem ser vinculadas a objetivos e expectativas condizentes com cada etapa da Educação de Jovens e Adultos. Além disso, é importante reconhecer o processo de avaliação como um momento de aprendizagem dos estudantes e do professor. Nessa modalidade de ensino, em especial, os estudantes podem avaliar com mais autonomia seu próprio desenvolvimento escolar quando se sentem coautores desse processo.

É por meio da avaliação que o professor obtém informações sobre o desenvolvimento dos estudantes que permitem diagnosticar problemas e dificuldades em sua aprendizagem e, com base nisso, repensar sua ação docente sobre os encaminhamentos pedagógicos.

A avaliação deve ser idealizada, portanto, com a finalidade de perceber os diferentes estágios de aprendizagem, considerando os objetivos previamente definidos e a evolução dos estudantes em relação às suas dificuldades particulares. A avaliação adquire, assim, uma perspectiva contínua e dinâmica, envolvendo situações formais (provas escritas com regras estabelecidas, por exemplo) e informais (envolvimento nas propostas pedagógicas cotidianas, relações entre membros de um grupo, postura ante a desafios etc.). Nesse contexto, o professor deve diversificar os instrumentos de avaliação e analisar, além do domínio dos conteúdos conceituais, também os conteúdos procedimentais e atitudinais.

Outro aspecto fundamental está relacionado à análise dos erros cometidos nas atividades. Trata-se de um momento importante para a aprendizagem, pois possibilita o redimensionamento das ações educativas. Podem ser criadas situações nas quais os estudantes reflitam sobre os próprios erros, evitando que as dificuldades sejam percebidas somente depois de uma nota ou menção atribuída.

MODERNA

Isso exige que sejam considerados variados tipos e instrumentos de avaliação. A seguir, apresentam-se três tipos de avaliação que costumam ser aplicadas nos processos de ensino-aprendizagem: a diagnóstica, a formativa e a somativa. Esses tipos de avaliação costumam fazer parte da rotina escolar.

- **Avaliação diagnóstica**: identifica os conhecimentos de domínio dos estudantes e as lacunas. Tem como objetivo examinar se os estudantes detêm conhecimentos relativos aos conteúdos a serem estudados para auxiliar o professor no planejamento das aulas. Entende-se que a avaliação diagnóstica é um instrumento importante para o professor planejar o curso, na medida em que fornece informações sobre os conteúdos com os quais os estudantes têm familiaridade e sobre aqueles que vão exigir mais enfoque no decorrer das aulas.
- **Avaliação formativa**: aplicada ao longo do processo de ensino-aprendizagem para avaliar os conhecimentos que cada um adquiriu. Essa avaliação exige o uso de diferentes estratégias de análise e de registro do que ocorre na sala de aula. A avaliação formativa, também conhecida como avaliação de processo, permite examinar os progressos dos estudantes diante dos objetivos que devem ser cumpridos, assim como as lacunas remanescentes, orientando o professor na realização de adaptações no planejamento.
- **Avaliação somativa**: é feita no final do processo de aprendizagem por meio da análise do que cada estudante aprendeu. Consiste na identificação dos níveis de aproveitamento preestabelecidos, geralmente tendo em vista a promoção dos estudantes de um ano para outro ou de um grau para outro. Trata-se da atribuição final da nota, menção ou conceito que, em geral, ocorre como síntese de todo o processo avaliado no período escolar (mês, bimestre, trimestre ou ano letivo). Assim, a avaliação somativa transforma-se novamente numa avaliação diagnóstica, apontando novas intervenções necessárias ao professor. Em alguns contextos, é chamada de avaliação de resultado.

Neste ponto, cabem algumas considerações a respeito dos três tipos de avaliação mencionados.

Quanto à **avaliação diagnóstica**, é importante salientar que os estudantes jovens e adultos têm trajetórias de vida diversas e ricas em experiências profissionais, psicológicas, afetivas e escolares. Assim, mais do que em qualquer outra modalidade de ensino, é necessário resgatar seus conhecimentos prévios para um planejamento pedagógico efetivo.

O levantamento prévio coletivo pode ser utilizado como primeira aproximação: uma espécie de sondagem inicial na qual o educador conversa com a turma, propondo questões sobre um tema e conduzindo o momento de maneira interativa e dialogada. As respostas e as impressões dos estudantes podem ser anotadas na lousa. Alternativamente, pode-se solicitar aos estudantes que, em grupos, montem pequenas apresentações com base em suas respostas, explorando a oralidade e a organização de materiais visuais em papel ou audiovisuais em formato digital.

MODERNA

O importante é que o professor consiga extrair esclarecimentos para a continuidade de seu planejamento. Utiliza-se a palavra *continuidade* porque se espera que a avaliação diagnóstica parta de um projeto didático-pedagógico previamente elaborado pelos educadores.

Dessa forma, com base nos resultados do levantamento diagnóstico, devem ser feitos ajustes na trilha de ensino, considerando os conhecimentos e as dificuldades eventualmente apresentadas pelos estudantes.

A aplicação de questionários objetivos, com questões fechadas, também pode ser utilizada como avaliação diagnóstica. Sua principal vantagem é possibilitar uma tabulação de dados e a construção de estatísticas que auxiliam na leitura objetiva das trajetórias prévias dos estudantes no campo de conhecimento em questão. Além disso, serve para familiarizá-los com esse tipo de avaliação, tão presente em vestibulares, concursos públicos e processos seletivos de empresas.

Adicionalmente, os educadores podem aplicar avaliações individuais com questões abertas, abrangendo atividades matemáticas, questões dissertativas e redações, por exemplo. Por meio desse instrumento avaliativo, podem ser identificadas diversas características dos estudantes, como capacidade de organização, grau de compreensão em leitura e escrita, letramento matemático etc.

É importante reiterar que a avaliação diagnóstica consiste em um instrumento valioso de planejamento e pode ser aplicada com variedade e flexibilidade, de modo que os exemplos não devem ser tratados como um guia definitivo, mas como um roteiro de apoio e de sugestões aos professores.

Por sua vez, a **avaliação formativa** é um processo continuado, que pode proporcionar situações muito desafiadoras tanto para educadores como para estudantes. Particularmente em relação aos estudantes, às vezes ela é interpretada equivocadamente como algo a ser encarado com medo, nervosismo ou ansiedade. À escola e ao corpo docente cabem, portanto, desmistificar tal atributo e elaborar estratégias de avaliação não punitivas. Recomenda-se diluir os momentos avaliativos ao longo das sequências didáticas.

O desempenho e o aproveitamento de cada estudante podem ser verificados também durante as aulas. Propostas que estimulem os estudantes a colocar em prática a capacidade de criação, mobilizando suas habilidades, competências e autoestima, são bem-vindas.

Um exemplo de proposta que atende a essa diretriz é a criação de um diário de aulas: o registro do que foi aprendido em cada aula ou sequência de aulas. A frequência com que esse registro é feito pode ficar a critério do professor, que deve se atentar para não alargar em demasia os intervalos entre cada registro. Tal proposta tem a vantagem de auxiliar os estudantes na apropriação dos conhecimentos trabalhados, para que eles identifiquem dificuldades de compreensão e acompanhem a evolução de suas conquistas. A apreensão de informações sobre o andamento da aprendizagem contidas nos registros do diário de aulas também pode se converter em uma ferramenta para o trabalho do professor, possibilitando o monitoramento de seu próprio planejamento.

MODERNA

Cabe salientar que se deve valorizar a multiplicidade de instrumentos de avaliação, já que o monitoramento das aprendizagens deve levar em conta os itinerários individuais de cada estudante em seu percurso escolar. Assim, a avaliação deve ser individualizada, tomando como base os pontos de partida e chegada individuais. Como exemplos de monitoramento da aprendizagem individualizada, atividades que valorizem a oralidade – mesmo que sejam organizadas em grupos – são bons instrumentos para uma avaliação sistêmica, particularmente no caso de estudantes que têm dificuldades de escrita.

É importante também avaliar cada habilidade ou conteúdo com instrumentos diferentes. Por exemplo: ora com um registro escrito discursivo, ora com uma avaliação objetiva. Podem-se combinar esses instrumentos em situações individuais ou em grupo.

O efetivo preparo e a realização dos diversos momentos e instrumentos de avaliação formativa se entrelaçam com as características da **avaliação somativa**. Esse tipo de avaliação entra em cena, principalmente, pelas necessidades de organização e sequenciamento do sistema escolar. Nesse caso, as situações e instrumentos sugeridos para os demais tipos de avaliação também podem ser utilizados para a avaliação somativa. Cumpre ressaltar que, uma vez bem realizado o trajeto das avaliações diagnóstica e formativa, o professor pode identificar pontos específicos a ser considerados na avaliação somativa. Ela permite verificar a correção de eventuais falhas no processo avaliativo ou lacunas de aprendizagem que tenham sido identificadas ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Mais uma vez, é importante ressaltar a necessidade de considerar as trajetórias individuais dos estudantes, contemplando a diversidade que marca o universo da Educação de Jovens e Adultos nos processos avaliativos e no planejamento didático-pedagógico.

Práticas pedagógicas com estudantes da Educação de Jovens e Adultos

As transformações na estrutura etária da população brasileira impõem novos desafios. O aumento da expectativa de vida e da média de idade, associado à queda nas taxas de fecundidade e de natalidade, indica um ritmo ainda mais acelerado de envelhecimento da população do que previam os modelos demográficos. Isso colabora para que a sala de aula de Educação de Jovens e Adultos seja, cada vez mais, um ambiente que reúne estudantes dos mais variados perfis, como jovens recém-chegados à maioridade, estudantes-trabalhadores adultos que buscam qualificação e idosos sem escolaridade.

Às transformações demográficas soma-se a abertura de novas possibilidades de trabalho, estudo e socialização que o mundo globalizado contempla. Com as novas tecnologias da informação e da comunicação, informações circulam de maneira rápida e intensa. Se, por um lado, esse processo pode proporcionar autonomia ao sujeito, por outro, é fundamental que sua formação seja marcada pelo senso crítico e pela capacidade de distinguir notícias falsas, narrativas enganosas, fatos e opiniões.

MODERNA

Apesar de formarem um grupo bastante heterogêneo do ponto de vista econômico e sociocultural, os estudantes de Educação de Jovens e Adultos criam uma identidade pelo fato de não terem frequentado a escola nas fases da infância ou da adolescência, por razões diversas. Alguns desses estudantes sequer passaram pela escola nessas fases; outros o fizeram de modo pouco sistemático ou interrompendo seus estudos por diferentes razões, como a necessidade de trabalhar desde muito cedo. Tais condições podem reforçar estigmas sociais, principalmente quando são percebidas por uma cultura de comparecimento à escola "na idade correta".

Em termos socioculturais, os estudantes dessa modalidade de ensino compõem um grupo amplamente diversificado, reunindo pessoas que diferem entre si quanto ao lugar de origem, à faixa etária, à experiência escolar e ao tipo de trabalho que exercem, entre outros aspectos. Essa diversidade de histórias de vida se reflete em uma variedade de conhecimentos e habilidades que marca as turmas de EJA e precisa ser aproveitada pedagogicamente em suas potencialidades.

Questionados a respeito dos motivos da volta à escola, muitos estudantes da Educação de Jovens e Adultos expressam a expectativa de que sejam alargadas suas possibilidades de ascensão social com uma compreensão mais abrangente da realidade. Alguns estudantes, especialmente aqueles que não chegaram a completar os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, podem apontar a satisfação de necessidades como ler uma placa de sinalização, ler e escrever uma mensagem ou um *e-mail* e ler um livro. Outros, marcadamente aqueles com histórico de reprovação escolar, desejam cumprir uma etapa da Educação Básica para se lançarem a novos desafios, sobretudo no mercado de trabalho ou no Ensino Superior.

Estudantes-trabalhadores almejam conquistas, transformações e uma ampliação da sua visão de mundo por meio da formação escolar que se soma, agora, à sua história de vida. Conforme o sociólogo e educador espanhol Miguel Arroyo:

> Os adolescentes, jovens, adultos trabalhadores que vêm do trabalho para a educação não carregam apenas os valores, saberes, identidades de suas vivências pessoais de lutas por trabalho. Desde crianças são herdeiros dos valores, da consciência, das identidades da classe trabalhadora. Das famílias trabalhadoras.
>
> ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA, itinerário pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 69.

O projeto de ampliação da escolaridade assume, assim, uma dimensão sociocultural e econômica. Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos é importante na formação do estudante que, já independente e autônomo na sua vida social, busca o espaço escolar para seu aprimoramento, sua educação e sua atualização. Para isso, entretanto, é necessário reimaginar o espaço e a prática escolar, que não podem, apenas, reproduzir as mesmas dinâmicas consagradas na relação com o público infantojuvenil. A busca por uma Educação de Jovens e Adultos efetiva precisa considerar novas possibilidades de arranjo na relação entre o professor e o grupo de estudantes de diferentes perfis.

MODERNA

Metodologias e organização da sala de aula

Uma das maneiras de estabelecer práticas próprias para essas turmas está na **organização espacial** da sala de aula. No lugar do arranjo enfileirado de estudantes, surgem inúmeras possibilidades de organização, que podem ser associadas a diferentes objetivos pedagógicos.

A disposição da sala em semicírculo proporciona aos estudantes um espaço adequado para o compartilhamento de experiências, de visões de mundo e de hipóteses sobre um problema, ao mesmo tempo que favorece a escuta ativa do outro.

O trabalho em pequenos grupos possibilita a reunião de experiências e vivências plurais, além de proporcionar um espaço de criação e de produção de saberes. Em grupos, os estudantes também desenvolvem habilidades procedimentais e atitudinais graças à realização de atividades com colegas de diferentes perfis, o que enriquece sua experiência na escola.

A utilização de estações de trabalho, nas quais os estudantes visitam uma sequência de pontos predeterminados pelo docente, permite que uma situação-problema seja apresentada em etapas e exige que os estudantes acompanhem o desenrolar da atividade na medida em que as conhecem.

As propostas didáticas podem e devem, sempre que a ocasião for propícia e viável, extrapolar os limites da sala de aula. As diferentes dependências do espaço escolar aptas a receber atividades pedagógicas abrem oportunidades para o professor colocar em prática suas estratégias de ensino-aprendizagem: as turmas podem se apropriar, por exemplo, dos corredores e pátios para realizar exposições de trabalhos e de projetos em andamento e *workshops*. Um trabalho que envolva a **reorganização do espaço escolar** pode representar um desafio aos estudantes e criar um ambiente de aprendizado dinâmico e inclusivo.

Propostas de trabalho interdisciplinar

As **propostas de trabalho interdisciplinar** também são um campo fértil para experiências de aprendizagem condizentes com o grupo de estudantes da Educação de Jovens e Adultos, pois permitem integrar diferentes áreas do conhecimento para explorar temas complexos, desafiando os limites tradicionais das disciplinas:

> [...] o Real, enquanto Real, é uma totalidade transdisciplinar. Ao processo analítico de cindir o Real através das parcialidades disciplinares, deve seguir-se a retotalização transdisciplinar, mediante um processo epistemológico interdisciplinar.
>
> STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 274.

Se o arranjo dos componentes curriculares fraciona a realidade em ciências específicas, em sentido contrário, as propostas de trabalho que rompem a compartimentação do conhecimento devem ganhar espaço, principalmente para o adulto que já assimilou, no cotidiano, um pensamento interdisciplinar.

MODERNA

Para isso, é necessária uma sólida contextualização da relevância da temática e da articulação dos docentes em torno da proposta. São muitas as formas de articulação entre diferentes campos do conhecimento para a realização das atividades interdisciplinares. Antes da elaboração das propostas, é possível identificar temas transversais a serem explorados de forma interdisciplinar, como cidadania, trabalho, meio ambiente, tecnologias e outros. Além disso, é importante o planejamento coletivo para que o corpo docente identifique oportunidades de integração curricular nos próprios programas de ensino propostos, a fim de elaborar costuras interdisciplinares entre suas áreas.

Os estudos temáticos permitem conexões específicas para aprendizagens pontuais. Já a elaboração de um grande tema de estudo na escola pode abrir caminho para a articulação de todas as áreas por meio de projetos mais consistentes e duradouros ao longo do período letivo. Por exemplo, se o objetivo de aprendizagem é o estudo da formação de diferentes linguagens na organização sociocultural de determinado grupo social, os docentes das áreas de Ciências Humanas e de Linguagens podem trabalhar de maneira integrada. Nesse caso, o projeto a ser desenvolvido pode contemplar a elaboração de um roteiro de aprendizagem que explore a formação dos povos, sua distribuição espacial, seus reminiscentes culturais materiais e imateriais e a criação e o uso de seus códigos linguísticos.

De forma semelhante, se um dos objetivos de aprendizagem é a compreensão das especificidades do conhecimento popular e do conhecimento científico, as áreas de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas podem mobilizar projetos de estudo que trabalhem a importância do método científico para a sociedade.

A integração de recursos e estratégias didáticas, como o uso da literatura, de materiais audiovisuais, de visitas culturais e de palestras, é outra dimensão da interdisciplinaridade que facilita a convergência entre as áreas de conhecimento. Ainda no campo da interdisciplinaridade, é viável proporcionar instrumentos de avaliação que permitam ao estudante mobilizar conhecimentos de diferentes áreas na elaboração de uma solução, valorizando sua capacidade de estabelecer relações entre conhecimentos de diferentes tipos.

Estratégias de trabalho com estudantes-trabalhadores

A gestão da escola e o corpo docente precisam considerar o aspecto etário dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos para conceber objetivos e estratégias pedagógicas pertinentes.

Os estudantes têm diferentes relações com o tempo de aprendizagem, sendo importante adotar abordagens flexíveis, que permitam adaptar o ritmo e o nível de complexidade das atividades às necessidades individuais. A autonomia dos estudantes deve ser estimulada com atividades que os incentivem a expressar opiniões, fazer escolhas e assumir responsabilidades.

MODERNA

Muitas vezes, os estudantes que ingressam ou voltam para a escola na modalidade da Educação de Jovens e Adultos esperam encontrar um modelo de instituição de ensino tradicional, em que o professor detém o saber que transfere aos estudantes por meio de atividades como cópias e ditados. Espera-se que o professor desconstrua essa concepção, conduzindo o processo de aprendizagem com a **participação ativa do grupo discente**. Situações em que os estudantes são convidados a interpretar, investigar e refletir podem colaborar para afirmar o conhecimento como uma construção coletiva.

Vale reforçar que a **valorização das experiências prévias** precisa permear todo o processo educacional, incentivando a troca de experiências e saberes entre os próprios estudantes e promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo. Essas trocas também tendem a estimular o pensamento crítico e a reflexão por meio do debate de ideias, o que também favorece a diversidade e a criação de um ambiente inclusivo e respeitoso.

Reafirma-se que o estudante-trabalhador se propõe ao desafio de frequentar a escola, apesar de inúmeras barreiras. Sensível a isso, a escola e o corpo docente devem reconhecer o desafio assumido por aqueles que optam por se educar e se aprimorar numa sociedade que estigmatiza as pessoas que não estão na escola "na idade correta". Há, ainda, um elemento da vida prática e cotidiana que precisa ser valorizado: os deslocamentos diários realizados por um indivíduo que interrompe, na escola, seu trajeto de volta do trabalho para casa – o acolhimento das histórias de vida e dos obstáculos que os estudantes enfrentam pode proporcionar um enriquecimento para o aprendizado do grupo.

Levar em conta o repertório dos estudantes como apoio à construção de conhecimentos, para além da finalidade escolar-institucional, contribui para o fortalecimento da autoimagem de sujeitos cuja personalidade, no dizer de Paulo Freire, muitas vezes se apresenta marcada pela autodesvalia, situação na qual os oprimidos introjetam a visão que o opressor tem deles e passam a considerar a si próprios incapazes, enfermos ou que não sabem nada. O fortalecimento da autoimagem também possibilita romper com o fatalismo que faz com que muitos estudantes acreditem que as dificuldades são inevitáveis ou insuperáveis independentemente de seu esforço.

Começar o período letivo com a acolhida deste estudante-trabalhador pode ser uma estratégia frutífera. Uma ação coletiva de acolhimento, apresentação e diálogo que envolva todo o corpo docente – e, por que não, toda a escola – pode fortalecer laços e criar o sentido de pertencimento ao lugar e ao grupo de estudantes. Outra possibilidade reside em atividades que promovam a narrativa da própria história de vida, utilizando registros fotográficos antigos dos próprios estudantes ou promovendo relatos ou a escrita de trajetórias pessoais, como forma de estimular a criação de vínculos entre as pessoas.

É importante estar disponível para oferecer apoio técnico, orientações e indicações de estudos. Esse suporte também é necessário em situações que envolvam o desgaste emocional, já que esses estudantes têm uma vida densa pelo acúmulo de demandas relacionadas à família, ao trabalho e aos estudos.

MODERNA

Em contrapartida, a vivência das atribulações cotidianas tende a exigir dos estudantes com esse perfil a necessidade de desenvolver assertividade, resiliência e outras capacidades que favorecem a construção de acordos e combinados que guiarão a turma ao longo do período letivo. As primeiras etapas do trabalho podem explicitar as regras de funcionamento da instituição de ensino; em seguida, elas podem avançar para as lacunas deixadas nas normas que permitem a construção de combinados adultos e maduros pautados no bom senso e no bem comum. O objetivo, além de garantir um ambiente de segurança e respeito, é envolver o estudante-trabalhador no seu processo de aprendizagem.

Algumas estratégias didático-pedagógicas favorecem a articulação de conhecimentos que compõem o repertório pessoal dos estudantes. O mapeamento dos conhecimentos prévios e das experiências profissionais do estudante-trabalhador permite promover atividades que correlacionem os conceitos aprendidos com a vivência acumulada, além de propiciar o exercício das habilidades desenvolvidas no trabalho de formas distintas conforme o nível de domínio que o estudante detém sobre cada uma.

Outra possibilidade é a realização de estudos de caso relacionados aos lugares de vivência. A existência de questões e problemas reais já reconhecidos pelo grupo enseja que o estudante transite entre o senso comum e o conhecimento científico, propondo soluções que ganham sentido na sua vida.

O trabalho por projetos pode ainda ser válido na maioria dos casos. Como estudantes que trabalham, o grupo tem condições de compreender a relação entre as tarefas necessárias que encerram um projeto e o tempo disponível para sua execução. Criar um projeto com entregas em etapas proporciona o acompanhamento do trabalho e favorece o aprendizado de pessoas que já lidam com prazos nas suas vidas privadas e profissionais.

A construção do pensamento científico

A promoção de uma **cultura de pensamento científico** é um desafio na sociedade. Estimular os estudantes ao questionamento, à investigação, à aproximação sistemática e metódica do objeto e ao pensamento crítico não são objetivos triviais face à fluidez das informações e ao imediatismo das formulações que, em lugar de compreenderem os eventos do mundo, reproduzem lugares-comuns e até mesmo preconceitos.

Fomentar a criticidade do pensamento a fim de construir o pensamento científico nesse grupo pode demandar, em primeiro lugar, a identificação das trajetórias de vida dos estudantes da turma. Alguns podem, por exemplo, apresentar mais familiaridade com a formulação de questões de pesquisa relacionadas às suas vivências no mundo do trabalho, mas podem apresentar dificuldade de apreensão de conceitos que deem respostas a estas problematizações.

Outros estudantes podem estar mais familiarizados com a leitura; e outros, ainda, podem ter mais recursos procedimentais para o desenvolvimento de atividades práticas.

MODERNA

Para trabalhar com essa multiplicidade de posturas, a turma pode ser organizada em grupos de trabalho que mesclem os diferentes perfis dos estudantes. Trata-se de uma forma de favorecer também o compartilhamento de diferentes experiências de vida e visões de mundo.

Para enriquecer a discussão sobre a validade do pensamento científico, pode ser uma estratégia interessante vincular novos conceitos a representações elaboradas pelos próprios estudantes. É possível pedir aos estudantes, por exemplo, que ilustrem conceitos, teorias e formulações com base em seu próprio repertório artístico-cultural.

Quando o estudante apresenta uma referência e explica o porquê de sua representação, o professor ganha um instrumento para verificar a compreensão e o aprendizado de conceitos que, de outra forma, dependeriam de uma conversa baseada em abstrações e formulações teóricas, o que representaria um obstáculo mais atrelado à comunicação do que ao aprendizado.

As avaliações formativas podem colaborar para o desenvolvimento do raciocínio científico. Nessa modalidade de avaliação, o estudante também aprende. Fornecer materiais diversos, como reportagens, representações gráficas, cartográficas, iconografias, trechos de textos de terceiros e materiais audiovisuais, proporciona ao estudante um contato mais significativo com os temas a serem analisados.

Quando o planejamento do professor prevê que as atividades sejam elaboradas, corrigidas e reelaboradas, o estudante ganha a chance de autoavaliar sua produção e escolher novos caminhos para sua formulação. A revisão e o aprimoramento são parte do pensamento científico e precisam ser postos em prática com a turma.

Fornecer *feedbacks* durante as etapas de elaboração da atividade também é parte do processo de pesquisa acadêmica, e precisa estar presente no cotidiano escolar se o objetivo for desenvolver as habilidades de raciocínio científico. Criar momentos de diálogo com os estudantes ou com os grupos e promover a reelaboração das atividades são estratégias fundamentais para o aguçamento do senso crítico e da autoavaliação.

Capacidades de analisar, argumentar e inferir

Um dos atributos da linguagem é promover a interação entre os sujeitos. Por meio da linguagem, os seres humanos se comunicam, transmitem e buscam informações, expressam seus pensamentos e sentimentos, argumentam e produzem conhecimento. O desenvolvimento da linguagem também é fundamental para ampliar o acesso à cidadania plena.

Nesse cenário, a contribuição da Educação de Jovens e Adultos para a construção de uma sociedade democrática pressupõe a reflexão sobre a linguagem oral e escrita.

A compreensão atual, alinhada às práticas de letramento, é de que a aprendizagem da escrita alfabética deve ocorrer conjuntamente à leitura e à produção de textos. A formação de leitores autônomos depende da capacidade de análise crítica e interpretação do texto escrito.

MODERNA

Embora a alfabetização seja a base para situações continuadas de aprendizagem formal e informal, a apropriação da língua escrita integra um processo mais amplo de convívio com textos orais e escritos que circulam em situações de comunicação.

As capacidades de **leitura** e de **escrita** envolvem compreender o texto como um sistema simbólico que permite atribuir significado à realidade. Dessa forma, todas as áreas podem contribuir para o aprimoramento do trabalho com a leitura e a escrita, ampliando a diversidade de textos e a criação de situações em que os estudantes leem e interpretam fotografias, diagramas, mapas, tabelas e gráficos.

Como sujeitos inseridos na sociedade da informação, os estudantes que frequentam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos têm uma relação já estabelecida com a mídia. A escola tem o papel de promover o pensamento crítico e a investigação científica na avaliação e análise dos produtos midiáticos, a fim de valorizar a informação e o pluralismo de ideias. Estratégias que utilizam mídias diversas podem ser propostas tanto na perspectiva do estudante que lê notícias como na de um grupo que produz informação.

No primeiro caso, os debates estruturados em torno de produtos midiáticos podem exigir que o estudante passe por pontos obrigatórios de conversa para avaliar a qualidade daquele veículo ou daquela notícia. Da mesma forma, a análise crítica de reportagens e outros textos jornalísticos proporciona a investigação da informação com base em dados e estatísticas que coloquem em perspectiva o material apresentado. Considera-se, ainda, que a formação de leitores ativos pressupõe atividades de interpretação, questionamento, reflexão e discussão que contribuam para uma postura crítica diante do texto.

Neste sentido, algumas estratégias de ensino e aprendizagem podem contribuir para o desenvolvimento da capacidade crítica do estudante. Em primeiro lugar, as propostas de trabalho que utilizam fontes diversas, como textos, vídeos, artigos científicos e notícias, devem exigir dos estudantes a identificação dos vieses e da credibilidade destas fontes, promovendo criticidade.

Merece destaque também a proposição de atividades de comparação de notícias, por exemplo, de veículos que portam, claramente, diferentes discursos; dessa forma contribui-se para a formação de um leitor que seleciona e identifica características de suas fontes de informação. Somam-se a essa estratégia atividades de comparação de dados e informações de fontes oficiais com o discurso jornalístico, pois colaboram para a capacidade de argumentação e de leitura crítica.

O trabalho com a **argumentação** envolve diferentes dimensões. Os estudantes precisam conhecer o uso adequado de determinadas formulações linguísticas, no nível da forma de expressão, mas também devem se ater à análise da coerência e da não contradição entre argumentos apresentados em sequência.

Em discussões promovidas em sala de aula, muitas vezes os estudantes entram em contradição por falta de coerência nos argumentos que formulam.

MODERNA

Para incentivá-los a aprimorar a capacidade argumentativa, é interessante orientá-los a anotar as ideias que servirão de base para os posicionamentos adotados em debates e exposições orais. A organização escrita das ideias facilita a identificação de desconexões entre as ideias e outras incoerências e fragilidades na composição dos argumentos, bem como a redefinição da fundamentação e até mesmo do ponto de vista sobre o tema abordado.

O estímulo à análise crítica pode ser complementado com a formulação criativa de formas de se expressar. Para isso, é recomendável estimular linguagens diversas por meio de vídeos, *podcasts* ou painéis, por exemplo. Já a escrita pode estar presente em forma de roteiros ou textos dissertativos. É necessário esclarecer que os critérios de avaliação dessas produções estão pautados sobretudo no conteúdo transmitido. Isso não significa, porém, que o zelo, o capricho e a preocupação com a apresentação formal do produto não devam ser valorizados.

Visando à produção de informação e conteúdo, um projeto de produção de mídia pode contemplar diferentes linguagens (produção de textos, vídeos, *podcasts*, *blogs* ou campanhas publicitárias) com o objetivo de explorar os impactos do processo de produção na elaboração de uma narrativa, passando assim da análise crítica à análise criativa. É possível, ainda, que os estudantes sejam envolvidos na produção de campanhas em torno de temas relevantes para a comunidade escolar, como o combate a notícias falsas, o uso responsável das redes sociais, o combate à discriminação e a promoção da diversidade. Além da criatividade, essas estratégias incentivam a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Um desafio para o professor é o **estímulo à postura proativa** dos estudantes. Muitos fatores podem dificultar esse objetivo: desde uma concepção antiquada de educação, em que o grupo de estudantes espera receber conhecimento passivamente, até a necessidade de elaboração de planejamentos e planos de ensino anteriores ao trabalho em sala de aula. Construir um plano de ensino que seja flexível e aberto a contribuições por parte do grupo de estudantes pode ser uma estratégia interessante para envolver os estudantes na elaboração das aulas.

Da mesma forma, as aulas invertidas, nas quais o estudante se prepara para apresentar um tema inédito à turma, podem criar um ambiente em que a tomada de decisão é importante. Outra possibilidade é programar eventos que dependam da participação de todos para sua realização, como uma feira de ciências, um simpósio para apresentação de trabalhos ou uma mostra cultural. Colocando essas estratégias em ação, os estudantes têm a oportunidade de entender que o resultado concreto das atividades depende da participação de todos os envolvidos.

O desenvolvimento da capacidade de apresentar as ideias com clareza, coerência e respeito – em consonância com os princípios que formalizam os direitos humanos – pode ocorrer amparado no estudo dos elementos de argumentação. Ensinar os estudantes a identificar em um texto ou discurso as premissas de um argumento, comparando-as com as conclusões alcançadas, é uma estratégia que ajuda identificar e evitar falácias.

MODERNA

Também é possível preparar atividades que permitam discutir com os estudantes a construção da lógica argumentativa com o objetivo de evitar contradições e manter a coerência no encadeamento das ideias. A análise conjunta de textos reconhecidamente falaciosos ou incoerentes pode integrar a abordagem que visa ao desenvolvimento da capacidade de identificar os pontos que precisam ser evitados.

É necessário ressaltar, nessas atividades, a importância do respeito aos colegas nos momentos de argumentação, principalmente aqueles que acontecem oralmente e na presença do interlocutor. Para estabelecer as bases da tolerância e do respeito às visões de mundo de outras pessoas e culturas, o professor pode recorrer a documentos oficiais que tratam da intolerância (religiosa, por exemplo), dos preconceitos (em uma leitura histórica da sociedade brasileira, em outro exemplo) e das diferentes formas de violência que os argumentos podem apresentar.

Trata-se de uma análise propositiva que precisa ter consonância com valores calcados nos direitos humanos. Retomar eventos históricos em que o discurso e a argumentação propagaram formas de discriminação é uma alternativa para ilustrar os perigos desse tipo de argumentação. A análise de discursos que contemple a problematização dos seus fundamentos e a proposição de novas formulações alinhadas aos princípios da ética e aos direitos humanos pode ser de grande contribuição para o desenvolvimento intelectual e para a formação cidadã dos estudantes.

Cabe ao professor levar os estudantes a perceber que existem modos de falar adequados para as diferentes situações comunicativas e que, em certos contextos, o uso da norma-padrão é uma convenção social. Como explica o linguista e professor Dino Preti:

> Teoricamente, poderíamos dizer que a grande diferença entre os falantes cultos e incultos está no fato de os últimos não disporem de estratégias linguísticas de variação, nos diálogos em que se envolvem, não terem recursos para dialogar com interlocutores de diferentes grupos sociais e se fazerem entender [...].
>
> PRETI, Dino. Mas, afinal, como falam (ou deveriam falar) as pessoas cultas? *In*: PRETI, Dino. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 15.

A capacidade de **realizar inferências** a partir de informações disponíveis é, ainda, um importante aspecto para o desenvolvimento do estudante da Educação de Jovens e Adultos. Explorar dados representados em gráficos, tabelas e mapas permite que o estudante compreenda, com objetividade, as possibilidades e os limites desse tipo de análise.

Utilizar um texto narrativo para inferir os sentimentos, os desejos e os conflitos das personagens, por sua vez, mobiliza outras formas de compreensão igualmente importantes para o desenvolvimento dos educandos. Entre os dados quantitativos e as narrativas textuais, os estudantes podem transitar entre a objetividade numérica e a subjetividade autoral. Atividades pedagógicas pontuais em sala de aula podem ainda ser incentivadas para criar uma discussão em grupo em que o lugar de fala de cada estudante é confrontado com o do autor, possibilitando a distinção entre as inferências possíveis e as projeções que o leitor realiza sobre a obra.

MODERNA

Outros trabalhos complexos podem dar sequência ao desenvolvimento dessa capacidade. A leitura de um texto em que o estudante dirige sua atenção a elementos preestabelecidos pelo professor, como a identidade do autor, sua formação ou o viés político-ideológico do veículo, confere aos estudantes a oportunidade de fazer inferências quanto à menor ou maior parcialidade dos argumentos apresentados.

Estratégias para identificação e atendimento de educandos com dificuldades de aprendizagem

Em qualquer sala de aula, os sujeitos apresentam diferentes formas e ritmos de aprendizado. A expressão *dificuldade de aprendizagem*, bastante ampla, busca englobar quaisquer tipos de obstáculos ao desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes. Essas dificuldades podem ser causadas por fatores sociais, afetivos, fisiológicos e econômicos ou podem representar uma inadequação das estratégias e metodologias de ensino para aquele grupo ou indivíduo.

Vale reiterar que, em geral, os estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos possuem trajetórias escolares múltiplas e, não raro, permeadas por dificuldades. Essas pessoas recorreram à EJA exatamente porque não conseguiram cumprir o trajeto escolar normalizado pela sociedade, isto é, cumprir as etapas da Educação Básica durante a infância e a adolescência.

Isso não significa que esses educandos sejam desprovidos de conhecimentos e aprendizados que lhes possibilitem conquistar e aprimorar capacitações educacionais, sociais e profissionais, entre outras. O desafio aqui, portanto, reside na necessidade de os educadores apreenderem tais características.

Por isso, o desenvolvimento educacional de estudantes matriculados na EJA requer uma abordagem especializada e sensível. Para garantir um ambiente de aprendizado eficaz e inclusivo, é essencial adotar práticas pedagógicas que valorizem a singularidade de cada estudante e promovam seu progresso nos âmbitos escolar e pessoal.

O professor deve demonstrar empatia e acolhimento, valores essenciais a serem cultivados no ambiente escolar, já que criam pontes entre educandos e educadores. Reconhecer as diversas experiências de vida dos estudantes e demonstrar sensibilidade às suas necessidades emocionais e sociais contribui para criar um ambiente de aprendizado seguro e acolhedor.

Nesse contexto, algumas estratégias e diretrizes são fundamentais para atender às demandas específicas desses estudantes. É importante que as atividades sejam especialmente adaptadas a eles, levando em consideração seus interesses, habilidades e ritmos de aprendizagem.

Como parâmetros gerais, é importante que a gestão escolar e o professor atentem-se às necessidades do estudante com dificuldade para que possam, com base nelas, promover adaptações nas práticas de ensino. O trabalho coletivo e os registros de desenvolvimento dos estudantes podem colaborar na identificação dessas dificuldades.

Igualmente relevante é criar momentos de valorização dos esforços dos estudantes com dificuldade de aprendizagem, reconhecendo seu progresso a fim de incentivar a persistência e o engajamento nas aulas.

É claro que condições específicas de deficiências que resultam em dificuldades de aprendizado precisam ser acompanhadas por profissionais especializados. Nesse caso, as dificuldades são consequências diretas de deficiências e de transtornos de caráter mental e/ou fisiológico. Assim, a adaptação dos materiais, das aulas e das estratégias e metodologias de ensino precisa ser acompanhada por profissionais como psicopedagogos ou terapeutas ocupacionais. O desenvolvimento de planos individualizados de aprendizagem para esses estudantes deve ter como ponto de partida diagnósticos especializados e, ao mesmo tempo, permitir que a comunidade escolar pactue quais serão as expectativas de aprendizagem para esses sujeitos.

Considerando de forma conjunta as dificuldades ligadas à escrita, à leitura e ao raciocínio matemático, é possível apontar estratégias pedagógicas integradas. Desenvolver atividades que levem os estudantes a transitar entre o texto escrito e a representação matemática, por exemplo, pode propiciar a aquisição de ferramentas de aprendizagem ligadas originalmente a um desses recursos que também sejam úteis para gerar conhecimentos na interação com recursos de outra natureza. A concepção de projetos que articulem escrita, leitura e matemática contribui para que o estudante identifique os campos em que tem mais facilidade e os utilize para aprender aquilo que lhe é mais difícil.

A contextualização do aprendizado também é uma estratégia interessante para correlacionar os conceitos apreendidos na escola com a vida cotidiana. O trabalho específico com estudantes que apresentam dificuldade de escrita deve contemplar exemplos e modelos variados de textos. O contato com diferentes gêneros textuais permite aos estudantes classificá-los em relação ao nível de dificuldade que encontram para ler e interpretar as mensagens. Além da leitura, os estudantes devem ser estimulados a exercer o papel de autoria em atividades que exijam a produção de seus próprios textos.

As estratégias pedagógicas que exploram a produção de gêneros textuais variados podem compreender a criação de textos coletivos, produzidos em grupos, como forma de promover o auxílio mútuo entre estudantes, que, além do suporte do professor, passam a contar com a colaboração dos colegas e com a criatividade que nasce com a troca de ideias.

A comparação entre diversos gêneros textuais pode levar os estudantes a perceber que eventuais dificuldades de leitura muitas vezes estão relacionadas a um gênero específico. Dessa forma, proporcionar o contato com informações sobre um mesmo assunto em textos literários e textos informativos, por exemplo, permite que o estudante apreenda conhecimentos e os transponha de um gênero a outro.

É possível, ainda, realizar leituras guiadas com os estudantes, em momentos em que o professor lê e decodifica termos, expressões e palavras menos conhecidas pelos estudantes. Exercícios de transcrição permitem que o estudante amplie seu vocabulário e crie um repertório próprio de palavras.

MODERNA

Estabelecer uma obra para leitura comum a todos e organizar momentos de troca e checagem da evolução da leitura favorece o compromisso e estabelece um desafio que pode ser colaborativo. Nesse sentido, a busca por uma obra que seja de interesse de todos é fundamental.

Além disso, a seleção de duplas de estudo pode ser uma estratégia eficaz para promover a aprendizagem colaborativa. Sugerir a formação de duplas visando à complementariedade de conhecimentos pode facilitar a troca de experiências, promovendo um ambiente de aprendizado solidário e inclusivo.

Valorizar a oralidade é outro aspecto crucial no processo educacional dos estudantes da EJA. Muitas vezes, esses estudantes podem compreender o conteúdo de forma verbal, mas enfrentam dificuldades para formalizá-lo por escrito de acordo com as normas escolares. Por exemplo, ao trabalhar noções de frações ou de valores monetários, é importante oferecer oportunidades para que os estudantes expressem seus conhecimentos oralmente antes de serem avaliados por escrito. Provavelmente, boa parte deles domina os conceitos de fração e juros por lidarem com eles no dia a dia. É possível que saibam que 10 centavos equivalem a 10% de 1 real ou que uma dívida qualquer é capitalizada com juros. O desafio é contribuir para que organizem tais conhecimentos dentro dos preceitos escolares e, com base neles, continuem aprendendo com as propostas trabalhadas em sala de aula.

A contextualização dos conceitos é fundamental para o enfrentamento de dificuldades de aprendizagem ligadas ao raciocínio matemático. Utilizar materiais que possam ser manipulados pelos estudantes, criar situações concretas que demandem raciocínio lógico e abstrato e apresentar recursos visuais que ilustrem procedimentos próprios da matemática ajuda os estudantes a superar limitações nessa área do conhecimento.

A abordagem que evolui gradualmente para níveis de complexidade maiores precisa estar entre os cuidados que o professor assume com sua turma. Essa evolução de complexidade pode, inclusive, ser pactuada e discutida com o grupo em um processo de autoavaliação dialógico. A aplicação de exercícios por meio dos quais o professor assume o papel de guia na resolução de problemas matemáticos também colabora para que os estudantes com dificuldade desenvolvam progressivamente as capacidades necessárias para lidar com esse tipo de desafio. Dessa maneira, espera-se que as intervenções do professor se tornem pouco a pouco menos necessárias em um processo de conquista de autonomia por parte dos educandos.

O processo avaliativo é valioso na abordagem das dificuldades de aprendizagem, com ênfase no papel da avaliação continuada para o acompanhamento do progresso dos estudantes. Em vez de avaliações pontuais, é essencial realizar diagnósticos regulares e formativos ao longo do processo educacional. Isso garante uma compreensão mais abrangente das necessidades individuais dos estudantes e orienta o planejamento de intervenções pedagógicas adequadas.

Ressalta-se a importância dos *feedbacks*, do uso de tecnologias e da contextualização. Os estudantes precisam receber pareceres, avaliações, comentários e sugestões do professor para perceber seu desenvolvimento.

MODERNA

Deve ser valorizado também o uso de tecnologias que permitem aprendizagens significativas para o grupo e que se renovam cotidianamente, com curadoria e orientação do professor.

Outra sugestão relevante para facilitar a compreensão dos conteúdos é trabalhar o passo a passo das atividades, desmembrando-as em etapas menores e mais acessíveis. Isso permite que os estudantes processem as informações de forma gradual, aumentando sua confiança e autonomia no processo de aprendizado.

Recomenda-se ainda valorizar o tempo que os estudantes passam na escola, contribuindo para que eles desenvolvam hábitos regulares de estudo. Recursos como bibliotecas, laboratórios e salas de estudo disponíveis no ambiente escolar ajudam a enriquecer a experiência de aprendizado e promover uma abordagem mais prática e contextualizada dos conteúdos.

Abordagens da violência no contexto da educação

Os estudantes da EJA são pessoas jovens e adultas que já vivenciaram diferentes e complexas experiências na vida. Então, é necessário considerar que a abordagem de temas relacionados à violência possivelmente levará parte dos educandos a acessar memórias vinculadas a eventos negativos ou mesmo traumáticos vivenciados em algum momento da história individual. Esse fato requer do professor sensibilidade e cuidado na condução das aulas, que devem ser realizadas com embasamento e metodologias específicas e sem negligenciar a reação individual dos estudantes, promovendo ajustes, quando necessário, para preservá-los de situações que possam gerar desconforto.

Para começar, é interessante retomar a definição do conceito de violência apresentada pela Organização Mundial da Saúde no *Relatório mundial sobre violência e saúde*:

> O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.
>
> KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY, James A. *et al.* (org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. p. 5.

Como se pode notar, existem diferentes tipos de violência, capazes de causar níveis variados de danos, dos mais leves aos mais graves, à saúde física e emocional dos indivíduos.

Para combater as diversas formas de violência que se manifestam no espaço escolar, é necessário construir uma **cultura de paz** que pressuponha um esforço coletivo e atuante na **valorização do convívio social** com respeito às diferenças, aos direitos e à liberdade de todos. Construir uma cultura de paz que se contraponha à cultura de violência é tarefa de toda a sociedade, não apenas da escola.

Muitos estudantes da Educação de Jovens e Adultos que voltam a frequentar as aulas trazem referências da escola na qual estudaram anteriormente e expectativas e dúvidas sobre a nova fase escolar. Por isso, ao trabalhar temas que não estão ligados diretamente ao currículo do semestre, é interessante explicitar os métodos de avaliação. O início do período letivo é o momento em que acontecem os combinados sobre as metodologias pedagógicas utilizadas pelo docente no seu trabalho de ensino, compondo um contrato pedagógico.

Sugere-se que nesse momento o tema violência seja apresentado para mobilizar uma discussão sobre aspectos que impactam concretamente o cotidiano escolar. Para conduzir atividades sobre violência, é importante exercitar a metodologia da Comunicação Não Violenta.

Essa metodologia foi desenvolvida por Marshall Rosenberg, psicólogo estadunidense que investiga maneiras de comunicação. No livro *Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e interpessoais*, o autor estabelece que as técnicas discursivas para a prática da comunicação não violenta devem se dar de acordo com os seguintes componentes: observação, sentimentos e demandas. A postura não violenta é referência na prevenção de *bullying*, racismo, homofobia e violência de gênero.

Outra forma de propor uma discussão sobre a violência na Educação de Jovens e Adultos é promover rodas de conversa sobre o tema. Essa atividade, se for bem conduzida, é um instrumento eficaz para aprofundar a boa convivência entre os estudantes. É, também, uma metodologia que pode ser colocada em prática para abordar situações de conflito em sala de aula. Para realizar a roda de conversa, o docente deve estar preparado para tratar de temas diversos, realizando uma pesquisa prévia e, como mediador da roda, fazer uso de conceitos, dados e trechos de pesquisas para provocar a discussão de maneira rica e produtiva. Ao final, os estudantes podem ser convidados a apresentar um registro de suas impressões da atividade.

Mediação de conflitos

Os conflitos em sala de aula estão diretamente relacionados às questões sociais vividas pelos estudantes. No caso dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, a experiência com situações estressantes e que afetam a qualidade de vida, como desemprego, baixa remuneração, violência doméstica, dificuldades no acesso a serviços essenciais e moradia precarizada, pode amplificar as possibilidades de conflito.

Nesse contexto, é necessário auxiliar os estudantes no desenvolvimento de habilidades emocionais e procedimentos de diálogo para lidar com situações difíceis do cotidiano e com relações conflituosas dentro e fora da escola de forma sensata e equilibrada, considerando os vários aspectos envolvidos e praticando a resiliência e a empatia em relação às outras pessoas.

Para trabalhar com a mediação de conflitos, o professor precisa fazer valer o seu papel de mediador educador, proporcionando momentos de escuta e diálogo para se chegar a um acordo entre as partes antagônicas.

A mediação necessita da figura de uma terceira pessoa que tenha atitudes de neutralidade e imparcialidade em relação ao conflito e disposição para promover o diálogo e a negociação. Na sala de aula, a pessoa certa para assumir esse papel é o professor, que conta ainda com a autoridade e com as ferramentas educacionais proporcionadas pela função que exerce nesse ambiente. Desse modo, a atividade docente reúne as condições essenciais para promover a **educação para o conflito**, que se traduz em capacidade de lidar de forma madura com as divergências e outras situações desafiadoras que caracterizam a vida adulta.

Existem algumas ferramentas importantes para mediar um conflito. As técnicas de comunicação que facilitam o diálogo, por exemplo, são chaves para a mediação.

- ***Rapport***: sincronização de linguagem corporal e sintonia de compreensão para criar um elo entre as pessoas envolvidas. O mediador funciona como espelho do outro. Exemplo: enquanto fala com alguém, espelhar os gestos, a postura corporal e as mãos dessa pessoa, para que ela perceba a sua própria linguagem corporal.
- **Parafraseamento**: técnica de repetir o que foi dito com suas palavras sem mudar o sentido do original. Seu uso exige compreensão do que foi falado. Exemplo: um estudante diz: "Estou com ódio dele, minha vontade é de bater!". O professor então parafraseia: "Você está dizendo que está com dificuldade de conversar com ele e, por isso, quer agredi-lo".
- **Resumo**: sintetização de um discurso que utiliza os conceitos principais sem mudar o contexto. Exemplo: o estudante 1 diz: "Foi assim, no dia da festa, ela passou, olhou para mim e saiu rindo da minha roupa. Tenho certeza de que foi por isso e eu disse para parar porque eu não admito, não, ela é muito folgada." A estudante 2 diz: "Eu não estava rindo de você, eu estava só rindo, se a carapuça serviu, problema seu, não tenho nada a ver com isso!". O professor resume: "Vocês estão contando uma situação em que um estudante se sentiu ofendido por achar que o outro teve uma má intenção ao passar perto sorrindo. Vocês estão bravos um com o outro por percepções diferentes da mesma situação".

Essas ferramentas são usadas pelo mediador durante o processo de mediação para tornar a situação mais racional e viabilizar outro entendimento para os envolvidos. O professor, ao utilizar essas técnicas, tenta esclarecer a situação da forma como ela realmente aconteceu, sem a intensidade da carga emocional vivenciada pelos estudantes. Ao colocar em prática essa ferramenta, é imprescindível buscar a construção de uma narrativa imparcial e amparada nos relatos, sem distorcê-los, para que os estudantes percebam que o fato motivador do conflito gera em cada envolvido uma interpretação pessoal sobre ele.

Muitas vezes, quando o diálogo está realmente impossibilitado, ocorre a necessidade de conversar individualmente com cada pessoa envolvida para que ela possa se ouvir e, posteriormente, consiga ouvir o lado antagônico.

MODERNA

A resolução de conflitos progride em três momentos distintos:

1. Momento passado: o que aconteceu?
2. Momento presente: como estamos interpretando agora o que aconteceu?
3. Momento futuro: como vamos lidar com isso a partir de agora?

Quando o professor solicita aos envolvidos em determinado conflito que, cada um por vez, relatem o fato motivador, ele precisa se ater aos elementos apresentados em cada versão. Se o episódio que deu origem às divergências ocorreu em momento anterior e em outro local, deve ser indagado como esse fato passado se transformou em uma discussão em sala de aula no presente. Por fim, o professor deve questionar se a sala de aula seria o melhor lugar para essa discussão e, já que se deu ali, como ela poderia ser resolvida de forma adequada ao ambiente escolar. As respostas devem considerar aspectos relacionados ao diálogo, à empatia, à educação e ao consenso para que seja possível retomar a aula (futuro).

A mediação na educação faz parte de um processo. Esse processo deve fazer parte do dia a dia. Os resultados mais consistentes ocorrem a longo prazo, promovendo a autonomia e a capacidade dos estudantes de resolver os próprios conflitos.

Bullying

O ***bullying*** se caracteriza por ações repetidas de violência e de intimidação que causam severos danos físicos e psicológicos nas vítimas. Há diversas formas de manifestação dessa conduta, como intimidações verbais, sexuais e emocionais e agressões físicas ou verbais, feitas de maneira sistemática e persecutória por parte dos agressores.

A Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, classifica o *bullying* como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. O *bullying* precisa ser identificado no momento em que acontece, e a mediação do conflito é a técnica apropriada para abordá-lo. Trabalhar preventivamente em atividades que envolvam o combate ao *bullying* é um ato educativo.

Sugestões de atividades

Nas atividades propostas a seguir, a ética e o respeito são convocados como fundamentos da condução de situações de conflito, encorajando o diálogo. Além disso, elas se apoiam na compreensão de que a empatia e a reflexão ajudam na transposição do aprendizado para a vida.

Antes de iniciar as atividades, certifique-se de explicar os objetivos e os contextos abordados. Certifique-se de que a realização das atividades é adequada para a realidade da turma. Por demandarem a exposição de histórias pessoais, muitas vezes traumáticas para os estudantes, é necessário ter certeza de que todos os integrantes da turma estejam à vontade para participar. Após as atividades, sempre faça um fechamento em grupo.

MODERNA

Atividade 1. Como somos diferentes, como somos parecidos

Objetivo: estimular o reconhecimento de diferenças entre as pessoas e desenvolver recursos para enfrentar possíveis preconceitos e conflitos relacionados a essas diferenças.

Materiais: papel *kraft* ou cartolina; material para escrita e desenho (papel, caneta, borracha, lápis, giz de cera, caneta hidrocor etc.); revistas e jornais; tesoura, cola e fita-crepe.

Orientações: peça aos estudantes que escrevam um relato descrevendo situações de conflito que já vivenciaram ou presenciaram envolvendo preconceito, discriminação ou diferenças entre as pessoas. Eles podem mencionar situações vividas em ambientes como o transporte público, o local de moradia, o trabalho, a escola etc. Solicite que entreguem os textos de forma anônima, para que não se sintam constrangidos.

Agrupe os relatos por semelhança de tema, por exemplo: julgamento equivocado de uma pessoa no trabalho, preconceito no transporte etc. Organize a turma em grupos, que serão responsáveis cada um por um tema. Os grupos devem criar diálogos para representar as situações relatadas. Devem também dramatizar os diálogos propostos. Ao professor caberá fazer a mediação do conflito representado, expondo as estratégias utilizadas para isso.

Ao final, proponha uma roda de conversa com a turma sobre como os estudantes se sentiram ao realizar a atividade. Por fim, proponha os seguintes questionamentos:

1. "Como somos diferentes, como somos parecidos." Como vocês interpretam essa frase?
2. O que poderia ser feito para que as situações representadas tivessem desfechos baseados em soluções dialogadas?
3. O que aprendemos com essa atividade?

Para finalizar, os estudantes devem produzir cartazes que respondam criativamente à pergunta 3: o que aprendemos com essa atividade? Os cartazes podem utilizar recortes de imagens de jornais e revistas ou desenhos. Eles podem ser expostos na sala de aula ou em outro ambiente da escola.

Atividade 2. Revendo situações

Objetivo: refletir sobre os próprios sentimentos e reações em situações desafiadoras para agir com mais consciência em situações análogas no futuro.

Material: materiais de escrita (lápis, borracha, canetas, papel), lousa ou papel de *flip chart*.

Orientações: organize a turma em semicírculo, divida a lousa em três campos e, em cada um deles, escreva as três perguntas a seguir.

1. Você já se sentiu ofendido com algo que lhe disseram?
2. Como você se sentiu?
3. Como você agiu?

MODERNA

Peça a cada estudante que responda às questões propostas e anote as palavras-chave que sintetizam as respostas deles na lousa. Depois, possibilite aos estudantes um momento para que eles reflitam sobre o fato de que talvez todos os estudantes já tenham se sentido ofendidos pelas palavras de outras pessoas, e para que identifiquem as semelhanças e diferenças dos sentimentos e das ações de cada estudante. Se preciso, faça essa orientação. Depois, incentive-os a examinar a situação carregada de emoção do passado analisando-a com a clareza e o distanciamento do presente. Para isso, pergunte: "Como vocês agiriam agora?".

Será de muito valor a participação oral dos estudantes que se sentirem à vontade para fazê-lo. Depois, peça aos estudantes que registrem individualmente e por escrito as relações entre os sentimentos e ações que reconhecem ao examinar a reação à situação do passado e a resposta como sobre agiriam diante da mesma situação no presente.

A atividade pode ser encerrada com a seguinte discussão: quando tomamos atitudes em uma situação de conflito, frequentemente agimos de acordo com a emoção do momento. O que é possível aprender sobre essa situação após refletir sobre ela? Vale enfatizar a importância do respeito à diversidade, da cultura da paz e do diálogo para a busca de soluções para os conflitos do dia a dia.

Manifestações da violência de gênero

ACERVO DO SENADO FEDERAL

Cartaz produzido pelo Senado Federal para a campanha "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher", 2017.

A violência de gênero é caracterizada como aquela cometida contra uma pessoa em função de sua identidade de gênero. São vítimas desse tipo de violência preponderantemente as mulheres e as pessoas LGBTQIAP+, sujeitos que também enfrentam dificuldades relacionadas a diversos direitos no Brasil.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos emerge como possibilidade de acolhimento e convivência entre os estudantes e de debate sobre questões que afetam a sociedade como um todo, incluindo a violência de gênero.

De acordo com o *Mapa da Violência 2015*, que analisa dados do Ministério da Saúde, naquele ano, o Brasil ocupava a quinta posição em um *ranking* de 83 países com maior número de assassinatos de mulheres no mundo, segundo dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde.

A **violência contra a mulher** abrange um leque de situações que envolvem todo tipo de assédio, exploração, agressão física e psicológica, estupro e feminicídio. A vulnerabilidade em relação a essas e outras modalidades de violência no âmbito familiar ou social está entre os motivos que afastam as mulheres do estudo. Também é necessário reconhecer a influência do componente racial nesse quadro, pois a violência atinge em maior número as mulheres pretas com escolaridade até o Ensino Fundamental.

A **homofobia** é outro problema que alimenta a cultura de violência no Brasil. Desde o início da vida escolar da pessoa LGBTQIAP+, o enfrentamento da homofobia se perpetua no decorrer de sua trajetória pessoal. Essa população tende a sofrer agressão física, verbal e psicológica nas escolas, o que afeta seu desempenho e muitas vezes a afasta da vida escolar. Em 2022, o Brasil foi o país que mais matou pessoas LGBTQIAP+ no mundo: 1 morte a cada 32 horas. Os dados são do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil.

Educar para essas questões torna a Educação de Jovens Adultos mais inclusiva, na medida em que o debate sobre elas extrapola os limites do ambiente escolar e chega até a família e a comunidade dos estudantes. Muitas vítimas da violência não têm a noção clara de que sofrem algum tipo de violência, pois algumas situações, de tão corriqueiras, foram normalizadas. Cabe ao professor contribuir para o desenvolvimento da desnaturalização desses padrões de comportamento violentos, explicando que qualquer tipo de violência de gênero é inaceitável, dentro e fora da escola.

O espaço da escola deve ser de acolhimento, proteção e desenvolvimento de habilidades para lidar com esse contexto. Por se tratar de um assunto delicado e doloroso para a maioria das vítimas, a abordagem ética é indispensável e o sigilo, muitas vezes, necessário. O assunto deve ser tratado no coletivo e exemplos pessoais de situações não devem ser induzidos nem solicitados diretamente. Perguntar o que é e como acontece é diferente de perguntar se já aconteceu com determinada pessoa.

Caso algum estudante relate voluntariamente sua história, ela deve ser acolhida com muito respeito por todos. Se algum estudante solicitar ajuda de forma particular, deve ser ouvido com respeito e acolhimento e encaminhado a psicólogos que atendem à escola ou a entidades que possam dar o devido amparo legal e psicológico. Ao professor cabe o acolhimento e a orientação.

MODERNA

Sugestões de atividades

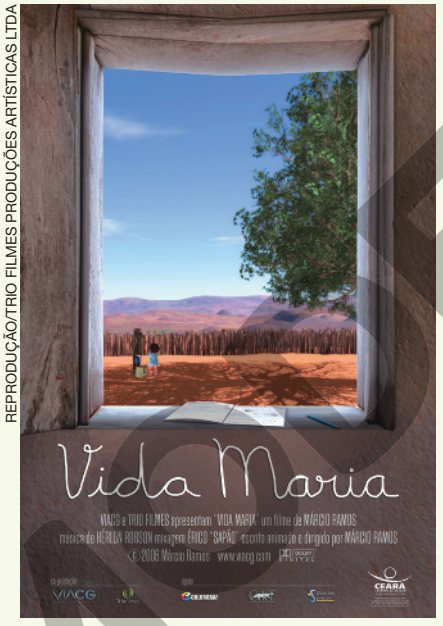
Atividade 1. Vida Maria, vida da gente

Objetivo: sensibilizar os estudantes para a violência contra as mulheres que envolve a violação de direitos básicos, como o de estudar, por exemplo.

Materiais: computador com acesso à internet; curta-metragem *Vida Maria* de Márcio Ramos (Brasil, Triofilmes, 2006. Duração: 8 minutos e 35 segundos). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T9d7g8TdwQs. Acesso em: 7 maio 2024.

Orientações: o curta-metragem *Vida Maria* é uma animação em 3-D sobre a história de Maria José, uma menina de 5 anos de idade que é levada a parar os estudos para trabalhar. A menina vive no sertão cearense, onde cresce, casa, tem filhos e envelhece. Na sequência, esse ciclo de vida se reproduz com as suas filhas, netas e bisnetas.

REPRODUÇÃO/TRIO FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA



Cartaz do curta-metragem **Vida Maria**, direção de Márcio Ramos, lançado em 2006.

Peça aos estudantes que assistam ao filme ou, se possível, exiba-o em sala de aula.

Apresente a eles um roteiro de análise do curta-metragem. Sugerem-se as seguintes questões:

1. Por que Maria José teve de parar de estudar?

2. De que forma a violência está presente na história?

3. Você conhece alguma pessoa com uma história de vida parecida com a de Maria José? Se sim, conte essa história, comentando semelhanças e diferenças.

É possível solicitar aos estudantes que produzam, com base nas respostas às questões, um texto que será lido para a turma. Após as leituras, sugere-se organizar uma roda de conversa sobre as análises do curta-metragem pelos estudantes com o objetivo de se refletir sobre alternativas para que meninas como Maria José não abandonem os estudos.

Atividade 2. Leitura e análise de dados

Objetivo: ler e interpretar dados de violência de gênero apresentados em texto e gráficos.

Material: versões impressas ou digitais do texto *Indicadores sociais das mulheres no Brasil*, publicado no *site* IBGE Educa, disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21241-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html (acesso em: 17 abr. 2024). Caso se opte pelo formato digital, serão necessários dispositivos com acesso à internet.

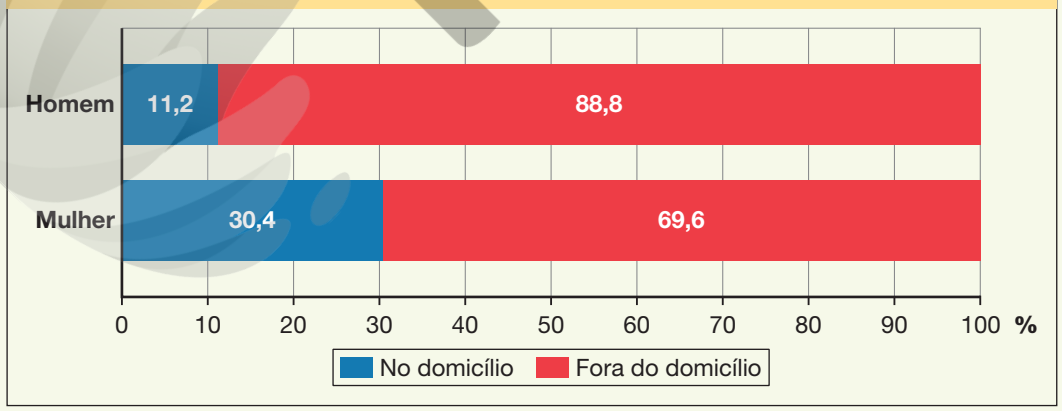
Orientações: os estudantes devem ler o texto indicado e analisar os dados apresentados. A atividade pode intercalar a leitura coletiva, a leitura individual pelos estudantes e a leitura realizada pelo professor.

Solicite a eles que identifiquem no texto as informações a seguir e respondam às perguntas entre parênteses.

1. Fonte e ano de publicação do texto (Qual é a importância dessas informações?).
2. Populações mencionadas no texto (Sobre qual população o texto discorre?).
3. Teor das representações visuais que acompanham o texto. Caso existam estudantes cegos ou com baixa visão, elas devem ser descritas oralmente aos estudantes (O que elas significam? Como são percebidas em relação ao tema?).
4. Tipos de violência apresentados (Que tipos de violência são citados no texto e o que significa cada um deles?).

O texto apresenta dados estatísticos que evidenciam a persistência de desigualdades acentuadas entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Sugere-se explorar com os estudantes o gráfico apresentado a seguir, solicitando-lhes a interpretação das informações nele presentes. O roteiro de perguntas proposto na sequência pode oferecer um caminho de análise.

Brasil: distribuição dos homicídios por local de ocorrência (em %) – 2018



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **IBGE Educa**. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21241-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html. Acesso em: 17 abr. 2024.

MODERNA

1. Qual foi a população estudada no gráfico?

Resposta: Homens e mulheres vítimas de homicídio no Brasil.

2. Qual foi o tema estudado?

Resposta: Distribuição de homicídios por local de ocorrência.

3. O que representam as cores vermelha e azul?

Resposta: Representam o local dos homicídios: fora do domicílio (vermelha); no domicílio (azul).

4. De acordo com o gráfico, onde acontecem mais homicídios?

Resposta: Fora do domicílio.

5. Qual é a diferença entre homens e mulheres em relação à distribuição de homicídios?

Resposta: O número de homicídios de mulheres no domicílio (30,4%) é maior do que o número de homicídios de homens no domicílio (11,2%).

Depois de checar se todos os estudantes entenderam corretamente essas informações, promova um debate sobre o significado desses dados. Em seguida, leia com os estudantes o seguinte trecho do texto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

> [...] Em 2019, no Brasil, as mulheres dedicaram semanalmente quase o dobro de tempo aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos se comparado aos homens (21,4 horas contra 11,0 horas). O indicador *Número de horas semanais dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo*, fornece informações que visam alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas e dar visibilidade a esta forma de trabalho.

IBGE. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **IBGE Educa**. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21241-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html. Acesso em: 17 abr. 2024.

1. Segundo o trecho do texto, quem trabalha mais dentro do domicílio: o homem ou a mulher?

Resposta: A mulher trabalha em média 21,4 horas dentro do domicílio, enquanto o homem, 11. Portanto, a mulher trabalha mais dentro do domicílio.

2. O que isso significa?

Resposta: Isso significa que as mulheres podem ter uma carga de trabalho maior que a dos homens, somando o trabalho doméstico ao trabalho fora de casa. Assumindo mais tarefas em casa, elas têm menos tempo para dedicar ao trabalho remunerado. Essa desigualdade na distribuição das tarefas tem como consequência também a desigualdade de rendimentos.

MODERNA

Educação e saúde mental

A **saúde mental** dos indivíduos envolve fatores políticos, econômicos, ambientais, biológicos e culturais.

A escola é um espaço para discussão, reflexão e educação, e as práticas escolares também podem colaborar para a proteção da saúde mental. Manter um ambiente de diálogo com os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, que muitas vezes sofrem preconceito pela condição de estudantes considerados tardios, é uma forma de colaborar ativamente para a promoção da saúde mental deles.

Muitos estudantes com dificuldades emocionais e cognitivas passam anos sem diagnóstico ou tratamento. Considerando que a escola deve acolher a diversidade e educar de maneira inclusiva, cabe ao professor trabalhar em duas frentes:

- na orientação sobre saúde mental e problemas relacionados ao uso de drogas e álcool;
- na desmistificação desses temas com os estudantes.

Um grupo de neurologistas e pesquisadores ligados à Universidade Federal de Minas Gerais, com liderança do professor e doutor em neurologia Paulo Caramelli (Sanches, 2019), concluiu que a Educação de Jovens e Adultos pode ajudar a prevenir doenças mentais, resgatar a autoestima e construir novos laços sociais. A frequência escolar pode também remediar e prevenir problemas de saúde mental ao proporcionar o empoderamento dos estudantes. Esses pesquisadores também têm trabalhado com a verificação da hipótese de que idosos com mais de quatro anos de escolaridade teriam conexões cerebrais mais íntegras que os analfabetos.

A importância da educação na questão da saúde mental, portanto, vai além do conhecimento sobre o tema e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Estudar reduz a vulnerabilidade a doenças mentais, devolvendo autoestima e fortalecendo as relações com a comunidade. Frequentar a escola também contribui para a ampliação do acesso a oportunidades de trabalho. Portanto, ao falar em saúde mental na Educação de Jovens e Adultos, deve-se ter em conta o contexto desses estudantes, que têm suas necessidades próprias.

Criar oportunidades para que os estudantes desenvolvam habilidades ligadas a competências socioemocionais facilita o trabalho com questões relacionadas à saúde mental, gerando benefícios que se estendem para a sociedade em geral. Alguns exemplos de competências socioemocionais são a inteligência emocional, a capacidade de resolução de conflitos, a comunicação eficaz e a empatia.

Sugestões de atividades

Atividade 1. Como anda sua saúde mental

Objetivo: promover a reflexão sobre situações da vida emocional, demonstrando a necessidade de monitorar aquelas que se repetem ou duram muito tempo, avaliando a necessidade de busca por ajuda. Atuar na prevenção, conscientização e desmistificação das questões de saúde mental.

MODERNA

Material: material para escrita (papéis, lápis, borracha e caneta).

Orientações: apresente para os estudantes a imagem de um modelo de um batimento cardíaco normal retratado em um exame de eletrocardiograma. Importante salientar que a imagem será usada de forma metafórica, pois na atividade os estudantes vão dar outro sentido a ela.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ ARQUIVO DA EDITORA

Ilustração para fins didáticos representando um eletrocardiograma fictício.

Peça aos estudantes que escrevam um texto para relatar os acontecimentos de um dia comum, desde o momento em que acordam até o momento em que vão dormir. Peça que anotem as emoções positivas e negativas que sentiram durante esse dia. Essas informações deverão ser utilizadas para traçar um gráfico com características semelhantes à de um eletrocardiograma: os estudantes terão de traçar, da esquerda para a direita, uma linha que oscile para cima e para baixo, formando picos e fundos. Nos picos, eles deverão fazer registros alusivos às emoções positivas e agradáveis e nos pontos fundos, registros alusivos às emoções negativas e desagradáveis.

Enfatize que é importante que deem nome às emoções. Oriente os estudantes a escrever um descritivo sobre as sensações quando não for possível nomear a emoção. Por exemplo: sensação de aperto no peito ou vontade de quebrar alguma coisa. Após o registro das emoções de um dia, os estudantes terão de verificar se as emoções registradas no gráfico se concentraram mais nos picos ou nos fundos. Para aprofundar esse momento de autoconhecimento, eles podem ser estimulados a pensar nas seguintes questões: "Quais foram os sentimentos mais persistentes?"; "Quais dominaram o dia?"; "Esse quadro se repete em outros dias ou foi uma ocorrência pontual?".

Aqui é importante que o professor preste atenção para não classificar as emoções citadas pelos estudantes como normais ou anormais. O foco deve ser o autoconhecimento deles e a educação para reconhecer emoções e saber identificá-las, ajudando-os a perceber o que é saudável para a própria vida.

Lembre-se de que, em uma turma de Educação de Jovens e Adultos, há estudantes neurodiversos, com pouco ou nenhum diagnóstico. Palavras como *nervosismo* e *confusão* e autodiagnósticos são comuns e podem aparecer na fala dos estudantes. Isso precisa ser pontuado no sentido da compreensão e não da correção.

Os estudantes poderão comentar suas experiências na construção do eletrocardiograma das emoções em uma roda de conversa, durante a qual a saúde mental deve ser valorizada.

Atividade 2. Desconstruindo estigmas

Objetivo: desconstruir ideias do senso comum sobre doença mental, promovendo melhor entendimento sobre o assunto.

Orientações: nessa atividade, os estudantes, reunidos em grupos, vão ler e discutir o trecho de um texto sobre banalização de doenças mentais para, depois, conversar sobre frases que podem ter como causa essa banalização.

Banalização das doenças mentais dificulta diagnóstico e tratamento

Tratar como comum, trivial, as experiências vividas por quem sofre com doenças mentais é uma forma de banalização desses transtornos. Um outro exemplo é ouvir uma pessoa transitoriamente triste dizer que "está com depressão". E estas situações contribuem para a desinformação e preconceito dos transtornos mentais, alerta a professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, Valéria Barbieri.

[...]

Vítima da banalização das doenças mentais, a estudante de Jornalismo Anna Clara Carvalho, de 21 anos, sofre com Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), doença que integra os transtornos ansiosos que atingem 9,3% da população brasileira, segundo o relatório *Depressão e outros distúrbios mentais comuns: estimativas globais de saúde*, divulgado pela OMS em 2017.

Para Anna Clara, a banalização de sua doença impede as pessoas de perceberem seu real estado de ansiedade (natural ou ansiedade fora do normal) e até mesmo quando está apenas séria. "Podemos estar ansiosos para uma viagem, para uma festa ou para um trabalho. E isso é normal das pessoas, do ser humano. O problema é quando isso começa a ser por qualquer coisa e em todo o tempo do seu dia", diz Anna Clara.

E o problema se agrava com a incompreensão que a jovem percebe nas pessoas com quem se relaciona. "Elas sempre falam que estão ansiosas, mas quando nós falamos que estamos tendo uma crise de ansiedade ou estamos passando por um momento mais difícil nesse sentido, elas acham que vai passar ou que é só um nervoso por alguma coisa."

Para Anna Clara, a banalização da doença mental atrapalha o entendimento do transtorno e também a busca por tratamento. "O maior problema da ansiedade é quando as pessoas começam a enxergá-la como um sentimento qualquer, que não precisa ser tratada; não tem valor e não precisa ser encarado com seriedade."

PIERRI, Vitória. Banalização das doenças mentais dificulta diagnóstico e tratamento. **Jornal da USP**, 12 fev. 2021. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/banalizacao-das-doencas-mentais-dificulta-diagnostico-e-tratamento/. Acesso em: 23 fev. 2024.

Pergunte aos estudantes o que eles entendem do termo *banalização*, nesse contexto. Caso tenham dificuldade, retome com eles o primeiro parágrafo do texto, evidenciando que doenças mentais são fenômenos complexos e não devem ser tratadas como se fossem um reflexo da vontade das pessoas que apresentam os sintomas.

Depois, solicite a eles exemplos de frases que já ouviram ou leram pensando nos contextos ligados à saúde mental. Registre-as na lousa e busque identificar com a turma a reprodução de estereótipos, opiniões preconceituosas e ideias equivocadas.

MODERNA

É comum que as doenças mentais sejam associadas à indisposição física ao trabalho e tarefas ou a uma predisposição emocional consciente daquele que a manifesta. Se julgar pertinente, forneça alguns exemplos e discuta com os estudantes os erros neles contidos.

1. "A casa está assim por preguiça."

Resposta possível: "Muitas vezes, a pessoa com algum problema de saúde mental não consegue executar tarefas simples como arrumar a casa, e não é por preguiça".

2. "Doença mental não existe."

Resposta possível: "Doenças mentais são doenças como quaisquer outras e são cientificamente comprovadas".

3. "Isso não é doença; doença é diabetes, hipertensão, câncer."

Resposta possível: "São doenças diferentes, mas todas são doenças".

4. "Na minha época, depressão não existia."

Resposta possível: "Depressão sempre existiu, mas hoje se fala mais sobre o assunto".

5. "Com força de vontade você supera isso."

Resposta possível: "Algumas doenças mentais, como a depressão, tiram a vontade da pessoa".

6. "Se você ocupar a cabeça, essa sensação vai passar."

Resposta possível: "Ocupar a cabeça não resolve problemas de saúde mental, muitas vezes é difícil para a pessoa conseguir fazer atividades cotidianas".

Peça aos estudantes que compartilhem suas conclusões sobre a discussão realizada. Comente que o desenvolvimento da empatia envolve a percepção e o reconhecimento dos desafios enfrentados pelas pessoas com quem convivemos no cotidiano.

Atividade 3. Verdadeiro ou falso?

Objetivo: abordar a saúde mental e seus mitos.

Material: papel-cartão, cartolina ou papelão e material para escrita (papéis, lápis, borracha, canetas e canetas hidrocor) para a produção das plaquinhas.

Orientações: os estudantes vão classificar as afirmações com plaquinhas representando V (verdadeiro) ou F (falso). Para cada afirmativa, o professor vai contabilizar as respostas, indicar a classificação das afirmativas feita pela maioria da turma e, em seguida, fornecer a resposta correta, discutindo as afirmativas. A seguir apresentam-se sugestões de afirmativas.

1. Doença mental e loucura são a mesma coisa.

Resposta: Falso. Existem muitas doenças mentais, o que não é um sinônimo de loucura.

2. Só devo ir ao psicólogo ou psiquiatra em casos graves.

Resposta: Falso. Quem irá determinar a gravidade é o médico psiquiatra ou o psicólogo. Eles tratam diversos tipos de doenças, não só as mais graves.

MODERNA

3. O sedentarismo prejudica a saúde mental.

Resposta: Verdadeiro. Praticar atividade física melhora a saúde mental.

4. Manter relações saudáveis ajuda a ter uma melhor saúde mental.

Resposta: Verdadeiro. Relações saudáveis servem de apoio emocional e melhoram a autoestima.

5. Às vezes é preciso tomar remédio durante toda a vida.

Resposta: Verdadeiro. Algumas doenças (as crônicas) precisam de medicação por períodos longos, e isso não acontece apenas com doenças mentais.

6. Psiquiatra e psicólogo são a mesma coisa.

Resposta: Falso. Psiquiatra é um médico que pode utilizar medicação no tratamento. O psicólogo atua em questões relacionadas a sentimentos e comportamentos por meio de terapia.

7. Se o médico me encaminhou para o psiquiatra ou psicólogo, é porque estou em situação muito grave.

Resposta: Falso. O médico encaminhou porque o psiquiatra e o psicólogo são especialistas no assunto.

8. Ficar triste às vezes é normal.

Resposta: Verdadeiro. Sim, na vida por diversas vezes as pessoas se sentem tristes.

9. Eu não devo falar com ninguém sobre meu sofrimento porque não vão me entender.

Resposta: Falso. Buscar ajuda é um bom caminho. Muitas pessoas são capazes de compreender os sentimentos das outras.

10. A pessoa que quer se suicidar ameaça várias vezes antes de fazer.

Resposta: Falso. Nem sempre. Não há regras.

11. Quem ameaça suicídio só quer chamar a atenção.

Resposta: Falso. Quem ameaça suicídio pode realmente estar pensando no assunto.

12. Beber e usar drogas não interfere na saúde mental.

Resposta: Falso. Álcool e drogas podem provocar transtornos mentais.

13. Estudar muito deixa a pessoa louca.

Resposta: Falso. Estudar não causa loucura.

Discuta com os estudantes a ideia de que nem tudo é verdadeiro entre os assuntos sobre os quais as pessoas têm convicção; tampouco sobre aqueles que se propagam pelas conversas de quem não é especialista no assunto. É importante receber a orientação de profissionais qualificados.

Apresente aos estudantes os resultados da atividade sem individualizar a apresentação. A ideia não é expor as respostas individuais, mas mostrar que uma ideia errônea pode se espalhar se muitas pessoas acreditarem nela. Caso ache conveniente, peça aos estudantes que deem exemplos de ideias estigmatizadas além das trabalhadas na atividade e identifiquem quais são verdadeiras e quais são falsas.

MODERNA

Orientações específicas da obra

Pressupostos teóricos

A presente obra é embasada em referenciais teóricos que abrangem a perspectiva histórica e temas atuais para a compreensão de formas de trabalho na realidade contemporânea. A proposta possibilita aos estudantes contextualizar e refletir sobre o mundo do trabalho em suas dimensões histórica, social, cultural e territorial. Para tanto, eles vão estudar aspectos da formação do território brasileiro e características das lutas e conflitos que os povos do campo enfrentam no Brasil atual, identificando a importância do reconhecimento de suas territorialidades.

Na obra, trata-se também das desigualdades raciais, de gênero e de rendimentos na sociedade brasileira, caracterizam-se as transformações históricas relacionadas ao desenvolvimento das técnicas e tecnologias e discutem-se diferentes formas e relações de trabalho na contemporaneidade. A obra também enfoca a importância das lutas dos trabalhadores no decorrer da história e a conquista de direitos trabalhistas no mundo e no Brasil. Nesse percurso, temas como a precarização das relações de trabalho, a participação das mulheres no mercado de trabalho e a permanência do trabalho análogo ao de escravizado no Brasil são problematizados. O papel das cadeias de produção global e a discussão sobre a sustentabilidade no cenário atual e futuro também merecem destaque.

Mundos do trabalho: um campo de estudo

A expressão *mundos do trabalho* demarca um campo de estudo na área da história. Não se trata apenas de reconhecer o desenvolvimento de técnicas, os movimentos políticos dos trabalhadores, suas greves e lideranças. Nas últimas décadas, muitos historiadores têm se dedicado à história social do trabalho. Além dos dados econômicos, passou-se também a discutir as dimensões da cultura por meio da análise do cotidiano dos trabalhadores e da problematização das relações de gênero, classes, raças, etnias, faixas etárias, estruturas domésticas e sexualidade. O grande marco dessa mudança de paradigmas foi a obra do historiador britânico Edward Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, publicada na década de 1960.

Atualmente, o historiador holandês Marcel van der Linden defende uma história global do trabalho. Para ele, é preciso olhar para o mundo do trabalho em escala global, e não analisar apenas as experiências dos países chamados desenvolvidos.

MODERNA

Quando se analisa a industrialização no Reino Unido entre os séculos XIX e XX, por exemplo, é fundamental interligá-la aos processos que aconteciam em outras partes do mundo. A Revolução Francesa, por exemplo, mobilizou trabalhadores em sua luta por seus direitos políticos. Ao mesmo tempo, em decorrência da Revolução do Haiti, o medo da revolta dos negros escravizados fez com que os debates raciais ficassem mais restritos no Reino Unido da época.

A história global no trabalho pode ter como marco temporal o momento em que o comércio atingiu uma escala mundial, a partir do século XIV, e estender-se até o presente. No entanto, análises de outros períodos históricos também evidenciam relações que podem ir além dos contatos estabelecidos nos locais onde os trabalhadores viviam e produziam. Ou seja, em diferentes partes do mundo e em diversos períodos históricos, houve circulação de produtos e pessoas pelo espaço geográfico, propiciando trocas comerciais e culturais. Além disso, o fruto do trabalho humano circulou e moveu a humanidade ao longo dos séculos, marcando os mais diferentes povos e localidades: das sociedades do Egito antigo às atuais comunidades indígenas da América do Sul, passando pelo Império Romano, pelas dinastias chinesas e pelos povos e reinos africanos, por exemplo.

Por causa dessa complexidade, os estudos sobre os mundos do trabalho devem considerar diversas formas de trabalho, discutindo não apenas as condições da classe trabalhadora, referindo-se aos empregados formais. Isso porque há trabalho livre e não livre, remunerado e não remunerado e trabalhadores organizados por meio de movimentos formais ou informais. Existem também os trabalhadores escravizados, sem liberdade, os empreendedores e os pobres excluídos, chamados de *lumpemproletariado*.

Para a compreensão da complexidade dos mundos do trabalho, uma análise interessante pode ser encontrada em uma obra do economista Frank Taussig, publicada nos anos 1920.

> Comumente, referimo-nos a um alfaiate como aquele que faz roupas, um carpinteiro como aquele que faz mesas, um sapateiro como aquele que faz botas. Tal frase, como muitas desse tipo, é elíptica [isto é, omite situações que, no entanto, podem ser compreendidas] e leva facilmente a mal-entendidos. O trabalho do alfaiate apenas dá o toque final ao trabalho previamente realizado por uma longa cadeia de pessoas – o pastor que cuidou do rebanho, o tosquiador de lã, aqueles que transportaram a lã por terra e por mar, o penteador de lã tecelão etc., sem mencionar aqueles que fizeram as ferramentas e maquinaria destes trabalhadores. Similarmente, o carpinteiro é o último de uma sucessão de pessoas que trabalharam para um mesmo fim – o lenhador nos bosques, o cortador de madeira no moinho, o maquinista e o engenheiro na ferrovia e assim por diante. Muitos trabalhadores, distribuídos em longas séries, se combinam a fim de produzir mesmo as mais simples mercadorias.
>
> TAUSSIG, Frank. Principles of Economics. Nova York: Macmillan, 1921. v. 1. p. 15. *Apud*: LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 25, 2009.

MODERNA

Além da diversidade de sujeitos presentes na cadeia produtiva, há outros fatores que devem ser considerados para entendermos os mundos do trabalho. Os trabalhadores não devem ser analisados apenas com base em suas categorias funcionais – é necessário examinar também suas relações familiares, com destaque para os papéis de gênero nessas relações.

Marcel van der Linden ainda alerta para alguns riscos, como usar os tipos de trabalho e de movimentos de trabalhadores dos países mais desenvolvidos como modelos, com base na falsa premissa de que eles seriam mais evoluídos. Isso seria reproduzir o eurocentrismo, ou seja, usar o padrão da Europa como parâmetro para avaliar o que acontece em outras partes do mundo.

Linden também chama a atenção para as diferenças de sentido que são atribuídas aos tipos de trabalho: enquanto o trabalho manual tende a ser desvalorizado socialmente, o trabalho intelectual e criativo costuma ser mais valorizado. Essa distinção, inclusive, se expressa por meio de diferentes palavras. No caso da língua inglesa, *labor* é uma palavra que designa o trabalho braçal e *work* designa o trabalho considerado mais elaborado. Além do inglês, outras línguas, como o espanhol, o francês e o italiano, também têm palavras distintas para nomear diferentes tipos de trabalho. Na língua portuguesa, embora não haja palavras específicas para tal distinção, permanecem as diversas formas de qualificar esses tipos de trabalho.

Essa distinção entre as formas de trabalho produziu, ao longo da história, impactos nas condições de trabalho e nas formas como os trabalhadores vivem. Esta obra acompanha as mudanças nessas relações ao longo do tempo, bem como os meios que os trabalhadores encontraram para lutar por sua sobrevivência.

O mundo do trabalho: da Antiguidade à Época Moderna

A sobrevivência da humanidade se apoia na realização de diversos tipos de trabalho, que são aprimorados ou transformados ao longo do tempo. As técnicas concebidas pelos povos espalhados pelo planeta, em consonância com os conhecimentos disponíveis e com os desafios impostos à sobrevivência, agregam ao trabalho as dimensões cultural e tecnológica, o que proporciona a coexistência de maneiras específicas de explorar e transformar os recursos da natureza no âmbito de cada sociedade. O domínio de diferentes técnicas fez com que o trabalho se tornasse um meio de resolver novos desafios, como diversificar a alimentação, construir moradias mais seguras, criar meios mais eficientes para se proteger de inimigos e cuidar melhor da saúde. A evolução do trabalho possibilitou, portanto, produzir o espaço geográfico e transformar as sociedades. Como argumenta o historiador Jean-Pierre Vernant, as relações sociais de produção e as apropriações da natureza têm um componente mental. Esse autor mostra como os gregos da Antiguidade tinham concepções e palavras específicas para nomear os diferentes tipos de trabalho. Isso influenciou o vocabulário latino, do qual herdamos algumas palavras.

No grego antigo, a palavra πονος é traduzida para o latim como *labor* e tem o sentido de trabalho pesado. Essa palavra estava associada ao sofrimento dos soldados nas batalhas e das mulheres durante o parto. Já a palavra εργον no grego antigo designava o trabalho no campo e com as finanças, podendo ser traduzido em latim como *indústria*, o produto gerado pelas virtudes, pela capacidade de quem produz. Na Roma antiga, *opera*, em latim, designava o trabalho manual, enquanto *opus* se referia ao produto desse trabalho.

Para Vernant, a desvalorização dos trabalhos manuais pelas classes dominantes era uma forma de controle dos trabalhadores. O escravismo era outra característica comum entre as sociedades grega e romana da Antiguidade. Esse regime de trabalho também ocorreu em outras sociedades do mundo antigo, na África, na América, na Ásia e no Oriente Médio. O domínio sobre os escravizados nessas sociedades fazia-se também no nível mental: era necessário desvalorizar seu papel e o fruto de seu trabalho, já que eles não tinham a mesma condição dos homens livres.

De acordo com Orlando Patterson, o poder que um senhor exercia sobre seu escravizado era absoluto, já que era preciso torná-lo submisso. Essa submissão era obtida por meio da violência e da coerção. Normalmente, o escravizado era retirado de sua comunidade de origem para trabalhar de maneira forçada em outras localidades. Era comum que adotasse um novo nome para demarcar sua submissão e a redefinição da identidade na sociedade em que passava a viver. Desse modo, o escravizado viveria uma espécie de morte social, uma vez que era privado de direitos civis, vivendo em uma situação de marginalidade. Em meio a essa violência, os grupos escravizados ao longo da história criaram estratégias de resistência, procurando atenuar as condições do escravismo ou mesmo obter a liberdade.

Com a crise do Império Romano a partir do século IV d.C. e as invasões germânicas na Europa, surgiram outros modelos no mundo do trabalho. Segundo Jacques Le Goff, as cidades europeias, que eram centros de riqueza, foram o alvo primordial dessas ocupações estrangeiras. Com isso, as rotas de comércio pelo continente deixaram de abastecer os centros urbanos. As cidades, em geral, eram centros de importação de produtos. Como elas estavam desabastecidas, a população urbana se aproximou dos locais de produção de alimentos no campo. Os ricos migraram para suas terras rurais e os pobres, sem posses, passaram a viver nas terras dos senhores, sob seu domínio. Nas palavras de Le Goff: "A desorganização das trocas multiplica a fome, e a fome impele as massas para o campo e as submete à servidão aos que dão o pão, os grandes proprietários" (Le Goff, 2016, p. 30).

Assim, no período medieval houve a ruralização da maior parte da economia nos feudos. Para viver nos domínios senhoriais era preciso prestar serviços ao senhor, já que muitos camponeses não tinham terras próprias de onde pudessem retirar seu sustento. Essa foi a base da formação das relações de trabalho servil na Idade Média. De acordo com Karl Marx, os produtos gerados no campo não se tornavam mercadorias, pois não circulavam.

MODERNA

Assim, o camponês produzia o trigo com o qual pagava o senhor feudal e a Igreja católica, em forma de dízimo. Para se tornar uma mercadoria, o trigo precisaria ser transferido por meio da troca para quem iria se servir dele ou repassá-lo a outro agente inserido em relações comerciais.

Isso não significa que a Europa deixou de praticar o comércio durante o período medieval, mas ele teve alcance restrito. A partir do século X, surgiram, além dos feudos, os burgos, que eram aglomerações onde viviam os comerciantes, que então foram identificados como *burgueses*. Esses homens circulavam pelas cidades e vilas, oferecendo serviços e mercadorias, estabelecendo o que Fernand Braudel chamou de *jogo das trocas*. Para o autor, isso instaurou, naquele momento, um mercado de alcance limitado:

> [...] O artesão itinerante, que vai de burgo em burgo oferecer seus modestos serviços de reempalhador de cadeiras ou de limpa chaminés, embora um consumidor medíocre, pertence, no entanto, ao mundo do mercado; deve pedir-lhe o seu alimento cotidiano. Se ele conservou os vínculos com a sua terra natal e no momento da colheita ou da vindima retorna à sua aldeia, volta a ser um camponês e transpõe a fronteira do mercado, mas no sentido inverso. O camponês que comercializa ele próprio, regularmente, uma parte da sua colheita e compra ferramentas, vestuário, *já* faz parte do mercado. Aquele que só vai ao burgo para vender algumas mercadorias miúdas, ovos, uma galinha, a fim de obter algumas moedas necessárias ao pagamento de seus impostos ou à compra de uma relha de charrua, esse toca somente a fronteira do mercado. Permanece na enorme massa do autoconsumo. O camelô que vende nas ruas e o mascate que percorre o interior oferecendo mercadorias em pequenas quantidades, estão do lado da vida de trocas, do lado do cálculo, do dever e haver, por modestas que sejam suas trocas e seus cálculos. [...]
>
> BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 15-16.

O chamado Renascimento comercial da economia europeia se deu quando as relações entre produtores e consumidores passaram a ocorrer de maneira indireta. Um lojista, vendedor de produtos fabricados por outros, exercia os papéis de mercador e comerciante. As lojas, as feiras e o fornecimento de crédito – com as bolsas de valores e os bancos – expandiram o poder de compra e a circulação de produtos. O mercado atingiu uma escala sem precedentes na história. Após a ampliação das viagens pelo Mar Mediterrâneo, os navegadores passaram a explorar o Oceano Atlântico a partir do século XIV. Esse processo demarcou o início da Época Moderna. Nesse período, os preços dos produtos se tornaram interligados no mundo todo, fazendo parte de um mercado mundial, em uma economia que conectava mercados espalhados em várias partes do mundo. De acordo com Braudel, esse foi o surgimento do capitalismo.

Mercadores itinerantes quebravam os mecanismos próprios dos mercados locais, ficando às margens das feiras, enviando bilhetes e antecipando as transações. Esses comerciantes atuavam diretamente com os consumidores, eliminando a relação destes com os produtores. Conhecendo as duas pontas do mercado, estabeleciam as margens de lucro, pois podiam comprar as mercadorias à vista, tornando-se abastecedores das grandes cidades.

MODERNA

Os volumosos lucros do comércio a longa distância eram repartidos entre poucas mãos. Esses mercadores eram amigos dos reis, realizando transações internacionais. Com isso, podiam fazer o comércio funcionar a seu favor, trapaceando, negociando moedas com informações privilegiadas e eliminando a concorrência. Esse processo ocorreu de forma concomitante ao fortalecimento do poder dos reis, que tinham exércitos para garantir o domínio territorial, fornecendo a estrutura necessária para o capital circular.

Colonização das Américas, exploração dos povos indígenas e africanos e impactos no Brasil independente

Os reinos europeus dominaram várias partes do mundo a partir das Grandes Navegações, iniciadas no século XIV. Esse não foi um processo imediato nem fácil. Para que isso acontecesse, houve guerras de conquista, resistência dos povos nativos, além da concorrência entre os reinos europeus.

Os contatos da Europa com o mundo oriental por meio do Mar Mediterrâneo durante os séculos anteriores motivaram a busca de novas rotas marítimas. Havia interesse em encontrar metais preciosos, que eram usados como moedas de troca no comércio com o Oriente e objetos de ostentação de riqueza pela nobreza europeia. Enquanto o ouro era usado primordialmente no comércio com o Império Otomano, a prata impulsionava o comércio com o Extremo Oriente; já o cobre era trocado na Índia, de acordo com o historiador Luiz Felipe de Alencastro.

Encontrar metais preciosos, extrair ou produzir mercadorias para o mercado europeu e dispor de trabalhadores disciplinados para produzir mercadorias em larga escala. Tudo isso fazia parte dos interesses econômicos dos reinos europeus e da burguesia, que empregava seus capitais para viabilizar o comércio em escala global, durante o mercantilismo.

As expedições ultramarinas foram realizadas também como missão religiosa. Os reinos católicos de Portugal e Espanha tinham a proteção do Papa, em Roma, que dividiu simbolicamente o novo mundo a ser encontrado entre esses dois reinos. As viagens marítimas e as conquistas de novos territórios tinham uma função missionária: aumentar os domínios da cristandade, expandindo a fé cristã por intermédio da conversão de novos adeptos e da luta contra seus inimigos. Essas práticas remetiam ao período medieval, atualizando o espírito das Cruzadas, que agora se aliava aos objetivos mercantilistas. O sentido místico-religioso da colonização da América também esteve presente nas iniciativas dos reinos que professavam outras religiões de matriz cristã de fé protestante, como os franceses, ingleses e holandeses.

Os desafios da exploração a tão longa distância estavam postos. Como levar o poder dos reis europeus a terras tão distantes? Como garantir que as riquezas extraídas desses territórios chegassem à Europa e não fossem dispersas entre várias mãos? Era necessário assegurar que o rei fosse obedecido e que a riqueza extraída nas áreas coloniais chegasse aos cofres dos Estados europeus.

MODERNA

Um meio de controlar os domínios coloniais e obter mais lucros foi a exploração da mão de obra escravizada, afinal, os escravizados não poderiam ter terras nem adquirir riquezas. Ainda que conseguissem a liberdade, a doação de terras e a ocupação de cargos de poder no Brasil colonial só eram garantidas aos portugueses e aos seus descendentes. Além disso, era necessário ter ascendência nobre e não exercer trabalhos manuais, nem mesmo ser um comerciante. Aqueles que tinham esses privilégios durante o período colonial eram chamados de *homens bons*. Essas pessoas eram reconhecidas porque, não descendiam de povos considerados "impuros", como muçulmanos, judeus, africanos, indígenas e outros grupos não-cristãos. Na prática, porém, com a mestiçagem e a falta de homens nobres que pudessem exercer os cargos, alguns indivíduos ricos conseguiam minimizar a discriminação contra suas origens étnicas ou sociais e adquirir o *status* de nobreza.

Assim, uma elite com privilégios de origem e posses tinha a função de exercer o domínio das terras na América do Sul em nome da Coroa portuguesa. Para que esse domínio se efetivasse era necessário tornar as terras produtivas. Desse modo, foram criados mecanismos para aproveitar a mão de obra de trabalhadores livres europeus, integrantes dos esforços de colonização do Brasil, e de consolidação de um regime de escravidão – o que veio a acontecer com o tráfico de pessoas oriundas da África. O trabalho forçado de indígenas também foi explorado pelos colonizadores portugueses.

A captura, o aprisionamento e a escravização dos indígenas resultavam das chamadas *guerras justas*, decretadas contra sociedades indígenas que não reconhecessem o poder do rei de Portugal nem a autoridade daqueles que agiam em nome dele. Os indígenas livres, por sua vez, também eram compelidos ao trabalho ao serem confinados nos aldeamentos coloniais, que ficavam sob controle de padres, ou até mesmo de particulares. Sob a justificativa de proteger os indígenas e convertê-los ao catolicismo, muitos colonizadores os mantinham em suas propriedades como *administrados*. Na prática cotidiana e por meio de testamentos, esses homens e mulheres indígenas eram considerados bens dos colonizadores, como estudou John Manuel Monteiro. Desse modo, os escravizados indígenas se mantiveram em algumas regiões da colônia até o século XVIII, como a capitania de São Vicente e o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Em pleno século XIX, já no Brasil independente, formas de exploração da mão de obra indígena com a imposição do trabalho compulsório ou do trabalho escravizado ainda ocorriam em diversas regiões no Brasil.

Para compreender a implementação da escravidão africana, por sua vez, é preciso destacar que o tráfico transatlântico de africanos para as Américas foi um dos negócios mais lucrativos da história da humanidade. Assim, é importante superar discursos preconceituosos que foram usados durante o período colonial para justificar esse tipo de escravidão. Recorria-se, por exemplo, à existência de modalidades de escravidão no continente africano como um fundamento que procurava naturalizar o comércio de pessoas escravizadas praticado pelos europeus. Como em outras partes do mundo em vários períodos, houve escravidão na África, onde os escravizados eram obtidos em guerras e em tratados comerciais entre determinados povos.

Ao administrar o fluxo transatlântico de mão de obra escravizada, os reinos europeus exploraram simultaneamente a América e a África. Desse modo, esses dois continentes se complementavam dentro do mercado mundial: um fornecia as principais mercadorias, o outro fornecia os trabalhadores que produziam as mercadorias. Lucrava-se na produção e na venda de trabalhadores, que se tornavam, por sua vez, mais uma mercadoria no circuito atlântico. Assim, a montagem desse lucrativo e engenhoso negócio explica a imigração forçada de 12 milhões de africanos para o continente americano entre os séculos XVI e XIX.

Após a Independência do Brasil, a escravidão de pessoas africanas se manteve no país recém-formado. Nesse período, o capitalismo industrial que se desenvolvia no Reino Unido já pressionava para que o trabalho assalariado predominasse no Brasil e em outras partes do mundo. Nesse cenário, o escravizado passava a ser considerado um trabalhador de custo mais alto, pois deveria ser comprado e mantido pelo seu senhor, ao passo que o trabalhador livre se mantinha às próprias custas em troca de um baixo salário. Também as revoluções pelo fim dos privilégios da nobreza alimentaram os movimentos pelo fim da escravidão, que impulsionaram, inclusive, inúmeras revoltas de escravizados.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, a escravidão foi mantida mesmo após a independência sob a justificativa de que o novo Estado deveria garantir o direito de propriedade aos cidadãos, dentre as quais estavam os escravizados, conforme apontou Rafael Marquese. Além disso, a administração dos escravizados estava restrita ao universo doméstico, nas propriedades dos cidadãos, nas quais o Estado não poderia intervir.

No entanto, ao longo do século XIX, as lutas sociais dos escravizados e o movimento abolicionista, que se desenvolveu no Brasil a partir da década de 1870, foram derrubando a ordem senhorial escravista. Quando dom Pedro II resolveu libertar os escravizados que se alistassem para lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870), gerou insatisfação dos senhores escravistas, uma vez que interferiu no poder privado destes, de acordo com a historiadora Wilma Peres Costa.

As leis anteriores, que estabeleceram o fim do tráfico escravista para o Brasil em 1831 e 1850, diziam respeito à compra de futuros escravizados e não alteravam a situação dos escravizados adquiridos antes dessas datas. A Lei do Ventre Livre, de 1871, referia-se aos escravizados nascidos a partir dessa data que seriam libertos quando atingissem os 21 anos de idade. Durante os debates que levaram à aprovação da Lei dos Sexagenários, em 1885, argumentou-se que a emancipação dos escravizados deveria ocorrer por iniciativa de seus senhores, não pela ação do Estado. A primeira forma manteria as relações pessoais entre senhores e escravizados, atrelando-os às relações de poder e dependência com seus antigos senhores (Mendonça, 2018). Isso explica por que, quando a abolição foi decretada em 1888 pela princesa Isabel, muitos senhores já haviam alforriado seus escravizados.

MODERNA

Com a decadência do modelo escravista no Brasil, construiu-se uma narrativa de que o mal estava na escravidão, mas não nos escravistas, como mostrou Célia Marinho de Azevedo. Isso poupava os senhores e o Estado de garantirem indenização e condições de vida digna aos libertos. Dentro dessa lógica, argumentava-se que a escravidão deformava os negros e os transformava em um perigo social. A eugenia e as teorias raciais que defendiam a superioridade branca alimentavam o discurso de que o escravizado africano não era o trabalhador ideal, e sim um símbolo de atraso e de perigo social.

Além das lutas internas no Brasil pelo fim da escravidão, esse processo também está relacionado com as alterações do panorama internacional. Isso se dá por meio de um novo e lucrativo negócio: a imigração de europeus pobres para algumas regiões da América. Recrutadores de trabalhadores na Europa, agências de viagem e companhias de navegação operavam em escala mundial. Assim, a imigração resolvia problemas de miséria e de disparidades regionais nos países recém-unificados, como a Itália e a Alemanha. Em solo brasileiro, os imigrantes eram enviados para as áreas que demandavam mão de obra, sobretudo nas fazendas de café, subvencionados com dinheiro público. Desse modo, os conflitos sociais e as sequelas econômicas da escravidão foram encobertos pelo emprego de uma narrativa que exaltava o branqueamento da população brasileira.

As mulheres e as questões de gênero

As mulheres ocuparam diferentes papéis e espaços nas sociedades e nas relações de trabalho. No geral, os papéis de gênero e de orientação sexual definem também espaços diferenciados dos indivíduos nas sociedades, conforme os grupos aos quais pertencem. A filósofa estadunidense Silvia Federici mostra uma mudança substancial que aconteceu no Ocidente a partir do surgimento do capitalismo, que marca até hoje a desvalorização do trabalho feminino, especialmente no âmbito doméstico.

Durante o período medieval e em outros períodos da história, as mulheres realizavam serviços externos, como fabricação de alguns alimentos e trabalho de parteiras. A partir da Idade Moderna a situação mudou e às mulheres foi permitido apenas garantir a manutenção das famílias, trabalhando em casa para o bem-estar de maridos e filhos. A concessão para exercer atividades externas se restringiu às funções domésticas, como as de amas de leite e de empregadas em residências, e a alguns outros serviços que abrangiam, por exemplo, as trabalhadoras do campo, costureiras e vendedoras ambulantes.

A desvalorização do trabalho feminino se acentuou com a ideia de que as atividades realizadas pelas mulheres no contexto doméstico e familiar representavam um "não trabalho", mesmo que fossem indispensáveis para viabilizar a dedicação exclusiva dos homens ao mercado produtivo formal. Desse modo, as mulheres eram educadas para o casamento. Aquelas que escapassem desse papel, eram consideradas desviadas do padrão, discriminadas e até expulsas das cidades e vilas.

MODERNA

Com o avanço do capitalismo, surgiram novas maneiras de afastar as mulheres do mundo do trabalho externo. Os padrões de feminilidade das mulheres burguesas a partir do século XIX, por exemplo, afastavam-nas da economia pública e as confinavam cada vez mais ao espaço doméstico. Assim, ser mulher significava ser mãe e dona de casa. A filósofa estadunidense e ativista do movimento negro Angela Davis ressalta, no entanto, que para as mulheres negras, livres ou escravizadas, o atributo de fragilidade e seu afastamento da esfera pública do trabalho não ocorreu. Ao contrário, as mulheres negras foram vistas como dotadas de uma força bruta, capaz de suportar os serviços mais pesados.

A socióloga brasileira negra Lélia Gonzalez destaca como coube às mulheres negras carregarem a sociedade nas costas, arcando com o trabalho doméstico em seus próprios lares, assim como nos lares onde vendiam sua força de trabalho:

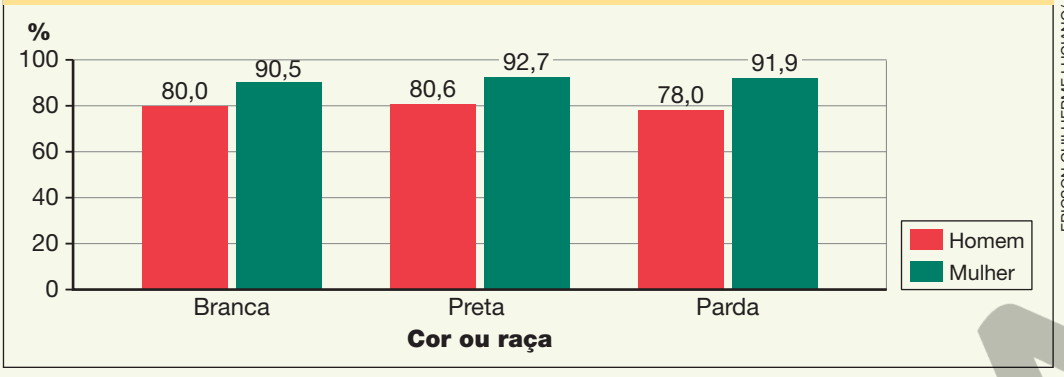
> No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de "cidadãos iguais perante a lei", coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para "adiantar os serviços caseiros" e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. [...]
>
> GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 84.

A autora ainda destaca os dois papéis estereotipados que foram reservados às mulheres negras na história do Brasil, como trabalhadoras domésticas, exercendo trabalhos braçais e de cuidados, e como "mulatas", consideradas "produto de exportação brasileiro", expressão que demonstra a objetificação dessas mulheres como atrativos sexuais.

Mesmo na atualidade, a distribuição das tarefas domésticas é marcadamente desigual, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2022. Naquele ano cerca de 91,3% das mulheres brancas e negras realizaram alguma atividade relacionada a afazeres domésticos. Entre os homens, brancos e negros, esse percentual atingiu apenas 79,2%. A desigualdade na distribuição de tarefas também é influenciada pelo fator racial. Em 2022, o grupo que apresentava a maior taxa de realização de afazeres domésticos era o formado por mulheres que se declaravam pretas, que tinham alcançado a marca de 92,7%.

MODERNA

Brasil: realização de tarefas domésticas por cor ou raça e sexo (em %) – 2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **PNAD Contínua**: outras formas de trabalho 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 1.

A respeito do universo das identidades de gênero e orientação sexual, abarcando a comunidade LGBTQIAP+, há questões específicas que não podem ser ignoradas, sob risco de perpetuação das desigualdades. Os preconceitos contra identidades que não correspondem à categoria heteronormativa e cisgênero estão presentes em diversas sociedades e isso se reflete no ambiente de trabalho.

Em pesquisa realizada por Moisés Santos de Menezes e outros autores em 2018, identificou-se que a discriminação contra o público LGBTQIAP+ se manifestava em várias fases. Na pré-contratual, momento das entrevistas e dos processos seletivos, a aparência e o comportamento dos candidatos poderiam ser considerados "inapropriados" pelos recrutadores. Depois, no ambiente de trabalho, gays, lésbicas e bissexuais, muitas vezes optam por omitir ou disfarçar sua orientação sexual, procurando se comportar conforme os padrões heterossexuais, para evitar exclusão, ofensas e assédio moral por parte de colegas e de superiores hierárquicos. No caso das pessoais trans (travestis e transsexuais), o acesso ao mercado de trabalho é ainda mais limitado, pois a discriminação impede a contratação nas mais diversas funções (Menezes *et al*., 2018, p. 5).

Em ambientes hostis e de violência, em que a comunidade LGBTQIAP+ pode ter de criar mecanismos de defesa para sobreviver no ambiente de trabalho, há ainda os casos da demissão por homofobia ou transfobia, ainda que isso não seja alegado abertamente pelos empregadores. Após o fim do contrato de trabalho, pessoas desse grupo podem ser enquadradas em listas discriminatórias, em que empregadores divulgam os dados de ex-empregados para não serem contratados por outras empresas.

Em um estudo realizado por Larissa Medeiros em 2019, estabeleceram-se alguns parâmetros para promover os direitos dos trabalhadores LGBTQIAP+ e um ambiente saudável de trabalho. De acordo com a autora, devem-se capacitar equipes e gestores para a compreensão e planejamento de políticas de não discriminação e responsabilização no ambiente de trabalho, implantar canais de reclamações, incentivos às práticas de boa convivência, benefícios igualitários e uma especial proteção à identidade de trabalhadores transgêneros.

MODERNA

O mundo do trabalho e o avanço das tecnologias no Brasil atual

Os trabalhadores e trabalhadoras no mundo atual exercem novas formas de trabalho influenciadas por crises econômicas e por inovações tecnológicas. Essas transformações, por sua vez, não deixam de expressar a relação conflitante que se estabelece entre os interesses dos agentes que auferem lucro dos processos produtivos e as necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, que trocam sua mão de obra pela remuneração. Ao mesmo tempo que abre novas oportunidades de emprego e renda para profissionais qualificados, a evolução da tecnologia propicia o desenvolvimento de relações precarizadas de trabalho, depreciando a remuneração das atividades e as condições em que elas são realizadas e ajudando a transformar a dinâmica do sistema capitalista de produção.

Para compreender as características atuais do mundo capitalista, é necessário acompanhar as transformações que esse sistema vem sofrendo desde o final do século XIX. O modelo fordista iniciou-se nos Estados Unidos na década de 1910, nas fábricas de automóveis da Ford, incorporando teorias preconizadas pelo engenheiro Frederick Taylor, dentre elas a especialização de operários e a rotinização de suas tarefas.

A partir da década de 1970, novo padrão produtivo deu-se com o toyotismo, da empresa japonesa Toyota, outra marca de automóveis. Ambos se impuseram como padrão de produção e gerenciamento no mundo capitalista. No fordismo, a produção era em grande escala, num modelo repetitivo, em fábricas gigantescas. O toyotismo se estruturou numa rede externa de fornecedores, com fragmentação na produção e distribuição de bens e serviços. O desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação ampliou o padrão globalizado de produção, operando em redes que integram a empresa matriz às suas filiais espalhadas pelo mundo. Esse modelo permitiu ampliar os lucros e reduzir os custos de produção (explorando, por exemplo, mão de obra barata em países em desenvolvimento), o que atende às premissas da lógica capitalista. A reorganização do trabalho no interior de cada unidade produtiva conferiu aos capitalistas a oportunidade de ampliar a produtividade da mão de obra e, assim, economizar recursos.

De acordo com o sociólogo Ricardo Antunes, o toyotismo foi uma resposta à crise do capitalismo provocada pela recessão econômica causada pela crise do petróleo em 1973, que viu na flexibilidade produtiva e organizacional um meio de gerenciar a força de trabalho para aumentar a lucratividade (Antunes, 2020). Os estoques seguem a lógica *just in time*, produzindo sob demanda, e não com o objetivo de acumular a produção. Ao contrário do fordismo, há uma desconcentração produtiva na organização toyotista, com o deslocamento das modalidades de trabalho formal.

Como o setor industrial passou a eliminar postos de trabalho como resultado dos sistemas de automação e das novas formas de organização do trabalho, a distribuição da mão de obra entre os setores econômicos se reconfigurou. Isso deu início a uma tendência de ampliação da participação do setor de serviços na absorção de profissionais.

MODERNA

Recentemente, os trabalhadores no Brasil vêm sendo cada vez mais compelidos a se tornarem pessoas jurídicas, aderindo principalmente à modalidade de Microempreendedores Individuais. Nesse modelo, as micro e pequenas empresas prestam serviços às grandes empresas, com contratos temporários ou por demanda. Na prática, a prestação de serviços é realizada por temporários e trabalhadores sem emprego regular que, apesar de enquadrados como empreendedores, estão sujeitos à superexploração, transitando entre o desemprego e a informalidade (Neves, 2022).

Outra face dessa descentralização produtiva iniciada com o toyotismo é a terceirização. De acordo com o economista Márcio Pochmann, a terceirização no Brasil foi implantada a partir de quatro modalidades. Iniciou-se nas grandes empresas estrangeiras, na década de 1980, que passaram a realizar externamente atividades que antes eram feitas do interior dessas empresas. Na década de 1990, com a recessão econômica e a inflação, a taxa de terceirização caiu, assim como o nível de emprego. Já a terceira dinâmica ocorreu a partir da estabilização da moeda, com o Plano de Real e as regulamentações jurídicas sobre a terceirização. Com isso, não só as empresas estrangeiras, mas as brasileiras adotaram como metas a redução de custos e a terceirização. Nesse momento, foram criadas empresas em que os terceirizados preenchiam todos os quadros. Na primeira década do século XXI, inaugurou-se a quarta dinâmica da terceirização, por meio da qual se manifesta a alta rotatividade dos trabalhadores terceirizados, que é duas vezes maior do que a dos empregados não-terceirizados. O salário dos terceirizados é outro foco de precarização, pois chega a atingir metade do salário dos trabalhadores não terceirizados. Nessa fase, também houve um aumento da terceirização no setor público (Pochmann, 2012).

Nesse contexto, tende a crescer o conjunto de trabalhadores que integram o chamado *precariado*, termo formado pela junção das palavras *proletário* e *precário*. Para o economista britânico Guy Standing, além de trabalhadores que tradicionalmente encontram dificuldades para encontrar emprego, como os imigrantes marginalizados, pessoas com deficiência e profissionais sem formação educacional, o precariado também abrange jovens qualificados e com formação universitária que não conseguem acessar o mercado formal. De acordo com esse autor, as pessoas nessa condição não conseguem ter uma identidade profissional, obtêm ganhos muito baixos e não têm acesso aos benefícios sociais, como aposentadoria, seguro-saúde e licença-maternidade.

Para entender o precariado, o sociólogo brasileiro Ruy Braga mobiliza o conceito de Karl Marx de exército industrial de reserva, que compreende os trabalhadores que não conseguem acessar o mercado de trabalho. Essa categoria incluiria uma população flutuante, composta daqueles que vivem saindo e entrando de postos de trabalho, sendo mais suscetíveis às demissões; incluiria também uma população latente, formada por trabalhadores jovens, que migraram do campo para a cidade, e ainda não ingressaram no mercado formal; e, por fim, uma população estagnada, composta de pessoas sujeitas a condições de trabalho degradantes, que recebem salários baixíssimos (Assad, 2014).

MODERNA

Braga analisou o caso dos trabalhadores de *telemarketing* na cidade de São Paulo na década de 2010. De acordo com ele, os trabalhadores e trabalhadoras nesse ramo do setor de serviços enxergam no cargo algumas vantagens, a despeito da alta rotatividade nos postos de trabalho, explicada pelas péssimas condições de trabalho e pela impossibilidade de ascensão profissional. Duas oportunidades são vistas por esses trabalhadores: o acesso aos direitos trabalhistas e a possibilidade de cursar a faculdade no período noturno. Outros trabalhos dificultariam o acesso aos estudos, devido à carga horária. O autor traçou o perfil preferencial dos contratados no *telemarketing*: 70% eram mulheres, grande parte afrodescendentes, "ou seja, trata-se daquela camada de trabalhadores que historicamente tem ocupado as piores posições no mercado de trabalho brasileiro, além de chefiar 80% das famílias monoparentais do país" (Braga, 2013, p. 147).

Mesmo que a tecnologia e as máquinas substituam postos de trabalho, novas formas de emprego, ainda que mais precárias, continuarão surgindo. Assim, em vez de pensar no fim do trabalho ou na impossibilidade de ser livre por meio dele, devem-se resgatar as atividades humanas que produzem bens socialmente úteis, contrapondo-se ao trabalho que só produz valor para aqueles que controlam o capital, como propôs Ricardo Antunes.

> Isso porque o *sentido do trabalho* que estrutura o capital (o *trabalho abstrato*) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o *trabalho* que tem sentido estruturante para a humanidade (o *trabalho concreto* que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital. Aqui reside a *dialética espetacular do trabalho*, que muitos de seus críticos foram incapazes de compreender.
>
> Mas é essa processualidade contraditória, presente no ato de trabalhar, que *emancipa* e *aliena*, *humaniza* e *sujeita*, *libera* e *escraviza*, que (re)converte o estudo do trabalho humano em questão crucial de nosso mundo e de nossa vida. Neste conturbado século XXI, o desafio maior é dar *sentido autoconstituinte ao trabalho humano* de modo a tornar a *nossa vida fora do trabalho* também dotada de *sentido*. [...]
>
> ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 26.

Relações espaciais da globalização

O mundo das trocas, a mundialização da economia, com um grande mercado mundial conectando vários mercados em todo mundo, é um processo que se iniciou na Idade Moderna a partir das Grandes Navegações. Porém, desde meados do século XX o espraiamento de novos padrões técnicos em escala planetária ocorreu por conta dos avanços da ciência e dos sistemas de informação, como definiu o geógrafo Milton Santos.

> [...] a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes.

> Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscilidade [o conhecimento] do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. [...]
>
> SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 24.

A perversidade da globalização, para Milton Santos, manifesta-se no desemprego como uma condição crônica do capitalismo, resultando no aumento da pobreza e na perda de qualidade de vida das classes médias. Esse processo leva à fome, ao desamparo, às doenças, às epidemias que se espalham em escala global, malgrado os avanços medicinais, e à manutenção da mortalidade infantil.

RENA SCHILD/SHUTTERSTOCK

Instalação artística em homenagem às vítimas da pandemia de covid-19 em Washington D.C., Estados Unidos, 2021. A dimensão da pandemia de covid-19, que se espalhou por todos os continentes, é um exemplo da escala mundial que os eventos adquiriram no contexto da globalização.

Do ponto de vista do trabalho, o sociólogo Ricardo Antunes analisou como a produção em escala global tem se desenvolvido. Segundo ele, o avanço da técnica maquínico-informacional-digital desde a década de 1970 levou à tese de que a classe trabalhadora iria se extinguir. Mesmo que o número de operários industriais do modelo taylorista e fordista venha diminuindo desde os anos 1980 nos países desenvolvidos, há novos grupos de trabalhadores que seguem ocupando espaço no setor industrial e em outras atividades econômicas em países como China, Índia, Coreia do Sul, Taiwan, Vietnã, Brasil, México e África do Sul.

A China, por exemplo, desde a década de 1970 montou zonas especiais para atrair o capital estrangeiro. Diversas empresas de grande porte oriundas do mundo ocidental e atuantes nas áreas de comunicação e tecnologia instalaram unidades fabris no território chinês para usufruir de serviços de montagem, explorando a mão de obra barata no país.

No Japão, tem-se a situação dos decasséguis, jovens que migram em busca de trabalho temporário na indústria. A condição de miséria, no desemprego ou no subemprego os leva a compartilhar moradias ou a viver em alojamentos.

Já nos Estados Unidos, criou-se o termo *walmartização do trabalho* para descrever um modelo de superexploração dos trabalhadores nas grandes redes de comércio. Essa modalidade une os princípios do taylorismo (maior produtividade) e do toyotismo (produzir sob demanda, ou seja, *just in time*). Esses estabelecimentos pagam os salários mais baixos possíveis, empregando pessoas vulneráveis socialmente: mulheres, jovens, negros e pessoas com deficiência. Já os produtos industrializados colocados à venda são, em grande parte, produzidos em fábricas chinesas sob encomenda para a rede, o que garante produtos mais baratos.

Essas são características da nova divisão internacional do trabalho, de acordo com Ricardo Antunes:

> Em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a "flexibilização" crescente dos contratos de trabalho. Nesse contexto, a terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo como os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc.
>
> ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 31-32.

O trabalho no mundo da Educação de Jovens e Adultos

A relação dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos com o mundo do trabalho é particularmente marcante. De um lado, muitos indivíduos, ao retomarem aos estudos nessa modalidade, estão voltando ao seu ponto de partida. Vários deles interromperam seus estudos na idade esperada por motivos econômicos, pois tiveram de abandonar os estudos para trabalhar. No retorno à escola, esses jovens e adultos procuram a formação escolar para obter melhores condições de trabalho.

Por isso, o mundo do trabalho não apenas deve fazer parte das questões que pautam o planejamento e a aplicação das estratégias pedagógicas adotadas pelo corpo docente, mas também compor as temáticas propostas no âmbito escolar para mobilizar a reflexão dos estudantes a respeito do seu papel na sociedade e das possibilidades de ascensão social. Natália Pietra Méndez destaca que:

MODERNA

> Em um mundo em que a realização pessoal está associada, sobretudo, ao consumo, a negação do trabalho constitui uma das formas mais eficazes de marginalização social. Um dos desafios da EJA é refletir sobre a centralidade que o trabalho adquiriu nas sociedades capitalistas, levando em conta que os jovens e adultos que se encontram em sala de aula vislumbram, na conclusão do ensino básico, uma possibilidade de ingressar no mercado de trabalho ou de melhorar suas condições laborais.
>
> MÉNDEZ, Natália Pietra. Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho. *In*: STECANELA, Nilda (org.). **Fundamentos da EJA**. Cadernos de EJA 1. Caxias do Sul: Educs, 2013. p. 50-51.

A mesma autora alerta que o ensino da EJA não pode ter como meta, meramente, qualificar e disciplinar esses estudantes para que se encaixem nas exigências do mercado de trabalho. Com isso, corre-se o risco de tornar o espaço escolar produtivista e imediatista, desconsiderando, inclusive, que as exigências do mercado mudam ao longo do tempo. Mais do que formar estudantes como trabalhadores, o importante é fornecer, por meio do estudo, instrumentos para que eles obtenham autonomia em diferentes cenários no mundo do trabalho e em outros âmbitos de suas vidas.

Visando atender a essa conexão da Educação de Jovens e Adultos com os mundos do trabalho, o governo brasileiro criou uma modalidade de ensino técnico. Isso se deu por meio de uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho. A proposta uniu a formação geral à formação técnica, integrando trabalho, cultura, ciência e tecnologia. Assim, em 2006, foi criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, implantando o Proeja e o Proeja FIC, ainda vigentes em 2024. O programa proporciona formação técnica profissional durante o Ensino Fundamental ou Médio, dependendo da área de atuação profissional pretendida. A modalidade Formação Inicial Continuada fornece ao estudante qualificação profissional, tanto no Ensino Fundamental, quanto no Médio, ao passo que a modalidade técnica mais aprofundada é oferecida apenas no Ensino Médio. Uma das diferenças entre uma modalidade e outra é o tempo de duração do curso, o que reflete o grau de aprofundamento e a qualificação obtida. No Plano Nacional de Educação 2014-2024 foi estabelecida a meta de que 25% das vagas em cursos da EJA estejam vinculadas à Educação Técnica Profissional. Passado o período, é importante avaliar em que medida ações como essas surtiram efeito na vida dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Objetivos gerais da obra

Esta obra está estruturada de acordo com quatro objetivos principais:

- analisar o mundo do trabalho e suas transformações ao longo da história;
- reconhecer a importância do território e das territorialidades para os grupos sociais;

- analisar as desigualdades de gênero, cor ou raça e rendimentos e, em especial, seus impactos no mundo do trabalho;
- compreender características do mundo do trabalho na atualidade e contribuir para a inserção de jovens e adultos nesse universo.

No primeiro objetivo, tem-se a compreensão dos modos adotados pela humanidade para lutar pela sua sobrevivência, transformando a natureza com o emprego de diferentes formas de trabalho para obter recursos materiais e construir seus modos de vida. Essas ações devem ser compreendidas com base na noção de mundos do trabalho conectada às formas como as sociedades desenvolveram-se material e economicamente, bem como às relações sociais dos grupos humanos.

O segundo item diz respeito à percepção da importância do território e das territorialidades para os grupos desenvolverem suas atividades sociais, culturais e de trabalho.

O terceiro está relacionado à análise de como a divisão social do trabalho impacta na criação e na reprodução de desigualdades de gênero, cor ou raça, rendimento e classe social.

O quarto objetivo propõe um diagnóstico sobre o mundo do trabalho na atualidade, destacando processos em andamento e desafios para os trabalhadores. Dessa forma, espera-se que os egressos da Educação de Jovens e Adultos possam se inserir no mundo do trabalho com conhecimentos teóricos mais consolidados em relação aos processos sociais que vivenciam e aos dilemas com os quais deverão se deparar.

Abordagem e articulação dos conteúdos

Com base nos objetivos gerais da obra, os conteúdos foram estruturados de acordo com uma abordagem interdisciplinar, que relaciona conhecimentos de diferentes campos de estudo com base em aportes teóricos das Ciências Humanas. A conexão entre mundos do trabalho e territorialidades é abordada de maneira a problematizar como a humanidade vem transformando o espaço em que vive por meio do trabalho e da apropriação de territórios, com vistas a atender suas necessidades de sobrevivência e interesses econômicos. Além do estudo das formas e técnicas de trabalho ao longo do tempo, há especial atenção às relações sociais e às divisões de papéis em diferentes sociedades.

Estruturada em 4 unidades subdivididas em 12 capítulos, a obra está organizada da seguinte maneira: na unidade 1, intitulada "O mundo ao nosso redor", constam os capítulos 1 "Tempo e espaço", 2 "Território e territorialidades" e 3 "Brasil: identidades e conflitos no campo". Nessa unidade, busca-se apresentar alguns conceitos da Geografia e da História (espaço geográfico, lugar, região, paisagem, tempo histórico, tempo geológico, território e territorialidade e abordar a formação do território brasileiro e a diversidade de grupos sociais e de relações de trabalho no espaço rural brasileiro.

Nesse processo, os estudantes podem compreender aspectos do processo de regionalização do território e refletir sobre conflitos, tensões e lutas dos povos do campo brasileiro.

A unidade 2 se intitula "Trabalho e tecnologia" e está subdividida nos capítulos 4 "O trabalho ao longo do tempo", 5 "Impactos da tecnologia no trabalho contemporâneo" e 6 "Desafios atuais e perspectivas para o trabalho". Nela, abordam-se as noções de técnica e tecnologia, formas de trabalho no decorrer da história (servidão, escravidão e trabalho assalariado) e os impactos das novas tecnologias nas relações de trabalho (automação, desemprego, terceirização e precarização).

Na unidade 3, intitulada "Trabalho e sociedade", os capítulos são: 7 "Desigualdades e condições de trabalho", 8 "Movimentos de trabalhadores e suas conquistas" e 9 "Trabalho e igualdade de gênero". Nesta unidade, são abordados: o conceito de divisão social do trabalho e as desigualdades decorrentes dessa divisão. Além disso, são discutidas ações e políticas voltadas à superação de preconceitos e a importância dos movimentos de trabalhadores ao longo do tempo.

A unidade 4 intitula-se "Atividades econômicas e sustentabilidade" e está subdividida nos capítulos 10 "Atividades econômicas na história do Brasil", 11 "Organização espacial da produção na atualidade" e 12 "Caminhos para sustentabilidade". Nela, os estudantes podem refletir sobre as diferentes atividades econômicas e como elas foram organizadas no decorrer da história do Brasil e analisar como a produção contemporânea está inserida em cadeias globalizadas de produção. Para aprofundar a compreensão dos impactos das atividades produtivas, o último capítulo proporciona um debate sobre a necessidade de práticas mais sustentáveis.

Propostas de avaliação

A obra foi planejada para apresentar atividades que podem ser utilizadas para a avaliação diagnóstica e o monitoramento das aprendizagens dos estudantes.

Avaliação diagnóstica

No Manual do Professor, nas aberturas de capítulo, há sugestões de questões que podem ser propostas para uma avaliação diagnóstica dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre temas do capítulo. Com base nas respostas, o docente poderá diagnosticar conhecimentos que os estudantes já possuem, lacunas a serem preenchidas por atividades ou conteúdos complementares e dificuldades que eles possam apresentar. Dessa forma, a realização dessa avaliação fornece um diagnóstico do perfil dos estudantes para auxiliar no planejamento das aulas destinadas ao capítulo.

A avaliação diagnóstica também mobiliza as experiências de vida dos estudantes com o objetivo de aproximar os conteúdos a serem estudados à realidade vivida por eles. Essa aproximação enriquece as aulas e contribui para a contextualização da teoria (articulando-a de maneira mais evidente à prática), para uma maior motivação e engajamento dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

MODERNA

As propostas de avaliação diagnóstica procuram propiciar possibilidades de uso do repertório previamente construído pelos estudantes para promover contextualizações que facilitem o processo de inserção na dinâmica de estudos teóricos. Não apenas as experiências relacionadas ao trabalho serão evocadas nesse momento para conectar teoria e prática, as vivências dos indivíduos em todas as esferas da vida social poderão ser mobilizadas, sendo de grande valia pedagógica.

Monitoramento de aprendizagens

Recomenda-se que o monitoramento das aprendizagens dos estudantes seja realizado por meio de um conjunto de estratégias de avaliação. O monitoramento não deve se ater apenas às variáveis objetivas que buscam sintetizar o desempenho em provas e trabalhos, muitas vezes realizados em momentos formais. É necessário também levar em consideração as rotinas que caracterizam a vida das pessoas adultas, em especial os trabalhadores, e as dificuldades que marcam a necessidade de conciliá-las com os estudos. Por isso, recomenda-se avaliar de maneira sensível as oscilações no desempenho dos estudantes, estando o professor aberto para ouvi-los sobre fatores extraclasse que eventualmente criem dificuldades no decorrer do processo.

Outra preocupação deve ser a de procurar entender cada estudante como um sujeito com capacidades específicas e um jeito próprio de lidar com os conhecimentos. Desse modo, a avaliação não deve ser feita por meio da imposição de um limiar ideal ao conjunto das turmas, geralmente heterogêneas, ignorando as especificidades desses sujeitos. É fundamental valorizar as conquistas pessoais de aprendizagem, reconhecendo a evolução do estudante e adotando como parâmetros seus resultados em momentos diferentes. Isso não quer dizer que as dificuldades de aprendizagem devam ser desprezadas. Pelo contrário, elas devem ser identificadas e consideradas na concepção de planos de ação personalizados para enfrentá-las. No decorrer dos capítulos da obra, nas orientações específicas deste manual apresentadas nas laterais da reprodução das páginas do Livro do Estudante, algumas atividades serão indicadas para o monitoramento da aprendizagem. Em geral, são atividades voltadas à sistematização de um conceito ou conteúdo que envolvem diferentes habilidades, como síntese, argumentação, análise e interpretação de texto, mapas, gráficos e imagens.

Por sua diversidade e constância, essas atividades podem ser empregadas no monitoramento das aprendizagens dos estudantes e no planejamento das aulas seguintes. A elas, recomenda-se que o professor acrescente outras para a realização da avaliação formativa.

MODERNA

Preparação para exames de larga escala

O perfil dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos favorece a realização de atividades que explorem a oralidade como forma de trabalhar relatos de vida e experiências no mundo do trabalho. Contudo, propostas de atividades envolvendo a leitura de textos e imagens, a interpretação de informações, a elaboração de respostas escritas e a resolução de problemas com níveis variados de dificuldade também devem ser exploradas.

O desenvolvimento dessas capacidades é importante para a formação pessoal dos estudantes e para a qualificação destinada ao exercício de atividades profissionais. Essas aprendizagens também são importantes para exames, como o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), que é realizado por meio da aplicação de provas que reúnem questões estruturadas em enunciados escritos, associados ou não a imagens, e que cobram conteúdos, habilidades e competências variados.

Por essa razão, ao final das unidades 2 e 4, a obra apresenta atividades de múltipla escolha retiradas de provas do Encceja já realizadas ou atividades elaboradas nos moldes dessa prova. Recomenda-se que os estudantes sejam solicitados a realizá-las em sala de aula, em uma situação que simule a aplicação desse exame, para que eles se familiarizem com a forma da questão (múltipla escolha) e com seu contexto de aplicação. A correção pode ser feita em um momento posterior, coletivamente e com a mediação do professor, que deverá solucionar dúvidas. Nas orientações específicas das laterais da reprodução das páginas do Livro do Estudante, constam comentários sobre essas questões.

Estrutura e organização do volume

O Livro do Estudante apresenta variados recursos didático-pedagógicos concebidos para conduzir os estudantes a alcançar os objetivos gerais previstos. O Manual do Professor contém orientações gerais da obra e a reprodução integral do Livro do Estudante com respostas e orientações específicas dispostas junto à reprodução de cada página.

Estrutura do Livro do Estudante

O Livro do Estudante inicia com um texto de apresentação, uma explicação sobre sua estrutura e seções e um infográfico intitulado "Desenvolvimento Sustentável", que apresenta a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

MODERNA

A obra tem os conteúdos organizados em quatro unidades temáticas de três capítulos.

Ao final das unidades 2 e 4, as seções "Prática integradora" e "Avaliação" sistematizam propostas de conclusão de etapa de trabalho. Ao final do volume, são disponibilizadas ainda as seções "Sugestões de ampliação", "Transcrições de *podcast*" e "Referências bibliográficas comentadas".

Desenvolvimento Sustentável

O infográfico de abertura do livro aborda a Agenda 2030, apresentando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seus respectivos ícones, que aparecem no decorrer do livro sempre que são relacionados com um conteúdo trabalhado.

Unidades

O início da unidade é demarcado com uma página de apresentação da temática desenvolvida nos capítulos seguintes. O texto de apresentação articula os assuntos que serão abordados de maneira dialógica, instigando o interesse dos estudantes.

Capítulos

Os capítulos são compostos de elementos fixos e variáveis. A abertura conta sempre com o título, uma imagem e um texto de contextualização com perguntas destinadas a gerar uma sensibilização dos estudantes para o tema do capítulo. Na abertura, há também um boxe com os objetivos de aprendizagem previstos para o estudo daquele capítulo.

Na sequência, os conteúdos são desenvolvidos de modo estruturado e acompanhados de atividades que contemplam diferentes estratégias de aprendizagem. Retomada e fixação de conteúdo, práticas de pesquisa, produção de texto e debate, questões voltadas à compreensão de texto e propostas de reflexão e argumentação oral são alguns exemplos da variedade de atividades presente na obra. Distribuídos no decorrer dos capítulos, os ícones de objetos digitais indicam a ocorrência de recursos complementares do livro digital-interativo, categorizados em quatro tipos: vídeo, infográfico, *podcast* e carrossel de imagens.

A seção "Texto complementar", ao final de alguns capítulos, apresenta um texto de terceiro e atividades voltadas à sua interpretação. A seção "Mundo digital", também de ocorrência variável, tem como objetivo contribuir para a formação de indivíduos autônomos e críticos em relação a processos e condutas no ambiente virtual, tanto como consumidores quanto como produtores de conteúdos e ferramentas digitais.

MODERNA

Prática integradora

Ao final das unidades 2 e 4, a seção propõe uma prática coletiva em que os estudantes têm a oportunidade de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas de maneira integrada, favorecendo a interdisciplinaridade. A atividade é estruturada em etapas e prevê um produto final a ser compartilhado ou apresentado para a comunidade escolar. Ao final, deve ocorrer uma avaliação em que os estudantes refletem sobre os processos e o resultado.

Avaliação

Com vistas a contribuir para a preparação dos estudantes para exames de larga escala, a seção apresenta questões do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos ou similares. A realização dessas questões possibilita a avaliação de alguns conteúdos trabalhados e familiariza os estudantes com o modelo de prova desse exame.

Seções de fechamento de volume

Nas páginas finais do Livro do Estudante, recursos comentados para consulta dos estudantes, como vídeos, livros, *sites* e *podcasts*, são relacionados na seção "Sugestões de ampliação". Na sequência, são disponibilizadas as transcrições dos *podcasts* que integram a obra e as referências bibliográficas comentadas do volume.

Orientações específicas do Livro do Estudante

As reproduções reduzidas das páginas do Livro do Estudante contam com orientações específicas concebidas para auxiliar no trabalho docente de modo detalhado, de acordo com cada recurso didático proposto.

Nas páginas de abertura de unidade, há um texto explicitando como a temática possibilita a articulação dos conteúdos dos capítulos, com breve apresentação de cada um deles. Ao lado das aberturas de capítulo, apresentam-se a temática central do capítulo e os objetos de conhecimento a serem nele desenvolvidos e sugerem-se questões de avaliação diagnóstica cujas respostas poderão fornecer subsídios para o planejamento das aulas.

Nas páginas seguintes, as orientações auxiliam o professor no uso do material. Além de apresentar complementos para as respostas das atividades propostas, há sugestões de atividades complementares e de trabalho interdisciplinar, atividades para o monitoramento das aprendizagens, a apresentação dos objetos digitais indicados no Livro do Estudante, comentários sobre a relação dos conteúdos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e possibilidades de ampliação das propostas oferecidas no Livro do Estudante.

MODERNA

Na seção "Texto complementar", o conteúdo para o professor explicita a relação do texto selecionado com a temática do capítulo, fornece orientações para o trabalho com a seção e apresenta complementos de respostas. Em "Mundo digital", explicita o objetivo pedagógico da seção.

Em cada "Prática integradora", o texto na lateral da reprodução da página do Livro do Estudante apresenta os objetivos da proposta, orientações para a execução das etapas, cuidados a serem considerados nas atividades e os pontos que devem ser observados para a efetividade da avaliação.

Por fim, a seção "Avaliação" contém comentários explicativos sobre a resposta correta e as alternativas incorretas de cada questão.

Ordenação dos conteúdos e cronograma

Esta coleção tem correspondência com as etapas 3 e 4 do 1º segmento da EJA. A relação entre essas etapas e as partes que compõem este volume é expressa no quadro a seguir.

Correspondência entre as etapas da EJA e a obra

Etapas do 1º segmento da EJA	Partes do volume
Etapa 3	Unidades 1 e 2, Prática integradora ("Tecnologia no trabalho") e Avaliação.
Etapa 4	Unidades 3 e 4, Prática integradora ("Conscientização ambiental") e Avaliação.

Sugestões de cronograma

A estrutura deste volume atende a cursos organizados de modo semestral e trimestral. Os cronogramas a seguir são sugestões que podem ser ajustadas de acordo com as condições de cada turma. Além disso, convém considerar que os capítulos de uma unidade podem ser estudados em diferentes ordens. Pode haver situação em que a alteração da sequência favoreça o trabalho conjunto com professores de outras áreas, por exemplo, em razão de um alinhamento temático. Da mesma maneira, recomenda-se que as propostas da seção "Prática integradora" sejam desenvolvidas, se possível, com a participação dos docentes das demais áreas envolvidas, o que requer compatibilização de cronogramas.

MODERNA

Em resumo, é assegurada ao professor a autonomia de uso do livro, de acordo com as necessidades do conjunto de estudantes e com as características do curso.

Cronograma semestral

Semestre	Recursos da obra
1º semestre	Unidade 1, capítulos 1, 2 e 3. Unidade 2, capítulos 4, 5 e 6. Prática integradora ("Tecnologia no trabalho"). Avaliação das unidades 1 e 2.
2º semestre	Unidade 3, capítulos 7, 8 e 9. Unidade 4, capítulos 10, 11 e 12. Prática integradora ("Conscientização ambiental"). Avaliação das unidades 3 e 4.

Cronograma trimestral

Trimestre	Recursos da obra
1º trimestre	Unidade 1, capítulos 1, 2 e 3. Unidade 2, capítulo 4.
2º trimestre	Unidade 2, capítulos 5 e 6. Prática integradora ("Tecnologia no trabalho"). Avaliação das unidades 1 e 2. Unidade 3, capítulos 7 e 8.
3º trimestre	Unidade 3, capítulo 9. Unidade 4, capítulos 10, 11 e 12. Pratica integradora ("Conscientização ambiental"). Avaliação das unidades 3 e 4.

MODERNA

Referências bibliográficas comentadas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI-XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Este livro, construído com uma narrativa envolvente e muito bem fundamentada, é uma das melhores sínteses sobre a colonização do Brasil.

AQUINO, Julio Groppa (org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 17. ed. São Paulo: Summus, 1996.

A obra reúne artigos de pesquisadores de diversas áreas, oferecendo um panorama complexo e abrangente sobre a indisciplina e sua relação com o sentimento de vergonha, as relações de poder e a violência, entre outros.

ARROYO, Miguel González. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. *In*: SOARES, Leôncio (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica; Brasília, DF: SECAD-MEC: Unesco, 2006.

A obra problematiza o perfil e a formação do professor da EJA, considerando as mudanças ocorridas nessa modalidade de ensino.

ASSIS, Simone Gonçalvez de (org.). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação: Editora Fiocruz, 2010.

Livro escrito por cientistas sociais, médicas e psicólogas, que se dedicam a analisar a violência na escola sob diversos olhares e suas consequências sobre os direitos e a saúde de professores e estudantes.

AZEVEDO, Célia Marinho. **Abolicionismo**: Brasil e Estados Unidos, uma história comparada. São Paulo: Annablume, 2003.

Neste livro a autora apresenta os fundamentos e as práticas que estruturaram o abolicionismo tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos.

BALTES, Paul B. Life-span developmental psychology: some converging observations on history and theory. *In*: BALTES, Paul B.; BRIM, Orville G. (org.). **Life-span development and behavior**. Nova York: Academic Press, 1979. v. 2.

As pesquisas do psicólogo alemão Paul B. Baltes foram direcionadas à investigação do desenvolvimento humano ao longo de toda a vida, não só considerando as especificidades da infância e da adolescência, mas também do envelhecimento.

BIONDI, Silvana Oliveira. **Programas Brasil Alfabetizado e *Encuentro***: princípios teóricos metodológicos para alfabetização de jovens e adultos. 2018. 331 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

Tese de doutorado defendida no programa de educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de um estudo qualitativo rigoroso e amplamente amparado em análise documental. O estudo comparado faz um balanço crítico e propositivo dos principais programas de alfabetização de jovens e adultos no Brasil e na Argentina.

BRASIL. **Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964**. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, [2024]. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/476127/publicacao/15666486. Acesso em: 6 mar. 2024.

O Decreto de João Goulart apresenta as principais diretrizes do programa de alfabetização elaborado naquele momento e que não chegou a se materializar, devido à sua revogação após a instauração da ditadura civil-militar no Brasil.

BRASIL. **Lei nº 5.379**, **de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm. Acesso em: 6 mar. 2024.

Sancionada durante o mandato de Artur da Costa e Silva, estabelece as bases de funcionamento do Sistema Mobral, que oferecia alfabetização e educação continuada para um público de adolescentes e adultos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

MODERNA

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

Autor de uma obra extensa, com vários volumes publicados, este livro é uma síntese de suas ideias sobre o ressurgimento do comércio na Idade Moderna por meio do capitalismo.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (org.). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea: FBSP, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes. Acesso em: 21 fev. 2024.

A obra disponibiliza os resultados da pesquisa feita pelo Ipea sobre a violência no Brasil, abordando o tema sob diversos aspectos (gênero, raça, região etc.) e suas consequências.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. **Marco de ação de Belém**. Documento da Confintea VI. Brasília, DF: Unesco; Confintea VI; Ministério da Educação, 2010.

O documento é assinado pelos 144 Estados-membros da Unesco reunidos em 2009, na Confintea de Belém (Pará), e identifica os principais desafios enfrentados naquele momento, como as dificuldades em suprimir os altos índices de analfabetismo, apesar da oferta de políticas públicas com essa finalidade.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. **Marco de ação de Marrakech**: aproveitar o poder transformador da aprendizagem e educação de adultos. Documento da Confintea VII. Hamburgo: Instituto da Unesco para a Aprendizagem ao Longo da Vida, 2022.

O documento, assinado pelos 142 Estados-membros da Unesco reunidos em 2022, na Confintea de Marrakech (Marrocos), é marcado pela reflexão sobre o impacto da pandemia da covid-19 na educação de adultos e sobre o papel político da modalidade para a proteção da democracia e promoção de um futuro sustentável em nível mundial.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec, 1996.

Neste livro sobre a Guerra do Paraguai, a historiadora mostra as causas e as consequências da guerra, tanto em termos militares, como em relação aos aspectos econômicos e sociais.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Este é um livro importante por mapear as desigualdades de gênero, atreladas aos aspectos raciais e de classe na sociedade estadunidense, que valem ser comparadas com outras realidades, como a do Brasil.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1.115-1.139, 2005.

O artigo aborda os processos, as polêmicas, os desafios e os impasses das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil até o período da reforma educacional realizada nos anos 1990.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

A obra desta filósofa de origem italiana, radicada nos Estados Unidos, mostra as transformações nos papéis das mulheres na história do Ocidente, especialmente após o advento do capitalismo e a transformação do trabalho doméstico em "não trabalho".

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 53. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Freire discorre sobre a educação como questão emancipatória na transformação de seres humanos em cidadãos agentes de transformação social. Cita exemplos de situações nas quais se dá a apreensão do conceito de cultura.

GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora oitocentista. **Almanack**, Guarulhos, p. 307-361, 2017. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/13113. Acesso em: 6 maio 2024.

São analisados neste artigo os fatores externos e internos que determinaram a adoção da mão de obra escravizada e imigrante nas fazendas de café na região Sudeste do Brasil no século XIX.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MODERNA

A proeminente socióloga negra brasileira estudou o racismo brasileiro, mostrando como práticas de discriminação e desigualdade social estão enraizadas no Brasil, sendo necessário um recorte de "gênero-classe-raça" para compreender essas questões com profundidade.

KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY, James A. *et al.* (org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/. Acesso em: 7 mar. 2024.

O relatório da OMS apresenta dados sobre a violência em nível mundial, aborda fatores de risco e apresenta propostas de ações e intervenções, em termos de políticas públicas, para esse problema.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Petrópolis: Vozes, 2016.

Neste livro, o medievalista demonstra que os principais fundamentos do que chamamos de "civilização ocidental" formou-se ao longo de séculos, durante o período medieval.

LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2009.

Este artigo traz uma ótima síntese das principais abordagens teórico-metodológicas para a compreensão dos mundos do trabalho.

LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

Carlos Lyra foi um dos professores alfabetizadores do grupo coordenado por Paulo Freire no começo dos anos 1960. A obra apresenta a compilação das suas anotações durante a execução do projeto experimental de alfabetização de adultos na cidade de Angicos (Rio Grande do Norte), que revelam detalhes sobre o método de alfabetização utilizado pelo grupo e a execução do projeto.

MALANDRIN, Vinicius Castelli. **Comunidade LGBT e o mercado de trabalho**: integração e permanência. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1090541. Acesso em: 5 abr. 2024.

Neste trabalho de conclusão de curso em Economia, o autor discute a situação da comunidade LGBTQIAP+ no mundo do trabalho.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos,1820-1860. **Penélope**: revista de História e Ciências Sociais, Lisboa, v. 27, p. 59-73, 2002. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2596990. Acesso em: 5 abr. 2024.

O autor faz uma discussão bibliográfica e teórica do desenvolvimento da escravidão no contexto do capitalismo do século XIX.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1, t. 1. (Coleção Os Economistas)

Neste primeiro volume de sua obra decisiva, um dos principais teóricos e críticos do capitalismo interpreta o surgimento do capitalismo e o que o diferencia de outros sistemas econômicos ao longo da história.

MEDEIROS, Larissa. **O trabalhador homossexual, o direito à identidade sexual e a não discriminação no trabalho**. Orientador: Guilherme Guimarães Feliciano. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

Nesta dissertação de mestrado na área do Direito, a autora mostra as possibilidades de construção de uma política não-discriminatória à comunidade LGBTQIAP+ no ambiente de trabalho.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Entre as mãos e os anéis**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

Neste livro, a historiadora analisa os debates entre os políticos e os conflitos sociais que levaram à implementação da Lei dos Sexagenários, em 1885, no Brasil.

MODERNA

MENEZES, Moisés Santos de *et al*. LGBT e mercado de trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações. **Conqueer**. Conferência Internacional de Estudos *Queer*. Campina Grande: Realize, 2018. p. 419-430. *E-book*. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/40228. Acesso em: 5 abr. 2024.

O artigo destes autores mostra o impacto da discriminação de orientações e identidades sexuais não heteronormativas no ambiente de trabalho.

MIDDELTON-MOZ, Jane; ZAWADSKI, Mary Lee. ***Bullying***: estratégias de sobrevivência para crianças e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

O livro aborda o fenômeno do *bullying* da infância até a vida adulta por meio de estudos de caso que narram situações de violência do ponto de vista das vítimas, as consequências em suas vidas e estratégias de sobrevivência.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Este é um livro inovador sobre a história da colonização do Brasil, mostrando a importância e o impacto que teve a escravização de indígenas na sociedade colonial, especialmente analisando a capitania de São Vicente entre os séculos XVI e XVII.

OBSERVATÓRIO de mortes e violências LGBTI+ no Brasil. **Dossiê denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022**. 8 maio 2023. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/. Acesso em: 18 abr. 2024.

A reportagem apresenta dados sobre a violência e a violação dos direitos humanos sofridos pela população LGBTQIAP+ no Brasil em 2022, como: as formas de violência mais praticadas, os grupos mais afetados e a distribuição dos crimes no território brasileiro.

PALÁCIOS, Jesús. O desenvolvimento após a adolescência. *In*: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.

Jesús Palácios apresenta pesquisas da área da psicologia sobre a capacidade de desenvolvimento e aprendizagem na fase adulta.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social**: um estudo comparativo. São Paulo: Edusp, 2008.

O autor desenvolve uma análise dos mecanismos sociais e psicológicos, além das práticas econômicas, que levaram à exploração da escravidão, em diferentes períodos históricos.

PRETI, Dino. Mas, afinal, como falam (ou deveriam falar) as pessoas cultas? *In*: PRETI, Dino. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

O autor discute as representações sobre a linguagem culta, especialmente do ponto de vista da oralidade, analisando representações sobre o uso de variedades de prestígio da língua e fenômenos linguísticos associados ao grau de formalidade envolvido em cada interação.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 5. ed. São Paulo: Ágora, 2021.

A obra apresenta recomendações práticas para a mediação de conflitos que podem ser aproveitadas em diferentes contextos, inclusive o da educação.

SANCHES, Teresa. Saúde cerebral ainda que tardia. **Boletim UFMG**, Belo Horizonte, n. 2.061, ano 45, 3 jun. 2019. Disponível em: https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2061/saude-cerebral-ainda-que-tardia. Acesso em: 30 abr. 2024.

O artigo apresenta informações sobre uma pesquisa na área de neurologia, realizada com idosos que estão cursando a Educação de Jovens e Adultos, indicando que a alfabetização nessa fase da vida é capaz de propiciar ganhos cognitivos para esse público.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Múltiplas vozes em sala de aula: aspecto da construção coletiva do conhecimento na escola. **Revista de Trabalhos de Linguística Aplicada**, Campinas, n. 18, p. 15-28, jul./dez. 1991.

A autora enfatiza o diálogo em sala de aula como constitutivo para o conhecimento e a mediação pelo diálogo como situação na qual há presença de outro no discurso.

MODELO

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

A obra deste autor marcou os estudos históricos ao fazer uma releitura do marxismo, relacionando as relações sociais às dinâmicas econômicas, o que abriu o campo de estudos da história social do trabalho.

TORREMORELL, Maria Carme Boqué. **Mediação de conflitos na escola**: modelos, estratégias e práticas. São Paulo: Summus, 2021.

A autora, que também é professora, fala sobre o papel do mediador e como ele deve atuar diante dos conflitos na educação, dando orientações claras e exemplos diretos de ações.

VIDAL-NAQUET, Pierre; VERNANT, Jean-Pierre (org.). **Trabalho e escravidão na Grécia antiga**. Campinas: Papirus, 1989.

Nesta obra, diversos autores analisam situações de trabalho e de escravidão nas cidades da Grécia antiga.

Referências bibliográficas complementares comentadas

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

Neste livro, o sociólogo analisa as alterações tecnológicas do capitalismo na última década que geraram uma degradação das condições de trabalho.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Nesta obra, a filósofa alemã apresenta, entre outros conceitos, uma análise profunda do conceito de autoridade, desde o Império Romano até a crise da educação percebida nos Estados Unidos na década de 1950.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA, itinerário pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

A obra se propõe a lançar um novo olhar para o estudante-trabalhador que busca aprimoramento na escola, especialmente considerando a interrupção do deslocamento casa-trabalho por aqueles que decidem frequentar a EJA.

BARRETO, Maria Cláudia Mota dos Santos. **Trajetórias de mulheres da e na EJA e seus enfrentamentos às situações de violências**. Orientadora: Gilvanice Barbosa da Silva Musial. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

A pesquisa apresentada nesta dissertação tem como objetivo geral compreender as trajetórias de mulheres da e na EJA e suas repercussões nos enfrentamentos às situações de violências.

BAZZONI, Claudio; FROCHTENGARTEN, Fernando (orgs.). **Rede de saberes**: a educação de jovens e adultos no Colégio Santa Cruz. São Paulo: Colégio Santa Cruz, 2021.

O livro traz um compilado de capítulos diversos e ricos sobre a Educação de Jovens e Adultos, abrangendo desde os primeiros ciclos do ensino fundamental até a educação profissional. Elaborada por educadores da EJA, a obra apresenta relatos de experiências permeados por importantes reflexões analíticas e teóricas.

BRAGA, Ruy. Para onde vai o precariado brasileiro? Sindicalismo e hegemonia no Brasil contemporâneo. **Perseu**. História, Memória e Política, n.10, 2013. Disponível em: https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/76. Acesso em: 5 abr. 2024.

Neste artigo o sociólogo brasileiro desenvolve argumentos sobre o precariado, com base em seus estudos sobre os trabalhadores de *telemarketing* da cidade de São Paulo no início da década de 2010.

MODERNA

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. "autoridade e educação: o desafio em face do ocaso da tradição. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 975-993, out--dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zX7W9xGBmt6BdkPt9JXXGYC/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 19 fev. 2024.

Neste artigo, o autor apresenta o que é a autoridade do professor, conforme a obra de Hannah Arendt, conceito que tem sido bastante debatido, mas pouco compreendido, em especial na sua relação com um mundo em transformação.

CATELLI JR., Roberto (org.). **Formação e práticas na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Ação Educativa, 2017.

Formado por uma coletânea de textos, este livro discute temas como: as concepções da educação de adultos, tanto no passado como no presente; os conceitos, práticas e experiências de letramento e de alfabetização matemática; a educação popular; as questões de gênero; as relações étnico-raciais na EJA; ao final, há relatos de experiências reais.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Perseu Abramo, 2014.

Esta obra reúne diversos escritos da autora, com destaque para *Mito fundador e sociedade autoritária*, no qual ela investiga as raízes da ambiguidade fundadora da identidade nacional brasileira: um povo representado como pacífico e ordeiro, mas autoritário.

COSTA, Jurandir Freire. Saúde mental: produto da educação? *In*: COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2021.

No livro, são abordados os impactos das violências do mundo atual sobre o nosso psiquismo sob o ponto de vista da psicanálise. No capítulo indicado, o autor afirma que a educação não produz saúde mental, mas sim reproduz a ordem social.

DAVID, Célia Maria. **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

Nesta obra os autores apresentam alguns dos principais desafios enfrentados pela educação no Brasil, analisando a educação em seu contexto cultural e social, as políticas educacionais e as questões específicas do espaço escolar.

DAVIS, Angela. **Educação e libertação**: a perspectiva das mulheres negras. São Paulo: Boitempo, 2018.

Neste capítulo extraído do livro *Mulheres, raça e classe* transformado em livro, a autora investiga como o fim da escravidão nos Estados Unidos fomentou a busca de pessoas negras por educação como forma de garantir seu acesso à cidadania.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília, DF: Unesco, 2002.

Neste livro, os autores apresentam uma discussão aprofundada sobre o conceito de violência e suas implicações no ambiente escolar em diversos países, e analisam algumas propostas e políticas que tentam solucionar esse problema.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Trabalho doméstico 2023**. Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html. Acesso em: 5 abr. 2024.

Infográfico que apresenta uma série de dados sobre o trabalho doméstico no Brasil, indicando questões relacionadas a gênero, faixa etária, cor, raça e outros.

ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca (org.). **Saúde mental na escola**: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

O livro aborda a atuação do professor para a promoção da saúde mental no contexto escolar, definindo alguns conceitos importantes sobre o assunto.

MODELO

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

Esta obra reúne vários escritos de Paulo Freire sobre a alfabetização de adultos e seus significados políticos e sociais na conscientização desses estudantes a respeito da cidadania conquistada graças à educação.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 62. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Neste livro, textos curtos sintetizam os princípios éticos fundamentais da visão de mundo de Paulo Freire para a formação de professores, com base nos valores de uma educação emancipadora que promova a liberdade.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

É um livro desenvolvido a partir do diálogo entre Paulo Freire e o norte-americano Ira Shor sobre a educação libertadora e sobre o papel do professor como um educador libertador.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

Nesta obra, Moacir Gadotti faz uma integração de extrema importância entre a materialidade do mundo socioeconômico e os processos educacionais. Trata-se, portanto, de um tema central para os educadores da EJA. O autor defende que os princípios de economia solidária devem guiar o projeto pedagógico de uma educação que se propõe a ser democrática, cidadã e emancipadora.

HADDAD, Sérgio. **O educador**: um perfil de Paulo Freire. São Paulo: Todavia, 2019.

A obra de Paulo Freire é vasta e mundialmente conhecida. Entretanto, neste livro biográfico, o autor Sérgio Haddad enriquece a prolífica contribuição teórico-metodológica do eminente educador brasileiro com relatos de sua trajetória de vida, contextualizando cada um de seus aspectos.

IRELAND, Timothy Denis; SPEZIA, Carlos Humberto (org.). **Educação de adultos em retrospectiva**: 60 anos de Confintea. Brasília: Unesco, MEC, 2014.

O volume apresenta informações sobre a história das Conferências Internacionais da Unesco sobre a educação de adultos e compila os documentos resultantes das conferências de 1949 a 2009.

MÉNDEZ, Natália Pietra. Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho. *In*: STECANELA, Nilda (org.) **Fundamentos da EJA**. Cadernos de EJA 1. Caxias do Sul: Educs, 2013.

Neste artigo a autora analisa a relação da EJA com o mundo do trabalho e faz um levantamento de dados sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, considerando o fator escolaridade. Para fazer tal análise, compara dados da cidade de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, e do Brasil.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: **Programa de educação sobre o negro na sociedade**. Niterói: Eduff, 2000.

Neste breve artigo, o autor apresenta as raízes históricas dos conceitos de raça, etnia e identidade, apontando suas contradições e apropriações ideológicas que os termos sofreram ao longo do tempo.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

Um livro abrangente que traça um panorama da população negra no Brasil, suas origens históricas e culturais, a luta contra o racismo e suas conquistas. Traz ainda uma lista de personalidades negras que marcaram nossa história.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 11-21, jan./abr. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/RyBwcJVRVXSBzhfyd9hz9Xf/?format=pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

MODERNA

Neste artigo, a doutora em Serviço Social analisa as transformações do mundo do trabalho nos últimos anos no Brasil.

POCHMANN, Marcio. As relações do trabalho terceirizado. *In*: SEMINÁRIO 20 ANOS DE TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL. Brasília, DF: Sindeepres, 2012. Disponível em: https://www.diap.org.br/images/stories/terceirizacao_nobrasil.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

Neste artigo, o economista brasileiro faz uma síntese da terceirização no Brasil.

PINTO, Álvaro V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1982.

Baseado nas aulas que o autor ministrou no Chile no final da década de 1960, este livro reúne textos que buscam problematizar concepções antiquadas de educação tanto quanto suas formas e práticas, construindo propostas teóricas para a educação de jovens e adultos.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Neste livro, o geógrafo brasileiro faz uma crítica à globalização e aponta alternativas de resistência a esse modelo econômico.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Nesta obra, a autora analisa as origens históricas do autoritarismo ainda presente na cultura e nas relações políticas e sociais no Brasil, com consequências como a violência, as desigualdades e a corrupção.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Reunindo mais de 250 verbetes utilizados por Paulo Freire, esta obra é a contribuição de mais de 100 autores para reunir, interpretar e explicar as expressões usadas pelo patrono da educação brasileira, dando a elas significado conceitual.

VENTOSA, Victor. **Didática da participação**: teoria, metodologia e prática. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

Este livro se baseia no conceito de Animação Sociocultural para elaborar propostas de práticas de ensino-aprendizagem baseadas na horizontalidade, na participação e na colaboração.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. A Educação de Jovens e Adultos como um espaço de empoderamento das mulheres. **Revista EJA em debate**, Florianópolis, ano 5, n. 7, 2016. Disponível em: https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2105. Acesso em: 5 maio 2024.

O artigo analisa os processos de exclusão vivenciados por estudantes que frequentam a EJA que se viram obrigadas a abandonar os estudos por fortes marcadores de gênero que culturalmente são perpetuados na sociedade.

MODERNA

Orientações específicas do Livro do Estudante

NOVA EJA MODERNA

MUNDO DO TRABALHO E TERRITÓRIOS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

VOLUME ÚNICO

1º segmento • Etapas 3 e 4

Área de conhecimento: Práticas do Mundo do Trabalho e Territórios

Organizadora: Editora Moderna

Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna.

Editor responsável:

Cesar Brumini Dellore

Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo.
Editor e elaborador de materiais didáticos.

1ª edição
São Paulo, 2024

MODERNA

MODERNA

Elaboração dos originais:

Ana Carolina dos Santos

Mestra em Ciências, no Programa: História Social, pela Universidade de São Paulo. Foi professora em curso de Educação de Jovens e Adultos em escolas municipais de Diadema (SP). Professora da educação básica em escolas municipais de Campos do Jordão (SP).

Ana Carolina F. Muniz

Bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo. Bacharela em Artes Visuais pela Universidade de São Paulo. Editora e elaboradora de materiais didáticos.

Andrea de Marco Leite de Barros

Mestra em Ciências, no Programa: Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo. Editora e elaboradora de materiais didáticos.

Bruno Leite

Bacharel e licenciado em Letras pela Universidade de São Paulo. Redator e editor de materiais didáticos e paradidáticos.

Camila Koshiba

Doutora em Ciências, no Programa: História Social, pela Universidade de São Paulo. Professora, editora e elaboradora de materiais didáticos.

Fernanda Sposito

Concluiu pós-doutorado no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. Professora, autora e elaboradora de materiais didáticos.

Gabriel Rath Kolyniak

Licenciado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Editor.

Helen Martinez

Especialista em Teoria Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Psicóloga pela Universidade São Marcos (SP). Professora em cursos de educação profissional da Educação de Jovens e Adultos de escolas particulares de São Paulo.

Henrique Pavan Beiro de Souza

Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (SP). Professor em cursos de educação profissional da Educação de Jovens e Adultos de escolas particulares de São Paulo. Professor no Ensino Superior público e privado. Autor de materiais didáticos.

Maíra Fernandes

Mestra em Arquitetura e Urbanismo, no Programa: Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de São Paulo. Professora e elaboradora de materiais didáticos.

Marcos Magri

Bacharel em História pela Universidade de São Paulo. Professor, editor, consultor e leitor técnico de materiais didáticos.

Rafael da Ponta Vicente

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Professor de Geografia da educação básica de escolas particulares de São Paulo.

Raphael Macedo de Oliveira

Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Licenciado em Sociologia pela Faculdade Alfa (SP). Professor da Educação de Jovens e Adultos e coordenador de gestão pedagógica da área de Ciências Humanas e Sociais de escolas públicas de São Paulo.

Robson Edgar Rocha

Mestre em Ciências, no Programa: Geografia (Geografia Humana), pela Universidade de São Paulo. Professor, editor e autor de materiais didáticos.

Tathiane Gerbovic

Doutora em Ciências, no Programa: História Econômica, pela Universidade de São Paulo. Professora, editora e elaboradora de materiais didáticos.

Thais R. Videira

Bacharela e licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Editora e elaboradora de materiais didáticos.

Organizador dos objetos digitais: Cesar Brumini Dellore

Elaboradores dos objetos digitais: André dos Santos Araújo, Andrea de Marco Leite de Barros

Edição de texto: Ana Lúcia Barreto de Lucena, Andrea de Marco Leite de Barros, Regina Gomes de Souza, Robson Edgar Rocha, Thais R. Videira

Preparação de texto: Maria Alice Gonçalves

Gerência de planejamento editorial e revisão: Maria de Lourdes Rodrigues

Coordenação de revisão: Elaine C. del Nero, Mônica Rodrigues de Lima

Revisão: Ana Cortazzo, Dirce Y. Yamamoto, Nancy H. Dias, Renato da Rocha, Sirlene Prignolato, Tatiana Malheiro

Gerência de *design*, produção gráfica e digital: Patricia Costa

Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite

Projeto gráfico: Everson de Paula, Mariza de Souza Porto

Capa: Everson de Paula, Bruno Tonel, Mariza de Souza Porto

Foto: Homem utilizando *tablet*.
klebercordeiro/iStock/Getty Images

Coordenação de produção gráfica: Aderson Oliveira

Coordenação de arte: Mônica Maldonado, Wilson Gazzoni Agostinho

Edição de arte: Izabel Donaire

Editoração eletrônica: Izabel Donaire

Coordenação de pesquisa iconográfica: Flávia Aline de Morais

Pesquisa iconográfica: Renate Hartfiel, Junior Rozzo

Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues

Tratamento de imagens: Ademir Baptista, Ana Isabela Pithan Maraschin, Vânia Maia

Pré-impressão: Alexandre Petreca, Marcio H. Kamoto

Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro

Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nova EJA Moderna mundo do trabalho e territórios : volume único / organizadora Editora Moderna ; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna ; editor responsável Cesar Brumini Dellore. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2024.

Área de conhecimento: Práticas do mundo do trabalho e territórios.
ISBN 978-85-16-13910-0 (aluno)
ISBN 978-85-16-13912-4 (professor)

1. Educação de Jovens e Adultos (Ensino fundamental) 2. Livros-texto (Ensino fundamental) I. Dellore, Cesar Brumini.

24-200563 CDD-372.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação de Jovens e Adultos : Ensino integrado : Livros-texto : Ensino fundamental 372.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Canal de atendimento: 0303 663 3762
www.moderna.com.br
2024
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) estudante

Gostaríamos de parabenizá-lo(a) pela decisão de retomar os estudos. Voltar a estudar significa dedicar-se a você e à construção de uma vida melhor.

Hoje, o mundo do trabalho está cada vez mais complexo. Novas profissões surgem, as relações de trabalho modificam-se e a velocidade das transformações sociais exige preparação para conquistar novos aprendizados e habilidade de adaptação a mudanças.

Os estudos contribuem para que os cidadãos sejam mais conscientes da vida em sociedade. Estudar também torna os indivíduos mais conscientes de seus direitos e colabora para ampliar as oportunidades no mercado de trabalho. Nessa trajetória, há muito o que aprender na escola e no convívio com a comunidade escolar.

Cada vez mais, a sociedade brasileira tem reconhecido que a educação é um direito de todos. Fazer com que esse direito também seja garantido a jovens e adultos faz parte desse reconhecimento.

Este livro foi feito especialmente para você que já enfrentou desafios e aprendeu com as experiências de vida fora do ambiente escolar. Com ele, pretendemos oferecer conhecimentos para uma melhor compreensão do mundo do trabalho.

Esperamos, também, que esta obra desperte em você o desejo de continuar sempre aprendendo e contribua para que você desenvolva a confiança nas suas capacidades de lidar com as próximas experiências de vida.

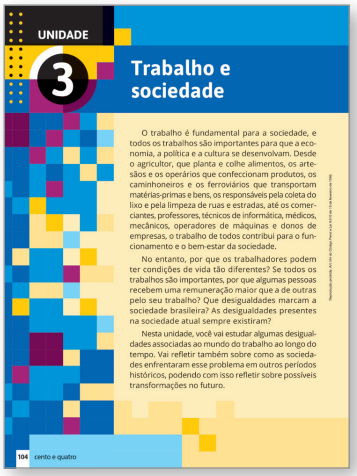
Para isso, considere também que você conta com os colegas e os professores. E tenha certeza de que eles também querem aprender o que você tem para ensinar.

Bons estudos!

MODERNA

CONHEÇA SEU LIVRO

Seu livro está organizado em quatro unidades. Cada uma delas tem três capítulos. A seguir, conheça as partes que compõem seu livro.


UNIDADE 3

Trabalho e sociedade

O trabalho é fundamental para a sociedade, e todos os trabalhos são importantes para que a economia, a política e a cultura se desenvolvam. Desde o agricultor, que planta e colhe alimentos, os artesãos e os operários que confeccionam produtos, os caminhoneiros e os ferroviários que transportam matérias-primas e bens, os responsáveis pela coleta do lixo e pela limpeza de ruas e estradas, até os comerciantes, professores, técnicos de informática, médicos, mecânicos, operadores de máquinas e donos de empresas, o trabalho de todos contribui para o funcionamento e o bem-estar da sociedade.

No entanto, por que os trabalhadores podem ter condições de vida tão diferentes? Se todos os trabalhos são importantes, por que algumas pessoas recebem uma remuneração maior que a de outras pelo seu trabalho? Que desigualdades marcam a sociedade brasileira? As desigualdades presentes na sociedade atual sempre existiram?

Nesta unidade, você vai estudar algumas desigualdades associadas ao mundo do trabalho ao longo do tempo. Vai refletir também sobre como as sociedades enfrentaram esse problema em outros períodos históricos, podendo com isso refletir sobre possíveis transformações no futuro.

104 cento e quatro

Abertura de unidade

Na abertura de unidade, você vai conhecer os temas que serão estudados ao longo dos capítulos da unidade e compreender como esses temas estão relacionados.

CAPÍTULO 12

Caminhos para a sustentabilidade

Turbinas para captação de energia eólica no município de Jijoca de Jericoacoara, estado do Ceará, 2023.

Neste capítulo você vai:

- diferenciar recursos naturais renováveis de não renováveis;
- identificar diferentes fontes de energia;
- compreender o conceito de sustentabilidade;
- propor formas de consumo consciente.

As sociedades dependem da natureza para obter alimentos, materiais para a construção de moradias, substâncias para o preparo de remédios e outros recursos naturais que atendam a suas necessidades básicas. Por isso, o aproveitamento de matérias-primas e de fontes de energia é fundamental para os humanos. A exploração sem controle dos recursos naturais, porém, tem provocado a destruição de ambientes naturais.

A fotografia retrata uma forma de obter energia que, comparada a outras alternativas, provoca impactos menores na natureza. Você sabe qual recurso natural é usado para produzir energia por meio desses equipamentos? Você conhece outras formas menos prejudiciais à natureza de produzir energia?

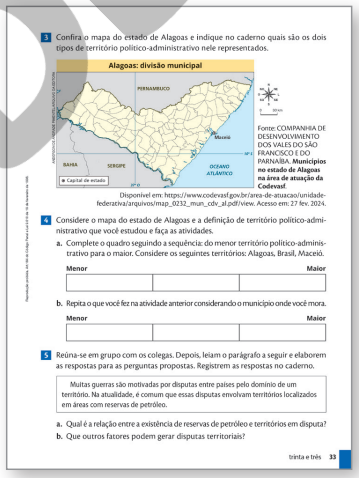
176 cento e setenta e seis

Abertura de capítulo

Na abertura de capítulo, o texto e a imagem ajudarão você a relacionar o tema de estudo com seus conhecimentos e experiências de vida. O boxe lista os objetivos de aprendizagem do capítulo.

Atividades

Ao longo dos capítulos, você realizará atividades individuais e em grupo, orais e escritas. Há propostas de debates, de interpretação de textos, fotografias, gráficos e mapas e muito mais.


3 Confira o mapa do estado de Alagoas e indique no caderno quais são os dois tipos de território político-administrativo nele representados.

Alagoas: divisão municipal

Fonte: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Municípios no estado de Alagoas na área de atuação da Codevasf.**

Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/unidade-federativa/arquivos/map_0232_mun_cdv_al.pdf/view. Acesso em: 27 fev. 2024.

4 Considere o mapa do estado de Alagoas e a definição de território político-administrativo que você estudou e faça as atividades.

a. Complete o quadro seguindo a sequência: do menor território político-administrativo para o maior. Considere os seguintes territórios: Alagoas, Brasil, Maceió.

Menor		Maior

b. Repita o que você fez na atividade anterior considerando o município onde você mora.

Menor		Maior

5 Reúna-se em grupo com os colegas. Depois, leiam o parágrafo a seguir e elaborem as respostas para as perguntas propostas. Registrem as respostas no caderno.

Muitas guerras são motivadas por disputas entre países pelo domínio de um território. Na atualidade, é comum que essas disputas envolvam territórios localizados em áreas com reservas de petróleo.

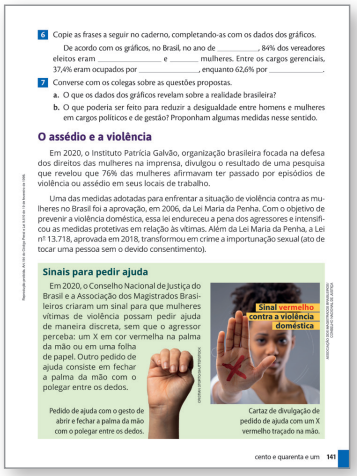
a. Qual é a relação entre a existência de reservas de petróleo e territórios em disputa?

b. Que outros fatores podem gerar disputas territoriais?

trinta e três 33

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO



6 Copie as frases a seguir no caderno, completando-as com os dados dos gráficos.

De acordo com os gráficos, no Brasil, no ano de _____, 84% dos vereadores eleitos eram _____ e _____ mulheres. Entre os cargos gerenciais, 37,4% eram ocupados por _____, enquanto 62,6% por _____.

7 Converse com os colegas sobre as questões propostas.

a. O que os dados dos gráficos revelam sobre a realidade brasileira?

b. O que poderia ser feito para reduzir a desigualdade entre homens e mulheres em cargos políticos e de gestão? Proponham algumas medidas nesse sentido.

O assédio e a violência

Em 2020, o Instituto Patrícia Galvão, organização brasileira focada na defesa dos direitos das mulheres na imprensa, divulgou o resultado de uma pesquisa que revelou que 76% das mulheres afirmavam ter passado por episódios de violência ou assédio em seus locais de trabalho.

Uma das medidas adotadas para enfrentar a situação de violência contra as mulheres no Brasil foi a aprovação, em 2006, da Lei Maria da Penha. Com o objetivo de prevenir a violência doméstica, essa lei endureceu a pena dos agressores e intensificou as medidas protetivas em relação às vítimas. Além da Lei Maria da Penha, a Lei nº 13.718, aprovada em 2018, transformou em crime a importunação sexual (ato de tocar uma pessoa sem o devido consentimento).

Sinais para pedir ajuda

Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça do Brasil e a Associação dos Magistrados Brasileiros criaram um sinal para que mulheres vítimas de violência possam pedir ajuda de maneira discreta, sem que o agressor perceba: um X em cor vermelha na palma da mão ou em uma folha de papel. Outro pedido de ajuda consiste em fechar a palma da mão com o polegar entre os dedos.

Sinal vermelho contra a violência doméstica

Pedido de ajuda com o gesto de abrir e fechar a palma da mão com o polegar entre os dedos.

Cartaz de divulgação de pedido de ajuda com um X vermelho traçado na mão.

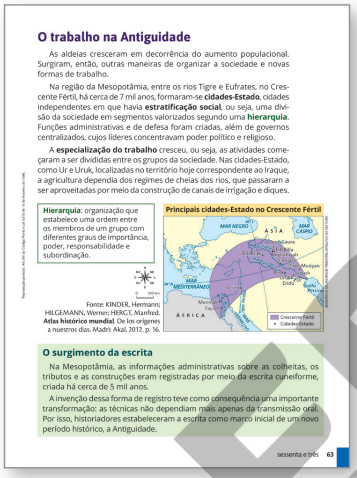
cento e quarenta e um 141

Ampliação

Ao longo dos capítulos, textos em destaque vão possibilitar que você amplie seus conhecimentos sobre um assunto específico.

Glossário

No glossário, você encontrará o significado de palavras destacadas no texto, ampliando seu vocabulário.



O trabalho na Antiguidade

As aldeias cresceram em decorrência do aumento populacional. Surgiram, então, outras maneiras de organizar a sociedade e novas formas de trabalho.

Na região da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, no Crescente Fértil, há cerca de 7 mil anos, formaram-se **cidades-Estado**, cidades independentes em que havia **estratificação social**, ou seja, uma divisão da sociedade em segmentos valorizados segundo uma **hierarquia**. Funções administrativas e de defesa foram criadas, além de governos centralizados, cujos líderes concentravam poder político e religioso.

A **especialização do trabalho** cresceu, ou seja, as atividades começaram a ser divididas entre os grupos da sociedade. Nas cidades-Estado, como Ur e Uruk, localizadas no território hoje correspondente ao Iraque, a agricultura dependia dos regimes de cheias dos rios, que passaram a ser aproveitadas por meio da construção de canais de irrigação e diques.

Hierarquia: organização que estabelece uma ordem entre os membros de um grupo com diferentes graus de importância, poder, responsabilidade e subordinação.

Principais cidades-Estado no Crescente Fértil

Fonte: KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner; HERGT, Manfred. **Atlas histórico mundial**. De los orígenes a nuestros días. Madri: Akal, 2012. p. 16.

O surgimento da escrita

Na Mesopotâmia, as informações administrativas sobre as colheitas, os tributos e as construções eram registradas por meio da escrita cuneiforme, criada há cerca de 5 mil anos.

A invenção dessa forma de registro teve como consequência uma importante transformação: as técnicas não dependiam mais apenas da transmissão oral. Por isso, historiadores estabeleceram a escrita como marco inicial de um novo período histórico, a Antiguidade.

sessenta e três 63

As dinâmicas da sociedade

As intervenções humanas nas paisagens variam conforme a **cultura**, as **técnicas** e os **recursos naturais** utilizados pelas sociedades.

A cultura corresponde ao conjunto de hábitos, crenças, tradições e comportamentos característicos de um grupo humano. As técnicas dizem respeito aos instrumentos, materiais e formas de realizar tarefas e produzir bens em uma sociedade. Os recursos naturais são elementos que as pessoas retiram da natureza para suprir suas necessidades e interesses, como alimentos, materiais de construção e fontes de energia.

O uso de recursos naturais aumentou nos últimos séculos com o desenvolvimento da indústria, que os utiliza em maior quantidade, contribuindo para muitas alterações nas paisagens. As cidades se tornaram espaços de concentração de um grande número de pessoas, acumulando as intervenções humanas produzidas em diferentes momentos da história.

OBJETO DIGITAL Carrossel de imagens: Os elementos da paisagem

Vista de trecho da cidade do Rio de Janeiro, 1930.

Vista de trecho da cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, 2022. Comparada à de 1930, a paisagem apresenta uma concentração maior de construções e prédios altos. Além disso, a praia de Copacabana foi alargada.

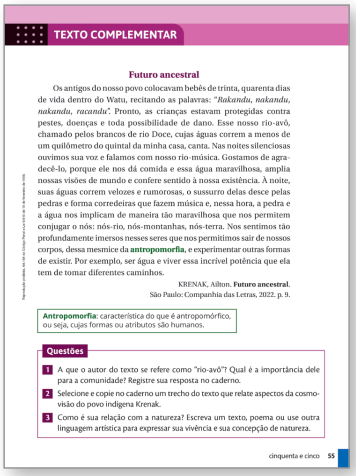
vinte e cinco 25

Objeto digital

Os ícones de objeto digital indicam os objetos do Livro Digital, em que você encontrará vídeos, infográficos, carrosséis de imagens e *podcasts* com conteúdo complementar.

OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens:
Os elementos da paisagem

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



TEXTO COMPLEMENTAR

Futuro ancestral

Os antigos do nosso povo colocavam bebês de trinta, quarenta dias de vida dentro do Watu, recitando as palavras: "*Nakandu, nakandu, nakandu, racandu*". Pronto, as crianças estavam protegidas contra pestes, doenças e toda possibilidade de dano. Esse nosso rio-avô, chamado pelos brancos de rio Doce, cujas águas correm a menos de um quilômetro do quintal da minha casa, canta. Nas noites silenciosas ouvimos sua voz e falamos com nosso rio-música. Gostamos de agradecê-lo, porque ele nos dá comida e essa água maravilhosa, amplia nossas visões de mundo e confere sentido à nossa existência. À noite, suas águas correm velozes e rumorosas, o sussurro delas desce pelas pedras e forma corredeiras que fazem música e, nessa hora, a pedra e a água nos implicam de maneira tão maravilhosa que nos permitem conjugar o nós: nós-rio, nós-montanhas, nós-terra. Nos sentimos tão profundamente imersos nesses seres que nos permitimos sair de nossos corpos, dessa mesmice da **antropomorfia**, e experimentar outras formas de existir. Por exemplo, ser água e viver essa incrível potência que ela tem de tomar diferentes caminhos.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 9.

Antropomorfia: característica do que é antropomórfico, ou seja, cujas formas ou atributos são humanos.

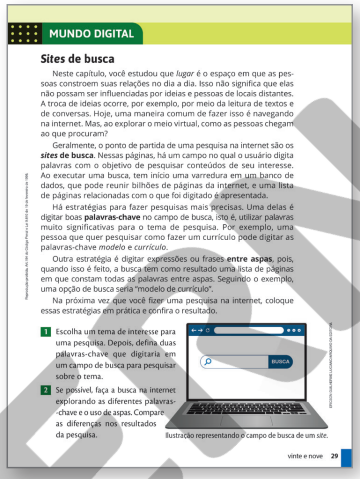
Questões

1. A que o autor do texto se refere como "rio-avô"? Qual é a importância dele para a comunidade? Registre sua resposta no caderno.
2. Selecione e copie no caderno um trecho do texto que relate aspectos da cosmovisão do povo indígena Krenak.
3. Como é sua relação com a natureza? Escreva um texto, poema ou use outra linguagem artística para expressar sua vivência e sua concepção de natureza.

cinquenta e cinco 55

Texto complementar

A seção apresenta diferentes tipos de texto sobre temas atuais para leitura e interpretação.



MUNDO DIGITAL

Sites de busca

Neste capítulo, você estudou que *lugar* é o espaço em que as pessoas constroem suas relações no dia a dia. Isso não significa que elas não possam ser influenciadas por ideias e pessoas de locais distantes. A troca de ideias ocorre, por exemplo, por meio da leitura de textos e de conversas. Hoje, uma maneira comum de fazer isso é navegando na internet. Mas, ao explorar o meio virtual, como as pessoas chegam ao que procuram?

Geralmente, o ponto de partida de uma pesquisa na internet são os ***sites* de busca**. Nessas páginas, há um campo no qual o usuário digita palavras com o objetivo de pesquisar conteúdos de seu interesse. Ao executar uma busca, tem início uma varredura em um banco de dados, que pode reunir bilhões de páginas da internet, e uma lista de páginas relacionadas com o que foi digitado é apresentada.

Há estratégias para fazer pesquisas mais precisas. Uma delas é digitar boas **palavras-chave** no campo de busca, isto é, utilizar palavras muito significativas para o tema de pesquisa. Por exemplo, uma pessoa que quer pesquisar como fazer um currículo pode digitar as palavras-chave *modelo* e *currículo*.

Outra estratégia é digitar expressões ou frases **entre aspas**, pois, quando isso é feito, a busca tem como resultado uma lista de páginas em que constam todas as palavras entre aspas. Seguindo o exemplo, uma opção de busca seria "modelo de currículo".

Na próxima vez que você fizer uma pesquisa na internet, coloque essas estratégias em prática e confira o resultado.

1. Escolha um tema de interesse para uma pesquisa. Depois, defina duas palavras-chave que digitaria em um campo de busca para pesquisar sobre o tema.
2. Se possível, faça a busca na internet explorando as diferentes palavras-chave e o uso de aspas. Compare as diferenças nos resultados da pesquisa.

Ilustração representando o campo de busca de um *site*.

vinte e nove 29

Mundo digital

Nessa seção, você vai refletir sobre algumas práticas de uso de recursos digitais na internet e o impacto das tecnologias de comunicação.

PRÁTICA INTEGRADORA

Tecnologia no trabalho

Algumas tarefas realizadas atualmente seriam diferentes sem o uso das tecnologias desenvolvidas nas últimas décadas. São inúmeras as profissões que dependem, por exemplo, de dispositivos conectados à internet.

Com base na sua realidade, que exemplos poderiam ser mencionados? Nesta prática, você vai refletir sobre como as tecnologias impactam a vida dos trabalhadores.

O que será feito

Você e os colegas farão uma **visita guiada** a um local de trabalho, combinada com o professor, para identificar como a tecnologia faz parte do dia a dia de trabalhadores. Ao final, será necessário organizar as informações coletadas para a realização de uma **exposição de cartazes**.

Os seguintes materiais podem ser utilizados: câmera fotográfica ou celular com câmera; caderno; cartolinas de diversas cores; papel sulfite; canetas coloridas; cola; fita adesiva; tesoura; cortiça, papelão ou papel *kraft*.

Pagamento em máquina de cartão em loja no município de Maringá, estado do Paraná, 2022. Hoje, muitos estabelecimentos fazem uso de máquinas conectadas à internet para receber pagamentos.

Organização da visita

1. Na sala de aula, com o apoio do professor, façam uma lista de diferentes locais nas proximidades da escola que poderiam ser visitados pela turma e onde existam trabalhadores que exercem diferentes funções. Pode ser, por exemplo, um mercado, uma agência bancária, uma repartição pública, a sede de uma empresa ou outro estabelecimento.
2. Com o acompanhamento do professor, comparem vantagens e desvantagens de cada local em relação a localização, diversidade de funções de trabalho e possibilidade de acesso para a visita guiada. Em seguida, definam o responsável pelo contato com o estabelecimento para propor e agendar a visita.
3. Agendem uma data em que o maior número possível de colegas possa participar. Certifiquem-se de que os objetivos da visita fiquem claros para todos os envolvidos, bem como a sua duração e o tipo de interação que poderá haver entre vocês e os trabalhadores. É necessário ter autorização prévia para entrevistas e fotografar ambientes e pessoas.
4. No dia e horário combinado, alguns cuidados são essenciais, como a pontualidade e o respeito às regras do local.

Preparação da exposição de cartazes

1. Após a visita, em sala de aula, compartilhem suas impressões e seus registros. Juntos, respondam às questões: quais funções foram identificadas entre os trabalhadores do local? Quais delas eram executadas com o uso de tecnologia? Que impactos a tecnologia tem na rotina de trabalho dos funcionários?
2. Com base nas respostas, elaborem um cartaz para cada tipo de trabalho identificado, apresentando a função executada pelo trabalhador, os equipamentos utilizados por ele e os pontos positivos e negativos das tecnologias empregadas.
3. O cartaz deve apresentar textos claros e objetivos. Para isso, considerem a melhor maneira de transmitir as informações para os leitores.
4. Pensem em um título para a exposição.
5. Os cartazes deverão ser expostos em um local da escola com autorização para isso.

Avaliação

Converse com os colegas sobre as questões a seguir.

1. O resultado da atividade foi satisfatório? Se sim, de que forma?
2. Como a visita guiada contribuiu para a reflexão sobre a temática estudada?
3. Como foi a participação dos colegas? Todos contribuíram?
4. Em uma próxima experiência, o que poderia ser melhorado?

100 cem

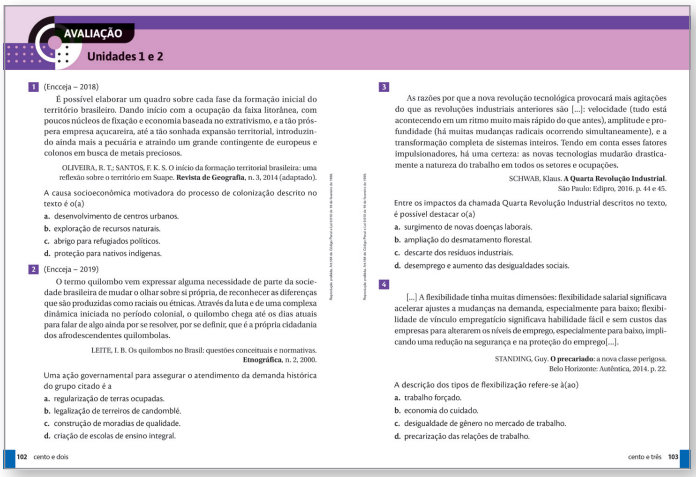
cento e um 101

Prática integradora

Nessa seção, você e os colegas desenvolverão uma atividade prática e coletiva que incentivará habilidades de investigação e reunirá conteúdos abordados no livro e de outras áreas do conhecimento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



AVALIAÇÃO

Unidades 1 e 2

1 (Enceja – 2018)

É possível elaborar um quadro sobre cada fase da formação inicial do território brasileiro. Dando início com a ocupação da faixa litorânea, com poucos núcleos de fixação e economia baseada no extrativismo, e a tão próspera empresa açucareira, até a tão sonhada expansão territorial, introduzindo ainda mais a pecuária e atraindo um grande contingente de europeus e colonos em busca de metais preciosos.

OLIVEIRA, R. T.; SANTOS, F. K. S. O início da formação territorial brasileira: uma reflexão sobre o território em Suape. **Revista de Geografia**, n. 3, 2014 (adaptado).

A causa socioeconômica motivadora do processo de colonização descrito no texto é o(a)

a. desenvolvimento de centros urbanos.
b. exploração de recursos naturais.
c. abrigo para refugiados políticos.
d. proteção para nativos indígenas.

2 (Enceja – 2019)

O termo quilombo vem expressar alguma necessidade de parte da sociedade brasileira de mudar o olhar sobre si própria, de reconhecer as diferenças que são produzidas como raciais ou étnicas. Através da luta e de uma complexa dinâmica iniciada no período colonial, o quilombo chega até os dias atuais para falar de algo ainda por se resolver, por se definir, que é a própria cidadania dos afrodescendentes quilombolas.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, n. 2, 2000.

Uma ação governamental para assegurar o atendimento da demanda histórica do grupo citado é a

a. regularização de terras ocupadas.
b. legalização de terreiros de candomblé.
c. construção de moradias de qualidade.
d. criação de escolas de ensino integral.

3

As razões por que a nova revolução tecnológica provocará mais agitações do que as revoluções industriais anteriores são [...]: velocidade (tudo está acontecendo em um ritmo muito mais rápido do que antes), amplitude e profundidade (há muitas mudanças radicais ocorrendo simultaneamente), e a transformação completa de sistemas inteiros. Tendo em conta esses fatores impulsionadores, há uma certeza: as novas tecnologias mudarão drasticamente a natureza do trabalho em todos os setores e ocupações.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016, p. 44 e 45.

Entre os impactos da chamada Quarta Revolução Industrial descritos no texto, é possível destacar o(a)

a. surgimento de novas doenças laborais.
b. ampliação do desmatamento florestal.
c. descarte dos resíduos industriais.
d. desemprego e aumento das desigualdades sociais.

4

[...] A flexibilidade tinha muitas dimensões: flexibilidade salarial significava acelerar ajustes a mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego[...].

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 22.

A descrição dos tipos de flexibilização refere-se à(ao)

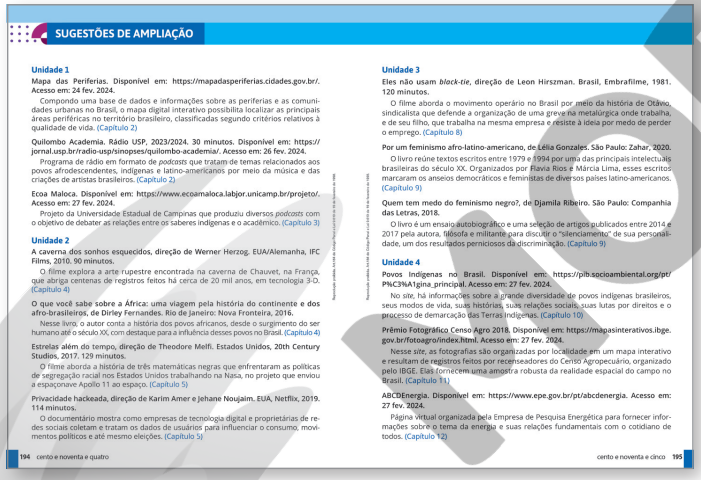
a. trabalho forçado.
b. economia do cuidado.
c. desigualdade de gênero no mercado de trabalho.
d. precarização das relações de trabalho.

102 cento e dois

cento e três 103

Avaliação

A seção apresenta questões de múltipla escolha que o ajudarão a avaliar seus conhecimentos e a se preparar para exames de certificação.



SUGESTÕES DE AMPLIAÇÃO

Unidade 1

Mapa das Periferias. Disponível em: https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/. Acesso em: 24 fev. 2024.

Compondo uma base de dados e informações sobre as periferias e as comunidades urbanas no Brasil, o mapa digital interativo possibilita localizar as principais áreas periféricas no território brasileiro, classificadas segundo critérios relativos à qualidade de vida. (Capítulo 2)

Quilombo Academia. Rádio USP, 2023/2024. 30 minutos. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/sinopses/quilombo-academia/. Acesso em: 26 fev. 2024.

Programa de rádio em formato de *podcasts* que tratam de temas relacionados aos povos afrodescendentes, indígenas e latino-americanos por meio da música e das criações de artistas brasileiros. (Capítulo 2)

Ecoa Maloca. Disponível em: https://www.ecoamaloca.labjor.unicamp.br/projeto/. Acesso em: 27 fev. 2024.

Projeto da Universidade Estadual de Campinas que produziu diversos *podcasts* com o objetivo de debater as relações entre os saberes indígenas e o acadêmico. (Capítulo 3)

Unidade 2

A caverna dos sonhos esquecidos, direção de Werner Herzog. EUA/Alemanha, IFC Films, 2010. 90 minutos.

O filme explora a arte rupestre encontrada na caverna de Chauvet, na França, que abriga centenas de registros feitos há cerca de 20 mil anos, em tecnologia 3-D. (Capítulo 4)

O que você sabe sobre a África: uma viagem pela história do continente e dos afro-brasileiros, de Dirley Fernandes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

Nesse livro, o autor conta a história dos povos africanos, desde o surgimento do ser humano até o século XX, com destaque para a influência desses povos no Brasil. (Capítulo 4)

Estrelas além do tempo, direção de Theodore Melfi. Estados Unidos, 20th Century Studios, 2017. 129 minutos.

O filme aborda a história de três matemáticas negras que enfrentaram as políticas de segregação racial nos Estados Unidos trabalhando na Nasa, no projeto que enviou a espaçonave Apollo 11 ao espaço. (Capítulo 5)

Privacidade hackeada, direção de Karim Amer e Jehane Noujaim. EUA, Netflix, 2019. 114 minutos.

O documentário mostra como empresas de tecnologia digital e proprietárias de redes sociais coletam e tratam os dados de usuários para influenciar o consumo, movimentos políticos e até mesmo eleições. (Capítulo 5)

Unidade 3

Eles não usam *black-tie*, direção de Leon Hirszman. Brasil, Embrafilme, 1981. 120 minutos.

O filme aborda o movimento operário no Brasil por meio da história de Otávio, sindicalista que defende a organização de uma greve na metalúrgica onde trabalha, e de seu filho, que trabalha na mesma empresa e resiste à ideia por medo de perder o emprego. (Capítulo 8)

Por um feminismo afro-latino-americano, de Lélia Gonzales. São Paulo: Zahar, 2020.

O livro reúne textos escritos entre 1979 e 1994 por uma das principais intelectuais brasileiras do século XX. Organizados por Flavia Rios e Márcia Lima, esses escritos marcaram os anseios democráticos e feministas de diversos países latino-americanos. (Capítulo 9)

Quem tem medo do feminismo negro?, de Djamila Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

O livro é um ensaio autobiográfico e uma seleção de artigos publicados entre 2014 e 2017 pela autora, filósofa e militante para discutir o "silenciamento" de sua personalidade, um dos resultados perniciosos da discriminação. (Capítulo 9)

Unidade 4

Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 27 fev. 2024.

No site, há informações sobre a grande diversidade de povos indígenas brasileiros, seus modos de vida, suas histórias, suas relações sociais, suas lutas por direitos e o processo de demarcação das Terras Indígenas. (Capítulo 10)

Prêmio Fotográfico Censo Agro 2018. Disponível em: https://mapasinterativos.ibge.gov.br/fotoagro/index.html. Acesso em: 27 fev. 2024.

Nesse site, as fotografias são organizadas por localidade em um mapa interativo e resultam de registros feitos por recenseadores do Censo Agropecuário, organizado pelo IBGE. Elas fornecem uma amostra robusta da realidade espacial do campo no Brasil. (Capítulo 11)

ABCDEnergia. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia. Acesso em: 27 fev. 2024.

Página virtual organizada pela Empresa de Pesquisa Energética para fornecer informações sobre o tema da energia e suas relações fundamentais com o cotidiano de todos. (Capítulo 12)

194 cento e noventa e quatro

cento e noventa e cinco 195

Sugestões de ampliação

No final do livro, você encontrará sugestões de livros, filmes, *sites* e *podcasts* para ampliar seus conhecimentos sobre os temas estudados.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Você sabia que em 2015 foi assinado, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (Estados Unidos), um documento em que 193 países, incluindo o Brasil, se comprometeram a tomar medidas importantes para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que as pessoas possam desfrutar de paz e de prosperidade? Trata-se da **Agenda 2030**. Nela, são apresentados **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, os ODS, que determinam metas transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável até 2030, a fim de que possamos cumprir a Agenda no Brasil e no mundo. Vamos conhecê-los?

RELEITURA DOS ÍCONES DA ONU POR VINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

ODS 9

INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

ODS 10

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

ODS 11

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

ODS 12

CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

ODS 13

AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

ODS 14

VIDA NA ÁGUA

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

ODS 15

VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.

ODS 16

PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

ODS 17

PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 27 fev. 2024.

Neste livro, você encontrará ícones dos ODS quando forem trabalhados temas ou conceitos com os quais eles podem ser relacionados.

RELEITURA DOS ÍCONES DA ONU POR VINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

SUMÁRIO

UNIDADE 1 O mundo ao nosso redor 12

CAPÍTULO 1 Tempo e espaço 13
Perceber e medir o tempo 14
Estudar a história 19
História e identidade 20
A paisagem 21
O espaço geográfico 22
O lugar 26
Proteger a história e os lugares 28
MUNDO DIGITAL *Sites* de busca 29

CAPÍTULO 2 Território e territorialidades 30
O território 31
Aspectos da formação do território brasileiro 35
A relação entre território e territorialidade 38

CAPÍTULO 3 Brasil: identidades e conflitos no campo 42
Diversidade sociocultural brasileira 43
Grupo social e identidade 44
TEXTO COMPLEMENTAR Futuro ancestral 55

UNIDADE 2 Trabalho e tecnologia 56

CAPÍTULO 4 O trabalho ao longo do tempo 57
O mundo do trabalho 58
As ferramentas e a história antes da escrita 60
O trabalho na Antiguidade 63
A servidão na Idade Média 65
A escravidão na Idade Moderna 67
As revoluções industriais e o trabalho assalariado 69

CAPÍTULO 5 Impactos da tecnologia no trabalho contemporâneo 72
A Terceira Revolução Industrial 73
A Quarta Revolução Industrial 80
TEXTO COMPLEMENTAR Inteligência Artificial 85

CAPÍTULO 6 Desafios atuais e perspectivas para o trabalho 86
A importância do trabalho e do trabalhador 87
O trabalho na contemporaneidade 89
O futuro do trabalho 97
MUNDO DIGITAL Os influenciadores digitais 99

PRÁTICA INTEGRADORA Tecnologia no trabalho 100

AVALIAÇÃO Unidades 1 e 2 102

UNIDADE 3 Trabalho e sociedade 104

CAPÍTULO 7 Desigualdades e condições de trabalho 105
A divisão social do trabalho 106
Remuneração e desigualdades salariais 111
Trabalho e dignidade 114
TEXTO COMPLEMENTAR Segurança e saúde no trabalho 117

CAPÍTULO 8 Movimentos de trabalhadores e suas conquistas 118
Os primeiros movimentos de trabalhadores 119
Movimentos de trabalhadores no Brasil no século XX 123
Movimentos de trabalhadores no Brasil no século XXI 127

CAPÍTULO 9 Trabalho e igualdade de gênero 132
As mulheres e o trabalho na história 133
Direitos das trabalhadoras brasileiras 137
Cultura e desigualdade 140
Gênero 142
MUNDO DIGITAL Comunicação na internet 145

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

UNIDADE 4 **Atividades econômicas e sustentabilidade** ... 146

CAPÍTULO 10 **Atividades econômicas na história do Brasil** ... 147

A exploração de pau-brasil ... 148

A produção açucareira colonial ... 150

A economia mineradora colonial ... 153

A exploração das drogas do sertão ... 155

A produção cafeeira ... 157

O início da industrialização no Brasil ... 160

CAPÍTULO 11 **Organização espacial da produção na atualidade** ... 162

As atividades econômicas ... 163

O espaço das atividades econômicas ... 166

A globalização e as cadeias produtivas ... 173

MUNDO DIGITAL As notícias falsas ... 175

CAPÍTULO 12 **Caminhos para a sustentabilidade** ... 176

A necessidade de recursos naturais ... 177

O que é sustentabilidade? ... 178

Os recursos naturais ... 180

Atividades econômicas e sustentabilidade ... 183

Legislação ambiental no Brasil ... 186

Consumo consciente ... 187

TEXTO COMPLEMENTAR Consumo consciente ... 188

PRÁTICA INTEGRADORA Conscientização ambiental ... 190

AVALIAÇÃO Unidades 3 e 4 ... 192

SUGESTÕES DE AMPLIAÇÃO ... 194

TRANSCRIÇÕES DE *PODCAST* ... 196

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS ... 202

SUMÁRIO DOS OBJETOS DIGITAIS

Carrossel de imagens: Os elementos da paisagem ... 25
Podcast: Lugar em transformação ... 26
Vídeo: Comunidades quilombolas ... 40
Podcast: Arte indígena ... 46
Vídeo: O trabalho infantil na Revolução Industrial ... 70
Carrossel de imagens: Inovações tecnológicas do século XXI ... 82
Infográfico: Profissões envolvidas na produção de um robô ... 84
Podcast: O trabalho análogo à escravidão ... 95
Infográfico: Trabalho digno ... 115
Infográfico: 5 pontos sobre a CLT ... 124
Vídeo: Os aplicativos e os trabalhadores plataformizados ... 131
Carrossel de imagens: Mulheres negras na ciência ... 140
Carrossel de imagens: Cidades e mineração ... 153
Infográfico: Dimensões da agroindústria ... 172
Vídeo: Leis ambientais ... 186
Podcast: Consumo e moda ... 187

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Unidade 1

Essa primeira unidade apresenta e mobiliza, no capítulo 1, conceitos fundamentais das Ciências Humanas: tempo, fonte histórica, paisagem, espaço geográfico, cultura, lugar e patrimônio. No decorrer do processo de aprendizagem, os estudantes são convidados a refletir sobre a própria história e sobre características do lugar onde vivem.

O capítulo 2 tem como foco a aplicação dos conceitos de região e território. Nele, os estudantes conhecerão aspectos do processo de formação do território brasileiro, a organização político-administrativa do país na atualidade e a divisão regional adotada oficialmente pelo Estado brasileiro. Além disso, vão analisar diferenças entre territórios político-administrativos e territorialidades.

No capítulo 3, os exemplos de modos de vida de comunidades tradicionais aprofundam a compreensão sobre as variadas territorialidades existentes no país, especialmente no espaço rural. Além disso, serão descritos conflitos que envolvem o uso da terra e desigualdades sociais historicamente reproduzidas no Brasil.

UNIDADE 1

O mundo ao nosso redor

Quando pensamos no mundo ao nosso redor, que perguntas nos vêm à mente? Em que tempo vivemos? Que espaços fazem parte da nossa vida e ajudamos a construir? Como se organizam os territórios que ocupamos? Esses elementos contribuem de alguma maneira para a formação da nossa identidade?

Nesta unidade, você vai ter contato com algumas noções importantes para compreender de que maneira a ação das pessoas transforma o mundo. Você também será convidado a pensar sobre aspectos históricos da formação do território brasileiro e sobre como diferentes povos, cada um com sua cultura, desenvolvem suas próprias práticas no espaço que ocupam.

Estudar a diversidade social e cultural que se manifesta tanto nas cidades quanto no campo possibilita uma reflexão sobre diferentes identidades, papéis sociais, práticas de trabalho e relações entre as pessoas. Ao compreender essa diversidade, podemos perceber melhor nosso lugar no mundo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MOVERSA

Orientações

As questões apresentadas no texto de introdução da unidade têm o objetivo de chamar a atenção dos estudantes para o contexto de vivência, para a capacidade de atuação dos indivíduos e para a importância do tempo e do espaço na construção da identidade das pessoas.

Recomenda-se ler o texto em sala de aula como forma de introduzir e sensibilizar os estudantes para o trabalho didático que será desenvolvido.

CAPÍTULO 1

Tempo e espaço

STEFAN LAMBAUER/SHUTTERSTOCK

Visitantes no Museu do Amanhã, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, 2022. Inaugurado em 2015, o Museu do Amanhã organiza exposições sobre as transformações do presente e os caminhos para o futuro.

Para compreender a realidade atual, é preciso entender as características do espaço e do tempo em que vivemos. Ao prestar atenção nas paisagens, podemos perceber como o nosso modo de viver modifica o espaço e se transforma ao longo do tempo. Ao analisar o passado e o presente, podemos também planejar as mudanças que queremos para o futuro.

Considerando o que você sabe sobre o mundo na atualidade, o que gostaria que mudasse no futuro? Que transformações no espaço a exposição do Museu do Amanhã retratada na fotografia parece sugerir?

Neste capítulo você vai:

- compreender os conceitos de paisagem, lugar e espaço geográfico;
- diferenciar tempo histórico e tempo geológico;
- refletir sobre a própria história pessoal;
- refletir sobre a ação da natureza e da sociedade nas paisagens.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Avaliação diagnóstica

- Como se pode medir a passagem do tempo? Explique.
- As características do lugar onde você mora foram alteradas ao longo do tempo?

Verifique as formas de medição do tempo citadas pelos estudantes e o que eles entendem pela palavra *lugar*. Caso apresentem dificuldade, dê exemplos de instrumentos de medida (como os relógios de Sol ou de água), peça que citem outros e questione-os sobre as transformações do lugar onde moram. Com base nas respostas, ao realizar o planejamento das aulas, considere dedicar mais atenção aos temas menos familiares aos estudantes.

Capítulo 1

Neste capítulo são apresentados conceitos fundamentais para as Ciências Humanas, como: tempo, espaço geográfico, paisagem, lugar, cultura, patrimônio e fonte histórica.

No texto introdutório, as questões permitem aos estudantes expressar as percepções que têm da realidade e o que gostariam de modificar nela. Com base na interpretação da fotografia, eles podem inferir aspectos relacionados à preservação dos ambientes naturais.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: tempo como medida; periodização da história humana; tempo histórico e tempo geológico; elementos naturais e culturais das paisagens; relação entre sociedade e natureza; relação entre história pessoal e lugares; patrimônio material e imaterial.

MODERNA

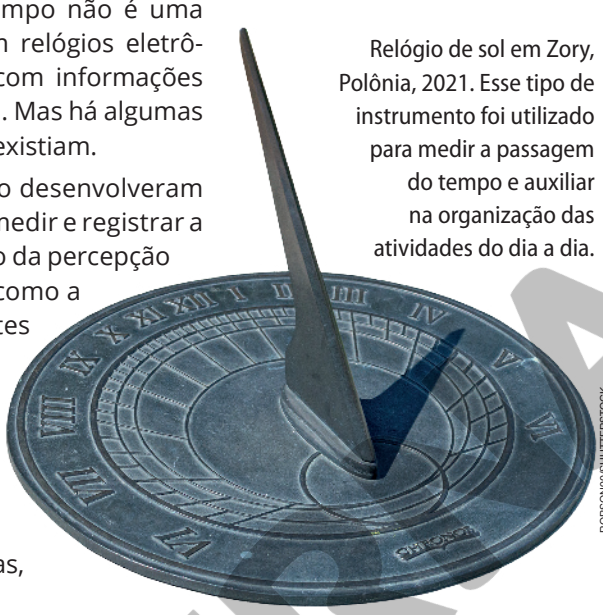
Orientações

Explique que o sistema de fusos horários – estabelecido a partir de 1884 – ordena a variação horária entre países e regiões do planeta. Tal variação é resultado da forma como a luz do Sol incide sobre a superfície da Terra e de seu formato quase esférico. Por essa razão, enquanto uma metade do planeta é iluminada pela luz do Sol, outra fica na escuridão. Ou seja, enquanto é dia em um hemisfério, é noite na parte não iluminada. Cada um dos 24 fusos corresponde a uma porção do planeta que apresenta o mesmo horário. Na prática, os países podem definir a extensão dos fusos horários em seus territórios ou adotar horários fracionados em meia hora, por exemplo.

Perceber e medir o tempo

Medir a passagem do tempo não é uma tarefa simples. Hoje existem relógios eletrônicos e telefones celulares com informações atualizadas sobre data e hora. Mas há algumas décadas esses recursos não existiam.

As sociedades do passado desenvolveram diversos instrumentos para medir e registrar a passagem do tempo por meio da percepção de fenômenos da natureza, como a sucessão dos dias e das noites e o movimento aparente dos astros no céu. Ao estudar esses fenômenos, criaram relógios e calendários. Os relógios medem a passagem das horas e os calendários registram a passagem dos dias, meses e anos.



Relógio de sol em Zory, Polônia, 2021. Esse tipo de instrumento foi utilizado para medir a passagem do tempo e auxiliar na organização das atividades do dia a dia.

ROBSONW/SHUTTERSTOCK

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os calendários

Diferentes sociedades criaram formas próprias de organizar o tempo em dias, semanas, meses e anos. No Brasil, por exemplo, utiliza-se o **calendário gregoriano**, estabelecido pela Igreja Católica em 1582. Esse calendário se baseia no movimento da Terra em torno do Sol, o chamado movimento de translação, que dura aproximadamente 365 dias e 6 horas.

O primeiro ano do calendário gregoriano corresponde ao nascimento de Jesus Cristo. Por essa razão, utilizam-se as siglas **a.C.** (antes de Cristo) e **d.C.** (depois de Cristo) para datar os acontecimentos.

O **calendário muçulmano** também tem como referência um acontecimento religioso para iniciar a contagem dos anos. A hégira, nome dado ao evento de fuga do profeta Maomé de Meca para Medina (cidades da atual Arábia Saudita), no ano de 622 d.C. no calendário gregoriano, é o marco inicial do calendário muçulmano. Segundo esse calendário, o ano dura 354 ou 355 dias. A duração dos meses é estabelecida com base nas fases da Lua, variando entre 29 e 30 dias.

Orientações

Para aprofundar a explicação sobre o calendário gregoriano, represente na lousa o movimento de translação da Terra ao redor do Sol e explique aos estudantes o movimento de translação, que se completa após 365 dias, 5 horas e 48 minutos. Comente que, a cada quatro anos, o dia 29 de fevereiro é acrescentado ao calendário gregoriano para regularizar a duração do ano conforme a translação da Terra e que os anos com 366 dias são chamados bissextos.

Caso surjam questionamentos sobre o calendário muçulmano, informe que Maomé fundou a fé islâmica e sua fuga para Medina ocorreu em decorrência das perseguições que o líder religioso enfrentou em sua cidade natal, Meca.

O **calendário judaico**, por sua vez, contabiliza os anos a partir da data estimada para a criação do mundo segundo as crenças do judaísmo, o que teria ocorrido no ano de 3760 a.C. O calendário judeu tem como referência os ciclos solares e lunares e considera, por exemplo, que o ano de 2025 do calendário gregoriano corresponde ao ano 5785. Além disso, o início de um novo ano é celebrado no mês de outubro e os dias se iniciam ao anoitecer e terminam no anoitecer seguinte.

Vários outros calendários foram criados ao longo da história como parte da cultura e da ciência de diferentes povos, como o calendário chinês, o calendário etíope e os diversos calendários dos povos indígenas do Brasil.

JUNIOR ROZZO/ROZZO IMAGENS

Página do mês de janeiro do ano 2024 do calendário gregoriano.

1 De acordo com o calendário gregoriano, em que dia, mês e ano você nasceu?

1. Cada estudante deve informar sua data de nascimento.

2 Cite eventos ou tarefas dos quais você participa anualmente.

2. Algumas possibilidades são: celebração de aniversário, festas religiosas, comemorações em feriados etc.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Conhecer diferentes calendários, além de promover o reconhecimento da diferença e do convívio social, cria oportunidade para que os estudantes identifiquem a diversidade de critérios estabelecidos pelas sociedades para medir a passagem do tempo e registrar suas atividades.

Além dos exemplos citados, pode-se apresentar o calendário dos astecas, que habitaram há mais de 500 anos a região central da América e criaram um calendário combinando ciclos de 260 dias para os ritos religiosos com períodos de 365 dias relacionados às atividades agrícolas.

Explique que muitos países – como Índia, Coreia do Sul e Japão – adotam o calendário gregoriano para propósitos civis e outro calendário para a realização de ritos culturais.

Comente que campanhas de promoção da saúde associam meses do ano a ações de combate e prevenção a doenças. São exemplos: janeiro branco (conscientização da saúde mental e emocional), setembro amarelo (prevenção ao suicídio), outubro rosa (combate ao câncer de mama), novembro azul (combate ao câncer de próstata e ao diabetes), dezembro vermelho (prevenção contra a aids).

Atividade complementar

Explore as permanências históricas relacionadas às formas de medir o tempo, incentivando os estudantes a pesquisar sobre a história do sistema sexagesimal. Esse sistema, cuja base utiliza os divisores do número 60, foi criado pelos sumérios, povo antigo da Mesopotâmia, e é utilizado há milhares de anos para medir os ângulos e o tempo.

Proponha uma atividade interdisciplinar com a área de Matemática, explorando o que são os sistemas de numeração e as bases numéricas, como funciona o sistema sexagesimal e como ele é utilizado para medir o tempo.

O episódio "Calendários, relógios e alguns dos inventores do tempo", do *podcast Pílulas do conhecimento* (disponível em: https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/calendarios-relogios-e-alguns-dos-inventores-do-tempo/. Acesso em: 23 abr. 2024) pode ser útil para aprofundar esse tema.

Orientações

Sugerimos o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar com o professor de Matemática a fim de detalhar correspondências e usos dos algarismos indo-arábicos e romanos. O docente poderá distinguir os termos *número*, *numeral* e *algarismo*, apresentar exemplos e propor exercícios em que os estudantes façam a correspondência entre as duas formas de escrita. A abordagem pode focar os usos atuais de cada tipo de algarismo.

Os algarismos indo-arábicos tiveram origem em uma região hoje abrangida por Paquistão e Índia e se difundiram pelo mundo árabe, chegando à Europa por volta do século XIII. Por simplificar os cálculos matemáticos e a representação dos números, essa forma de representação numérica foi extensamente adotada. Os algarismos romanos, usados na Europa até o século XIII, perderam relevância e hoje são utilizados para designar séculos, datas em monumentos, horas em relógios, números ordinais no nome de papas e monarcas e na numeração de páginas, capítulos e eventos.

Medidas de tempo

As medidas de tempo são usadas para registrar quando determinado fato ocorreu ou ocorrerá. Para o estudo da história, as medidas de tempo mais utilizadas são as de milênio, século e década. Um **milênio** corresponde a um período de 1.000 anos, um **século** corresponde a 100 anos e uma **década** equivale a 10 anos.

É muito comum que os historiadores se refiram aos séculos para datar eventos históricos. Geralmente, são usados numerais romanos (I, II, III, IV, V etc.) para identificar os séculos.

Para saber a que século pertence determinado ano, é preciso desconsiderar as dezenas do número que representa o ano em questão e somar 1 ao número restante. Por exemplo: o ano de 526 pertence ao século VI (seis), pois se somarmos 1 ao 5 chegaremos a 6 como resultado.

Nos anos terminados em 00, o número que sobra ao desconsiderarmos a dezena corresponde exatamente à numeração do século, pois os séculos começam a ser contados a partir dos anos terminados em 01. Assim, o ano 2000 pertence ao século XX e o ano 2001 ao século XXI.

3 Em que século você nasceu? Compare sua resposta com a de outros colegas.

3. É provável que a turma seja composta de estudantes nascidos nos séculos XX e XXI.

4 Escreva a que século corresponde cada ano.

a. 1230 4 a. Século XIII.

b. 1501 4 b. Século XVI.

c. 1870 4 c. Século XIX.

d. 1992 4 d. Século XX.

5 Complete o quadro a seguir, identificando a duração dos períodos.

Período	Duração
Milênio	
Século	
Década	

5. Milênio: 1.000 anos, século: 100 anos, década: 10 anos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Atividade complementar

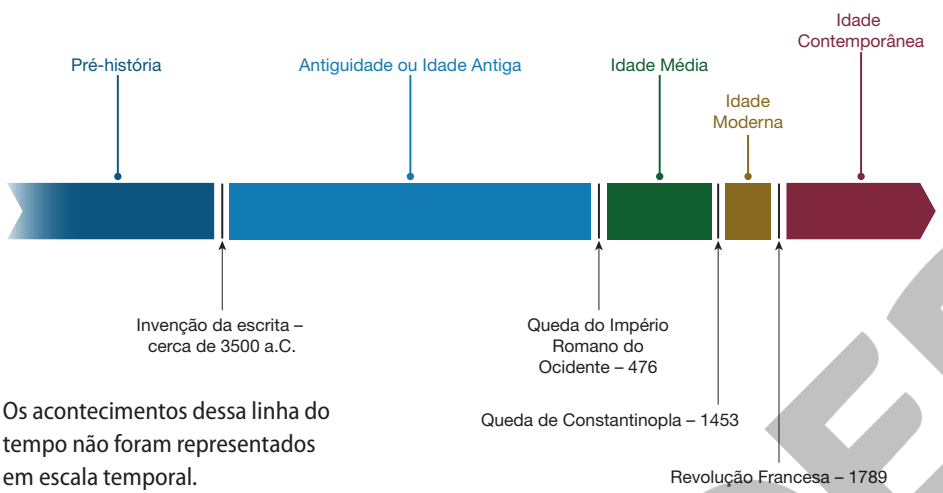
Para superar eventuais dificuldades na leitura de algarismos romanos, proponha exercícios coletivos em sala de aula. Indique alguns numerais em algarismos romanos na lousa e peça aos estudantes que os escrevam com algarismos indo-arábicos. Reforce que, quando um número menor antecede outro de maior valor, deve ocorrer uma operação de subtração (exemplo: IV = 5 – 1 = 4).

Os períodos da história humana

A partir do século XIX, muitos historiadores passaram a adotar uma divisão da história proposta por estudiosos europeus. Essa divisão define cinco grandes períodos: a Pré-história, a Idade Antiga (ou Antiguidade), a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea.

Para delimitar esses períodos, foram escolhidos acontecimentos que tiveram impacto na história europeia. A linha do tempo a seguir representa essa divisão.

Periodização da história humana



ERISON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Os acontecimentos dessa linha do tempo não foram representados em escala temporal.

6. Auxilie os estudantes na listagem dos fatos que consideram importantes para a própria história de vida sugerindo exemplos, como a data de nascimento e fatos da vida escolar e profissional.

De maneira geral, cada um desses períodos é marcado por formas semelhantes de pensar e agir em sociedade. Na Idade Média na Europa, por exemplo, a agricultura era a principal atividade econômica e a Igreja tinha grande poder. Toda periodização segue os critérios escolhidos por quem a cria.

6 No caderno, elabore uma linha do tempo para representar os principais acontecimentos de sua vida. Primeiro, liste e ordene em sequência temporal os eventos de sua história de vida que você considera mais importantes. Depois, desenhe a linha principal e crie traços para demarcar a data ou o período de cada item da lista. Por fim, registre os acontecimentos de sua história pessoal.

7 Converse com os colegas sobre os acontecimentos de sua linha do tempo. Se considerar interessante, durante essa conversa, acrescente outros eventos à linha que você produziu.

7. Incentive os estudantes a relatarem os acontecimentos que marcaram a própria vida e o ano ou o período em que ocorreram.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Após a realização da atividade 7, as linhas do tempo criadas pelos estudantes podem ser utilizadas para a elaboração de uma periodização da história de vida deles. Com base na linha criada na atividade 6, e com os eventuais acréscimos da atividade 7, eles podem definir critérios para estabelecer os principais períodos de suas histórias pessoais, considerando os elementos comuns e distintos entre os eventos escolhidos para a linha do tempo. A periodização criada por eles pode ser apresentada para a turma. Essa atividade pode auxiliá-los a compreender a diversidade de critérios utilizados para estabelecer periodizações históricas e permitir interações entre estudantes de diferentes perfis etários.

Orientações

Comente que, em algumas sociedades, a história é dividida tendo como referência a forma de organização do governo em reinos, impérios e dinastias, como ocorre na China e no Japão.

Complemento da resposta

6. Alguns exemplos podem ser sugeridos aos estudantes para orientá-los na seleção de fatos, como a data de mudanças (de casa, de cidade, de estado), de nascimento de filhos ou de morte de familiares, fatos da vida escolar e profissional e celebrações marcantes na vida pessoal. A construção da linha do tempo propicia a aplicação da noção de cronologia, a análise e a reflexão sobre a história pessoal e o exercício de síntese. Essa atividade pode ser utilizada para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre os temas abordados. Para garantir a acessibilidade, a atividade pode ser realizada com materiais que favoreçam a percepção tátil dos estudantes, como materiais emborrachados, EVA, papéis com texturas diversas, palitos, linhas, botões etc.

MODERNA

Orientações

Durante a abordagem, pode ser interessante distinguir métodos e objetos de estudo de geólogos e historiadores, a fim de que os estudantes percebam especificidades dos variados campos de estudo científico. Para a geologia, o estudo de rochas e de fósseis e os métodos de datação dos materiais encontrados na superfície são úteis para desvendar as características da litosfera e dos ambientes naturais no passado, assim como os eventos e processos de formação estrutural da crosta da Terra. Nos estudos históricos, diferentes objetos da cultura material e imaterial humana são utilizados para o estudo das sociedades.

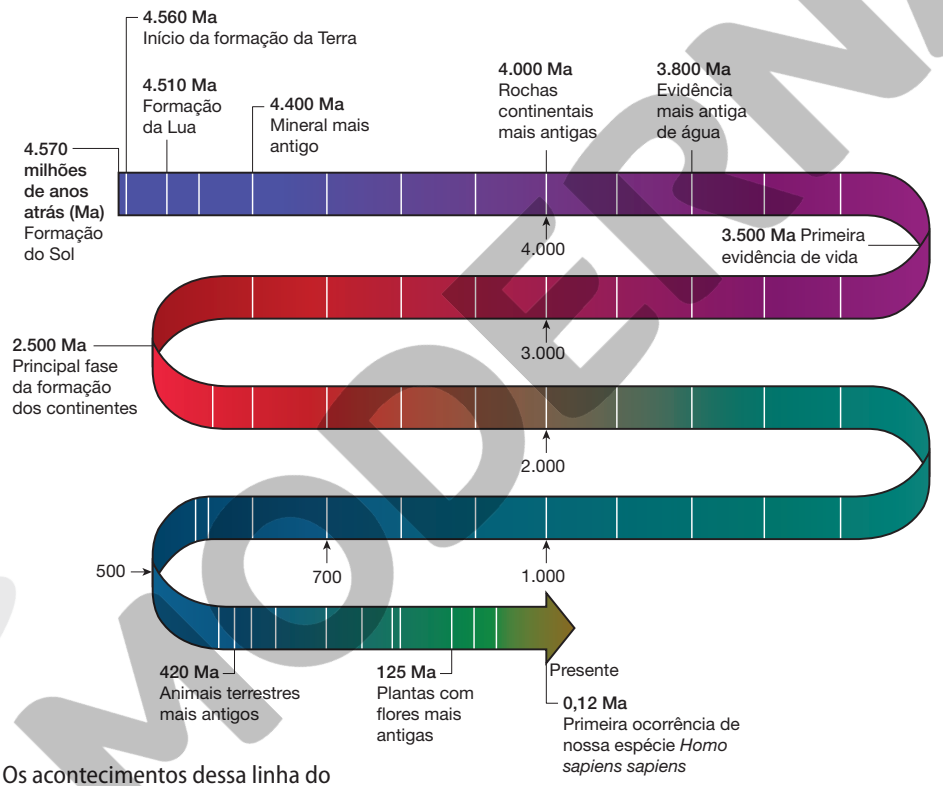
Além de documentos oficiais e de outros registros escritos, os historiadores fazem uso de objetos de uso cotidiano em suas pesquisas: roupas, artefatos, utensílios, armas, adornos, moedas, edifícios, fotografias e produções artísticas, por exemplo, são reconhecidos como fontes históricas por revelarem técnicas, hábitos, crenças e a organização de grupos sociais que viveram no passado.

O tempo geológico

Hoje, calcula-se que o Sol tenha se formado há cerca de 4.570 milhões (ou 4,57 bilhões) de anos e que o planeta Terra tenha começado a se formar há 4.560 milhões de anos. Assim, se o estudo da história humana usa como unidades de tempo as décadas, os séculos e os milênios, o estudo da história da Terra e do Sistema Solar utiliza unidades de milhões de anos (Ma).

Como essas escalas de tempo são muito diferentes, foi criada uma classificação que distingue o **tempo histórico** (da história da humanidade) do **tempo geológico** (da história da Terra). A **geologia**, ciência que estuda a origem, a composição e a estrutura do planeta Terra, desenvolve linhas do tempo para representar acontecimentos importantes da história do Sistema Solar e do planeta Terra.

Formação do Sistema Solar até o presente



Os acontecimentos dessa linha do tempo não foram representados em escala temporal.

Fonte: PRESS, Frank (*et al.*). **Para entender a Terra**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. p. III.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

A dimensão da escala do tempo geológico pode ser de difícil apreensão. Para favorecer a compreensão dessa escala, podem ser utilizadas diferentes representações das transformações pelas quais o planeta Terra passou ao longo do tempo. Para essa finalidade, caso possível, explore com os estudantes ferramentas digitais como o mapa interativo *Ancient Earth globe* (disponível em: https://dinosaurpictures.org/ancient-earth#750. Acesso em: 24 abr. 2024). Por meio dessa ferramenta, é possível visualizar a configuração da Terra desde 750 milhões de anos atrás e selecionar uma cidade para acompanhar o desenvolvimento geológico da região em que ela se encontra.

Estudar a história

9. É possível que os estudantes mencionem utensílios transferidos entre gerações, objetos e documentos relacionados à alguma mudança, fotografias de família, entre outros.

Os historiadores se dedicam a estudar e analisar os eventos e as transformações vividos pelas sociedades ao longo do tempo. Para isso, utilizam como fonte de estudo relatos orais e escritos, objetos, músicas, fotografias e outros registros que revelam como as pessoas viviam no passado.

As fontes históricas

Qualquer elemento que forneça informações sobre uma sociedade em determinado momento pode ser considerado uma **fonte histórica**. Documentos, vestimentas, cartas, moedas, livros, festas, pinturas e receituários médicos podem servir como fontes históricas.

Na ilha de Marajó, localizada no estado do Pará, por exemplo, pesquisadores encontraram diferentes objetos de cerâmica produzidos pelos Marajoara, povo que habitou a região entre 400 d.C. e 1400 d.C. Esses objetos são exemplos de fontes sobre a história desse povo.

Os relatos e as lendas, passados oralmente de uma geração para outra, também são importantes para compreender a forma como um povo vivia e entendia o mundo.

RICARDO AZOURY/PULSAR IMAGENS - MUSEU NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Urna funerária marajoara, produzida entre 400 d.C. e 1400 d.C.

8 Que objetos você apresentaria a alguém para contar sua história de vida?

8. Os estudantes podem indicar tanto objetos relacionados aos momentos mais relevantes de sua história pessoal quanto objetos dos quais fazem uso no dia a dia.

9 Converse com os colegas: a família de vocês guarda algum objeto para conservar a memória de uma pessoa ou de um acontecimento? Deem exemplos.

10 Em sua opinião, qual é a importância da preservação de objetos utilizados hoje em dia? Apresente argumentos com base nos conhecimentos adquiridos.

10. Eles podem servir para que as pessoas compreendam melhor sua própria história e para que, no futuro, as pessoas possam compreender como essa sociedade vivia e entendia o mundo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Grafia dos nomes dos povos indígenas brasileiros

Nesta obra, os nomes dos povos indígenas do Brasil foram grafados de acordo com a Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, aprovada em 1953 na Primeira Reunião Brasileira de Antropologia:

- com inicial maiúscula, quando usados como substantivo, e opcional, quando usados como adjetivo.
- sem flexão de número ou de gênero.

Não estendemos esse padrão aos demais povos indígenas americanos e povos africanos.

Orientações

O texto a seguir apresenta algumas informações sobre a cerâmica marajoara.

São muitas as variações de estilos e de formas de decorações encontradas na cerâmica marajoara. [...] as representações de animais e plantas são chamadas de realistas ou naturalistas, por expressarem semelhança com a realidade, e icônicas, as quais são marcadas por suas formas simples ou estilizadas de expressão. Algumas vezes, o nível de sofisticação dos desenhos é muito elevado, ficando quase imperceptíveis os traços característicos de partes do corpo humano ou de animais.

AMORIM, Lilian Bayma de. **Cerâmica marajoara**: a comunicação do silêncio. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. p. 23.

Complemento das respostas

8. Incentive o compartilhamento das respostas e questione os estudantes buscando o desenvolvimento de argumentos que justifiquem a escolha de cada objeto.

10. Comente que a preservação de objetos do passado auxilia na transmissão de conhecimentos, hábitos e valores entre gerações e pode ainda contribuir para as pesquisas históricas.

As atividades 8 e 10 permitem monitorar as aprendizagens dos estudantes sobre o que são fontes históricas.

Atividade complementar

Com o objetivo de relacionar histórias pessoais aos elementos da história social e ressaltar o papel dos indivíduos como agentes históricos, apresente aos estudantes as questões a seguir.

1. Reflita sobre sua história pessoal e responda: como a sua história de vida está relacionada ao momento histórico em que você vive?

2. Explique que processos e eventos de sua história pessoal estão relacionados a outros mais amplos, que fizeram parte da vida de muitas pessoas.

Eles podem mencionar episódios relacionados a transformações estruturais e/ou conjunturais da sociedade em que vivem, como os papéis sociais atribuídos às mulheres, as transformações tecnológicas, a intolerância religiosa, o preconceito e a desigualdade social, ou ainda, eventos pessoais derivados de crises econômicas, políticas ou mesmo de saúde, como a pandemia de covid-19.

Incentive os estudantes a compartilharem suas respostas com a turma, estando atento a eventuais situações de intimidação vivenciadas por eles que possam ser combatidas por meio de ações judiciais, terapêuticas e de acolhimento nos contextos familiar, escolar e comunitário.

História e identidade

Quem é você? Se alguém lhe fizer essa pergunta, provavelmente você dirá seu nome e informações de sua história pessoal e de seu jeito de ser, como a época e o lugar onde nasceu e suas crenças, gostos e hábitos. As pessoas produzem história ao longo da vida e fazem parte da história do lugar onde vivem.

Quando participam de grupos, vão a uma apresentação musical ou manifestação social estão construindo história. As escolhas individuais e a participação na vida social estão diretamente ligadas à história da sociedade. Isso significa que as pessoas são **agentes históricos**. Mesmo quando deixam de seguir um hábito ou uma tradição, elas contribuem para transformar a história e as práticas que compõem a cultura da qual fazem parte.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Apresentação da Companhia de Moçambique Unidos a São Benedito, no município de Taubaté, estado de São Paulo, 2023. Por meio de danças e músicas, a companhia conserva elementos da cultura tradicional, da religião católica e da ancestralidade africana.

11 Dê exemplos de hábitos ou atividades culturais que você considera importantes de serem mantidos e transmitidos às próximas gerações. Justifique com argumentos baseados nos conhecimentos adquiridos.

11. Os estudantes podem dar exemplos da própria experiência de vida, como algum hábito ou atividades culturais que considerem importantes, argumentando que fazem parte da identidade deles ou de grupos aos quais pertencem.

12 Se você participa de algum grupo ou movimento cultural ou social, descreva-o aos colegas. Apresente os objetivos do grupo e os vínculos afetivos construídos nessa experiência.

12. Os estudantes devem falar livremente sobre as práticas e experiências vivenciadas nos diferentes grupos de que fazem parte.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MANUAL DO PROFESSOR

A paisagem

Ao refletir sobre a sua história e a sua identidade, é possível que alguma paisagem venha à sua mente. A palavra *paisagem* costuma ser relacionada a um local bonito. Mas, para a geografia, ciência que estuda o espaço habitado e produzido pelo ser humano, **paisagem** é tudo o que se pode identificar em um local, em determinado momento, não somente por meio da observação, mas também pelos sons e odores percebidos.

As paisagens são classificadas como **naturais** quando nelas predominam os elementos da natureza (rios, florestas, morros, praias, rochas etc). Quando prevalecem os elementos criados pela sociedade, por exemplo, casas, pontes, estradas e plantações, as paisagens são classificadas como **humanizadas**.

As paisagens são transformadas constantemente, seja pela ação humana ou como resultado de processos naturais. A construção de um edifício e o desmatamento de uma área são exemplos de mudanças na paisagem provocadas pela sociedade. Chuvas, ventos, terremotos e enxurradas são eventos naturais que podem transformar as paisagens.

SERGIO PEREIRA/PULSAR IMAGENS

Paisagem de trecho do município de Salvador, estado da Bahia, 2021.

13 Identifique os elementos naturais da paisagem retratada na fotografia.

13. Céu, água, árvores e formas do relevo.

14 Agora, cite os elementos criados pela sociedade presentes nessa paisagem.

14. Casas, edifícios, cais, barcos, automóveis e o Elevador Lacerda.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Para aproximar o conceito de paisagem à realidade dos estudantes, verifique a possibilidade de levá-los a uma praça, parque ou rua com pouca circulação de veículos para que elaborem um desenho de observação da paisagem. Peça que representem os elementos da paisagem e registrem, da forma como acharem melhor, sons, odores e texturas que possam perceber durante a experiência. Caso haja na turma estudantes com baixa visão, oriente-os a descrever a paisagem por meio de um relato oral.

Em sala de aula, cada estudante pode expor seu trabalho e a turma pode identificar coletivamente os elementos naturais e os humanos da paisagem.

Orientações

Paisagem é um conceito fundamental para os estudos de Geografia, pois sua observação, análise, interpretação e descrição são etapas essenciais na compreensão do espaço geográfico e do uso dos territórios.

Ao apresentar o conceito de paisagem, ressalte que, nos estudos geográficos, a paisagem pode ser entendida como a percepção sensorial do espaço geográfico; ela se torna o que as pessoas sentem no espaço ao observá-lo, ao ouvir sons, sentir os odores e perceber a textura dos elementos locais. Além disso, as paisagens tornam-se simbólicas para as pessoas. Por exemplo: as pessoas que já foram a uma praia, ao verem a fotografia da paisagem de uma praia, retomam sensações relacionadas às experiências que já tiveram nas praias que visitaram. Nesse sentido, as paisagens podem simbolizar experiências de vida.

Analisem a fotografia coletivamente, informe aos estudantes que Salvador é uma cidade litorânea e o cais retratado na fotografia está à beira do mar. O desnível do relevo, no caso apresentado, tem origem natural. Trata-se de uma falha geológica que delimita duas porções da cidade de Salvador, localmente identificadas como "cidade baixa" e "cidade alta".

MOLDURA

Orientações

Espaço geográfico e paisagem são conceitos inter-relacionados. A seguir, o geógrafo Milton Santos aborda especificidades de cada conceito.

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.

[...]

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. [...]

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. p. 66-67. (Coleção Milton Santos, 1).

O espaço geográfico

O **espaço geográfico** é o espaço construído e transformado pela sociedade em sua interação com a natureza. Como parte dessa interação, os seres humanos desenvolvem soluções para se adaptarem aos fenômenos naturais (vento, chuva, dia, noite etc.). Além disso, promovem a transformação dos ambientes naturais para desenvolverem suas atividades sociais, culturais, econômicas e políticas. O desmatamento, a abertura de terrenos para o cultivo e a construção de casas são exemplos de ações humanas que produzem o espaço geográfico.

A análise do espaço geográfico é realizada por meio de procedimentos científicos que abrangem a interpretação da paisagem, o levantamento de dados estatísticos e a realização de entrevistas e estudos de relatos orais.

A compreensão dos processos de transformação das paisagens pode revelar como as sociedades constituíram as características atuais do espaço geográfico.

TIBOR JABLONSKY E NEY STRAUCH/IBGE

Vista da Avenida Afonso Pena, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, 1956.

LUIZ FELIPE

Vista da Avenida Afonso Pena, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

15. Espera-se que os estudantes identifiquem o aumento do número de prédios elevados e a expansão da ocupação urbana.

15 Descreva a um colega as mudanças na paisagem de Belo Horizonte que você identifica ao comparar as fotografias de 1956 e 2021.

16 As mudanças que você identificou foram causadas pela natureza ou pela sociedade? Explique sua resposta.

16. A principal mudança que pode ser identificada (o aumento do número de prédios elevados e da ocupação urbana) é resultado da ação da sociedade.

Complemento da resposta

16. Aproveite a ocasião para explorar algumas consequências ambientais e sociais da expansão da ocupação urbana e do aumento do número de prédios elevados (processo chamado de *verticalização*), como a formação de ilhas de calor e a impermeabilização do solo.

As dinâmicas da natureza

Os elementos naturais integram materiais e fenômenos da natureza, como a atmosfera, o relevo, a vegetação, os seres vivos e o solo. Quando considerados em conjunto, esses elementos recebem o nome de **meio físico natural**. Conheça, a seguir, elementos naturais importantes do meio físico.

Atmosfera: camada de gases que envolve a Terra e contribui para a ocorrência de fenômenos relacionados ao clima, como variação da temperatura, chuvas e ventos.

Hidrografia: conjunto de reservatórios naturais e cursos d'água presentes na superfície terrestre, como mares, rios, lagos, lençóis freáticos (água subterrânea) e geleiras.

Relevo: forma que a superfície da Terra assume em cada localidade, compondo, por exemplo, montanhas, morros, colinas e planícies.

Vegetação: cobertura vegetal predominante naturalmente em uma área, como florestas e campos.

Seres vivos: formas de vida existentes na Terra, como animais, vegetais, fungos, bactérias, algas, entre outras.

Rochas: elementos de origem mineral que constituem a camada externa sólida do planeta Terra.

Solo: material que recobre a superfície da Terra composto de partículas minerais que se soltam das rochas e resíduos de origem vegetal e animal em decomposição.

Os elementos naturais estão em constante relação: as chuvas enchem os rios e, assim como os ventos, desgastam as rochas; as partículas minerais que se soltam nesse processo se depositam no solo, onde a vegetação se desenvolve.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Solicite aos estudantes que reúnam notícias sobre o efeito de ciclones, fortes chuvas, enchentes, enxurradas e outros eventos naturais ocorridos na localidade para discutir o impacto deles sobre as paisagens, a sociedade e o espaço geográfico. Reserve parte de uma aula para que eles apresentem os materiais reunidos e peça que relacionem os eventos com os elementos do meio físico natural estudados na página.

Orientações

É importante que os estudantes reconheçam a influência de dinâmicas naturais e sociais no processo de construção do espaço geográfico. Após identificar elementos do meio físico natural, aproveite para dar exemplos de inter-relações entre eles. Chame a atenção para o fato de que as transformações na paisagem relativas aos processos naturais são, geralmente, cíclicas e comumente lentas. Quando ocorrem abruptamente, podem ser associadas a eventos naturais reconhecidos como desastres ao afetar áreas ocupadas pelos seres humanos.

O reconhecimento dos elementos do meio físico natural não basta à interpretação das paisagens e à análise do espaço. Para tanto, é preciso identificar a dinâmica entre esses componentes e as formas de apropriação e interação com a sociedade, no espaço.

MODERNA

Orientações

Espera-se que os estudantes reconheçam como os ambientes naturais são afetados pelos seres humanos. Como exemplos dos impactos em ambientes predominantemente naturais, é possível citar a dispersão de poluentes na atmosfera, nos rios e oceanos e a morte de animais decorrente da poluição dos ambientes aquáticos, da pesca predatória ou de mudanças climáticas. Isso evidencia como os ambientes mais isolados e inóspitos à ocupação humana também podem sofrer intervenções da sociedade.

Se julgar oportuno, explore o conceito de ecossistema. De forma simplificada, os ecossistemas são fragmentos ambientais onde os seres vivos e os demais elementos do meio físico natural apresentam interações particulares, funcionando como um sistema integrado.

Existe natureza intocada?

A fotografia a seguir retrata um trecho do Parque Estadual de Itaúnas localizado em Conceição da Barra, estado do Espírito Santo. Esse parque foi criado com o objetivo de proteger uma área com predominância de elementos da natureza da intervenção humana. Aparentemente, pela fotografia, a paisagem do parque não foi alterada pela sociedade. No entanto, a criação de uma área de preservação ambiental é uma iniciativa social, e, portanto, a ideia de que essa é uma paisagem exclusivamente natural deve ser repensada.

Atualmente, o avanço da intervenção humana sobre o planeta torna praticamente inviável a existência de espaços sob influência exclusiva dos fenômenos naturais. Porém, ainda existem áreas pouco alteradas pela ação dos seres humanos. Elas estão ficando cada vez mais raras e restritas a locais de difícil acesso, como desertos, cadeias montanhosas, florestas e zonas polares (onde ocorrem as temperaturas mais baixas do planeta).

TALES AZZI/PULSAR IMAGENS

Vista de trecho do Parque Estadual de Itaúnas, no município de Conceição da Barra, estado do Espírito Santo, 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

17 No caderno, descreva possíveis interações entre os elementos naturais da paisagem retratada na fotografia.

17. Espera-se que os estudantes identifiquem os elementos naturais e façam inferências sobre possíveis relações entre eles.

18 Reúna-se com dois colegas para realizarem as atividades a seguir. Registrem as respostas no caderno.

18 a. São exemplos: chuvas, erosões no solo, ressacas do mar e variações de temperatura.

a. Elaborem uma lista de fenômenos naturais que vocês vivenciam no dia a dia.

b. Reflitam sobre como os fenômenos listados provavelmente interagem entre si.

c. Elaborem uma apresentação coletiva para expor as reflexões do grupo aos demais colegas.

18 b. Espera-se que os estudantes identifiquem relações entre alguns dos fenômenos listados anteriormente.

18 c. Os estudantes devem organizar as reflexões para apresentá-las aos colegas.

Complemento das respostas

17. Auxilie os estudantes na identificação dos elementos naturais: nuvens, mar, rio, areia e vegetação. São exemplos de interações: a formação de nuvens com a evaporação da água do mar e do rio; a elevação do nível do rio após uma chuva forte; o transporte de sedimentos realizado pelo vento e pelo curso do rio; a expansão da cobertura vegetal por ação de animais dispersores e polinizadores.

18 b. São exemplos de interações: a suspensão de poeira pela ocorrência de tempo seco e de ventanias, a erosão do solo provocada por agentes climáticos, o alagamento de várzeas planas em períodos chuvosos, a queda de árvores comprometidas pela ação de cupins etc.

As dinâmicas da sociedade

As intervenções humanas nas paisagens variam conforme a **cultura**, as **técnicas** e os **recursos naturais** utilizados pelas sociedades.

A cultura corresponde ao conjunto de hábitos, crenças, tradições e comportamentos característicos de um grupo humano. As técnicas dizem respeito aos instrumentos, materiais e formas de realizar tarefas e produzir bens em uma sociedade. Os recursos naturais são elementos que as pessoas retiram da natureza para suprir suas necessidades e interesses, como alimentos, materiais de construção e fontes de energia.

O uso de recursos naturais aumentou nos últimos séculos com o desenvolvimento da indústria, que os utiliza em maior quantidade, contribuindo para muitas alterações nas paisagens. As cidades se tornaram espaços de concentração de um grande número de pessoas, acumulando as intervenções humanas produzidas em diferentes momentos da história.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LOOK AND LEARN/BRIDGEMAN IMAGES/ KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Vista de trecho da cidade do Rio de Janeiro, 1930.

OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens: Os elementos da paisagem

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Vista de trecho da cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, 2022. Comparada à de 1930, a paisagem apresenta uma concentração maior de construções e prédios altos. Além disso, a praia de Copacabana foi alargada.

Objeto digital

O carrossel de imagens é formado por quatro fotografias que representam elementos da natureza e da sociedade.

Orientações

Nesta página, são apresentados os conceitos de cultura, técnica e recurso natural, como forma de fornecer aos estudantes instrumentos para analisar o processo de construção e transformação espacial. É importante ressaltar que esses conceitos variam no tempo e no espaço.

Cultura e técnica resultam da criatividade das sociedades, ao mesmo tempo que as conformam, ou seja, condicionam suas formas de agir. Limitados pela disponibilidade, os recursos naturais, por sua vez, podem ser explorados por meio das técnicas.

Explique aos estudantes que a industrialização influenciou fortemente a configuração do espaço ao promover intensas transformações na paisagem, como a urbanização.

Se possível, explore com a turma as transformações na paisagem da cidade do Rio de Janeiro retratadas nas fotografias.

PODERIA

Orientações

Sugere-se relacionar os conceitos de lugar e de cidadania com base no texto a seguir.

[...] ao lidar com coisas, fatos e processos na prática social cotidiana, os indivíduos vão construindo e reconstruindo geografias (no sentido de espacialidades) e, ao mesmo tempo, conhecimento sobre elas [...].

A prática cotidiana dos alunos é, desse modo, plena de espacialidade e de conhecimento dessa espacialidade. Cabe à escola trabalhar com esse conhecimento, discutindo, ampliando e alterando a qualidade das práticas dos alunos, no sentido de uma prática reflexiva e crítica, necessária ao exercício conquistado de cidadania.

[...] Formar cidadão é um projeto que tem como centro a participação política e coletiva das pessoas nos destinos da sociedade e da cidade. Essa participação está ligada à democracia participativa, ao pertencimento à sociedade. Assim, nesse conceito, pressupõe-se a conexão entre espaço público e construção da identidade dos cidadãos. [...]

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-46.

O lugar

Para a geografia, o **lugar** corresponde à porção do espaço onde as pessoas estabelecem relações afetivas entre si e com o próprio espaço. Um lugar pode ser, por exemplo, uma casa, uma rua, um bairro, um sítio. Nos lugares, as pessoas acumulam experiências e conhecimentos realizando as atividades do dia a dia – trabalho, estudo e lazer.

Cada pessoa estabelece relações com um conjunto de lugares no decorrer de sua vida e a memória dos indivíduos fica marcada por paisagens e acontecimentos relacionados aos lugares que tiveram importância para sua história.

O texto a seguir foi escrito com base nas memórias de Cristina Santos Leme, que viveu diversos momentos de sua história pessoal em Apiaí, município localizado no interior do estado de São Paulo.

> [...] ela gostava de brincar em um rio que havia perto de sua casa e, quando sentia fome, passava correndo entre os gansos que ficavam no terreno perto da casa da Dona Maria. Ao chegar, ela pedia arroz e alface passados no óleo, o que até hoje lembra com muito carinho. [...]
>
> Antes de vir definitivamente para Apiaí, Cristina gostava de visitar sua tia, porque ficava na janela observando a paisagem esbranquiçada pela neblina, pois na sua cidade todo dia fazia sol. Quando Cristina, sua mãe, irmã e avós mudaram-se para Apiaí, foram morar em uma casa na Rua Primeiro de Maio, onde hoje é a Papelaria Arco-Íris. Nessa cidade, ela voltou a estudar na Escola Gonçalves Dias, onde hoje é a Diretoria de Ensino.
>
> Quando saía da escola, ia com suas amigas pegar peras plantadas perto de onde hoje se localiza a praça central da cidade. [...]
>
> CARVALHO, Ana Carolina. **Apiaí**: um rio de histórias. São Paulo: Museu da Pessoa, 2011. p. 21.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETO DIGITAL *Podcast*: Lugar em transformação

19 Releia o texto e cite os lugares de vivência de Cristina.

19. Rio, terreno perto da casa da Dona Maria, casa da tia em Apiaí, casa na Rua Primeiro de Maio, Escola Gonçalves Dias e área onde colhia peras próximo à praça central.

20 Dê exemplos de lugares importantes para você e explique por que eles são especiais.

20. A escolha dos lugares pode envolver aspectos afetivos positivos e negativos. Por isso, os estudantes devem ter a liberdade de expor apenas as informações que os deixem confortáveis.

Objeto digital

O *podcast* apresenta o relato de uma geógrafa sobre as transformações espaciais verificadas ao longo do tempo nos bairros de Campina e do Reduto, localizados na cidade de Belém, estado do Pará.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Vista do município de Apiaí, estado de São Paulo, 2020. Em Apiaí, Cristina criou laços afetivos com as pessoas e o espaço, o que tornou o município um lugar importante para ela.

21 Descreva como era o lugar onde você passou sua infância. Identifique também os afetos relacionados a esse lugar.

21. Os estudantes devem descrever livremente elementos do lugar onde passaram a infância e os sentimentos relacionados a ele.

22 Quais transformações você presenciou ou sabe que ocorreram nesse lugar?

22. Auxilie os estudantes na identificação de transformações no lugar, sejam elas de natureza física (reformas, demolições, construções, aterramentos, abertura de vias de transporte etc.) ou envolvendo mudanças nas formas de uso.

23 Na sua opinião, como o lugar onde você vive poderia ser transformado para melhorar a qualidade de vida das pessoas?

ODS 11

23. Os estudantes poderão demonstrar preocupação, por exemplo, com as consequências de eventos naturais extremos ou com dificuldades no acesso a serviços públicos. Incentive-os, nesse sentido, para que diagnostiquem problemas existentes nos lugares de vivência.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

As sugestões elaboradas pelos estudantes para melhorar a qualidade de vida no lugar de vivência podem estar relacionadas às metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, que preveem, por exemplo: o amplo acesso à habitação segura e aos serviços básicos, a proteção do patrimônio cultural e natural, a redução de impactos ambientais decorrentes das atividades humanas, o acesso a espaços públicos e áreas verdes e a promoção da acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência.

Orientações

As atividades propostas nas páginas 26 e 27 são um bom instrumento para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre o conceito de lugar e as transformações que nele podem ocorrer. Elas também permitem que os estudantes apliquem esse conceito à própria realidade, articulando a teoria com a prática.

Atividade complementar

Solicite aos estudantes que reúnam fotografias antigas e atuais de seus lugares de vivência. Havendo condições técnicas, peça que façam novas fotografias para compartilhar com os colegas por meios digitais. Trata-se de uma forma de oportunizar o desenvolvimento de habilidades relacionadas à cultura digital e propiciar vínculos entre estudantes de diferentes idades. Outra possibilidade é solicitar a produção de um cartaz coletivo a ser exposto em sala de aula. Combinem o meio mais adequado para expor as imagens da turma.

Para a realização dessa atividade, encoraje os estudantes a buscarem fotos antigas no acervo familiar.

Ressalte a importância da realização de legendas e da inclusão de créditos de identificação do autor de cada fotografia. Nos casos em que for impossível identificar a autoria, pode-se indicar a fonte e incluir a expressão "autoria desconhecida".

MODERNA

Orientações

Além do Círio de Nazaré, em Belém, no Pará, retratado na fotografia reproduzida na página, apresente aos estudantes outros exemplos de patrimônios imateriais da humanidade listados pela Unesco, como o Complexo cultural do Bumba-meu-boi, no Maranhão, e o Samba de Roda do Recôncavo, na Bahia. Patrimônios imateriais da humanidade que integram as tradições de outros países também podem ser mencionados. É o caso do teatro Kabuki, no Japão, e da tradição do canto védico, na Índia, por exemplo.

Depois, pergunte aos estudantes quais elementos de cultura imaterial eles reconhecem nas comunidades em que vivem. São exemplos: práticas artesanais, musicais, religiosas, de dança, festividades etc.

Atividade complementar

Os estudantes podem ser incentivados a fazer uma pesquisa para identificar os patrimônios culturais existentes no município ou na unidade da federação em que vivem e as ações do poder público que visam à preservação deles. Depois da pesquisa, os estudantes poderão avaliar o estado de conservação dos patrimônios e a efetividade das iniciativas de preservação.

Proteger a história e os lugares

ODS 4

Você estudou que a cultura está relacionada às tradições, às crenças e aos hábitos partilhados pelas pessoas em uma sociedade. As manifestações culturais abrangem **bens materiais** (que podem ser tocados) e **imateriais** (que não podem ser tocados).

Os bens culturais que têm sua importância histórica e cultural reconhecida são considerados **patrimônios**, ou seja, são bens de toda a sociedade, que devem ser protegidos. Festas, danças, práticas e conhecimentos são passados de geração em geração e são exemplos de bens imateriais que podem ser reconhecidos como **patrimônio imaterial**. Construções e conjuntos arquitetônicos são exemplos de bens que podem ser reconhecidos como **patrimônio material**.

No Brasil, a principal instituição responsável pela preservação do patrimônio é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os governos estaduais e os municipais também têm órgãos de proteção ao patrimônio. Além disso, há organizações, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que atuam na esfera internacional para preservar os patrimônios materiais, imateriais e naturais de toda a humanidade.

FILIPE BISPO/FOTOARENA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Multidão durante a celebração do Círio de Nazaré no município de Belém, estado do Pará, 2023. Essa manifestação religiosa, um bem imaterial, foi reconhecida como patrimônio mundial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A valorização da diversidade cultural é um dos fatores que figuram entre as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de qualidade. Nesse sentido, é possível desenvolver um debate em que os estudantes opinem sobre o papel da valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para indivíduos e populações. Reconhecer a variedade de bens culturais existente no Brasil e no lugar de vivência contribui para esse debate e para reforçar a importância da preservação das culturas de diferentes povos.

MUNDO DIGITAL

Sites de busca

1. Os estudantes devem escolher palavras que identifiquem de maneira sintética o tema da busca.

Neste capítulo, você estudou que *lugar* é o espaço em que as pessoas constroem suas relações no dia a dia. Isso não significa que elas não possam ser influenciadas por ideias e pessoas de locais distantes. A troca de ideias ocorre, por exemplo, por meio da leitura de textos e de conversas. Hoje, uma maneira comum de fazer isso é navegando na internet. Mas, ao explorar o meio virtual, como as pessoas chegam ao que procuram?

Geralmente, o ponto de partida de uma pesquisa na internet são os ***sites* de busca**. Nessas páginas, há um campo no qual o usuário digita palavras com o objetivo de pesquisar conteúdos de seu interesse. Ao executar uma busca, tem início uma varredura em um banco de dados, que pode reunir bilhões de páginas da internet, e uma lista de páginas relacionadas com o que foi digitado é apresentada.

Há estratégias para fazer pesquisas mais precisas. Uma delas é digitar boas **palavras-chave** no campo de busca, isto é, utilizar palavras muito significativas para o tema de pesquisa. Por exemplo, uma pessoa que quer pesquisar como fazer um currículo pode digitar as palavras-chave *modelo* e *currículo*.

Outra estratégia é digitar expressões ou frases **entre aspas**, pois, quando isso é feito, a busca tem como resultado uma lista de páginas em que constam todas as palavras entre aspas. Seguindo o exemplo, uma opção de busca seria "modelo de currículo".

Na próxima vez que você fizer uma pesquisa na internet, coloque essas estratégias em prática e confira o resultado.

1 Escolha um tema de interesse para uma pesquisa. Depois, defina duas palavras-chave que digitaria em um campo de busca para pesquisar sobre o tema.

2 Se possível, faça a busca na internet explorando as diferentes palavras-chave e o uso de aspas. Compare as diferenças nos resultados da pesquisa.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Ilustração representando o campo de busca de um *site*.

2. O uso de diferentes estratégias de pesquisa e a comparação dos resultados obtidos conforme as técnicas empregadas permitem que os estudantes exercitem suas habilidades de pesquisa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Nesta seção, são abordados métodos de pesquisa em *sites* de busca disponíveis na internet. O objetivo é que os estudantes reflitam sobre as formas de acesso à informação ao reconhecer que as páginas consultadas variam segundo o mecanismo de busca e os termos usados pelos usuários.

Complemento das respostas

1. Sugerimos dialogar com os estudantes durante a condução da atividade para que eles identifiquem os temas de interesse, sintetizem suas questões e selecionem os termos essenciais para a pesquisa.

2. Sugira aos estudantes familiarizados com o uso dos campos de busca de *sites* e de plataformas digitais que compartilhem experiências e, eventualmente, orientem os demais colegas. Destaque alguns exemplos mencionados a fim de demonstrar os usos variados dos mecanismos de busca. Ressalte a importância de checar as informações obtidas, identificar páginas confiáveis e responsabilizar-se pelas informações compartilhadas na internet.

MODERNA

Capítulo 2

Neste capítulo, os estudantes vão explorar as noções de território e de territorialidade, contextualizadas em diálogo com a história da formação do território do Brasil.

Ao analisar a fotografia apresentada na abertura, os estudantes podem identificar que a demarcação do território indígena Tabajara foi respaldada em leis estaduais e empreendida pelo governo do estado do Piauí, como indicam os logotipos das instituições e o texto na parte debaixo da placa, que informa se tratar de um patrimônio do estado.

O reconhecimento e a demarcação do território são importantes para que a comunidade tenha a proteção do Estado contra a invasão das terras onde vive e preserva sua cultura e de onde obtém sua subsistência.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: território; territorialidade; divisão político-administrativa do Brasil; formação do território brasileiro; territórios indígenas e quilombolas; territorialidades periféricas.

CAPÍTULO 2

Território e territorialidades

CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Placa informativa no município de Piripiri, estado do Piauí, 2022.

Em 2022, no município de Piripiri, no Piauí, a comunidade indígena Tabajara recebeu o documento que reconheceu o território que a comunidade ocupa. Isso foi resultado das reivindicações feitas pela comunidade ao longo de 25 anos.

A fotografia retrata um efeito concreto desse processo. De acordo com a placa informativa, qual esfera do poder público demarcou o território indígena Tabajara? Em sua opinião, por que o reconhecimento e a demarcação de um território são importantes para a população que nele vive?

Neste capítulo você vai:

- relacionar a noção de poder ao conceito de território;
- compreender o processo de formação do território brasileiro;
- aplicar os conceitos de território e territorialidade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Avaliação diagnóstica

- Explique com suas palavras o que é *território*.
- Escreva o que você sabe sobre o território brasileiro.

Com base nas respostas, faça um diagnóstico do que os estudantes entendem pelo conceito de território (espaço de exercício do poder do Estado, por exemplo) e especificamente sobre o território brasileiro (como seu processo de formação e sua atual divisão político-administrativa), planejando as aulas de maneira a prever os conteúdos que deverão exigir um trabalho mais detalhado. Para a compreensão do conceito de território político-administrativo, por exemplo, pode ser necessário apresentar previamente quais são as esferas de poder no país (federal, estadual e municipal).

O território

Apesar das diferenças culturais entre os povos, os mais variados agrupamentos humanos procuram obter as melhores condições de sobrevivência. Por isso, os ambientes ricos em recursos necessários ao sustento, como água e alimentos, são muito procurados como local de habitação.

MARCOS AMEND/PULSAR IMAGENS

Área ocupada por comunidade ribeirinha no município de Manacapuru, estado do Amazonas, 2023. Muitos agrupamentos humanos ocupam ambientes próximos a fontes de água doce para fazer uso da água para alimentação, higiene e transporte.

A abundância de recursos naturais em uma área pode despertar o interesse de diferentes grupos, que podem chegar a disputar o domínio sobre o mesmo espaço. O exercício do poder foi uma das formas encontradas para tentar garantir a ocupação do espaço. Essa é a origem da noção de **território**.

Ao longo do tempo, outras razões se tornaram importantes para a constituição de territórios, tais como: os interesses econômicos e políticos e as características culturais das sociedades.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Neste capítulo, o conceito de território será abordado, em um primeiro momento, pelo significado que assume como espaço de domínio e exercício de poder. Posteriormente, aborda-se o significado que o território pode assumir como espaço apropriado por diferentes grupos sociais para a produção material da vida.

Ao trabalhar o conteúdo dessa página, destaque que a definição dos limites entre os territórios e, portanto, da soberania política sobre o espaço de domínio também pode se consolidar por meio da diplomacia e de acordos bilaterais.

Valorizar as alternativas dialogadas e não violentas para a resolução de disputas territoriais e de outras naturezas contribui para o desenvolvimento da cultura da paz. Essa reflexão permite uma autoavaliação coletiva para discutir maneiras de superar eventuais episódios de violência, na escola e na sociedade em geral.

MODERNA

Orientações

O reconhecimento das divisões político-administrativas considera o modo como os Estados organizam e exercem poder sobre os territórios. Essas divisões são legitimadas juridicamente por meio de leis específicas após a definição dos limites que formam o seu perímetro, geralmente com base em critérios técnicos e/ou em negociações políticas.

Enfatize que, no Brasil, a divisão territorial está relacionada à estrutura político-administrativa do Estado, organizada em municípios, estados, Distrito Federal e União.

Esclareça a diferença entre unidade da federação e estado, demonstrando que o território brasileiro é subdividido em 27 unidades da federação e que uma delas corresponde ao Distrito Federal. As demais unidades da federação correspondem a 26 estados.

As atividades das páginas 32 e 33 podem ser aproveitadas para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes no que diz respeito ao conceito de território como espaço de exercício de poder e à compreensão de formas de demarcação dos limites entre os territórios político-administrativos.

Os territórios político-administrativos

No mundo atual, os **territórios político-administrativos** são importantes para a organização das sociedades. Esses territórios abrangem a área de um país e frações dela. O território brasileiro, por exemplo, é subdividido em territórios político-administrativos menores: as **unidades da federação**, que são, por sua vez, subdivididas em **municípios**. Desse modo, os territórios político-administrativos são resultado da ação do poder do Estado sobre o espaço.

No Brasil, as divisas entre as unidades da federação e os limites entre os municípios são definidos por lei. Além disso, esses territórios têm instituições e governantes responsáveis pela administração das áreas sob sua esfera de poder. Os municípios, as unidades da federação e o poder federal, sediado em Brasília, capital do Brasil, têm funções administrativas próprias determinadas pela Constituição do país.

CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Placa de sinalização no município de Cocos, estado da Bahia, 2022.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Placa de sinalização no município de Rio Novo do Sul, estado do Espírito Santo, 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Complete as frases a seguir de acordo com as placas retratadas nas fotografias.

Ao ir de um município para outro, cruzamos o _____ entre os municípios. Ao ir de um estado para outro, passamos pela _____ entre os estados. 1. limite; divisa.

2 Converse com os colegas: por que existem placas informando os limites entre os territórios político-administrativos? 2. Espera-se que os estudantes compreendam que as placas são importantes para que os cidadãos saibam qual é a esfera de poder e os responsáveis pela administração do território onde estão.

Complemento da resposta

1. A atividade mobiliza as habilidades de leitura de imagem e de placas de sinalização. Se achar conveniente, promova uma leitura coletiva do contexto das fotografias e das placas antes de solicitar aos estudantes que realizem esta atividade.

3. O mapa representa um território estadual (estado de Alagoas) e o território dos municípios que integram esse estado.

3 Confira o mapa do estado de Alagoas e indique no caderno quais são os dois tipos de território político-administrativo nele representados.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Municípios no estado de Alagoas na área de atuação da Codevasf**.

Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/unidade-federativa/arquivos/map_0232_mun_cdv_al.pdf/view. Acesso em: 27 fev. 2024.

4 Considere o mapa do estado de Alagoas e a definição de território político-administrativo que você estudou e faça as atividades.

a. Complete o quadro seguindo a sequência: do menor território político-administrativo para o maior. Considere os seguintes territórios: Alagoas, Brasil, Maceió.

4 a. Maceió, Alagoas, Brasil

Menor		Maior

b. Repita o que você fez na atividade anterior considerando o município onde você mora.

4 b. Município onde mora o aluno, unidade da federação onde mora o aluno, Brasil (país).

Menor		Maior

5 Reúna-se em grupo com os colegas. Depois, leiam o parágrafo a seguir e elaborem as respostas para as perguntas propostas. Registrem as respostas no caderno.

> Muitas guerras são motivadas por disputas entre países pelo domínio de um território. Na atualidade, é comum que essas disputas envolvam territórios localizados em áreas com reservas de petróleo.

5 a. Territórios que contam com recursos naturais cobiçados, como petróleo, podem ser alvo de disputas e conflitos armados.

a. Qual é a relação entre a existência de reservas de petróleo e territórios em disputa?

b. Que outros fatores podem gerar disputas territoriais?

5 b. Os estudantes podem mencionar a presença de recursos como: ouro, minério de ferro, carvão mineral, água doce, terras férteis, acesso ao mar, gás natural, em determinado território.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Complemento das respostas

3. Auxilie os estudantes na identificação das subdivisões correspondentes aos territórios dos municípios e na compreensão de que o conjunto de todos os territórios municipais compõe o território do estado de Alagoas.

4. A atividade mobiliza a percepção das escalas dos territórios sob a jurisdição de cada instância de poder (municipal, estadual e federal).

5. A atividade tem por objetivo provocar a reflexão dos estudantes sobre os fatores envolvidos em disputas territoriais e a promover a troca entre os estudantes. No item **a**, o exemplo da Guerra do Golfo, ocorrida entre 1990 e 1991, pode ser mencionado. Inicialmente, a guerra opôs o Iraque ao Kuwait. Depois, tropas lideradas pelos Estados Unidos se envolveram no conflito em defesa do Kuwait. No item **b**, pode ser mencionado ainda que as disputas territoriais podem ser motivadas pelo domínio de áreas estratégicas, como as de saída para o mar, de passagem de rotas comerciais etc.

Orientações

Os mapas políticos facilitam a compreensão da organização político-administrativa dos territórios, possibilitando a identificação dos limites entre as unidades territoriais e das escalas relacionadas à jurisdição de cada instância de poder (municipal, estadual e federal). Se achar conveniente, exponha em sala de aula um mapa político do Brasil e façam coletivamente um exercício de localização do estado de Alagoas no mapa e de outros estados, incluindo a unidade da federação onde a escola se localiza.

Orientações

Neste momento do capítulo, os estudantes passam a ter contato com a noção de regionalização do espaço. É importante que eles compreendam que a regionalização é um processo de delimitação de parcelas do território que possuem algumas características em comum. Essas características podem estar relacionadas a diversos critérios: naturais, políticos, culturais, econômicos etc.

Como parte do trabalho com a noção de regionalização, pode ser interessante apresentar a regionalização dos geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira. Eles partiram do conceito de meio técnico-científico-informacional e dividiram o território brasileiro em quatro regiões: Amazônica, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada; elas se diferenciariam pelo nível de concentração populacional e de técnicas no espaço. De maneira resumida, a região Amazônica se caracterizaria pela baixa densidade demográfica e técnica; a Nordeste, pela prática agrícola pouco mecanizada; a Centro-Oeste pela predominância da agropecuária mecanizada e produtiva; e a Região Sul pela concentração da população e dos principais centros de produção industrial, técnica e científica do país.

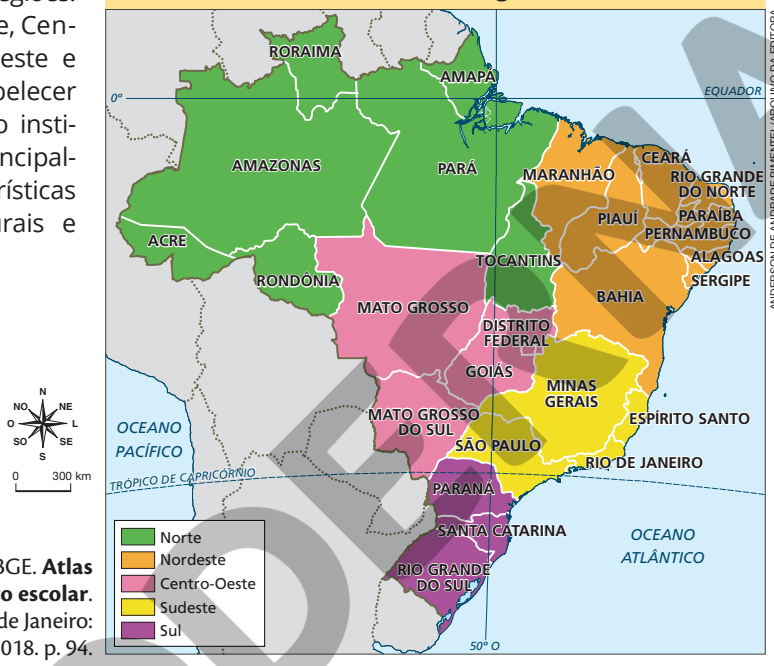
6. O objetivo da atividade é levar os estudantes a identificar a região em que vivem, obtendo referenciais para avaliar como cada região se insere na organização do território brasileiro.

A regionalização do território brasileiro

Além da divisão político-administrativa do Brasil, existe a divisão regional, utilizada pelo governo federal para planejar suas ações e políticas públicas.

Cada **região** apresenta algumas características em comum que a diferencia das demais. A regionalização utilizada oficialmente no país é a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que divide o Brasil em cinco Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Para estabelecer essa divisão, o instituto avaliou principalmente características naturais, culturais e econômicas.

Brasil: divisão regional



Fonte: IBGE. **Atlas geográfico escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 94.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6 Quais são as unidades da federação da região onde você vive?

7 Leia o texto e identifique o que confere identidade a cada Grande Região, de acordo com a geógrafa Adma Hamam.

> "O Norte é visivelmente o bioma amazônico, de domínio florestal. O Nordeste é o semiárido. O Sudeste tem o peso econômico. O Centro-Oeste é a fronteira agropecuária. O Sul tem o Pampa, mas sua densidade está relacionada à posição geográfica de fronteira e aos imigrantes europeus", define Adma [...].
>
> BENEDICTO, Marcelo; MARLI, Mônica. Cinco faces do Brasil. **Retratos**: a revista do IBGE. nº 6, p. 11. a. dez. 2017.

7. Norte: bioma amazônico; Nordeste: semiárido; Sudeste: economia; Centro-Oeste: fronteira agropecuária; Sul: Pampa, posição geográfica e imigrantes europeus.

Para ter acesso a mapas e análises dessa e de outras regionalizações do Brasil, consulte o texto de Renan Amabile Boscariol, intitulado *Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal*, publicado pelo Ipea e disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/170828_territorios_em_numeros_1_cap06.pdf (acesso em: 26 abr. 2024).

MODELO

Aspectos da formação do território brasileiro

Os limites de um território podem sofrer modificações ao longo do tempo por diferentes motivos. O território brasileiro tal como o conhecemos hoje é um exemplo: ele tem relação com o território colonial português, que começou a ser formado em 1500, quando exploradores portugueses aportaram no litoral do que hoje corresponde ao município de Porto Seguro, na Bahia.

Ao longo de mais de três séculos, os portugueses expandiram o território sob seu domínio, que também era disputado por outros europeus, como franceses, espanhóis e holandeses. Os portugueses exploraram os recursos locais e se apropriaram das terras ocupadas por mais de mil povos indígenas de várias etnias. Nos séculos XVIII e XIX, uma série de tratados estabeleceu os limites dos domínios coloniais europeus na América.

O território do Brasil, que se tornou um país independente em 1822, sofreu alterações após a Guerra da Cisplatina, ocorrida entre 1825 e 1828, quando o Brasil Imperial perdeu a Cisplatina, província cujo território hoje corresponde ao Uruguai. No período republicano, após 1889, a República Brasileira firmou tratados de limites com a Argentina (1895), a França (1900), a Bolívia (1903) e o Reino Unido (1904).

América portuguesa e Brasil: tratados e limites – 1713-1904

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: elaborado com base em: ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Atlas histórico básico.** São Paulo: Ática, 1995. p. 36, 40, 44.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Para ampliar o estudo da formação territorial do Brasil, proponha aos estudantes uma atividade complementar de pesquisa sobre as alterações territoriais ocorridas após a independência do Brasil, considerando os territórios e os limites representados no mapa reproduzido nesta página. A turma pode ser dividida em grupos e cada um deles pode ficar responsável por pesquisar sobre os tratados de limites de um dos períodos representados na legenda. Ao final, os grupos podem apresentar os resultados da pesquisa para a turma.

Orientações

Explique que os territórios não são imutáveis e refletem as condições históricas, as relações de poder e a maneira como elas se expressam na organização do espaço geográfico. Para isso, a interpretação do mapa "América portuguesa e Brasil: tratados e limites – 1713-1904" será fundamental.

Identifique com a turma as informações contidas no título e na legenda do mapa. Explique que esse mapa representa um período que abarca parte do período colonial e o Brasil independente. Incentive os estudantes a identificar as diferenças e as semelhanças entre o território do Brasil atual e o do domínio português na América em 1750, estabelecido pelo Tratado de Madri.

Comente também o Tratado de Tordesilhas, que estabeleceu a linha imaginária destacada no mapa. O tratado foi firmado em 1494 para celebrar um acordo entre Portugal e Espanha. A linha imaginária dividia entre esses reinos os territórios já conhecidos e os que ainda poderiam ser encontrados na América. A leste da linha, os territórios pertenceriam a Portugal; a oeste, à Espanha.

Orientações

Após o trabalho com o conceito de território, o capítulo abre a oportunidade de analisar o processo de ocupação colonial do território que hoje corresponde ao Brasil.

Reforce que o tópico abordado está relacionado à formação do território colonial português na América, contudo a ocupação humana desse território data de milhares de anos. É importante frisar com a turma que milhões de indígenas de diferentes povos viviam no território ocupado pelos portugueses a partir do século XVI.

Essa pode ser uma oportunidade de abordar o processo de ocupação do espaço pelos povos indígenas antes e durante o período da colonização, além de relacionar os modos de vida dos povos indígenas às suas formas de ocupação do espaço. A expansão dos povos Tupi do noroeste da Amazônia para o litoral da América do Sul e a região em torno do Rio Paraguai, que teria atingido seu ápice por volta do ano 1000, também pode ser abordada neste tópico.

A ocupação colonial da área litorânea

Os primeiros núcleos coloniais portugueses na América foram estabelecidos no litoral. O relevo, a vegetação e a resistência dos povos indígenas impuseram dificuldades à ocupação colonial portuguesa e, no século XVI, os colonizadores fundaram vilas e cidades sobretudo na faixa litorânea, como Natal, Igarassu, Olinda, Salvador, São Jorge dos Ilhéus, Santa Cruz, Porto Seguro, Vitória, Espírito Santo, São Sebastião do Rio de Janeiro, Santos, São Vicente, Cananeia e Itanhaém.

Esse aspecto da colonização teve impactos na configuração do território do Brasil atual: ainda hoje, algumas das cidades mais populosas estão localizadas nessa porção do território, como se pode notar na imagem de satélite desta página, que representa a América do Sul no período noturno. Na imagem, as partes mais escuras representam os oceanos e as áreas amareladas correspondem às luzes das grandes extensões urbanas.

NASA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagem de satélite da América do Sul no período noturno, 2016.

8 Indique a alternativa que completa corretamente a afirmação: a distribuição das áreas com concentração de luz demonstra que a população brasileira atualmente está:

a. igualmente distribuída pelo território.

b. concentrada na faixa litorânea.

c. mais presente no interior.

8. A distribuição das áreas amareladas (luzes noturnas) demonstra que a população brasileira atualmente está concentrada na faixa litorânea.

9 Forme uma dupla com um colega e discutam: de que forma a distribuição das áreas com concentração de luz está relacionada ao processo histórico de colonização do território português na América? Registrem a conclusão no caderno.

9. Os portugueses invadiram as terras onde hoje está o território brasileiro a partir do litoral, onde se instalaram, criaram as primeiras vilas e cidades e desenvolveram suas atividades. As principais áreas de concentração populacional no Brasil ainda hoje estão próximas ao litoral.

Complemento das respostas

8. Destaque que imagens de luzes noturnas são utilizadas como instrumento de análise do território pois há uma correlação entre concentração populacional e consumo de energia. Reforce, contudo, que isso não significa que as áreas em que luzes não são captadas com tanta intensidade não sejam habitadas.

9. Destaque que a instalação das primeiras vilas e cidades coloniais no litoral criou infraestruturas que favoreceram a concentração populacional ao longo do tempo.

A ocupação colonial do interior

Ao longo do século XVI, as principais atividades exploradas para gerar riquezas para Portugal também se concentravam no litoral, como a extração de pau-brasil e a produção de açúcar. Religiosos europeus, principalmente jesuítas, começaram a ser enviados para o interior, onde estabeleciam as chamadas **missões** com o objetivo de expandir o catolicismo entre os povos indígenas.

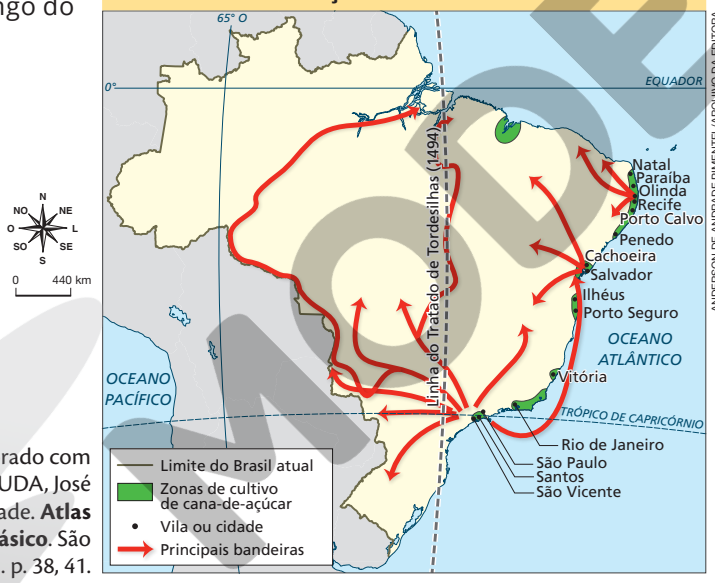
No século XVII, a pecuária, atividade que fornecia os animais usados nas lavouras de cana-de-açúcar e nos engenhos, se espalhou pelo Vale do Rio São Francisco, alcançando territórios até então pouco conhecidos pelos europeus.

Ao mesmo tempo, expedições sob as ordens da Coroa tentavam ampliar os territórios portugueses, caso da expedição que fundou, em 1680, a Colônia do Sacramento na região do Rio da Prata.

Outras expedições foram organizadas por particulares, principalmente os paulistas. Eram as chamadas **bandeiras**. Elas dependiam dos conhecimentos dos indígenas sobre a fauna e a flora, aprisionavam e escravizavam indígenas, procuravam ouro e tentavam destruir os **quilombos** formados pelos escravizados que conseguiam fugir da escravidão.

No final do século XVII, uma expedição encontrou ouro em uma área que hoje corresponde ao estado de Minas Gerais. Isso provocou grandes deslocamentos de população para áreas mais distantes do litoral ao longo do século XVIII.

América portuguesa: bandeiras e cultivo de cana-de-açúcar – séculos XVII e XVIII



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: elaborado com base em: ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Atlas histórico básico**. São Paulo: Ática, 1995. p. 38, 41.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Explore a ideia de que a ocupação de um território é influenciada pela exploração econômica e pelas condições históricas e do meio físico. No caso da América portuguesa, aspectos como a densidade da vegetação da Mata Atlântica e a predominância de altas temperaturas, com os quais os europeus não tinham familiaridade, dificultavam a exploração e a ocupação do território.

Pode-se comentar que os esforços necessários para criar novas infraestruturas (estradas, moradias etc.) também são um dos fatores limitantes à expansão territorial.

Atividade complementar

Proponha uma atividade interdisciplinar, integrando conhecimentos de História e de Geografia sobre este tema. Em grupo, os estudantes podem ser solicitados a selecionarem no mapa "América portuguesa: bandeiras e cultivo de cana-de-açúcar – séculos XVII e XVIII" uma das rotas percorridas pelos bandeirantes, identificando de forma aproximada o trajeto percorrido. Depois, cada grupo deverá pesquisar quais atividades foram realizadas pela expedição escolhida. Na sequência, deverá identificar os elementos que formam a paisagem natural de algumas das áreas pelas quais a expedição escolhida passou.

Para finalizar, deverá analisar os elementos da paisagem e reconhecer aqueles que provavelmente dificultavam o deslocamento e a exploração do território pelos colonizadores.

O trabalho de cada grupo poderá ser apresentado oralmente com o apoio de recursos visuais (fotos e mapas).

Orientações

Ao estudar as territorialidades, os estudantes podem explorar os elementos que as distinguem dos territórios político-administrativos e compreender as dinâmicas culturais responsáveis pela criação de vínculos com o espaço onde as comunidades desenvolvem suas atividades de produção material da vida, apropriando-se dele e construindo territorialidades. Nesse processo, o território adquire um significado simbólico para os povos.

Por isso, se possível, explore os vínculos de pertencimento construídos pelos estudantes no decorrer de suas histórias pessoais em relação aos grupos sociais que já integraram ou ainda integram e aos lugares onde já viveram e vivem. A diversidade etária encontrada em muitas turmas de Educação de Jovens e Adultos proporciona relatos de vida que ajudam a reconhecer a formação de territorialidades por meio de situações vivenciadas em diferentes contextos espaciais e temporais.

Para abordar a relação dos povos indígenas com seus territórios, problematize como a exploração colonial portuguesa afetou esses povos e suas terras, e como esse processo se aprofundou com a atuação dos bandeirantes. Estimule também a análise crítica sobre a continuidade desse avanço nos dias atuais devido à ação ilegal de alguns grupos de fazendeiros, madeireiros e garimpeiros.

A relação entre território e territorialidade

Os territórios podem surgir pela apropriação do espaço por determinado grupo. Esse processo cria uma noção de pertencimento que vincula o grupo ao espaço que ele ocupa. Surge, assim, a **territorialidade**. Diferentemente dos territórios político-administrativos, ela não é estabelecida por leis e não apresenta limites rigorosos, mas é definida pela vivência das pessoas no dia a dia.

Na história do Brasil, há muitos exemplos de conflitos relacionados ao domínio do território para o exercício do poder e a defesa das territorialidades de diferentes grupos e comunidades. A formação do território colonial de Portugal e depois a formação do território do Brasil como Estado independente, ocorreu às custas da violência contra as territorialidades dos povos indígenas, por exemplo.

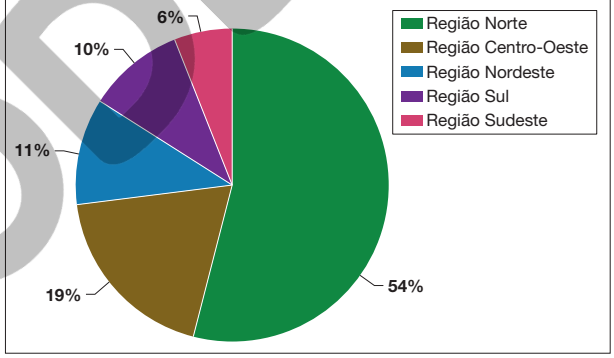
Terras Indígenas

A violência contra os povos indígenas deu origem a movimentos de resistência em favor do direito às suas territorialidades. O direito dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles só foi reconhecido pelo Brasil em 1988.

Para garantir a esses povos a posse de suas terras, existe um processo oficial de demarcação das **Terras Indígenas**. Por meio dele, o Estado assume o compromisso de proteger essas terras contra invasões e garantir aos povos indígenas o uso exclusivo de seus recursos. A maior parte das Terras Indígenas do Brasil está na Região Norte.

A violência contra os indígenas, contudo, persiste no país. As taxas de mortalidade infantil são maiores entre a população indígena e, entre 2019 e 2021, a taxa de homicídio de indígenas aumentou.

Brasil: Terras Indígenas regularizadas por região (em %) – 2023



Fonte: FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Demarcação**. 8 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas. Acesso em: 26 jan. 2024.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Apesar dos processos de genocídio, aculturação e subtração de seus territórios ancestrais, os povos indígenas continuam lutando para garantir a soberania sobre suas terras. Ações efetivas de proteção aos territórios indígenas podem contribuir para reduzir a violência contra esses povos, favorecendo o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, justiça e instituições eficazes no Brasil.

Territórios quilombolas

A partir da segunda metade do século XVI, os colonizadores portugueses começaram a enviar para o território colonial pessoas traficadas da África e escravizadas, que eram exploradas nas mais diversas atividades.

Essas pessoas foram retiradas à força de localidades distintas, principalmente da África Central e da África Ocidental, e possuíam territorialidades e culturas específicas. Os africanos escravizados não podiam praticar suas tradições e sofriam com a brutalidade do trabalho e dos castigos físicos. Por isso, houve resistência e muitos dos que conseguiram fugir formaram quilombos, comunidades em que se refugiavam do sistema escravista.

Diversas dessas comunidades se mantiveram mesmo após o fim da escravidão. Os quilombolas desenvolveram modos próprios de obter e preparar alimentos, exercer a religiosidade, realizar festejos e organizar a vida social.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Apresentação do grupo Reisado Mirim na comunidade quilombola de Inhanhum no município de Santa Maria da Boa Vista, estado de Pernambuco, 2023.

Atualmente, as comunidades formadas a partir dos antigos quilombos são denominadas **comunidades remanescentes de quilombos** e estão localizadas em áreas urbanas e rurais. Essas comunidades preservaram técnicas e saberes tradicionais, transmitindo-os dos mais velhos aos mais jovens.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Para entender a sociedade brasileira na atualidade, é necessário compreender a origem dos quilombos e a atual luta dos povos quilombolas para garantir a posse de suas terras.

Na condução da abordagem, vale destacar que a existência de diversas comunidades remanescentes de quilombos no território brasileiro na atualidade é uma evidência da resistência dos membros dos antigos quilombos contra uma estrutura social construída sobre o regime de escravidão.

A relevância dos territórios quilombolas como meio de sobrevivência e de reprodução cultural das comunidades também deve ser valorizada, reconhecendo seu papel na preservação das territorialidades constituídas mesmo após a abolição da escravatura. Ressalte a importância simbólica do território para essas comunidades e para a preservação da cultura afro-brasileira.

Orientações

Converse com os estudantes sobre como a formação dos territórios quilombolas se conecta com a proteção dos modos de vida dos povos da diáspora africana e com a criação de vínculos de identidade com o lugar.

Debata também o contexto de expedições oficiais coloniais contra os quilombos, as invasões e outras ameaças aos quilombolas, que fazem com que, hoje, o reconhecimento legal dos territórios seja fundamental para garantir às comunidades o direito sobre suas terras tradicionais.

Caso deseje compreender melhor as etapas do processo de regularização dos territórios quilombolas, assista ao vídeo *O caminho da titulação das terras quilombolas* (idealização e realização de Comissão Pró-Índio de São Paulo e Kana Filmes. Brasil, 2023. 6 minutos e 54 segundos. Disponível em: https://cpisp.org.br/publicacao/lancamento-passo-a-passo-titulacao-terras-quilombolas/. Acesso em: 25 abr. 2024).

Objeto digital

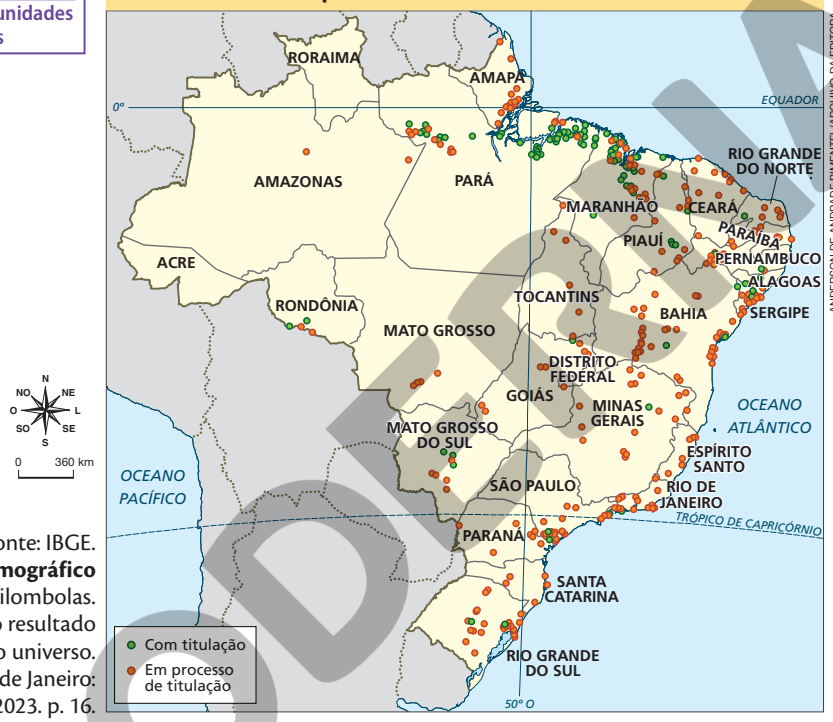
O vídeo explora características sociais e históricas das comunidades quilombolas. A apresentação da Comunidade Quilombo Tabacaria, no estado de Alagoas, evidencia como essas características se apresentam no território.

A demarcação dos territórios quilombolas

Hoje, o governo brasileiro reconhece o direito à preservação da cultura e da territorialidade quilombola, prevendo a delimitação de suas terras. O decreto nº 4.887, de 2003, regulamenta o procedimento de demarcação que confere a titularidade da terra às comunidades quilombolas. No final de 2023, milhares de processos de reconhecimento de territórios quilombolas estavam em andamento no país, comprovando a importância dessas comunidades.

OBJETO DIGITAL
Vídeo: Comunidades quilombolas

Brasil: territórios quilombolas oficialmente delimitados – 2022



Fonte: IBGE. **Censo demográfico 2022**. Quilombolas. Primeiro resultado do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 16.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mesmo após 1888, quando a escravidão foi oficialmente abolida no Brasil, antigos senhores escravistas tentavam manter os libertos prestando serviços em suas terras, conservando-os em uma rede de dependência em sua esfera de poder. Nesse contexto, o reconhecimento das comunidades remanescentes dos quilombos, que garante seu acesso à terra, constitui uma forma de preservação cultural e de respeito à diversidade das territorialidades.

ODS 1

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

O reconhecimento legal e documentado dos territórios quilombolas pelo Estado brasileiro é uma medida que contribui para a democratização dos recursos naturais e o acesso equitativo à terra e a serviços públicos básicos, estando diretamente relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 – Erradicação da pobreza.

MODELO

Territorialidades periféricas

10. Os estudantes devem argumentar que sim, pois as territorialidades fazem parte e são uma expressão da identidade dos grupos.

As periferias correspondem às áreas mais afastadas dos centros urbanos nas quais reside a população de renda mais baixa. No Brasil, em geral, os serviços públicos de abastecimento de água e de energia, transporte, atendimento médico e educação nessas áreas são deficitários, o que dificulta o acesso dos seus habitantes a oportunidades de trabalho, estudo e lazer.

Em muitas localidades, os moradores das periferias se organizam em comunidades nas quais a ajuda mútua e a construção de espaços coletivos (centros comunitários, espaços culturais, áreas de convivência etc.) são meios de enfrentamento dos problemas relacionados à falta de recursos e de investimentos pelo poder público.

ODS 10

Assim, cada vez mais os moradores dessas áreas, principalmente os jovens, criam territorialidades em espaços físicos e virtuais onde podem valorizar sua identidade e desenvolver práticas coletivas.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Apresentação de *slam* durante a Festa Literária das Periferias, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, 2023.

10 Com base nos estudos deste capítulo, pode-se considerar que o respeito às territorialidades dos diferentes grupos é fundamental para o convívio social? Converse com os colegas, apresentando argumentos para justificar sua resposta.

11 O *slam* é uma manifestação artística que tem ajudado jovens da periferia a lutar contra a discriminação. Faça uma pesquisa sobre o tema e, no caderno, escreva um texto apresentando o que você aprendeu sobre o *slam*. 11. O *slam* corresponde a uma poesia falada, apresentada com os recursos do corpo e da voz. Nos eventos de *slam*, os artistas provocam a reflexão dos espectadores a respeito dos problemas da periferia e da necessidade de construir formas de resistência à discriminação e à violência.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

A segregação espacial da população está diretamente relacionada às desigualdades sociais: nos grandes centros urbanos, essa segregação geralmente é marcada pela ocupação das áreas centrais das cidades pelas camadas da população com maiores rendimentos, enquanto as camadas mais empobrecidas habitam as áreas periféricas, mais carentes de serviços públicos. Essa constatação pode ser trabalhada com os estudantes como elemento para uma reflexão crítica sobre a importância das políticas públicas destinadas a reduzir a desigualdade.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A concentração de renda no Brasil se manifesta nas paisagens das grandes cidades, que explicitam a segregação espacial. A organização da sociedade civil em prol da inclusão social, econômica e política de todos e pela garantia de igualdade de oportunidades é um passo necessário para se alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 – Redução das desigualdades.

Complemento das respostas

10. Essa atividade pode ser utilizada para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre o conceito de territorialidade: é importante que eles argumentem em favor do respeito às diferenças e às territorialidades, já que este é um preceito fundamental para o convívio social democrático.

11. O documentário *SLAM*: *voz de levante* (direção de: Tatiana Lohmann e Roberta Estrela D'Alva. Brasil, 2018. 105 minutos) pode contribuir para a pesquisa dos estudantes.

Capítulo 3

Neste capítulo, os estudantes têm a oportunidade de conhecer características de alguns povos do campo, os problemas enfrentados por eles, as lutas de alguns movimentos sociais atuantes nas áreas rurais e os conflitos envolvendo interesses distintos.

Oriente-os a levantar hipóteses sobre as atividades realizadas pelos trabalhadores retratados na fotografia. Aparentemente, dois deles estão arando a terra com o uso de enxadas. Em seguida, incentive-os a elaborar hipóteses sobre outras atividades que eles podem realizar, como o plantio de sementes e mudas, o controle de pragas e a irrigação e a fertilização das plantas cultivadas etc.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: grupos sociais e a construção de identidades; atividades de trabalho dos povos do campo brasileiro; desigualdades no acesso à terra; movimentos sociais do campo e suas principais reivindicações.

CAPÍTULO 3

Brasil: identidades e conflitos no campo

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Trabalhadores rurais no município de Matias Cardoso, estado de Minas Gerais, 2022.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Neste capítulo você vai:

- aplicar as noções de grupo social e de identidade considerando diferentes contextos;
- relacionar os povos do campo às atividades que praticam e ao território que ocupam;
- comparar o modo de vida, os interesses, os problemas e as lutas de diferentes povos do campo;
- debater o papel dos movimentos sociais do campo na preservação da natureza e na conquista de direitos.

Arar a terra, semear e colher são algumas das práticas dos trabalhadores que se dedicam à agricultura. Além do cultivo, outras atividades de trabalho que envolvem o manejo da terra e a exploração de recursos da natureza são praticadas no campo por grupos diversos. Ao estudar os interesses e os valores desses grupos, podemos compreender melhor os problemas e conflitos que os povos do campo enfrentam atualmente no Brasil.

Com base nos elementos da paisagem da fotografia, como você descreveria as atividades e as condições de vida dos trabalhadores retratados?

Avaliação diagnóstica

- Nas áreas rurais do Brasil, que atividades de trabalho as pessoas realizam?
- No Brasil, quais são as principais reivindicações dos moradores do campo?

Avalie o conhecimento prévio dos estudantes em relação à diversidade dos povos do campo do Brasil, de suas atividades de trabalho e de suas principais reivindicações. É possível verificar, por exemplo, se eles identificam atividades de trabalho com a terra e a criação animal e diversidade nas formas de vida (citando os ribeirinhos, as comunidades indígenas e quilombolas, pequenos proprietários e assentados etc). Use essa avaliação inicial para o planejamento das aulas, considerando quais delas vão demandar maior aprofundamento de acordo com as respostas e as dificuldades apresentadas pelos estudantes.

Diversidade sociocultural brasileira

A sociedade brasileira é formada por povos de várias origens e culturas. Dela também fazem parte diferentes **grupos sociais**. Grupos sociais são conjuntos de pessoas que compartilham os mesmos valores e interesses. Os valores são expressos em normas e regras que orientam as ações das pessoas; os interesses estão relacionados às necessidades e aos objetivos do grupo. Em muitos casos, os integrantes dos grupos sociais participam coletivamente da construção de territorialidades quando convivem em um lugar com o qual criam vínculos.

Um grupo social pode ser representado, por exemplo, pelo conjunto dos moradores de um bairro que compartilham condições de vida semelhantes, por uma equipe que se reúne com frequência para praticar atividades físicas, por uma banda de músicos, um grupo de amigos da escola ou da igreja ou ainda por um núcleo composto de familiares próximos.

No Brasil, há diversos grupos sociais cujos interesses e valores estão relacionados a características étnicas e socioculturais dos diferentes povos que constituíram historicamente a sociedade brasileira, como as comunidades indígenas e as comunidades quilombolas.

CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Apresentação de jongo (expressão afro-brasileira que inclui dança e música) pelo Grupo Cultural Caxambu do Salgueiro, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, 2023. Esse grupo fortalece a cultura afro-brasileira por meio de manifestações artísticas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Para que os estudantes possam compreender melhor como os grupos sociais se formam, forneça exemplos próximos à realidade deles: os estudantes, professores e funcionários de uma escola; os profissionais que atuam no mesmo setor; comunidades religiosas; organizações políticas etc.

Explique que o Grupo Cultural Caxambu do Salgueiro, sediado no morro do Salgueiro, na cidade do Rio de Janeiro, visa fortalecer a cultura africana na localidade por meio do jongo, prática herdada dos antepassados que habitavam o morro desde o final do século XIX, quando escravizados libertos das fazendas de café do Vale do Paraíba começaram a povoar o local.

Atividade complementar

Incentive os estudantes a identificar se há algum grupo na comunidade em que vivem que visa fortalecer as tradições culturais e manifestações artísticas de seus ancestrais. Sugira aos estudantes que façam uma pesquisa para reconhecer esses grupos e valorizar as manifestações da diversidade sociocultural existente na localidade.

Orientações

Incentive os estudantes a refletir a respeito dos próprios gostos, preferências, comportamentos, estilo de vida e experiências. Oriente-os a prestar atenção em suas próprias identidades como uma forma de autoconhecimento.

Atividade complementar

Reúna os estudantes para conversar sobre algum tipo de violência sofrida, como o *bullying*, em razão de suas identidades. Incentive-os a relatar, caso se sintam confortáveis, como foi a intimidação vivenciada, de que forma afetou o próprio bem-estar e que tipo de reparação foi ou teria sido necessária para promover sua saúde mental.

Complemento das respostas

1. Incentive os estudantes a elaborar uma lista dos grupos sociais aos quais eles pertencem, orientando-os a respeitar as diferenças socioculturais e o convívio social com os demais integrantes do grupo. É possível pedir-lhes também que identifiquem outros grupos sociais presentes no lugar em que vivem, mesmo que não participem diretamente dele.

Grupo social e identidade

Ao compartilhar os mesmos valores e interesses, os integrantes de um grupo social passam a dividir sentimentos de pertencimento e a construir uma **identidade**.

A identidade corresponde a um conjunto de ideias, afetos e modos de ver o mundo que permite aos grupos e aos indivíduos identificarem a si mesmos e diferenciarem-se uns dos outros. Os torcedores de um time de futebol, por exemplo, identificam-se por preferirem o mesmo time e por comemorarem as vitórias da equipe.

Construir a identidade, portanto, envolve o desenvolvimento de gostos, preferências e comportamentos, a adoção de modos de vida e a vivência de determinadas experiências individuais e coletivas.

Nem sempre as identidades são constituídas apenas por escolhas individuais: é o caso, por exemplo, da identidade nacional e da identidade étnico-racial. As identidades também são construídas com base nos modelos sociais que cada sociedade produz.

As identidades estão sempre em transformação, pois todos os dias as pessoas têm a oportunidade de vivenciar novas experiências, reformular modos de ver o mundo e adquirir novas ideias e valores.

1 Responda às questões a seguir. Depois, reúna-se em grupo e converse com os colegas sobre as respostas.

a. Em quais grupos sociais você está inserido? Registre e dê exemplos.

1 a. Oriente os estudantes a identificar os grupos sociais a que pertencem considerando esferas como trabalho, participação na comunidade, interesses culturais e políticos etc. Exemplos: família, vizinhança, coletivo de trabalho voluntário, centro comunitário, entre outros.

b. Escolha um dos grupos sociais aos quais você pertence e explique os valores e os interesses compartilhados pelos integrantes desse grupo.

1 b. Ajude os estudantes a identificar e caracterizar os valores e os interesses de um grupo mencionado na atividade anterior.

2 Que elementos dos grupos sociais mencionados na atividade anterior você considera importantes para a sua própria identidade? Anote suas reflexões no caderno e apresente-as ao professor e aos colegas.

2. Espera-se que os estudantes analisem os interesses e valores de cada grupo social de que participam e apontem os elementos que mobilizam seus afetos, os ajudam a construir suas visões de mundo e a definir comportamentos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

2. Para a condução da atividade de exposição, pelos estudantes, dos elementos constitutivos da própria identidade, é importante considerar suas especificidades etárias. Vale intervir e comentar particularidades que sejam relevantes para a compreensão e a valorização da variedade das experiências individuais e geracionais. A atividade permite o monitoramento das aprendizagens dos estudantes com relação ao conceito de identidade.

Povos do campo brasileiro

A população brasileira que vive no campo é composta de grupos sociais com modos de vida, identidades, saberes e outras características desenvolvidas em diferentes contextos sociais. Esses grupos podem ser chamados de **povos do campo**. A seguir, você vai conhecer alguns deles.

Comunidades negras rurais

As comunidades negras rurais são formadas por grupos que vivem no espaço rural e cuja ascendência está relacionada aos africanos escravizados, alforriados e livres explorados no período colonial e no Brasil independente. Grande parte dessas comunidades corresponde a grupos remanescentes de quilombos. Outra parte é constituída por grupos de camponeses negros sem vinculação histórica com os antigos quilombos.

Durante e após o fim do regime escravista, comunidades negras se organizaram no campo sob diferentes circunstâncias. Todas elas contribuíram para a formação da cultura afro-brasileira, que mistura manifestações culturais de origem africana com influências de outros povos que formaram a população do país, como os indígenas e os europeus.

Apesar das particularidades, o trabalho com a terra é uma característica comum às comunidades negras rurais, com destaque para a agricultura e a criação de animais. Em muitos casos, a pesca, o artesanato e a produção de farinha de mandioca, melado e rapadura também são atividades importantes.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Vista de parte do território da Comunidade Quilombola Pixaim às margens do Rio São Francisco, no município de Piaçabuçu, estado de Alagoas, 2023. Para essa comunidade, a agricultura e a pesca são fontes de alimento.

Atividade complementar

Promova um debate a respeito da luta das comunidades negras rurais pela inclusão social e pelo fim do preconceito que enfrentam na sociedade brasileira. Esse debate é uma oportunidade de valorizar o respeito às diferenças, o pluralismo de ideias e o pensamento crítico dos estudantes.

Orientações

Para dar início à discussão sobre os povos do campo brasileiro, procure esclarecer aos estudantes a distinção entre as noções de campo e de rural. É possível pensar o campo com base na dimensão espacial que se contrapõe à ideia de cidade. A noção de rural, por sua vez, está relacionada às atividades desenvolvidas pelos diferentes povos do campo.

Em seguida, realize a leitura coletiva do texto sobre as comunidades negras rurais, auxiliando os estudantes que apresentarem dificuldades. Anotar as palavras desconhecidas, procurar seus significados no dicionário e reler os parágrafos com atenção podem ser estratégias capazes de ajudar no aprimoramento da leitura.

Comente que, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população quilombola somava então 1,32 milhão de pessoas.

SOBERANA

Atividade complementar

Apresente aos estudantes a diversidade social, cultural e econômica das comunidades indígenas e quilombolas do Brasil. Para isso, pesquise e selecione fotografias, vídeos e outros materiais sobre os modos de vida dessas comunidades, além de notícias recentes sobre os problemas enfrentados por elas.

As páginas da internet indicadas podem servir de fontes.

- Fundação Cultural Palmares. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br. Acesso em: 5 abr. 2024.
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br. Acesso em: 5 abr. 2024.
- Instituto Socioambiental. Disponível em: https://www.socioambiental.org/. Acesso em: 5 abr. 2024.

Antes de iniciar a apresentação, oriente os estudantes a produzir um quadro para anotar as semelhanças e diferenças entre as comunidades abordadas. O quadro pode ser composto de três colunas: a primeira, com a identificação das comunidades; a segunda, com as semelhanças entre elas (por exemplo, "prática da pesca"); e a terceira, com as diferenças (por exemplo, "a comunidade A utiliza pinturas corporais e a comunidade B não as utiliza").

Depois, organize a turma em semicírculo para o compartilhamento das anotações dos estudantes.

Comunidades indígenas

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, no território do Brasil vivia nesse ano 1,69 milhão de indígenas. Muitas comunidades indígenas preservam modos de vida tradicionais, organizando-se em aldeias situadas em ambientes naturais e nos espaços rurais e urbanos, onde praticam atividades como a agricultura, a pesca, o extrativismo vegetal e o artesanato. Também há comunidades que mantêm intenso contato com grupos não indígenas, bem como indígenas que vivem em cidades e trabalham em atividades que geralmente estão concentradas nas áreas urbanas, como o comércio e a prestação de serviços. Esse panorama revela que as comunidades indígenas se diferenciam não só pela origem étnica, pela língua e pelas tradições, mas também pelas condições socioculturais.

Muitas comunidades indígenas continuam lutando pelo direito às terras que tradicionalmente ocupam, pois a demarcação dos territórios assegura a elas o direito legal de posse e uso exclusivo da terra para o desenvolvimento de suas atividades. Esse direito, contudo, nem sempre é respeitado. Mesmo comunidades que já obtiveram a demarcação de seus territórios enfrentam a invasão de suas terras.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Aldeia Malhador, na Terra Indígena Kapinawá, no município de Buíque, estado de Pernambuco, 2023. Mesmo após a demarcação do seu território, a comunidade ainda enfrenta a ação de invasores.

OBJETO DIGITAL *Podcast*: Arte indígena

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objeto digital

O *podcast* apresenta o relato do escritor e professor Daniel Munduruku sobre o panorama atual da arte indígena no Brasil. No material, essa forma de expressão é associada à identidade e à cultura dos povos indígenas.

Ribeirinhos

Os ribeirinhos se caracterizam por viver nas margens dos rios e desenvolver a pesca artesanal, a extração de plantas e a agricultura como principais fontes de sustento. Há comunidades ribeirinhas em diversas regiões do Brasil, mas a maioria delas está situada na Região Norte, onde existem muitos rios e córregos.

LUIS SALVATORE/PULSAR IMAGENS

Comunidade ribeirinha Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão, no município de Iranduba, estado do Amazonas, 2022.

Ilhéus

Os ilhéus são grupos estabelecidos em ilhas. Eles vivem da agricultura e da pesca, em comunidades reconhecidas como tradicionais.

Nas ilhas ao longo do Rio Paraná, por exemplo, existem muitas dessas comunidades. Nas últimas décadas, elas têm enfrentado problemas causados pela construção de usinas hidrelétricas e pela contaminação das águas por produtos químicos utilizados na produção agrícola nas proximidades das áreas que ocupam.

Atingidos por barragens

Atingidos por barragens são grupos formados por pessoas que foram forçadas a deixar seu local de moradia em consequência da construção de barragens para o represamento da água dos rios destinado ao abastecimento de água ou à produção de energia elétrica. Por terem sido obrigados a sair de suas terras, eles lutam para receber uma indenização, ou seja, uma compensação em dinheiro que repare as dificuldades enfrentadas. Essas pessoas também têm em comum a necessidade de procurar outro local para viver e trabalhar.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Explorar as dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos, pelos ilhéus e pelos atingidos por barragens é uma boa oportunidade de estimular o pensamento crítico dos estudantes. A interdisciplinaridade entre Ciências Humanas e da Natureza é mobilizada na análise de como os impactos ambientais afetam negativamente essas comunidades.

Comente que os ribeirinhos mantêm um modo de vida diretamente relacionado com a natureza e por isso têm sofrido o impacto de atividades predatórias, especialmente aquelas que contaminam a água dos rios, como o garimpo ilegal. Além disso, a pesca artesanal tem sido prejudicada pelas alterações do regime de cheia e vazão dos rios, provocadas pelas mudanças climáticas em curso.

Destaque que as comunidades de ilhéus lutam para que seus territórios sejam respeitados e para que os recursos naturais ali presentes sejam preservados, empenhando-se em manter seu modo de vida tradicional.

Em relação aos atingidos por barragens, comente que eles tiram seu sustento de atividades rurais. Porém, quando são obrigados a abandonar o lugar onde vivem, perdem seu trabalho e a terra com a qual mantinham vínculos.

MODERNA

Orientações

Para aprofundar o conteúdo a respeito das comunidades faxinalenses, explique que elas desenvolvem atividades diretamente relacionadas à natureza e, por isso, muitas delas lutam contra o desmatamento e são a favor da preservação de áreas naturais.

Explore o esquema incentivando os estudantes a identificar as atividades rurais e os recursos da natureza representados na ilustração. Aproveite a oportunidade para verificar as eventuais dificuldades na leitura da imagem. Oriente-os a identificar os elementos representados, como as moradias, as áreas destinadas ao criadouro coletivo, à plantação e à preservação da vegetação original. Essa atividade os ajudará a relacionar as informações da ilustração aos conhecimentos adquiridos na leitura do texto.

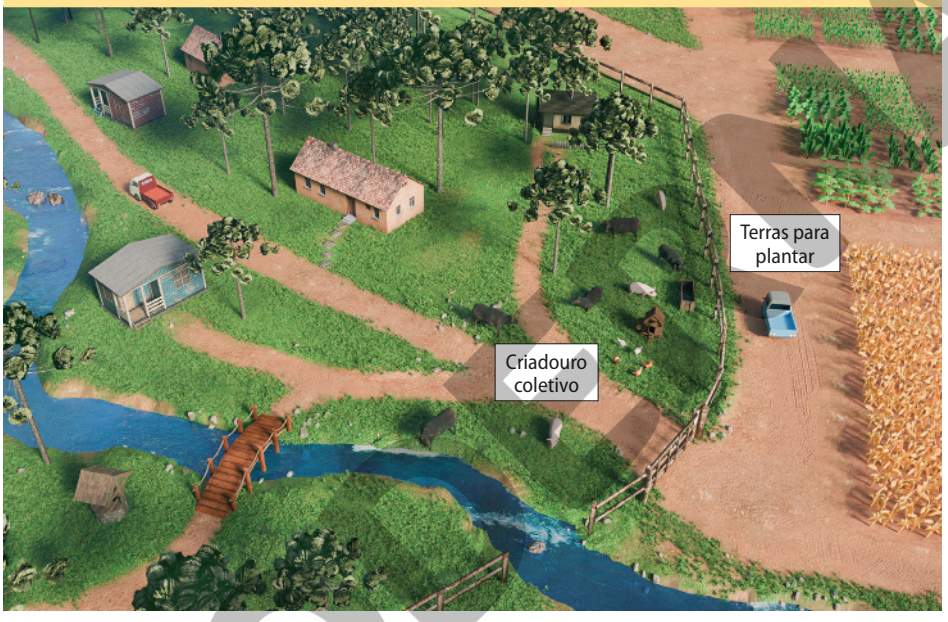
Com relação aos pequenos proprietários, mencione a importância deles na produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno e, consequentemente, na segurança e na soberania alimentar do país.

Caboclos dos faxinais

Os caboclos dos faxinais são grupos formados por famílias do campo que usam de forma coletiva as terras de suas propriedades, praticando principalmente a criação de animais, o cultivo de produtos agrícolas e o extrativismo vegetal.

Há comunidades faxinalenses na Região Sul do Brasil, especialmente no estado do Paraná, onde costumam se dedicar à criação de animais e à extração do pinhão, da erva-mate e de outras plantas que compõem a Mata de Araucárias, tipo de vegetação predominante na região.

Exemplo de organização das atividades em uma comunidade faxinalense



CRIS ALENCAR/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: ALMEIDA, Marisangela Lins. **Pode o quintal ser resistência?**: o trabalho e os saberes das mulheres nos quintais de faxinais do centro-sul do Paraná. 2023. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2023. p. 36.

Pequenos proprietários

Os pequenos proprietários, também chamados *colonos* ou *sitiantes* (dependendo da região do país), são donos de pequenos lotes de terra nos quais desenvolvem a agricultura e a criação de animais, como galinhas e porcos. O trabalho costuma ser realizado pelos membros da família, que pode comercializar toda a produção ou consumir uma parte dela.

Comente que o governo brasileiro reconhece o papel dos pequenos agricultores familiares e, por isso, tem criado programas com a finalidade de ampliar a participação deles na produção de alimentos básicos da população brasileira, especialmente a partir de modelos agrícolas considerados sustentáveis, como os sistemas agroflorestais e agroecológicos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Arrendatários

Os arrendatários são produtores rurais que pagam pelo uso das terras de uma propriedade para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Essa modalidade de acesso à terra é muito comum no Brasil. Ela é garantida por um contrato de arrendamento, nome dado ao acordo estabelecido entre o produtor e o proprietário das terras.

Acampados

Os acampados são famílias trabalhadoras sem condições econômicas para comprar uma propriedade rural que se organizam em acampamentos situados em propriedades sem uso. Essas famílias esperam ser assentadas e, enquanto estão acampadas, desenvolvem a agricultura, a pecuária e outras atividades com o objetivo de garantir o sustento. Porém, muitas vezes, os proprietários legais das terras acionam a Justiça para expulsar os acampados. Há casos também de embates diretos entre proprietários e acampados pela posse de terra.

Assentados

Os assentados são grupos formados por famílias que vivem em unidades agrícolas implantadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, um órgão do governo federal. Geralmente, essas famílias não têm recursos para comprar uma propriedade. No assentamento, elas se beneficiam do direito de morar em um lote e de explorar a terra por meio de atividades como a agricultura e a pecuária.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Trabalhadora em plantação de hortaliças no assentamento da Comunidade de Tabocal, no município de Belterra, estado do Pará, 2023.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Aproveite a discussão sobre os assentados e os acampados para explicar que os direitos adquiridos por esses grupos têm sido mantidos ou ampliados por meio da atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores do campo. Relacionar a conquista de direitos à atuação de movimentos sociais é uma boa oportunidade para estimular o pensamento crítico e discutir noções de cidadania com a turma.

Explique aos estudantes que a unidade ou o lote do assentamento pertence inicialmente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária até que a família que o ocupa pague pela terra e possa manter suas atividades produtivas sem o auxílio governamental. Quando isso ocorre, a família pode obter o título definitivo do lote.

Apresente um breve panorama histórico de atuação do Incra, comentando que esse órgão foi criado há mais de 50 anos, durante a ditadura civil-militar. Na época em que foi criado, o Incra tinha o objetivo de promover a ocupação de áreas que os militares classificavam como vazias e procuravam colonizar, especialmente na região amazônica. Atualmente, o Incra é responsável por democratizar a distribuição de terras e colaborar para o desenvolvimento social e econômico no espaço rural brasileiro.

Orientações

Explique aos estudantes que o direito de posse é diferente do direito de propriedade, pois não permite a venda da terra.

Comente que o termo *grileiro* tem origem em uma antiga prática de falsificação de documentos que consistia em colocar os papéis em uma caixa com grilos para que adquirissem uma aparência envelhecida. Na atualidade, os grileiros podem obter títulos de propriedade fraudulentos por via digital.

Por não terem regularidade nos ganhos, os boias-frias vivem em situação de vulnerabilidade. Parte deles é submetida a condições de trabalho precárias e muitas vezes consideradas análogas à escravidão. Eles recebem esse nome por comerem no trabalho a comida fria que levam de casa.

As atividades 3 e 4 permitem o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre algumas características dos povos do campo brasileiro.

Complemento das respostas

3. É importante ressaltar que no estado de São Paulo, além do ganho de produtividade, a introdução de máquinas na colheita de cana-de-açúcar atende à legislação estadual em vigor desde o início da década de 2000, que induz a mecanização da atividade como forma de reduzir a queima da palha de cana (diminuindo a poluição do ar), ação que facilita o corte manual.

Posseiros

Os posseiros são trabalhadores rurais que ocupam terras que não estão sendo usadas para produção com o objetivo de cultivá-las e garantir a subsistência da própria família. Eles podem regularizar a situação das terras junto ao governo federal, obtendo uma certidão de posse.

No Brasil, os posseiros têm sido alvo da ação de **grileiros**, pessoas que usam da violência para expulsá-los das terras e vendê-las a terceiros.

Boias-frias

Os boias-frias são trabalhadores rurais recrutados para realizar tarefas temporárias em uma plantação, como o plantio ou a colheita. O desrespeito aos direitos trabalhistas e jornadas exaustivas e perigosas são dificuldades comuns à realidade dos boias-frias. Finalizado o trabalho, eles costumam migrar para locais onde outra produção está em andamento.

Cada vez mais, a colheita de cana-de-açúcar e outras atividades agrícolas são realizadas com o uso de máquinas, que aumentam a produtividade e reduzem a necessidade de mão de obra.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO CONTEÚDO

Boias-frias trabalhando na colheita e no transporte de cana-de-açúcar no município de Pradópolis, estado de São Paulo, 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 Sobre os boias-frias, converse com os colegas: qual é a relação da tecnologia com a redução do número desses trabalhadores no campo?

3. A expansão do uso de máquinas na produção agrícola reduz a necessidade dessa mão de obra.

4 Junte-se a um colega e sigam este roteiro:

a. façam um levantamento dos povos existentes no campo na unidade federativa em que vocês vivem;

b. escolham um dos povos identificados e pesquisem textos e imagens que contribuam para caracterizá-lo;

c. elaborem um texto contendo os principais resultados da pesquisa;

d. apresentem o texto e as imagens para os demais colegas.

4. Para identificar as características do povo escolhido, oriente os estudantes a pesquisar, por exemplo, as atividades rurais desenvolvidas, os movimentos sociais aos quais estão vinculados, as atividades culturais que praticam etc.

Aprofunde a reflexão perguntando aos estudantes sobre atividades do contexto local substituídas por máquinas.

4. Oriente os estudantes a realizar a pesquisa em fontes confiáveis, como jornais, revistas e fontes de órgãos públicos. Atente-se às eventuais dificuldades em relação à escrita do texto. Incentive os estudantes a listar as principais ideias e argumentos como forma de organizar os parágrafos e planejar a estrutura do texto. Após a elaboração do rascunho, oriente-os a revisar e rescrever os trechos que julgarem necessários.

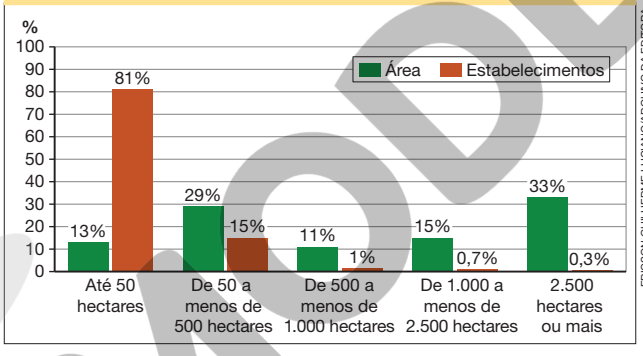
Problemas sociais no campo

Os trabalhadores rurais enfrentam problemas sociais de diferentes tipos. Muitos não têm condições financeiras de arrendar ou comprar terras. Outros convivem com constantes ameaças de violência e de invasão de suas terras ou com problemas gerados por desapropriações promovidas pelo poder público para executar obras de infraestrutura. Há também aqueles que sofrem com problemas ambientais, como o desmatamento e a contaminação dos rios e do solo. Entre as múltiplas origens desses problemas, você estudará a seguir uma das mais graves: a concentração da propriedade das terras por poucas pessoas.

Concentração de terras no Brasil

O Brasil apresenta um dos mais altos níveis de concentração de terras rurais do mundo. Isso significa que grandes porções de terra rural pertencem a poucos proprietários. O gráfico a seguir representa isso. Nele, a altura das colunas vermelhas varia conforme o número de estabelecimentos rurais. A altura das colunas verdes varia conforme a área ocupada por esses estabelecimentos. As primeiras colunas indicam que 81% de todos os estabelecimentos rurais no Brasil correspondiam em 2017 a 13% do espaço rural, dividido em pequenas propriedades de até 50 hectares. As últimas colunas indicam que apenas 0,3% dos proprietários dispunham de 33% da área rural, em propriedades com 2.500 hectares ou mais.

Brasil: área e número de estabelecimentos rurais (em %) – 2017



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Coordenação de Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 47.

5 Explique de que forma os dados do gráfico comprovam o fenômeno da concentração de terras no espaço rural brasileiro.

6 Em sua opinião, existe relação entre a concentração de terras e a carência econômica de grande parcela da população rural brasileira? Justifique no caderno.

5. De acordo com o gráfico, grandes extensões de terra pertencem a poucas pessoas, ou seja, a propriedade da maior parte das terras está concentrada em poucos indivíduos.

6. A concentração da propriedade da terra dificulta a obtenção da propriedade por parte do restante da população rural, que precisa se submeter às condições de trabalho definidas pelos grandes proprietários sem a perspectiva de melhorar as próprias condições de vida.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Complemento das respostas

5. Avalie as possíveis dificuldades apresentadas pelos estudantes durante a leitura do gráfico. Ajude-os a interpretar os dados, orientando-os a ler o título e as informações expressas na legenda e nos eixos vertical e horizontal. Em seguida, incentive a comparação dos percentuais apresentados nas colunas. Peça que notem o pequeno percentual de estabelecimentos que ocupam grandes áreas.

6. O desenvolvimento dessa atividade requer dos estudantes uma análise sobre as vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas por uma parcela da população rural, incentivando-os a mobilizar o pensamento crítico para compreender a organização e a estrutura produtiva do campo brasileiro.

Orientações

Explique aos estudantes que desapropriação é o termo usado para o processo de transferência obrigatória de uma propriedade particular para o poder público. A transferência implica o pagamento de uma indenização como compensação ao desapropriado. Porém, o valor nem sempre atende às necessidades ou expectativas da pessoa desapropriada, causando insatisfação e sentimento de injustiça.

Se julgar necessário, faça um esquema na lousa, representando a concentração das terras no Brasil.

MODERNA

Orientações

Aprofunde o tema das lutas no campo mencionando que condições dignas de trabalho também são pauta dos movimentos sociais do campo. Trata-se de uma luta contra as condições degradantes a que trabalhadores rurais são submetidos, como carga horária excessiva e remuneração injusta.

A abordagem das lutas dos povos do campo pela preservação dos recursos naturais pode ser uma oportunidade de desenvolver uma atividade interdisciplinar com a área de Ciências da Natureza, explorando a importância da água e as formas de uso do solo.

Lutas no campo

Você conheceu um pouco sobre os modos de vida, as atividades de trabalho e os interesses de alguns povos do campo e percebeu que muitos lutam por mudanças na realidade que vivenciam.

Lutas pela posse da terra

Trabalhadores rurais sem terra e povos tradicionais que vivem no campo, como as comunidades indígenas e quilombolas, estão entre os grupos que lutam pelo acesso à terra, seja pela possibilidade de adquiri-la, seja pela possibilidade de usarem a terra para desenvolverem suas atividades de trabalho e seus modos de vida.

Entre os fatores que movem essa luta estão a falta de recursos econômicos e o não reconhecimento da ocupação ancestral de seus territórios. A mobilização e a organização são alguns dos caminhos adotados para enfrentar esses problemas.

ODS 1

Lutas pela preservação dos recursos naturais

Há povos do campo que têm modos de viver que dependem da preservação dos recursos naturais. Entre eles estão as comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A luta ambiental desses grupos contra formas predatórias de uso da terra vem se fortalecendo nos últimos anos.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Moradias no Quilombo Muquém, que conquistou seu reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares, no município de União dos Palmares, estado de Alagoas, 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A luta dos povos do campo pela posse da terra se relaciona ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 – Erradicação da pobreza, que estabelece a necessidade de eliminação de todas as formas de pobreza no mundo. Garantir que todas as famílias, especialmente as mais vulneráveis, tenham acesso à propriedade e ao uso da terra, é uma das metas para alcançar esse objetivo.

Movimentos sociais do campo

Movimento social pode ser definido como um movimento coletivo, que age para a conquista de mudanças na sociedade. No espaço rural brasileiro há diversos movimentos sociais. Você vai conhecer dois deles.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi organizado em 1984 com o objetivo de reunir pessoas e movimentos de luta pelo acesso à terra no campo brasileiro. Muito atuante desde então, esse movimento defende uma **reforma agrária** que promova uma distribuição mais igualitária das terras rurais, garantindo aos moradores do campo a possibilidade de plantar e realizar as demais atividades necessárias ao próprio sustento.

Movimento dos Atingidos por Barragens

ODS 7

No Brasil, no início da década de 1980, foi criado o Movimento dos Atingidos por Barragens. Trata-se de um grupo que reúne pessoas afetadas diretamente pela construção de barragens para garantir que seus direitos não sejam violados durante os processos de desapropriação de suas terras. De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens do governo federal, em 2022 existiam mais de 23 mil barragens no Brasil.

ZANONE FRAISSAT/FOLHAPRESS

Manifestação organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens no município de São Paulo, estado de São Paulo, 2021.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A abordagem das reivindicações do Movimento dos Atingidos por Barragens oferece uma oportunidade de mobilizar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 – Energia limpa e acessível, que postula a importância do acesso universal a fontes de energia sustentáveis.

Orientações

Explique que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atua em todo o Brasil e tem sido fundamental para que muitas famílias rurais se tornem acampadas ou assentadas em unidades agrícolas do Incra com a infraestrutura necessária, como rede elétrica, de saneamento, de saúde e de educação.

Informe aos estudantes que o Movimento dos Atingidos por Barragens atua na esfera nacional e reivindica um sistema de produção, geração e distribuição de energia elétrica mais justo para a população brasileira e menos degradante do ponto de vista ambiental.

O dado sobre o número de barragens existentes no Brasil foi retirado de: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **Relatório de segurança de barragens 2022**. Brasília, DF: ANA, 2023. p. 16.

Atividade complementar

Solicite aos estudantes que pesquisem quais são os movimentos sociais que atuam na comunidade da qual fazem parte. Oriente-os a identificar os objetivos, a importância e as formas de atuação dos movimentos em questão. Por fim, solicite que apresentem as informações obtidas aos colegas. Esta atividade pode ser utilizada para o monitoramento da aprendizagem dos estudantes em relação aos conteúdos do capítulo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FERIA

Orientações

Aborde as consequências do trabalho em condições análogas às da escravidão e a importância de se combater esse problema no país.

Em seguida, questione de que forma algumas atividades humanas podem ser predatórias, ou seja, interferir de forma direta e negativa nas dinâmicas da natureza.

Complemento das respostas

7. Sistemas agroflorestais, agricultura orgânica e a técnica da rotação de culturas podem ser alguns exemplos citados pelos estudantes.

8. Esta atividade pode ser utilizada para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes, tanto no que diz respeito à habilidades de investigação e de sistematização das informações como em relação à identificação dos povos do campo e dos conflitos, além da postura crítica em relação à violência.

Violência no campo

No Brasil, a violência no campo está relacionada a diversos fatores. A disputa por terras e por recursos hídricos, por exemplo, tem produzido hostilidades e até mesmo confrontos armados. A ocorrência de trabalho em condições análogas às da escravidão também é um tipo de violência que ocorre com frequência nas áreas rurais do país. Em 2022, o Brasil registrou, em média, um conflito no campo a cada quatro horas.

A violência no campo está associada ainda às formas predatórias de apropriação e uso dos recursos da natureza. O garimpo ilegal em Terras Indígenas, por exemplo, além de promover o desmatamento e contaminar a água dos rios, tem provocado o aumento da fome, da desnutrição infantil, da proliferação de doenças e da morte de indígenas.

Preservação dos recursos naturais

Ao mesmo tempo que os conflitos e os impactos socioambientais se agravam no campo, a adoção de formas não predatórias de usos da terra tem ganhado força no Brasil. Um exemplo é a utilização de **sistemas agroflorestais** por pequenos agricultores. O sistema agroflorestal combina o plantio de espécies vegetais diferentes em uma mesma área durante determinado tempo. Essa técnica possibilita cultivar a terra sem degradar o solo.

7. Oriente os estudantes a pensar sobre práticas agropecuárias que respeitam os ciclos da natureza e minimizam os impactos ambientais. Se julgar interessante, mostre alguns exemplos de modelos implantados no país para nortear a reflexão.

Outro exemplo é o reconhecimento da importância, para a preservação ambiental, das **cosmovisões indígenas**, isto é, das formas de ver o mundo e de se relacionar com a natureza de comunidades indígenas que se consideram parte integrante de um conjunto em que todos os seres vivos e os recursos naturais se conectam.

7 Você conhece formas não predatórias de usos da terra e sabe informar a importância dessas práticas? Escreva sua resposta no caderno.

8 Pesquise em jornais ou revistas impressas ou digitais informações sobre conflitos pela posse da terra na unidade da federação ou região onde você mora. Traga o material para a sala de aula e apresente as informações para o professor e os colegas.

8. Incentive os estudantes a ler as notícias e a identificar os grupos sociais envolvidos, os interesses de cada um, os tipos de violência registrados e o papel do poder público no conflito.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A violência no campo é um conteúdo que se relaciona com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, que reforça a importância do combate a todas as formas de violência para a conquista de uma sociedade pacífica e inclusiva.

TEXTO COMPLEMENTAR

Futuro ancestral

Os antigos do nosso povo colocavam bebês de trinta, quarenta dias de vida dentro do Watu, recitando as palavras: "*Rakandu, nakandu, nakandu, racandu*". Pronto, as crianças estavam protegidas contra pestes, doenças e toda possibilidade de dano. Esse nosso rio-avô, chamado pelos brancos de rio Doce, cujas águas correm a menos de um quilômetro do quintal da minha casa, canta. Nas noites silenciosas ouvimos sua voz e falamos com nosso rio-música. Gostamos de agradecê-lo, porque ele nos dá comida e essa água maravilhosa, amplia nossas visões de mundo e confere sentido à nossa existência. À noite, suas águas correm velozes e rumorosas, o sussurro delas desce pelas pedras e forma corredeiras que fazem música e, nessa hora, a pedra e a água nos implicam de maneira tão maravilhosa que nos permitem conjugar o nós: nós-rio, nós-montanhas, nós-terra. Nos sentimos tão profundamente imersos nesses seres que nos permitimos sair de nossos corpos, dessa mesmice da **antropomorfia**, e experimentar outras formas de existir. Por exemplo, ser água e viver essa incrível potência que ela tem de tomar diferentes caminhos.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**.
São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 9.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Antropomorfia: característica do que é antropomórfico, ou seja, cujas formas ou atributos são humanos.

Questões

1. De acordo com o autor do texto, o rio-avô corresponde ao Rio Doce, chamado de Watu pelos Krenak e importante fonte de alimento e de água para a comunidade, além de ser considerado um ente capaz de ampliar as visões de mundo e fornecer sentido à existência da comunidade.

1 A que o autor do texto se refere como "rio-avô"? Qual é a importância dele para a comunidade? Registre sua resposta no caderno.

2. Sugestão: "ele nos dá comida e essa água maravilhosa, amplia nossas visões de mundo e confere sentido à nossa existência."

2 Selecione e copie no caderno um trecho do texto que relate aspectos da cosmovisão do povo indígena Krenak.

3 Como é sua relação com a natureza? Escreva um texto, poema ou use outra linguagem artística para expressar sua vivência e sua concepção de natureza.

3. Espera-se que os estudantes utilizem a criatividade para expressar como vivenciam, sentem e concebem os elementos da natureza.

Orientações

O texto foi retirado do livro *Futuro ancestral*, de Ailton Krenak, escritor do povo indígena Krenak, cujas comunidades estão nos territórios dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo.

Nesse pequeno trecho da obra, é possível conhecer um pouco da cosmovisão da comunidade dele. Trata-se de uma oportunidade de ampliar o repertório da turma e de estimular o pluralismo de ideias, o pensamento crítico e o reconhecimento de diferentes visões de mundo.

Realize a leitura coletiva do texto, atentando-se às possíveis dificuldades e dúvidas, especialmente em relação à noção de antropomorfia utilizada pelo autor.

Complemento das respostas

1. Explorar a forma como o autor apresenta o Rio Doce é uma oportunidade de os estudantes reconhecerem a concepção de mundo dos Krenak e a importância dos recursos naturais para esse povo.

2. Outros trechos que podem ser reproduzidos: "Nos sentimos tão profundamente imersos nesses seres que nos permitimos sair de nossos corpos, dessa mesmice da antropomorfia, e experimentar outras formas de existir."; "ser água e viver essa incrível potência que ela tem de tomar diferentes caminhos".

3. Promova o compartilhamento das produções dos estudantes por meio de uma exposição dos textos, dos poemas e das demais produções artísticas deles.

Unidade 2

Essa unidade aborda as transformações nas formas de trabalho ao longo do tempo e as relações dessas mudanças com as técnicas e as tecnologias.

O capítulo 4 introduz os conceitos de trabalho, técnica e tecnologia e apresenta algumas formas de trabalho, como a escravidão, a servidão e o trabalho assalariado.

Reflexões sobre os efeitos das transformações tecnológicas nas formas de trabalho do mundo contemporâneo são objeto do capítulo 5. Nele, os estudantes vão debater as possibilidades de futuro do mundo do trabalho, tendo como base as discussões sobre o papel das tecnologias digitais e de informação durante a Terceira Revolução Industrial e das inovações contemporâneas, como a Inteligência Artificial.

No capítulo 6, os estudantes vão conhecer e discutir os desafios atuais relacionados ao trabalho precário e ao trabalho forçado – como o trabalho análogo à escravidão, o trabalho infantil, o tráfico de pessoas e a servidão por dívidas.

UNIDADE 2

Trabalho e tecnologia

As pessoas transformam constantemente o mundo agindo sobre o meio em que vivem. A coleta de sementes para a prática de artesanato, a preparação do solo para o cultivo agrícola, a construção de uma estrada ou mesmo a perfuração de um poço para extração de petróleo são ações diferentes, mas que têm algo em comum: elas decorrem do trabalho humano.

Esta unidade é dedicada ao estudo das diferentes formas de trabalho ao longo do tempo. Os textos e as atividades levarão você a diferenciar técnicas e tecnologias e a relacioná-las com alguns processos históricos que nos ajudam a interpretar a realidade atual.

Quais são as implicações da tecnologia no mercado de trabalho hoje? O surgimento de profissões é consequência do desenvolvimento de novas tecnologias? Será que o impacto das inovações tecnológicas é sempre benéfico para as pessoas? Essas e outras questões serão exploradas nos capítulos a seguir.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

As questões apresentadas no texto de abertura da unidade têm o objetivo de sensibilizar os estudantes para as relações entre as transformações no mundo do trabalho e o desenvolvimento de novas tecnologias ao longo do tempo. Além disso, incentivam reflexões sobre as transformações sociais provocadas por diferentes inovações tecnológicas.

MODERNA

CAPÍTULO 4

O trabalho ao longo do tempo

WERTHER SANTANA/ESTADÃO CONTEÚDO

Robôs utilizados na produção de motores no município de Betim, estado de Minas Gerais, 2018.

Você tem percebido mudanças relacionadas ao trabalho ultimamente? Essas mudanças estão relacionadas a novas tecnologias? Apesar de parecer um fenômeno novo, as mudanças nas formas de trabalho acontecem há muito tempo, em sintonia com as transformações da sociedade.

O trabalho tem significados diversos para cada cultura, e até mesmo sua definição está sujeita a modificações. Hoje, por exemplo, a remuneração é um direito de todos os trabalhadores, mas isso nem sempre foi assim. Neste capítulo, você estudará esses e outros fatos importantes sobre o mundo do trabalho.

Neste capítulo você vai:

- compreender as noções de trabalho, técnica e tecnologia;
- identificar mudanças e permanências nas técnicas e nas formas de trabalho;
- comparar diferentes formas de trabalho praticadas ao longo do tempo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Avaliação diagnóstica

- Defina o que você entende por *trabalho*.
- A tecnologia transforma alguns tipos de trabalho? Apresente exemplos e argumentos para justificar sua resposta.

Com base nas respostas, será possível identificar o que os estudantes compreendem pelo conceito de trabalho e seus conhecimentos sobre algumas mudanças no mundo do trabalho em decorrência da invenção de novas tecnologias, tais como a substituição do trabalho humano por máquinas e a criação de novas profissões. A avaliação permitirá a você, assim, constatar quais mudanças no trabalho são menos conhecidas pelos estudantes e que vão exigir, portanto, maior enfoque nas aulas, auxiliando no planejamento.

Capítulo 4

Este capítulo explora algumas das principais formas de trabalho características de diferentes momentos históricos.

Por meio das questões propostas na abertura do capítulo, espera-se que os estudantes conversem sobre seus conhecimentos e experiências com relação às transformações percebidas e vivenciadas na esfera do trabalho.

Ao refletir sobre esse tema, eles podem citar exemplos como o declínio de algumas ocupações e o surgimento de outras, o emprego de novas técnicas para a realização de diferentes tarefas e as alterações nos direitos dos trabalhadores. Quanto à influência das tecnologias nessas mudanças, podem citar, por exemplo, a redução de postos de trabalho em decorrência da invenção de máquinas e equipamentos que realizam tarefas antes feitas apenas por pessoas.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: trabalho; técnica; tecnologia; trabalho compulsório; escravidão na Antiguidade; servidão medieval; escravidão na Idade Moderna; trabalho assalariado; Revolução Industrial.

MODERNA

Orientações

Ressalte que em diferentes sociedades e tempos históricos o trabalho humano sempre esteve presente. Saliente também que a definição do que é trabalho se transformou ao longo do tempo e que essa definição pode ser singular em cada sociedade.

Como o trabalho envolve relações sociais, as sociedades podem, por exemplo, valorizar algumas atividades em detrimento de outras. Nesse sentido, incentive a reflexão sobre os preconceitos que porventura possam existir entre as pessoas da convivência dos estudantes em relação a alguns tipos de trabalho. Estimule-os a compreender a importância individual e coletiva de todos os tipos de atividade laboral.

O mundo do trabalho

O **trabalho** pode ser definido como o conjunto das atividades humanas que têm o objetivo de transformar ou produzir algo, como um produto ou um serviço. Ele é um meio de obter o próprio sustento e o de outras pessoas.

A satisfação das necessidades e dos desejos humanos depende das atividades de muitas pessoas e das relações entre elas. Tomar um café, por exemplo, significa participar de uma complexa rede de atividades: trabalhadores prepararam a terra, plantaram e colheram o café. Os grãos colhidos foram selecionados e processados, torrados e moídos, embalados e transportados. O café foi estocado e comercializado. Por fim, para ser consumido, foi preparado.

Todas essas etapas envolvem o trabalho de diversas pessoas, múltiplas interações sociais e econômicas e o emprego de diferentes técnicas.

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Agricultoras trabalhando na colheita de café no município de Tomazina, estado do Paraná, 2023.

1 Selecione e copie no caderno os itens empregados na realização do trabalho de colheita retratado na fotografia. 1. Peneiras, força humana e trator.

peneiras	força humana	irrigação	trator	energia elétrica

2. Os estudantes podem mencionar atividades cotidianas, como: tomar banho, que pode envolver a extração de minerais ou petróleo para a fabricação do chuveiro, o transporte do produto, a produção de energia elétrica ou gás para aquecimento da água, a distribuição de água e de energia etc.

2 Selecione uma atividade que você faz diariamente e reflita sobre os diferentes trabalhos, realizados por outras pessoas, que permitem que você faça essa atividade. Siga o exemplo do texto e registre essa cadeia de relações no caderno.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Complemento das respostas

1. Oriente os estudantes a considerar apenas o que eles identificam por meio da análise da fotografia. A irrigação, por exemplo, pode ter sido realizada em outra etapa da produção de café, mas na colheita essa técnica não é utilizada. Comente que, ainda que as trabalhadoras retratadas realizem algumas tarefas individualmente, o trabalho de cada uma está relacionado a um objetivo comum: coletar os grãos de café, separá-los das impurezas e encaminhá-los para o transporte.

2. Muitas atividades podem ser selecionadas pelos estudantes, e eles provavelmente citarão apenas algumas das etapas envolvidas, pois as cadeias de produção hoje em dia envolvem uma infinidade de fases. O importante é que reflitam sobre a complexidade do mundo do trabalho e a interdependência entre as atividades. Sugere-se que as respostas sejam compartilhadas oralmente em sala de aula e que todos contribuam para complementar as tarefas listadas pelos colegas.

A transmissão das técnicas

Os esforços humanos para realizar e aprimorar suas atividades levam ao desenvolvimento de habilidades e de ferramentas empregadas em diferentes práticas de trabalho. O modo como essas práticas são colocadas em ação para executar uma tarefa ou produzir um bem é chamado de técnica.

Ao selecionar sementes para o plantio, preparar alimentos ou confeccionar utensílios, por exemplo, os grupos humanos produziram conhecimentos práticos sobre a execução dessas atividades, que resultaram em novas técnicas. De geração em geração, essas técnicas foram difundidas e aperfeiçoadas. Na fotografia que retrata uma artesã confeccionando uma panela de barro, o trabalho envolve técnicas de origem indígena transmitidas há séculos por gerações de mulheres.

TALES AZZI/PULSAR IMAGENS

Artesã usando pigmentos retirados de plantas para tingir uma panela de barro no bairro de Goiabeiras Velha, no município de Vitória, estado do Espírito Santo, 2023.

3 Analise a fotografia desta página e leia a legenda. Depois, reúna-se em grupo e respondam às questões.

a. Qual é a técnica retratada na fotografia?

3 a. A técnica consiste em usar pigmentos extraídos de plantas para tingir panelas de barro.

b. No município em que vocês moram, há a prática de atividades que empregam técnicas tradicionais, transmitidas de geração em geração? Se sim, expliquem o que vocês sabem sobre elas.

3 b. Os estudantes podem mencionar, por exemplo, técnicas tradicionais de pesca, de construção, de artesanato e de agricultura.

4 Entrevistem os membros do grupo com base nas perguntas a seguir.

a. Cite um trabalho que você já tenha realizado. Que técnicas você aprendeu para realizá-lo?

b. Você sabe se essas técnicas permaneceram as mesmas ou se mudaram com o tempo?

4. Espera-se que a entrevista permita a interação entre os estudantes e o compartilhamento de suas experiências, despertando reflexões sobre as relações entre elas e o tema abordado.

O uso da tecnologia

Na atualidade, as pessoas costumam associar a palavra *tecnologia* ao uso de equipamentos eletrônicos. Esses equipamentos utilizam tecnologias digitais, mas existem tecnologias relacionadas a todo tipo de práticas, ferramentas e equipamentos. A **tecnologia** corresponde ao conjunto de conhecimentos relacionados às técnicas utilizadas na execução das mais diversas tarefas. Portanto, ela está presente tanto nas panelas quanto nos foguetes.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

A transmissão de técnicas de trabalho de geração a geração é uma das formas mais antigas de compartilhar conhecimentos e modos de fazer, tendo sido praticada em todas as sociedades tanto no passado quanto no presente.

Essa transmissão pode ocorrer por meio de narrativas, mitos, contos, canções, provérbios etc. A convivência entre gerações também é um meio de transmissão de conhecimento; há centenas de anos, nas sociedades indígenas brasileiras, os mais jovens acompanham os adultos e os idosos em suas tarefas para aprender as técnicas utilizadas.

Ao analisar a fotografia que retrata uma artesã trabalhando na fabricação de uma panela de barro, comente que ela pertence à Associação das Paneleiras de Goiabeiras, bairro no município de Vitória (capital do Espírito Santo), que ganhou destaque justamente pela concentração da atividade tradicional artesanal de produção de panelas de barro.

Complemento das respostas

3 b. Algumas atividades que envolvem técnicas tradicionais, transmitidas há muitas gerações, geralmente são ensinadas no âmbito familiar. Há casos também em que essas técnicas são incorporadas ao sistema produtivo, e empresas e instituições organizam cursos profissionalizantes e programas de formação profissional para ensiná-las.

4. Proponha aos estudantes que compartilhem com a turma seus conhecimentos técnicos como forma de valorizar as trocas e as histórias pessoais, além de promover o reconhecimento das diferenças no convívio social.

Orientações

A maioria das informações sobre os grupos humanos antes da escrita é resultado da pesquisa, em especial, de paleontólogos, antropólogos e arqueólogos e está fundamentada no trabalho de escavação de sítios arqueológicos, onde são encontrados fósseis, ferramentas e outros objetos. Esses vestígios são fundamentais na formulação de hipóteses para explicar os processos de sedentarização.

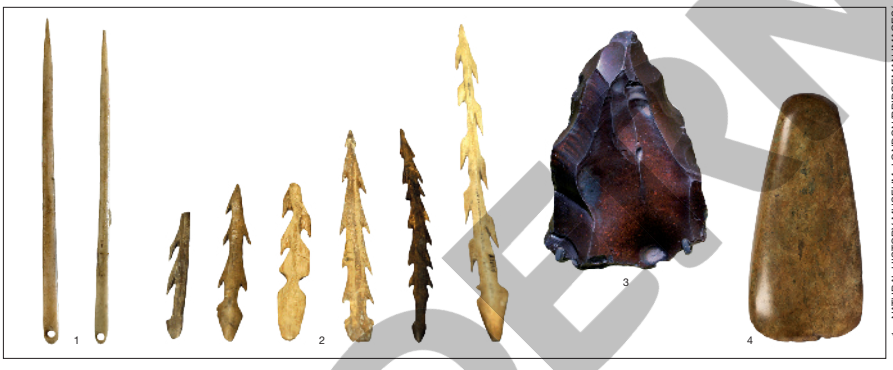
Destaque as relações entre a sedentarização e o desenvolvimento da agricultura, de novas técnicas e da vida em aldeias, processos que teriam ocorrido em diferentes momentos nas diferentes regiões do mundo.

Pode ser oportuno mencionar também que o predomínio de uma das técnicas de produção de ferramentas (pedra lascada ou pedra polida, por exemplo) é parte do critério usado pelos estudiosos para dividir os períodos históricos anteriores ao surgimento da escrita. Uma vez que parte da informação que os pesquisadores possuem sobre os anos anteriores à escrita são obtidas principalmente por meio dos vestígios de instrumentos, as técnicas de produção dos artefatos são os principais critérios usados para estabelecer as periodizações. Os artefatos retratados na fotografia da página podem ser explorados para diferenciar essas técnicas.

As ferramentas e a história antes da escrita

Os indivíduos da nossa espécie, *Homo sapiens*, habitam o planeta Terra há pelo menos 200 mil anos. Os primeiros grupos humanos surgiram na África e eram **caçadores-coletores**, pois caçavam, pescavam e coletavam vegetais. Eles também eram **nômades**, isto é, mudavam com frequência para encontrar novas fontes de alimento e abrigo.

Os principais registros deixados pelos grupos humanos antes de dominarem a escrita são os vestígios de materiais que ficaram relativamente preservados com o tempo. A maior parte desses materiais foi soterrada, e hoje algumas amostras deles podem ser encontradas em escavações feitas por arqueólogos, profissionais que as estudam para entender como era a vida nas sociedades do passado. Entre as amostras encontradas nas escavações, estão ferramentas feitas de materiais resistentes, como pedra, osso e chifre.



1 – NATURAL HISTORY MUSEUM, LONDON/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL, LONDRES; 2 – PRISMA/ALBUM/FOTOARENA – MUSEU NACIONAL DA DINAMARCA, COPENHAGUE; 3 – MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK; 4 – MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Da esquerda para a direita, duas agulhas feitas de ossos há cerca de 15 mil anos; seis arpões feitos de ossos há mais de 11 mil anos; uma ponta de flecha feita de pedra lascada há mais de 35 mil anos e uma lâmina de machado feita de pedra polida há mais de mil anos.

Os grupos agrícolas e a sedentarização

Entre 12 e 9 mil anos atrás, diversos grupos humanos passaram a aplicar o que aprenderam ao observar os ciclos das plantas. A seleção e o plantio de sementes deram origem à agricultura. Por conta dos cultivos e da criação de animais, alguns grupos começaram a se fixar em um só local, tornando-se **sedentários**.

O desenvolvimento da agricultura ocorreu em diferentes momentos e lugares durante um longo período marcado pela coexistência de grupos sedentários e nômades.

Atividade complementar

Para explorar a coexistência de diferentes modos de vida, proponha aos estudantes uma atividade de pesquisa sobre a existência de grupos nômades no mundo na atualidade. Peça-lhes que pesquisem informações sobre esses grupos.

Para isso, podem ser organizados em grupos e cada grupo pode pesquisar sobre uma das seguintes regiões: Oriente Médio, Oceania, África e Ásia. Os estudantes podem pesquisar sobre os beduínos no Oriente Médio, os aborígenes na Oceania, parte dos fulas na África Central e os pastores nômades na Ásia Central. Na data combinada, peça que apresentem os resultados da pesquisa à turma.

Produção de cerâmica, tecelagem e metalurgia

Com o desenvolvimento da agricultura, novos instrumentos foram criados para auxiliar no cultivo do solo e na produção e armazenamento de alimentos. O arado, os utensílios de pedra usados para triturar grãos e os recipientes de cerâmica são alguns exemplos. A tecelagem era outra atividade fundamental. Fios feitos de lã e de fibras vegetais eram usados para tecer redes de pesca, cestos, calçados e roupas.

JUAN AUNION/ALAMY/FOTOARENA

Réplica de tear criado no período pré-histórico, 2017. Esse tipo de tear tinha uma estrutura feita de madeira e peças de barro perfuradas usadas como peso para tecer os fios.

A criação da metalurgia, ocorrida há cerca de 5 mil anos, representou outra mudança importante: a descoberta de que, se aquecidos a altas temperaturas, metais como o cobre, o bronze e o ferro se tornam maleáveis permitiu o desenvolvimento de técnicas de forja para a criação de armas e ferramentas. A metalurgia fez, portanto, com que objetos e utensílios tivessem mais durabilidade, precisão e eficiência.

A importância do fogo

As evidências mais antigas de uso do fogo foram encontradas no Lago Turkana, no Vale do Rift, no Quênia, e têm mais de um milhão de anos. Os hominídeos que antecederam o *Homo sapiens*, como o *Homo erectus* e o *Homo neanderthalensis*, aprenderam a manter o fogo e a acendê-lo.

O uso do fogo acarretou mudanças profundas nos modos de vida dos grupos humanos, pois possibilitou afugentar animais, obter luz e calor, cozinhar os alimentos, produzir peças de cerâmica e forjar os metais.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Para estudar um fenômeno social, como as formas de trabalho humano, é preciso compreender a relação entre os acontecimentos.

Nesse sentido, estimule os estudantes a refletir sobre o papel de um processo (por exemplo, o desenvolvimento da agricultura) e sua ligação com outros (o desenvolvimento da tecelagem, da cerâmica e da metalurgia).

Destaque que a agricultura produziu modificações no modo de vida dos grupos humanos e gerou necessidades que os impulsionaram a desenvolver novas técnicas.

Vale ressaltar também que muitas dessas técnicas são utilizadas até os dias de hoje.

Atividade complementar

Pode ser enriquecedor abordar com os estudantes as propriedades do fogo e explorar como os seres humanos descobriram como esse fenômeno podia ser produzido. O tema suscita interdisciplinaridade entre a História e as Ciências da Natureza, pois pode ser complementado com o estudo sobre o que é combustão, quais são os componentes do fogo e como ele tem sido utilizado como fonte de energia ao fornecer luz e calor.

MODERNA

Orientações

Os grupos humanos se fixaram em áreas perto de rios, mares e terras férteis para aproveitarem o solo e a água como fonte de alimento.

A criação das aldeias

Os primeiros grupos humanos, que eram nômades, usavam abrigos naturais, como cavernas, e construíam moradias em acampamentos temporários. Eles faziam cabanas e tendas com estruturas de madeira e ossos e as cobriam com fibras vegetais e pele de animais.

Com a sedentarização, vários grupos agrícolas se estabeleceram em locais litorâneos, próximos a rios ou a terras férteis. A população aumentou, dando origem às aldeias.

ART2010/ALAMY/FOTOARENA

Visitantes observam pinturas rupestres em uma réplica da caverna de Altamira, em Santillana del Mar, Espanha, 2020. A réplica representa uma projeção dos pesquisadores de como pode ter sido essa caverna entre 35 mil e 13 mil anos atrás, quando era habitada por grupos de caçadores-coletores.

5 Existem técnicas desenvolvidas há milhares de anos que continuam a ser usadas hoje. Apresente alguns exemplos.

5. Entre as técnicas podem ser mencionadas: a produção de cerâmica, a tecelagem e a metalurgia.

6 No período da história antes da escrita, diferentes povos fizeram pinturas em cavernas. Essas pinturas compõem a arte rupestre. Leia o texto a seguir e escreva no caderno as ferramentas utilizadas na arte rupestre.

> Para executar suas obras, os artistas pré-históricos usavam o que a natureza lhes oferecia. As gravuras eram feitas com a ajuda de instrumentos de pedra. A paleta de cores se limitava à gama dos pigmentos minerais: ocre para os vermelhos, amarelos e marrons; óxido de manganês para os pretos e os marrons bem escuros. [...]. Eles aplicavam os pigmentos diretamente com os dedos ou com pincéis rudimentares, feitos com pelos de animais ou com fibras vegetais. [...]
>
> SWINNEN, Colette. **A Pré-história passo a passo**. São Paulo: Claro Enigma, 2010. p. 63.

6. Na arte rupestre, os artistas pré-históricos usavam: instrumentos de pedra, pigmentos minerais e pincéis feitos de pelos de animais e fibras vegetais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Complemento das respostas

5. Esta atividade pode ser utilizada para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes em relação às técnicas mais antigas desenvolvidas pelos seres humanos e abordadas no capítulo. Em complemento às técnicas de cerâmica, tecelagem e metalurgia, também podem ser mencionadas a pesca e a agricultura, por exemplo. Pode ainda ser explorada a permanência de algumas ferramentas, entre as quais as redes de pesca e as agulhas (como as representadas na imagem da página 60), cuja invenção data de cerca de 20 mil anos atrás.

6. A fim de contribuir para o desenvolvimento da leitura e da compreensão textual pelos estudantes, proponha a leitura conjunta e em voz alta do texto. Caso eles manifestem dúvidas de vocabulário, oriente-os na consulta ao dicionário impresso ou digital e auxilie-os em eventuais dificuldades de escrita.

O trabalho na Antiguidade

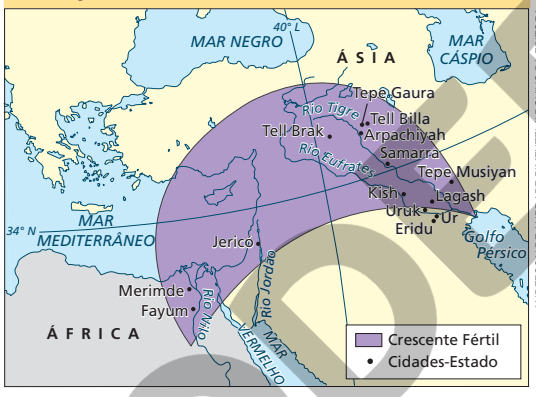
As aldeias cresceram em decorrência do aumento populacional. Surgiram, então, outras maneiras de organizar a sociedade e novas formas de trabalho.

Na região da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, no Crescente Fértil, há cerca de 7 mil anos, formaram-se **cidades-Estado**, cidades independentes em que havia **estratificação social**, ou seja, uma divisão da sociedade em segmentos valorizados segundo uma **hierarquia**. Funções administrativas e de defesa foram criadas, além de governos centralizados, cujos líderes concentravam poder político e religioso.

A **especialização do trabalho** cresceu, ou seja, as atividades começaram a ser divididas entre os grupos da sociedade. Nas cidades-Estado, como Ur e Uruk, localizadas no território hoje correspondente ao Iraque, a agricultura dependia dos regimes de cheias dos rios, que passaram a ser aproveitadas por meio da construção de canais de irrigação e diques.

Hierarquia: organização que estabelece uma ordem entre os membros de um grupo com diferentes graus de importância, poder, responsabilidade e subordinação.

Principais cidades-Estado no Crescente Fértil



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner; HERGT, Manfred. **Atlas histórico mundial**. De los orígenes a nuestros días. Madri: Akal, 2012. p. 16.

O surgimento da escrita

Na Mesopotâmia, as informações administrativas sobre as colheitas, os tributos e as construções eram registradas por meio da escrita cuneiforme, criada há cerca de 5 mil anos.

A invenção dessa forma de registro teve como consequência uma importante transformação: as técnicas não dependiam mais apenas da transmissão oral. Por isso, historiadores estabeleceram a escrita como marco inicial de um novo período histórico, a Antiguidade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

O capítulo apresentou aos estudantes algumas informações sobre o processo de sedentarização dos grupos humanos e do surgimento das aldeias, explorando como esses processos estiveram relacionados ao desenvolvimento de diferentes técnicas.

A partir desta página, eles passarão a estudar o surgimento de sociedades em que havia estratificação social e estruturação do Estado.

Nelas, o trabalho nas obras públicas era compulsório, sobretudo na construção de templos religiosos, de diques para o represamento da água dos rios e de canais de irrigação. Parte dessas atividades também era realizada por escravizados.

Sobre a escrita cuneiforme, explique aos estudantes que esta palavra se refere ao que tem a forma de cunha. Essa palavra é utilizada para designar a escrita suméria pois era grafada com o uso de cunhas em tabletes de argila fresca. A cunha usada na escrita suméria, em geral, tinha a forma de um prisma agudo em um dos lados.

Se possível, mostre para a turma a fotografia de uma cunha e de um tablete sumério com essa forma de escrita, peça aos estudantes que pesquisem essas imagens ou verifique a possibilidade de levar para a sala de aula um objeto em forma de cunha.

MODERNA

Complemento das respostas

7. A atividade permite o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre o conceito de trabalho escravizado.

8. Na Antiguidade, em Atenas, os escravizados estavam excluídos da cidadania e faziam a maior parte do trabalho, gerando recursos econômicos e possibilitando que os cidadãos se dedicassem somente às atividades mais valorizadas pela sociedade ateniense, como a política ou a filosofia. A alforria era rara e os libertos não recebiam cidadania.

Na Roma antiga, a escravidão também tinha uma importância econômica fundamental. Estima-se que, no século I a.C., cerca de 20% da população total era escravizada. (BEARD, Mary. **SPQR**: uma história da Roma antiga. São Paulo: Planeta, 2017. p. 406). Contudo, em Roma, houve maior mobilidade social que em Atenas. A partir do século I d.C., o número de escravizados alforriados aumentou. Além da compra de alforrias, mulheres escravizadas podiam tornar-se livres ao casar-se com os proprietários escravistas. No século III d.C., a cidadania foi estendida a todos os homens livres que vivam nos territórios do Império Romano, inclusive os libertos.

Trabalho compulsório e escravidão

Nas cidades-Estado da Mesopotâmia, trabalhar na agricultura e na construção de grandes obras públicas, como templos, diques e canais de irrigação, era considerado uma forma de pagar **tributo** (uma espécie de imposto) às autoridades. Esse trabalho era **compulsório**, ou seja, um tipo de trabalho ao qual as pessoas eram submetidas à força.

A maior parte da população da Mesopotâmia era livre, formada por camponeses, artesãos, comerciantes, militares e funcionários administrativos. Contudo, havia trabalhadores que não tinham liberdade. Eles estavam submetidos à **escravidão**. Pessoas endividadas ou capturadas em guerra eram escravizadas. Um escravizado era considerado uma mercadoria, tornando-se **propriedade** de outra pessoa.

A escravidão era minoritária nas sociedades antigas da Mesopotâmia e do Egito. Na Grécia e na Roma antigas, porém, era a principal forma de trabalho.

HOBERMAN PUBLISHING/ALAMY/FOTOARENA - MUSEU NACIONAL ROMANO, TERMAS DE DIOCLECIANO, ROMA

Colar romano produzido no século IV d.C. Na Roma antiga, os escravizados eram obrigados a usar esse tipo de colar de identificação, que servia para devolver o escravizado ao proprietário em caso de fuga.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7 Leia o texto a seguir escrito por Aristóteles, filósofo que viveu no século IV a.C. na Grécia antiga.

> [...] aquele que, por natureza, sendo humano, não pertence a si próprio, mas a outrem, é escravo [...]. Um ser humano pertence a outro se, apesar de humano, for um objeto de propriedade. [...].
>
> ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega Universidade, 1998. p. 61.

a. Que tipo de trabalhador foi descrito por Aristóteles?

7 a. Aristóteles descreveu o trabalhador escravizado.

b. Qual era a principal característica da condição desse tipo de trabalhador?

7 b. A principal característica da condição de escravizado, segundo o texto, era pertencer a outro ser humano, ser objeto de propriedade.

8 Em livros ou na internet, faça uma pesquisa sobre a escravidão em Roma ou na Grécia antigas. Registre os resultados no caderno e depois compartilhe com a turma.

8. Tanto em Roma como na Grécia antigas o trabalho era feito majoritariamente por escravizados capturados em guerra e aprisionados em decorrência de dívidas, e era considerado, com certo desprezo, como uma atividade "baixa", menos importante.

Orientações

Em Roma antiga, havia pessoas escravizadas por dívidas – prática que foi abolida somente no século IV a.C., no contexto de uma revolta plebeia – e, sobretudo, por captura em guerra. Nesse cenário, a alforria era um dos principais instrumentos de mobilidade social.

> [...] A escravidão romana foi [...] tão brutal quanto os métodos romanos de conquista. Mas [...] para aqueles que trabalhavam em contextos domésticos urbanos [...] não era necessariamente uma pena perpétua. Eles regularmente obtinham sua liberdade, ou a compravam com suas economias; e se seu dono fosse um cidadão romano, então obtinham também a cidadania romana [...].
>
> BEARD, Mary. **SPQR**: uma história da Roma antiga. São Paulo: Planeta, 2017. p. 81.

A servidão na Idade Média

O trabalho escravizado continuou existindo em diversas regiões do mundo. Apesar disso, com o passar do tempo, algumas mudanças ocorreram nas formas de trabalho entre os séculos V e XV, durante a Idade Média.

Nesse período, na Europa, a maior parte das pessoas vivia no campo e era ligada à terra. A posse da terra era o fundamento do poder e da diferenciação social.

A terra era o principal **benefício** (ou **feudo**) que um nobre podia ceder a outro. Isso criava um laço de dependência. Aquele que cedia um feudo era o suserano. Quem o recebia tornava-se seu vassalo e lhe devia lealdade.

A maioria da população, contudo, não era nobre. O cultivo da terra e a criação de animais eram feitos por essa população, composta de pessoas livres e não nobres, chamadas de vilões, e de pessoas que não eram livres e viviam em regime de **servidão**.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O regime de servidão

Os servos estavam vinculados diretamente à terra. Eles eram considerados parte do benefício cedido com o feudo. Desse modo, estavam subordinados aos nobres senhores de terras, de quem deviam receber proteção militar.

Os feudos eram divididos em áreas destinadas à produção para o senhor (o **manso senhorial**), áreas em que os servos podiam trabalhar na produção para o próprio sustento (o **manso servil**), e áreas chamadas de **terras comunais**, com bosques e florestas de uso comum nos quais somente os nobres podiam caçar.

Os servos eram forçados a pagar diversas taxas aos nobres senhores de terra. Eram as chamadas obrigações feudais.

BRITISH LIBRARY ARCHIVE/BRIDGEMAN IMAGES - BIBLIOTECA BRITÂNICA, LONDRES

Iluminura de origem francesa produzida no século XV. Um nobre senhor de terras com ricas vestes observa seus servos cultivando videiras e colhendo uvas.

Orientações

O fim do Império Romano, no século V d.C., não resultou no desaparecimento da escravidão. Na Idade Média, a captura de pessoas para escravização foi comum no Império Bizantino e nos domínios do Islã. O tráfico de pessoas para a Europa Ocidental também continuou durante esse período.

Nessa região, vale ressaltar que a mobilidade social também era muito restrita. No início do século XI, o bispo Adalberon de Laon defendeu que a sociedade era formada por três grandes grupos com funções específicas: rezar (clero), combater (nobres) e trabalhar (servos). A posição social era definida pelo nascimento; portanto, esse fator definia a qual estrato uma pessoa pertenceria.

A precisão das descrições das formas de trabalho medieval depende da circunscrição delas no tempo e no espaço, pois havia variações nas relações sociais e econômicas e no estatuto jurídico conforme o período e o local.

Em um contexto de intensificação das guerras, contudo, os camponeses recorriam à proteção militar dos senhores da nobreza. Em troca dessa proteção, eles deviam aos senhores uma série de obrigações, pagas sobretudo na forma de trabalho.

Orientações

Explique aos estudantes que as obrigações feudais não eram proporcionais à produtividade agrícola, mas eram definidas pelos senhores feudais, que podiam forçar os servos a entregar parte do alimento que necessitavam para a própria subsistência.

Complemento das respostas

9. O texto pode ser aproveitado para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre as características da servidão na Idade Média e da escravidão na Antiguidade. Além dos elementos mencionados na resposta, pode ser destacado que, ao contrário dos escravizados, cujos laços sociais e familiares eram rompidos nos processos de captura, venda e escravização, a condição de servidão era transmitida de geração a geração e, além de estarem vinculados aos domínios de um senhor, os servos constituíam famílias que dispunham de alguma estabilidade, ainda que eles não pudessem se casar com as pessoas de estratos sociais considerados superiores.

10. Oriente os estudantes na produção do texto sobre as conclusões da dupla. Auxilie-os na construção dos argumentos sobre o que poderia contribuir para garantir alimentação a todos. Caso deseje aprofundar o assunto, é possível pedir que os estudantes, antes de responderem à atividade, pesquisem dados de fome e insegurança alimentar e de produção e distribuição de alimentos no mundo.

9. Entre as características da servidão, podem ser destacadas: o vínculo dos servos com a terra e sua subordinação aos senhores de terras para os quais eram forçados a pagar obrigações feudais. No texto comparativo, é fundamental que os estudantes indiquem que os escravizados eram considerados propriedades de seus senhores.

As obrigações feudais

Cada local tinha obrigações feudais próprias, mas algumas delas eram comuns em toda a Europa Ocidental. A **corveia** determinava que, em alguns dias da semana, os servos eram obrigados a trabalhar nas terras do senhor. Para usar os equipamentos do feudo, como os moinhos ou os fornos, os servos deviam pagar a **banalidade**, ou seja, deixar uma parcela da produção de farinha ou de pão para o senhor. Parte da produção agrícola do manso servil era destinada ao senhor para o pagamento da **talha**. Existiam ainda obrigações que deviam ser pagas em caso de casamento, morte e outras situações.

Inovações na agricultura

Por volta do século XI, novas técnicas contribuíram para aumentar a produção e a qualidade dos alimentos. Uma das inovações foi o uso da **charrua**, instrumento de tração animal que passou a ser usado para revolver o solo profundamente, aumentando a produtividade.

O **sistema trienal** de cultivo também contribuiu para o mesmo fim. As áreas agrícolas eram divididas em três partes. A cada ano, duas delas eram cultivadas enquanto a terceira ficava em repouso para revitalizar o solo.

10. Os estudantes podem mencionar que, além de inovações técnicas que aumentem a produtividade agrícola, a fome está relacionada à desigualdade social. As propostas apresentadas por eles podem considerar essa constatação.

MUSEU VICTORIA & ALBERT, LONDRES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Iluminura produzida no século XVI que representa o uso da charrua para arar a terra.

9 No caderno, elabore um texto explicando as características do regime de servidão e as diferenças entre a servidão na Idade Média e a escravidão praticada na Antiguidade.

10 Crises de fome generalizada eram comuns na Idade Média e as inovações técnicas contribuíram para diminuí-las. E hoje, que tipo de transformações poderiam contribuir para garantir o acesso à alimentação a todos? Converse com um colega sobre esse tema e depois registre as conclusões no caderno.

ODS 2

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Estima-se que, entre os séculos VIII e XIII, a cada sete anos, uma crise de fome ocorria na Europa Ocidental. Além das crises causadas por fatores ambientais, elas também aconteciam em períodos de colheita abundante, visto que a sociedade medieval era profundamente desigual e boa parte da produção dos servos era destinada ao pagamento das obrigações feudais. Ao incentivar os estudantes a analisar as causas da fome e as transformações necessárias para garantir o acesso seguro de todos à alimentação, a atividade 10 contribui para a reflexão sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 – Fome zero e agricultura sustentável.

A escravidão na Idade Moderna

No século XV, os europeus começaram a explorar o mundo por meio da navegação. Pioneiros nas viagens pelo Oceano Atlântico, os portugueses estabeleceram contato com povos e Estados da África Ocidental (como os acãs, os povos da Guiné, o Reino do Benin e o Império Mali) e da África Central (como os reinos do Congo e do Ndongo). O objetivo era comerciar com as autoridades africanas. Além de ouro, tecidos e marfim, na África, os europeus adquiriam pessoas submetidas à escravidão.

Assim como em outras sociedades do período, na África Central e no Norte da África a prática da escravidão não era nova. Pessoas capturadas em guerras, endividadas ou condenadas por crimes eram escravizadas. A partir do século XV, porém, os europeus transformaram a escravidão em uma atividade de larga escala e voltada para o lucro, que atingiu números, até então, inéditos.

Guerras, sequestros, expedições de captura de pessoas e condenações à escravização se alastraram pela África. Homens jovens, entre 14 e 30 anos, eram os principais alvos, mas mulheres e crianças também eram escravizados.

As pessoas capturadas eram transportadas até a costa africana, onde eram confinadas em fortes até que fossem vendidas aos mercadores escravistas internacionais. Eles as transportavam em navios e as vendiam principalmente nas colônias europeias na América.

Estima-se que, entre os séculos XV e XIX, mais de 12 milhões de africanos foram forçados a embarcar em navios escravistas. Esse deslocamento é chamado de **diáspora africana**.

Diáspora: dispersão de um povo em consequência de preconceito e perseguição.

ERIC LAFFORGUE/ALAMY/FOTOARENA

Monumento conhecido como *Portão do não retorno* em Ajudá, Benin, 2015. Dessa localidade muitos escravizados eram levados para a América.

O território que corresponde ao Benin pertenceu, no século XVIII, ao Reino do Daomé, um dos mais fortes da região da Costa da Mina entre os séculos XVIII e XIX e que teve um papel importante no tráfico atlântico de escravizados. No século XVIII, a presença de mercadores escravistas da Bahia era frequente nessa região.

Orientações

Os dados numéricos sobre o total de africanos embarcados em navios escravistas no contexto da diáspora africana foram retirados de: FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 60.

Esse número foi estimado com base nos registros de embarques em navios escravistas (produzidos por autoridades navais e pelos responsáveis por esses navios). Esse total não considera, portanto, todos os africanos capturados e deslocados no continente, pois muitos morreram nos conflitos durante as razias (expedições de captura de pessoas), nos caminhos até os entrepostos comerciais e nos calabouços dos entrepostos, cujas condições eram extremamente precárias.

Se achar conveniente, explique que o *Portão do não retorno* foi construído em 1995 no contexto de um projeto da Unesco chamado Rota do Escravo. Concebido pelo artista beniense Fortuné Bandeira, o monumento representa um portal de transição para o Oceano Atlântico.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PROVA

Orientações

Se possível, aprofunde a abordagem sobre o contexto dos séculos XIX e XX, explicando que pseudociências foram usadas para tentar justificar a pretensa primazia europeia sobre as outras sociedades.

Em geral, as teorias racistas que se apresentavam de forma científica baseavam-se nas características físicas, no modo de vida e em outros elementos para classificar povos como "civilizados" em oposição aos "bárbaros" ou "primitivos". Essas teorias racistas foram largamente refutadas por cientistas das mais diversas áreas.

O preconceito étnico-racial, contudo, permanece tanto na sociedade brasileira quanto em outros países.

Apresente aos estudantes esse contexto, aprofundando o estudo sobre o preconceito, e incentive-os a refletir sobre a importância da postura ativa contra todo tipo de violência e de discriminação.

11. Na comparação, os estudantes devem comentar semelhanças e diferenças. Semelhanças: os escravizados perdiam a liberdade; eram juridicamente considerados propriedade de outra pessoa; eram comercializados; eram submetidos ao trabalho forçado. Diferenças: a escravidão moderna foi racializada, ou seja, associada à cor da pele e à origem étnico-racial; foi praticada em uma escala, até então, inédita, envolvendo ao menos três continentes em um comércio que tinha o lucro por objetivo.

"Raça" e escravidão

Durante a Antiguidade e a Idade Média, tanto estrangeiros quanto pessoas da mesma origem étnica do escravista podiam ser escravizados. Na Idade Moderna, contudo, o preconceito étnico-racial foi usado para tentar justificar a escravização de africanos.

Ao usar discursos religiosos, os europeus da Idade Moderna afirmavam que a escravidão era um meio de converter ao cristianismo os africanos "infiéis". Os grupos humanos foram classificados pelos europeus, que defendiam a existência de "raças humanas". Conforme critérios estabelecidos por eles mesmos, hierarquizaram diferentes "raças", determinando que os europeus seriam "superiores" aos demais:

> [...] a diferença maior era entre negros e brancos, uma vez que, na sociedade escravista [...], a cor da pele era a marca mais evidente da posição considerada inferior da pessoa escravizada.
>
> SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006. p. 94.

O trabalho dos escravizados

Os africanos escravizados comercializados pelos mercadores europeus, bem como seus descendentes, não tinham direito algum e eram forçados a trabalhar em tarefas domésticas, na construção, na mineração e na agricultura. Durante a colonização da América, os povos indígenas do continente também foram escravizados.

As técnicas e os conhecimentos africanos eram disputados, sobretudo, na mineração. Os povos bantos da África Central praticavam a metalurgia havia mais de 2.500 anos e os povos da Costa da Mina, no Golfo da Guiné, eram grandes conhecedores da mineração de ouro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

11 Compare a escravidão da Idade Moderna e a praticada na Idade Antiga. Escreva um pequeno texto no caderno sobre esse tema.

12 Releia a citação reproduzida nesta página e responda: segundo a autora do texto, na sociedade escravista, qual era a "marca mais evidente" da posição de uma pessoa escravizada? Por que isso ocorria?

12. Segundo a autora, a marca mais evidente era a cor da pele. Isso ocorria porque na Idade Moderna o preconceito étnico-racial era usado para tentar justificar a escravização de africanos.

13 A existência de "raças humanas" já foi provada como infundada pela biologia. Tendo isso em mente, responda: qual é a importância de as pessoas manterem uma postura crítica sobre as práticas e os discursos estabelecidos socialmente? Você já mudou sua forma de pensar ou já reconsiderou os próprios preconceitos após se informar sobre determinado tema ou analisar criticamente suas próprias ideias? Converse com os colegas sobre essas questões.

13. A atividade propõe que os estudantes reflitam criticamente sobre suas ideias e práticas por meio do reconhecimento de que concepções construídas e socialmente aceitas podem ser modificadas.

Complemento da resposta

13. Explique aos estudantes que foram sobretudo os estudos da genética que provaram que a noção de raça não está fundada em questões biológicas, mas sim em distinções culturais que foram usadas para tentar justificar a opressão de alguns povos sobre outros. Características físicas como a cor da pele ou a textura do cabelo humano estão relacionadas a um número insignificante de genes: cerca de 0,0005% do genoma humano.

As revoluções industriais e o trabalho assalariado

A partir da segunda metade do século XVIII, mudanças sociais e econômicas transformaram profundamente as formas de trabalho. Esses processos foram tão radicais que são conhecidos como **Revolução Industrial**.

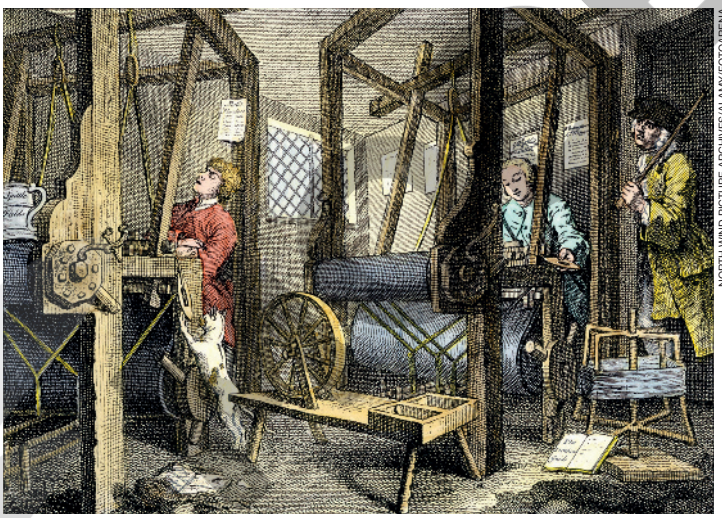
Inicialmente, as mudanças ocorreram na Grã-Bretanha, em especial no setor têxtil. Esse período é identificado como a Primeira Revolução Industrial.

Mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX, esse processo se alastrou por outros países, como a Alemanha e os Estados Unidos, e produziu uma série de inovações tecnológicas caracterizadas como a Segunda Revolução Industrial.

A Primeira Revolução Industrial

A Primeira Revolução Industrial deu início à construção de um modo de vida baseado na produção industrial e no consumo de mercadorias industrializadas. Nesse período, teve início a difusão do trabalho nas fábricas e das relações de **trabalho assalariado**, ou seja, muitas pessoas passaram a trabalhar em troca de um salário.

Os trabalhadores perderam o controle que tinham sobre os processos de produção. Por exemplo: se na produção artesanal era comum que uma só pessoa fosse responsável por todas as etapas da confecção de um sapato, nas fábricas, cada trabalhador passou a realizar somente uma etapa da fabricação, realizada cada vez mais com o uso de máquinas. Essa nova forma de trabalho caracterizou-se por uma crescente **divisão do trabalho** e deu origem a novas profissões.



NORTH WIND PICTURE ARCHIVES/ALAMY/FOTOARENA - MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

Gravura produzida no século XVIII representando trabalhadores operando teares mecânicos em fábrica têxtil na Grã-Bretanha.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Comente com os estudantes que a produção mecanizada das fábricas aumentou o lucro de seus proprietários, pois, com as máquinas, a quantidade de mercadorias produzidas cresceu em uma medida que ultrapassou os limites do trabalho humano:

> [...] pela primeira vez na história [...] foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente, ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. [...] Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e consequentemente o colapso, a fome e a morte periódicas impunham à produção.
>
> HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 71.

No contexto da industrialização no século XVIII, porém, os trabalhadores perderam não apenas sua autonomia sobre a produção e os direitos sobre as terras comunais; diversos elementos de seus antigos modos de vida, em especial os relacionados ao tempo livre, como festejos, danças, esportes, canções e jogos, sofreram restrições. Muitos deles chegaram a ser proibidos no final do século XVIII, como um meio de submeter os operários à disciplina industrial e ao condicionamento aos ritmos de produção.

Orientações

Destaque aos estudantes que as políticas imperialistas foram praticadas nos séculos XIX e XX, no contexto do avanço dos europeus sobre a África e a Ásia, onde impuseram seus interesses por meios militares, econômicos e políticos.

Em geral, os europeus retiravam os governos locais e instituíam outros que lhes favorecessem, às vezes comandados pelos próprios europeus, ou ainda influenciavam os governos já estabelecidos a fim de obter vantagens.

A pressão econômica sobre as sociedades africanas e asiáticas causou a desestruturação de atividades econômicas tradicionais, como ocorreu na Índia, onde o imperialismo britânico levou à crise da confecção têxtil indiana, uma tradição secular.

As condições dos trabalhadores nas fábricas

Nas primeiras fábricas, as relações de trabalho não eram regulamentadas. Adultos e crianças trabalhavam por longos períodos sem direito ao descanso. Não havia salário mínimo ou jornada de trabalho máxima. Mulheres e crianças recebiam salários menores que os dos homens.

Enquanto artesãos e camponeses ajustavam o tempo do trabalho ao ritmo da natureza, iniciando as atividades ao nascer do Sol e parando ao pôr do sol, nas fábricas o trabalho passou a ser ditado pelo ritmo das máquinas e controlado pelo relógio. Os turnos de trabalho avançavam noite adentro.

A industrialização intensificou a **urbanização**. Em busca de trabalho, parte da população rural migrou para as cidades para trabalhar em fábricas pouco iluminadas e com má ventilação, além de viver em moradias precárias.

OBJETO DIGITAL Vídeo: O trabalho infantil na Revolução Industrial

A Segunda Revolução Industrial

Em meados do século XIX, o uso do aço, da eletricidade e de derivados do petróleo deu um novo impulso à industrialização. Máquinas e meios de transporte tornaram-se cada vez mais rápidos e longas distâncias passaram a ser percorridas em menos tempo.

As nações industrializadas ampliavam suas **políticas imperialistas** ao redor do mundo, procurando explorar matérias-primas e mercados de consumo. As ferrovias, os telégrafos, os navios a vapor e a eletricidade transformaram o cotidiano das pessoas. A extração de matérias-primas, a produção industrial e o consumo de mercadorias passaram a ser feitos em escala global, mas de maneira desigual.

BIBLIOTECA DO CONGRESSO, WASHINGTON

Crianças que trabalhavam em uma mina de carvão em Pittston, Estados Unidos, 1911.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objeto digital

O vídeo aborda as condições a que estavam submetidas as crianças trabalhadoras nas fábricas no contexto da Revolução Industrial. Destaca, ainda, o depoimento de William Cooper, criança que testemunhou em uma investigação do Parlamento britânico sobre o trabalho infantil.

15. Na fotografia, o impacto ambiental representado é a poluição do ar. Os estudantes podem considerar medidas relacionadas à regulação da emissão de poluentes, ao uso de fontes de energia que não utilizam combustíveis fósseis, entre outras possibilidades.

Os impactos ambientais da industrialização

As revoluções industriais tiveram um papel fundamental na criação de um modelo de sociedade que predomina até os dias atuais, caracterizado pela produção e pelo consumo de quantidades excessivas de mercadorias. As consequências desse modelo para o meio ambiente são graves. Diariamente, substâncias tóxicas são lançadas no ar, nas águas e nos solos, como resíduos da produção, da combustão nos meios de transporte e da imensa quantidade de lixo descartada.

NAGELESTOCK/ALAMY/FOTOARENA

Complexo de indústrias do setor petroquímico em Grangemouth, Escócia, 2017.

14 Selecione a palavra ou a expressão que completa corretamente as sentenças a seguir. Depois, escreva uma frase sobre as revoluções industriais utilizando a palavra ou a expressão escolhida.

a. As revoluções industriais difundiram as relações de trabalho (servil/assalariado/escravizado).

14 a. Os estudantes devem redigir uma frase sobre o tema utilizando a palavra: assalariado.

b. Com o uso de máquinas, a produção passou a ser controlada pelo tempo (do relógio/da natureza/dos trabalhadores).

14 b. Os estudantes devem redigir uma frase sobre o tema utilizando a palavra: relógio.

15 Analise a fotografia reproduzida nesta página. Identifique qual impacto ambiental é representado e escreva no caderno quais medidas podem ser tomadas para evitá-lo.

ODS 12

16 Em grupo, reflitam sobre algumas das mudanças ocorridas durante as revoluções industriais que permanecem até hoje. Depois, vocês devem elaborar um texto coletivo em folha avulsa apresentando as reflexões do grupo.

16. Os estudantes podem concluir que, hoje, ainda permanecem as relações de trabalho assalariado, a existência de fábricas, a especialização dos trabalhadores e a divisão do trabalho, a poluição industrial, entre outras.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

As revoluções industriais deram início ao aumento do ritmo da produção em escala global, o que intensificou a exploração dos recursos naturais e levou ao crescimento da produção de resíduos e da poluição.

A ideia de sustentabilidade, hoje vigente, não era uma preocupação das sociedades industriais durante a Primeira e a Segunda Revolução Industrial. Somente na segunda metade do século XX, tiveram início movimentos ativistas em prol da preservação do meio ambiente. Esses movimentos iniciaram um debate sobre os modelos industriais considerando, por exemplo, os impactos negativos da poluição.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Ao incentivar os estudantes a refletir sobre medidas que possam diminuir a poluição do ar relacionada à produção industrial, minimizando seus impactos negativos na saúde e no meio ambiente, a atividade 15 contribui para um debate sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e produção responsáveis. Entre as medidas que podem ser mencionadas pelos estudantes estão: a redução ou a restrição da liberação de resíduos industriais na atmosfera, o controle da emissão de gases poluentes, o uso de energias renováveis e o tratamento dos resíduos industriais.

MODERNA

Capítulo 5

Neste capítulo, os estudantes vão analisar algumas consequências das transformações tecnológicas ocorridas nos séculos XX e XXI no mundo do trabalho.

A fotografia reproduzida nesta página retrata um jovem utilizando uma máquina de autoatendimento para compra de produtos em um mercado. Essas máquinas substituíram o trabalho humano em diversos estabelecimentos comerciais. Assim, com base na fotografia, os estudantes podem relacionar a situação representada ao avanço da automação no mundo do trabalho. Converse com eles sobre a experiência deles como usuários de novas tecnologias, reconhecendo benefícios e dificuldades enfrentadas.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: Terceira e Quarta Revolução Industrial; resultados sociais e econômicos da automação; novas profissões, tecnologias e formas de trabalho surgidas nos séculos XX e XXI.

CAPÍTULO 5

Impactos da tecnologia no trabalho contemporâneo

GISELLE FLISSAK/ISTOCK PHOTOS/GETTY IMAGES

Jovem utiliza máquina de autoatendimento em mercado no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, 2019.

Hoje em dia é comum as pessoas terem a percepção de que o mundo se transforma muito rápido. Essa sensação de aceleração está relacionada, entre outros fatores, à velocidade cada vez maior em que novas tecnologias são criadas e transformam a sociedade. Pense na sua infância, por exemplo, quais tecnologias atuais não existiam naquela época?

A forma como trabalhamos também é afetada por essas transformações. Analise a fotografia: que mudanças no mundo do trabalho a situação retratada representa? Você já precisou aprender a utilizar uma tecnologia por conta própria, sem a ajuda de alguém? Qual foi a sua sensação?

Neste capítulo você vai:

- diferenciar a Terceira e a Quarta Revolução Industrial;
- compreender o conceito de automação;
- analisar os efeitos das tecnologias digitais no mundo do trabalho;
- debater sobre o presente e o futuro do trabalho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Avaliação diagnóstica

- Faça uma lista de recursos tecnológicos criados durante os séculos XX e XXI.
- Quais foram as consequências dessas novas tecnologias para o dia a dia das pessoas e para as atividades de trabalho?

Avalie os conhecimentos prévios dos estudantes sobre as consequências das novas tecnologias para o mundo do trabalho (como automação, desemprego e surgimento do trabalho remoto). Com base nas respostas, considere quais são os processos com os quais os estudantes têm menos familiaridade para planejar as aulas relacionadas ao capítulo. Caso eles tenham dificuldade em identificar o que são recursos tecnológicos, retome as noções de técnica e tecnologia abordadas no capítulo 4.

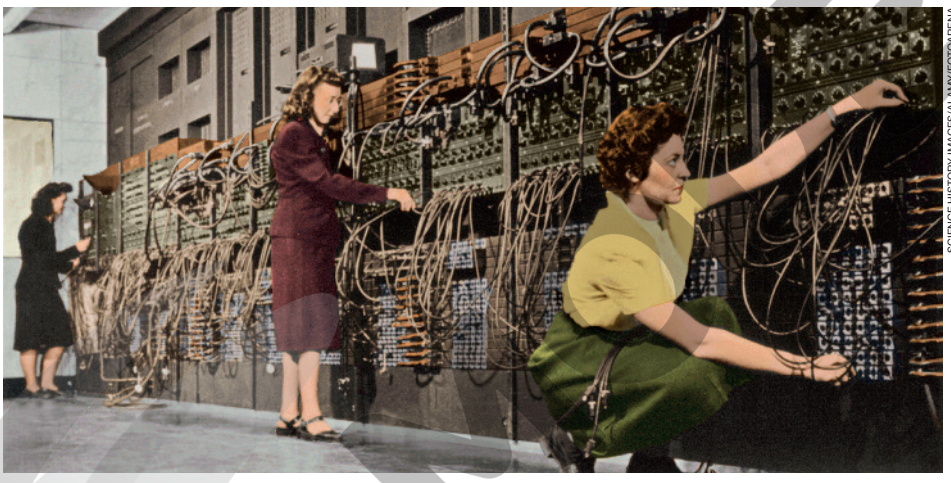
A Terceira Revolução Industrial

Muitas tecnologias surgidas nos séculos XVIII e XIX, ao longo da Primeira e da Segunda Revolução Industrial, transformaram o modo de produzir mercadorias e deram origem a novas formas de trabalho. A partir dessas revoluções, a busca por inovações capazes de aumentar ainda mais a produção se tornou constante.

Na segunda metade do século XX, esse processo ganhou uma velocidade inédita, sobretudo em decorrência da Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945.

Muitas tecnologias comuns nos dias de hoje foram desenvolvidas durante esse período. É o caso dos computadores, por exemplo, que foram criados durante a guerra para fazer cálculos complexos e estabelecer a trajetória de projéteis, como bombas e mísseis.

Esse processo foi impulsionado pelos grandes investimentos feitos pelos Estados Unidos e pela União Soviética para reconstruir a economia dos países que foram destruídos durante a guerra, como o Japão e a Alemanha. Esses investimentos aceleraram a busca por eficiência na produção, o que contribuiu para a chamada **Terceira Revolução Industrial**. Mais tarde, durante o período da Guerra Fria, que se desenrolou entre 1945 e 1991, tecnologias desenvolvidas para uso militar passaram a ser empregadas na indústria e em atividades cotidianas da população.



SCIENCE HISTORY IMAGES/ALAMY/FOTOARENA

Trabalhadoras operando o primeiro computador totalmente eletrônico do mundo, o Eniac (sigla em inglês que significa "Computador Integrador Numérico Eletrônico"), na Universidade da Pensilvânia, na Filadélfia, Estados Unidos, na década de 1940.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Contextualize a eclosão da Segunda Guerra Mundial, apontando que, naquele período, a competitividade e a inovação eram decorrentes das necessidades estratégicas e militares do conflito. Um exemplo significativo é o da bomba atômica, usada ao final da guerra como meio de afirmar a superioridade bélica dos Estados Unidos. O filme *Oppenheimer* (direção de: Christopher Nolan. Estados Unidos, 2023. 180 minutos), sobre o desenvolvimento da bomba atômica, pode contribuir para essa discussão. Mais tarde, os conhecimentos desenvolvidos na produção da bomba atômica foram usados em contextos não bélicos, como a produção de energia nuclear.

Depois, comente o contexto geral da Guerra Fria e como essa disputa econômica, militar e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética estimulou o desenvolvimento tecnológico. Diversas inovações do período contribuíram decisivamente para a Terceira Revolução Industrial.

Atividade complementar

Divida os estudantes em grupos e peça a eles que conversem sobre as seguintes questões: "Por que as empresas procuram aumentar sua produtividade constantemente?", "O que acontece com empresas que não acompanham as inovações tecnológicas?".

Circule pela sala de aula acompanhando o debate dos estudantes. Depois, peça aos grupos que compartilhem suas respostas com os demais, estimulando uma conversa sobre os aspectos positivos e negativos da competitividade como característica central do modo de produção capitalista.

Orientações

Comente com os estudantes que uma das particularidades da Terceira Revolução Industrial se relaciona à escala e à complexidade da aplicação de inovações tecnológicas que possibilitaram um aumento significativo dos níveis de automação nas atividades produtivas.

A centralidade da informação nesse processo também pode ser explorada. Hoje, o imenso volume de informação produzido é fonte de recursos para empresas de diversos ramos.

Destaque também que muitas das inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial relacionadas à informação, como o advento dos computadores, dos satélites e da internet, propiciaram o surgimento de novas formas de organização em rede.

Analise a fotografia reproduzida nesta página junto aos estudantes, questionando-os com perguntas como: "Uma fábrica como a retratada precisa de mais ou menos trabalhadores do que as fábricas do começo do século XX? Por quê?".

Ciência, indústria e automação

A Terceira Revolução Industrial também ficou conhecida como Revolução Técnico-Científico-Informacional. Isso porque, especialmente a partir dos anos 1970, a indústria e a comunicação passaram a ser marcadas pela aplicação de conhecimentos técnicos, científicos e da **tecnologia da informação** – tecnologia relacionada à produção, à transmissão, ao armazenamento e ao processamento de informações.

Um dos resultados desse processo foi a ampliação da **automação**, ou seja, do uso de dispositivos mecânicos e eletrônicos (como robôs e computadores) para realizar funções que antes eram feitas por seres humanos. Muitas tarefas das linhas de montagem das fábricas, por exemplo, passaram a ser realizadas sem a participação direta de pessoas.

PEDRO VILELA/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Interior de fábrica de veículos no município de Betim, estado de Minas Gerais, 2020. Na fotografia, um equipamento automatizado conduz a carroceria dos veículos até os trabalhadores.

Esse processo trouxe uma série de consequências para os trabalhadores, como a diminuição do número de operários empregados em indústrias. Além disso, o uso das novas tecnologias aumentou as exigências de qualificação e de formação profissional, pois os trabalhadores passaram a ter que dominar novas técnicas.

Atividade complementar

Para estimular o pensamento crítico dos estudantes e a habilidade de interpretação de imagens, se possível, apresente a imagem de uma linha de montagem de uma fábrica do começo do século XX, ou um trecho de filme que represente alguma, como *Tempos modernos* (direção de: Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936. 87 minutos), por exemplo. Depois, peça aos estudantes que comparem as características da linha de montagem retratada na fotografia reproduzida na página com as da imagem apresentada por você, incentivando a compreensão das semelhanças entre diferentes momentos históricos e das transformações tecnológicas ocorridas ao longo do século XX. Esta atividade também pode ser uma boa oportunidade para o monitoramento das aprendizagens desenvolvidas pelos estudantes.

1. Os autores se referem às transformações da Terceira Revolução Industrial ou Revolução Técnico-Científico-Informacional, relacionada ao desenvolvimento dos computadores e da tecnologia da informação.

Em decorrência da desigualdade social, contudo, nem todos puderam se adaptar às novas exigências do mercado de trabalho. Como resultado, muitos trabalhadores foram forçados a buscar oportunidades em outros setores ou a desenvolver atividades de modo informal e por conta própria.

1 Leia o texto e, no caderno, identifique a qual Revolução Industrial os autores se referem. Identifique também o equipamento tecnológico decisivo nesse processo.

2 a. O trecho trata de direitos relativos ao trabalho: escolher o trabalho, dispor de condições satisfatórias que respeitem a igualdade de direitos e a proteção contra o desemprego.

[...] Embora a história da tecnologia não seja o único elemento na história da mídia da segunda metade do século XX, os computadores devem vir em primeiro lugar em qualquer análise histórica, pois, logo que deixaram de ser considerados simples máquinas de calcular ou úteis acessórios de escritório — e isso só aconteceu no começo da década de 1970 —, eles passaram a fazer com que todos os tipos de serviços, e não somente os de comunicações, tomassem novas formas. [...]

2 b. Não necessariamente. Os estudantes podem citar exemplos para justificar a resposta, como casos de trabalho análogo ao de escravizado.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 273.

2 Reúna-se em grupo para ler o texto a seguir e, com base nele, debatam as questões. Depois, registrem as respostas do grupo no caderno.

2 c. Os estudantes podem considerar que a exigência da formação profissional tem influência no acesso ao trabalho, pois as transformações tecnológicas requerem que os trabalhadores adquiram conhecimentos técnicos correspondentes.

Artigo 23º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições **equitativas** e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaração-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em 6 fev. 2024.

a. Os direitos descritos no trecho dizem respeito a qual aspecto da vida das pessoas?

b. Esses direitos são garantidos a todos os trabalhadores? Explique.

c. A exigência da formação profissional afeta o acesso a esse direito? Por quê?

d. Quais políticas públicas podem garantir o acesso desse direito a todos?

ODS 4

Equitativas: plural e feminino de *equitativo*. Em que há respeito à igualdade de direitos.

2 d. Espera-se que os estudantes construam argumentos com base em suas reflexões e na troca de ideias com os integrantes do grupo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Complemento das respostas

1. O surgimento dos microprocessadores foi fundamental para a Terceira Revolução Industrial, pois os primeiros computadores eram demasiadamente grandes e custosos (retome a fotografia da página73). O desenvolvimento dos *chips* e dos transistores permitiu reduzir o tamanho das máquinas e aumentar sua capacidade de processamento de informações. Essa atividade pode contribuir para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre a Terceira Revolução Industrial.

2. Contextualize a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, após o fim da Segunda Guerra Mundial. No item **d**, entre as políticas públicas que podem garantir o direito ao trabalho a todos, podem ser mencionadas: a educação consistente e a qualificação profissional, as políticas afirmativas que garantam aos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade acesso a postos de trabalho e a garantia estatal de provimento da seguridade social.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Ao abordar a importância da formação profissional e das políticas públicas para garantir o direito ao trabalho a todos, incentivando reflexões sobre a importância das competências técnicas e profissionais, a atividade 2 contribui para uma reflexão sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de qualidade.

Orientações

Ao tratar do êxodo rural provocado pelo avanço dos processos de mecanização da produção agrícola, pergunte aos estudantes se eles têm familiares ou conhecidos que nasceram no campo e se mudaram posteriormente para cidades. Como esse processo foi vivenciado por uma parcela significativa da população brasileira ao longo do século XX, é possível que os estudantes conheçam exemplos próximos.

Em seguida, pergunte o que eles sabem sobre alimentos transgênicos. Questione-os se eles costumam verificar se os produtos que consomem têm componentes transgênicos. Explique que, desde 2003, o decreto federal nº 4.680 determina que os consumidores sejam informados sobre a presença de organismos geneticamente modificados em produtos cuja composição utilize transgênicos em mais de 1% do produto. Isso é feito por meio de um símbolo, a letra "T" sobre um triângulo de fundo amarelo localizado nos rótulos e nas embalagens. Se possível, leve uma embalagem de um desses produtos para a sala de aula, a fim de não apenas mostrar a presença do símbolo, mas também explorar as informações nutricionais do produto.

Transformações no campo

A mecanização e a automação também atingiram as relações de trabalho no campo. O uso de tratores, colheitadeiras e outros equipamentos mecânicos em diferentes tarefas acarretou a redução do número de trabalhadores empregados nas atividades agropecuárias.

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Colheita de milho mecanizada em fazenda no município de Assaí, estado do Paraná, 2022.

A segunda metade do século XX foi marcada pelo aumento do uso de agrotóxicos e de fertilizantes nas plantações, pela seleção de variedades de plantas cultivadas e de animais criados e pela produção de sementes transgênicas, ou seja, modificadas em laboratório com o objetivo de fortalecer características escolhidas, como a resistência a certas pragas.

Hoje, o uso de agrotóxicos é alvo de questionamentos por causa dos riscos à saúde humana e dos problemas ambientais que podem causar, como a contaminação do solo e das águas.

ODS 12

O êxodo rural

A diminuição dos postos de trabalho no campo fez com que uma grande parcela da população rural migrasse para as cidades em um processo chamado de **êxodo rural** e que ocorreu em muitos países, inclusive no Brasil, como mostram os dados do gráfico a seguir.

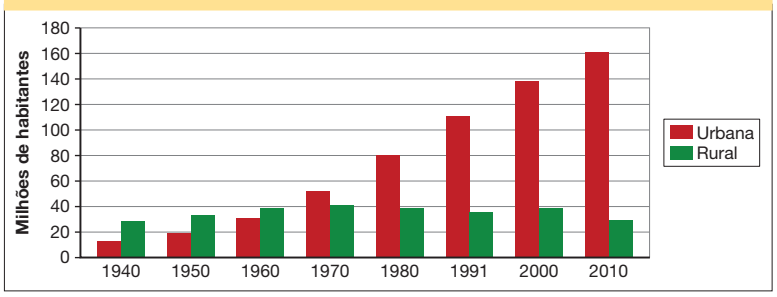
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELA

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Ao questionar os impactos negativos do uso de agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente, o texto contribui para estimular os estudantes a refletir sobre temas relacionados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e produção responsáveis.

Brasil: distribuição da população por situação do domicílio – 1940-2010



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Atlas geográfico escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 143.

Além do êxodo rural, no Brasil e no mundo, avanços na medicina e a melhoria dos serviços de saneamento básico (fornecimento de água encanada e coleta de lixo e esgoto) tiveram como consequência a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida da população. Esses fatores também contribuíram para um expressivo aumento da população urbana.

O comércio e os serviços

O aumento da população das cidades ampliou a necessidade de serviços de saúde, educação, transportes, alimentação, construção, administração, comunicação, entre outros. A ampliação dos ramos de prestação de serviços, por sua vez, proporcionou uma diversificação das oportunidades de emprego nas áreas urbanas.

Com o crescimento da produtividade industrial, houve um aumento progressivo da oferta de bens de consumo diversos, como roupas, calçados, eletrodomésticos e veículos. O **consumo** passou a ser estimulado pela publicidade divulgada em meios de comunicação, como os jornais, as revistas, o rádio e a televisão. Todos esses processos transformaram hábitos e o modo de vida das pessoas.

Com o tempo, a atividade industrial reduziu a quantidade de trabalhadores empregados enquanto as atividades ligadas ao comércio e aos serviços se expandiram ainda mais, absorvendo parte dessa mão de obra. Atualmente, as atividades de comércio e de serviços são as que mais empregam trabalhadores e as que têm a maior participação na economia brasileira.

DAPRESS

Propaganda de refrigerador publicada na revista *O Cruzeiro* em 1960.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Questione os estudantes sobre os serviços que eles utilizam no cotidiano, por exemplo, transportes, alimentação, saúde e outros, chamando atenção para o fato de que existem serviços públicos e privados.

Aborde a desigualdade na oferta de serviços mesmo no meio urbano, já que essa oferta pode estar atrelada ao perfil socioeconômico local. Questione se eles sentem falta de algum tipo de serviço nos bairros em que vivem ou se conhecem algum tipo de iniciativa comunitária que tenta sanar a falta de algum serviço básico; por exemplo, projetos de educação popular ou de incentivo ao esporte.

Ao abordar o tema do consumo, questione os estudantes sobre quais fatores influenciam os hábitos de consumo das pessoas hoje. O texto menciona o papel dos meios de comunicação no século XX, mas destaque o fato de que hoje existem novos meios, sobretudo digitais.

Incentive os estudantes a conversar sobre como os desejos de consumo deles têm relação com as mídias. Pode ser mencionada a importância de influenciadores digitais, músicos, esportistas, modelos, atrizes e atores nesse processo, visto que a publicidade é uma das principais formas de obtenção de lucro nas mídias sociais.

PROVA

Orientações

Incentive os estudantes a refletir sobre os efeitos sociais e políticos da difusão de informações a milhões de pessoas ao mesmo tempo promovida pelos meios de comunicação de massa.

Atividade complementar

Um aspecto que pode ser aprofundado a partir do conteúdo da página é o da formação de grupos de pessoas com interesses ou gostos parecidos.

Organize a turma em grupos segundo categorias de interesses, estabelecendo categorias capazes de incluir os diferentes interesses dos estudantes. Abra espaço para que eles contribuam com sugestões.

Proponha aos grupos um conjunto de questões que estimulem o início do debate. Algumas possibilidades são: esportes ("Como é o sentimento de pertencer a uma torcida?"); música ("O que significa ser fã de um músico?"; "Por que há estilos de vida associados a ritmos musicais?"); e cultura *gamer* ("Como o gosto por *video games* propicia a sensação de fazer parte de um grupo?").

Peça que cada grupo compartilhe suas respostas com o restante da turma. Para encerrar a atividade, destaque o papel das mídias na formação de grupos de interesses em comum.

As telecomunicações

TELEVISÃO: 2011 TREKANDSHOOT/SHUTTERSTOCK; TELA: CBS PHOTO ARCHIVE/GETTY IMAGES

Transmissão televisiva dos primeiros astronautas a pisarem na Lua enviados na missão Apollo 11, em 1969.

Mudanças nas comunicações a longa distância, ou seja, nas **telecomunicações**, também fizeram parte da Revolução Técnico-Científico-Informacional.

Enquanto a produção industrial padronizava as formas de produzir mercadorias e era responsável por fabricar uma grande quantidade de produtos, os meios de comunicação criados e popularizados nesse período, como o rádio e a televisão, permitiram a transmissão de informações a milhões de pessoas ao mesmo tempo.

A televisão se popularizou a partir dos anos 1950. Nessa época, o surgimento da comunicação por satélite passou a possibilitar transmissões globais. A velocidade da transmissão de informações aumentou no mundo todo.

A telefonia também teve ampla difusão no período. O mundo parecia cada vez mais conectado e isso teve efeitos sociais e econômicos importantes: desde a rápida comunicação entre pessoas em locais distantes até o emprego de novas formas de comunicação para educar, entreter e difundir notícias e informações.

CBS PHOTO ARCHIVE/GETTY IMAGES

Multidão assiste à transmissão televisiva do pouso da missão Apollo 11 na Lua no aeroporto de Nova York, Estados Unidos, 1969.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A criação e a expansão da internet

Antes de ser aberta a todos, a internet surgiu como uma rede limitada, restrita a algumas universidades e bases militares. Era a Arpanet, criada em 1969, nos Estados Unidos.

O objetivo da Arpanet era formar uma rede de comunicação que resistisse à destruição de estruturas e equipamentos no caso, por exemplo, de um ataque nuclear.

3 a. Segundo o gráfico, na década de 1970.

Entre 1980 e 1990, o uso da internet se expandiu por meio de serviços comerciais que inseriram os computadores pessoais em uma **rede mundial de computadores**.

3 b. Sim, se a tendência verificada nas últimas décadas se mantiver, a população urbana deve crescer nas décadas seguintes.

Se a difusão de informação pelo rádio e pela televisão era controlada por empresas e governos detentores das tecnologias de transmissão, a internet possibilitou que qualquer usuário se tornasse criador e difusor de conteúdo. Para isso, contudo, é necessário ter recursos e equipamentos nem sempre acessíveis, como *smartphones*, computadores e planos de acesso à rede.

FG TRADE/ISTOCK PHOTO/GETTY IMAGES

Jovem utilizando *smartphone* com acesso à internet em trem no município de São Paulo, estado de São Paulo, 2023.

3 Analise o gráfico da página 77 e responda às questões no caderno.

a. Em que década a maior parte da população brasileira passou a viver em cidades?

b. O gráfico sugere que o número de pessoas vivendo em cidades continuará aumentando? Explique.

4 a. Caso os estudantes tenham acesso à internet, podem comentar a troca de mensagens e o uso de aplicativos para a realização de transações bancárias, por exemplo.

4 Forme dupla com um colega e conversem sobre as questões a seguir.

a. Vocês fazem uso da internet no dia a dia? Se sim, para quais fins?

b. Na opinião de vocês, quais são as contribuições da internet para o mundo do trabalho?

4 b. Os estudantes podem comentar o acesso a informações de emprego e a comunicação com o empregador, por exemplo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Ao abordar a produção e a difusão de conteúdo produzido pelos usuários de internet, enfatize o papel dos algoritmos no alcance da exibição dos conteúdos, comparando o poder dos detentores dos meios de comunicação, como jornais, rádio e televisão, ao que, hoje, os grupos que controlam as mídias digitais detêm.

Complemento das respostas

3. Auxilie os estudantes a interpretar o gráfico da página 77. Explore o título, mostrando que nele estão indicadas as informações representadas: a situação do domicílio (localizado no campo ou na cidade) da população do Brasil entre os anos 1940 e 2010. O eixo vertical representa a população brasileira em milhões de habitantes. Quanto mais alto o ponto marcado, maior é o número de pessoas representado. O eixo horizontal apresenta uma escala temporal em décadas. Peça aos estudantes que identifiquem as informações da legenda: a coluna em vermelho se refere à população urbana e a coluna em verde, à população rural. A interpretação de gráficos de colunas pode ser trabalhada em conjunto com o docente da área de Matemática.

4 a. Se possível, proponha duplas formadas por estudantes de faixas etárias diferentes, para que possam compartilhar usos variados da internet.

4 b. Os estudantes podem mencionar o acesso a diferentes recursos educacionais (como cursos e vídeos instrucionais) usados para aprofundar a formação profissional. Existem ainda plataformas voltadas ao anúncio de postos de trabalho. Por fim, há também modalidades de trabalho que dependem da internet.

MODERNA

Orientações

Converse com a turma sobre a Quarta Revolução Industrial, enfatizando que sua principal característica é a integração profunda entre tecnologias e diferentes áreas do conhecimento, gerando um efeito exponencial de inovação tecnológica de velocidade inédita na história.

Um exemplo significativo nesse contexto é a aplicação de tecnologias informacionais (no caso, os procedimentos de *Big Data* que serão vistos com mais detalhe no próximo item) no campo da biotecnologia, integração que tem possibilitado avanços profundos na compreensão da genética humana.

Essas associações entre saberes e tecnologias podem resultar na produção de medicamentos, de técnicas capazes de tratar doenças hoje incuráveis e na capacidade de editar padrões genéticos.

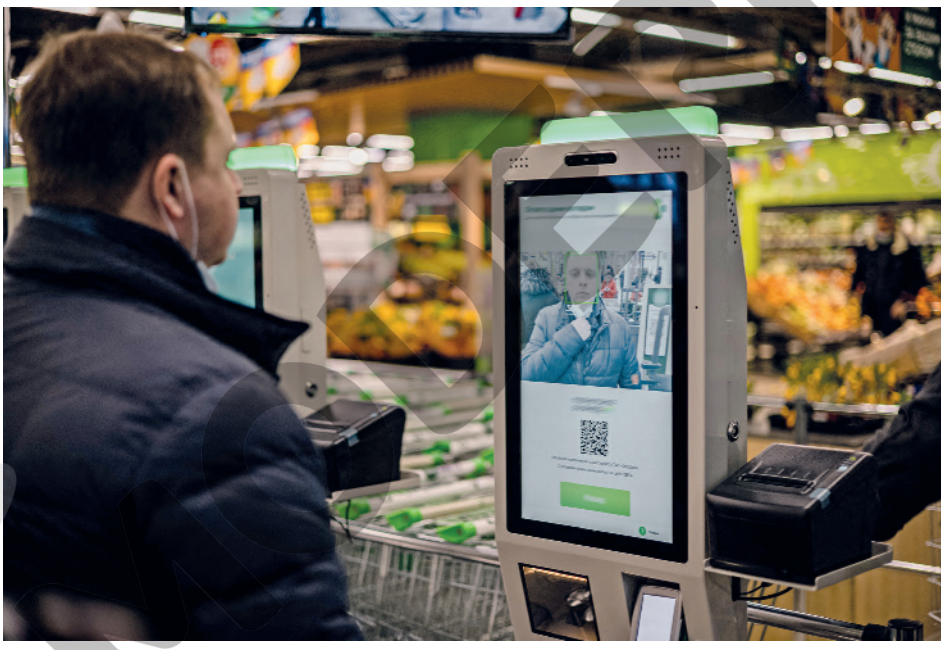
Reforce que, além do desemprego e do acesso restrito à formação profissional em áreas relacionadas às novas tecnologias, os processos da Quarta Revolução Industrial podem introduzir novas formas de desigualdade social, tendo como referência o maior ou o menor alcance, por toda a população, dos novos procedimentos propiciados pelas tecnologias integradas.

A Quarta Revolução Industrial

A partir da década de 2010, alguns estudiosos passaram a considerar a perspectiva de que estaríamos vivendo uma **Quarta Revolução Industrial**. O período seria caracterizado pela integração entre diferentes tecnologias e formas de automação, gerando um efeito em cadeia.

Alguns dos processos de automação que vinham ocorrendo desde o século XX foram intensificados no século XXI. Além do aumento da quantidade de tarefas realizadas por robôs, a principal mudança é que começaram a ser desenvolvidas máquinas capazes de analisar uma situação, estabelecer comunicação entre si e propor soluções para problemas.

A Quarta Revolução Industrial pode, contudo, provocar graves problemas sociais: o desemprego pode alcançar níveis sem precedentes, visto que os trabalhos relacionados às novas tecnologias exigem formação profissional especializada que, hoje, é acessível a poucos. Além do desemprego, as desigualdades sociais seriam, portanto, acentuadas.



DIMITAR DILKOFF/AFP/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sistema de pagamento por reconhecimento facial em demonstração em um supermercado de Moscou, Rússia, 2021. O reconhecimento facial por sistemas computadorizados é uma das tecnologias desenvolvidas durante a Quarta Revolução Industrial.

As tecnologias digitais e o *Big Data*

Muitas novidades da Quarta Revolução Industrial estão relacionadas às **tecnologias digitais**. Com elas, as pessoas passaram a realizar diversas atividades do dia a dia com o uso de aparelhos conectados à internet, como se comunicar com outras pessoas, ouvir música e fazer compras.

Uma das principais inovações das tecnologias digitais no contexto atual é a utilização de computadores para analisar grandes volumes de dados e identificar padrões que dificilmente seriam percebidos por humanos. Esse procedimento recebe o nome de ***Big Data*** (expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como "megadados").

Big Data e publicidade

Os megadados são utilizados para analisar o comportamento humano em diversas situações. É o caso das plataformas digitais que mapeiam as ações de seus usuários, coletando informações sobre as páginas visitadas por eles, quanto tempo permaneceram em cada uma delas, quais termos foram pesquisados etc.

Com base nesses dados, as plataformas identificam as possíveis preferências das pessoas por algum produto ou serviço e enviam uma publicidade direcionada, ou seja, selecionada especialmente para aquele indivíduo. Por isso, hoje em dia é comum as pessoas receberem anúncios de um produto pouco depois de terem pesquisado algo relacionado a ele.

SSPL/GETTY IMAGES

Painel exibindo um código de linguagem computacional em museu de Londres, Reino Unido, 2001. Esse tipo de código, composto de sequências de zero e um, é utilizado em programas de computador, como os criados para coletar informações dos usuários da internet e de redes sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Explique aos estudantes que tecnologias digitais são aquelas que usam uma linguagem em que todo o tipo de informação é reduzido a um código numérico binário (ou seja, um sistema numérico, de base 2, que emprega apenas os dígitos 0 e 1).

Comente com a turma que, hipoteticamente, para escrever uma palavra utilizando esse tipo de representação, cada letra do alfabeto deve ser representada por um código composto de uma sequência de 0 e 1. Por exemplo, a letra A seria equivalente a 1100001, a letra C a 1100011, a letra S seria 1110011. Dessa forma, seria possível escrever a palavra "casa" por meio do seguinte código: 1100011110000111100 111100001.

O sistema binário é utilizado em computadores, televisores e outros equipamentos digitais. Os transistores dos equipamentos controlam a corrente elétrica recebida, transmitindo a informação 0, quando desligados e 1, quando ligados. Essa é a base do armazenamento e da difusão de informações por meio digital.

Esse conteúdo pode ser trabalhado com o apoio dos professores das áreas de Matemática e de Ciências da Natureza.

Orientações

O documentário *O dilema das redes* (direção: Jeff Orlowski. Estados Unidos, 2020. 94 minutos) pode ser exibido para discutir com a turma os mecanismos utilizados por empresas de tecnologia digital, como as de mídias sociais, para tentar prever comportamentos de seus usuários e usar essas informações para obter lucro.

Orientações

Apresente exemplos de ferramentas de Inteligência Artificial usadas em situações de trabalho ou do cotidiano. Os *chatbots* (programas em forma de *chat* que simulam interações humanas), por exemplo, têm sido utilizados por diferentes empresas para realizar o atendimento a clientes de modo mais rápido e menos custoso, o que tem reduzido postos de trabalho no setor.

O uso de ferramentas de Inteligência Artificial generativa, ou seja, aquelas capazes de gerar textos, vídeos e imagens para áreas como publicidade, audiovisual e outras, também pode ser mencionado. Enfatize, por exemplo, as consequências do uso desse tipo de recurso na produção sistemática de vídeos e imagens falsas com a finalidade de manipular a opinião pública.

Objeto digital

O carrossel de imagens apresenta cinco inovações tecnológicas desenvolvidas ou aprimoradas no século XXI e utilizadas em diferentes setores da sociedade, incluindo o mundo do trabalho.

A Inteligência Artificial

Uma das tecnologias que caracterizam a Quarta Revolução Industrial é a **Inteligência Artificial**. Esse é o modo como são chamados os sistemas que funcionam simulando aspectos da inteligência humana. Esses sistemas podem ser programados para tomar decisões com base no reconhecimento de padrões e aprimorar essas decisões conforme são utilizados.

Algumas ferramentas de Inteligência Artificial, por exemplo, têm a capacidade de processar a linguagem desenvolvida naturalmente pelos humanos e elaborar respostas para questões complexas, produzindo até mesmo textos e imagens.

Além de ampliar o alcance das pesquisas científicas em diferentes campos do conhecimento, a Inteligência Artificial pode aumentar ainda mais a velocidade do desenvolvimento da tecnologia em geral (não apenas na área de informática) ao longo do século XXI. Trata-se, portanto, de um dos elementos-chave da Quarta Revolução Industrial, com potencial para transformar muitas atividades humanas e substituir várias delas.

SCHARPSINN/SHUTTERSTOCK

Ilustração representando a parte interna de um carro autônomo com um monitor de alertas que utiliza Inteligência Artificial para detectar possíveis obstáculos.

OBJETO DIGITAL Carrossel de imagens: Inovações tecnológicas do século XXI

5 Uma das possíveis aplicações da Inteligência Artificial é a realização de diagnósticos e a proposição de tratamentos médicos. Em grupo, converse com os colegas sobre os critérios que os programadores podem usar ao projetar um sistema capaz de apresentar diagnósticos e propor tratamentos de saúde. Reflitam sobre os possíveis benefícios e riscos dessa prática e escrevam as conclusões no caderno.

6 Quais seriam as consequências sociais da substituição da maior parte do trabalho humano pelo de ferramentas automatizadas que utilizam Inteligência Artificial? Debata o assunto com os colegas e, juntos, desenvolvam uma hipótese para responder à pergunta. Depois, apresentem a hipótese do grupo e argumentem em favor dela.

5. O objetivo da atividade é encorajar os estudantes a refletir sobre os aspectos éticos do uso de Inteligência Artificial para situações em que a tomada de decisões pode envolver a saúde das pessoas.

6. Entre outras possibilidades, o texto dos estudantes pode mencionar o desemprego em massa.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Complemento da resposta

5. Enfatize que essa situação-problema envolve uma série de dilemas, pois aspectos éticos devem ser considerados. Por exemplo, quem seria responsabilizado por um diagnóstico falho produzido por uma ferramenta de Inteligência Artificial? Como impedir os vieses dos diagnósticos, ou seja, como evitar que ferramentas de Inteligência Artificial reproduzam estereótipos e preconceitos contra grupos sociais discriminados sobre os quais essas ferramentas podem, eventualmente, não ter disponíveis dados de treinamento suficientes?

Após a realização da atividade, é possível reunir a turma e pedir a cada grupo que exponha oralmente suas conclusões. Em seguida pode-se convidar a turma a comentar e comparar os argumentos dos grupos e, então, propor a redação de um texto coletivo que apresente as ponderações e as principais conclusões da turma.

O trabalho remoto

A Quarta Revolução Industrial também é marcada pelo surgimento de novas formas de trabalho.

Uma delas é o **trabalho remoto**, ou seja, o trabalho realizado à distância, fora das dependências da empresa ou instituição contratante. A evolução dos recursos de telecomunicação, ligados principalmente à internet e à telefonia móvel, foi essencial para a organização dessa nova modalidade de trabalho. Mas o principal fator que levou à expansão do trabalho remoto nos últimos anos foi a pandemia de covid-19, quando a necessidade de promover o isolamento social para conter a disseminação da doença obrigou muitas empresas e instituições a adotar esse modelo de trabalho.

Esse processo produziu efeitos ao longo do tempo, pois diversas empresas mantiveram as atividades de algumas de suas áreas no sistema remoto mesmo após o fim da pandemia. Essa mudança teve consequências econômicas e espaciais em diversos bairros urbanos: em bairros com intensa atividade de comércio e serviços, por exemplo, restaurantes e lojas foram fechados após a queda no fluxo de pessoas; em alguns bairros residenciais, por outro lado, o crescimento da demanda de serviços de entrega de refeição provocou a intensificação do fluxo de mercadorias nas vias de transporte.

Além disso, há estudiosos que apontam que o trabalho remoto beneficiou o ambiente urbano com a redução dos deslocamentos feitos pelos trabalhadores.

WU KE/VCG/GETTY IMAGES

Avenidas vazias em consequência de medidas de isolamento social determinadas após alta de casos de covid-19 em Chengdu, China, 2022.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Explore a ausência de pessoas e de veículos na fotografia da cidade chinesa de Chengdu durante o período de isolamento social para conter o contágio de covid-19. Se achar conveniente, explique que os primeiros casos de covid-19 ocorreram na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na República Popular da China, no final de 2019. Depois, se julgar pertinente, peça aos estudantes que compartilhem suas experiências e reflexões relacionadas às transformações no mundo do trabalho no contexto da pandemia de covid-19.

Atividade complementar

Para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre os impactos das tecnologias no mundo no trabalho, especialmente da Inteligência Artificial, divida a turma com base nos grupos reunidos na atividade 6 e peça que cada um deles debata uma das questões a seguir.

Antes de iniciar a atividade, explique que nenhuma dessas questões tem necessariamente uma resposta certa ou errada, já que elas buscam explorar perspectivas diversas e consideram tanto aspectos positivos quanto pontos de atenção.

1. Quais tarefas poderiam ser feitas com maior qualidade, eficiência ou precisão com o uso de Inteligência Artificial?

2. Quais formas de trabalho novas podem surgir em decorrência da difusão do uso de ferramentas que utilizam Inteligência Artificial?

3. Os novos postos de trabalho criados pelo uso de ferramentas de Inteligência Artificial seriam suficientemente numerosos para equilibrar o número de postos suprimidos por elas?

4. As ferramentas que utilizam Inteligência Artificial vão necessariamente substituir o trabalho humano ou vão apenas complementá-lo?

5. Se as ferramentas que utilizam Inteligência Artificial aumentarem a produtividade do trabalho, que tipos de transformação social podem ocorrer?

Orientações

Sobre a flexibilidade de horário que o trabalho por aplicativo proporciona, é necessário considerar a remuneração oferecida. Em um cenário de precarização do trabalho, essa flexibilização se traduz na realização de jornadas longas para garantir uma remuneração que cubra as despesas básicas da atividade e do trabalhador.

Atividade complementar

Para explorar as perspectivas dos estudantes sobre o trabalho por aplicativo, antes da realização da atividade 9, peça que cada um deles escreva em um papel um aspecto que considera positivo nessa modalidade e outro que considera negativo.

Na sequência, oriente-os a depositar os papéis em uma sacola. Embaralhe os papéis. Peça, então, aos estudantes que formem duplas e distribua os papéis às duplas de forma aleatória, para que criem argumentos para sustentar o ponto de vista expresso no papel sorteado.

Esclareça que se trata de um exercício argumentativo e que, portanto, não é necessário que eles concordem com a perspectiva recebida no sorteio. Ao final, questione-os se a dinâmica fez com que mudassem ou não seu ponto de vista inicial.

O trabalho por aplicativo e as novas profissões

Outra nova forma de trabalho é aquela realizada por aplicativos, ou seja, por intermédio de programas que processam dados eletronicamente. Essa modalidade de trabalho se tornou comum entre entregadores e motoristas, mas também entre profissionais de outras áreas, como cuidadores de animais, vendedores autônomos e técnicos que realizam pequenos consertos.

Em muitos países, o vínculo formal do trabalhador com a empresa que desenvolve o aplicativo não é reconhecido. Por essa razão, ele não tem acesso aos direitos trabalhistas e deve arcar com os custos da atividade. Em contrapartida, tem flexibilidade para definir seus horários de trabalho.

O contexto da Quarta Revolução Industrial deu origem a profissões associadas ao desenvolvimento das novas tecnologias, como técnicos de segurança cibernética e desenvolvedores de sistemas de Inteligência Artificial.

JOACY SOUZA/ALAMY /FOTOARENA

Entregador de refeições solicitadas por aplicativo no município de Salvador, estado da Bahia, 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETO DIGITAL Infográfico: Profissões envolvidas na produção de um robô

7 Você conhece profissões que não existem mais hoje por causa das transformações tecnológicas? Se sim, quais?

7. Os estudantes podem mencionar diversas profissões ligadas ou não às tecnologias digitais, como telefonistas, datilógrafos, telegrafistas, acendedores de lampiões, entre outros.

8 Que profissões você acredita que tendem a desaparecer no futuro? Justifique sua resposta.

8. Os estudantes podem citar profissões com atividades mecânicas repetitivas, trabalhos manuais precisos e atendimento ao público, entre outras. Para isso, devem justificar a resposta.

9 Em um debate com a turma, defenda seus argumentos para responder à pergunta: o trabalho por aplicativos tem mais aspectos positivos ou negativos? Após o debate, elaborem um texto coletivo para registrar as conclusões.

9. Espera-se que os estudantes apresentem argumentos baseados em fatos e conhecimentos para justificar seu ponto de vista. Caso julgue conveniente, proponha a eles que entrevistem trabalhadores que utilizam essas ferramentas.

Objeto digital

O infográfico informa sobre profissionais envolvidos na produção de um robô de serviço, revelando que o desenvolvimento tecnológico atual requer a participação de diferentes profissões.

TEXTO COMPLEMENTAR

Inteligência artificial, charge de Jean Galvão, 2017.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Questões

1 Que elemento da charge provoca surpresa?

1. A revelação, no segundo quadro, de que dois personagens eram robôs fantasiados de humanos provoca surpresa.

2 As charges se caracterizam por provocar reflexões sobre algum aspecto da realidade. Que reflexão o autor dessa charge propõe? Para responder, considere o título da charge.

2. A charge coloca em questão a confiabilidade dos sistemas de Inteligência Artificial ao representar uma situação em que um acordo foi estabelecido mediante o entendimento de que estava sendo resolvido por pessoas (e não máquinas).

3 Converse com os colegas sobre as questões a seguir.

a. Vocês já precisaram lidar com mecanismos de respostas automáticas ao utilizar a central de atendimento de bancos ou de outros serviços? Se sim, como foi a experiência?

3 a. Possivelmente, parte dos estudantes já lidou com *chatbots* e pode ter sentido dificuldade na comunicação.

b. É possível comparar esse tipo de experiência à situação representada na charge? Expliquem.

3 b. Na charge, as personagens não percebem que os robôs se fazem passar por humanos. Na experiência pessoal, os estudantes podem ter interagido com essas ferramentas sem, necessariamente, dar-se conta do uso de Inteligência Artificial.

Orientações

A charge apresentada nesta seção foi publicada em 2017, no contexto de uma entrevista do diretor da Organização Mundial do Comércio sobre como o uso de Inteligência Artificial poderia contribuir para o crescimento do comércio internacional, por meio do uso desses instrumentos na avaliação de riscos, em inspeções de documentos e mercadorias e em outros aspectos do comércio exterior.

Ao explorar a charge com os estudantes, incentive-os a fazer inferências sobre os personagens representados e o ambiente em que eles se encontram.

Complemento das respostas

1. Enfatize que a expressão de alívio emitida pelo robô no segundo quadro também representa uma quebra de expectativa, porque normalmente se assume que robôs não possuem emoções.

2. Explore os elementos que levaram os personagens humanos a expressar a confiança de que os negociadores (que eram robôs) fossem humanos também, destacando o uso do disfarce. Questione-os em que medida e por quais motivos existem ferramentas de Inteligência Artificial que procuram simular interações e até mesmo a linguagem humana.

3. Além dos *chatbots* utilizados nos serviços de atendimento, os estudantes também podem ter tomado contato com ferramentas de Inteligência Artificial por meio de: corretores ortográficos instalados em celulares, filtros de vídeos e de imagens em aplicativos de redes sociais, câmeras de vigilância e semáforos inteligentes, reconhecimento facial para acessar lugares e desbloquear aparelhos, aplicativos que traçam rotas, assistentes virtuais por voz, mecanismos de busca na internet, serviços de identificação de músicas por áudio, serviços de identificação de imagens e recomendações de produtos ou de conteúdos na internet. É possível que eles já tenham contato com a Inteligência Artificial, mas não tenham a dimensão disso.

MODERNA

Capítulo 6

Este capítulo aborda o trabalho na contemporaneidade e seu papel na economia. Ele também discute a economia do cuidado, o trabalho infantil e o trabalho forçado, além de incentivar reflexões sobre as habilidades exigidas dos trabalhadores na atualidade e as chamadas "profissões do futuro".

Espera-se que, por meio da análise da fotografia e das questões propostas na abertura, os estudantes identifiquem diferenças entre a produção manual de livros e a que utiliza máquinas de impressão. Se fazer a cópia manual de um livro era um trabalho que podia durar meses, nas gráficas os livros são produzidos aos milhares em um curto período.

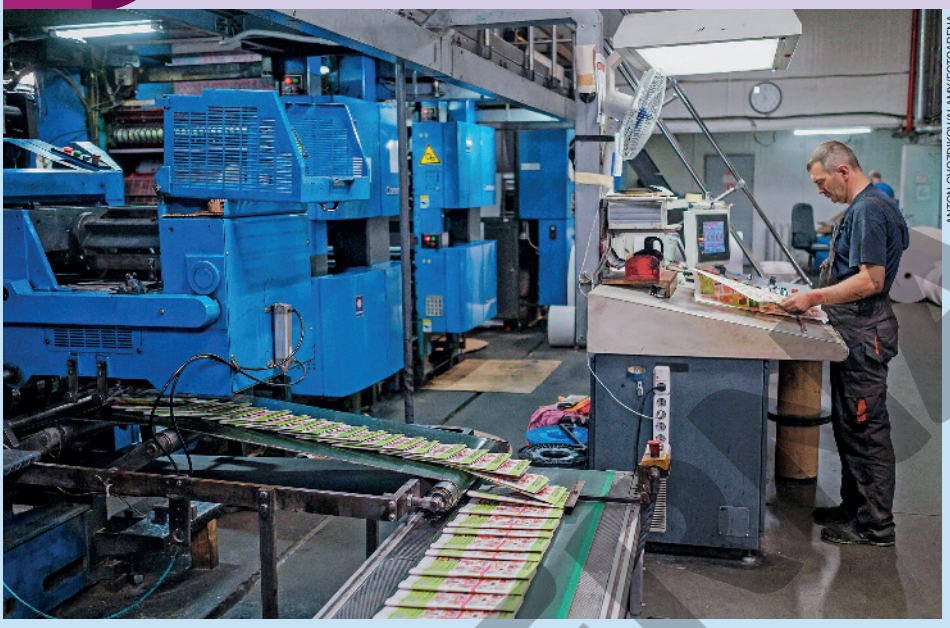
Incentive-os a identificar técnicas, tecnologias e saberes presentes nas atividades cotidianas deles e a analisar os impactos delas.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: precarização do trabalho; economia do cuidado; trabalho infantil; trabalho forçado; trabalho análogo à escravidão; servidão por dívidas; o trabalho contemporâneo e o futuro do trabalho.

CAPÍTULO 6

Desafios atuais e perspectivas para o trabalho



ANTON GVOZDIKOV/ALAMY/FOTOARENA

Interior de uma gráfica na cidade de Vilnius, Lituânia, 2022.

Neste capítulo você vai:

- identificar a importância do trabalho e do trabalhador;
- comparar diferentes formas contemporâneas de trabalho;
- conhecer as características do trabalho análogo à escravidão e da servidão por dívidas;
- refletir sobre as tecnologias aplicadas ao mundo do trabalho.

Apesar de o avanço da tecnologia eliminar empregos em muitas funções, o trabalho dos seres humanos continua fundamental para a produção de bens e serviços: praticamente todos os produtos utilizados no dia a dia foram feitos por pessoas que investiram tempo, criatividade e esforço para isso. A própria tecnologia é um produto da inventividade humana.

Novos recursos tecnológicos, porém, impõem transformações na maneira de as pessoas trabalharem e no modo de vida delas. No passado, por exemplo, antes da invenção da imprensa, os livros eram copiados manualmente, um por um. E, atualmente, como os livros são confeccionados? De que maneira essa mudança impactou na vida dos trabalhadores envolvidos em sua produção? Você saberia dar exemplos de outras transformações tecnológicas?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Avaliação diagnóstica

- A invenção de novas tecnologias impacta as atividades de trabalho? Se sim, de que forma?
- O que são condições de trabalho precárias? Explique sua resposta com exemplos.

As questões permitem avaliar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre temas do capítulo. A resposta à primeira questão deve contemplar exemplos de tecnologias que modificaram as práticas profissionais (por exemplo, o uso da internet para a comunicação) e a extinção de algumas profissões. Na segunda atividade, verifique se eles comentam aspectos como a instabilidade no emprego, baixos salários e ausência de direitos trabalhistas, como férias remuneradas e aposentadoria. Com base nas respostas, será possível diagnosticar as principais ideias equivocadas a serem ressignificadas no decorrer das aulas, auxiliando no planejamento.

A importância do trabalho e do trabalhador

Em geral, quando as pessoas dizem "preciso trabalhar", significa que vão realizar atividades em troca de compensação. Nos dias de hoje, a compensação é dada principalmente na forma de pagamento. A remuneração por essas atividades, que demandam tempo e esforço, deve garantir um local de moradia, a compra de alimentos, de roupas e de itens de higiene e proporcionar momentos de lazer. Por isso, o trabalho é considerado um direito de todos os seres humanos.

BERND WEISSBROD/PICTURE ALLIANCE/GETTY IMAGES

Trabalhadora em uma fábrica de roupas em Bietigheim-Bissingen, Alemanha, 2023. Além de ambientes de trabalho organizados e seguros, os trabalhadores devem receber tratamento igualitário e remuneração adequada.

Trabalho e desenvolvimento pessoal

Para conseguir ocupar um cargo ou exercer uma função específica em determinada instituição ou empresa, as pessoas são encorajadas a aprender e a aprimorar habilidades, a desenvolver projetos e a definir objetivos relacionados ao trabalho.

Em geral, trabalhar exige interação com outras pessoas. Por meio das relações de trabalho, as pessoas podem desenvolver o senso de comunidade e aprender a respeitar as diferenças. As tensões e os conflitos surgidos nessas relações também são fontes de aprendizado.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Explore a fotografia reproduzida na página com os estudantes. Peça a eles que comentem se entendem que a trabalhadora retratada está em um ambiente adequado e em uma situação de trabalho digno. Eles também podem ser incentivados a indicar quais habilidades essa trabalhadora teve de desenvolver para exercer essa função.

Com base nas respostas da turma, é possível identificar o que os estudantes consideram condições justas e dignas de trabalho. É possível mencionar: remuneração adequada, ambiente de trabalho saudável, limitação das jornadas de trabalho, respeito às licenças médicas e acesso à previdência social, entre outros.

Após a identificação desses elementos, pode-se incentivar os estudantes a redigir um pequeno texto definindo o que é o trabalho digno, como forma de consolidar suas aprendizagens.

MODERNA

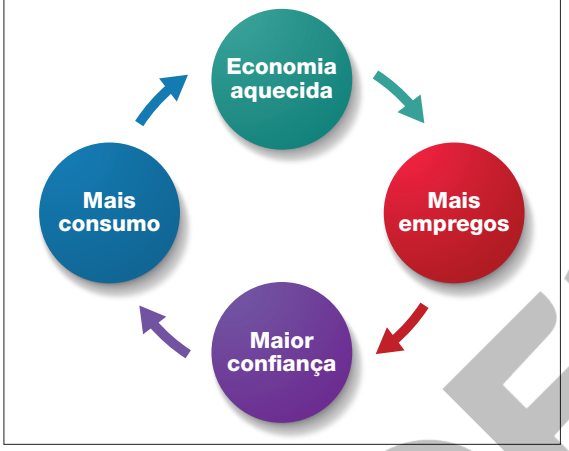
Orientações

Nesta página, o trabalho é analisado sob a perspectiva da macroeconomia no sistema capitalista, sendo associado à produção de riquezas. Nesse sentido, o pleno emprego é relacionado ao consumo. Entretanto, vale ressaltar com os estudantes que as riquezas produzidas pelo trabalho não têm sido distribuídas de maneira equitativa. Além disso, vale pontuar com a turma a diferença entre consumo e consumismo, explicando que consumismo é a prática da compra de forma ilimitada e sem muito critério. Nos dias de hoje, cada vez mais se entende que o ciclo da economia deve incorporar práticas de produção e consumo sustentáveis à produção de riquezas.

O trabalhador e a economia

O desemprego é um dos indicadores que revelam o desempenho econômico de um país. Garantir emprego é importante porque o trabalhador produz riqueza e, quanto mais pessoas trabalham, maior é a quantidade de indivíduos que podem consumir produtos e serviços. Esse ciclo estimula o desenvolvimento das atividades econômicas, como a agropecuária, a indústria e o comércio. Por isso, o trabalho não é importante apenas para a sobrevivência dos trabalhadores, mas também para a economia de uma localidade e para a existência das instituições e empresas que os contratam.

Emprego e economia



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: MANGUEIRA, Celso. Confiança e economia: consumo, investimento, crescimento, desemprego. **Conselho Federal de Economia**, 13 jun. 2019. Disponível em: https://www.cofecon.org.br/2019/06/13/artigo-confianca-e-economia-consumo-investimento-crescimento-desemprego/. Acesso em: 5 mar. 2024.

1 É muito comum que as pessoas deixem de consumir um produto ou serviço por não terem condições econômicas de pagar por ele.

a. Qual é a relação dessa situação com a economia?

1 a. Os estudantes devem perceber que as causas dessa situação não resultam apenas de uma condição individual, mas da situação da economia de uma maneira geral.

b. Considerando a resposta da atividade anterior, reflita sobre a questão: em que medida os trabalhadores são importantes para as empresas?

1 b. Os trabalhadores são importantes para as empresas por fazerem parte diretamente da produção e por serem consumidores em potencial.

2 Desenhe no caderno um ciclo similar ao desta página, mas que comece com "economia desaquecida", alterando os termos que você julgar necessários.

2. O ciclo pode conter as seguintes etapas: economia desaquecida → menos empregos → menos confiança → redução do consumo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

Complemento da resposta

1. O uso do crédito bancário para a compra de produtos ou serviços também pode ser problematizado nessa atividade. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em dezembro de 2023, cerca de 76% das famílias brasileiras tinham dívidas a vencer e 29% das famílias estavam inadimplentes (BRASIL, Cristina Índio do. Endividamento atinge 76,6% das famílias brasileiras, mostra CNC. **Agência Brasil**. 4 dez. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/endividamento-atinge-766-das-familias-brasileiras-mostra-cnc. Acesso em: 12 mar. 2023).

Se achar conveniente, estimule uma conversa sobre o endividamento por compras em cartão de crédito, ressaltando que os juros cobrados pelos bancos para empréstimos são muito elevados; é muito difícil que os consumidores tenham condições financeiras de quitar essas dívidas. O tema pode ser abordado em parceria com a área de Matemática.

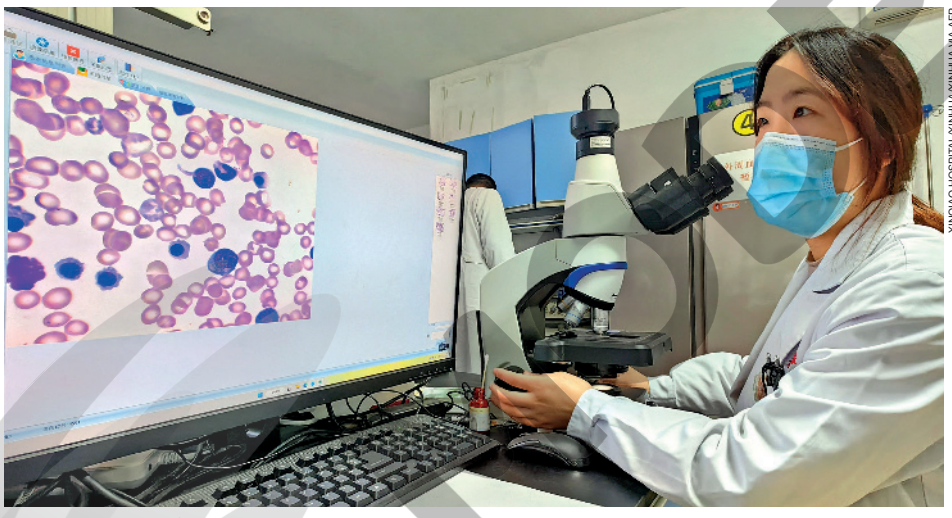
O trabalho na contemporaneidade

A partir dos anos 1970, as transformações sociais decorrentes das tecnologias de comunicação levaram estudiosos a afirmar que passamos a constituir uma "sociedade da informação". Hoje, as pessoas estão integradas por ferramentas de comunicação instantânea, e informações de todo o planeta podem chegar às pessoas rapidamente quando elas têm em mãos um celular com acesso à internet.

No mundo do trabalho, as tecnologias que marcam a sociedade da informação também causaram impactos decisivos. Entre eles, está a substituição de profissionais por máquinas.

No campo, diversas atividades da agricultura e da pecuária passaram a ser feitas com o uso de máquinas. Nas cidades, por causa do aumento da realização de compras pela internet, algumas lojas foram fechadas, reduzindo o número de vendedores. Em muitos casos, o atendimento ao consumidor por telefone foi substituído por menus interativos que utilizam vozes sintéticas ou robôs, com o intuito de resolver problemas sem a comunicação direta entre pessoas.

Mesmo tarefas consideradas difíceis de automatizar trinta anos atrás estão sendo substituídas. A tecnologia pode contribuir até mesmo para o diagnóstico de doenças: programas de computador que utilizam Inteligência Artificial alimentados com informações sobre milhares de diagnósticos de pacientes anteriores podem reconhecer semelhanças entre os resultados dos exames e indicar tratamentos possíveis para novos pacientes.



XINQIAO HOSPITAL/XINHUA/XINHUA VIA AFP

Trabalhadora verificando os resultados de uma análise de células sanguíneas obtidos por um modelo de Inteligência Artificial em laboratório em Chongqing, China, 2023.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Ao tratar do trabalho na contemporaneidade, um tema central é a substituição do trabalho humano por máquinas e equipamentos, processo que culminaria com o aumento do desemprego estrutural, que se caracteriza pelo desemprego causado por mudanças estruturais na economia devido a mudanças tecnológicas, políticas ou de concorrência entre as empresas. Na contemporaneidade, o desemprego estrutural tem sido apontado como uma possível consequência da substituição da força de trabalho humana por máquinas, sobretudo entre as profissões manuais. Com o surgimento da Inteligência Artificial generativa, porém, o pressuposto de que o trabalho intelectual não será tão afetado pela automatização tem sido questionado.

PROVA

Orientações

A sociologia do trabalho vem demonstrando o crescimento de uma condição relacionada à precarização do trabalho: o surgimento de uma classe trabalhadora denominada infoproletariado. Para os sociólogos brasileiros Ricardo Antunes e Ruy Braga, trata-se de uma modalidade de trabalho que:

> [...] articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação do teleoperador, ao modo da flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador; associa o serviço em grupo com a individualização das relações trabalhistas, estimula a cooperação ao mesmo tempo que fortalece a concorrência [...].
>
> ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 10.

Entre os infoproletários, podem-se incluir os trabalhadores de *telemarketing* e de *call centers*, os programadores de *softwares* e todos os trabalhadores que utilizam tecnologias digitais como as principais ferramentas de trabalho.

A precarização do trabalho

A substituição do trabalho humano pelo de máquinas pode levar à conclusão de que o trabalho deixará de existir ou que perderá boa parte de sua importância. Entretanto, as transformações tecnológicas produziram novas formas e relações de trabalho, criadas ou alteradas pelas novas tecnologias.

Ao clicar no botão "comprar" em uma loja virtual, por exemplo, você pode não recordar que o processo de inclusão dos dados dos produtos no *site* da loja e a criação do próprio *site* são resultado do trabalho humano. A confecção, a embalagem, o transporte e a entrega do produto também são resultado de uma cadeia de trabalho humano.

Em muitos casos, porém, essa cadeia envolve relações precárias de trabalho. A palavra *precário* denomina algo que é de baixa qualidade, inseguro e instável.

CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Venda ambulante de roupas no município de Teresina, estado do Piauí, 2022. Sem direitos trabalhistas, os vendedores ambulantes trabalham de maneira precarizada.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, em geral, o **trabalho precarizado** apresenta como características:

- instabilidade no emprego;
- ausência de organizações que possam representar os trabalhadores, como os sindicatos;
- falta de legislação trabalhista;

Atividade complementar

Para favorecer a compreensão do conceito de precarização do trabalho, peça aos estudantes que comparem as condições de trabalho dos entregadores e motoristas que atuam por meio de plataformas digitais com as características do trabalho precarizado apresentadas pela Organização Internacional do Trabalho (páginas 90 e 91).

A comparação oferecerá subsídios para que os estudantes articulem a teoria com a prática e desenvolvam o pensamento crítico.

3. Os trabalhadores não têm acesso à seguridade social e aos direitos trabalhistas (não recebem férias, 13º salário etc.), trabalham muitas horas por dia comprometendo a saúde e não dispõem de um local para fazerem as refeições nem têm acesso a banheiro.

- valor insuficiente do salário, insegurança em recebê-lo e pouca perspectiva de aumento e promoções;
- acesso limitado ou inexistente a benefícios como plano de saúde, férias remuneradas, aposentadoria, entre outros;
- falta de oportunidade para desenvolver novas habilidades;
- nível reduzido de autonomia do trabalhador.

Para entender melhor o que é trabalho precarizado, leia o trecho de uma reportagem sobre uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a respeito de entregadores e motoristas que trabalham por meio de plataformas digitais no Brasil.

> Além de não contarem com [...] seguridade social ou com a proteção da lei quanto a seus direitos trabalhistas, essas pessoas enfrentam jornadas de trabalho extensas (motoristas de aplicativos trabalham em média sete horas a mais por mês e entregadores, 4,8 horas) que comprometem sua saúde mental e física, levando-os a um cenário de esgotamento antes mesmo de chegarem à idade de aposentadoria – à qual tampouco terão acesso. "Trata-se de uma realidade trágica com uma perspectiva tenebrosa", sentencia Antunes [Ricardo Antunes, fundador e coordenador do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses, ligado à Unicamp]. "Os trabalhadores entregadores, por exemplo, não têm lugar para almoçar e nem instalações sanitárias disponíveis [...]".
>
> GARCIA, Mariana. Pesquisa inédita do IBGE radiografa precarização de plataformizados. **Jornal da Unicamp**, 25 out. 2023. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/10/25/pesquisa-inedita-do-ibge-radiografa-precarizacao-de-plataformizados. Acesso em: 5 mar. 2024.

Com base nas condições de trabalho descritas no trecho da reportagem, é possível refletir sobre a relação entre as grandes companhias de tecnologias digitais e as formas de trabalho precário.

3 Releia a reportagem e identifique as condições de trabalho relatadas. Depois, converse com os colegas: de que maneira cada uma dessas condições pode prejudicar os trabalhadores?

4 Vocês conhecem alguém que passa ou já passou por uma situação similar? Reflitam sobre possibilidades de melhorar essa situação.

ODS 8

4. Os estudantes podem comentar diferentes contextos de dificuldade no trabalho vividos por pessoas que eles conheçam. A melhoria da situação deve envolver a garantia de acesso a direitos trabalhistas para esses trabalhadores.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Em março de 2023, em meio à disseminação do trabalho por demanda realizado por meio de plataformas digitais, o governo federal brasileiro enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional propondo a criação de uma nova categoria profissional: o trabalhador autônomo por plataforma. De acordo com o projeto, os trabalhadores dessa categoria não seriam enquadrados na Consolidação das Leis do Trabalho, mas teriam acesso a alguns benefícios, como participação no Instituto Nacional do Seguro Social, um piso de remuneração por hora e ganho equivalente a pelo menos um salário-mínimo por mês. Essa e outras medidas têm sido tomadas na tentativa de regulamentar essa nova modalidade de relação trabalhista.

As atividades 3 e 4 podem ser utilizadas para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes. Por meio delas, é possível verificar se eles identificam condições relacionadas à precarização do trabalho e o impacto de tais condições na vida dos trabalhadores. Na atividade 4, acolha os relatos dos estudantes e incentive-os a ouvir as reflexões dos colegas de maneira respeitosa.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Ao incentivar os estudantes a identificar as condições do trabalho precarizado e seus impactos na vida dos trabalhadores, as atividades 3 e 4 associam-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 – Trabalho decente e crescimento econômico.

MODERNA

Orientações

Ao longo das últimas três décadas, o trabalho de cuidado de pessoas e de moradias tornou-se objeto de pesquisas científicas de diversas áreas, como economia, antropologia, psicologia e filosofia. Os estudos realizados promovem o reconhecimento de que eles são fundamentais para a garantia do bem-estar coletivo.

Para a Organização das Nações Unidas, o reconhecimento dos trabalhos da economia do cuidado realizado sobretudo por mulheres deve se dar por meio da disponibilização de serviços públicos (como creches, centros de cuidados para idosos e outros), de políticas de proteção social (como benefícios previdenciários compatíveis com as necessidades das pessoas em situação vulnerável) e do compartilhamento da responsabilidade sobre essas tarefas (com a finalidade de reduzir as desigualdades de gênero).

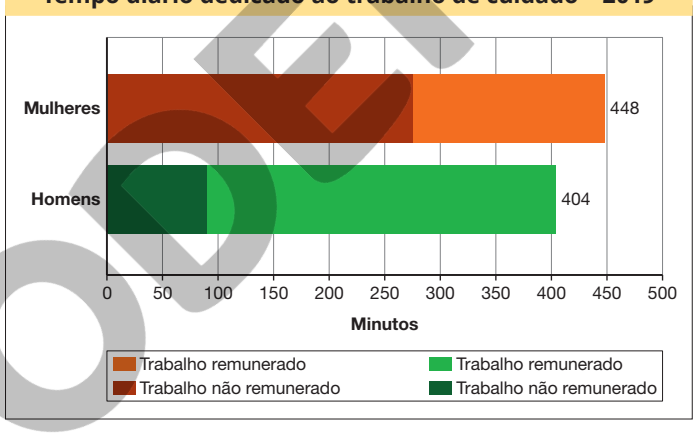
A economia do cuidado

Todo trabalho é importante para a sociedade. No entanto, isso não significa que todas as atividades são remuneradas. As tarefas de cuidar de crianças, de idosos ou de pessoas doentes ou com deficiências, e de cozinhar, organizar e limpar as moradias são alguns exemplos de trabalhos que, quando feitos por um membro da família, geralmente, não são remunerados.

No Brasil e em outros países do mundo, essas tarefas são, em geral, exercidas por mulheres no interior do espaço doméstico. Essas tarefas são importantes tanto para a sociedade quanto para a economia, pois atendem às necessidades básicas de alimentação, saúde e higiene e permitem que as pessoas possam se dedicar aos estudos e ao trabalho fora de casa.

Como a maioria dos países não contabiliza a riqueza produzida pela **economia do cuidado**, quando as mulheres trabalham apenas nessas tarefas, elas permanecem excluídas do mercado formal de trabalho e da legislação que protege os trabalhadores. Se exercem trabalho remunerado fora de casa, arcam com a jornada dupla ou até tripla.

Tempo diário dedicado ao trabalho de cuidado – 2019



Fonte: QUEIROZ, Christina. Economia do cuidado. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 299, jan. 2021. p. 35.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em países como o Brasil, onde os serviços públicos em geral são pouco eficientes, há uma demanda significativa por trabalhos de cuidado. Como resultado de uma cultura que ainda atribui às mulheres o papel de cuidadora, é comum que as mulheres dediquem mais tempo que os homens às atividades de cuidado não remuneradas, como mostra o gráfico.

Atividade complementar

Para articular a teoria com a realidade concreta dos estudantes, peça a cada um que produza uma ficha anônima com o registro do número de horas que dedica às tarefas de cuidado e a afazeres domésticos ao longo de uma semana. Solicite a cada um que identifique na própria ficha características como gênero, se tem ou não filhos e netos ou se cuida de outras pessoas – como avós, pais e irmãos. Combine com a turma uma data para a análise das fichas em sala de aula.

Se achar conveniente, tabule os dados da classe. Eles podem ser analisados coletivamente ou ainda comparados com os dados nacionais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. Para encerrar a atividade, peça aos estudantes que proponham soluções para as possíveis desigualdades observadas.

Trabalho infantil

Até o século XIX, não havia compreensão das necessidades específicas das crianças, como as de brincar, ir à escola e ter opções de lazer adequadas à sua faixa etária. As crianças eram forçadas a realizar trabalhos de todo tipo, ainda que fossem extenuantes, degradantes e indignos.

Hoje, no Brasil, o trabalho de menores de 14 anos é proibido e jovens entre 14 e 16 anos podem trabalhar apenas na condição de aprendiz. A legislação estabelece condições especiais aos aprendizes: o trabalho deles deve permitir, por exemplo, que frequentem a escola e não pode ser realizado no período noturno.

Mesmo assim, milhões de crianças são obrigadas a trabalhar no país. Essa realidade decorre principalmente da pobreza. Distanciar as crianças da escola reforça ainda mais o ciclo de empobrecimento das famílias.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Brasil: população em situação de trabalho infantil – 2016 a 2022

Ano	População total de pessoas de 5 a 17 anos	População em situação de trabalho infantil
2016	40,6 milhões	2,11 milhões
2017	39,9 milhões	1,95 milhão
2018	39,3 milhões	1,91 milhão
2019	38,8 milhões	1,76 milhão
2022	38,4 milhões	1,88 milhão

Fonte: NERY, Carmen; CABRAL, Umberlândia. De 2019 para 2022, trabalho infantil aumentou no país. **Agência IBGE Notícias**, 20 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais. Acesso em: 5 fev. 2024.

5 Interprete o gráfico da página 92. Depois, leia o texto a seguir e identifique as palavras entre parênteses que o completam corretamente.

5. Mais; maior; maior.

> No mundo, em 2019, as mulheres gastavam (mais/menos) tempo com o trabalho de cuidado do que os homens. Além disso, a (maior/menor) parte do tempo que elas gastavam nesse trabalho não era remunerado. Com os homens, a situação era inversa: eles eram remunerados pela (maior/menor) parte do tempo gasto com o trabalho.

6 O que a tabela desta página revela sobre o trabalho infantil no Brasil? O que poderia explicar essa situação? Converse com os colegas e argumente sobre como isso pode ser superado.

ODS 8

6. Entre 2016 e 2019, o número de crianças em situação de trabalho infantil diminuiu, mas voltou a aumentar em 2022, o que pode ser explicado pelo empobrecimento das famílias.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho e o Unicef, em 2020, 160 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos eram vítimas de trabalho infantil no mundo (International Labour Office and United Nations Children's Fund. **Child Labour**: Global estimates 2020, trends and the road forward. ILO/Unicef: New York, 2021. p. 8).

Ao incentivar os estudantes a refletir sobre o trabalho infantil e a argumentar sobre os meios de erradicá-lo no Brasil, a atividade 6 contribui para reflexões sobre os compromissos relacionados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 – Trabalho decente e crescimento econômico.

Orientações

Muitas crianças e adolescentes submetidos a trabalho infantil no Brasil são empregados em atividades consideradas prejudiciais à saúde e à segurança. Essas atividades fazem parte da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, instituída pelo governo federal brasileiro pelo decreto nº 6.481/2008 para regulamentar os trabalhos mais degradantes às crianças e aos adolescentes de acordo com a Organização Internacional do Trabalho.

Entre esses trabalhos, destacam-se: a operação de máquinas agrícolas, a produção de tabaco, de cítricos e de cana-de-açúcar, a aplicação de agrotóxicos, atividades sujeitos a atmosferas tóxicas e explosivas, a extração e o beneficiamento de minerais, a produção de carvão vegetal e os trabalhos domésticos e de cuidado de crianças e de pessoas idosas.

Complemento da resposta

6. Apesar da diminuição dos casos entre 2016 e 2019, milhões de crianças e adolescentes nesse período ainda eram submetidos ao trabalho infantil no Brasil. O registro de casos aumentou em 2022. Para a superação dessa situação, os estudantes podem considerar ações como a priorização da educação das crianças, a mobilização social sobre o tema, a denúncia dos casos e a erradicação da pobreza.

MODERNA

Orientações

Explique aos estudantes que o trabalho forçado é aquele ao qual uma pessoa é submetida sem que tenha se oferecido espontaneamente ou aquele em que se é forçado a trabalhar sob ameaça. Essas condições podem ser impostas por Estados, autoridades militares, agentes privados e empresas.

Entre os exemplos de situações de trabalho forçado, podem ser considerados: a retenção dos documentos e dos salários dos trabalhadores para forçá-los a permanecer em uma situação não desejada, as ameaças – como a de denunciar trabalhadores migrantes às autoridades de imigração para mantê-los em uma situação de trabalho que restrinja liberdades –, o tráfico de pessoas para serviços sexuais forçados e a intimidação dos trabalhadores por meio da manipulação de dívidas fraudulentas supostamente contraídas pelos trabalhadores com o empregador.

Discuta os fatores de vulnerabilidade social apresentados no quadro, questionando em que medida eles estão relacionados às desigualdades sociais, como as de gênero e de rendimentos.

Trabalho forçado

A Organização Internacional do Trabalho define o **trabalho forçado**, também chamado compulsório, como aquele que foi aceito sem a vontade da pessoa e que é realizado sob ameaça.

Essa definição tem como pano de fundo os valores contemporâneos de dignidade e justiça social e o princípio da não discriminação. Também é motivada pela ideia de que as pessoas têm o direito de escolher livremente o próprio emprego e de receber uma remuneração justa e satisfatória. Em geral, as pessoas submetidas a trabalhos forçados se encontram em situação de **vulnerabilidade**, ou seja, estão expostas a riscos.

O Índice de Vulnerabilidade Social, medido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, considera diversos elementos no domicílio das pessoas para identificar o nível de vulnerabilidade de seus moradores. Quando o Índice de Vulnerabilidade Social é alto, as pessoas tendem a estar mais sujeitas a condições de trabalho forçado, mal remunerado ou nocivo à saúde. Os fatores investigados pela pesquisa do instituto estão listados no quadro a seguir.

Indicadores de Vulnerabilidade Social

Infraestrutura urbana	Capital humano	Renda e trabalho
– Falta de coleta de lixo. – Abastecimento de água e coleta de esgoto inadequados. – Tempo de deslocamento casa-trabalho maior do que uma hora.	– Mortalidade infantil. – Crianças com idade de 0 a 5 anos fora da escola. – Crianças com idade de 6 a 14 anos fora da escola. – Pessoas que não estudam, não trabalham e têm baixa renda. – Mulheres com idade de 10 a 17 anos que tiveram filho. – Mãe sem Ensino Fundamental e com filho menor de 15 anos de idade. – Analfabetismo de pessoas com 15 anos de idade ou mais. – Crianças em domicílio em que ninguém tem o Ensino Fundamental completo.	– Domicílios com renda por pessoa igual ou menor que um salário mínimo e dependente de idosos. – Desocupação de pessoas com mais de 18 anos de idade. – Pessoas com idade entre 10 e 14 anos que trabalham.

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros**. Brasília (DF): Ipea, 2015. p. 20.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Atividade complementar

Peça aos estudantes que elaborem uma lista no caderno com exemplos de situações que caracterizam o trabalho forçado.

Os estudantes devem compartilhar suas listas com dois colegas e comparar as situações que indicaram. Esse momento pode ser produtivo para dar suporte aos estudantes no processo de escrita. Discuta com a turma os critérios utilizados para identificar as situações de trabalho forçado. Por fim, peça que identifiquem se as situações listadas por eles estão relacionadas aos Indicadores de Vulnerabilidade Social.

Modalidades de trabalho forçado

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho forçado pode se apresentar na forma de **trabalho análogo à escravidão** ou de **servidão por dívidas**. Muitas vezes, envolve também o tráfico de pessoas, que movimenta altos valores em dinheiro no mundo. Todas essas práticas são criminosas, e frequentemente o trabalhador é submetido a todas essas condições por um mesmo empregador.

De acordo com a lei brasileira em vigor, o trabalho análogo à escravidão é aquele em que o indivíduo é submetido a trabalho forçado, assim como a condições extenuantes e degradantes de trabalho, e impedido de se locomover livremente por causa de dívidas contraídas com o empregador. A palavra *análogo* significa "semelhante". Portanto, as práticas de trabalho análogo à escravidão que ocorrem atualmente têm semelhanças com as que ocorriam durante o regime de escravidão, que durou até 1888 no Brasil, mas também têm diferenças, como o fato de ser proibida por lei e o uso do endividamento para obrigar os trabalhadores a continuarem trabalhando.

O Ministério do Trabalho e Emprego divulga periodicamente uma lista pública dos empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão. Esse ministério também fiscaliza as condições dos trabalhadores de empresas em áreas urbanas e rurais e dá assistência às pessoas resgatadas dessa condição.

Cartaz do Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal e do Tocantins para campanha de conscientização sobre o trabalho análogo à escravidão no Brasil, 2018.

OBJETO DIGITAL *Podcast*: O trabalho análogo à escravidão

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objeto digital

Podcast com o jornalista Leonardo Sakamoto sobre as relações do trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo.

Orientações

No Brasil, mais de 56 mil trabalhadores foram resgatados de condições análogas à de escravidão até 2020 e estima-se que, em 2021, 50 milhões de pessoas eram vítimas dessa condição de trabalho no mundo (SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Atuação da Inspeção do Trabalho no Brasil para a Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo**. Balanço 2020. SIT/OIT: Brasília (DF). p. 13, 15-26; INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION; WALK FREE; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Global estimates of modern slavery**: forced labour and forced marriage. ILO/Walk free/IOM: Genebra: 2022. p. 1).

Em 2020, a maior parte dos trabalhadores resgatados dessas condições no Brasil foi encontrada em Minas Gerais, no Distrito Federal e no Pará.

Muitos haviam sido vítimas do tráfico humano. A maior parte eram homens, jovens, negros, com baixa escolaridade ou analfabetos. Indígenas, migrantes de origem andina e trabalhadores domésticos também foram considerados grupos vulneráveis.

Complemento das respostas

Recomenda-se utilizar as atividades da página para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre trabalho forçado, trabalho análogo à escravidão e servidão por dívidas.

7. Para criar o esquema, os estudantes podem usar verbos ou frases que caracterizem as ações dos agentes, como na sugestão a seguir. Empregador: desrespeita os direitos básicos dos trabalhadores e utiliza de violência, ameaça e apreensão de documentos para retê-los. Recruta trabalhadores por meio do "gato". "Gato": convence pessoas a aceitar propostas enganosas de trabalho e os desloca até o local.

8. Reforce aos estudantes que qualquer uma das características destacadas no cartaz pode configurar trabalho análogo à escravidão. Explore exemplos de cada uma delas: servidão por dívida (trabalho forçado para pagar valores cobrados por alimentação, alojamento e uso de ferramentas); jornada exaustiva (jornada acima dos limites previstos por lei, sem os intervalos de descanso adequados); condições degradantes (como alojamentos insalubres e uso de instrumentos precários); trabalho forçado (feito sob ameaça e contra a vontade do trabalhador).

10. Para a redação, pode-se orientar os estudantes a incluir no texto uma apresentação das características do trabalho análogo à escravidão.

Conhecer e combater o trabalho forçado

7. Espera-se que os estudantes utilizem setas ou traços para demonstrar as relações entre os agentes envolvidos.

Em geral, as pessoas submetidas ao trabalho forçado são enganadas por um **intermediário**, denominado informalmente de "gato". Ele as convence de que a proposta de emprego é boa, facilitando o deslocamento até o local de trabalho. Ao chegar lá, porém, o trabalhador encontra alojamento e alimentação precários, é castigado, ameaçado ou tem seus documentos apreendidos, o que o impede de fazer denúncias ou fugir. Além disso, o trabalhador pode ser obrigado a pagar ao empregador por alimento, roupas e até ferramentas de trabalho, adquirindo dívidas indevidas, que caracterizam a servidão por dívidas.

No Brasil, há registros de trabalho análogo à escravidão em serviços domésticos, agrícolas, industriais, na construção civil e em madeireiras e carvoarias.

8. Os estudantes devem explicar os termos *servidão por dívida*, *jornada exaustiva*, *condições degradantes* e *trabalho forçado*.

Como evitar situações de trabalho forçado

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, as seguintes iniciativas podem prevenir situações de trabalho forçado.

> 1) Duvide sempre de propostas de emprego fácil e lucrativo.
>
> 2) [...] antes de aceitar a proposta de emprego, leia atentamente o contrato de trabalho, busque informações sobre a empresa contratante [...].
>
> 6) [...] nunca deixe de se comunicar com familiares e amigos.
>
> Em caso de Trabalho Escravo, denuncie! Disque: 100.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Trabalho escravo. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/trabalho-escravo-e-trafico-de-pessoas/trabalho-escravo/. Acesso em: 5 fev. 2024.

9. O trabalhador deve ler o contrato de trabalho para não se comprometer com condições de exploração e manter contato com conhecidos para eles estarem atentos caso o contato cesse.

7 No caderno, faça um esquema para explicar a função do "gato" e do empregador no recrutamento de trabalhadores forçados.

ODS 8

8 Releia o cartaz da página 95 e explique com suas palavras as quatro características do trabalho análogo ao de escravizado mencionadas.

9 Releia as medidas de prevenção contra o trabalho forçado. De que forma elas contribuem para evitar essa situação? Converse com os colegas sobre outras iniciativas que também podem contribuir para isso.

10 No caderno, redija um texto sobre a importância das ações de conscientização sobre o trabalho análogo ao de escravizado.

10. As ações de conscientização são fundamentais para a prevenção do trabalho análogo ao de escravizado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Ao incentivar os estudantes a identificar as características do trabalho forçado e análogo à escravidão e valorizar as ações que o combatem, as atividades desta página contribuem com reflexões sobre as metas relacionadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 – Trabalho decente e crescimento econômico.

O futuro do trabalho

Ao longo dos séculos XIX e XX, as mobilizações de trabalhadores conquistaram uma série de direitos. No Brasil, mesmo com o crescimento da informalidade, muitos trabalhadores estão empregados com registro na carteira de trabalho, que garante o acesso a leis protetivas, previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Apesar das lutas por direitos, o trabalho precário, o trabalho forçado, o trabalho de mulheres cuidadoras que não recebem remuneração e o trabalho infantil persistem. Desde os anos 1970, alterações na organização das grandes empresas, a incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos e o enfraquecimento da legislação trabalhista vêm contribuindo para alterar as relações e as formas de trabalho.

Com a aceleração da invenção de novas tecnologias, na atualidade, os trabalhadores precisam desenvolver novas habilidades para manterem-se empregados. Entre elas, está a capacidade de continuar aprendendo, de adaptar-se a novas situações e de gerir o tempo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

11 Você já teve que desenvolver novas habilidades para realizar um trabalho? Em caso positivo, como elas impactaram sua vida pessoal e profissional?

11. Espera-se que os estudantes comentem habilidades que precisaram aprender no decorrer da vida para realizar novas tarefas ou conseguir algum emprego ou ocupação.

12 Acredita-se que uma das habilidades valorizadas no futuro será a busca de aprendizado constante. Nesse cenário, o setor da educação se tornará mais ou menos reconhecido que hoje? Reúna-se em grupo com os colegas e elaborem uma hipótese para responder à questão. Depois, apresentem as conclusões para a turma.

12. Diante da realidade de mudança constante, é fundamental que as pessoas tenham acesso a experiências educativas que promovam aprendizado constante. Desse modo, as hipóteses dos estudantes podem citar que o setor da educação será ainda mais reconhecido que hoje. Hipóteses em sentido contrário também são válidas, desde que os estudantes as justifiquem corretamente.

Orientações

A precarização e as transformações no mercado de trabalho deram origem a discursos segundo os quais a responsabilidade sobre a empregabilidade recai apenas sobre a iniciativa do trabalhador. Por isso, retome com os estudantes o fato de a empregabilidade estar inserida em contextos mais amplos, como a conjuntura econômica e as dinâmicas do mercado (como abordado na página 88 deste capítulo).

Complemento das respostas

11. Ressalte que a aquisição de novas habilidades é fundamental não apenas para tentar garantir um emprego, mas também para o desenvolvimento pessoal do indivíduo. Assim, ao responderem à atividade, os estudantes podem avaliar se algumas das habilidades desenvolvidas para realizar um trabalho também produziram desenvolvimento pessoal, como a capacidade de organização, a resiliência, o senso de coletividade etc.

12. Explique aos estudantes que uma hipótese é uma proposição que pode ou não ser válida, uma suposição – amparada em dados, informações e argumentos –, que ainda não foi confirmada ou verificada por experimentação. Para que elaborem as hipóteses coletivamente, sugira aos grupos que pesquisem dados sobre as formas de reconhecimento do setor da educação hoje e ao longo do tempo, como meio de, por exemplo, basear a hipótese em projeções futuras.

Complemento das respostas

13 a. Para a compreensão dos sentidos do cartum, é importante que os estudantes exercitem suas capacidades de inferência recorrendo aos seus conhecimentos prévios. Por isso, se preciso, faça mais perguntas que os ajudem a identificar as personagens e o cenário retratados. Incentive-os a reconhecer o cenário (setor de Departamento Pessoal), as personagens (entrevistador humano e candidato robô), a situação (entrevista de emprego) e a pergunta feita na entrevista ("Você tem boas habilidades humanas?").

13 b. Converse com os estudantes sobre como o efeito de humor desse cartum é derivado do uso da inversão, da criação de um "mundo às avessas", recurso amplamente empregado na produção humorística. Peça a eles que analisem como uma pergunta que pode ser corriqueira torna-se cômica conforme o contexto de enunciação; por exemplo, questionar um robô se ele tem "boas habilidades humanas".

O elemento humano nas profissões do futuro

As novas tecnologias e formas de organizar as atividades profissionais impõem desafios aos trabalhadores e revelam a importância do trabalho e da criatividade humana.

A intuição e as capacidades de lidar com o inesperado e de improvisar são características humanas exigidas em profissões que envolvem o cuidado de outros, que exigem senso estético e reflexão. São exemplos as ocupações relacionadas às áreas de saúde, educação, pesquisa e inovação, gestão de pessoas e de processos, artes, entre outras. Essas e outras atividades dos mais diferentes setores estão abertas à incorporação contínua de novas tecnologias e seguem se transformando segundo as demandas da sociedade e da inventividade humana.

FRANK & ERNEST, BOB THAVES © 2015
THAVES / DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION

Frank & Ernest, cartum de Bob Thaves, 2015.

13 Converse com os colegas sobre as perguntas.

a. Quem são as personagens do cartum e onde elas estão?

13 a. Trata-se de um homem de meia idade, funcionário de uma empresa ou instituição, realizando uma entrevista de emprego com um robô. Eles estão no setor chamado "departamento pessoal".

b. Qual é a ironia apresentada pelo autor do cartum? Explique.

13 b. Por meio da personagem que pergunta a um robô se ele tem boas habilidades humanas, o autor ironiza a capacidade da tecnologia e ressalta a importância das habilidades humanas no mundo do trabalho.

14 Considerando o que foi estudado sobre o futuro do trabalho, reflita sobre suas qualidades, dificuldades e potencialidades para atuar no mundo do trabalho. O que você gostaria de aprender, desenvolver ou aperfeiçoar? Converse com os colegas.

14. Espera-se que os estudantes reflitam sobre suas próprias qualidades e dificuldades com o objetivo de valorizarem suas experiências e planejarem possíveis aprendizados e mudanças.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

O cartum pode ser utilizado para introduzir a discussão sobre o trabalho humano em um cenário de intensas transformações tecnológicas relacionadas à automação. Depois da realização da atividade 13, converse sobre o trabalho de criação e de reflexão do cartunista que definiu um tema, uma fala, personagens, cenário, cores e estilo para melhor comunicar uma ideia por meio da arte.

MUNDO DIGITAL

Os influenciadores digitais

O desenvolvimento da internet foi acompanhado do surgimento de novas profissões. Uma das que mais chamam a atenção é a dos influenciadores digitais. Influenciador digital é uma pessoa que produz conteúdo na internet por meio de *blogs*, redes sociais, plataformas de áudio e de vídeo. Ele pode apresentar conteúdos relacionados a diferentes estilos de vida e temas, como maquiagem, culinária, esporte etc.

Para uma pessoa ser considerada influenciadora digital, leva-se em conta o número de seguidores que possui. Quanto mais seguidores ela tem, mais influente é. As empresas, por sua vez, aproveitam-se da visibilidade dos influenciadores e realizam parcerias para que eles exponham seus produtos. Não é por acaso que essas parcerias são chamadas de "publis" (da palavra *publicidade*).

Como essa profissão não tem regulamentação ou fiscalização, é fundamental que os usuários de internet verifiquem e confirmem os conteúdos apresentados pelos influenciadores. Sem controle dessa atividade, os usuários podem ser levados a acreditar em informações falsas ou manipuladas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Quais são os conteúdos mais consumidos por você na internet? Caso você não utilize a internet, cite os conteúdos que gostaria de acessar.

1. Os estudantes devem elencar hábitos e interesses no uso concreto ou possível da internet, resumindo-os em termos simples.

2 Converse com os colegas sobre as questões propostas.

a. Vocês já foram induzidos a acreditar em uma informação errada por seguir orientações de um influenciador digital?

b. O que poderia ter sido feito para evitar esse tipo de situação?

c. Vocês acreditam que o interesse dos influenciadores digitais em obter recursos com publicidade pode levar parte deles a divulgar conteúdos irrelevantes? Como vocês avaliam se um conteúdo é relevante?

2. Espera-se que os estudantes conversem sobre o teor dos conteúdos transmitidos pelos influenciadores, trazendo elementos relacionados a experiências pessoais ou reflexões a respeito do consumo desse tipo de material ou, ainda, estabelecendo analogias com outras situações que envolvem a suscetibilidade à influência alheia.

Orientações

Ao tratar dos influenciadores digitais, a seção procura contribuir para desenvolver o pensamento crítico dos estudantes em relação às mídias sociais.

Converse com a turma sobre as dinâmicas da difusão de conteúdo nessas mídias, que se baseia no uso de algoritmos e na classificação dos usuários, dos produtores de conteúdo e dos tipos de publicação. Os conteúdos produzidos pelos influenciadores digitais, por exemplo, são propagados nas redes sociais com base em métricas que estimam sua capacidade de provocar interesse e de reter os usuários na plataforma por mais tempo.

Complemento das respostas

1. Os estudantes podem expressar quais tipos de conteúdo mais consomem na internet e se acompanham algum influenciador digital.

2 a. É provável que existam tanto estudantes que não consomem conteúdos de influenciadores digitais quanto os que têm familiaridade com vários influenciadores. Por isso, exemplos de conhecimento público também podem ser considerados.

2 b. É importante que os estudantes identifiquem procedimentos de checagem de informações, como a consulta a outras fontes, principalmente órgãos oficiais e veículos de imprensa confiáveis.

2 c. A atividade não visa estabelecer juízo de valor sobre o conteúdo dos influenciadores digitais, mas chamar a atenção para o quanto a busca de arrecadação com publicidade pode direcionar conteúdos, questão que não se restringe às mídias sociais.

Prática integradora

Esta prática visa promover a reflexão sobre a incorporação de novas tecnologias no cotidiano dos trabalhadores, integrando conhecimentos de Ciências Humanas, Arte e Língua Portuguesa. O produto final é a elaboração de uma exposição de cartazes.

Objetivos

- Reconhecer a presença de novas tecnologias no mundo do trabalho.
- Analisar o uso de novas tecnologias no mundo do trabalho com base em uma experiência prática na localidade onde os estudantes vivem.
- Apresentar o resultado de uma prática de investigação por meio de um cartaz.

Orientações

Para iniciar a atividade, proponha as seguintes perguntas aos estudantes: "Em quais profissões o uso de novas tecnologias é essencial?"; "Que tipo de qualificação é necessária para desempenhar essas funções?"; "Quais são as principais tecnologias usadas no mundo do trabalho hoje?"; "Quais são as vantagens e as desvantagens do uso das tecnologias mencionadas?".

Se considerar necessário, retome os temas abordados no capítulo 4. O conceito de tecnologia não deve ser associado apenas a tecnologias digitais. Podem ser considerados conhecimentos sobre práticas, instrumentos e materiais usados em diversas atividades.

PRÁTICA INTEGRADORA

Tecnologia no trabalho

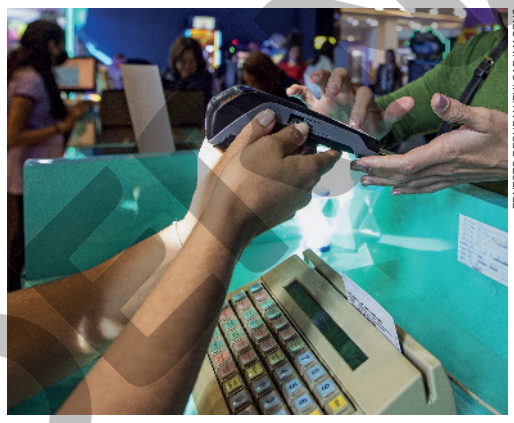
Algumas tarefas realizadas atualmente seriam diferentes sem o uso das tecnologias desenvolvidas nas últimas décadas. São inúmeras as profissões que dependem, por exemplo, de dispositivos conectados à internet.

Com base na sua realidade, que exemplos poderiam ser mencionados? Nesta prática, você vai refletir sobre como as tecnologias impactam a vida dos trabalhadores.

O que será feito

Você e os colegas farão uma **visita guiada** a um local de trabalho, combinada com o professor, para identificar como a tecnologia faz parte do dia a dia de trabalhadores. Ao final, será necessário organizar as informações coletadas para a realização de uma **exposição de cartazes**.

Os seguintes materiais podem ser utilizados: câmera fotográfica ou celular com câmera; caderno; cartolinas de diversas cores; papel sulfite; canetas coloridas; cola; fita adesiva; tesoura; cortiça, papelão ou papel *kraft*.



ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Pagamento em máquina de cartão em loja no município de Maringá, estado do Paraná, 2022. Hoje, muitos estabelecimentos fazem uso de máquinas conectadas à internet para receber pagamentos.

Organização da visita

1 Na sala de aula, com o apoio do professor, façam uma lista de diferentes locais nas proximidades da escola que poderiam ser visitados pela turma e onde existam trabalhadores que exercem diferentes funções. Pode ser, por exemplo, um mercado, uma agência bancária, uma repartição pública, a sede de uma empresa ou outro estabelecimento.

Ao organizar a prática, explique que uma visita guiada é uma visita orientada por uma pessoa do local, que apresenta informações sobre ele e conduz os visitantes. Avalie a disponibilidade local de instituições ou empresas que ofereçam guias que possam acompanhar os estudantes e apresentar a rotina dos trabalhadores, os equipamentos e as instalações.

Verifique previamente se os estudantes poderão fazer entrevistas, fotografias ou filmagens. Para a divulgação desses materiais nos cartazes, também será preciso autorização.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

2 Com o acompanhamento do professor, comparem vantagens e desvantagens de cada local em relação a localização, diversidade de funções de trabalho e possibilidade de acesso para a visita guiada. Em seguida, definam o responsável pelo contato com o estabelecimento para propor e agendar a visita.

3 Agendem uma data em que o maior número possível de colegas possa participar. Certifiquem-se de que os objetivos da visita fiquem claros para todos os envolvidos, bem como a sua duração e o tipo de interação que poderá haver entre vocês e os trabalhadores. É necessário ter autorização prévia para entrevistas e fotografar ambientes e pessoas.

4 No dia e horário combinado, alguns cuidados são essenciais, como a pontualidade e o respeito às regras do local.

Preparação da exposição de cartazes

1 Após a visita, em sala de aula, compartilhem suas impressões e seus registros. Juntos, respondam às questões: quais funções foram identificadas entre os trabalhadores do local? Quais delas eram executadas com o uso de tecnologia? Que impactos a tecnologia tem na rotina de trabalho dos funcionários?

2 Com base nas respostas, elaborem um cartaz para cada tipo de trabalho identificado, apresentando a função executada pelo trabalhador, os equipamentos utilizados por ele e os pontos positivos e negativos das tecnologias empregadas.

3 O cartaz deve apresentar textos claros e objetivos. Para isso, considerem a melhor maneira de transmitir as informações para os leitores.

4 Pensem em um título para a exposição.

5 Os cartazes deverão ser expostos em um local da escola com autorização para isso.

Avaliação

Converse com os colegas sobre as questões a seguir.

1 O resultado da atividade foi satisfatório? Se sim, de que forma?

2 Como a visita guiada contribuiu para a reflexão sobre a temática estudada?

3 Como foi a participação dos colegas? Todos contribuíram?

4 Em uma próxima experiência, o que poderia ser melhorado?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Recomenda-se mobilizar aprendizagens em Arte e Língua Portuguesa para a etapa de confecção dos cartazes. Acompanhe a redação dos textos pelos estudantes e procure garantir um ambiente de colaboração, em que todos fiquem à vontade para dialogar e participar do trabalho.

Oriente os estudantes a fazer um esboço do cartaz antes da confecção final com os materiais selecionados. A divisão das tarefas é muito importante: enquanto alguém escreve o texto, outro pode imprimir as fotografias, outros podem escrever as legendas etc.

Combine com a direção da escola o local e o período em que os cartazes poderão ficar em exposição.

Avaliação

Organize uma roda de conversa com os estudantes, procurando garantir um ambiente em que todos se sintam à vontade para se expressar.

Verifique o interesse dos estudantes em avaliar as contribuições para a execução dessa prática e de que modo as atividades realizadas, como a visita guiada e a produção do cartaz, ajudaram a articular a teoria com a prática, respeitando os diferentes perfis e as experiências de cada um.

MODERNA

Avaliação

Nesta seção, os estudantes vão responder a questões de múltipla escolha relacionadas a conteúdos abordados nas unidades 1 e 2. Poderão, assim, avaliar os conhecimentos adquiridos e se preparar para exames de certificação.

Respostas comentadas

1. A alternativa **a** está incorreta, pois o processo de desenvolvimento de centros urbanos no Brasil teve longa duração e não era um objetivo em si mesmo.

A alternativa **b** está correta, pois as atividades iniciais da colonização têm ligação com a exploração de um recurso natural (como pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, diamantes etc.).

A alternativa **c** está incorreta, pois, embora a colônia tenha recebido pessoas degredadas, a principal motivação da colonização foi a exploração de recursos naturais.

A alternativa **d** está incorreta, pois os povos indígenas foram perseguidos, escravizados, capturados e mortos em guerras durante o processo de colonização.

AVALIAÇÃO

Unidades 1 e 2

1 (Encceja – 2018)

É possível elaborar um quadro sobre cada fase da formação inicial do território brasileiro. Dando início com a ocupação da faixa litorânea, com poucos núcleos de fixação e economia baseada no extrativismo, e a tão próspera empresa açucareira, até a tão sonhada expansão territorial, introduzindo ainda mais a pecuária e atraindo um grande contingente de europeus e colonos em busca de metais preciosos.

OLIVEIRA, R. T.; SANTOS, F. K. S. O início da formação territorial brasileira: uma reflexão sobre o território em Suape. **Revista de Geografia**, n. 3, 2014 (adaptado).

A causa socioeconômica motivadora do processo de colonização descrito no texto é o(a) 1. Alternativa correta: b.

a. desenvolvimento de centros urbanos.

b. exploração de recursos naturais.

c. abrigo para refugiados políticos.

d. proteção para nativos indígenas.

2 (Encceja – 2019)

O termo quilombo vem expressar alguma necessidade de parte da sociedade brasileira de mudar o olhar sobre si própria, de reconhecer as diferenças que são produzidas como raciais ou étnicas. Através da luta e de uma complexa dinâmica iniciada no período colonial, o quilombo chega até os dias atuais para falar de algo ainda por se resolver, por se definir, que é a própria cidadania dos afrodescendentes quilombolas.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, n. 2, 2000.

Uma ação governamental para assegurar o atendimento da demanda histórica do grupo citado é a 2. Alternativa correta: a.

a. regularização de terras ocupadas.

b. legalização de terreiros de candomblé.

c. construção de moradias de qualidade.

d. criação de escolas de ensino integral.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

2. A alternativa **a** está correta, pois a regularização das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas é um aspecto essencial de sua reprodução, reconhecimento e manutenção.

A alternativa **b** está incorreta, pois nem todas as comunidades quilombolas abrigam terreiros de candomblé e não necessariamente os terreiros são formados por grupos quilombolas.

A alternativa **c** está incorreta, pois a construção de moradias de qualidade, embora seja um direito fundamental de todos os cidadãos, é uma ação que não engloba diretamente as demandas históricas dos quilombolas.

A alternativa **d** está incorreta, pois a criação de escolas em ensino integral não é uma ação específica para atender às demandas das comunidades quilombolas.

3

As razões por que a nova revolução tecnológica provocará mais agitações do que as revoluções industriais anteriores são [...]: velocidade (tudo está acontecendo em um ritmo muito mais rápido do que antes), amplitude e profundidade (há muitas mudanças radicais ocorrendo simultaneamente), e a transformação completa de sistemas inteiros. Tendo em conta esses fatores impulsionadores, há uma certeza: as novas tecnologias mudarão drasticamente a natureza do trabalho em todos os setores e ocupações.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016. p. 44 e 45.

Entre os impactos da chamada Quarta Revolução Industrial descritos no texto, é possível destacar o(a) 3. Alternativa correta: d.

a. surgimento de novas doenças laborais.

b. ampliação do desmatamento florestal.

c. descarte dos resíduos industriais.

d. desemprego e aumento das desigualdades sociais.

4

[...] A flexibilidade tinha muitas dimensões: flexibilidade salarial significava acelerar ajustes a mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego[...].

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 22.

A descrição dos tipos de flexibilização refere-se à(ao) 4. Alternativa correta: d.

a. trabalho forçado.

b. economia do cuidado.

c. desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

d. precarização das relações de trabalho.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Respostas comentadas

3. A alternativa **a** está incorreta, pois o texto não menciona o surgimento de novas doenças laborais.

A alternativa **b** está incorreta, pois a ampliação do desmatamento florestal não tem relação direta com as novas formas de trabalho.

A alternativa **c** está incorreta, pois o descarte dos resíduos industriais não é mencionado no texto.

A alternativa **d** está correta, pois o texto indica que a Quarta Revolução Industrial vai afetar a natureza do trabalho. O desemprego e o aumento das desigualdades sociais são processos associados e este fenômeno.

4. A alternativa **a** está incorreta, pois o texto não menciona o trabalho forçado como um tipo de flexibilização.

A alternativa **b** está incorreta, pois a economia do cuidado não é considerada um tipo de flexibilização.

A alternativa **c** está incorreta, pois as desigualdades de gênero no mercado de trabalho antecedem a flexibilização.

A alternativa **d** está correta, pois o texto alerta que as flexibilizações recentes nas relações de trabalho estão causando a precarização das condições de trabalho.

Unidade 3

Nesta unidade, os estudantes serão instigados a investigar de que modo as desigualdades nas condições de trabalho estão relacionadas a desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais.

No capítulo 7, o conceito de divisão social do trabalho será explorado como forma de promover a compreensão das desigualdades nas condições de trabalho.

O capítulo 8 é dedicado a apresentar um panorama geral dos movimentos de trabalhadores, com foco no protagonismo de tais movimentos na conquista de direitos. O histórico da criação da Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil também é explorado.

O capítulo 9 discute a igualdade de gênero no mundo do trabalho. Para isso, contextualiza a participação das mulheres em atividades laborais no decorrer da história, as conquistas de direitos pelas mulheres trabalhadoras no Brasil e o papel da cultura na permanência das desigualdades de gênero no país.

UNIDADE 3

Trabalho e sociedade

O trabalho é fundamental para a sociedade, e todos os trabalhos são importantes para que a economia, a política e a cultura se desenvolvam. Desde o agricultor, que planta e colhe alimentos, os artesãos e os operários que confeccionam produtos, os caminhoneiros e os ferroviários que transportam matérias-primas e bens, os responsáveis pela coleta do lixo e pela limpeza de ruas e estradas, até os comerciantes, professores, técnicos de informática, médicos, mecânicos, operadores de máquinas e donos de empresas, o trabalho de todos contribui para o funcionamento e o bem-estar da sociedade.

No entanto, por que os trabalhadores podem ter condições de vida tão diferentes? Se todos os trabalhos são importantes, por que algumas pessoas recebem uma remuneração maior que a de outras pelo seu trabalho? Que desigualdades marcam a sociedade brasileira? As desigualdades presentes na sociedade atual sempre existiram?

Nesta unidade, você vai estudar algumas desigualdades associadas ao mundo do trabalho ao longo do tempo. Vai refletir também sobre como as sociedades enfrentaram esse problema em outros períodos históricos, podendo com isso refletir sobre possíveis transformações no futuro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Orientações

Se achar conveniente, promova uma leitura coletiva do texto da abertura da unidade em sala de aula como forma de sensibilizar os estudantes para o trabalho didático que será desenvolvido nos próximos capítulos.

O texto ressalta a importância de todos os trabalhos para a sociedade e, em seguida, propõe indagações sobre as diferenças de condições de vida e de remuneração dos trabalhadores e as relações entre essas diferenças e as desigualdades sociais mais amplas. Avalie a possibilidade de solicitar aos estudantes que formulem hipóteses para a existência dessas desigualdades.

CAPÍTULO 7

Desigualdades e condições de trabalho

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Vendedor ambulante de castanhas em praia no município de Maceió, estado de Alagoas, 2022.

No mundo do trabalho, a divisão das atividades está relacionada a diferentes formas de desigualdade. No Brasil atual, por exemplo, diferenças de gênero, de raça ou cor e outras divisões sociais resultam em condições desiguais aos trabalhadores: desde o acesso às oportunidades de emprego até as diferenças na remuneração.

Como são as condições de trabalho do vendedor retratado na fotografia? A situação profissional dele difere de outras que você conhece? Por que essas desigualdades ocorrem?

Neste capítulo você vai:

- conhecer e aplicar a noção de divisão social do trabalho;
- relacionar a divisão social do trabalho à estratificação e às desigualdades sociais;
- analisar as desigualdades salariais no Brasil;
- conhecer os critérios que caracterizam condições dignas de trabalho.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 7

Ao longo desse capítulo, os estudantes vão discutir as desigualdades existentes no mercado de trabalho e refletir sobre as condições necessárias para a preservação da dignidade laboral.

Por meio das questões propostas na abertura, espera-se que eles comparem as condições do trabalho retratado com outras existentes na comunidade em que vivem. Verifique se os estudantes identificam que o vendedor ambulante retratado na fotografia possivelmente é um trabalhador informal, não tendo portanto acesso aos direitos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: divisão social do trabalho; divisão sexual e racial do trabalho; desigualdades salariais; trabalho digno; desemprego conjuntural e estrutural.

Avaliação diagnóstica

- Existem desigualdades nas condições de acesso ao mercado de trabalho no Brasil? Quais?
- Quais são os fatores que interferem na remuneração dos trabalhadores?

Aproveite as questões para avaliar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre as desigualdades no mercado de trabalho no Brasil. Eles podem mencionar fatores como a escolaridade, o racismo, a precarização das relações de trabalho e as dificuldades das mulheres que realizam atividades domésticas e de cuidado. Os dois últimos fatores foram abordados no capítulo 6. A carga horária e a função exercida pelo trabalhador podem ser relacionadas à remuneração. Considere as respostas da turma para planejar as aulas, enfatizando a relação entre as desigualdades sociais e as do mercado de trabalho.

MODERNA

Orientações

Para dar início ao desenvolvimento do conteúdo do capítulo, retome com os estudantes o contexto da Revolução Industrial, sobretudo no que se refere à divisão do trabalho. Isso poderá auxiliá-los a compreender o conceito de divisão social do trabalho – relacionado ao modo como uma sociedade divide e distribui as tarefas essenciais para suprir as necessidades de seus membros ou para produzir riquezas.

Reforce que as sociedades podem se organizar de maneiras distintas e que os critérios de divisão do trabalho estabelecidos por cada uma expressam a grande variedade de formas de organização social existente.

Ao discutir o exemplo da divisão de atividades entre os Araweté, explique que tarefas consideradas femininas em uma sociedade podem ser consideradas masculinas em outras. Entre o povo zuni, da América do Norte, por exemplo, os homens devem cultivar a terra. Já entre os Bororo, que vivem no estado de Mato Grosso, a agricultura é considerada uma atividade feminina.

Ao explorar a fotografia, esclareça que cada etapa da produção do artefato retratado no centro da imagem (o aray, usado pelos pajés araweté) é feita por um grupo da comunidade: as mulheres trançam o corpo da peça, os homens colocam a cobertura de algodão.

A divisão social do trabalho

Após as Revoluções Industriais, a especialização do trabalho cresceu cada vez mais por meio da divisão de tarefas entre profissionais e grupos de trabalhadores.

Essa especialização é resultado de um tipo de **divisão social do trabalho**, ou seja, da organização do conjunto das atividades realizadas em uma sociedade. Desse modo, cada função em uma sociedade pode ser atribuída a pessoas ou grupos diferentes.

As sociedades concebem diferentes formas de dividir suas atividades e de atribuí-las às pessoas e aos grupos. Diversos critérios podem ser usados para isso.

Nas comunidades do povo Araweté, no estado do Pará, por exemplo, mulheres e homens realizam atividades distintas. A caça e a extração do mel cabem aos homens. Já as mulheres coletam castanhas e frutas, produzem fios de algodão e tecem roupas e redes. Essa sociedade, portanto, usa o sexo como critério para dividir tarefas.

Algumas sociedades podem valorizar determinadas atividades mais que outras. Nelas, como consequência, a divisão social do trabalho passa a estar relacionada à desigualdade e à definição de classes sociais. Uma sociedade guerreira, por exemplo, pode dar mais valor às tarefas relacionadas à guerra, destinando mais riqueza, poder ou prestígio aos guerreiros. Já uma sociedade teocrática, nome dado às sociedades em que o poder político tem origem religiosa, as atividades dos sacerdotes podem ser consideradas as de maior valor.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetos da cultura do povo Araweté em exposição realizada no município de Bertioga, estado de São Paulo, 2018. Algumas etapas da produção da peça representada no centro da imagem – o aray, usado pelos pajés araweté – são feitas pelas mulheres. Outras são feitas pelos homens.

A divisão sexual do trabalho

A sociedade dos Araweté não é a única a separar as tarefas dos homens e das mulheres. Você já reparou, por exemplo, que na sociedade brasileira existe uma divisão relacionada às tarefas domésticas e às de cuidados com crianças e idosos? Na comunidade em que você vive, a quem essas tarefas costumam ser atribuídas? Aos homens ou às mulheres? Esse tipo de divisão é conhecido como **divisão sexual do trabalho**.

Além de separar as atividades realizadas por homens e mulheres, essa divisão também se associa ao estabelecimento de uma hierarquia, pois a distribuição das tarefas entre os grupos reflete as relações de poder nas sociedades.

No Brasil, por exemplo, apesar das lutas das mulheres para transformar essa situação, as funções consideradas de maior valor social, como as da esfera política, religiosa ou militar, são exercidas principalmente por homens. Já as tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres, como o trabalho doméstico, muitas vezes não são reconhecidas, remuneradas ou são recompensadas com baixos salários.

Em diversas sociedades, o chamado **trabalho produtivo** – realizado fora de casa, que gera renda e riqueza e tradicionalmente era atribuído aos homens – foi mais valorizado. Já o chamado **trabalho reprodutivo** – ou seja, o necessário para sustentar e reproduzir a vida humana, como as atividades domésticas e os afazeres de cuidado com crianças e idosos – teve menos reconhecimento.

Com o progressivo aumento da participação feminina nas atividades de trabalho produtivo, muitas mulheres vivenciam o que é chamado de dupla jornada, acumulando atividades dentro e fora de casa.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Engenheira agrônoma verificando uma plantação de café durante a florada no município de Araguari, estado de Minas Gerais, 2020. As mulheres têm conquistado mais espaço em profissões técnicas e em cargos de comando, mas a maior parte desses setores ainda é ocupada por homens.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Solicite aos estudantes que recolham e registrem depoimentos das mulheres com quem convivem sobre as dificuldades que elas enfrentam no cotidiano tanto nos trabalhos domésticos e de cuidado, quanto no trabalho chamado de produtivo. As estudantes podem registrar depoimentos sobre suas próprias experiências.

Os depoimentos recolhidos pela turma podem ser organizados para a composição de uma coletânea, de um vídeo ou de um *podcast* sobre o tema. Obras como o documentário *Como ela faz?* (direção de: Carolina Roxo N. Barreira e Day Rodrigues. Brasil, 2021. 86 minutos), que aborda a complexidade da noção de trabalho para as mulheres, podem contribuir para a discussão desse tema.

Orientações

Explore com os estudantes os fundamentos da divisão sexual do trabalho mencionados no texto: a distribuição de tarefas diferentes aos homens e às mulheres e a desvalorização das atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres, como os trabalhos domésticos e de cuidados.

Apresentar dados atuais sobre esse panorama pode enriquecer a discussão na sala de aula e incentivar os estudantes a conhecer mais sobre o tema. Dados atualizados podem ser obtidos no informativo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil,* divulgado periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em 2024, essa publicação revelou que a maior parte das pessoas entre 25 e 34 anos com Ensino Superior completo no Brasil são mulheres (27,2% das pessoas dessa faixa de idade que completaram o Ensino Superior são mulheres e 19,5%, homens), mas elas representam apenas 17,9% dos parlamentares e ocupam apenas 39,3% dos cargos gerenciais, enquanto 60,7% deles são ocupados por homens.

PODERNA

Orientações

Abordar criticamente as desigualdades raciais é fundamental para promover uma educação antirracista. Incentive os estudantes a refletir se já presenciaram ou vivenciaram alguma situação de racismo no ambiente de trabalho, na vida social ou escolar. Caso eles queiram compartilhar relatos, crie um ambiente seguro e com o acolhimento necessário para abordar o tema de forma respeitosa.

Reforce que, no Brasil, a discriminação e o preconceito de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional são crimes passíveis de punições previstas em lei. Injúrias, impedimentos de acesso a serviços públicos, estabelecimentos comerciais, de ensino ou esportivos, restrições ao emprego e tratamento diferenciado no trabalho (quanto ao pagamento de salários e benefícios ou impedimentos para promoção, por exemplo) baseados em discriminações racistas são crimes que podem ser denunciados às autoridades, por meio, por exemplo, do Disque 100, canal federal que recebe denúncias de violações dos direitos humanos.

A divisão racial do trabalho

A divisão social do trabalho está relacionada à organização política, social e econômica de cada sociedade. No Brasil, país cuja formação teve como base a escravização de pessoas africanas e de seus descendentes, essa divisão também se vincula às desigualdades raciais.

Durante o regime escravista, fosse no campo ou nas cidades, a maior parte do trabalho era realizado por pessoas escravizadas. O regime de escravidão que vigorou do início da colonização portuguesa até o final do século XIX, após a independência do Brasil, era racializado, pois abrangia apenas pessoas negras, integrantes ou descendentes de povos africanos.

Nesse contexto, o racismo – que estabelecia hierarquias entre as raças e era usado para tentar justificar a escravidão – foi um elemento formador da organização do Brasil como país.

Mesmo após a abolição da escravidão, a população negra do Brasil foi excluída e marginalizada, tendo lutado, principalmente por meio dos movimentos sociais negros, para garantir o acesso regular aos direitos básicos, à formação educacional e às funções mais valorizadas na sociedade.

As desigualdades resultantes do racismo se manifestam de diversas formas na divisão do trabalho, como na diferença salarial entre brancos e negros, grupo que inclui as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. Outro exemplo é a maior presença de pessoas negras entre as desempregadas ou ocupando postos de trabalho precário e informal.

KARIME XAVIER/FOLHAPRESS

Retrato da promotora de Justiça do estado da Bahia Lívia Sant'Anna Vaz, no município de São Paulo, estado de São Paulo, 2022. Doutora em Direito, a promotora atua no combate ao racismo e à intolerância religiosa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Incentive a turma a propor medidas que possam eliminar o *bullying* e o preconceito étnico-racial nas escolas, como uma forma de ajudar a combater o racismo no país. Oriente os estudantes a anotar no caderno as medidas apresentadas pela turma, de modo que eles possam se manter atentos às possíveis situações e retomá-las sempre que identificarem a ocorrência desse tipo de violência no ambiente escolar.

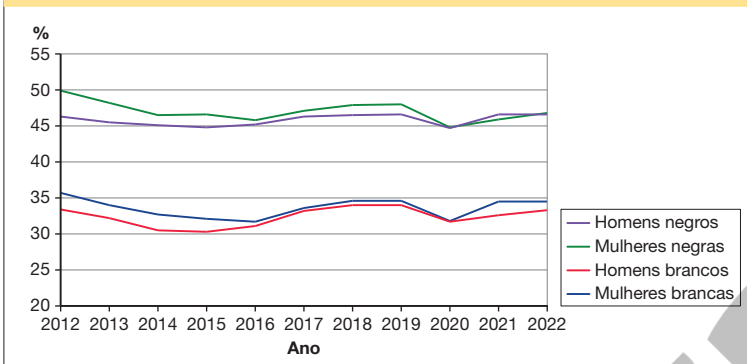
Essa atividade pode ajudar a promover o bom convívio social na comunidade escolar e a saúde mental dos estudantes, ao colaborar para o combate à intimidação sistemática na escola.

1. Os estudantes devem identificar as atividades realizadas pelas pessoas com as quais convivem (como familiares, vizinhos, amigos e colegas de trabalho) e analisar se essas tarefas são distribuídas em razão de diferenças de gênero, cor ou raça, grau de escolaridade etc.

Ainda hoje no Brasil, a maior parcela das ocupações de trabalho informal são exercidas por trabalhadores negros. Essa categoria de trabalho inclui os trabalhadores domésticos sem registro em carteira de trabalho, os profissionais que trabalham por conta própria e não contribuem para a previdência social ou não têm empresa aberta e as pessoas que atuam em uma empresa familiar sem contrato de trabalho ou remuneração.

2. A atividade pode servir para debater o papel desses produtos culturais para sedimentar ou desconstruir estereótipos enraizados na sociedade.

Brasil: pessoas em ocupações informais por cor ou raça (em %) – 2012-2022



ERIGSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 29.

1 Reúna-se em grupo com os colegas para conversar sobre as formas de divisão social do trabalho que vocês identificam entre as pessoas com as quais convivem. Anotem-nas no caderno e discutam os critérios de divisão envolvidos em cada caso. Depois, compartilhem com a turma as conclusões.

2 Em diversas sociedades, a divisão sexual do trabalho pode ser verificada na distribuição de tarefas pelas famílias. Escolha uma família representada em um filme, novela, série ou livro e identifique as atividades desempenhadas por cada um de seus integrantes. Depois, explique se a distribuição das tarefas na família analisada está relacionada ou não à divisão sexual do trabalho.

3 Analise o gráfico reproduzido nesta página e responda às questões.

a. Entre 2012 e 2022, qual parcela da população teve maior participação em ocupações informais no Brasil?

3 a. Nesse período, as mulheres negras foram o grupo social que teve maior participação nas ocupações informais.

b. Qual parcela da população teve menor participação em ocupações informais no mesmo período?

3 b. Os homens brancos tiveram a menor participação em ocupações informais no período.

c. Os dados apresentados no gráfico estão relacionados à divisão racial e sexual do trabalho? Explique.

3 c. Sim. Os dados apontam desigualdades entre homens e mulheres e entre negros e brancos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Incentive os estudantes a refletir sobre como a informalidade pode afetar a vida dos trabalhadores. A ausência de direitos trabalhistas pode ser apontada por eles como a principal consequência negativa do trabalho informal. Sem acesso a tais direitos, os trabalhadores são colocados em situações vulneráveis e condições de vida e trabalho instáveis e precárias.

Se achar conveniente, explique que o critério cor ou raça é uma classificação usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desde 2020 para a denominação étnica ou racial da população. Essa classificação inclui os termos: preta, parda, amarela, indígena ou branca. Cada uma dessas categorias é autoatribuída, ou seja, a própria pessoa se autodefine como pertencente a algum desses grupos. O termo *negro* é utilizado para designar pretos e pardos.

Complemento das respostas

1. A realização dessa atividade é uma oportunidade para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes com relação à divisão social do trabalho. A atividade também promove a articulação entre os temas estudados e a realidade dos estudantes, permitindo que eles apliquem os conhecimentos apreendidos.

2. A atividade pode ajudar os estudantes a analisar a distribuição dos papéis de gênero nas sociedades. Sugira a eles que apresentem aos colegas a obra escolhida e o resultado da análise. Isso pode ajudá-los a compreender a pluralidade e a abrangência da divisão sexual do trabalho.

3. Converse com a turma sobre como os dados estatísticos contribuem para expressar e quantificar as desigualdades sociais e auxilie os estudantes a ler e a interpretar o gráfico. Leia com eles o título do gráfico, as informações dos eixos horizontal e vertical e a legenda. Em seguida, peça a eles que escolham um dos grupos representados, identifiquem o traçado da linha e observem a variação dos percentuais ao longo do período. Caso seja necessário, sugira a eles que anotem os percentuais registrados a cada ano pelo grupo em análise. Essa operação pode ser repetida para cada um dos grupos representados na legenda.

MODERNA

Orientações

Após a leitura do texto e do quadro, incentive os estudantes a levantar algumas hipóteses que contribuam para explicar as razões pelas quais determinados grupos sociais têm mais ou menos condições de levarem os estudos adiante.

Em seguida, estimule a turma a identificar tanto os problemas sociais enfrentados pela população que apresenta baixo grau de escolaridade e de remuneração quanto os privilégios e recompensas sociais atribuídos aos grupos que têm mais anos de estudo.

Oriente-os a refletir sobre quais medidas poderiam ser adotadas para diminuir as desigualdades de grau de escolaridade e de rendimentos existentes no Brasil. O objetivo é incentivar os estudantes a compreender a importância da ampliação do acesso à educação e da redução das desigualdades para a promoção de uma sociedade mais justa.

Desigualdades de grau de escolaridade e de rendimento

A divisão social do trabalho também é influenciada pelas desigualdades no grau de escolaridade entre os integrantes de uma população. Isso significa que os anos de estudo e de formação ajudam a determinar a posição ocupada por cada indivíduo ou grupo social.

No Brasil, muitas das atividades mais valorizadas pela sociedade exigem maior grau de escolaridade – o que pode incluir o Ensino Superior. Enquanto isso, as ocupações de outros níveis tendem a ter salários menores. Cada ano a mais de estudo pode significar um aumento considerável no rendimento médio do trabalhador brasileiro.

Brasil: rendimento médio por anos de estudo (em R$) – 2023

Número de anos de estudo	Rendimento médio (R$)
Menos de 1 ano	1.396,00
De 1 a 4 anos	1.398,00
De 5 a 8 anos	1.736,00
De 9 a 11 anos	1.788,00
De 12 a 15 anos	2.336,00
Mais de 16 anos	6.008,00

Fonte: CANZIAN, Fernando. Brasileiro mais escolarizado vê renda desabar e cai na informalidade. **Folha de S.Paulo**, 4 set. 2023. p. A10.

Em países com baixo nível de desigualdade social, a diferença de rendimentos entre os segmentos mais e menos escolarizados geralmente não é tão grande quanto no Brasil. Portanto, assim como nos demais critérios estudados, essa forma de divisão está diretamente ligada às estruturas da sociedade.

As desigualdades de grau de escolaridade e as desigualdades de rendimento se alimentam uma em resposta à outra. Se, de um lado, os níveis mais elevados de estudo podem proporcionar salários mais altos, de outro, as possibilidades de conseguir acesso a instituições de ensino de qualidade e de chegar ao Ensino Superior são maiores para os indivíduos inseridos em famílias que já desfrutam de rendimentos altos.

Certa atividade tende a receber mais recompensas sociais quando é mais valorizada. Isso pode se traduzir em rendimentos médios maiores e mais prestígio social. No entanto, os trabalhadores que se dedicam às funções menos valorizadas podem sofrer discriminação, ter restringido o acesso a oportunidades de estudo e de formação, além de receber salários menores.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Remuneração e desigualdades salariais

Você estudou que a divisão social do trabalho cria posições diferentes em uma sociedade. Essas posições podem ser mais ou menos valorizadas. Uma das formas de valorizá-las é a remuneração.

A remuneração inclui o salário e outros valores devidos aos trabalhadores. A remuneração de um trabalhador pode incluir horas extras, descanso semanal remunerado, gratificações e adicionais relativos a condições de trabalho específicas. Os adicionais mais comuns são o de **insalubridade**, que gera um acréscimo ao pagamento do trabalhador exposto a ambientes ou materiais que prejudiquem sua saúde ao longo do tempo; o de **periculosidade**, que gera um acréscimo ao trabalhador submetido ao risco de morte; e o noturno, que compensa o trabalhador que atua entre 22 h e 5 h.

No Brasil, o **salário mínimo** é o valor de referência para o pagamento de salários em todas as regiões do país. Ele foi criado nos anos 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, após diversos movimentos de trabalhadores por melhores condições de vida. Segundo a Constituição Brasileira, o salário mínimo deve atender às necessidades do trabalhador e de sua família, permitindo custear sua moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

A remuneração varia de acordo com a complexidade da atividade, a carga horária, a função exercida, a responsabilidade e a experiência do trabalhador. No Brasil, as variações de remuneração também estão relacionadas às desigualdades salariais e de rendimentos resultantes das desigualdades de gênero, raça ou cor, grau de escolaridade e até regionais.

Insalubridade: característica do que é insalubre, que faz mal para a saúde.

Periculosidade: qualidade do que é periculoso, ou seja, perigoso.

Armandinho, cartum de Alexandre Beck, 2019.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Comente que o salário bruto consiste no valor total a ser pago ao trabalhador sem os descontos previstos por lei. Entre esses descontos, estão os da Previdência Social, do Imposto de Renda Retido na Fonte, das faltas não justificadas e de percentuais sobre o vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação.

Certifique-se de que os conceitos apresentados foram compreendidos pela turma, esclarecendo as possíveis dúvidas sobre os elementos que compõem a remuneração dos trabalhadores.

Para monitorar a aprendizagem dos estudantes, solicite a eles que escrevam um texto com base na questão proposta pelo personagem Armandinho na tirinha: "Qual profissão você gostaria de seguir se todas recebessem os mesmos salários, a mesma valorização e o mesmo respeito?".

Oriente-os a incluir no texto reflexões sobre diferenças de remuneração, valorização e respeito em razão da divisão sexual, racial ou de escolaridade do trabalho.

Atividade complementar

Reúna a turma em duplas ou trios e oriente os estudantes a refletir se o salário mínimo atual permite que os trabalhadores atendam às necessidades previstas na Constituição.

Peça a eles que estimem qual seria a remuneração necessária para custear totalmente seus gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Eles podem realizar entrevistas com amigos e familiares com base nessa mesma questão, tabular os dados obtidos e calcular o valor médio da remuneração necessária, comparando, por fim, os valores inicialmente estimados por eles e os obtidos por meio da pesquisa. Os estudantes também podem identificar quais gastos são priorizados e quais ocupam um papel secundário no orçamento dos entrevistados.

Essa atividade, que mobiliza elementos de educação financeira, pode ser realizada com o apoio de docentes da área de Matemática.

Orientações

Abordar as desigualdades salariais entre homens e mulheres e entre pessoas brancas e negras é uma oportunidade importante de discutir como as desigualdades sociais existentes no Brasil se expressam na esfera econômica. Incentive os estudantes a refletir sobre medidas que podem ser tomadas para garantir a igualdade entre todos.

Atente para as possíveis dificuldades que poderão ocorrer na leitura e interpretação dos gráficos, ajudando os estudantes a identificar as informações representadas. Se julgar necessário, incentive-os a realizar novamente o passo a passo apresentado na atividade 3 no "Complemento das respostas" da página 109 deste livro.

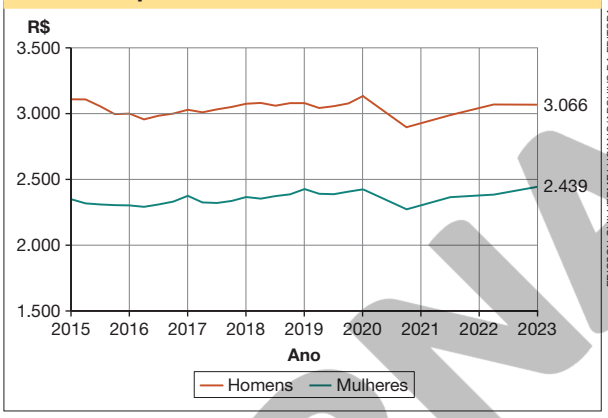
Os dados numéricos sobre o tempo dedicado pelas mulheres ao trabalho doméstico não remunerado foram retirados de: MOURA, Bruno de Freitas. PNAD: mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. **Agência Brasil**. 11 ago. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico. Acesso em: 30 abr. 2024.

Desigualdades salariais por sexo, cor e raça

A relação entre as desigualdades salariais e de rendimentos e as desigualdades sociais podem ser estudadas com mais detalhe.

O gráfico que representa o rendimento médio das pessoas ocupadas por sexo no Brasil demonstra que no primeiro trimestre de 2023 a remuneração dos homens esteve cerca de 20% acima da das mulheres.

Brasil: rendimento médio das pessoas ocupadas por sexo (em R$) – 2015-2023



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

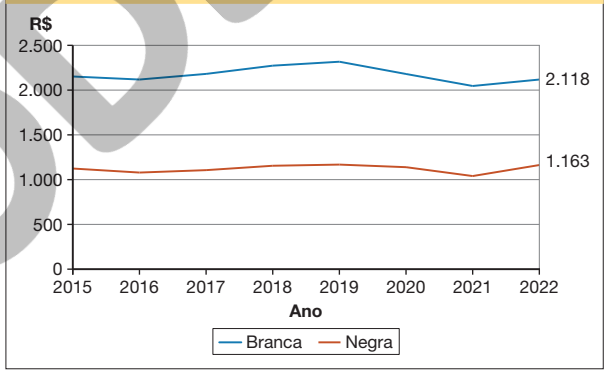
Fonte: IBGE. **PNAD contínua**. Indicadores mensais produzidos com informações do 1º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 63.

Ainda que, desde 2023, a igualdade salarial entre homens e mulheres seja determinada por lei no Brasil, as mulheres ainda enfrentam diferenças salariais no mercado de trabalho mesmo quando ocupam a mesma posição e têm a mesma formação dos homens. Além disso, elas dedicam quase o dobro do tempo gasto pelos homens em trabalhos domésticos não remunerados.

ODS 5

A desigualdade racial também influencia diretamente as desigualdades salariais. O resultado disso se expressa nos índices de desemprego, de trabalho informal e de rendimentos, como demonstra o gráfico que representa o rendimento médio domiciliar *per capita* por cor ou raça no Brasil.

Brasil: rendimento médio domiciliar *per capita* por cor ou raça (em R$) – 2015-2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 31.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

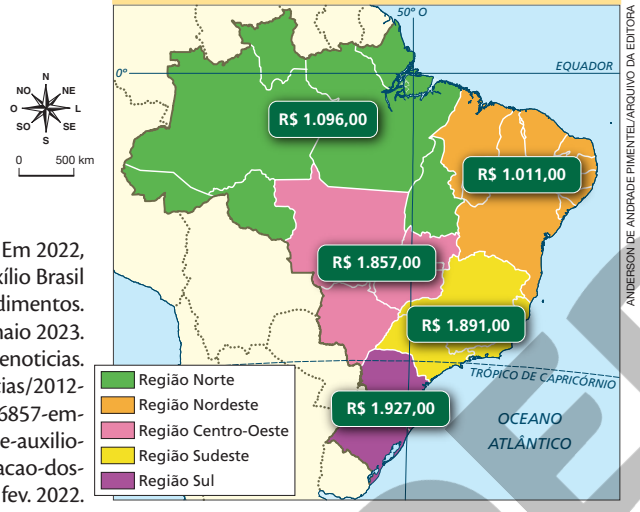
A discussão sobre as desigualdades salariais em função do gênero permite explorar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – Igualdade de gênero, que estabelece a importância de alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas.

Desigualdades salariais por região

As desigualdades salariais também existem entre as regiões do Brasil. As principais explicações para isso são as diferenças no desenvolvimento regional e no custo de vida de cada região, além das desigualdades no acesso à educação e no grau de escolaridade da população.

O mapa representa o rendimento médio mensal por pessoa em cada Grande Região do país.

Brasil: rendimento médio mensal *per capita* por Grande Região (em R$) – 2022



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BRITO, Vinícius. Em 2022, mercado de trabalho e Auxílio Brasil permitem recuperação dos rendimentos. **Agência IBGE Notícias**, 11 maio 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36857-em-2022-mercado-de-trabalho-e-auxilio-brasil-permitem-recuperacao-dos-rendimentos. Acesso em: 19 fev. 2022.

4 Como as desigualdades no grau de escolaridade influenciam a desigualdade nos rendimentos dos trabalhadores no Brasil?

4. As atividades mais valorizadas e mais bem remuneradas exigem, de maneira geral, maior grau de escolaridade. Isso implica desigualdades sociais e desigualdades regionais no Brasil, pois, nas regiões em que a escolaridade é menor, os salários também são menores.

5 Analise os gráficos da página 112 e responda: entre 2015 e 2022, as desigualdades de rendimentos médios por sexo e por raça sofreram alteração no Brasil? Explique.

5. Os estudantes podem considerar que não, pois, apesar das oscilações, a desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres e entre brancos e negros se manteve entre 2015 e 2022 e marcou todo o período.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Faça a leitura coletiva do texto e, depois, explore o mapa com a turma, auxiliando os estudantes a identificar as cinco Grandes Regiões do Brasil e o rendimento médio mensal *per capita* em cada uma, elucidando o significado de *per capita* – que indica a média por pessoa de um valor, a renda nesse caso – e esclarecendo que essa média leva em conta a soma de todas as rendas, tanto as obtidas por meio do trabalho quanto por outras fontes, como aposentadorias e pensões, por exemplo.

Em seguida, peça aos estudantes que identifiquem o rendimento médio mensal por pessoa registrado em 2022 na Grande Região onde vivem e que comparem esse valor com os valores das demais regiões. A interpretação deste mapa é uma oportunidade de promover a interdisciplinaridade entre as áreas de Ciências Humanas e de Matemática.

Complemento das respostas

4. A atividade desenvolve o pensamento crítico e permite o monitoramento da aprendizagem dos estudantes sobre a relação entre o acesso à educação e as desigualdades de rendimentos no país.

5. Espera-se que a análise dos gráficos possa sensibilizar os estudantes para a necessidade de promoção de medidas, pelos poderes público e privado, para a diminuição das desigualdades de rendimentos em razão do sexo e da raça no país.

MODERNA

Orientações

Converse com a turma sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, explorando a importância desse documento e o papel da Organização das Nações Unidas para a garantia de tais direitos no âmbito internacional. Explique que esse documento serve de diretriz aos governos dos países signatários para garantir a dignidade humana e promover direitos inalienáveis fundamentados em liberdade, justiça e paz mundial.

Incentive os estudantes a ler o fragmento de texto, auxiliando-os com as possíveis dificuldades e dúvidas durante a leitura.

Trabalho e dignidade

Apesar de ainda persistirem, todas as formas de desigualdade no mundo do trabalho que você estudou contrariam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esse documento foi assinado em 1948 por diversos países, inclusive o Brasil, com o objetivo de promover a dignidade humana aos indivíduos de todos os povos do mundo e a igualdade entre eles. Um dos artigos do documento diz respeito ao trabalho.

> Artigo 23º
>
> [...]
>
> 2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
>
> 3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaração-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 19 fev. 2024.

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalhador com equipamentos de segurança em uma usina de fundição no município de Cambé, estado do Paraná, 2023. A prevenção de doenças e a proteção contra acidentes no trabalho são aspectos da segurança do trabalho essenciais para a dignidade humana.

Atividade complementar

Reúna os estudantes em grupos e releia o texto do Artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o objetivo de explicar a forma como esse texto é estruturado e de familiarizá-los com seu formato de escrita.

Em seguida, peça aos grupos que criem artigos com medidas contra o *bullying*, em favor da liberdade de expressão, do incentivo ao diálogo para evitar conflitos na sala de aula, entre outros exemplos.

Depois, cada grupo deve apresentar seus artigos à turma, que vai definir quais farão parte de uma declaração da classe.

Para finalizar a atividade, os estudantes podem elaborar um cartaz com o texto definitivo da declaração e colar na sala de aula. Fique atento às dificuldades que podem surgir em relação à escrita dos artigos e auxilie-os durante a produção do cartaz.

A atividade promove a cultura da paz e do bom convívio na escola.

6. Oriente os estudantes a escolher o entrevistado e a elaborar previamente as questões para montar um roteiro de entrevista.

Embora o trabalho seja um direito universal, existem muitos casos de violações graves da dignidade e do valor humano nesse campo. Em 2022, o Brasil foi considerado um dos dez países que mais violam os direitos trabalhistas no mundo.

Esse tipo de violação pode se manifestar de diversas formas: cargas horárias exaustivas, atividades realizadas em condições insalubres, trabalho análogo ao de escravizado e baixa remuneração são algumas das mais recorrentes no Brasil.

ODS 8

E quais fatores indicam que o trabalho é realizado de forma digna? Entre eles, destacam-se: remuneração adequada, condições de trabalho e carga horária apropriadas e segurança no trabalho.

A **remuneração** adequada está ligada ao salário, aos direitos e aos benefícios pagos ao trabalhador. Eles devem ser condizentes com as leis, os acordos sindicais e as responsabilidades e tarefas realizadas.

As **condições de trabalho** e a **carga horária** apropriadas têm relação com as condições físicas e materiais do local de trabalho, a quantidade de horas trabalhadas e o tempo de descanso do trabalhador, que deve incluir intervalos diários, descanso semanal e férias anuais.

Já a **segurança do trabalho** envolve a garantia de que no ambiente de trabalho não há riscos de doenças, de acidentes e de outros elementos que podem afetar a saúde física e mental do trabalhador. É preciso usar equipamentos de proteção e ter materiais e ferramentas adequados disponíveis para prevenir acidentes e a exposição ao excesso de ruídos, substâncias tóxicas ou outras formas de contaminação. Além disso, as responsabilidades atribuídas ao trabalhador devem ser adequadas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETO DIGITAL Infográfico: Trabalho digno

6 Entreviste um trabalhador com quem você conviva e identifique como são as condições de trabalho dele. A elaboração das perguntas deve considerar aspectos que caracterizam a dignidade do trabalho de acordo com o Artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que são:

- igualdade salarial (em relação aos colegas de trabalho);
- remuneração satisfatória (suficiente para pagar todos os custos com alimentação, saúde, educação, moradia, lazer etc.).

7 Com base na atividade anterior, elabore um texto apresentando o resultado de sua análise sobre as condições de trabalho da pessoa entrevistada.

7. Essa atividade requer dos estudantes uma análise das condições de trabalho da pessoa entrevistada com base nas informações fornecidas na entrevista.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A discussão sobre trabalho e dignidade permite explorar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, cujas metas incluem a promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, do emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todos.

Objeto digital

O infográfico informa sobre os parâmetros estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho acerca do trabalho digno.

Orientações

Os dados numéricos sobre a posição do Brasil entre os países que mais violam os direitos trabalhistas foram retirados de: GAUDISSART, Damien. Brasil é um dos dez países que mais violam direitos trabalhistas, diz pesquisa. **Folha de S.Paulo**. 28 jun. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/brasil-e-um-dos-dez-paises-que-mais-violam-direitos-trabalhistas-diz-pesquisa.shtml. Acesso em: 7 mai. 2024. Bangladesh, Belarus, Colômbia, Egito, Essuatíni, Filipinas, Guatemala, Mianmar e Turquia são os demais países avaliados negativamente.

Complemento das respostas

6. Forneça aos estudantes um modelo de roteiro de entrevista com perguntas que podem ser utilizadas. Por exemplo: "Sua remuneração mensal é condizente com suas responsabilidades e tarefas?"; "Você tem acesso a equipamentos de proteção, ferramentas e instrumentos de trabalho adequados?", entre outras.

7. A atividade promove a articulação entre teoria e prática, permitindo que os estudantes apliquem os conhecimentos apreendidos. Além do texto, eles podem apresentar a entrevista no formato de vídeo ou de *podcast*. Depois da consolidação do produto final, promova uma roda de conversa, organizando a turma em círculo e auxiliando os estudantes a expor suas produções.

Complemento das respostas

8. Analisar de que maneira a falta de trabalho e de renda fixa afeta ou afetou diretamente a vida cotidiana de amigos, familiares e outros membros da comunidade pode ser uma estratégia para desenvolver a reflexão proposta nessa atividade.

9. Após o registro das conclusões das duplas, organize a turma em semicírculo, incentivando a participação de todos. Oriente os estudantes a respeitar as opiniões e os momentos de fala dos colegas, mostrando que as diferenças fazem parte do convívio e que se pode aprender e até mudar de opinião após conhecer os pontos de vista de outras pessoas.

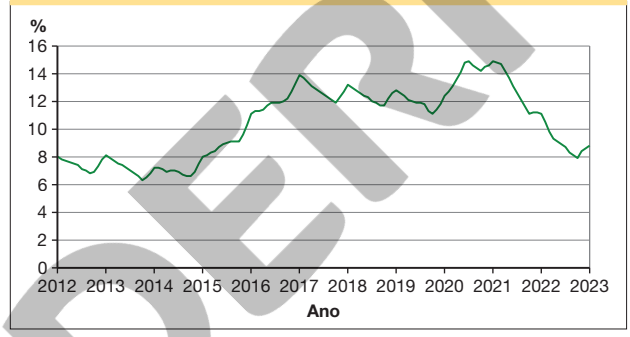
O desemprego

8. Oriente os estudantes a se reunir em duplas. Eles podem considerar fatores como o risco alimentar e de falta de moradia, impactos na saúde e nos laços familiares e problemas sociais mais amplos como a pobreza e a violência.

Outra questão relacionada à dignidade do trabalho é o **desemprego**. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considera desempregada a pessoa em idade de trabalhar que não tem ocupação, mas está disponível e tentando encontrar um emprego. Assim, nem toda pessoa sem ocupação é considerada desempregada, pois há quem não trabalhe e não busque emprego por se dedicar aos estudos ou aos cuidados domésticos e de familiares. Existem ainda os desalentados, pessoas que desistiram de procurar vagas de emprego por não acreditar na possibilidade de encontrá-las.

No Brasil, as taxas de desemprego atingiram o patamar mais elevado da última década durante o auge das restrições provocadas pela pandemia de covid-19. Em 2020, quase 15% da população disponível para o trabalho no Brasil estava desempregada. Entre 2021 e 2023, a taxa de desemprego teve uma redução considerável, como registra o gráfico.

Brasil: desocupação (em %) – 2012-2023



Fonte: IBGE. **Indicadores IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Quarto Trimestre de 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2023_4tri.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O desemprego ocorrido durante a pandemia de covid-19, ou seja, provocado por um acontecimento que abalou a sociedade e a economia em um determinado período, é chamado de **desemprego conjuntural**. Existe também o **desemprego estrutural**, causado por uma mudança com impacto mais profundo e duradouro. Isso ocorre, por exemplo, quando inovações tecnológicas substituem o trabalho humano pelo de máquinas, acabando com postos de trabalho.

8 Reúna-se em dupla com um colega e conversem sobre como o desemprego afeta a vida do trabalhador.

9 Registrem no caderno os principais pontos levantados na conversa. Depois, cada dupla deve apresentar suas conclusões para a turma.

9. Promova uma roda de conversa para as duplas apresentarem suas conclusões. A falta de renda, problemas de saúde física e mental e o aumento da violência e da pobreza podem ser apontados.

Atividade complementar

Esclareça as diferenças entre desempregados e desalentados e incentive os estudantes a pesquisar o nível de desemprego existente na comunidade em que vivem. Oriente-os a analisar de que forma a pandemia de covid-19 e outros fatores influenciaram esse quadro, quais são os grupos mais prejudicados pelo desemprego e quais medidas podem diminuir esse problema na comunidade local.

MODERNA

TEXTO COMPLEMENTAR

Segurança e saúde no trabalho

Só em 2022, o Brasil registrou 612,9 mil acidentes de trabalho, dos quais 2,5 mil foram fatais. O Ceará registrou 10,9 mil acidentes no mesmo período, ocupando o 11º lugar no *ranking* dos estados com mais acidentes do país.

Os acidentes de trabalho podem ser evitados. Para isso, tanto o empregador como o empregado devem adotar uma cultura de prevenção nos ambientes de trabalho.

É obrigação do empregador dispor de uma política de gestão das condições ambientais de trabalho, cuidando da segurança e da saúde dos empregados. Por exemplo:

- Cumprir as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Informar seus empregados dos riscos existentes no local de trabalho e das medidas adotadas para prevenção a tais riscos, oferecendo também os treinamentos e capacitações adequados.
- Manter programas específicos de gestão de riscos ocupacionais e de prevenção (Empresas de Maior Porte). [...]

CARTILHA do Trabalhador. **Conheça seus direitos**. Fortaleza: Câmara Municipal de Fortaleza. Tribunal Reginal do Trabalho 7ª Região, 2023. p. 27.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Questões

1. O parágrafo informa que os acidentes de trabalho podem ser evitados desde que exista uma cultura de prevenção.

2. O número elevado de acidentes de trabalho sugere que não há uma cultura de prevenção plenamente difundida no Brasil.

1 Qual é a principal informação apresentada no segundo parágrafo do texto?

2 Considerando a informação dada no segundo parágrafo, o que os dados apresentados no primeiro parágrafo permitem concluir sobre o que acontece no Brasil?

3 Escolha um local de trabalho que você conhece. Considerando as instalações, os equipamentos e os recursos à disposição dos funcionários, você considera que a segurança e a saúde dos trabalhadores é assegurada neste local? O que poderia ser melhorado para garantir isso?

3. Os estudantes devem relatar aspectos relativos à segurança no ambiente de trabalho considerando o risco de acidentes e ameaças à saúde.

Orientações

O texto faz parte da Cartilha do Trabalhador elaborada pela Câmara Municipal de Fortaleza, cujo objetivo é apresentar os principais direitos dos trabalhadores brasileiros. Ao discutir o tema da saúde e da segurança no trabalho, o texto permite reconhecer algumas das características das condições de trabalho que contribuem para a dignidade dos trabalhadores.

Durante a leitura, atente para as eventuais dificuldades de vocabulário e de interpretação, esclarecendo as dúvidas que surgirem em relação aos termos técnicos e às instituições mencionadas.

Complemento da resposta

3. Para avaliar se existe uma política de segurança e saúde no ambiente de trabalho escolhido, os estudantes devem levar em consideração as obrigações do empregador descritas no texto, como gestão das condições ambientais de trabalho, cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, divulgação aos trabalhadores de eventuais riscos existentes e promoção de treinamentos e capacitações. A atividade promove uma articulação entre teoria e prática, permitindo que os estudantes apliquem os conhecimentos desenvolvidos no capítulo.

Capítulo 8

Neste capítulo, os estudantes vão conhecer um pouco da história dos movimentos de trabalhadores no mundo e no Brasil. O objetivo é que eles compreendam de que modo os direitos trabalhistas, como ter salário mínimo e férias remuneradas, foram conquistados.

Com relação às perguntas propostas na abertura, os estudantes podem mencionar os direitos trabalhistas com base em experiências próprias, de familiares e de amigos, mencionando, por exemplo, limitações de jornadas de trabalho, férias remuneradas e acesso à previdência social. Se possível, permita que os estudantes conversem sobre como os direitos que mencionaram estão relacionados a movimentos coletivos, como o retratado na fotografia (a greve).

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: o surgimento dos movimentos de trabalhadores; a origem dos sindicatos; o cartismo no Reino Unido; os movimentos de trabalhadores no Brasil; a Consolidação das Leis do Trabalho; os direitos trabalhistas no Brasil; a reforma trabalhista de 2017.

CAPÍTULO 8

Movimentos de trabalhadores e suas conquistas

ARQUIVO EDGAR LEUENROTH - UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalhadores em manifestação durante a Greve Geral de 1917, no município de São Paulo, estado de São Paulo.

As relações de trabalho são estabelecidas por meio de contratos para combinar os deveres e os direitos de patrões e empregados. Mas nem sempre esses contratos são respeitados ou estão de acordo com as necessidades dos trabalhadores. Por isso, ao longo da história, os trabalhadores se uniram em diversos movimentos para lutar por condições de trabalho adequadas.

Esses movimentos conquistaram vários direitos. Você conhece ou já exerceu algum direito trabalhista? Se sim, qual? Saberia como esse direito foi conquistado?

Neste capítulo você vai:

- conhecer diferentes formas de organização dos trabalhadores;
- compreender como os direitos trabalhistas foram conquistados no Brasil;
- discutir os direitos dos trabalhadores no mundo de hoje.

Avaliação diagnóstica

- Que estratégias os movimentos de trabalhadores utilizam para reivindicar direitos?
- Quais são os principais direitos trabalhistas previstos pela legislação brasileira?

Utilize as questões para avaliar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre formas de organização dos trabalhadores (como a realização de manifestações, greve e formação de sindicatos) e sobre os direitos trabalhistas que eles conhecem (como a limitação da jornada de trabalho e o direito à aposentadoria, ao descanso e a férias remuneradas). As respostas da turma podem direcionar o planejamento das próximas aulas. Avalie quais são os direitos que a turma conhece, dando maior ênfase, nas aulas seguintes, àqueles com os quais os estudantes têm pouca familiaridade.

Os primeiros movimentos de trabalhadores

O surgimento das fábricas na Europa durante a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, provocou um aumento da produção como nunca havia acontecido antes. Contudo, o crescimento econômico foi acompanhado da desigualdade e da exploração de mão de obra: quando a produção industrial teve início, os trabalhadores não tinham nenhum direito. Afinal, não existiam leis que regulassem as relações trabalhistas.

Os salários eram muito baixos, as jornadas de trabalho chegavam a 16 horas por dia e os acidentes nas fábricas eram constantes porque não havia normas de segurança. Mulheres grávidas e crianças também trabalhavam nessas condições. Se um trabalhador as questionasse, era demitido sem pagamento, perdendo seu salário e sendo rapidamente substituído.

STEFANO BIANCHETTI/CORBIS/GETTY IMAGES - BIBLIOTECA BRITÂNICA, LONDRES

Sobre Londres – de trem, gravura de Gustave Doré, 1872. Diante de uma ferrovia, habitações de um cortiço em Londres, Reino Unido.

Muitos trabalhadores das indústrias eram migrantes que haviam se deslocado do campo para as cidades em busca de trabalho. Porões e pequenas casas enfileiradas, com apenas uma latrina dividida por muitas moradias, abrigavam diversas famílias de operários, e dezenas de pessoas viviam em um só cômodo.

Nas cidades que abrigavam o maior número de fábricas da Grã-Bretanha durante as etapas iniciais do processo de industrialização, a expectativa média de vida era baixa. A maior parte dos filhos de operários morria ainda na infância. As doenças e os acidentes provocados pelas condições inadequadas de trabalho nas fábricas eram muito comuns, mas os industriais não eram responsabilizados por isso.

Para lutar contra essa realidade, surgiram os primeiros movimentos de trabalhadores.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Atividade complementar

Pode-se organizar os estudantes em grupos e solicitar que discutam a respeito das seguintes perguntas: "Quais estratégias os operários das primeiras fábricas poderiam utilizar diante das ameaças de demissão contra aqueles que questionavam as condições de trabalho da época?"; "A situação do período possui semelhanças com o presente?".

Ao longo da realização da dinâmica, circule pela sala de aula para acompanhar os debates dos grupos. Ao final, peça que cada grupo compartilhe suas perspectivas com o restante da classe.

Registre na lousa as estratégias mencionadas e os paralelos com o presente feitos pelos estudantes. Assim como as respostas da avaliação diagnóstica, essas também fornecerão subsídios para o planejamento das aulas dedicadas a esse capítulo.

Orientações

Ao longo da explicação sobre o ludismo, será interessante esclarecer que, embora este movimento tenha tido importância histórica por representar um primeiro tipo de reação dos trabalhadores ao contexto de exploração da Revolução Industrial, de modo geral, ele não tinha o objetivo de reivindicar direitos específicos aos trabalhadores, sendo considerado uma expressão da realidade social dos trabalhadores do período.

Discuta com os estudantes como eles avaliam as ações ludistas no contexto do surgimento das máquinas industriais e se eles identificam paralelos com algumas situações que ocorrem no mundo do trabalho contemporâneo.

Com relação à formação dos sindicatos, é possível comentar suas diferenças em relação ao ludismo e evidenciar que os sindicatos gerais e as *trade unions* eram movimentos organizados que buscavam direitos por meio da luta coletiva dos trabalhadores.

O papel das greves como instrumento de pressão trabalhista também pode ser discutido com a turma neste momento.

Os ludistas

No contexto da industrialização, um dos primeiros movimentos de trabalhadores teve início no Reino Unido nos anos 1810. Esse movimento ficou conhecido como **ludismo** por causa de seu líder, Ned Ludd. Seus participantes eram chamados de ludistas.

No início da Revolução Industrial, os ludistas relacionavam o desemprego e a pobreza que enfrentavam ao surgimento das máquinas. Por isso, eles invadiam as fábricas e destruíam o maquinário.

Os sindicatos gerais

Em vez de expressar sua revolta apenas de forma localizada, os trabalhadores logo passaram a se identificar como um grupo amplo, sujeito a condições que se repetiam em diferentes ambientes de trabalho, e passaram a se organizar para combatê-las em conjunto.

No Reino Unido, as associações de trabalhadores eram proibidas desde 1799. Apesar disso, a partir de 1818, começaram a ser criados os **sindicatos gerais**, organizações que agrupavam operários de diferentes indústrias.

Uma das principais formas de luta desses sindicatos era a realização de greves gerais, ou seja, a paralisação das atividades realizadas pelos trabalhadores. Essa estratégia contrariava fortemente os interesses dos industriais, o que fez com que os sindicatos gerais fossem perseguidos.

As *trade unions*

Mais tarde, surgiram as organizações de trabalhadores que reuniam empregados de uma mesma indústria ou categoria. No Reino Unido, essas associações eram chamadas de ***trade unions***. Elas também são conhecidas como **sindicatos**.

O objetivo dessas organizações era reivindicar coletivamente melhores salários e condições de trabalho. No Reino Unido, elas deixaram de ser proibidas apenas no final do século XIX.

COLEÇÃO PARTICULAR

Trabalhadores da indústria naval durante uma greve em Barrow-in-Furness, Reino Unido, 1898.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Caso a atividade complementar sugerida na página anterior tenha sido realizada, pode-se retomar as estratégias de atuação dos trabalhadores durante a Revolução Industrial mencionadas pelos estudantes e registradas na lousa. É possível pedir a eles que verifiquem se alguma das estratégias citadas está relacionada às formas de luta e de organização dos trabalhadores explicadas nesta página. Em caso afirmativo, peça aos estudantes que selecionem uma delas e escrevam um parágrafo relacionando essa estratégia a um dos movimentos estudados.

Os cartistas

Por volta de 1830, teve início no Reino Unido um movimento pioneiro: o **cartismo**. Os cartistas pressionavam o governo para conseguir direitos básicos.

O movimento recebeu esse nome porque suas reivindicações foram enviadas ao Parlamento britânico em três cartas. Esses documentos, conhecidos como Cartas do Povo, foram assinados por milhões de pessoas.

Na primeira carta, enviada em 1838, os cartistas reivindicaram o voto secreto a todos os homens e o fim da exigência de ser proprietário de terras para se eleger. Assim, eles poderiam votar em seus próprios representantes para criar leis.

Em 1842, em uma segunda carta, eles exigiram a liberdade de associação dos trabalhadores, a redução das jornadas de trabalho e o aumento salarial. Em 1848, uma nova carta foi enviada com mais de 5 milhões de assinaturas, reforçando as reivindicações anteriores. Todas as cartas foram rejeitadas.

COLEÇÃO REAL, LONDRES

Manifestação cartista em Londres, Reino Unido, 1848. Essa manifestação ocorreu durante a entrega da terceira Carta do Povo ao Parlamento britânico.

Os anarquistas

Alguns movimentos de trabalhadores surgidos no século XIX não buscavam apenas conquistar direitos, mas sim transformar toda a sociedade. Esse é o caso do **anarquismo**.

Os anarquistas eram contra todo tipo de autoridade e de hierarquia. Para eles, o Estado e a propriedade (das fábricas, por exemplo) deveriam ser abolidos. Todas as decisões deviam ser tomadas de forma coletiva e a produção devia ser feita por meio da cooperação e da autogestão. Ou seja, nas fábricas, os próprios trabalhadores deveriam administrar a produção.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Para tornar o conhecimento sobre as Cartas do Povo mais concreto e contribuir para o desenvolvimento da compreensão leitora dos estudantes, pode-se ler com a turma um trecho da Carta do Povo, enviada em 1838, ao Parlamento britânico.

[...] O bem-estar de grande número, único fim legítimo, deve ser a única preocupação também do governo. Como preliminar essencial a estas reformas e a outras para assegurar ao povo os meios pelos quais seus interesses poderão ser eficazmente defendidos e assegurados, pedimos que, na confecção das leis, a voz de todos possa, sem entraves, ser ouvida. Preenchemos os deveres de homens livres e queremos ter-lhes os direitos. [...]

PETIÇÃO Cartista (1838). *In*: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Textos e documentos para o estudo de História Contemporânea**. São Paulo: Edusp, 1976. p. 90.

A leitura poderá dar subsídios para um debate sobre a universalidade das solicitações expressas nesse trecho da Carta e para uma discussão sobre o papel do Estado e dos governos para a sociedade.

Orientações

A maior parte dos primeiros movimentos de trabalhadores se desenvolveu no Reino Unido, na França e na Alemanha, pois esses foram os primeiros países em que a industrialização ocorreu de maneira intensa.

Complemento da resposta

2. Para a elaboração da lista, segue uma sugestão baseada nos conteúdos apresentados. Na correção da atividade, vale considerar as discussões e encaminhamentos colocados em prática durante as aulas.

Sindicatos: organização coletiva dos trabalhadores de diversas categorias (sindicatos gerais) ou de uma mesma categoria (*trade unions*), com o objetivo de obter aumentos salariais, redução de jornadas, zelo pela segurança dos trabalhadores, entre outros direitos. A greve – paralisação coletiva das atividades dos trabalhadores em protesto ou para reivindicação de direitos – corresponde a uma de suas principais formas de ação.

Petições ao governo: reivindicações coletivas e formais direcionadas ao governo e ao Poder Legislativo em prol de melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores.

Cooperativas anarquistas autogeridas: organizações coletivas e não hierarquizadas, criadas por trabalhadores anarquistas, com a participação de todos nas decisões coletivas e na administração da produção.

Os socialistas

1 a. Sim, segundo o texto, havia conflito entre esses objetivos. Os patrões procurariam gastar o menor valor possível com mão de obra e os trabalhadores tentariam receber o maior salário possível.

No século XIX, havia diferentes concepções de **socialismo**. Os primeiros socialistas foram chamados de **utópicos**. Para eles, as sociedades deveriam promover a igualdade por meio da cooperação e, para isso, propunham a criação de cooperativas e comunidades de trabalhadores voltadas para o bem-estar coletivo.

Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram o **socialismo científico**. Segundo esses autores, as relações econômicas determinavam as estruturas das sociedades. A sociedade industrial, por exemplo, estaria dividida entre **proletários** – que têm apenas o trabalho como meio de sustento – e **burgueses** – proprietários dos meios de produção, como terras e fábricas.

A alteração dessas relações transformaria a sociedade. Por isso, os socialistas promoviam a organização dos proletários para que, por meio de uma revolução, eles tomassem o poder e os meios de produção.

Utópicos: plural de utópico; relativo à utopia, uma sociedade ideal, harmoniosa e justa.

1 b. Dependentes do trabalho para sobreviver e sem direitos trabalhistas, os trabalhadores teriam possibilidades de escolha restritas.

1 Leia o texto a seguir sobre o mundo do trabalho no século XIX e responda às questões no caderno.

> Para o patrão, comprar a mão de obra no mercado mais barato significava comprá-la pela taxa mais baixa de unidade de produção, isto é, comprar a mão de obra mais barata da mais alta produtividade. Inversamente, para o trabalhador, vender o seu trabalho no mercado mais caro significava logicamente vendê-lo pelo preço mais alto pela produção unitária mínima. [...]
>
> Como podiam os trabalhadores no começo da economia industrial decidir que salários e condições aceitar e que esforço aplicar ao seu trabalho, supondo que tivessem alguma escolha?
>
> HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 399-401.

a. Segundo o texto, havia conflito entre os objetivos dos patrões e os dos trabalhadores? Explique.

b. Por que o autor questiona a possibilidade de os trabalhadores escolherem os salários e as condições de trabalho?

2 Liste no caderno as ações colocadas em prática pelos trabalhadores para lutar por suas reivindicações. Você pode incluir os exemplos estudados nas páginas anteriores e outros que conheça.

2. Podem ser mencionadas: a organização de sindicatos gerais e por categoria (*trade unions*), a greve geral, as petições, a autogestão, as cooperativas e comunidades voltadas para o bem-estar coletivo e a organização dos proletários por uma revolução.

Cooperativas socialistas: criadas com base nos princípios do socialismo utópico com o objetivo de produzir transformações sociais tendo a igualdade por princípio e a formação de comunidades direcionadas ao bem-estar coletivo como meio.

Organizações e partidos socialistas: organizações de trabalhadores de acordo os princípios do socialismo científico, segundo os quais as estruturas da sociedade industrial seriam transformadas por meio de uma revolução que conferisse aos proletários o poder sobre os meios de produção.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

Movimentos de trabalhadores no Brasil no século XX

No Brasil, algumas fábricas ligadas à construção civil e ao transporte ferroviário foram criadas na primeira metade do século XIX. No entanto, apenas a partir de 1860 a industrialização se intensificou no país, concentrada na produção de fios e de tecidos. Isso ocorreu principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas também havia fábricas em outras localidades.

A instalação dessas fábricas foi seguida pela organização de trabalhadores e pela realização de greves. As primeiras greves no Brasil aconteceram ainda durante o período imperial. Em Salvador, os carregadores do porto da cidade paralisaram suas atividades em 1857 em protesto contra o pagamento de impostos. No ano seguinte, na cidade do Rio de Janeiro, os tipógrafos, trabalhadores das gráficas, também entraram em greve reivindicando salários mais altos.

O início da produção industrial no Brasil foi marcado pela ausência de **direitos trabalhistas**. As condições de trabalho eram precárias, caracterizadas por salários baixos, jornadas prolongadas e ausência de pagamento de horas extras.

A maior parte dos operários eram imigrantes europeus, principalmente italianos ligados ao anarquismo, e migrantes de diversas regiões do Brasil. Após a abolição formal da escravidão em 1888, também houve a incorporação de ex-escravizados ao trabalho industrial.

Os primeiros sindicatos e organizações de trabalhadores foram criados entre o final do século XIX e o início do XX. Muitos deles tinham orientação anarquista. Entre 1900 e 1920, ocorreram ao menos 400 greves em fábricas no Brasil. Uma delas teve grandes proporções: a Greve Geral de 1917.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Trabalhadores durante a Greve Geral de 1917 no município de São Paulo, estado de São Paulo. Por meio desse movimento, os trabalhadores conquistaram o aumento dos salários.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Reforce com os estudantes que os movimentos de trabalhadores foram alvo da repressão do Estado. Se julgar conveniente, comente que a fotografia reproduzida nesta página foi feita durante o cortejo fúnebre do operário José Martinez, sapateiro anarquista de 21 anos morto pela polícia em 9 de julho de 1917, durante a repressão à greve na Fábrica Mariângela, no Brás, na cidade de São Paulo. Sobre a fotografia, vale ainda comentar que as bandeiras negras retratadas são símbolos anarquistas.

A Greve Geral de 1917 teve início com os empregados das fábricas têxteis de São Paulo e se espalhou por outras fábricas e regiões, alcançando municípios do interior do estado e o Rio de Janeiro e levando à paralisação das atividades de milhares de trabalhadores que reivindicavam a abolição do trabalho infantil, o direito de associação, a extinção do trabalho noturno de menores de idade, a limitação das jornadas de trabalho a oito horas diárias, o pagamento de horas extras e o aumento dos salários.

Orientações

A Consolidação das Leis do Trabalho limitou as jornadas de trabalho no país a oito horas diárias ou quarenta e quatro horas semanais. Converse com os estudantes sobre como os movimentos de trabalhadores foram fundamentais para a redução das jornadas de trabalho em todo o mundo, sendo essa uma das principais reivindicações dos trabalhadores desde, ao menos, os anos de 1810, quando tal demanda era preconizada pela máxima do socialista utópico Robert Owen: "8 horas de trabalho, 8 horas de lazer, 8 horas de descanso". No México, a jornada de oito horas diárias foi adotada em 1917 no contexto da Revolução Mexicana. Na França, em 1919.

É possível explorar também o fato de que a Consolidação das Leis do Trabalho foi alvo de modificações ao longo da história. Em 1962, por exemplo, o governo de João Goulart instituiu o direito ao 13º salário. Já a ditadura civil-militar criou em 1966 o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, contribuição mensal a ser paga pelos empregadores que pode ser sacada pelo trabalhador em condições especiais como a compra da casa própria, doenças graves ou em caso de demissão sem justa causa. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado em substituição à estabilidade no emprego dos trabalhadores que tinham mais de 10 anos de serviço prestados a uma empresa.

Organizações operárias e repressão

Após a Greve Geral de 1917, o crescimento das organizações de trabalhadores no Brasil começou a preocupar a classe empresarial. Imigrantes estrangeiros que lideravam movimentos operários foram expulsos do Brasil e, em 1921, um decreto tornou o anarquismo crime no país.

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922 e reuniu muitos operários, mas foi proibido pouco tempo depois de sua fundação.

Diante das várias greves ocorridas entre as décadas de 1910 e 1920, as primeiras leis que estabeleciam direitos aos trabalhadores começaram a ser aprovadas no Brasil, limitando o trabalho infantil e garantindo 15 dias de férias para os trabalhadores de alguns setores.

A Consolidação das Leis do Trabalho

Entre 1930 e 1945, o Brasil foi presidido por Getúlio Vargas, que buscava o apoio dos trabalhadores. Nesse contexto, aconteceram mudanças importantes nas relações de trabalho.

Em 1930, o Ministério do Trabalho foi criado para mediar as relações entre patrões e trabalhadores. Os sindicatos, que eram independentes, passaram a ter de seguir um modelo aprovado pelo governo. O salário mínimo foi criado em 1940 e, em 1941, a Justiça do Trabalho foi inaugurada.

Em 1943, foi decretado um conjunto de leis válidas para todos os trabalhadores urbanos do país: a **Consolidação das Leis do Trabalho** (CLT). A CLT limitou as jornadas de trabalho, estabeleceu o direito à aposentadoria, ao descanso e às férias remuneradas, à licença-maternidade e às condições básicas de higiene e segurança.

OBJETO DIGITAL
Infográfico: 5 pontos sobre a CLT

IVAN DMITRI/MICHAEL OCHS ARCHIVES/GETTY IMAGES

Trabalhadores da construção civil durante obras no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte, 1943.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objeto digital

O infográfico apresenta informações sobre cinco pontos hoje previstos na Consolidação das Leis do Trabalho: recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, adicional de hora extra, repouso semanal remunerado, proteção à maternidade e demissão por justa causa.

MODERNA

Ligas Camponesas

Inicialmente, a Consolidação das Leis do Trabalho não garantia direitos aos trabalhadores rurais, cujos sindicatos, muitas vezes, não eram aprovados pelo governo.

Entre os anos 1940 e 1950, os movimentos de trabalhadores do campo se intensificaram. Um dos mais importantes deles era formado pelas Ligas Camponesas.

A primeira Liga Camponesa foi criada em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. O objetivo inicial era que os trabalhadores se apoiassem mutuamente na luta por suas reivindicações. Entre 1955 e 1964, as ligas se espalharam por todo o Brasil. Além das questões trabalhistas, as reivindicações incluíam a reforma agrária.

O movimento sindical durante a ditadura civil-militar

Após 1945, encerrado o primeiro governo de Getúlio Vargas, os sindicatos conseguiram mais independência em relação ao Estado. Porém, entre 1964 e 1985, durante a ditadura civil-militar que se instalou no país, as organizações de trabalhadores foram perseguidas e o direito à greve foi restrito.

Apesar disso, no final dos anos 1970, sindicatos como o dos metalúrgicos no **ABC Paulista** conseguiram realizar grandes greves – as maiores delas ocorreram entre 1978 e 1980. Elas contribuíram para defender os direitos dos trabalhadores e a democracia no país. Nesse período, foram criadas organizações sindicais que continuam atuando no Brasil.

FOLHAPRESS

Trabalhadores no Paço Municipal de São Bernardo do Campo durante greve dos metalúrgicos, estado de São Paulo, 1979.

ABC Paulista: região que reúne alguns municípios da Região Metropolitana de São Paulo, entre os quais: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Os direitos dos trabalhadores rurais foram equiparados definitivamente aos direitos dos trabalhadores urbanos no país apenas em 1988, com a aprovação da Constituição de 1988, em vigor hoje em dia no Brasil.

Se achar conveniente, explique que a reforma agrária foi uma das mudanças previstas pelas Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart. Outra reforma proposta por este ex-presidente envolveu a concessão do direito ao voto aos analfabetos. A exclusão do voto dos analfabetos restringia os direitos políticos no Brasil, uma vez que boa parte da população da época não era alfabetizada.

A reforma agrária ainda é uma das principais bandeiras dos movimentos sociais do campo no Brasil. Isso porque a concentração fundiária continua sendo um dos principais problemas do país.

EDITORIA

Orientações

Explique aos estudantes que a Constituição estabelece as leis fundamentais que regulam a organização do Estado. Ela define as competências dos poderes, os direitos básicos dos cidadãos e um conjunto de normas estáveis, portanto difíceis de ser modificadas.

A elaboração da Constituição de 1988 contou com ampla participação popular, que foi garantida pela atuação de movimentos sociais organizados em audiências públicas e por meio de formulários disponibilizados nas agências de correios para que os cidadãos enviassem sugestões, comentários e críticas.

Essas estratégias fizeram da Constituição de 1988 aquela com maior participação popular da história do país.

As atividades dessa página podem ser utilizadas para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre os primeiros movimentos de trabalhadores no Brasil, os períodos de restrição às organizações trabalhistas, as conquistas obtidas com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho e a efetividade dessa legislação nos dias de hoje.

Se achar conveniente, é possível solicitar a realização da proposta da atividade 5 em meios digitais. Eles podem elaborar a apresentação em *softwares* disponíveis na internet que permitem a realização gratuita de *slides* de apresentação em diferentes formatos e com variados recursos visuais.

5. Para a elaboração do cartaz, os grupos podem selecionar um direito específico (como as férias, por exemplo) ou um conjunto de direitos.

Direitos trabalhistas na Constituição Brasileira

Em meio às greves e às manifestações de trabalhadores, após o fim da ditadura civil-militar, uma nova Constituição foi promulgada no Brasil em 1988. Ela ficou conhecida como **Constituição Cidadã** e ampliou os **direitos sociais** da população brasileira. Os direitos trabalhistas fazem parte dos direitos sociais e foram estendidos a todos os trabalhadores, urbanos e rurais.

Muitos direitos trabalhistas foram incorporados na Constituição do Brasil, como a regulamentação do número de horas da jornada de trabalho, as férias remuneradas, as licenças maternidade e paternidade, seguros contra acidentes de trabalho e a proibição da discriminação salarial por idade, sexo, cor, deficiência ou estado civil. Além disso, a Constituição garantiu o direito à greve e à livre organização sindical.

6 a. Espera-se que os estudantes apontem a limitação da jornada de trabalho, o descanso e as férias remuneradas e outros direitos trabalhistas usufruídos por aqueles com quem convivem ou por eles mesmos.

Direitos sociais: direitos que devem ser garantidos a todos, como o acesso à saúde, à alimentação, à educação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, entre outros.

3 Quando surgiram e quais foram os primeiros movimentos de trabalhadores organizados no Brasil?

3. Os primeiros movimentos de trabalhadores organizados, como sindicatos e federações, surgiram no Brasil entre o final do século XIX e a década de 1920, período em que o processo de industrialização começou a se intensificar no país.

4 As organizações de trabalhadores puderam atuar livremente durante todo o século XX no Brasil? Justifique sua resposta.

4. Não. No início do século XX, as organizações de trabalhadores foram perseguidas e reprimidas, por exemplo, com a expulsão do país de imigrantes envolvidos em movimentos de trabalhadores, e houve ainda proibição de organizações anarquistas. Durante a ditadura civil-militar, essas organizações também foram perseguidas.

5 Reúna-se em grupo com os colegas e criem um cartaz representando as transformações na vida dos trabalhadores proporcionadas pela aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943.

ODS 10

6 Conversem em sala de aula sobre as perguntas.

a. Entre as pessoas com as quais vocês convivem, que direitos definidos pela Consolidação das Leis do Trabalho são usufruídos?

b. Em que medida esses direitos são importantes no dia a dia dos trabalhadores?

6 b. Espera-se que os estudantes identifiquem a importância dos direitos trabalhistas para a saúde física e mental dos trabalhadores.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Avalie a possibilidade de propor o uso desse recurso tecnológico. Caso a escola tenha computadores com acesso a internet, é possível destinar uma aula para a realização de uma oficina de aprendizagem para o uso desse recurso.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Ao abordar a importância dos direitos trabalhistas como parte das políticas públicas de proteção e dos direitos sociais que possibilitam alcançar progressivamente maior igualdade social, as atividades 5 e 6 contribuem para o debate sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 – Redução das desigualdades.

Movimentos de trabalhadores no Brasil no século XXI

Atualmente, os trabalhadores enfrentam desafios que envolvem a restrição do acesso aos direitos trabalhistas. Surgiram novas formas de trabalho autônomo e cresceu a proporção de pessoas sem registro formal em Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Além disso, a automação e a mecanização da produção industrial e de outras atividades têm ocasionado a redução de diversos postos de trabalho.

Outro foco de transformações está relacionado à aprovação em 2017, no Congresso Nacional, de uma **reforma trabalhista**.

A reforma trabalhista de 2017

Uma reforma trabalhista tem o objetivo de mudar as regras que regem diferentes aspectos do mundo do trabalho em vigor em um país. A reforma aprovada no Brasil em 2017, por exemplo, alterou uma série de normas da CLT.

Uma das principais mudanças tornou possível a negociação entre patrões e empregados a respeito de itens que antes eram considerados inegociáveis, como a duração do intervalo para almoço. Alguns direitos, porém, continuam fora de qualquer negociação: não é permitida remuneração inferior ao salário mínimo e os patrões não podem deixar de pagar o décimo terceiro salário ou desrespeitar a licença-maternidade, por exemplo.

Os defensores da reforma consideravam que era necessário tornar as leis trabalhistas menos rígidas para ajustá-las ao mercado de trabalho atual. Para eles, ao diminuir os deveres dos empregadores, as mudanças incentivariam a abertura de vagas de emprego.

No entanto, os críticos da reforma apontavam que a perda de direitos conquistados degradaria as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

AVENER PRADO/FOLHAPRESS

Protesto contra a reforma trabalhista no município de São Paulo, estado de São Paulo, 2017.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Peça aos estudantes que elaborem um texto apresentando o debate em torno da reforma trabalhista de 2017. Para isso, eles devem pesquisar dados estatísticos e pesquisas científicas sobre os efeitos da reforma. Podem considerar os dados numéricos dos processos iniciados na Justiça do Trabalho, apresentados no gráfico "Brasil: processos iniciados na Justiça do Trabalho – 1941-2021", e os dados das taxas de desemprego no período posterior à reforma. O objetivo é que os estudantes exercitem a argumentação e que pratiquem a construção de argumentos com base em dados divulgados em fontes confiáveis para defender seus pontos de vista.

Orientações

Converse com os estudantes sobre o processo de discussão e de aprovação da reforma trabalhista de 2017. Pergunte se obtiveram informações sobre os principais pontos da proposta, se acompanharam reportagens sobre o tema ou os protestos contra ela e qual é a opinião deles sobre a reforma.

Após a leitura do texto da página, é possível perguntar se eles tendem a concordar com a ideia de que era necessário flexibilizar a Consolidação das Leis do Trabalho para aumentar a quantidade de empregos. Se achar conveniente, pergunte se eles identificam mais aspectos positivos ou negativos da aprovação dessa reforma com base na experiência que possuem.

Outro aspecto que pode ser explorado é a percepção pessoal a respeito do mercado de trabalho desde a época da aprovação da reforma. "A vida profissional melhorou ou piorou desde a promulgação das mudanças?"; "Quais outros fatores além da reforma podem ter interferido na melhora ou na piora das condições de trabalho?". As respostas podem incluir os efeitos da pandemia de covid-19 e o avanço da automação, por exemplo.

Orientações

A prática da terceirização é diferente da pejotização. A primeira é uma prática regulamentada que envolve a contratação de uma empresa para a prestação de serviços específicos. Essa empresa pode ter os próprios empregados contratados segundo o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Trabalhadores autônomos com CNPJ próprio, como os microempreendedores individuais, também podem ser contratados.

Já a pejotização é uma prática ilegal que consiste em ocultar uma relação de emprego formal por meio de contratos de terceirização. Isso significa que, mesmo após a reforma trabalhista de 2017, um empregador não pode, por exemplo, apresentar a um prestador de serviços as mesmas exigências que faria a um empregado CLT (como a realização de expediente em horários fixos ou a pessoalidade no cumprimento das tarefas). Caso isso ocorra, a prática pode ser enquadrada como fraude.

Discuta com os estudantes se eles conhecem alguém que já atuou como trabalhador terceirizado, se essa pessoa exercia seus direitos trabalhistas e se eles consideram o avanço da terceirização positivo ou negativo.

A terceirização do trabalho

A reforma trabalhista de 2017 ampliou as possibilidades de **terceirização do trabalho**, que consiste na contratação de um trabalhador ou empresa como prestador de serviços autônomo. Dessa forma, a empresa não arca com direitos como o pagamento de férias remuneradas, o recolhimento mensal do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou o décimo terceiro salário.

Antes da reforma, a terceirização já existia, mas apenas as **atividades-meio** – ou seja, aquelas que contribuem para a produção da empresa – podiam ser terceirizadas. Depois da reforma de 2017, todas as atividades de uma empresa podem ser terceirizadas, inclusive as **atividades-fim** – a atividade principal da empresa –, o que antes não era permitido.

Isso significa que, antes da reforma, em uma fábrica de pães, por exemplo, a limpeza ou a segurança da fábrica podiam ser terceirizadas, mas não a fabricação dos pães. Agora, todas as atividades realizadas na fábrica podem ser terceirizadas, inclusive a fabricação dos pães.

A reforma de 2017 também mudou o parcelamento das férias, regulamentou a jornada de trabalho de **12 por 36 horas** e o **trabalho intermitente**. O acesso gratuito à Justiça do Trabalho, antes garantido a todos, passou a valer somente para aqueles que provarem não ter recursos.

12 por 36 horas: jornada de trabalho em que se trabalha 12 horas seguidas, descansando nas 36 horas seguintes.
Trabalho intermitente: modalidade em que o trabalho não é contínuo e não há horários fixos. O trabalhador recebe somente pelas horas trabalhadas.

MARCELO GONÇALVES/FOLHAPRESS

Trabalhadores protestam contra a demissão de milhares de funcionários de uma fábrica de ônibus no município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, 2022. A empresa previa que parte dos funcionários fosse substituída por trabalhadores terceirizados.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

DERNA

O teletrabalho

A reforma trabalhista de 2017 regulamentou uma nova modalidade de trabalho: o **teletrabalho**, que consiste na realização de atividades à distância, com ambiente e recursos tecnológicos previstos em contrato.

Os trabalhadores que atuam nessa modalidade têm os mesmos direitos daqueles que exercem suas funções de modo presencial, com exceção do direito ao vale-transporte.

O teletrabalho, contudo, não é acessível a todos, pois apenas algumas atividades podem ser realizadas dessa forma. A maior parte delas são exercidas por profissionais com Ensino Superior, o que expressa as desigualdades sociais relacionadas à divisão do trabalho.

O crescimento do trabalho informal

ODS 8

O conjunto das transformações em curso no mundo do trabalho tem como um dos seus principais efeitos a ampliação da informalidade com o surgimento de modalidades de trabalho sem o registro formal, como a dos motoristas e entregadores que atuam por meio de aplicativos, que se somam a atividades informais que já existiam, como a dos vendedores ambulantes.

CRIS FAGA/SHUTTERSTOCK

Barracas de vendedores ambulantes em rua no município de São Paulo, estado de São Paulo, 2022.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Ao promover reflexões sobre a importância dos direitos trabalhistas garantidos na Constituição de 1988 no contexto de crescimento da informalidade no Brasil, o conteúdo contribui para o debate sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 – Trabalho decente e crescimento econômico.

Orientações

No capítulo 5, apresentou-se aos estudantes a noção de trabalho remoto. Vale ressaltar que o teletrabalho é um tipo de trabalho remoto – e está incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho. Os recursos tecnológicos utilizados pelo empregado estão previstos e discriminados em contrato.

As práticas do trabalho remoto e do teletrabalho deram origem a algumas questões que podem ser discutidas com os estudantes, como a conectividade constante proporcionada pelas ferramentas digitais, que faz com que os limites entre o tempo de repouso e o tempo de trabalho sejam relativizados em alguns contextos.

Comente que o aumento do número de trabalhadores em atividades informais tende a reduzir o número de pessoas sindicalizadas, comprometendo a arrecadação dos sindicatos e, portanto, sua capacidade de atuação. Nesse sentido, a informalidade gera consequências para os trabalhadores em geral.

Complemento das respostas

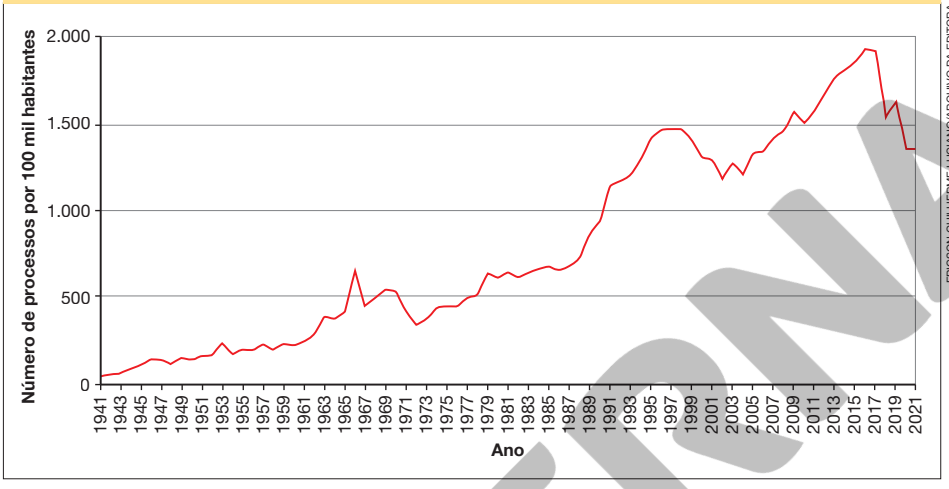
7. Auxilie os estudantes a interpretar o gráfico destacando que o eixo vertical indica o número de processos por 100 mil habitantes e o eixo horizontal indica o ano referente a cada informação. Antes de pedir que respondam aos itens **a** e **b**, localize com eles o número de processos em determinados anos para auxiliar o desenvolvimento da habilidade de leitura e interpretação do gráfico. Comente que o ano de 1941 é a data inicial, pois foi quando teve início a atuação da Justiça do Trabalho no Brasil.

8. Considere utilizar essa atividade para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre os conteúdos estudados ao longo deste capítulo. Entre os direitos trabalhistas que não existiam no século XIX, mas estão em vigor no século XXI, podem ser citados: o salário mínimo, a licença-maternidade e a licença-paternidade, as férias, o descanso remunerado e o décimo terceiro salário.

Analisando a reforma trabalhista

As consequências da reforma trabalhista de 2017 ainda estão sendo analisadas. Um aspecto registrado em decorrência da aprovação da reforma relaciona-se ao número de processos trabalhistas iniciados na Justiça do Trabalho, como revelam os dados representados no gráfico.

Brasil: processos iniciados na Justiça do Trabalho – 1941-2021



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: REIS, Hugo Freitas. **Por que a litigância aumentou? Avaliação de algumas hipóteses da literatura por meio das estatísticas históricas do Judiciário**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. p. 42.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7 Analise o gráfico desta página e responda às questões a seguir.

a. O número de processos trabalhistas aumentou ou diminuiu após a reforma trabalhista de 2017?

7 a. Segundo o gráfico, o número de processos trabalhistas diminuiu após 2017.

b. Por que isso teria ocorrido? Justifique sua resposta.

7 b. Entre outros fatores, os estudantes podem mencionar o fim do acesso gratuito irrestrito à Justiça do Trabalho e o aumento da informalidade e da terceirização, que privam os trabalhadores de certos direitos e, portanto, acabam afastando-os da Justiça do Trabalho.

8 Reúna-se com os colegas em grupo e respondam à questão no caderno: em relação ao acesso a direitos trabalhistas no Brasil, o que mudou entre a realidade do final do século XIX e a do início do século XXI?

8. Apesar das mudanças em curso, no século XXI os trabalhadores brasileiros têm acesso a direitos trabalhistas. Isso não ocorria no final do século XIX.

Atividade complementar

A atividade 8 pode ser utilizada para uma atividade complementar de caráter artístico. É possível sugerir que os grupos formados durante a atividade sejam mantidos e que cada grupo produza uma apresentação artística sobre os direitos trabalhistas no Brasil no final do século XIX e no início do século XXI. Os grupos podem considerar diferentes formatos de apresentação, como: peças teatrais, apresentação de *rap* ou de repente (ou outras formas poéticas e musicais com ou sem rimas), entre outras. Trata-se de uma oportunidade para o desenvolvimento e a prática de outras formas de linguagem e de expressão, podendo ser um instrumento para contemplar estudantes com diferentes perfis no processo de ensino-aprendizagem.

As lutas dos trabalhadores plataformizados

Um fenômeno que está em evidência nos últimos anos é o dos trabalhadores autônomos ou informais que atuam por meio de aplicativos e de plataformas digitais. Eles trabalham conforme as demandas apresentadas nessas ferramentas e assumem todos os riscos e os custos de suas atividades. São os **trabalhadores plataformizados**.

Os profissionais que mais atuam nessa condição são os motoristas que transportam passageiros e os entregadores de alimentos.

Considerados autônomos, esses trabalhadores não têm direitos trabalhistas, como férias remuneradas, seguro-desemprego, limitação da jornada de trabalho ou salário mínimo.

Em alguns países do mundo, movimentos organizados pelos trabalhadores plataformizados tentam pressionar os governos, os aplicativos e as plataformas digitais por melhores condições de trabalho e pelo reconhecimento jurídico do vínculo entre trabalhadores e plataformas.

No Brasil, a greve conhecida como Breque dos *Apps*, ocorrida em 2020, organizada por trabalhadores que atuam em serviços de entregas por aplicativo foi um exemplo disso. O movimento desses trabalhadores ocorreu durante a pandemia de covid-19 e, além do aumento dos valores recebidos, reivindicava equipamentos de proteção e auxílio aos trabalhadores que contraíssem a doença.

JACQUELINE LISBOA/AGIF/AFP

Protesto realizado durante o Breque dos *Apps* na cidade de Brasília, Distrito Federal, 2020.

OBJETO DIGITAL Vídeo: Os aplicativos e os trabalhadores plataformizados

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objeto digital

O vídeo apresenta características da relação entre empresas de aplicativo e trabalhadores plataformizados e mostra o papel dos algoritmos nessa dinâmica.

Orientações

Para enriquecer a aula sobre o tema dos trabalhadores plataformizados, pode-se dividir os estudantes em grupos para que conversem sobre as seguintes questões: "Quais são os principais problemas enfrentados por trabalhadores plataformizados?", "Por que esses problemas acontecem?", "Quais seriam as possíveis soluções para esses problemas?". Oriente os estudantes a refletir sobre soluções que envolvam a criação de leis ou mudanças no regulamento interno das plataformas.

Em seguida, peça a cada grupo que compartilhe suas perspectivas com o restante da turma. Registre na lousa os pontos centrais mencionados pelos grupos. Por fim, é possível debater com os estudantes se essas soluções já foram propostas por lideranças políticas ou por membros de movimentos associados à categoria dos trabalhadores de aplicativo.

Outro tema que pode ser discutido com os estudantes é o da dificuldade de organizar movimentos unificados de trabalhadores plataformizados devido à natureza descentralizada (e pouco regulamentada) dessa modalidade de trabalho.

Ao comentar a fotografia do protesto "Breque dos *Apps*", verifique se os estudantes sabem que *app* é a abreviatura, em inglês, do termo *aplicativo*.

Capítulo 9

Este capítulo trata de questões de gênero no trabalho na contemporaneidade. Espera-se que os estudantes identifiquem, ao celebrar o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, que o *card* se relaciona à desigualdade da participação de mulheres nas pesquisas científicas.

Explique que a desigualdade da participação das mulheres nas Ciências é concreta. Segundo a Unesco, menos de 30% dos pesquisadores do mundo são mulheres. (UNESCO. **Women in science**. Disponível em: https://uis.unesco.org/en/topic/women-science. Acesso em: 10 abr. 2024.) Verifique os exemplos de desigualdade citados pelos estudantes, explorando os contextos e as características das situações apontadas por eles.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: trabalho feminino na história; assalariamento das mulheres no século XIX; direitos trabalhistas das mulheres no Brasil; regulamentação do trabalho doméstico assalariado; preconceito de gênero na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 9

Trabalho e igualdade de gênero

REPRODUÇÃO/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

Card em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência publicado pelo governo municipal de São Francisco do Oeste, estado do Rio Grande do Norte, 2022.

A conquista de direitos pelos trabalhadores no decorrer da história melhorou as condições de vida e de trabalho das pessoas. Entretanto, para certas parcelas da população, existem fatores que ainda dificultam a inserção no mercado de trabalho e o crescimento profissional, o que caracteriza uma situação de desigualdade.

A comemoração da data anunciada no cartaz está relacionada a que tipo de desigualdade? É possível identificar essa desigualdade nos ambientes de trabalho e de estudo que você conhece? Se sim, em quais situações? Comente suas impressões com os colegas.

Neste capítulo você vai:

- refletir sobre a inclusão das mulheres no mercado de trabalho;
- valorizar a luta das mulheres pela conquista de direitos trabalhistas e busca pela igualdade;
- identificar a desigualdade de gênero na sociedade brasileira.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

Avaliação diagnóstica

- No passado, que atividades de trabalho as mulheres e os homens realizavam? Dê alguns exemplos.
- O que precisa ser conquistado para a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho?

Aproveite as questões para avaliar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre a divisão sexual do trabalho e os entraves para a conquista da igualdade de gênero. As respostas da turma devem ser consideradas para o planejamento das próximas aulas. Caso os estudantes não consigam identificar as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, retome os conteúdos abordados nos capítulos 6 e 7 desta obra.

As mulheres e o trabalho na história

Na Europa, até o início da Primeira Revolução Industrial, os espaços sociais reservados às mulheres eram muito limitados. No século XIX, por exemplo, as normas de comportamento social estabeleciam que a presença das mulheres – principalmente das mais ricas – devia se restringir ao ambiente doméstico e privado. Neles, elas tinham de se dedicar aos cuidados com a casa e os filhos e ficavam submetidas à autoridade dos pais, irmãos ou maridos, sendo frequentemente agredidas ou proibidas de sair.

As mulheres pobres trabalhavam como costureiras, lavadeiras, criadas, nas lavouras, em lojas, em oficinas e em outras atividades. As responsabilidades domésticas, como preparar as refeições para a família, manter a limpeza da casa, cuidar das crianças, dos idosos e dos doentes, geralmente recaíam sobre elas.

Em sociedades escravistas, como o Brasil colonial e imperial, as mulheres mais ricas procuravam viver segundo os moldes da elite da Europa. Já as mulheres pobres, livres e **alforriadas** faziam todo tipo de trabalho nas roças, no comércio ambulante e na tecelagem. Eram também parteiras, **amas de leite** ou cozinheiras.

As mulheres escravizadas eram alvo da desumanização da escravidão: submetidas ao trabalho compulsório, sofriam todo tipo de violência. Elas eram forçadas a trabalhar em atividades domésticas, na lavoura e na mineração. Parte delas também trabalhava na condição de escravizada de ganho, ou seja, prestando serviços nas vilas e nas cidades para entregar seus ganhos ao senhor escravista.

Alforriadas: plural e feminino de alforriado. Pessoa que recebeu ou comprou carta de alforria, documento que libertava o escravizado.
Ama de leite: mulher que amamenta uma criança que não é seu filho.

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SÃO PAULO

Cena de família de Adolfo Augusto Pinto, pintura de José Ferraz de Almeida Júnior, 1891.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Leia em sala de aula o título "As mulheres e o trabalho na história" e solicite aos estudantes que realizem inferências sobre o tema do texto. Faça a leitura compartilhada e peça a eles que registrem no caderno os espaços e as épocas abordados.

Para tratar da limitação dos espaços sociais femininos, explore a pintura de Almeida Júnior. Peça aos estudantes que atentem para o modo como o pintor representou as atividades do homem e da mulher. Ele lê um jornal, enquanto ela parece ensinar a única filha menina a costurar ou bordar. Cinco crianças estão ao redor da mulher, enquanto o homem parece descansar enquanto lê.

A cena representa a reprodução de diferentes papéis sociais de gênero. É importante discutir como esses papéis foram cultural e socialmente construídos para que os estudantes desenvolvam uma perspectiva crítica a respeito desse tema.

Atividade complementar

Para superar eventuais dificuldades de leitura e de escrita e contribuir para a sistematização do conteúdo, elabore um esquema na lousa contendo as palavras "Europa" e "Brasil" em colunas diferentes e, associadas a cada uma delas, linhas com os termos "mulheres ricas" e "mulheres pobres". Para o Brasil, crie, ainda, uma linha com o termo "mulheres escravizadas". Solicite aos estudantes que copiem o esquema no caderno e o preencham com as características do trabalho feminino na Europa do século XIX e no Brasil colonial e imperial.

Orientações

Neste momento do capítulo, os estudantes devem diferenciar as relações de trabalho assalariado das demais modalidades existentes antes da Revolução Industrial, e as consequências delas para as mulheres. Embora as operárias tivessem alguma autonomia em relação aos homens, as condições em que viviam eram difíceis: além dos baixos salários, elas arcavam com o trabalho de cuidado e sofriam violência e assédio nas fábricas. No entanto, as lutas por melhores condições levaram as mulheres a organizar-se. Elas estabeleceram laços de solidariedade entre si, e foram, aos poucos, criando suas próprias organizações políticas para reivindicar por direitos.

A citação de Jules Simon em 1860 foi retirada de: SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**: o século XIX. Porto: Afrontamento, 1994. v. 4, p. 444.

Discuta com os estudantes a importância dessas organizações, utilizando a fotografia desta página. Questione se eles conhecem ou integram alguma associação similar, que lute por melhoria das condições de vida dos grupos dos quais fazem parte. Em caso afirmativo, peça aos estudantes que compartilhem essas experiências ou ainda converse com eles sobre os benefícios da luta coletiva para a vida das trabalhadoras.

As mulheres e o trabalho industrial

Na Europa, nos séculos XVIII e XIX, durante a Revolução Industrial, ocorreu uma grande transformação: muitas mulheres passaram a ser contratadas em relações de trabalho assalariado. Nesse contexto, a mão de obra das mulheres passou a ser explorada nas fábricas em troca de remuneração.

Naquela época, até mesmo a feminilidade das mulheres trabalhadoras era colocada em questão. Em 1860, um político francês, Jules Simon, afirmou, por exemplo, que "uma mulher que se torna trabalhadora deixa de ser mulher". Além disso, na própria França e em outros países, como o Reino Unido, foi preciso aprovar leis para que as mulheres pudessem receber seus salários diretamente, e não os seus maridos.

Nas fábricas, as mulheres trabalhavam em condições precárias e enfrentavam longas jornadas. Ainda que elas compusessem a maior parte da mão de obra em alguns setores, como a indústria têxtil, as operárias recebiam salário menor que o dos homens. Além disso, muitas delas continuavam sendo consideradas as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado e pelo cuidado com os filhos.

Mesmo nos movimentos de trabalhadores, as mulheres frequentemente eram vistas como uma ameaça pelos operários homens, muitos dos quais defendiam que elas deviam ficar restritas ao ambiente doméstico. Contudo, isso não impediu as mulheres operárias de se mobilizarem para ter seus direitos reconhecidos. Para isso, participaram da organização de greves, aderiram a sindicatos e criaram suas próprias organizações.

MUSEU VIVO DO CAMPO NEGRO, DUDLEY

A sindicalista Mary Macarthur discursa para uma multidão durante greve de trabalhadoras de uma indústria de correntes, em Cradley Heath, Reino Unido, 1910.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A expansão do trabalho das mulheres no século XX

Na metade do século XIX, o acesso das mulheres à educação formal aumentou. Com isso, muitas mulheres jovens e solteiras começaram a encontrar oportunidades de trabalho além das fábricas, sendo admitidas em escritórios nas funções de secretária, telegrafista, telefonista, entre outras. O salário delas era mais baixo que o dos homens. Esse fator contribuiu para a contratação maciça de mulheres nessas funções.

Durante as duas guerras mundiais, a primeira ocorrida entre 1914 e 1918 e a segunda entre 1939 e 1945, muitos homens foram convocados para os campos de batalha, e por isso as mulheres passaram a exercer trabalhos que, até então, eram restritos a eles.

Além de trabalharem como operárias nas fábricas de armas, de munições, de aviões e de uniformes militares, as mulheres atuavam em outros ramos industriais e nos mais diversos serviços urbanos, como condutoras de bonde, mecânicas ou bombeiras. Nesse contexto, elas passaram a receber salários maiores.

BIBLIOTECA DO CONGRESSO, WASHINGTON, D.C.

Trabalhadoras atuando em uma fábrica de explosivos nos Estados Unidos entre 1915 e 1917.

Com condições de trabalho mais adequadas e organizadas em movimentos políticos, as mulheres conquistaram o direito de votar em diversos países logo após o final da Primeira Guerra Mundial. Isso ocorreu, por exemplo, no Reino Unido e na Alemanha em 1918 e nos Estados Unidos em 1920.

Terminadas as guerras, contudo, as mulheres logo foram incentivadas a retornar ao espaço doméstico e aos papéis exclusivos de donas de casa, esposas e mães. Mesmo assim, após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho foi constante: em 1970, elas compunham 40% da mão de obra ativa nos Estados Unidos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Divida os estudantes em grupos para uma pesquisa sobre a participação das mulheres no esforço de guerra, no chamado *front* doméstico (nas indústrias, por exemplo), em grupos de resistência à invasão nazista na Europa e no acolhimento de judeus refugiados em diferentes partes do mundo. No Brasil, por exemplo, indignada com o racismo e a eugenia nazista, Laudelina de Campos, cujo papel na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas é destacado na página 139 deste capítulo, se alistou nas forças armadas brasileiras que combatiam o Eixo. O resultado da pesquisa dos grupos pode dar origem a uma exposição sobre o protagonismo das mulheres neste contexto.

Orientações

Explore a fotografia da página com os estudantes. Em seguida, leia o título do texto e peça-lhes que o relacionem à fotografia. Dessa forma, eles podem antecipar o tema geral do texto, o que deve ajudá-los a fazer inferências.

Depois de realizar a leitura compartilhada do texto, ressalte o papel das mulheres trabalhadoras no esforço de guerra e o surgimento de novas perspectivas sobre a participação da mulher no mundo do trabalho produtivo.

Sobre a experiência das mulheres na Segunda Guerra Mundial, a obra de Svetlana Aleksiévitch, *A guerra não tem rosto de mulher* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016) reúne depoimentos de mulheres soviéticas que atuaram na guerra, apresentando as perspectivas femininas do conflito, em geral silenciadas e esquecidas.

O dado numérico sobre a participação das mulheres na mão de obra ativa nos Estados Unidos em 1970 foi retirado de: PURDY, Sean. O século americano. *In*: KARNAL, Leandro *et al*. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 251.

Orientações

Neste momento do capítulo, enfatiza-se a importância do movimento feminista para a construção da igualdade entre homens e mulheres. É importante reconhecer, contudo, que a luta feminista resulta, em parte, da articulação das mulheres desde pelo menos o século XVIII e das transformações ocorridas ao longo da primeira metade do século XX, o que inclui as consequências das duas guerras mundiais. Retome com os estudantes os conteúdos estudados, a fim de expor o tema da luta pela igualdade entre homens e mulheres em uma perspectiva histórica.

A *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*, elaborada pela Organização das Nações Unidas, constitui uma das vitórias das mulheres em busca da igualdade de gênero. O tratado é uma conquista importante, pois obriga os países signatários a desenvolver políticas públicas que combatam a discriminação contra a mulher.

Complemento das respostas

1. O artigo 5º demonstra a necessidade de uma mudança sociocultural de conduta. Proponha uma conversa sobre as atitudes que podem contribuir para a eliminação de preconceitos, percebendo que a igualdade de gênero não resulta somente de ações governamentais.

Luta pela igualdade

Inspiradas no **movimento feminista**, que ganhou força nos anos 1960 e 1970 na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, muitas mulheres passaram a se conscientizar sobre as raízes profundas das desigualdades. Esse processo possibilitou a elas identificar preconceitos e outras formas de violência.

Em 1981, entrou em vigor o primeiro tratado internacional sobre os direitos das mulheres publicado pela Organização das Nações Unidas e denominado *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres*. Os 188 países que assinaram esse documento condenaram todas as formas de discriminação contra a mulher e assumiram o compromisso de desenvolver políticas de promoção da igualdade. O documento chamou a atenção para a necessidade de mudança dos padrões culturais da sociedade.

1. Segundo o texto, esses países se comprometeram a eliminar preconceitos e costumes que tenham como base a ideia de inferioridade das mulheres em relação aos homens e estereótipos em relação a ambos.

> Artigo 5º
>
> Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas para:
>
> a) modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas **consuetudinárias**, e de qualquer outra **índole** que estejam baseados na ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções **estereotipadas** de homens e mulheres;
>
> [...]
>
> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. 1979. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

Consuetudinárias: feminino e plural de consuetudinário. Que se baseia nos costumes, nas práticas de uma sociedade.
Estereotipadas: feminino e plural de estereotipado. Caracterização preconcebida por falta de conhecimento ou por simplificação exagerada.
Índole: caráter, temperamento de uma pessoa.

1 Segundo o trecho do artigo 5º da convenção que você leu, que problema os países que assinaram esse documento se comprometeram a eliminar? Responda no caderno.

2 Converse com os colegas: como combater os estereótipos sobre homens e mulheres no lugar onde vocês vivem? Com base nos estudos desenvolvidos e em suas experiências, o que você entende da proposta de eliminação das funções estereotipadas de homens e mulheres?

2. Espera-se que os estudantes identifiquem funções estereotipadas de homens e mulheres a partir da retomada de experiências pessoais e da discussão apresentada no capítulo 6 sobre a sobrecarga das mulheres com as atividades de cuidados domésticos.

2. As questões propostas contribuem para a reflexão a respeito das expectativas sociais e estereótipos sobre homens e mulheres. Incentive os estudantes a refletir sobre as atividades de trabalho remuneradas e não remuneradas que as mulheres e os homens com quem eles convivem realizam. Apoie a participação dos estudantes que demonstrarem interesse em compartilhar as próprias observações. Com base nos comentários e nos conteúdos já estudados nesta obra, será possível explorar alguns estereótipos difundidos na sociedade. As atividades 1 e 2 podem ser aproveitadas para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Direitos das trabalhadoras brasileiras

No Brasil, os direitos trabalhistas das mulheres começaram a ser regulamentados a partir da Constituição de 1934, que proibiu, por exemplo, o trabalho de mulheres em indústrias que ofereçam riscos à saúde.

A Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, unificou a legislação trabalhista no país, que passou a contar com um capítulo específico sobre a proteção à mulher trabalhadora.

A legislação trabalhista prevê obrigações específicas para garantir às mulheres condições adequadas de trabalho. Entre elas, está o salário integral durante o período de licença-maternidade e o direito de uma mãe trabalhadora ter dois descansos de meia hora por dia para amamentar o filho em instalações adequadas fornecidas pelo empregador. Embora garantidos por lei, esses direitos nem sempre são cumpridos pelos empregadores.

A Constituição Federal de 1988 proibiu a dispensa sem justa causa de mulheres entre o início da gravidez e o fim do quinto mês após o parto, desde que a funcionária não tenha cometido uma falha grave, capaz de provocar uma quebra de confiança em seu trabalho e em sua conduta. A Constituição também garantiu às mulheres o acesso à seguridade social, que inclui previdência e assistência médica, e proibiu diferenças de salários e discriminação em contratações.

Em 2023, o decreto nº 11.795 do governo federal estipulou mecanismos de controle da igualdade salarial entre mulheres e homens. Embora a igualdade estivesse prevista na Constituição de 1988, o decreto estabeleceu formas de fiscalizar seu cumprimento: as empresas com mais de cem funcionários passaram a ser obrigadas a publicar os valores dos salários e dos critérios de remuneração de seus funcionários ao Ministério do Trabalho e ao público em geral.

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Mulheres trabalhando no embalamento de uvas no município de Petrolina, estado de Pernambuco, 2022.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Solicite aos estudantes que leiam o texto desta página em silêncio, grifando os direitos garantidos às mulheres trabalhadoras no Brasil e registrando no caderno, em forma de lista, quais são esses direitos.

Se possível, registre os trechos na lousa e peça a eles que acessem na internet o texto da Constituição Federal de 1988 (como o inciso I do artigo 5º, que trata da igualdade entre homens e mulheres, ou o artigo 7º, que trata de alguns direitos das trabalhadoras) ou o Capítulo III da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da proteção do trabalho da mulher. Selecione artigos como o 373-A, que visa combater a discriminação e promover a igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

Além de os estudantes terem contato com informações públicas, eles podem relacionar os trechos grifados ao texto constitucional e à Consolidação das Leis do Trabalho.

Orientações

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística relativos à população feminina e masculina em 2019 foram obtidos em: IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

Ao analisar o quadro, retome o que já foi estudado a respeito da economia do cuidado e discuta como as diferenças na realização dos trabalhos domésticos e de cuidado de pessoas estão relacionadas à cultura machista no Brasil. Demonstre que algumas atitudes cotidianas têm relações diretas com as desigualdades de gênero: permitir, por exemplo, que o trabalho de cuidado seja relegado principalmente às mulheres pode afastá-las do emprego formal, reduzir sua remuneração, impactar sua independência e autonomia, dificultar o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, além de impor sobre elas uma sobrecarga que pode afetar a saúde física e mental.

Retome com os estudantes a importância da alteração dos padrões socioculturais para atingir a igualdade plena e efetiva entre homens e mulheres.

A persistência da desigualdade

As mulheres ainda enfrentam dificuldades no mercado de trabalho, apesar das garantias na legislação e de constituírem a maioria da população brasileira. Nem mesmo vantagens como, na média, viver mais e alcançar um nível de escolarização superior ao dos homens foram suficientes para superar essa situação.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2019, entre a população feminina com 15 anos ou mais de idade, 54,5% estava trabalhando ou procurando emprego e com disponibilidade para trabalhar; entre a população masculina, essa taxa era de 73,7%. Além disso, em geral, a renda das mulheres era inferior à dos homens: em 2019 elas recebiam em média cerca de 20% a menos do que os homens.

Diversos fatores são apontados para explicar por que as mulheres estão menos presentes no mercado de trabalho e têm renda inferior. Entre eles está o fato de muitas se dedicarem exclusivamente às tarefas domésticas. Muitas outras ocupam empregos de meio período para que tenham mais tempo para realizar uma segunda jornada de cuidados com a casa e pessoas da família. Com isso, elas recebem salários menores em seus empregos e não são remuneradas pelo trabalho que exercem dentro de casa.

Brasil: homens e mulheres com mais de 14 anos na realização de afazeres domésticos e/ou no cuidado de pessoas – 2022

Atividades	Mulheres	Homens
Porcentagem de indivíduos que dedicaram algum cuidado com moradores da casa ou parentes.	34,9%	23,3%
Porcentagem de indivíduos que realizaram alguma atividade relacionada a cuidados domésticos.	91,3%	79,2%
Total de horas semanais de trabalho em afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas.	21,3 horas	11,7 horas

Fonte: MOURA, Bruno de Freitas. PNAD: mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. **Agência Brasil**, 11 ago. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico. Acesso em: 11 mar. 2024.

3 Que grupo indicado no quadro apresentou uma porcentagem maior de indivíduos dedicados ao cuidado de pessoas em 2022? Como você chegou a essa resposta?

4 É correto afirmar que as mulheres realizaram mais afazeres domésticos e cuidaram de pessoas em 2022 e que elas dedicaram mais tempo a essas atividades do que os homens? Explique sua resposta.

ODS 5

5 Reflita sobre o dia a dia das mulheres e dos homens de sua família e das pessoas de sua convivência. De acordo com sua percepção, a realidade deles se aproxima dos dados apresentados no quadro? Explique.

3. O grupo de mulheres com 14 anos ou mais. Em 2022, nessa faixa etária, 34,9% das mulheres cuidaram de moradores da casa ou parentes, contra 23,3% entre os homens.

4. Sim. Em 2022, 91,3% das mulheres realizaram atividades domésticas; e 79,2% dos homens realizaram essas atividades. As mulheres dedicaram 21,3 horas nesse tipo de atividade contra 11,7 horas dos homens.

5. Espera-se que os estudantes comparem a realidade expressa pelos dados com a realidade que vivenciam.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A análise de dados sobre a desigualdade entre homens e mulheres em relação à execução de atividades domésticas e de cuidado de pessoas incentiva a reflexão sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – Igualdade de gênero.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A regulamentação do trabalho doméstico assalariado

O empregado doméstico é aquele que presta serviços de forma contínua e permanente por mais de dois dias por semana na residência de outra pessoa, de quem recebe ordens e uma remuneração. No Brasil, a maior parte dos empregados domésticos é constituída de mulheres.

Após a luta de diversos movimentos, apenas em 2013 esses trabalhadores tiveram reconhecidos direitos básicos como descanso semanal remunerado, pagamento de hora-extra, horário de almoço e direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à aposentadoria.

Isso ocorreu com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 72, conhecida como "PEC das domésticas", que estabeleceu a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais. Dez anos após a aprovação da PEC, em 2023, com base em dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o governo federal divulgou um balanço da situação do emprego doméstico no país.

> [...] As mulheres são a maioria da categoria, ocupando 92% das vagas de trabalho doméstico no Brasil. Além disso, 65% das empregadas são negras. Os dados da PNAD mostram que as trabalhadoras sem carteira assinada ganham 40% a menos do que as com carteira, sendo a situação das mulheres negras pior também nesse quesito. [...]
>
> Mesmo com a PEC, as domésticas continuam na luta para que o registro da carteira seja efetivo e alguns dispositivos da lei sejam revisados. [...] Atualmente, a doméstica só tem direito a três parcelas do seguro desemprego, enquanto as outras categorias têm cinco.[...]

LIAZIBRA, Luiz Felipe. **Especial**: 10 anos depois da PEC, domésticas têm reconhecimento, mas novos desafios se apresentam. Rádio Senado, 30 mar. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta. Acesso em: 26 fev. 2024.

DANIEL ZEPPO/ARQUIVO DA EDITORA

Ilustração representando Laudelina de Campos Melo, que fundou, no final da década de 1980, o primeiro sindicato de empregadas domésticas do Brasil.

Atividade complementar

Se avaliar pertinente, proponha aos estudantes uma pesquisa sobre Laudelina de Campos Melo, mulher pioneira na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil. No começo da década de 1930, a atuação dela foi decisiva para a fundação, na cidade de Santos, da primeira associação de trabalhadoras domésticas do Brasil.

Orientações

Após a leitura do texto sobre o trabalho doméstico no Brasil em 2023, inicie uma conversa com os estudantes sobre o texto e os dados apresentados. Comente as porcentagens e analise o que elas revelam: em 2023, a imensa maioria dos empregados domésticos (92%) eram mulheres; desse total, 65% eram mulheres negras. Apesar da Emenda Constitucional, ainda havia empregadas domésticas sem registro formal, trabalhando em situação ilegal e recebendo 40% menos do que as registradas. Além disso, os direitos das trabalhadoras domésticas ainda não eram iguais aos dos demais trabalhadores, pois elas tinham direito a menos parcelas de seguro desemprego.

Dez anos após a aprovação da "PEC das domésticas", observou-se que a informalidade e a precariedade ainda eram a regra na contratação dessas profissionais.

Vale a pena refletir com a turma sobre o fato de o número de empregadas domésticas no Brasil ser alto, não sendo comum encontrar a mesma proporção em outros países. Com uma versão em Libras, o episódio 5, *Os piores patrões*, do *podcast* Projeto Querino (Disponível em: https://projetoquerino.com.br/podcast-item/os-piores-patroes/. Acesso em: 29 abr. 2024) pode servir de base para debater este tema.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Orientações

Antes de discutir o tema, pergunte aos estudantes se eles acreditam que há profissões que devem ser exercidas por homens ou por mulheres e quais são elas.

Depois, organize uma roda de conversa para que a turma debata as causas dessa divisão e retome o que foi estudado a respeito da ressignificação do papel das mulheres. A persistência da divisão sexual do trabalho resulta de práticas sociais, estando, portanto, na esfera da cultura e das convenções sociais. Por isso, é importante retomar as medidas mencionadas por eles nas atividades para superar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Pergunte à turma qual é a relação do machismo com práticas culturais arraigadas que reforçam a desigualdade.

Cultura e desigualdade

Ainda que nos últimos dois séculos tenha ocorrido uma profunda mudança social rumo à igualdade entre homens e mulheres, o **machismo** permanece vigente na sociedade.

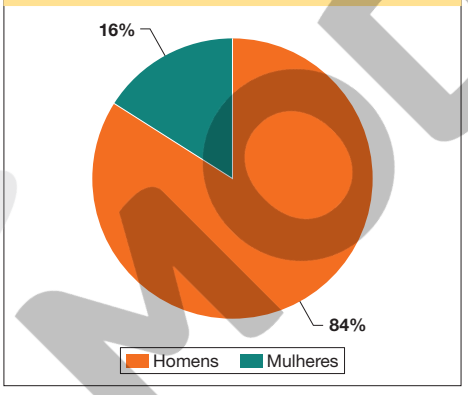
O machismo pode ser entendido como um conjunto de crenças e atitudes sustentadas na noção de que os homens seriam superiores às mulheres. Esse pressuposto cria uma falsa naturalização das desigualdades, considerando que as diferenças sociais entre homens e mulheres seriam biologicamente determinadas. Essa ideia equivocada leva à discriminação e à hierarquização entre homens e mulheres. No dia a dia, o machismo se manifesta na disparidade salarial e na sub-representação política, bem como em coerção e violência física, emocional e sexual.

Além disso, a compreensão difundida na sociedade de que profissões vinculadas à área do cuidado e bem-estar, como trabalho doméstico, enfermagem, pedagogia ou assistência social, seriam mais adequadas às mulheres, promove estereótipos que restringem as escolhas e oportunidades das mulheres.

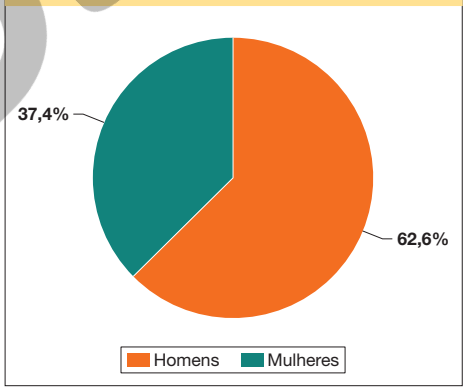
Seguindo a mesma linha de raciocínio, profissões nas áreas de engenharia e tecnologia, ou cargos de comando, sejam eles em empresas, instituições públicas ou na política, seriam mais adequadas aos homens.

OBJETO DIGITAL Carrossel de imagens: Mulheres negras na ciência

Brasil: vereadores eleitos por sexo (em %) – 2020



Brasil: cargos gerenciais por sexo (em %) – 2020



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. IBGE, 2021. p. 1.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objeto digital

O carrossel de imagens apresenta a importância do trabalho de cinco mulheres negras que atuam em diferentes áreas da ciência.

6. 2020; homens; 16%; mulheres; homens.

6 Copie as frases a seguir no caderno, completando-as com os dados dos gráficos.

De acordo com os gráficos, no Brasil, no ano de _____, 84% dos vereadores eleitos eram _____ e _____ mulheres. Entre os cargos gerenciais, 37,4% eram ocupados por _____, enquanto 62,6% por _____.

7 Converse com os colegas sobre as questões propostas.

a. O que os dados dos gráficos revelam sobre a realidade brasileira?

b. O que poderia ser feito para reduzir a desigualdade entre homens e mulheres em cargos políticos e de gestão? Proponham algumas medidas nesse sentido.

7 a. Os dados revelam a desigualdade entre homens e mulheres no exercício de cargos políticos e de gestão.

O assédio e a violência

Em 2020, o Instituto Patrícia Galvão, organização brasileira focada na defesa dos direitos das mulheres na imprensa, divulgou o resultado de uma pesquisa que revelou que 76% das mulheres afirmavam ter passado por episódios de violência ou assédio em seus locais de trabalho.

Uma das medidas adotadas para enfrentar a situação de violência contra as mulheres no Brasil foi a aprovação, em 2006, da Lei Maria da Penha. Com o objetivo de prevenir a violência doméstica, essa lei endureceu a pena dos agressores e intensificou as medidas protetivas em relação às vítimas. Além da Lei Maria da Penha, a Lei nº 13.718, aprovada em 2018, transformou em crime a importunação sexual (ato de tocar uma pessoa sem o devido consentimento).

Sinais para pedir ajuda

Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça do Brasil e a Associação dos Magistrados Brasileiros criaram um sinal para que mulheres vítimas de violência possam pedir ajuda de maneira discreta, sem que o agressor perceba: um X em cor vermelha na palma da mão ou em uma folha de papel. Outro pedido de ajuda consiste em fechar a palma da mão com o polegar entre os dedos.

CRISTIAN STORTO/SHUTTERSTOCK

Pedido de ajuda com o gesto de abrir e fechar a palma da mão com o polegar entre os dedos.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS/ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Cartaz de divulgação de pedido de ajuda com um X vermelho traçado na mão.

7 b. Os estudantes podem considerar, por exemplo, ações no campo jurídico, medidas governamentais e programas de conscientização da sociedade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

O assédio e a violência contra a mulher constituem uma das faces mais perversas do machismo, e as estatísticas mostram que ainda estamos distantes de superá-los. Mesmo assim, leis como a Maria da Penha revelam que a tolerância social para a violência contra as mulheres está diminuindo. Revelam também que as mulheres têm lutado pela punição de tais crimes e vêm superando o medo de denunciá-los.

Essas mudanças positivas têm relação com o aumento do acesso a canais de denúncia, a ampliação da circulação de informações sobre o tema e o desenvolvimento da solidariedade entre as mulheres, entre outros fatores.

O gesto de abrir e fechar a palma da mão com o polegar entre os dedos como forma de pedir ajuda foi criado por uma associação canadense. O gesto foi difundido pela internet e se tornou um símbolo internacional de combate à violência contra a mulher.

Verifique se os estudantes conhecem os canais para denunciar casos de violência contra a mulher. Denúncias podem ser feitas por meio da Polícia, ligando para o 190, do "Disque Mulher" (180) ou das delegacias de Defesa da Mulher. O Ministério do Trabalho e Emprego também disponibiliza uma página na internet para realizar denúncias trabalhistas.

Complemento da resposta

7. A atividade consiste em um instrumento significativo de monitoramento da aprendizagem dos estudantes sobre a desigualdade entre homens e mulheres em posições de liderança e em cargos políticos. Espera-se que os estudantes reconheçam que a igualdade entre homens e mulheres deve estender-se à representação política e à participação de mulheres em esferas de tomada de decisões. A leitura e interpretação do gráfico é uma oportunidade para o trabalho interdisciplinar com a área de Matemática.

Orientações

Neste momento do capítulo, já é possível discutir com os estudantes a formação das identidades, individuais ou coletivas, enfatizando a identidade de gênero. Ao longo da história, mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAP+, muitas vezes, foram colocadas em posições de inferioridade, desvio, incompletude, patologização e anormalidade.

Explore a fotografia da página para questionar a turma sobre os vínculos que uniram as mulheres retratadas e quais as reivindicações comuns delas teriam dado origem à Marcha das Margaridas. Por meio desse assunto, é possível incentivar a leitura atenta da imagem e definir e aplicar o conceito de identidade coletiva.

Gênero

Ao longo da vida, cada pessoa desenvolve sua própria identidade com base na percepção de si mesmo e das características dos grupos sociais dos quais faz parte, como a família, a escola, as amizades, as instituições religiosas, a comunidade, entre outros.

Um dos aspectos da formação da identidade de uma pessoa é o **gênero**. O gênero não está vinculado exclusivamente ao sexo biológico, determinado no nascimento, mas sim à experiência de cada pessoa, e pode ser manifestado publicamente de diversas maneiras, como por meio da roupa e do comportamento adotados.

Na vida em sociedade, o gênero pode ser um fator para a construção de identidades coletivas: existem grupos de pessoas que se sentem semelhantes por terem o mesmo tipo de trabalho, gostarem do mesmo tipo de música, ou terem crenças semelhantes, por exemplo. Há também identidades coletivas que se constroem com pessoas do mesmo gênero.

EVARISTO SA/AFP/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Marcha das Margaridas na cidade de Brasília, Distrito Federal, 2023. A Marcha das Margaridas é o nome de um coletivo de mulheres que lutam por melhores condições de trabalho e igualdade de gênero no espaço rural brasileiro.

9. Espera-se que os estudantes avaliem a complexidade da situação e manifestem a necessidade da denúncia e responsabilização do assediador pelo delito. Ao perceber uma situação de assédio ou violência, deve-se pedir a ajuda de um policial ou responsável pela segurança. Recomenda-se memorizar as características físicas do assediador.

O que representa cada letra da sigla LGBTQIAP+

Lésbica: pessoa do gênero feminino que sente atração sexual e/ou afetiva por pessoas do mesmo gênero.

Gay: de modo geral, pessoa que sente atração sexual ou afetiva por pessoas do mesmo gênero.

Bissexual: pessoa que se relaciona sexual e/ou afetivamente com pessoas dos gêneros feminino e masculino.

Transgênero, travesti e transexual: pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no nascimento.

Queer: palavra em inglês que hoje é utilizada como forma de autoidentificação de pessoas cujas expressões de gênero e sexualidade não se encaixam na heterossexualidade e no gênero atribuído a elas no nascimento.

Intersexo: pessoa que nasceu com características anatômicas, genéticas ou hormonais que não se enquadram nas definições biológicas típicas de sexo feminino ou masculino.

Assexual: pessoa que não sente atração sexual por outra pessoa, independentemente de seu gênero.

Panssexual: pessoa que pode sentir atração sexual ou afetiva por todas as identidades de gênero.

+: este sinal engloba todas as pessoas que não se enquadram nas categorias anteriores.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

8 Você e seus colegas de classe possuem uma identidade coletiva? Se sim, qual?

8. Espera-se que os estudantes identifiquem que sim, pois integram a mesma turma e a mesma comunidade escolar e têm em comum o fato de não terem podido concluir o ensino no tempo regular.

9 Considerem a seguinte situação: vocês estão em um transporte público indo para o trabalho e percebem que uma mulher está passando por uma situação de assédio e não está em condições de pedir ajuda. Em sala, conversem e procurem chegar a um consenso sobre a melhor atitude a ser tomada. Avaliem e proponham soluções considerando possíveis dificuldades.

10 No lugar onde vocês vivem, que tipo de comportamento é esperado de homens e de mulheres na vida adulta? Apresentem suas opiniões com base em suas experiências, compartilhando algumas delas com os colegas.

10. Os estudantes devem compartilhar vivências sobre as expectativas sociais em relação às escolhas de vida das mulheres e dos homens na localidade onde moram.

Complemento da resposta

9. A atividade propõe uma situação-problema relacionada ao assédio contra a mulher. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Data Folha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, as situações de assédio sexual mais frequentes relatadas por mulheres maiores de 16 anos foram: comentários desrespeitosos na rua (41%), comentários desrespeitosos no trabalho (19%), assédio físico em meios de transporte públicos (13%) e abordagem agressiva em festas (11%). Os dados foram obtidos em: INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência contra as mulheres em dados**. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/47-das-brasileiras-indicam-ter-sofrido-assedio-sexual/. Acesso em: 10 abr. 2024.

Pontue que, ao perceber uma situação de assédio ou violência, pode-se aproximar da vítima para que o agressor perceba que ela está acompanhada, pedir a ajuda de um policial ou responsável pela segurança do local e atentar-se às características físicas do assediador e, à data, hora e local do assédio para registrar uma denúncia.

Orientações

As atividades propostas podem ser utilizadas para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes. Por meio delas, é possível verificar a aplicação do conceito de identidade coletiva, a compreensão das práticas de combate à violência de gênero e as análises dos estudantes sobre os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres.

MODERNA

Orientações

Caso os estudantes não estejam familiarizados com a sigla LGBTQIAP+, utilize o boxe da página anterior para esclarecer eventuais dúvidas. É importante que essa discussão seja realizada em um ambiente respeitoso, com o objetivo de combater preconceitos e discriminações.

O dado numérico sobre o preconceito sofrido pela população LGBTQIAP+ no ambiente de trabalho foi retirado de: BASTOS, Fernandes. 52% dos colaboradores LGBTQIAP+ sofrem preconceito no trabalho frequentemente, revela estudo. **Exame**. Disponível em: https://exame.com/esg/50-dos-colabores-lgbtqiap-sofrem-preconceito-no-trabalho-revela-estudo/. Acesso em: 10 abr. 2024.

Explique aos estudantes que políticas afirmativas são políticas sociais de combate a discriminações étnicas, raciais, de gênero ou religiosas para promover o acesso dos grupos discriminados a serviços de saúde e educação, ao mercado de trabalho etc.

A comunidade LGBTQIAP+

Embora seja alvo de discriminação, nas últimas décadas, a população LGBTQIAP+ vem obtendo conquistas importantes. Entre elas está a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, criada em 2011 para promover maior igualdade no Sistema Único de Saúde por meio da adoção de medidas específicas para o atendimento dessa população na rede pública. Outra conquista veio em 2013, quando o Conselho Nacional de Justiça proibiu que autoridades se recusem a celebrar o casamento civil entre duas pessoas do mesmo sexo.

Em 2016, um decreto presidencial garantiu o uso do nome social por pessoas transexuais e travestis. O nome social é aquele por meio do qual a pessoa se identifica e é socialmente reconhecida. Ele não exclui o uso do nome civil, especificado ao nascer no cartório, mas este só deve ser usado para fins administrativos. Em 2019, a **homofobia** e a **transfobia** (ações preconceituosas contra pessoas homossexuais e contra travestis e transexuais, respectivamente) foram criminalizadas, seguindo a mesma legislação que caracteriza o racismo como crime.

Cartaz do Sistema Único de Saúde contra o preconceito de gênero, 2015.

ACERVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/GOVERNO FEDERAL
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mercado de trabalho

As estatísticas relativas à comunidade LGBTQIAP+ no mercado de trabalho são preocupantes. Em 2022, uma pesquisa realizada por uma empresa destinada a promover a comunicação entre contratantes e profissionais à procura de emprego revelou que 52% dos trabalhadores LGBTQIAP+ afirmavam sofrer preconceito no ambiente de trabalho.

Entretanto, políticas afirmativas de sucesso têm acontecido no ambiente corporativo. Em geral, elas são desenvolvidas por departamentos específicos, como o de Diversidade e Inclusão, e muitas empresas já adotam o nome social e desenvolvem práticas de recrutamento e seleção específicas para esses grupos.

MUNDO DIGITAL

Comunicação na internet

1. Espera-se que os estudantes compartilhem situações que tenham vivenciado, refletindo sobre as consequências práticas e emocionais para a pessoa ofendida.

O preconceito e a violência contra as pessoas não se manifestam apenas em atitudes, mas também por meio da linguagem. Por isso, desenvolver a igualdade de gênero na sociedade envolve também demonstrar respeito ao usar as palavras.

Nas últimas décadas, é grande o número de pessoas que são agredidas no ambiente virtual, sobretudo nas redes sociais. Esse fenômeno tem chamado a atenção da sociedade e de autoridades que estudam formas de coibir essas ações e garantir que a internet seja um meio de comunicação seguro.

Uma das medidas a serem tomadas pelos usuários é ter em mente que os comentários postados em redes sociais não são direcionados exclusivamente a uma determinada pessoa, mas estão disponíveis para todos os usuários da rede.

Por isso, cada vez mais, empresas privadas e instituições consultam as redes sociais para conhecer candidatos a emprego e os próprios funcionários: os perfis, além de representarem um meio de interação na internet, fornecem indícios de como cada indivíduo se apresenta na sociedade.

A responsabilização de quem age de maneira discriminatória e comete crimes pela internet é indispensável para combater esse tipo de violência. Porém, mais importante do que o receio em relação à possibilidade de enfrentar problemas por fazer postagens agressivas em redes sociais deve ser a conscientização sobre a necessidade de respeito aos demais usuários. Como no espaço físico, um ambiente seguro na internet beneficia a todos.

Converse com um colega sobre as perguntas.

1 Vocês já leram comentários desrespeitosos relacionados ao gênero ou a outros aspectos em redes sociais? Relate a situação para os colegas e reflitam sobre as consequências para a pessoa atingida.

2 Pensem que vocês são responsáveis pela contratação de um funcionário em uma empresa. Vocês contratariam um candidato que publica com frequência comentários desrespeitosos nas redes sociais e em *sites* de maneira geral? Justifiquem sua resposta.

2. Ao se depararem com esta situação-problema, os estudantes devem refletir sobre como a interação das pessoas nas redes sociais pode evidenciar valores e posturas que tendem a se manifestar em outros contextos, como o do trabalho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Essa seção trata da comunicação no ambiente virtual, sobretudo em redes sociais, com o objetivo de proporcionar uma reflexão sobre as características desse ambiente e as formas adequadas de interação. O texto e as atividades apresentam informações e reflexões que possibilitam aos estudantes compreender a importância de atitudes respeitosas e conscientes por parte dos usuários dessas redes.

Complemento da resposta

2. A situação-problema apresentada tem o objetivo de permitir aos estudantes refletir sobre os efeitos dos comentários publicados em *sites* e nas redes sociais. Ressalte que, na internet, as postagens ganham uma dimensão pública. Na situação-problema mostrada, eles poderão se colocar na posição do responsável por uma contratação que tem o compromisso de selecionar um profissional que tenha atitudes adequadas e respeitosas. Ajude-os a compreender o contexto e a refletir sobre as qualidades esperadas de um bom profissional.

MODERNA

Unidade 4

Nesta unidade, serão estudadas atividades econômicas do passado e do presente e seus impactos no meio ambiente. Os estudantes poderão compreender as relações estabelecidas na produção e distribuição de bens.

No capítulo 10, os estudantes poderão conhecer algumas das principais atividades econômicas desenvolvidas no período colonial e no Brasil independente. Essas atividades serão analisadas tendo como foco as relações de trabalho e alguns impactos provocados no meio ambiente.

O capítulo 11 é dedicado a explorar modos de organização espacial da produção de bens e serviços na atualidade. Os estudantes poderão identificar especificidades do espaço rural e urbano, distinguir os setores da economia e compreender as dinâmicas das cadeias produtivas e sua relação com a globalização.

No capítulo 12, os estudantes poderão analisar os impactos ambientais das atividades econômicas contemporâneas e compreender o conceito de sustentabilidade. Para isso, vão distinguir recursos renováveis e não renováveis e comparar diferentes fontes de energia. O capítulo aborda ainda práticas sustentáveis de produção de alimentos, matérias-primas e mercadorias industrializadas.

UNIDADE 4

Atividades econômicas e sustentabilidade

As atividades econômicas realizadas no campo e na cidade podem envolver tarefas de vários tipos. Muitas dessas atividades são ligadas à produção de bens e exigem a realização de trabalhos que colocam o ser humano em contato direto com a natureza. Outras requerem a transformação dos materiais extraídos da natureza. Outras ainda têm relação com a venda e a distribuição das mercadorias produzidas.

Alguns exemplos dessas tarefas são: a retirada da vegetação natural, o cultivo e a colheita de alimentos para a venda; a criação de animais para deles obter carne e leite para a alimentação; a pesca em rios ou no mar e a comercialização dos peixes; a escavação do solo para a extração de minérios usados nas indústrias; a fabricação de produtos úteis para a população e a venda de tais produtos no mercado; o transporte de pessoas e de cargas; a construção de usinas hidrelétricas que gerem a energia necessária para as residências e para as diversas atividades econômicas; a criação de escolas e de universidades para qualificar a mão de obra e ampliar a compreensão da sociedade sobre o mundo.

De que forma essas atividades levam à intervenção da sociedade na natureza? Quais são as consequências disso para o ambiente natural e as sociedades? Qual é o papel de cada cidadão nessa dinâmica? Essas e outras perguntas serão exploradas nos capítulos a seguir.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

O texto e as questões de abertura da unidade descrevem e problematizam algumas ações humanas que provocam alterações na natureza com o objetivo de demonstrar para os estudantes que a noção de impacto ambiental está próxima da realidade deles. Dessa forma, a leitura e a conversa sobre as reflexões suscitadas poderão contribuir para sensibilizar e preparar a turma para o trabalho com os capítulos.

MODERNA

CAPÍTULO 10

Atividades econômicas na história do Brasil

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Plantação de milho ao lado da Floresta Nacional do Tapajós no município de Belterra, estado do Pará, 2023.

Ao longo da história do Brasil, diversas atividades econômicas foram desenvolvidas. Algumas delas são praticadas há séculos. Outras surgiram há pouco tempo.

As atividades econômicas são parte da estrutura da sociedade. Quando as estudamos podemos entender transformações políticas, sociais e até mesmo ambientais.

Quais são as principais atividades econômicas realizadas no local onde você vive? Elas são praticadas há muito tempo ou são atividades novas? Essas atividades provocam devastação no meio ambiente?

Neste capítulo você vai:

- identificar as principais atividades econômicas praticadas no período colonial e no Brasil independente;
- refletir sobre as mudanças e as permanências relacionadas às atividades econômicas;
- analisar as relações entre as atividades econômicas e a exploração do trabalho e do meio ambiente;
- propor alternativas para diminuir os impactos ambientais das atividades econômicas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Avaliação diagnóstica

- Quais eram as principais atividades econômicas do período colonial e do Brasil no século XIX?
- Quais foram os impactos sociais e ambientais das atividades econômicas desenvolvidas no Brasil do passado?

As perguntas permitem avaliar o conhecimento prévio dos estudantes sobre atividades econômicas desenvolvidas no Brasil do passado (como extração de pau-brasil, produção de açúcar, mineração, cultivo de café e industrialização) e algumas de suas consequências (como o racismo e a degradação ambiental). Com base nas respostas, avalie os conteúdos que eles menos conhecem para estabelecer prioridades no planejamento das aulas.

Capítulo 10

Neste capítulo, propõe-se uma abordagem histórica das atividades econômicas praticadas no período colonial e no Brasil independente, contextualizando a exploração do trabalho e alguns impactos ambientais das atividades.

Por meio das questões propostas na abertura do capítulo e da análise da fotografia, incentive os estudantes a estabelecer relações entre as atividades econômicas, a história local e a do Brasil e os eventuais impactos sociais e ambientais dessas atividades.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: exploração do pau-brasil; economia açucareira; mineração colonial; exploração das drogas do sertão; abolição da escravidão; economia cafeeira; imigração; industrialização no Brasil.

MODERNA

Orientações

Na aula dedicada ao item dessa página, pode-se comentar que os sambaquis variam de tamanho, podendo chegar a quilômetros de extensão. Atualmente, muitos deles estão em risco devido à degradação causada pela remoção de calcário para fins comerciais e à ocupação humana das áreas em que existem tais vestígios.

O estudo dos sambaquis e de outros vestígios arqueológicos, como os fósseis, contribui para a compreensão do povoamento da América. Por conta da datação dos diferentes achados, há divergências entre os pesquisadores sobre quando isso ocorreu.

A data de referência apontada no capítulo está embasada no artigo "Redescobrindo o novo mundo", de Marcos Pivetta, **Pesquisa Fapesp**, n. 107, jan. 2005, p. 44-47.

Como apontam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (**Brasil**: uma biografia, São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 40), a estimativa de cerca de 12 a 13 mil anos é uma das mais conservadoras – há pesquisadores que consideram que a presença de humanos na América era uma realidade há mais de 30 mil anos.

A exploração de pau-brasil

O território que hoje corresponde ao Brasil é povoado há pelo menos 12 mil anos. Os primeiros humanos que chegaram à América deram origem aos chamados paleoíndios.

Os paleoíndios formaram grupos com costumes e modos de vida diversos. Alguns eram caçadores-coletores, outros praticavam a agricultura. Eles deixaram rastros antigos, como fósseis, peças de cerâmica, ferramentas e **sambaquis**. Alguns ancestrais dos povos indígenas são descendentes desses grupos.

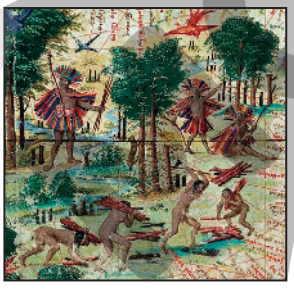
Estima-se que, no século XVI, milhões de indígenas de várias etnias viviam no território que hoje corresponde ao Brasil. Em geral, esses povos falavam línguas de origem Tupi e Macro-Jê. Eles caçavam, pescavam, coletavam frutos e outros produtos da floresta e cultivavam mandioca, milho, abóbora e outros alimentos.

Em 1500, durante uma viagem marítima, os portugueses chegaram ao litoral desse território. Eles buscavam produtos para o comércio, atividade econômica que era principal fonte de riqueza de Portugal.

Nesse contexto, os portugueses entraram em contato com diversos povos indígenas, principalmente os de origem Tupi que viviam no litoral, onde, entre 1500 e 1530, os portugueses exploraram um produto que, para eles, era muito valioso: o pau-brasil.

Sambaquis: plural de sambaqui. Depósito de conchas, moluscos, restos de cerâmica, ossos e outros materiais.

BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Terra Brasilis, mapa publicado no *Atlas Náutico do Mundo* (ou *Atlas Miller*) de Lopo Homem em 1519. O mapa representa o Oceano Atlântico e parte do território hoje correspondente ao Brasil. No mapa, há ilustrações representando indígenas e árvores de pau-brasil.

Atividade complementar

Para subsidiar uma análise crítica do processo histórico de formação da sociedade brasileira, recomenda-se apresentar aos estudantes a obra *Enfim, civilização*, do artista Denilson Baniwa, indígena do povo Baniwa nascido no município de Barcelos, Amazonas, em 1984. Pode-se solicitar aos estudantes que a comparem ao mapa *Terra Brasilis*, de Lopo Homem, reproduzido nesta página. Questione-os sobre os elementos das imagens que permitem identificar as diferentes perspectivas de quem as produziu.

Na obra de Baniwa, por exemplo, o território representado é nomeado como "terra invadida e saqueada", as velas das embarcações apresentam o símbolo da morte e os costados delas têm gravados os nomes de doenças, como sarampo e rubéola. Na parte inferior da obra de Baniwa, a fotografia de um cemitério provoca um questionamento sobre a noção de "civilização".

A escravização de indígenas

1. Para a pesquisa, além de fontes impressas, os estudantes podem consultar na internet a página *Povos Indígenas no Brasil*, do Instituto Socioambiental.

A exploração do pau-brasil era **monopólio** do rei de Portugal e dependia do trabalho e dos conhecimentos dos indígenas sobre a Mata Atlântica. Em **feitorias** no litoral, os indígenas identificavam, cortavam, transportavam, armazenavam e embarcavam a madeira. Em troca, recebiam objetos como facas, machados e tecidos.

Para os indígenas, as trocas simbolizavam a formação de alianças entre povos. Algumas alianças, de fato, foram firmadas entre indígenas e europeus. Essas alianças eram estratégicas no combate aos povos rivais.

Os povos considerados aliados pelos portugueses eram submetidos à catequese, para convertê-los ao catolicismo. Os considerados inimigos eram alvos de guerras e de escravização.

2 a. O mapa *Terra Brasilis* foi produzido no século XVI.

Os portugueses enviavam o pau-brasil para a Europa, onde a madeira era vendida e utilizada para fabricar produtos de luxo, como móveis, instrumentos musicais e uma tinta vermelha usada para tingir tecidos.

A exploração do pau-brasil resultou no desmatamento da Mata Atlântica e na exploração de indígenas e de suas terras. Desde o contato com os europeus até o século XX, a população indígena diminuiu de forma contínua. Além das guerras e da escravização, esses povos sofreram com as doenças trazidas pelos europeus. A população indígena voltou a crescer somente no século XX. Em 2022, a população do Brasil era composta de cerca de 1,7 milhão de indígenas de diferentes povos e etnias.

2 b. No mapa, é representado o território da colônia portuguesa na América, correspondente hoje a parte do território do Brasil.

Monopólio: privilégio de uma só pessoa, empresa ou governo de fabricar, vender ou explorar um produto ou serviço.
Feitorias: plural de feitoria. Posto comercial (às vezes fortificado) onde mercadorias coloniais eram armazenadas e negociadas.

1 Faça uma pesquisa e responda no caderno: quais são os povos indígenas que vivem hoje no estado em que você mora? Reúna-se com os colegas e comparem suas respostas e as fontes utilizadas. Fontes diferentes apresentaram informações divergentes?

2 Analise a imagem da página 148 e, no caderno, responda às questões.

a. Em qual século o mapa *Terra Brasilis* foi produzido?

b. Qual território está representado nesse mapa?

2 c. Nas ilustrações do mapa, os indígenas estão cortando e carregando troncos de pau-brasil.

c. Qual atividade os indígenas representados nas ilustrações do mapa estão fazendo?

d. A realização dessa atividade atendia a qual interesse dos portugueses?

2 d. Obter lucros fornecendo matéria-prima para a produção de artigos considerados de luxo na Europa.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Proponha aos estudantes que assistam ao depoimento de Davi Kopenawa, líder Yanomami, sobre o primeiro contato de seu povo com os não indígenas, ocorrido no século XX. O depoimento pode ser encontrado em: **O primeiro contato**. Museu da Língua Portuguesa, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2klr_XtF6YU. Acesso em: 14 mar. 2024.

Proponha aos estudantes que formem grupos e discutam as mudanças e as permanências nas relações entre indígenas e não indígenas com base no vídeo. Eles podem mencionar as mortes provocadas por esse contato, a busca dos não indígenas por recursos naturais e os impactos das atividades econômicas dos não indígenas nos territórios indígenas.

Orientações

Estima-se que, durante o século XVI, cerca de 12 mil toneladas de pau-brasil tenham sido extraídas anualmente da costa do território colonial pelos europeus. (DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 64).

Os dados numéricos sobre a população indígena no Brasil em 2022 foram retirados de: CABRAL, Umberlândia; GOMES, Irene. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. **Agência IBGE Notícias**, 7 ago. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal. Acesso em: 29 fev. 2024.

Complemento da resposta

2. Para a análise do mapa *Terra Brasilis*, vale chamar a atenção dos estudantes para o fato deste não ter sido produzido de acordo com as convenções cartográficas em vigor na atualidade. A comparação deste mapa com o da página seguinte *América portuguesa: capitanias hereditárias – século XVI* contribui para a compreensão deste aspecto.

Orientações

Além do plantio de cana-de-açúcar e da instalação de engenhos, cabia aos capitães-donatários – responsáveis pela administração das capitanias hereditárias – a arrecadação de tributos ao rei de Portugal, o exercício da Justiça e a aplicação dos princípios determinados por Portugal (exceto em casos de morte – restritos ao julgamento do rei), a fundação de núcleos populacionais e a formação de milícias.

Nesse período, a Coroa portuguesa lidava com a competição europeia por territórios coloniais na América e em outros continentes, com as derrotas militares no norte da África e com as dificuldades do comércio praticado na Ásia, então o maior interesse da Coroa. A criação do governo-geral foi o caminho seguido para intensificar a exploração dos territórios coloniais na América.

O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa. A expedição na qual foi enviado incluía colonos, degredados de Portugal e jesuítas, como Manuel da Nóbrega. Sob o comando de Tomé de Souza foi fundada São Salvador (hoje Salvador), capital até 1763, ano em que a capital foi transferida para o Rio de Janeiro por conta da mudança do eixo econômico decorrente da exploração aurífera e diamantina.

A produção açucareira colonial

No século XVI, os portugueses não eram os únicos europeus interessados em explorar a América. Expedições de outros países europeus frequentemente aportavam no litoral do território que hoje corresponde ao Brasil.

Em 1532, o rei de Portugal enviou para o território uma expedição liderada pelo nobre Martim Afonso de Souza. O objetivo era fundar vilas, defender o território de outros europeus e enviar riquezas para Portugal. Em 1534, o território foi dividido em lotes de terra, que foram cedidos pelo rei de Portugal a nobres portugueses responsáveis por administrá-los. Esses lotes eram chamados **capitanias hereditárias**. Uma das formas encontradas pelos portugueses para produzir riquezas na colônia foi a exploração de açúcar.

Entre a Idade Média e a Idade Moderna, o açúcar era um produto de luxo valorizado. Comerciantes europeus viajavam até a Ásia para comprá-lo de mercadores árabes e revendê-lo na Europa. Também havia uma pequena produção de açúcar no sul de Portugal e da Espanha.

No século XV, os portugueses começaram a produzir açúcar nas ilhas dos Açores e da Madeira, na Europa, e nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé, na África.

No século XVI, eles também instalaram engenhos de açúcar na América. O trabalho era feito por indígenas e africanos escravizados e a produção era comercializada na Europa.

Isso ocorreu em todas as capitanias hereditárias, mas a maioria delas não teve muito sucesso. Para tentar melhorar a administração, em 1548 foi criado um governo-geral. Os engenhos mais bem-sucedidos estavam localizados nas capitanias da Bahia, de São Vicente e, principalmente, de Pernambuco.

América portuguesa: capitanias hereditárias – século XVI

Fonte: ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 13.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O desenvolvimento do processo de refino do açúcar é atribuído aos antigos indianos. A difusão do consumo a outros povos teria se dado por meio dos persas, que tomaram contato com o açúcar por volta do século VI a.C., quando o Império Persa invadiu a Índia. Na Idade Média, os islâmicos, que tiveram contato com os persas, levaram o produto para o Egito e para o sul da Península Ibérica e passaram a produzir açúcar no Al-Andalus.

MODERNA

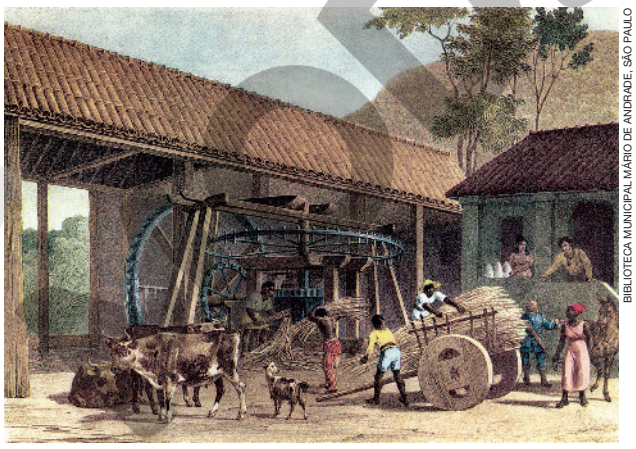
Sociedade açucareira e escravidão

Nos primeiros engenhos de açúcar na América portuguesa, a principal mão de obra explorada era a de indígenas. A escravização de indígenas foi limitada, mas era permitida em caso de "**guerra justa**", modo como eram chamados os ataques dos colonos aos indígenas que não aceitavam o catolicismo ou a colonização.

Os primeiros mestres e oficiais dos engenhos de açúcar eram africanos escravizados que tinham se especializado em produzir açúcar nas ilhas africanas. No século XVII, a escravização de africanos se intensificou, tornando-se uma atividade muito lucrativa para os mercadores escravistas. Na colônia, a exploração de africanos escravizados se alastrou, gerando lucros também para seus proprietários.

A sociedade formada em torno da produção de açúcar era marcada por desigualdades. Os senhores de engenho, proprietários das terras e das pessoas escravizadas, tinham muito poder. Trabalhadores livres, como agricultores e artesãos, eram minoria. A partir do século XVII, os escravizados africanos e seus descendentes se tornaram a maior parte da mão de obra da produção do açúcar.

Eles faziam todas as etapas da produção nas grandes propriedades de terra: a preparação do solo, o cultivo da cana-de-açúcar, o corte e o transporte da cana até o engenho, a moedura da cana e a fabricação do açúcar. Outras atividades básicas, como o cultivo de alimentos, a criação de animais, o transporte de mercadorias e de água, as atividades domésticas e a produção de ferramentas, também eram realizadas principalmente por escravizados.



BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE, SÃO PAULO

Moinho de açúcar, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. A gravura representa o trabalho de escravizados no transporte e na moedura da cana-de-açúcar. Uma mulher escravizada conduz um animal e o senhor de engenho dá ordens enquanto a senhora de engenho toca o açúcar que está secando sobre um balcão, última fase da produção do açúcar.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

No final do século XVI, a legislação portuguesa começou a dificultar a escravização dos indígenas com os objetivos de convertê-los ao cristianismo e de torná-los súditos do rei de Portugal.

Em 1758, a escravização desses povos foi abolida, mas no Grão-Pará e no Maranhão, por exemplo, há registros de escravização de indígenas até o século XIX.

O tráfico de africanos escravizados para a América, por sua vez, se tornou uma atividade muito lucrativa, levando ao aumento da escravização, que alcançou cifras até então inéditas.

Na segunda metade do século XVI, quase 35 mil africanos embarcaram como escravizados em navios que tinham a América portuguesa como destino. No século XVII, auge da produção colonial de açúcar, esse número chegou a 900 mil.

Durante a exploração do ouro, no século XVIII, esse número cresceu ainda mais: mais de 2 milhões de africanos foram enviados para a América portuguesa como escravizados. No século XIX, auge da produção do café, esse número ultrapassou os 2 milhões e 300 mil.

Mesmo após a aprovação de uma lei, em 1831, que determinava a liberdade dos africanos traficados para o Brasil, mais de 900 mil africanos foram traficados para o Brasil e escravizados ilegalmente. (SLAVE VOYAGES. **Tráfico transatlântico de escravos**. Disponível em: https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates. Acesso em: 18 mar. 2024).

Orientações

Os custos para instalação dos engenhos de açúcar eram altos. No século XVI, quando teve início a produção açucareira na América portuguesa, de maneira geral, os senhores de engenho obtinham recursos financeiros de investidores europeus e da Coroa portuguesa. Com o passar do tempo, também houve na colônia interessados em investir na montagem de engenhos, em especial comerciantes.

A desigualdade social marcava as relações e as condições de vida nas propriedades açucareiras: enquanto nas casas-grandes havia comodidade, nas senzalas prevalecia a precariedade (chão de terra batida e pouca ou nenhuma ventilação).

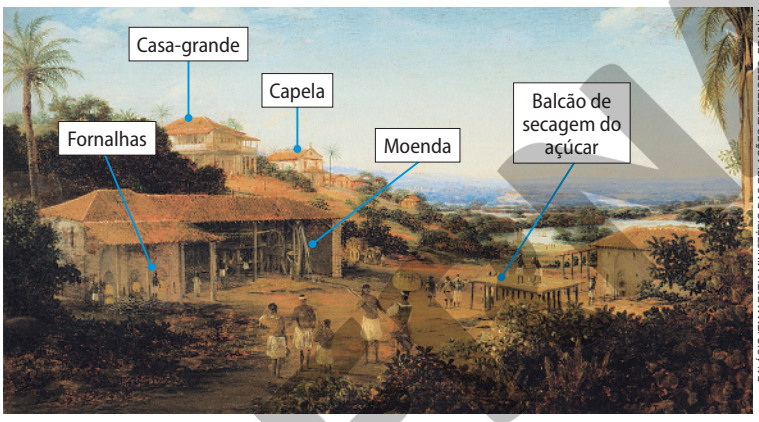
Pode ser interessante explicar para os estudantes que a palavra *senzala* tem origem em *sa'nzala*, palavra da língua africana quimbundo que significa *morada*, *povoação*. O quimbundo é uma das línguas dos povos bantos da África Central – região de origem da maioria dos africanos escravizados traficados para o Brasil.

As atividades 3 e 4 podem ser utilizadas para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre as características e a importância do trabalho escravizado de indígenas e africanos para o empreendimento de colonização do Brasil pelos europeus.

Os engenhos de açúcar

A cana-de-açúcar era cultivada em áreas de floresta virgem de Mata Atlântica. A moenda usada para moer a cana-de-açúcar era movida a água ou a tração animal. Os engenhos utilizavam bastante lenha, pois, para produzir o açúcar, o caldo de cana era fervido em caldeiras aquecidas em fornalhas. Cinzas de madeira eram usadas para purificar o líquido, que depois de cristalizado era colocado para secar.

Além das instalações para a produção de açúcar, nas propriedades açucareiras havia a residência do senhor de engenho, conhecida como casa-grande, e o alojamento dos escravizados, chamado de senzala. Em engenhos mais ricos havia também uma capela.



Engenho, pintura de Frans Post, século XVII.

PALÁCIO ITAMARATY, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 a. A produção açucareira é a atividade econômica citada no documento.

3 Leia a seguir o trecho de um documento escrito em 1711. Depois, no caderno, responda às questões. 3 b. A mão de obra era submetida ao regime de escravidão.

> Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar, e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. 3 c. Segundo o autor, os escravizados eram a base de toda a produção açucareira. Sem o trabalho deles, o engenho não funcionaria.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, 2011. p. 109.

a. Qual atividade econômica é citada no documento?

b. Segundo o texto, a mão de obra utilizada na realização dessa atividade estava submetida a que forma de trabalho?

c. De acordo com o autor, qual era a importância dos trabalhadores descritos para essa atividade?

4. Indígenas escravizados foram explorados na extração do pau-brasil e na lavoura açucareira; esta última atividade explorava também africanos escravizados. As principais atividades econômicas coloniais exploravam pessoas escravizadas. O tráfico de escravizados também gerava lucros para os mercadores escravistas.

4 Qual era a relação entre as atividades econômicas coloniais e a escravidão? Converse sobre a questão com um colega e, depois, registre no caderno suas conclusões.

Complemento da resposta

3. Auxilie os estudantes com as eventuais dificuldades na compreensão do texto. O trabalho dos indígenas escravizados e dos africanos escravizados e seus descendentes sustentou a maior parte das atividades econômicas realizadas na colônia e no Império do Brasil. Pessoas escravizadas realizavam essas atividades em difíceis condições. Na produção do açúcar, por exemplo, eram forçadas a longas jornadas de trabalho, sofriam com castigos físicos e frequentes acidentes de trabalho nas moendas e nas caldeiras.

A economia mineradora colonial

No final do século XVII, os colonizadores finalmente encontraram o ouro que Portugal tanto desejava. Algumas pequenas jazidas já tinham sido encontradas no século XVI nos territórios que hoje correspondem a São Paulo e Iguape, no estado de São Paulo, e a Paranaguá e Curitiba, no estado do Paraná. Porém, a quantidade de ouro era pequena.

Esse cenário se transformou em 1697, quando bandeirantes comunicaram às autoridades coloniais a descoberta de ouro de **aluvião** no leito dos rios na Serra do Espinhaço, em um local hoje correspondente à região entre os municípios de Diamantina e Ouro Preto, no estado de Minas Gerais.

Mesmo com novas descobertas de ouro ocorridas mais tarde, no século XVIII, nos territórios que hoje correspondem ao Mato Grosso e a Goiás, a região das primeiras minas ganhou o posto de principal centro da economia colonial. Essa posição se fortaleceu após os anos 1720, com a descoberta de diamantes em uma região que hoje corresponde ao município de Diamantina.

Milhares de pessoas vindas de outras partes da colônia e da metrópole migraram para as regiões mineradoras. Devido ao grande fluxo de pessoas, muitas outras atividades também foram desenvolvidas nesses locais: havia comerciantes, tropeiros, artesãos, carregadores, carroceiros, ferreiros, lavadeiras, cozinheiros, construtores, músicos, artistas, religiosos e funcionários do governo.

Além das populações indígenas locais, como os Cataguás, milhares de africanos escravizados foram traficados para essa região. A maioria dos que trabalhavam na mineração eram escravizados.

Aluvião: material resultante de erosão, como areia e cascalho, transportado por correntes de água.

TELURIO SOARES/SHUTTERSTOCK

Vista do município de Diamantina, estado de Minas Gerais, 2023. Diamantina era o maior centro de extração de diamantes do mundo no século XVIII.

OBJETO DIGITAL Carrossel de imagens: Cidades e mineração

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Proponha aos estudantes que se organizem em grupos e escolham um município cuja história esteja ligada à exploração colonial mineradora. Além daqueles mencionados no livro e no objeto digital, eles podem considerar Paracatu, São João Del Rei, Serro e Congonhas, em Minas Gerais, e Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, entre outros.

Oriente-os a produzir uma apresentação sobre as relações entre a história do município e a exploração mineradora. Se possível, proponha que a apresentação seja realizada com recursos digitais e que inclua vídeos e/ou fotografias históricas e/ou atuais do município.

Orientações

As bandeiras foram abordadas no capítulo 2 dessa obra. Se for preciso, retome que essas expedições, financiadas por particulares e chefiadas sobretudo por paulistas, chegaram a reunir milhares de pessoas, como a realizada na década de 1620 por Raposo Tavares e Manuel Preto, com quase 3 mil pessoas, 2 mil delas indígenas.

A duração das expedições variava de meses a anos. Os percursos eram feitos a pé, com animais de carga e por meio da navegação dos rios. No caminho, plantavam-se roças, deixavam-se animais pastando e formavam-se acampamentos.

Os principais objetivos das bandeiras eram: escravizar indígenas, atacar missões jesuíticas, destruir quilombos e identificar riquezas que interessassem à Coroa, principalmente ouro – o que ocorreu em larga escala no final do século XVII.

Havia também expedições financiadas pelo Estado: as entradas.

Objeto digital

O carrossel de imagens é formado por cinco fotografias de cidades que se desenvolveram em função da exploração mineral no período colonial: Mariana, Ouro Preto, Sabará, Pirenópolis e Goiás.

PROVA

Orientações

A exploração das minas e a escravização de africanos estiveram diretamente relacionadas. O sistema de exploração das datas, estabelecido em 1702, relacionava cada escravizado a 2,5 braças de terra (5,5 metros). O tamanho limite de uma data era de 30 braças (cerca de 12 escravizados). Com base nesse sistema, a exploração das minas foi concentrada por aqueles que tinham capital para comprar escravizados. (LIBBY, Douglas Cole. Mineração escravista. *Apud*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 429).

Os escravizados trabalhavam em condições precárias. Na lavagem do ouro passavam muitas horas dentro da água, sendo acometidos de doenças como pneumonia. Nas minas subterrâneas, sofriam com infecções e disenteria, além de mortes em acidentes, explosões e desmoronamentos.

Sobre a prática do comércio ambulante pelas quitandeiras pode-se explicar aos estudantes que ela era bastante comum na África Central. A palavra *quitanda*, aliás, tem origem em *kitanda*, do quimbundo, língua dos povos bantos do território que hoje corresponde a Angola. O termo significa *tabuleiro*, *feira*.

A exploração de ouro e de diamantes

Os africanos traficados para as minas desembarcavam no Rio de Janeiro e em Salvador. No século XVIII, esses foram os portos que mais receberam escravizados no mundo.

A cessão de terras para a exploração dos minérios dependia da quantidade de escravizados que uma pessoa tinha: quanto mais escravizados, mais lotes de terra (as chamadas datas ou lavras) uma pessoa era autorizada a comprar.

Cada escravizado devia entregar ao dono da data uma cota de ouro ou de diamantes. Os escravizados podiam usar os minerais que excediam a cota para comprar a alforria, ou seja, a liberdade, própria ou de outro escravizado.

O ouro de aluvião era recolhido com a ajuda de bateias, recipientes usados para separar o ouro do cascalho e da areia. Quando esse ouro ficou mais raro, foram construídas minas subterrâneas. Esse trabalho dependia dos conhecimentos dos escravizados, principalmente daqueles vindos da África Ocidental, região cujos povos dominavam a mineração do ouro e a metalurgia havia séculos.

O ouro extraído deveria ser enviado para as Casas de Fundição, onde era transformado em barras. Nesses locais, um quinto da produção, o **quinto**, era recolhido pela Coroa portuguesa. A extração de diamantes seguiu um sistema parecido, mas, em 1771, a Coroa estabeleceu o monopólio sobre os diamantes.

O comércio era intenso nas regiões mineradoras e, muitas vezes, era feito por mulheres de origem africana, escravizadas e libertas: as quitandeiras. A agricultura e a pecuária se intensificaram nos arraiais ao redor das minas e em outras regiões da colônia para abastecer a população.

Barra de ouro com a marca da Casa de Fundição de Sabará, 1814.

ROMULO FIALDINI/TEMPO COMPOSTO - ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Museu do ouro no município de Sabará, estado de Minas Gerais, 2021. A Casa de Fundição de Sabará funcionava nesse edifício.

EDSON MICHALICK/SHUTTERSTOCK

Viajantes estrangeiros que visitaram a colônia e registraram suas impressões relataram a grande procura pelos alimentos vendidos por elas (bolos, broas e outros).

Por conta de sua mobilidade, comumente elas eram acusadas de relações com quilombos e de desviar ouro para a compra de alforrias, sofrendo repressão das autoridades coloniais.

MODERNA

A devastação ambiental

A atividade mineradora causou muitos danos ambientais: a vegetação de grandes áreas foi removida, cursos naturais de água foram desviados e canais foram construídos para lavar o ouro e separar o mineral do cascalho. O relevo também foi alterado: o solo foi escavado em busca de minerais preciosos e toneladas de **sedimentos** e minerais foram deslocados.

Sedimentos: plural de sedimento. Material sólido desagregado, originado da alteração de rochas e transportado pelo ar, água ou gelo.

A exploração das drogas do sertão

No século XVII, os colonos portugueses começaram a explorar as chamadas **drogas do sertão**.

Todo o interior do território colonial era genericamente chamado de *sertão* pelos colonizadores, e diversos produtos extraídos da natureza, medicinais ou não, eram chamados de *drogas*.

As principais drogas do sertão eram a baunilha, as pimentas, o urucum, o guaraná, o cacau, o pau-cravo, a castanha e os óleos vegetais, como o de copaíba. Essas drogas eram extraídas principalmente da Floresta Amazônica.

1 – RITA BARRETO/FOTOARENA; 2 – RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS; 3 – J.L. BULCÃO/PULSAR IMAGENS

Pimentas, castanha-do-pará e urucum à venda no Mercado Ver-o-Peso, no município de Belém, estado do Pará, entre 2004 e 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Se achar conveniente e a escola dispor de computadores com acesso a internet, pode-se relacionar a exploração de ouro e diamantes no Brasil no século XVIII ao processo de ocupação do território brasileiro por meio da realização de uma atividade que irá mobilizar conhecimentos de História e de Geografia. No *site* da Fundação Getúlio Vargas, integrando o *Atlas Histórico do Brasil*, o mapa "O papel das minas na unificação do Brasil" pode ser acessado para que os estudantes desenvolvam a habilidade de leitura e interpretação cartográfica e identificação das áreas e dos caminhos de exploração mineral. O mapa está disponível no *link*: https://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/o-papel-das-minas-na-unificacao-do-brasil. Acesso em: 2 maio 2024.

Orientações

O trabalho em sala de aula com o item "A devastação ambiental" pode incorporar uma reflexão sobre a permanência de práticas predatórias da natureza para o desenvolvimento de atividades econômicas. É possível solicitar exemplos dessas práticas nos dias de hoje e abordar a extração irregular de madeira para comercialização, o desmatamento de vegetação nativa para a agropecuária e a mineração, a contaminação da água de rios e mares por indústrias, o desgaste do solo pela agricultura comercial, o desvio de rios para a irrigação e o represamento da água e a escavação do solo para a mineração.

Orientações

No século XVII, em um contexto de competição internacional por domínios coloniais, principalmente entre Portugal, Espanha, França, Países Baixos e Inglaterra, ocorreu o declínio do comércio praticado pelos portugueses na Ásia. As especiarias eram alguns dos itens comercializados e, em busca de produtos que pudessem compensar isso, a exploração das drogas do sertão se intensificou.

Em 1755, o comércio internacional das drogas do sertão foi monopolizado pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, criada pelo marquês de Pombal. As rotas da companhia, sediada em Lisboa, conectavam o Porto, em Portugal, a Cabo Verde, Cacheu, Bissau e Angola, na África, e a Belém e São Luís, na América.

A companhia vendia as drogas do sertão na Europa, comercializava produtos manufaturados europeus na colônia na América e monopolizava o comércio internacional de africanos escravizados para o Grão-Pará e o Maranhão.

As expedições pelo sertão

Os produtos da região amazônica eram coletados durante expedições à floresta e enviados para Portugal, que os comercializava na Europa. Geralmente, essas viagens duravam meses. Nesse contexto, vilas e povoados fortificados foram fundados às margens dos rios. É o caso de Manaus e de Belém.

Para explorar as drogas do sertão, era necessário conhecer os produtos, o território, os caminhos e as épocas de extração; assim, foram fundamentais as técnicas, a experiência e o trabalho dos indígenas. Em geral, os indígenas que participavam dessas expedições haviam sido aprisionados em "guerras justas" e escravizados.

CADU DE CASTRO/PULSAR IMAGENS

Colheita de cacau em área alagada na Ilha de Ingapijó na Comunidade Quilombola Mangabeira, no município de Mocajuba, estado do Pará, 2022.

5 Analise a fotografia reproduzida nesta página e responda às questões.

a. Qual atividade econômica é representada?

5 a. A colheita do cacau é a atividade representada na fotografia.

b. O produto dessa atividade foi explorado apenas no passado ou continua sendo utilizado no presente? Explique.

5 b. A colheita do cacau foi praticada no passado (desde, ao menos, o século XVII), mas esse produto continua sendo aproveitado no presente. Hoje, além do extrativismo, é feito o cultivo de cacau.

6 Considerando que as drogas do sertão eram extraídas da Floresta Amazônica sem a necessidade de desmatamento ou escavação do solo, pode-se considerar que se tratava de uma atividade econômica de menor impacto ambiental? Justifique.

6. Os estudantes podem argumentar positivamente, considerando que o extrativismo vegetal não implica devastação ambiental. A extração pode alterar dinâmicas do ambiente, mas não provoca sua destruição. Essa atividade, se comparada com a mineração, representava menor impacto ambiental.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Complemento da resposta

6. Pode-se complementar a abordagem sobre o extrativismo das chamadas drogas do sertão fazendo-se um paralelo com o extrativismo vegetal praticado pelas populações tradicionais no Brasil atual. O extrativismo vegetal que implica menor degradação ambiental está relacionado à extração dos elementos da vegetação natural em ritmo compatível ao da manutenção da flora e da fauna.

A produção cafeeira

Entre os séculos XVII e XVIII, os portugueses trouxeram várias espécies vegetais para a colônia na tentativa de estabelecer novos cultivos na América. No século XIX, uma dessas plantas, de origem africana, se tornou o principal produto de exportação do Brasil após a independência: o café.

O cultivo de café teve início no século XIX, na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, e espalhou-se pelo Vale do Paraíba, em territórios que hoje correspondem aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ao longo do século XIX, a cafeicultura se expandiu para a Zona da Mata mineira, o sul do Espírito Santo e os territórios a oeste do Vale do Paraíba, o chamado Oeste Paulista.

Assim como ocorria na produção açucareira, o cultivo do café era feito em grandes propriedades de terra. A primeira etapa do cultivo era o desmatamento do terreno, ao qual era ateado fogo. Isso provocou impactos ambientais como a devastação da mata nativa e a perda da diversidade da flora e da fauna. Quando o solo de um local se esgotava, os fazendeiros iniciavam uma nova área de cultivo.

Todas as etapas da produção do café eram feitas por africanos escravizados e seus descendentes: desde o preparo do solo até o carregamento do café ensacado nos navios ancorados nos portos, que tinham como destino a Europa e os Estados Unidos.

Depois da proibição do tráfico internacional de africanos escravizados – ocorrida definitivamente apenas em 1850 –, escravizados de outras regiões do Brasil passaram a ser vendidos para os fazendeiros de café.

MARC FERREZ - ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES, RIO DE JANEIRO

Trabalhadores durante a colheita do café no Vale do Paraíba, 1882.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Além da semelhança do modelo agrícola de produção em grandes propriedades que explorava o trabalho de pessoas escravizadas, tanto os proprietários dos engenhos de açúcar quanto os das fazendas cafeeiras faziam parte de um grupo reduzido da sociedade que tinha capitais (próprios ou obtidos por meio de investidores) para aplicar na estruturação das unidades produtivas: compra da terra, desmatamento da vegetação e queimada, aquisição e cultivo das mudas, plantio e construção das dependências.

No caso do café, esse fator era especialmente relevante, pois os investimentos no empreendimento demoravam alguns anos para darem retorno aos fazendeiros: as plantas cafeeiras começavam a dar seus primeiros frutos cerca de quatro anos depois do plantio.

Além dessas despesas, havia também os custos com a compra de escravizados. Considerados bens, inventariados e transmitidos à geração seguinte por herança, os escravizados muitas vezes eram usados pelos cafeicultores como garantia para obter empréstimos.

Orientações

Os dados numéricos sobre o tráfico de africanos escravizados foram retirados de: SLAVE VOYAGES. **Tráfico transatlântico de escravos**. Disponível em: https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates. Acesso em: 4 mar. 2024; e sobre o número de escravizados no Brasil em 1888 foram retirados de: SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 310.

Comente que a lei conhecida como Eusébio de Queirós foi promulgada após a aprovação, em 1845, pelo parlamento do Reino Unido do Bill Aberdeen – que permitia à marinha britânica apreender navios escravistas na costa do Brasil. Essa medida foi tomada, pois, apesar da aprovação no Brasil de uma lei, em 1831, que declarava livres todos os africanos traficados internacionalmente, esse tráfico cresceu na primeira metade do século XIX.

Portanto, os africanos traficados para o Brasil desde 1831 foram escravizados ilegalmente. Esse fato era levado aos tribunais por abolicionistas, como Luis Gama, que exigia na Justiça a libertação dessas pessoas.

A proibição do tráfico de escravizados e o fim da escravidão

No início do século XIX, a escravidão começou a ser abolida ao redor do mundo. Após a Revolução Haitiana, no final do século XVIII, quando os escravizados se rebelaram e proclamaram o fim da escravidão e a independência do Haiti, a maior parte das nações americanas que conquistavam a independência aboliam a escravidão.

O Brasil foi uma exceção. A escravidão perdurou por mais de três séculos no país, sendo mantida mesmo após a independência. Estima-se que, entre os séculos XVI e XIX, 5 milhões de africanos foram traficados para a América portuguesa e o Brasil independente.

Antes da independência do Brasil, ocorrida em 1822, o Reino Unido já pressionava o governo português pela abolição do tráfico de escravizados. A proibição desse tráfico só teve algum sucesso com a **Lei Eusébio de Queirós**, em 1850. Os navios britânicos vigiavam a costa do Brasil para capturar navios escravistas, mesmo assim muitas pessoas foram traficadas e escravizadas ilegalmente.

O abolicionismo, movimento que defendia o fim da escravidão, e a resistência dos escravizados, representada por fugas maciças e pela formação de quilombos, foram componentes centrais da pressão pelo fim da escravidão no país.

A escravidão foi abolida no Brasil somente em 13 de maio de 1888, com a assinatura da **Lei Áurea**. Na data, havia no território cerca de 700 mil pessoas escravizadas.

Essa população não foi integrada à sociedade de forma igualitária. O racismo que sustentava a sociedade escravista continuou expressando-se, por exemplo, nas desigualdades no mercado de trabalho.

ANTONIO LUIZ FERREIRA – ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES, RIO DE JANEIRO

Multidão acompanhando a assinatura da Lei Áurea no Paço Imperial no Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, 1888.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Se achar pertinente, reproduza para a turma um trecho da Lei Eusébio de Queirós e estimule a interpretação coletiva:

Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas no [...] Brasil, tendo a seu bordo escravos [...], ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.

BRASIL. **Lei nº 581**, de 4 de setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 18 mar. 2024.

O incentivo à imigração

O governo do império passou a incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil, principalmente europeus, que foram empregados nas lavouras de café. A elite e o governo imperial tentavam mudar o perfil étnico da população por meio da imigração, que gerava lucros para agências de recrutamento e companhias de navegação.

Na metade do século XIX, teve início o **sistema de parceria**, segundo o qual lucros e prejuízos da produção de café seriam divididos entre os imigrantes e os proprietários de terras. Esse sistema causou muitos conflitos.

Mais tarde, nos anos 1870, os imigrantes começaram a ser atraídos para o Brasil com o pagamento de parte das despesas da viagem. Muitos deles trabalharam no **sistema de colonato**: os colonos recebiam moradia e uma roça para o próprio sustento. Em troca, deviam obrigações aos fazendeiros, como a entrega de parte da colheita do café e o trabalho nas fazendas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

GUILHERME GAENSLY - MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Imigrantes europeus no pátio da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, estado de São Paulo, 1890.

7 Copie no caderno as frases que descrevem características comuns às atividades açucareiras, mineradoras e cafeeiras estudadas. 7. a, b e d.

a. Realização de práticas que provocam impactos ambientais.

b. Exploração da mão de obra de pessoas escravizadas.

c. Organização do trabalho no sistema de colonato.

d. Exportação da produção para a Europa.

8 Após o fim da escravidão, o acesso às oportunidades de trabalho foi igualitário para toda a população? Para responder à questão, reúna-se em grupo com os colegas e façam uma pesquisa sobre a discriminação racial no mercado de trabalho. Selecionem um documento ou reportagem sobre o tema e elaborem uma proposta que contribua para solucionar a situação registrada. Apresentem a conclusão do grupo para a turma.

ODS 10

8. Os estudantes podem selecionar anúncios de emprego com exigências racistas, gráficos com dados sobre as desigualdades no mercado de trabalho, textos e imagens de época etc.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A análise do racismo no mercado de trabalho brasileiro no período posterior à abolição da escravidão promove a compreensão de questões históricas relacionadas às desigualdades étnico-raciais. Isso pode favorecer o reconhecimento do papel das políticas de redução das desigualdades previstas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 – Redução das desigualdades.

Orientações

As atividades 7 e 8 podem ser utilizadas para o monitoramento das aprendizagens. A atividade 7 avalia a compreensão dos estudantes sobre algumas características da economia do açúcar, do café e da mineração. A atividade 8 é uma oportunidade para monitar a compreensão dos estudantes sobre fatores históricos e as consequências estruturais do racismo no Brasil, além de permitir o desenvolvimento da habilidade de pesquisa, do pensamento crítico e de elaboração de propostas com base em dados obtidos em fontes confiáveis.

Complemento da resposta

8. Oriente os estudantes a pesquisar informações em fontes confiáveis. Incentive-os a conversar sobre as desigualdades encontradas nos documentos e nas reportagens selecionados e também sobre as soluções propostas pelos grupos. Caso tenham acesso à internet, eles podem pesquisar anúncios de emprego em jornais do final do século XIX e do início do século XX na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Nas edições do *Correio Paulistano* e do *Correio da Manhã* do período, há inúmeros exemplos de anúncios de emprego com critérios racistas, exigindo trabalhadores brancos ou europeus.

MODERNA

Orientações

Grande parte das atividades econômicas do período colonial foi controlada pela Coroa portuguesa. Muitos setores sofreram restrições, em especial aqueles que podiam competir com a produção portuguesa ou que causassem interferência na dinâmica colonial.

Para a compreensão disso, é importante contextualizar o pacto colonial – que previa a restrição do comércio internacional, que deveria se dar de modo exclusivo entre colônia e metrópole. Essa última, como tal, exercia um controle rígido sobre os mais variados aspectos da vida econômica, social, política e cultural da colônia.

A instalação da família real portuguesa no Brasil, em 1808, mudou esse cenário. A transferência da Corte e do aparato régio para a colônia no contexto das invasões napoleônicas na Europa teve entre seus objetivos garantir a permanência do controle da Coroa portuguesa sobre seu império colonial, já que o avanço das tropas napoleônicas sobre Portugal era iminente.

Depois dessa mudança o *status* da colônia foi alterado. Tendo sido elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, o Reino do Brasil passou a contar com estruturas até então proibidas na colônia, como fábricas, universidades, imprensa e muitas outras.

O início da industrialização no Brasil

Durante todo o período colonial, a abertura de fábricas era proibida pelo governo português. Esse cenário mudou em 1808, quando a família real portuguesa se mudou para sua colônia americana. Dom João, então príncipe regente de Portugal, assinou uma lei permitindo a instalação de fábricas e manufaturas. Nesse período, o governo português criou fábricas no Rio de Janeiro, como a Real Fábrica de Pólvora.

Ao longo do século XIX, após a independência do Brasil, havia poucas fábricas no país. A maior parte delas estava relacionada às ferrovias, à construção civil e à produção do gás usado na iluminação pública. Somente a partir de 1860, a industrialização começou a aumentar. Pessoas livres e escravizadas trabalhavam nessas primeiras fábricas, mas, após a abolição da escravidão, prevaleceu o trabalho livre assalariado. O algodão era a principal matéria-prima e os fios, sacos e tecidos eram os principais produtos.

Nos primeiros anos da República Brasileira, proclamada em 1889, a industrialização se intensificou. Durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, diante da dificuldade de importar produtos industrializados, teve início uma política de **substituição de importações**, ou seja, o governo passou a incentivar a produção industrial local para substituir os produtos que antes eram importados.

A partir da década de 1920, a indústria brasileira cresceu com o desenvolvimento de novos ramos de produção, como os de alimentos e bebidas, itens de higiene pessoal, roupas, luvas e chapéus. Em cidades como São Paulo, a maioria dos trabalhadores das indústrias era imigrante.

COLEÇÃO JOÃO EMILIO GERODETTI

Vista do Brás, bairro industrial no município de São Paulo, estado de São Paulo, 1925.

Alguns filmes contribuem para a contextualização do cotidiano dos operários, a imigração europeia e a industrialização no Brasil no início do século XX, por exemplo o documentário *Libertários*, de Lauro Escorel Filho (produção: CDI, Dinafilme. Brasil, 1976, 30 minutos).

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Incentivos à industrialização

Apesar do crescimento da indústria no início do século XX, o Brasil continuava sendo um país agrícola. Em 1930, apenas pouco mais de 13% da população estava empregada nas fábricas.

Nos anos 1940, o governo obteve apoio financeiro dos Estados Unidos para investir na chamada **indústria de base** – que produz matéria-prima para outras indústrias, caso do aço, por exemplo. Nesse contexto, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional e os investimentos nos setores metalúrgicos, de energia, de comunicações e de petróleo aumentaram no país.

A partir dos anos 1950, teve início o incentivo do governo à instalação de indústrias estrangeiras no Brasil. A indústria automobilística ganhou grande força no período, com a fabricação de automóveis e caminhões.

A produção industrial passou a ser mais diversificada durante a segunda metade do século XX. Além disso, desde o final daquele século, deixou de se concentrar no entorno de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Incentivos como a redução de impostos pelos governos federal e estaduais contribuíram para a instalação de indústrias em outras localidades.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

9 Indique o ano ou o período em que cada evento da história da indústria brasileira ocorreu.

a. Autorização para abertura de fábricas.

9 a. 1808.

b. Substituição de importações.

9 b. A partir de 1914.

c. Incentivo à indústria automobilística.

9 c. A partir da década de 1950.

d. Desconcentração industrial no país.

9 d. A partir do final do século XX.

10 Reúna-se em grupo com os colegas e conversem sobre que tipo de fábrica vocês abririam no local onde moram. De qual ramo seria essa fábrica? Por quê? Como seriam as relações de trabalho estabelecidas nela? De que modo os impactos da fábrica no meio ambiente poderiam ser reduzidos? Escrevam um texto coletivo que apresente e justifique as escolhas do grupo.

ODS 9

10. Os estudantes podem considerar aspectos regionais, a disponibilidade de algum recurso abundante na região ou ainda produtos industriais que eles acreditam que sejam importantes para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Ao incentivar os estudantes a refletir sobre as formas de desenvolver uma indústria sustentável considerando os impactos ambientais das atividades e as relações de trabalho estabelecidas, a atividade 10 favorece a valorização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 – Indústria, inovação e infraestrutura.

Orientações

Os dados numéricos sobre a população empregada na indústria no Brasil em 1930 foram retirados de: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 282. (Coleção Didática).

O desenvolvimento industrial no Brasil esteve vinculado aos incentivos do Estado e aos investimentos estrangeiros. A partir da década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro atuou para atrair investimentos dos Estados beligerantes para a industrialização.

Entre 1956 e 1961, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, houve facilidades para investimentos privados vindos do exterior, instalações de fábricas estrangeiras e venda de fábricas nacionais a empresas de outros países. As ações tiveram êxito e a produção industrial brasileira cresceu. Contudo, o endividamento do país e o controle estrangeiro da produção industrial também cresceram.

A atividade 9 permitirá monitorar as aprendizagens dos estudantes sobre o processo de industrialização brasileiro.

Complemento da resposta

10. O objetivo da atividade é incentivar, por meio de uma situação-problema, a aplicação conjunta dos temas estudados, como a industrialização, as relações de trabalho, os impactos ambientais da produção fabril e as formas de diminuí-los.

MODERNA

Capítulo 11

O capítulo aborda as atividades econômicas, realizadas no campo e na cidade, e analisa como elas se articulam para formar cadeias produtivas, ressaltando a importância dos meios de transporte e de comunicação para essa integração em escala local, regional e global.

Esclareça que o minério de ferro é transportado por longas distâncias e em grandes quantidades, demandando ferrovias e portos com espaços e equipamentos específicos (pátios de armazenamento, correias transportadoras, empilhadeiras, carregadoras de navios etc.), além de navios cargueiros e rotas de navegação. Esse mineral é a matéria-prima para a fabricação do aço usado na produção de veículos, máquinas e equipamentos elétricos e eletrônicos.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: setores da economia; cadeias produtivas; atividades econômicas nos espaços rural e urbano; distribuição territorial das indústrias no Brasil; globalização.

CAPÍTULO 11

Organização espacial da produção na atualidade

WANG TIANCONG/IMAGO/ALAMY/FOTOARENA

Área de exploração de minério de ferro no município de Canaã dos Carajás, estado do Pará, 2023.

A fotografia retrata uma área que tem sido escavada continuamente para a retirada de toneladas de minério de ferro. Grande parte do minério de ferro extraído no Brasil é vendido para empresas de outros países, como a China, o maior comprador desse material no mundo.

O minério de ferro é um recurso natural importante, pois é utilizado na fabricação de diversos produtos industrializados. Como o minério de ferro extraído no Brasil é transportado até outros países? Você saberia dar exemplos de produtos fabricados com esse recurso natural?

Neste capítulo você vai:

- reconhecer diferentes atividades econômicas;
- analisar fatores que influenciam na organização das atividades econômicas no espaço;
- compreender a formação de cadeias produtivas globais;
- identificar situações que revelam o impacto da globalização no Brasil.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Avaliação diagnóstica

- Que atividades econômicas são realizadas no lugar onde você mora?
- Qual é a importância dos meios de comunicação e de transporte para a realização dessas atividades?

Aproveite as questões para avaliar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre atividades econômicas e sua organização e execução.

Com base nas respostas, avalie os temas que vão exigir maior aprofundamento para planejar as próximas aulas. Caso os estudantes demonstrem dificuldade em reconhecer as atividades econômicas locais, retome as atividades mencionadas no capítulo 10 e peça aos estudantes que avaliem se alguma delas é realizada no local onde vivem.

As atividades econômicas

As atividades econômicas necessitam de trabalhadores, equipamentos e recursos diversos para produzir bens e serviços para a sociedade. No mundo atual, as principais atividades econômicas são o extrativismo, a agricultura, a pecuária, a indústria, o comércio e a prestação de serviços.

Tais atividades são desenvolvidas para atender às necessidades e aos interesses da população e das empresas. As interações entre as atividades econômicas formam as chamadas **cadeias produtivas**, que envolvem, portanto, a produção e a comercialização de mercadorias e a execução de serviços necessários ao funcionamento de todos os ramos de atividade. As atividades econômicas são classificadas em três setores.

- **Primário**: reúne as atividades de produção de alimentos e matérias-primas que não passaram pela indústria. Matérias-primas são as substâncias ou materiais que, transformados, dão origem ou são incorporados ao processo de fabricação de um produto. O leite, por exemplo, é a matéria-prima do queijo. No setor primário estão as atividades econômicas do extrativismo vegetal, animal e mineral, da agricultura e da pecuária.
- **Secundário**: corresponde às atividades industriais responsáveis por transformar as matérias-primas em novos produtos.
- **Terciário**: agrupa as atividades de comércio, responsável pela venda de todo tipo de mercadoria, e de prestação de serviços.

Um exemplo de cadeia produtiva é o processo que envolve o cultivo de milho na agricultura, a transformação desse vegetal em óleo de cozinha na indústria, o transporte do óleo até a cidade por uma empresa que presta serviços e a venda desse produto nos mercados.

COSTFOTO/FUTURE PUBLISHING/GETTY IMAGES

Embalamento de óleo de milho em indústria na província de Shandong, China, 2021.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

É possível que os estudantes tenham alguma familiaridade com o tema das atividades econômicas, pois provavelmente vivenciam algumas delas no dia a dia. Por isso, solicite a eles que forneçam exemplos de atividades econômicas que conhecem, ajudando na articulação da teoria com a prática.

Peça aos estudantes que identifiquem a função das atividades mencionadas por eles para o sistema produtivo e para a sociedade. Eles podem indicar que algumas atividades garantem a oferta de alimentos, de matérias-primas e de recursos energéticos, outras processam recursos naturais e outras ainda comercializam mercadorias e serviços.

Em seguida, classifique com a turma as atividades citadas segundo os setores econômicos, enfatizando a integração entre eles. Para isso, explore a noção de cadeia produtiva, usando o exemplo do óleo de cozinha mencionado no texto.

Orientações

Aprofunde a abordagem das cadeias produtivas, identificando as especificidades das principais atividades que compõem os três setores da economia (primário, secundário e terciário) e explique como eles se complementam. Retome o exemplo do óleo de cozinha e peça aos estudantes que descrevam a cadeia envolvida em seu processo de produção.

Se julgar pertinente, explique o vínculo entre a base espacial e as diferentes atividades econômicas, destacando que algumas atividades são realizadas necessariamente ou prioritariamente em determinados espaços e que elas podem transformar a configuração do espaço geográfico. Esse tema será aprofundado na página 166.

A integração entre as atividades econômicas

As atividades econômicas se complementam de muitas maneiras, formando relações de interdependência, e por isso formam cadeias produtivas.

A agropecuária e o extrativismo de recursos naturais de origem mineral, vegetal e animal, por exemplo, fornecem produtos alimentícios que são vendidos no comércio e também matérias-primas que são processadas nas indústrias durante as etapas de fabricação de mercadorias.

Além de alimentos frescos, vindos da agricultura, da pecuária e do extrativismo, o comércio realiza a venda de produtos industrializados, como roupas, calçados, eletrodomésticos, móveis, brinquedos, veículos etc.

Já a prestação de serviços satisfaz demandas de consumo e de cidadania, como atendimento médico e hospitalar, reformas residenciais e atividades de lazer. Esse ramo de atividade também dá suporte aos demais ao realizar, por exemplo, o transporte de matéria-prima para as fábricas, o conserto de máquinas e a instalação de equipamentos.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Trabalhadores carregando caminhão com tomates na zona rural do município de Jacobina, estado da Bahia, 2019. O transporte de cargas é um tipo de prestação de serviços que possibilita o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

A circulação de insumos

Os **insumos** são os elementos necessários para a realização de uma atividade econômica. Em uma indústria, por exemplo, os insumos englobam as matérias-primas, as máquinas, os equipamentos, a energia elétrica e a mão de obra empregados na fabricação das mercadorias, além dos serviços de transporte responsáveis por entregar ou recolher matérias-primas, equipamentos e produtos. Assim, as atividades econômicas dependem da circulação constante de insumos entre elas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

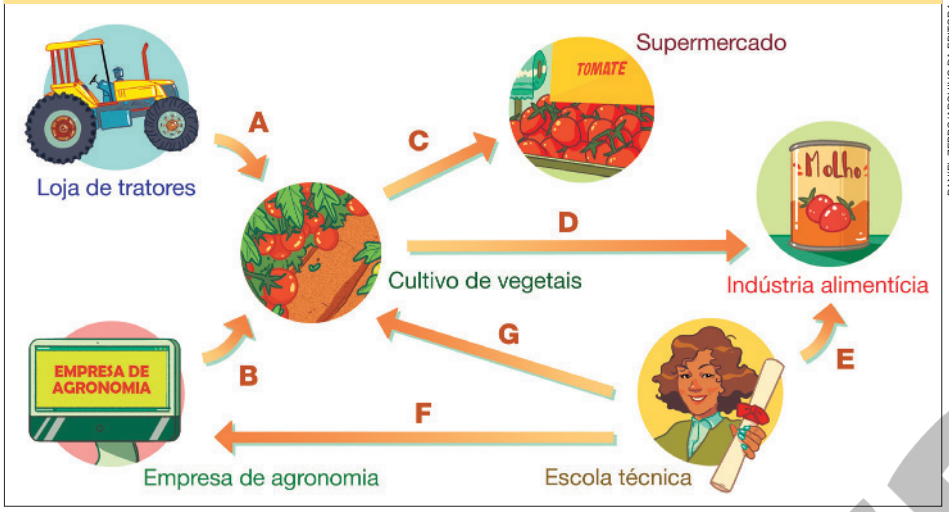
Atividade complementar

Oriente os estudantes a selecionar uma mercadoria de uso cotidiano, cujo exemplo ainda não tenha sido trabalhado em aula, e a anotar no caderno as etapas envolvidas em sua produção. Para cada etapa, eles deverão descrever as atividades realizadas e identificar a que setor da economia elas pertencem.

O livro *A história das coisas*, de Annie Leonard (Rio de Janeiro: Zahar, 2011), e a animação de mesmo nome, podem contribuir para os estudantes discutirem a integração entre diferentes atividades econômicas de um ponto de vista crítico. Esta atividade pode ser utilizada para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre as cadeias produtivas.

Ao analisar uma atividade econômica, é possível identificar os insumos utilizados em seu processo e aqueles fornecidos por ela a outras atividades. Com isso, forma-se uma rede de troca de insumos. O esquema a seguir representa um exemplo de rede de troca de insumos. Nele, cada seta indica a origem e o destino de insumos.

Exemplo de rede de troca de insumos



DANIEL ZEPPO/ARQUIVO DA EDITORA

Ilustração esquemática elaborada para esta obra.

1 Copie o quadro no caderno e realize as atividades a seguir.

Setor primário	Setor secundário	Setor terciário

a. Complete o quadro incluindo as atividades representadas no esquema de acordo com o setor econômico a que elas pertencem.

b. Cite exemplos de insumos que circulam nas situações representadas por cada seta. Faça como no exemplo.

Seta A: tratores.

1 a. Setor primário: cultivo de vegetais. Setor secundário: indústria alimentícia. Setor terciário: loja de tratores, empresa de agronomia, supermercado, escola técnica.

1 b. Seta A: tratores. Seta B: serviços especializados em atividades agropecuárias. Seta C: vegetais *in natura*. Seta D: matérias-primas de origem vegetal. Seta E: mão de obra para tarefas industriais. Setas F e G: mão de obra para tarefas agropecuárias.

2 Construa no caderno um esquema semelhante ao desta página, mas que represente uma rede de troca de insumos diferente. Depois, compartilhe seu esquema com os colegas e explique as conexões entre as atividades.

2. Exemplos de atividades ou empresas que apresentam conexões: produção de leite, indústria de laticínios, atacado de alimentos, restaurante, empresa de transportes.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Trabalhar o conceito de insumo é uma oportunidade de aprofundar a compreensão dos estudantes sobre a integração entre as atividades econômicas no contexto das cadeias produtivas, pois possibilita identificar os elementos envolvidos nas interações entre os agentes que participam da produção e distribuição de mercadorias.

Se possível, faça a correção da atividade 1 coletivamente em sala de aula e peça aos estudantes que identifiquem quais atividades da coluna do setor terciário são de comércio (loja de tratores e supermercado) e quais são de prestação de serviços (empresa de agronomia e escola técnica).

Atividade complementar

As matérias-primas estão entre os insumos mais importantes das cadeias produtivas. Porém, a exploração de recursos naturais para obtê-las pode gerar grandes problemas ambientais. Nesse cenário, a reciclagem é uma alternativa para suprir a necessidade de alguns tipos de matéria-prima de modo mais sustentável. Porém, cada material tem propriedades específicas que podem viabilizar ou não a reciclagem. Considerando este tema, proponha uma atividade com base nas orientações a seguir.

Peça aos estudantes que formem grupos e escolham 3 matérias-primas que servem de insumo para diferentes indústrias.

Oriente os estudantes a pesquisar em livros ou na internet como essas matérias-primas são obtidas e quais problemas ambientais esses processos podem causar. Eles deverão também identificar se essas matérias-primas são ou não recicláveis e qual é a viabilidade de utilizar o material reciclado como nova matéria-prima.

Por fim, os grupos devem produzir um relatório sobre o processo de obtenção das matérias-primas escolhidas, destacando as possibilidades de reciclagem ou os limites dessa alternativa.

MODERNA

Orientações

Explore as fotografias e introduza ou retome a reflexão sobre como o espaço é apropriado e transformado para a realização das atividades econômicas. Nas fotografias, destaque a construção de moradias, a abertura de caminhos e a criação de áreas de produção industrial e de cultivo.

Use os conhecimentos prévios dos estudantes como ponto de partida para explorar a diferenciação entre o rural e o urbano, relacionando as atividades econômicas à produção do espaço.

Em relação ao espaço rural, é interessante destacar que, além da agricultura e da pecuária, ele também pode abrigar atividades industriais (agroindústrias), diferentes modalidades de extrativismo (pesca, mineração, coleta de produtos vegetais) e atividades de prestação de serviços, como o turismo. Além disso, também existem comunidades rurais que praticam o comércio, e muitas atividades realizadas no campo dependem da prestação de serviços, de mecânicos, técnicos agropecuários, veterinários e transportadores.

O espaço das atividades econômicas

Como as atividades econômicas apresentam particularidades no modo como são realizadas e nas funções que cumprem, os espaços onde elas são praticadas também apresentam características específicas.

De maneira geral, as sociedades ocupam e modelam dois tipos de espaço: o **espaço rural**, que integra o campo, e o **espaço urbano**, que constitui as cidades. Tanto no campo quanto na cidade, as sociedades constroem locais de moradia e estabelecem relações de convivência.

Em cada tipo de espaço, as pessoas aproveitam as condições ambientais favoráveis ao desenvolvimento de determinadas atividades econômicas ou, então, transformam as paisagens para adequá-las às atividades que pretendem desenvolver.

A produção industrial, o comércio e a prestação de serviços são atividades que podem ser realizadas tanto no campo como na cidade. Mas, enquanto os espaços rurais são mais aproveitados para a realização das atividades do setor primário, as cidades concentram as atividades dos setores secundário e terciário.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

Atividades de agricultura e pecuária no espaço rural do município de Campanha, estado de Minas Gerais, 2021.

IMAGENSTOCKBR/SHUTTERSTOCK

No primeiro plano, concentração de atividade industrial no espaço urbano do município de Apucarana, estado do Paraná, 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os espaços rurais

Parte dos elementos que compõem a paisagem do campo é natural e, muitas vezes, favorece as atividades extrativistas e agropecuárias, como a presença de vegetação rica em madeira, frutos, sementes e látex, solos férteis e fontes de água doce. Outros elementos, porém, são resultado da ação humana, como terrenos desmatados, plantações, solo exposto, lagos artificiais, canais de irrigação, estradas, cercas e currais.

Algumas das transformações no espaço rural são provocadas pelo desenvolvimento de certas atividades econômicas (como a extração de madeira ou o garimpo), outras são realizadas para que as atividades econômicas possam acontecer, como a captação da água dos rios para a irrigação, por exemplo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Sistema de irrigação em círculo na área rural do município de Três Marias, estado de Minas Gerais, 2023.

3 Analise a paisagem retratada na fotografia e identifique as características locais que favorecem a agricultura. Classifique-as em elementos naturais e humanos.

3. Naturais: rio e trecho de terreno plano. Humanos: sistema de irrigação e solo preparado.

4 Leia o parágrafo a seguir e, com base na fotografia desta página, identifique nele os elementos naturais e os elementos humanos.

> O lago artificial permite o armazenamento da água do rio e alimenta um sistema de irrigação circular. A vegetação foi retirada para haver espaço para o plantio, que se beneficia da superfície plana do terreno.

4. Elementos naturais: água do rio, superfície plana. Elementos humanos: lago artificial, sistema de irrigação circular, área aberta pela retirada da vegetação, plantio.

Complemento das respostas

3 e **4.** O reconhecimento das características favoráveis à agricultura do espaço rural retratado na fotografia permite aos estudantes associar esse espaço a elementos naturais e a elementos que resultam da intervenção humana. Isso suscita reflexões sobre os limites entre o que é próprio da natureza e o que é produto da ação humana. Muitas interpretações diferentes podem emanar dessas reflexões, permitindo a oportunidade de pensar sobre as relações entre sociedade e natureza.

Atividade complementar

Após a realização das atividades 3 e 4, organize uma roda de conversa sobre como diferenciar os elementos naturais e humanos. Oriente os estudantes a utilizarem exemplos concretos na construção de argumentos e, a partir das ideias levantadas por eles, auxilie na identificação dos aspectos que revelam a interação entre os seres humanos e os materiais e fenômenos da natureza. Para não reforçar a cisão teórica entre elementos humanos e naturais, destaque que os elementos humanos têm uma origem natural, modificada por meio do trabalho. As atividades propostas no livro e essa atividade complementar podem ser utilizadas para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes.

MODERNA

Orientações

É interessante aproveitar as práticas dos estudantes e os conhecimentos construídos por meio das experiências deles para sistematizar os critérios que permitem classificar determinados espaços como cidades.

Explore a fotografia reproduzida na página para que os estudantes identifiquem que as cidades apresentam como característica elementar a concentração de construções, vias de circulação e pessoas. Eles devem compreender também que esse conjunto de itens reunidos na mesma unidade espacial favorece o desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas às indústrias, ao comércio e à prestação de serviços.

Como essas atividades precisam de mão de obra, elas se beneficiam da existência de áreas residenciais e de sistemas de transporte público. Portanto, esses itens também podem ser considerados parte da infraestrutura da qual o sistema produtivo depende.

Outro aspecto importante a ser considerado é o de que a concentração de atividades econômicas, sobretudo nas grandes cidades, tende a atrair pessoas de diferentes localidades do país e do exterior. Esse fato proporciona a convivência e a troca entre pessoas com culturas diferentes. Porém, em um ambiente de intolerância, a convivência dá lugar a situações de desrespeito, discriminação e violência. Caso ache conveniente, comente a importância do combate à discriminação na sociedade e no ambiente escolar.

Os espaços urbanos

O espaço urbano resulta de intensas modificações na paisagem natural realizadas pelo trabalho humano. Nas cidades, predominam as construções humanas, muitas delas realizadas para o desenvolvimento de atividades econômicas.

As indústrias e os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços precisam de suas próprias instalações e de infraestruturas para funcionar. **Infraestrutura** é o conjunto de equipamentos, construções e outros recursos indispensáveis à realização de determinada atividade. Na atualidade, redes de abastecimento de água e tratamento de esgoto, coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica, cabos de internet e vias de circulação são exemplos de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento das atividades econômicas.

A fotografia a seguir retrata a vista de um trecho da cidade de São Paulo que passou por contínuas transformações ao longo do tempo. As curvas do rio foram eliminadas para que houvesse mais espaço nas margens para a abertura de avenidas e a construção de uma linha de trem, pontes, redes de eletricidade e prédios. Esses prédios acomodam empresas e escritórios que aproveitam as infraestruturas concentradas na localidade.

CRISTIANO_FERREIRA/SHUTTERSTOCK

Vista de trecho do espaço urbano de São Paulo, estado de São Paulo, 2023.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Meios de transporte e de comunicação

Os meios de transporte e de comunicação têm a importante função de estabelecer a integração entre os espaços onde as atividades econômicas são realizadas.

Assim, o planejamento da instalação de empresas agropecuárias, indústrias, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços tem levado em consideração a escolha de localidades servidas por sistemas de transporte e redes de telecomunicações eficientes.

O poder público, por sua vez, tem a responsabilidade de promover a instalação e ampliação das infraestruturas de transporte e de comunicação para atender às necessidades das cadeias produtivas e da população de maneira geral, que depende dessas infraestruturas para viver e trabalhar nos diferentes setores da economia.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Rodovia em trecho do município de Penedo, estado de Alagoas, 2022. Estradas de terra e rodovias conectam atividades realizadas no campo e na cidade.

A importância da internet

Hoje em dia, a comunicação via internet é fundamental para a dinâmica das cadeias produtivas: ela possibilita a encomenda rápida de produtos e serviços, a tomada de preços, a negociação de valores e a efetivação de parcerias por meio da assinatura de contratos *on-line*. Os pagamentos têm sido realizados por meio de serviços bancários virtuais, e as entregas contratadas por meio de serviços disponíveis em aplicativos de celular.

Orientações

Ao trabalhar o conteúdo da página, chame a atenção para a importância das vias e dos meios de transporte em diferentes escalas. No meio rural, por exemplo, as estradas de terra interligam espaços de uma mesma propriedade, como áreas de plantio, pastagens, currais, depósitos e a sede administrativa, viabilizando a realização das tarefas que as atividades agropecuárias demandam. Esse tipo de via de circulação é usado ainda para interligar as propriedades rurais entre si e conectá-las a rodovias e ferrovias que, por sua vez, conectam diferentes municípios. Já as cidades abrangem redes viárias formadas por ruas e avenidas e, em certos casos, linhas de transporte sobre trilhos. Além de rodovias, as cidades podem se conectar por meio de ferrovias, linhas aéreas, rotas marítimas e fluviais.

Os meios de comunicação também possibilitam a integração entre unidades produtivas, relativizando a influência das distâncias geográficas. Essa ideia pode ser aprofundada por meio da leitura coletiva do texto "A importância da internet" e pelo levantamento de outros exemplos, pelos estudantes, que ilustrem a influência da telecomunicação nas cadeias produtivas. Os exemplos podem ser elencados na lousa e analisados oralmente de maneira dialogada.

MODERNA

Orientações

Aprofunde a apresentação dos fatores locacionais que interferem na instalação de indústrias, explicando que a escolha de localidades envolve prioritariamente a máxima redução dos custos para obtenção de insumos e para escoamento da produção.

Complemento das respostas

5 e **6.** Auxilie os estudantes na leitura e interpretação do mapa, verificando se eles compreendem que o tamanho do círculo é proporcional ao número de empresas representado. Para isso, explore o título e a legenda do mapa com a turma.

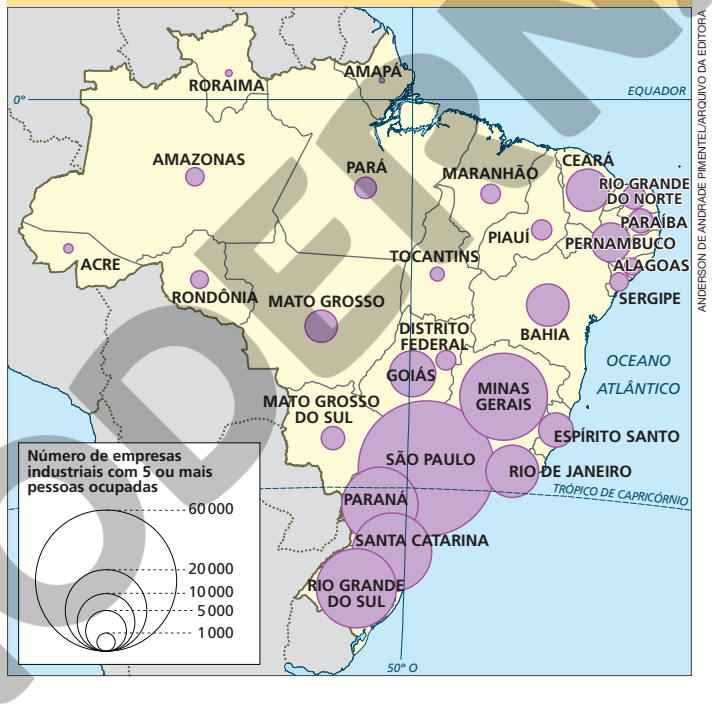
Avalie a possibilidade de propor a realização das atividades 5 e 6 em duplas ou em grupos formados por estudantes de diferentes perfis. Desse modo, os estudantes podem compartilhar e discutir suas estratégias de leitura e de interpretação do mapa com os colegas.

A localização das indústrias no Brasil

A escolha de localidades adequadas para a instalação de indústrias deve levar em conta um conjunto de fatores, como a presença de infraestrutura, a proximidade de fornecedores de matérias-primas e a disponibilidade de mão de obra.

No Brasil, a Região Sudeste concentrou a maioria das indústrias após as mudanças promovidas pela produção de café entre os séculos XIX e XX na região, principalmente em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A economia do café impulsionou a criação de ferrovias, o crescimento de cidades, a expansão das atividades no porto de Santos e a acumulação de riquezas, que contribuíram para o desenvolvimento de um parque industrial na região.

Brasil: número de empresas industriais – 2019



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa industrial anual**: empresa. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5603. Acesso em: 14 fev. 2024.

5 Com base no mapa, registre no caderno os cinco estados brasileiros com mais indústrias em 2019. Anote também os três estados com a menor presença de indústrias.

6 Explique como você chegou à resposta da atividade anterior.

5. Estados com mais indústrias: São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Estados com menos indústrias: Amapá, Roraima e Acre.

6. De acordo com a legenda do mapa, quanto maior o círculo, maior é o número de indústrias.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mudanças na dinâmica da localização industrial

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos incorporados aos meios de comunicação e de transporte agilizaram a conexão entre localidades distantes, permitindo a ocorrência de atividades econômicas em áreas que não reúnem localmente todos os insumos necessários a seu funcionamento.

Um dos efeitos desse processo é a abertura de fábricas em locais distantes das principais concentrações de consumidores, pois a disponibilidade de estradas e ferrovias em boas condições facilita o envio de produtos por longos trajetos. No Brasil, esse fenômeno contribuiu para o deslocamento de indústrias localizadas na Região Sudeste para regiões onde os salários pagos costumam ser mais baixos. Nesse contexto, os governos de alguns estados da Região Nordeste investiram em obras de infraestrutura e concederam incentivos fiscais para atrair mais indústrias para a região.

CACIO MURILO DE VASCONCELOS/ISTOCKPHOTO/GETTY IMAGES

Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, estado de Pernambuco, 2020. A infraestrutura implantada atrai empresas de outros estados para o local.

O não pagamento de alguns impostos também é um atrativo oferecido há décadas pelo Polo Industrial de Manaus, no estado do Amazonas, na Região Norte. A doação de terrenos por prefeituras e governos estaduais é outra estratégia para atrair indústrias que vários municípios nas Regiões Centro-Oeste e Norte, por exemplo, têm colocado em prática. Essas medidas, porém, provocam críticas, pois implicam o uso de recursos públicos para beneficiar empresas privadas. Em contrapartida, defensores alegam que elas geram empregos e reduzem as desigualdades entre as regiões.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Os investimentos em infraestrutura são fundamentais para a modernização dos parques industriais e para a criação de novos polos fabris (sobretudo em regiões que precisam gerar empregos para melhorar a vida da população) e remetem ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 – Indústria, inovação e infraestrutura.

Orientações

Para aprofundar a abordagem a respeito dos fatores que influenciam a localização geográfica das indústrias, mencione como a constante modernização dos sistemas de transporte e de comunicação tende a flexibilizar a espacialização da atividade industrial. Como parte desse processo, a digitalização de processos industriais, cada vez mais integrados à internet, e a melhora da eficiência do transporte de cargas contribuem para reduzir a dependência das empresas em relação a determinadas fontes de insumos e até mesmo em relação às principais concentrações de mercado consumidor.

Ao explorar a fotografia da página, se considerar pertinente, mencione que as operações de dragagem para o aprofundamento da calha do porto de Suape afetaram o ecossistema marinho local. Além disso, a degradação dos mangues e dos rios na região afetou a pesca tradicional das comunidades do entorno. Considerando este contexto, ressalte a importância de direcionar a inovação tecnológica para garantir que a implantação de infraestruturas e o desenvolvimento das atividades industriais sejam feitos de forma sustentável.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Orientações

Após abordar as especificidades das agroindústrias, é possível reforçar que a localização de indústrias no espaço rural também é consequência do desenvolvimento de infraestruturas de transporte e de comunicação, pois a disponibilidade de vias de circulação em áreas distantes dos grandes centros urbanos possibilita o escoamento da produção até eles.

Complemento das respostas

7. Espera-se que os estudantes identifiquem na fotografia a proximidade das instalações industriais a uma rodovia e a plantações como forma de reconhecer as vantagens locacionais da instalação de uma indústria no espaço rural. Reforce com os estudantes a importância da leitura da legenda para a interpretação da imagem.

8. Para garantir a acessibilidade da atividade aos estudantes cegos ou com baixa visão, peça aos estudantes que selecionem embalagens com informações em braile e códigos que direcionam a aplicativos ou páginas da internet com as informações sobre os produtos. Atualmente, no Brasil, poucas empresas oferecem esse tipo de informação nas embalagens, portanto, se preciso, inclua outras categorias além dos produtos alimentícios.

Além das informações sobre o produto, a matéria-prima e a localização da fábrica, considere a possibilidade de promover uma atividade interdisciplinar com a área de Ciências da Natureza, analisando as informações nutricionais e os grupos alimentares a que pertencem os produtos selecionados ou ainda avaliando a reciclabilidade das embalagens.

Objeto digital

O infográfico apresenta cinco pontos relacionados à produção agroindustrial, como as tecnologias empregadas e a importância da logística.

As agroindústrias

Agroindústria é o nome dado à indústria instalada em uma área rural e próxima à área de produção da matéria-prima de origem vegetal ou animal utilizada em seu processo de fabricação. Essa localização tem o objetivo de reduzir os custos de transporte e garantir o frescor das matérias-primas perecíveis, ou seja, que estragam rapidamente. Em geral, as agroindústrias são instaladas perto de rodovias, para facilitar o escoamento da produção.

MARIO FRIEDLANDER/PULSAR IMAGENS

Agroindústria de processamento de grãos próxima a uma rodovia e a plantações que fornecem matéria-prima no município de Primavera do Leste, estado de Mato Grosso, 2022.

OBJETO DIGITAL Infográfico: Dimensões da agroindústria

7 Copie as frases que citam vantagens relacionadas à localização da agroindústria retratada na fotografia dessa página.

a. Proximidade com uma cidade populosa, onde o mercado consumidor é grande.

b. Oferta de produtos perecíveis sem o risco de estragarem.

c. Ausência de vias de circulação para escoar a produção.

d. Baixo custo com transporte de matérias-primas.

7. b. Oferta de produtos perecíveis sem o risco de estragarem. d. Baixo custo com transporte de matérias-primas.

8 Selecione três produtos alimentícios industrializados de origem vegetal ou animal disponíveis em sua residência. Por exemplo: óleo de soja, manteiga, queijo etc. Leia o rótulo das embalagens e anote no caderno as seguintes informações sobre cada item.

Produto	Matéria-prima	Localização da fábrica

8. A atividade possibilita que os estudantes reflitam sobre a variedade de produtos fabricados pelas indústrias que comercializam alimentos presentes no dia a dia deles e que analisem seu local de origem.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

A globalização e as cadeias produtivas

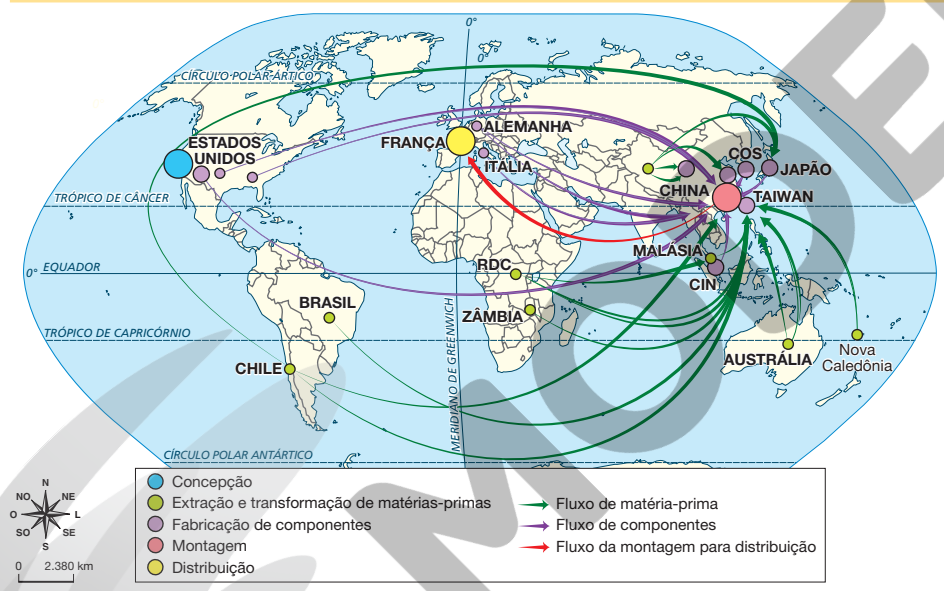
A **globalização** é um fenômeno relacionado à expansão do comércio mundial que, além da circulação de dinheiro e mercadorias, favoreceu as viagens internacionais e a troca cultural entre os povos.

No setor produtivo, o impacto da globalização tem sido significativo. Grandes empresas com sede em nações desenvolvidas passaram a instalar filiais em países menos desenvolvidos para pagar salários mais baixos e explorar seus recursos naturais. Contribuíram para isso a redução no tempo gasto com o transporte de cargas e de passageiros e a rapidez na circulação de informações pela internet, que permitiram o envio de alguns insumos entre empresas instaladas em países diferentes.

ODS 8

As cadeias produtivas tornaram-se globais, pois as etapas de produção de uma mercadoria passaram a ocorrer em diferentes países. Com isso, de maneira geral, as matérias-primas são produzidas pelas nações menos desenvolvidas; a concepção (criação de novos produtos) e a fabricação dos componentes mais sofisticados ocorrem em países com tecnologia avançada; e a montagem dos produtos é feita em países com mão de obra barata. O mapa que representa as etapas de fabricação de um *smartphone* exemplifica essa realidade.

Mundo: cadeia produtiva global de um *smartphone*



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. **Atlas geográfico**: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 51.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Discutir as condições de exploração do trabalho no contexto do estudo das cadeias produtivas globais permite colocar em pauta algumas das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, como a erradicação do trabalho forçado, infantil e análogo à escravidão, a proteção dos direitos trabalhistas e a promoção de ambientes de trabalho seguros para todos.

Orientações

Retome o conceito de cadeia produtiva para demonstrar como as atividades econômicas passaram a se integrar na escala global, organizadas por grandes grupos empresariais transnacionais. Se julgar pertinente, comente que as cadeias produtivas internacionais também são chamadas de cadeias globais de valor. Destaque a importância dos meios de comunicação e de transporte eficientes no mundo globalizado para conectar atividades produtivas realizadas em diferentes continentes.

A globalização abriu oportunidades para que grandes empresas sediadas em países desenvolvidos obtivessem ganhos expressivos ao abrir filiais em países em desenvolvimento, onde a mão de obra barata tende a ser o maior atrativo. Muitas empresas conseguem esse tipo de vantagem sem desrespeitar a legislação dos países em que atuam. Outras, no entanto, são acusadas de explorar trabalhadores de maneira abusiva, impondo jornadas excessivas e perigosas, ferindo os direitos humanos e submetendo trabalhadores a regimes de trabalho análogos à escravidão.

Converse com os estudantes sobre o mapa, comentando que sua legenda informa que as flechas representam fluxos de diferentes itens, e os círculos, etapas de produção, sendo cada um desses itens representado por uma cor diferente.

MODERNA

Orientações

Ressalte que, além da integração das atividades econômicas em escala mundial, a globalização também favorece a difusão de influências culturais e de padrões de comportamento.

As atividades dessa página podem ser utilizadas para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre as cadeias produtivas globais e algumas consequências da globalização. A atividade 11 permite articular teoria e prática ao incentivar os estudantes a identificar reflexos da globalização na dinâmica da localidade onde vivem.

Complemento das respostas

9. Aprofunde a interpretação do mapa por meio de perguntas como: "Em que países os componentes do *smartphone* são fabricados?"; "Em que países ocorre o processamento das matérias-primas?"; "Onde está o centro de distribuição dessa empresa?".

10. Para estudantes cegos ou com baixa visão, sugere-se a realização da leitura coletiva do texto, destacando oralmente quais são os trechos grifados.

A influência da globalização na realidade brasileira

A globalização impacta a realidade brasileira de muitas maneiras, podendo afetar a vida das pessoas de formas diferentes em cada município do país, no campo e na cidade. Esses impactos estão relacionados à oferta de empregos, aos tipos de mercadoria à venda no comércio e às influências culturais com as quais a população tem contato.

9 Sobre o mapa "Mundo: cadeia produtiva global de um *smartphone*", responda.

a. O Brasil participa da cadeia global de produção do *smartphone*? Em caso afirmativo, explique a função que o país cumpre nessa cadeia global.

9 a. O Brasil participa da cadeia global de produção do *smartphone* como local de extração e transformação de matérias-primas.

b. Em que país ocorre a criação do *smartphone* nessa cadeia produtiva?

9 b. Nos Estados Unidos.

10 Leia o texto sobre algumas influências da globalização na realidade brasileira. Depois, copie os trechos sublinhados de acordo com os itens a seguir.

> O Brasil se insere na globalização fornecendo principalmente minérios e produtos agropecuários e trazendo do exterior produtos industrializados. Nesse processo, empresas estrangeiras se instalaram no território brasileiro. Aqui, elas geram empregos, exploram recursos naturais e algumas causam problemas ambientais. Com a popularização da internet, os brasileiros também têm cada vez mais contato com culturas estrangeiras por meio do acesso a músicas, filmes e outros conteúdos digitais.

a. Influência econômica.

10 a. "fornecendo principalmente minérios e produtos agropecuários e trazendo do exterior produtos industrializados".

b. Influência cultural.

10 b. "músicas, filmes e outros conteúdos digitais".

c. Influência ambiental.

10 c. "exploram recursos naturais e algumas causam problemas ambientais".

11 Converse com os colegas sobre situações relacionadas à globalização que vocês identificam no município onde moram.

11. Algumas possibilidades: extração de matéria-prima para a venda em outros países, oportunidades de emprego em empresas estrangeiras, produtos de marcas internacionais à venda no comércio local, influência de artistas de outros países.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Atividade complementar

Para articular o conteúdo teórico sobre globalização e cadeias produtivas globais à vivência dos estudantes e promover uma prática coletiva que desenvolva a criatividade, o pensamento crítico e a expressão artística, pode-se dividir a turma em grupos e solicitar que criem uma peça de teatro que represente situações que envolvam exemplos de efeitos da globalização no dia a dia de uma família. Se possível, forme grupos de estudantes com diferentes faixas etárias para que possam compartilhar ideias e experiências variadas.

MUNDO DIGITAL

As notícias falsas

A internet se destaca pela rapidez na troca de informações entre as pessoas. Sua popularização, ocorrida nas primeiras décadas do século XXI, teve como consequência negativa o aumento da circulação das chamadas *fake news*, expressão em língua inglesa que, em português, significa **notícias falsas**.

As notícias falsas são criadas e disseminadas por grupos que disparam informações distorcidas ou mentirosas em canais de fácil compartilhamento com a intenção de gerar confusão social e manipular a opinião pública de acordo com seus próprios interesses.

Recentemente, além das *fake news*, surgiram também as ***deep fakes***, expressão em língua inglesa usada para designar montagens audiovisuais e conteúdos produzidos por Inteligência Artificial que manipulam as expressões faciais e a voz de pessoas e apresentam situações falsas como verídicas. Esse recurso pode tornar mais difícil a distinção entre uma notícia falsa e algo que realmente aconteceu.

A popularização da internet alavancou a velocidade e o alcance das notícias falsas; portanto, é muito importante aprender a identificá-las. Para isso, algumas medidas podem ser tomadas:

- pesquise a mesma informação em diferentes fontes;
- investigue a fonte da informação, ou seja, a pessoa ou instituição que está divulgando a notícia, para confirmar sua credibilidade;
- desconfie de notícias muito chamativas ou sensacionalistas. Erros de português também indicam que a informação não foi redigida por profissionais da comunicação;
- consulte agências de checagem de notícias, *sites* especializados em divulgar diariamente se as notícias que mais circulam na internet são verdadeiras ou falsas.

1. Espera-se que os estudantes, a partir de possíveis exemplos, reflitam sobre características das notícias falsas.

1 Você já recebeu uma notícia falsa na qual acreditou? Se sim, como foi? Em sala, converse com os colegas sobre as experiências de cada um de vocês.

2 Reflitam sobre os riscos das notícias falsas, considerando a afirmação de que elas causam confusão social. Pensem em exemplos que tenham de fato acontecido ou que poderiam acontecer, envolvendo a disseminação desse tipo de notícia.

2. Ao refletir sobre os malefícios das notícias falsas, os estudantes exercitam o senso crítico a respeito da importância de combatê-las.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Conduza a leitura do texto em voz alta e de maneira dialogada, convidando diferentes estudantes para ler determinado trecho. A cada trecho lido, faça uma pausa e promova uma breve troca de ideias para a construção coletiva da compreensão das informações abordadas. Aproveite essas pausas para solucionar dúvidas de interpretação e para coletar exemplos que eventualmente os estudantes queiram compartilhar.

Após a leitura, oriente a realização das atividades propostas e, depois, realize uma correção coletiva. Por fim, promova uma roda de conversa sobre os principais temas dos conteúdos falsos difundidos nas mídias digitais, como saúde, ciência e política, por exemplo. É importante evidenciar os efeitos nocivos das notícias falsas e ressaltar que a liberdade de opinião não pode servir de pretexto para a difusão de *fake news*.

Complemento das respostas

1 e **2**. Para complementar as atividades, proponha aos estudantes a análise de um conjunto de notícias falsas como meio de incentivá-los a identificar características comuns desse tipo de material. Para isso, solicite previamente a eles que levem para a sala de aula notícias que consideram ser falsas ou ainda prepare uma seleção prévia de notícias falsas que tenham circulado recentemente na localidade. Os critérios indicados na seção podem ser utilizados para analisar e classificar as notícias selecionadas.

MODERNA

Capítulo 12

Os desafios para desenvolver atividades econômicas de forma mais sustentável são o tema central deste capítulo. Os estudantes compreenderão o conceito de sustentabilidade e algumas práticas a ele relacionadas.

O texto da abertura permite introduzir a discussão desse tema. Com relação às perguntas, as turbinas eólicas retratadas na fotografia são usadas para a geração de eletricidade a partir da força do vento. A radiação solar é um outro exemplo de fonte de energia não poluente. É importante esclarecer, porém, que nenhuma forma de intervenção humana no ambiente está isenta de impactos na natureza; o que varia é a intensidade do dano. As turbinas eólicas, por exemplo, provocam a morte de pássaros que colidem com suas hélices e causam poluição sonora.

Objetos de conhecimento

Neste capítulo, são abordados: desenvolvimento sustentável; recursos naturais renováveis; recursos naturais não renováveis; fontes de energia renováveis; fontes de energia não renováveis; legislação ambiental no Brasil; consumo consciente.

CAPÍTULO 12

Caminhos para a sustentabilidade

CRISTIAN LOURENÇO/ISTOCK PHOTOS/GETTY IMAGES

Turbinas para captação de energia eólica no município de Jijoca de Jericoacoara, estado do Ceará, 2023.

Neste capítulo você vai:

- diferenciar recursos naturais renováveis de não renováveis;
- identificar diferentes fontes de energia;
- compreender o conceito de sustentabilidade;
- propor formas de consumo consciente.

As sociedades dependem da natureza para obter alimentos, materiais para a construção de moradias, substâncias para o preparo de remédios e outros recursos naturais que atendam a suas necessidades básicas. Por isso, o aproveitamento de matérias-primas e de fontes de energia é fundamental para os humanos. A exploração sem controle dos recursos naturais, porém, tem provocado a destruição de ambientes naturais.

A fotografia retrata uma forma de obter energia que, comparada a outras alternativas, provoca impactos menores na natureza. Você sabe qual recurso natural é usado para produzir energia por meio desses equipamentos? Você conhece outras formas menos prejudiciais à natureza de produzir energia?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Avaliação diagnóstica

- Dê exemplos de recursos naturais que estão presentes no seu dia a dia.
- A obtenção desses recursos naturais pode provocar impactos ambientais? Explique.

As perguntas possibilitam avaliar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre os recursos naturais que reconhecem (tais como água, energia solar, vento, solo, minerais, plantas e animais) e os impactos ambientais que decorrem de sua obtenção em caso de exploração predatória (como o esgotamento do solo pela agricultura, a extinção de espécies vegetais e animais pela exploração comercial da vegetação e a poluição da água e do solo pela mineração).

Considere as respostas dos estudantes para planejar as próximas aulas. Caso eles apresentem dificuldade, retome a noção de recurso natural apresentada no capítulo 1.

A necessidade de recursos naturais

Depois de consumir os alimentos que têm à disposição, as pessoas buscam repô-los, pois não há como sobreviver sem ingerir nutrientes. Para preparar tais alimentos são necessários ainda recursos, como água, gás ou energia elétrica. Portanto, se o fornecimento desses itens é interrompido, a preparação das refeições e outras necessidades fundamentais, como tomar água, cuidar da higiene pessoal e limpar a casa, não podem ser atendidas. A dependência humana desses elementos evidencia a importância da preservação dos recursos naturais.

Ao longo dos últimos três séculos, as sociedades industriais se desenvolveram com base na ideia de que a natureza era capaz de suportar ações destrutivas, como a derrubada de matas e a contaminação dos rios. Contudo, já havia indícios de que essa ideia era falsa.

A partir do século XVIII, a população das áreas que passavam por processos de industrialização na Europa começou a sofrer problemas de saúde provocados pela poluição do ar e dos cursos de água. Esses problemas eram gerados pela atividade industrial e pela grande concentração de pessoas nas cidades.

A preocupação com os problemas ambientais, porém, só ganhou força na segunda metade do século XX.

LEEMAGE/CORBIS HISTORICAL/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura representando a poluição gerada pelas fábricas de cobre em uma cidade industrial da região da Cornualha, Reino Unido, 1887.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Para que os estudantes desenvolvam reflexões e argumentos sobre a sustentabilidade, será valioso retomar o conceito de recurso natural apresentado no capítulo 1.

Se julgar conveniente, aprofunde a abordagem com base na definição a seguir do geógrafo Luis Antonio Bittar Venturi.

> Recurso natural pode ser definido como qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo utilizado pelo homem, direta ou indiretamente, como forma de satisfação de suas necessidades materiais e culturais em qualquer tempo e espaço.
>
> VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Recursos naturais do Brasil**. Curitiba: Appris, 2021. p. 24.

É possível ressaltar a possibilidade de mudança, no tempo e no espaço, do que é valorizado como recurso por determinada sociedade. O petróleo, por exemplo, passou a ser valorizado a partir do final do século XIX, quando se desenvolveram tecnologias que o tornaram uma fonte de combustível.

Orientações

Pergunte aos estudantes se consideram relevantes as questões ambientais e se eles se preocupam com a degradação da natureza pela sociedade.

Sobre a relevância do estudo das questões ambientais na Educação de Jovens e Adultos, leia o texto a seguir.

Em 1993, o Instituto Nacional de Educação Continuada de Adultos (Niace), do Reino Unido, publicou um documento intitulado "Aprendendo para o futuro: educação e o meio ambiente". Nesse documento, o Instituto argumentava pela importância de a EJA se engajar de uma forma muito mais consistente nas questões ambientais. Apontava uma série de argumentos em favor da sua posição. Primeiramente, não há tempo suficiente para esperar as gerações mais jovens amadurecerem antes de adotar ações ambientais. Em segundo lugar, a educação ambiental é um processo permanente, que acompanha a vida toda, até mesmo porque a compreensão de questões ambientais também muda ao longo do tempo. Terceiro, para a educação ambiental de crianças ter credibilidade, é necessário que a compreensão dos adultos também mude. E, por último, qualquer mudança ambiental exige o engajamento do elenco mais abrangente possível de pessoas – crianças, jovens e adultos de toda e qualquer faixa etária.

BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: MEC/MMA/Unesco, 2007. p. 232.

O que é sustentabilidade?

A partir de 1972, a Organização das Nações Unidas passou a promover reuniões com representantes de diversos países com o objetivo de criar orientações para a redução dos impactos humanos na natureza.

Por motivações econômicas, no entanto, muitos países são resistentes às políticas ambientais, pois a produção de bens e riquezas requer a exploração de recursos naturais e a liberação de dejetos durante o processamento e o consumo dos produtos. Portanto, a oposição a essas políticas é alimentada pelo receio de que a revisão dos modelos de produção e de consumo gere gastos e restrições ao crescimento da economia.

Para coordenar o debate ambiental entre os países, marcado por divergências, foi criada em 1972 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Essa comissão buscava soluções ambientais que não rompessem com os interesses econômicos dos países representados. Isso deu origem à ideia de **desenvolvimento sustentável**: aquele que atende às necessidades da sociedade atual sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

YUTAKA NAGATA/UN PHOTO

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Abertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo, Suécia, 1972.

Orientações

Para o trabalho em sala de aula com os conteúdos desse capítulo, será útil dominar conceitos e termos relacionados à sustentabilidade. A referência a seguir pode ser uma boa fonte de consulta: AKATU. **Entenda os principais conceitos do consumo consciente**, 7 jul. 2023. Disponível em: https://akatu.org.br/entenda-os-principais-conceitos-do-consumo-consciente/. Acesso em: 3 maio 2024.

O predomínio de um sistema econômico baseado no lucro, por meio do qual os ganhos dos produtores crescem à medida que vendem mais mercadorias, exige a intensa exploração dos recursos naturais e outras intervenções humanas que prejudicam a natureza. Esse sistema econômico também se caracteriza pela desigualdade na distribuição de riquezas, mantendo muitas pessoas em situação de pobreza. A ausência de perspectivas para superar essa realidade torna inevitáveis os problemas ambientais e sociais. Nesse cenário, o desenvolvimento sustentável se apresenta como uma possibilidade para reduzir esses efeitos.

Com a intenção de traduzir a ideia de sustentabilidade em ações práticas, em 2015, a Organização das Nações Unidas criou 17 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Neles estão contidas propostas para a proteção de todos os seres vivos do planeta e para a busca de igualdade entre os indivíduos. O texto a seguir resume os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

> Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. [...]
>
> NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 16 fev. 2024.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Copie do texto as principais ações que resumem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1. "Acabar com a pobreza", "proteger o meio ambiente e o clima" e "garantir que as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade".

2 Considere o município onde você mora e elenque as ações do texto que considera mais importantes para a realidade local. Justifique sua resposta.

2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre as condições ambientais e sociais no município onde moram e opinem sobre a dimensão de sustentabilidade mais necessária no local, apresentando argumentos para justificar a resposta.

3 Compartilhe com os colegas as conclusões que obteve na atividade 2.

3. Espera-se que os estudantes compartilhem suas respostas e comparem as próprias conclusões com as dos colegas, ampliando a reflexão sobre o tema.

Complemento da resposta

3. Considere a possibilidade de dividir a turma em grupos de acordo com suas respostas na atividade 2. Por exemplo, um grupo que destacou o tema da pobreza e outro que destacou a proteção do meio ambiente. Cada grupo pode ficar responsável por preparar uma forma de expressar os argumentos que defendam seus pontos de vista, o que pode ser feito por meio de apresentação oral, elaboração de *podcast*, ou, ainda, redação de um artigo de opinião. Esta atividade auxilia no monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre a noção de sustentabilidade.

Atividade complementar

Solicite aos estudantes que, em duplas, consultem o descritivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas páginas 8 e 9 dessa obra e elejam um para ser implementado no bairro da escola ou no município em que vivem. Cada dupla deverá então elaborar uma lista de ações que podem ser tomadas para viabilizar a efetivação desse objetivo. Para isso, precisarão considerar a participação da sociedade civil (população) e de governos, empresas, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa etc.

Planeje um momento para que os estudantes possam trocar ideias identificando dificuldades de implementação e os benefícios e resultados esperados para as mudanças previstas.

Além das iniciativas dirigidas à localidade escolhida, reforce a importância da participação dos cidadãos nos debates políticos que envolvem as ações do poder público e dê exemplos de formas de participação social no Estado brasileiro (como conselhos, comitês gestores, audiências públicas, ações populares e ações civis públicas).

Por fim, peça às duplas que produzam uma apresentação para divulgar as propostas.

A realização dessa atividade contribuirá para articular a teoria à prática local e cotidiana dos estudantes e desenvolver a habilidade de argumentação.

MODERNA

Orientações

Explique que o uso de fontes renováveis para a produção de energia no Brasil é maior do que o predominante no mundo. Em 2022, as fontes renováveis (que incluem lenha e carvão vegetal, hidráulica, derivados de cana de açúcar, eólica e solar e outras) respondiam por 47,4% da produção energética do país. Se a análise de fontes de energia levar em consideração a produção apenas de energia elétrica, o uso de fontes renováveis no Brasil é ainda maior: em 2021, 84,8% da eletricidade produzida no país provinha de fontes renováveis, enquanto no mundo essa porcentagem era de apenas 28,1% (dados obtidos em: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Matriz energética e elétrica**. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica. Acesso em: 3 maio 2024).

Os recursos naturais

Os elementos da natureza que podem ser utilizados para atender às necessidades humanas ou dar origem a produtos são chamados de recursos naturais. Água, solo, minerais, materiais de origem animal ou vegetal e luz solar são exemplos de recursos naturais. Esses recursos são explorados para as pessoas obterem alimentos, matérias-primas e energia.

Os recursos naturais chamados de **renováveis** são aqueles permanentemente disponíveis ou repostos pela natureza em ritmo compatível com o uso pelas pessoas, tais como o vento, a luz solar, a água e os vegetais.

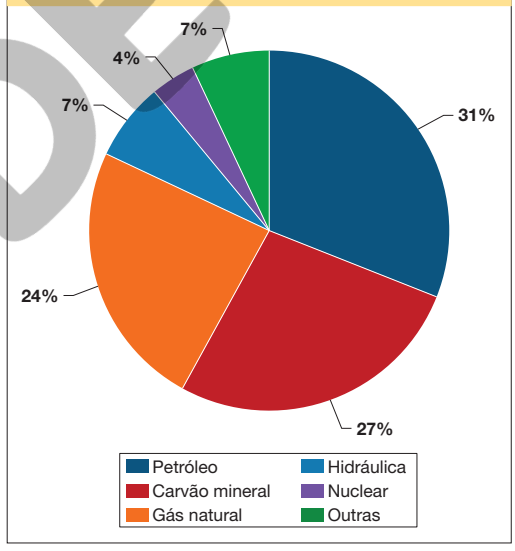
Os recursos **não renováveis** são aqueles que se formam muito lentamente ou que tiveram origem em condições naturais específicas, que podem não se repetir. São exemplos: o petróleo e o gás natural.

As fontes de energia

Energia é a capacidade de realizar ação, movimento ou trabalho. Preparar uma refeição ou se dirigir de um lugar para outro são ações que envolvem energia. Existem vários tipos de energia úteis para a realização das atividades humanas. Por exemplo, a luz solar e a força dos rios e dos ventos podem ser aproveitadas para gerar energia elétrica. Já o petróleo pode ser convertido em combustível para mover motores de veículos.

Apesar da recente expansão de formas mais sustentáveis de produzir energia, o petróleo e o carvão mineral, que são muito poluentes, continuam sendo utilizados para isso em larga escala, como mostra o gráfico.

Mundo: consumo de energia por tipo de fonte (em %) – 2021



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BP. **BP statistical review of world energy 2022**. Londres: BP, 2022. p. 9.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividade complementar

Peça aos estudantes que reflitam sobre as atividades que realizam ao longo de um dia e listem as fontes de energia utilizadas. Auxilie-os na identificação das fontes de energia que, direta ou indiretamente permitem a realização dessas atividades. Eles podem citar, por exemplo, os combustíveis usados para movimentar os meios de transporte, as fontes de calor para o preparo de refeições, energia elétrica para iluminação e funcionamento de aparelhos, entre outras.

Fontes de energia não renováveis

Petróleo, carvão mineral e gás natural são recursos naturais formados pela **decomposição** de seres que morreram e foram soterrados há milhões de anos. Esses materiais são considerados recursos não renováveis em razão do tempo necessário para a formação de novas reservas naturais.

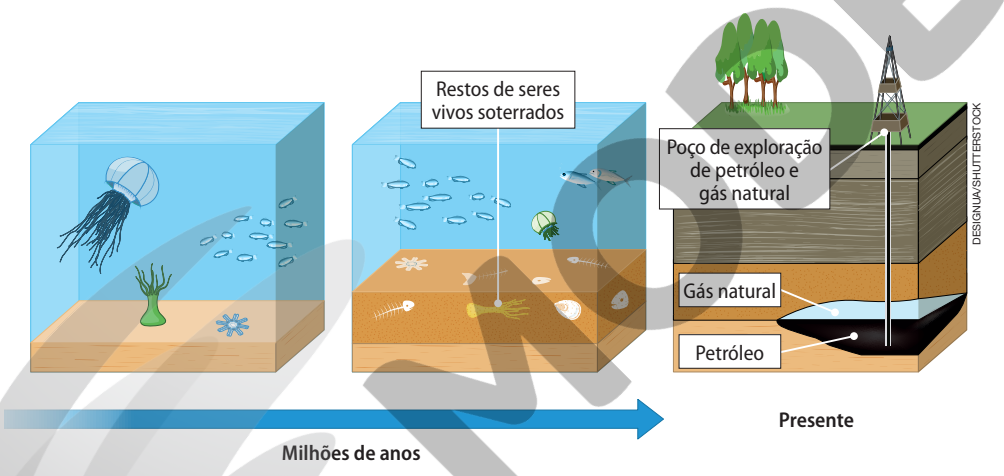
As principais desvantagens do uso dessas fontes de energia, chamadas de **combustíveis fósseis**, são a poluição atmosférica gerada durante seu consumo e a previsão de esgotamento de suas reservas dentro de algumas décadas.

Os poluentes resultantes da queima de combustíveis fósseis são constituídos de gases que se acumulam na atmosfera, provocando, segundo a maioria dos estudiosos do tema, mudanças no clima da Terra.

O lançamento de poluentes no ambiente e a previsão de esgotamento das reservas de petróleo, carvão e gás natural incentivam empresas, governos e instituições a investir em outras fontes de energia para alcançar a sustentabilidade.

Decomposição: processo natural de degradação de matéria orgânica.

Petróleo e gás natural: esquema do processo de formação



Representação artística sem proporção para fins didáticos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Explique que a formação do petróleo está relacionada ao processo de fossilização de seres vivos como plânctons e algas, que, soterrados, deixaram vestígios. O soterramento desses materiais orgânicos submetidos a elevada pressão e temperatura originou o petróleo, o carvão e o gás natural, razão pela qual são chamados combustíveis fósseis.

Se julgar interessante, comente que, antes do século XIX, o petróleo era usado para produzir medicamentos, pavimentar ruas e para iluminação. Ele se tornou a principal fonte de energia mundial após o desenvolvimento de técnicas de refino (processo de retirada de impurezas ou de elementos de outra substância). Hoje em dia, é utilizado em motores que usam como combustível seus derivados, como diesel, gasolina e querosene.

Se julgar pertinente, discuta com os estudantes o uso do petróleo como fonte de energia no Brasil. Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética do Brasil, em 2022, 35,7% da energia produzida no país tinha como fonte esse recurso natural (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Matriz energética e elétrica**. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica. Acesso em: 3 maio 2024).

Explique, ainda, que o processo de substituição de combustíveis fósseis por fontes de energia classificadas como limpas recebe o nome de *transição energética*.

Orientações

No Brasil, nas últimas décadas, tem crescido o número de usinas eólicas nos estados do Rio Grande do Norte, da Bahia e do Piauí.

Sobre os biocombustíveis, comente que o uso do etanol e do biodiesel contribui para a grande participação de fontes renováveis na oferta total de energia no Brasil. Incentive os estudantes a pesquisar sobre a produção de energia proveniente de fontes renováveis. Questione se eles já fizeram uso de biocombustíveis e se existem usinas hidrelétricas, eólicas ou solares no município em que vivem.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A identificação de fontes renováveis de energia propicia o reconhecimento de sua relevância na promoção da sustentabilidade. Entre as metas ligadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 – Energia limpa e acessível, a Organização das Nações Unidas sugere o aumento da participação das energias renováveis na matriz energética global até 2030. Para isso, é importante investir em fontes de energia menos poluentes, em pesquisas científicas para o aumento da eficiência energética e em novas infraestruturas de geração de energia limpa.

Fontes de energia renováveis

Hoje, existem diversas tecnologias disponíveis e outras em desenvolvimento para ampliar o aproveitamento das fontes de energia renováveis como alternativa aos combustíveis fósseis. Entre elas, há opções que não poluem ou são menos poluentes em relação ao carvão mineral e ao petróleo.

A energia solar e a eólica, obtidas respectivamente pelo aproveitamento da luz solar e da força dos ventos, e a gerada por meio de hidrelétricas e de biocombustíveis são energias renováveis.

No Brasil, a maior parte da energia elétrica é produzida em usinas hidrelétricas. Nelas, a energia hidráulica produzida pela força das águas é usada para produzir eletricidade por meio de um processo não poluente em que a pressão da água represada por uma barragem mantém em movimento turbinas ligadas a geradores de eletricidade.

ODS 7

Nas últimas décadas, a utilização da luz solar e do vento como alternativas não poluentes de energia tem crescido no Brasil. A energia solar é obtida por meio de painéis que captam os raios do Sol e utilizam a luz e o calor para gerar eletricidade. O preço elevado dos painéis ainda restringe seu uso residencial. Já o aproveitamento da energia eólica ocorre por meio da instalação de turbinas que transformam a força do vento em eletricidade.

Integram ainda as fontes renováveis de energia os biocombustíveis, como etanol e biodiesel. Fabricados com matérias-primas de origem vegetal e animal, esses combustíveis poluem menos que os derivados de petróleo.

4 Classifique as fontes de energia no quadro.

Fontes de energia

Não renováveis	Renováveis

4. Fontes de energia não renováveis: petróleo, carvão mineral e gás natural. Fontes de energia renováveis: luz e calor do Sol, água dos rios, ventos e matérias-primas de origem vegetal e animal (cana-de-açúcar, óleos vegetais e gordura animal, por exemplo).

5 Pesquise em livros ou na internet dados numéricos sobre as fontes de energia no Brasil. Procure saber quais são as fontes de energia mais utilizadas no país. Registre os dados no caderno.

5. Os dados sobre fontes de energia no Brasil podem ser encontrados nos *sites* do Ministério de Minas e Energia do governo federal e no da Empresa de Pesquisa Energética, que publica anualmente dados de produção e consumo energético no país.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Complemento das respostas

4. Essa atividade é um bom instrumento de monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre a classificação de fontes de energia renováveis e não renováveis. Caso eles apresentem dificuldades em fazer essa classificação, a atividade também pode ser feita de forma coletiva, com a reprodução do quadro na lousa e o preenchimento dele com a participação dos estudantes e a sua orientação.

5. A página do Ministério de Minas e Energia pode ser acessada por meio do seguinte endereço: https://www.gov.br/mme/pt-br (acesso em: 3 maio 2024). A página da Empresa de Pesquisa Energética está disponível em: https://www.epe.gov.br/pt (acesso em: 3 maio 2024).

Atividades econômicas e sustentabilidade

Além da mudança nas fontes de energia, a sustentabilidade abrange também a produção de alimentos e de outras mercadorias por meio de processos menos prejudiciais ao meio ambiente.

Agroecologia

A partir da década de 1950, um conjunto de inovações técnicas deu origem a uma produção agrícola baseada no uso de máquinas, equipamentos e substâncias químicas para o combate de pragas e a fertilização do solo.

O uso intensivo de fertilizantes e de outros produtos químicos se mostrou, em muitos casos, prejudicial ao ambiente e à saúde das pessoas, levando uma parcela dos produtores a rejeitar esse modelo e adotar sistemas de produção denominados agroecológicos.

ODS 2

A **agroecologia** é a prática da agricultura cujo princípio é a preservação das dinâmicas naturais, da segurança e da qualidade de vida dos agricultores. Algumas ações caracterizam a agroecologia, como o uso de fertilizantes naturais, a não aplicação de agrotóxicos e a remuneração adequada dos agricultores.

A agricultura orgânica é um tipo de prática agroecológica. No Brasil, os produtores agrícolas que pretendem comercializar produtos orgânicos precisam se cadastrar junto ao governo federal, que fiscaliza a atividade. Caso a produção seja realizada de acordo com as diretrizes da agricultura orgânica, o produtor recebe um certificado e o direito de comercializar seus produtos.

REPRODUÇÃO/PRODUTO ORGÂNICO

Selo oficial que atesta a produção orgânica de um alimento.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Trabalhador em horta orgânica no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo, 2021.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

O estudo da agroecologia permite aos estudantes compreender os princípios dos sistemas de produção sustentável de alimentos. O reconhecimento dos benefícios dos modelos de agricultura sustentável está relacionado às metas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 – Fome zero e agricultura sustentável.

Orientações

Complemente a explicação comentando que outro sistema agrícola que visa à sustentabilidade é a permacultura. Nela, as culturas e a criação de animais são realizadas próximas ou integradas à vegetação nativa.

Sobre a agricultura orgânica, é possível que os estudantes já tenham algum contato como consumidores. No contexto de estudo, vale aprofundar os conhecimentos com exemplos de práticas adotadas pela agricultura orgânica, como:

- o combate a pragas utilizando espécies predadoras (joaninhas que se alimentam de pulgões, moscas e cochonilhas, por exemplo);
- a diversidade de cultivos;
- o uso restrito de máquinas;
- o uso de produtos não contaminantes no combate a pragas e doenças;
- o emprego de adubos orgânicos (como esterco);
- o uso racional de água.

COLEÇÃO

Orientações

Explique a relevância do desenvolvimento de métodos sustentáveis de criação animal informando aos estudantes que o Brasil tem o maior rebanho bovino comercial do mundo: mais de 234 milhões de cabeças em 2022, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Rebanho bovino brasileiro alcançou recorde de 234,4 milhões de animais em 2022**, 25 set. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/rebanho-bovino-brasileiro-alcancou-recorde-de-234-4-milhoes-de-animais-em-2022. Acesso em: 3 maio 2024).

Ao abordar o impacto do pisoteamento animal sobre o solo, explique a importância da porosidade dessa camada da superfície para a infiltração de água. Se houver oportunidade, comente que o solo é formado a partir do desgaste das rochas que formam a superfície da Terra. Sob a ação da água, das variações de temperatura e dos seres vivos, as rochas sofrem um lento processo de desgaste. O resultado é o solo: uma variada composição de minerais, gases e água onde vivem fungos, minhocas, insetos, bactérias e outros microrganismos.

Nesta página, as atividades 7 e 8 podem ser utilizadas para o monitoramento das aprendizagens dos estudantes sobre a fiscalização da produção orgânica (de maneira a garantir que o sistema seja de fato sustentável) e sobre os fatores que fazem com que a integração de pastagens com áreas de cultivo e plantio de árvores seja uma prática de sustentabilidade.

6. Espera-se que os estudantes conversem sobre o comércio de orgânicos na localidade onde moram e que comentem a própria experiência. Eles podem abordar diferenças de sabor, aparência e preço entre os orgânicos e os não orgânicos.

Pecuária e sustentabilidade

ODS 2

Na criação de animais com fins comerciais, procura-se alcançar a sustentabilidade por meio de ações capazes de reduzir os impactos ambientais dessa atividade. São exemplos: evitar o desmatamento, reduzir a emissão dos gases resultantes da digestão animal e restringir a compactação do solo por pisoteamento, que ocorre quando o solo fica mais denso pelo caminhar diário do gado no terreno.

A integração de pastagens com áreas de cultivo e o plantio de árvores têm sido defendidos por instituições de pesquisa para favorecer a infiltração de água no solo e compensar a emissão de gases que podem provocar mudanças climáticas.

7. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a importância da certificação, reconhecendo que ela contribui para a efetivação dos sistemas agroecológicos e para um consumo consciente.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Pastagem integrada a área de plantio de árvores para uso comercial no município de Tarabai, estado de São Paulo, 2022.

6 No dia a dia, você consome alimentos produzidos em sistemas agroecológicos, como os orgânicos? Se sim, explique se você nota diferença em relação aos não orgânicos.

7 Em sua opinião, a certificação da produção orgânica é importante? Justifique.

8 Explique de que forma a integração entre criação animal, agricultura e plantio de árvores é uma alternativa sustentável. Utilize elementos da fotografia em sua explicação.

8. Espera-se que os estudantes percebam que a criação do gado entre as árvores plantadas para a exploração comercial contribui para aumentar a cobertura vegetal da área.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A integração de pastagens com áreas de cultivo e de reflorestamento é uma prática voltada a reduzir as áreas desmatadas, a emissão de gases resultantes da digestão animal e a compactação do solo pelo pisoteamento do gado. Essa prática está relacionada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 – Fome zero e agricultura sustentável, sendo importante para assegurar a qualidade do solo e promover sistemas sustentáveis de produção de alimentos.

A adequação dos processos industriais

No setor industrial, para alcançar uma produção sustentável, empresas vêm procurando ampliar o uso de fontes renováveis de energia, utilizar recursos naturais de forma eficiente, fazer uso de itens reciclados como matéria-prima, reduzir a poluição gerada pela produção e garantir uma destinação adequada aos resíduos que geram.

A reciclagem de embalagens de plástico

CRIS ALENCAR/ARQUIVO DA EDITORA

Representação esquemática sem proporção da reciclagem de embalagens de plástico por uma indústria. A reciclagem do plástico, que é fabricado a partir do petróleo, contribui para diminuir a extração desse recurso natural.

Extrativismo e sustentabilidade

O extrativismo se refere a todas as atividades de trabalho dedicadas à retirada de recursos da natureza, como a coleta de sementes de uma floresta, a pesca e a retirada de minérios do subsolo.

O extrativismo vegetal corresponde à coleta de ervas, castanhas, frutos e outros componentes das plantas. Para a exploração sustentável desses recursos, o ritmo da extração não pode ser mais rápido que o da renovação natural do ambiente.

No caso da pesca, as leis brasileiras determinam sua proibição no período de reprodução dos animais como forma de garantir a reposição e a conservação das espécies.

Para a prática do extrativismo mineral, muitas vezes a vegetação precisa ser removida e o solo escavado. Por isso, esse tipo de extrativismo necessita cada vez mais de políticas de controle. Hoje em dia, as mineradoras são obrigadas por lei a adotar medidas compensatórias em relação ao dano causado no solo e na vegetação das áreas mineradas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientações

Converse com os estudantes sobre os Sistemas de Gestão Ambiental em empresas. Esse tipo de controle estabelece normas de operação nas variadas atividades realizadas em uma empresa com o objetivo de tornar os processos produtivos mais sustentáveis. Caso a empresa implemente tais normas de forma satisfatória, ela pode requerer um certificado que atesta mundialmente a adequação de suas atividades ao equilíbrio ambiental.

Os certificados ISO 14.000 são exemplos desse reconhecimento, sendo muito comum que as etapas produtivas sejam adaptadas nas indústrias com o objetivo de obter essa certificação. Dessa forma, as empresas beneficiam a própria imagem junto à sociedade, aos consumidores e aos parceiros comerciais.

Atividade complementar

Solicite uma pesquisa sobre as normas ISO 14.000 aos estudantes. Eles devem se informar sobre como essas normas contribuem para a conservação ambiental. Eles podem pesquisar sobre as seguintes normas:

- ISO 14001: implementação de um Sistema de Gestão Ambiental;
- ISO 14010: normas sobre auditorias ambientais;
- ISO 14020: rotulagem ambiental, estabelece orientações para informações ambientais nos rótulos dos produtos;
- ISO 14040: análise do ciclo de vida, desde a obtenção de matérias-primas até o descarte ou a reciclagem do produto.

Orientações

As Unidades de Conservação no Brasil são estabelecidas segundo classes definidas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, conhecida como Lei do Snuc (sigla para Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza).

Há três categorias nas quais se permite a exploração de recursos naturais: as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica [...].

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações [...] tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações [...].

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza [...].

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 6 mar. 2024.

Legislação ambiental no Brasil

No Brasil, os governos municipais, estaduais e federal têm o dever legal de promover políticas de conservação ambiental e de incentivo à sustentabilidade.

A proteção de áreas naturais

Um exemplo de política ambiental é a criação de **Unidades de Conservação**, áreas destinadas à preservação ou à recuperação do meio ambiente. Existem várias categorias de Unidades de Conservação, algumas mais restritivas à presença humana que outras. Entre elas, há modalidades que preveem usos sustentáveis dos recursos naturais e a permanência de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.), que têm profundos conhecimentos sobre o ambiente natural que ocupam. Em razão de seus modos de vida, as comunidades tradicionais desempenham um importante papel na conservação da natureza.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Coleta de açaí na Reserva Extrativista do Médio Juruá, no município de Carauari, estado do Amazonas, 2021.

OBJETO DIGITAL Vídeo: Leis ambientais

O cuidado com o lixo

A coleta e o destino do lixo, chamado de **resíduo sólido**, também é um tema essencial para a sustentabilidade. No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos é uma lei nacional que estabelece metas que devem ser colocadas em prática por cidadãos, gestores de empresas e governantes.

Essa lei determina, por exemplo, que alguns tipos de resíduo devem ser devolvidos a seus fabricantes, como as embalagens de agrotóxicos e de óleos lubrificantes e pilhas, baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes, recipientes de aço e eletrodomésticos usados. Os fabricantes podem reutilizar esses materiais para a produção de novos produtos e descartar os demais em locais adequados.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Objeto digital

O vídeo apresenta a importância da legislação ambiental no contexto brasileiro e exemplifica o funcionamento de algumas leis.

9. Preferência por produtos fabricados com recursos renováveis, como vegetais, energia solar, eólica e hidráulica, uso de biocombustíveis; mercadorias cuja fabricação não emita muita poluição, consuma pouca água e seja realizada por empresas que remunerem adequadamente seus trabalhadores.

Consumo consciente

O ritmo de consumo e a forma como os produtos utilizados são descartados afetam diretamente o meio ambiente. Por isso, é importante avaliar a quantidade e a procedência de tudo o que se consome, desde as roupas, alimentos e aparelhos eletrônicos até água, energia elétrica e combustível.

O consumidor consciente pode avaliar as características dos produtos que adquire com base em critérios ambientais e sociais como:

- recursos naturais utilizados em sua produção;
- impactos do processo de produção sobre a natureza;
- condições de trabalho das pessoas envolvidas.

OBJETO DIGITAL *Podcast*: Consumo e moda

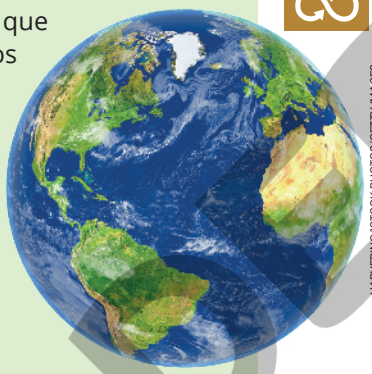
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dia de Sobrecarga da Terra

ODS 12

O Dia de Sobrecarga da Terra é a data em que o consumo de recursos naturais pelos humanos atingiu um patamar maior do que a capacidade do planeta para produzir ou renovar esses recursos durante um ano. Esse dia corresponde, portanto, à data em que foi atingido o limite de recursos naturais que a população do planeta poderia utilizar no período de um ano para não causar a redução das reservas.

Em 2023, por exemplo, esse dia foi 2 de agosto, data muito próxima à metade do ano. Isso significa que a humanidade utilizou naquele ano praticamente o dobro dos recursos naturais produzidos e renovados pelo planeta naquele período.



HARVEPINO/ISTOCK PHOTOS/GETTY IMAGES

Ilustração artística do planeta Terra feita com base em imagens de satélite.

9 Reúna-se com um colega e, juntos, releiam os três critérios que podem ser usados pelo consumidor consciente para avaliar os produtos que consome. Para cada um deles, citem exemplos de escolhas mais sustentáveis. Registrem a resposta elaborada pela dupla.

10 Em um planeta mais sustentável, o Dia de Sobrecarga da Terra deve ser cada vez mais próximo do mês de fevereiro ou do mês de dezembro? Converse sobre sua resposta com os colegas.

10. Quanto mais sustentável o consumo humano, mais próximo do dia 31 de dezembro será o Dia de Sobrecarga da Terra. Quanto mais próximo desse dia, menos dias a Terra passará com sobrecarga.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

A adoção de medidas de consumo responsável está relacionada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e produção responsáveis. A compreensão das atitudes que envolvem o consumo consciente permite aos estudantes reconhecer a importância das práticas voltadas a contribuir para a sustentabilidade e, portanto, para a coletividade e a natureza.

Orientações

As atividades 9 e 10 permitem o monitoramento das aprendizagens dos estudantes com relação ao consumo consciente e ao ritmo de exploração dos recursos naturais em comparação ao ritmo de reposição dos recursos pela natureza. A compreensão dessas diferentes temporalidades é fundamental para o entendimento do conceito de sustentabilidade.

Atividade complementar

Incentive a turma a elaborar uma campanha que promova a adoção de hábitos sustentáveis na comunidade escolar e nos eventuais locais de trabalho e moradia dos estudantes.

Apresente a eles a proposta dos 7 Rs do consumo sustentável: 1. Reduza. 2. Repense. 3. Responsabilize-se. 4. Reintegre. 5. Recuse. 6. Reaproveite. 7. Recicle.

Para cada item, os estudantes podem criar um material de divulgação apresentando sugestões de medidas que poderiam ser tomadas.

Se considerar oportuno, sugira que a atividade seja realizada em grupos de até quatro membros e proponha a elaboração da campanha em formato digital. Neste caso, pode-se sugerir que ela seja divulgada nas redes sociais da escola e dos estudantes.

Objeto digital

O *podcast* explica como a indústria da moda amplia a sua produção e as consequências ambientais e sociais desse processo.

Orientações

Nesta seção, há oportunidade de aprofundar temas abordados ao longo do capítulo a partir da leitura de um texto argumentativo. Recomenda-se promover a leitura coletiva do texto com a realização de pausas a cada parágrafo para sanar eventuais dúvidas de vocabulário e de compreensão leitora.

Após a leitura, sugere-se a realização de um debate em sala de aula acerca dos hábitos de consumo contemporâneos, considerando no debate os critérios de escolha dos produtos mencionados no texto.

Vale verificar como os estudantes avaliam o papel da publicidade nos hábitos de consumo. Busque discutir os eventuais comportamentos impulsivos na compra de bens, desenvolvendo o pensamento crítico e a habilidade de reflexão sobre as próprias atitudes tendo em vista a coletividade.

Explore, ainda, a diversidade de perfis de consumo dos estudantes, considerando suas responsabilidades, faixa etária e composição familiar. Será interessante promover a troca de experiências sobre hábitos de consumo entre estudantes com diferentes idades, de maneira que um possa refletir sobre as próprias ações a partir da vivência dos demais.

TEXTO COMPLEMENTAR

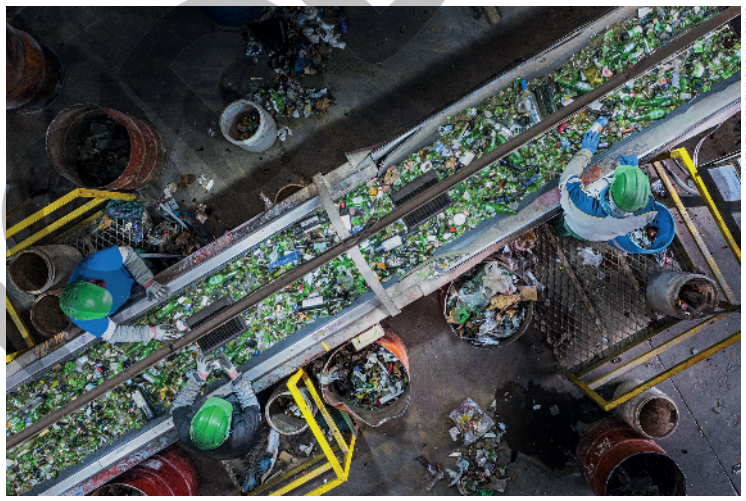
Consumo consciente

O consumo consciente é a prática de repensar os hábitos de consumo promovendo um estilo de vida mais sustentável e equilibrado. Trata-se de consumir de forma responsável, considerando o impacto positivo ou negativo que nossas escolhas provocam no meio ambiente, na economia e na sociedade.

É preciso se informar para fazer as melhores escolhas, evitando excessos, desperdícios e priorizando produtos e serviços que sejam duráveis, éticos, ou seja, produzidos de maneira sustentável.

Ao praticar o consumo consciente, estamos contribuindo para a preservação dos recursos naturais e para a redução do desperdício. Isso significa planejar melhor as compras, refletindo sobre a necessidade real dos itens que desejamos adquirir e buscando alternativas mais sustentáveis.

É fundamental considerar a procedência dos produtos, dando preferência aos produzidos localmente, com menor impacto ambiental em sua fabricação e respeito às leis trabalhistas. Devemos estar atentos às embalagens, optando por aquelas que sejam recicláveis. É pertinente privilegiar os alimentos frescos e de origem local, evitando o consumo excessivo de processados e industrializados.



ALEX TAUBER/PULSAR IMAGENS

Trabalhadores selecionando materiais em esteira de empresa de reciclagem no município de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O descarte adequado dos resíduos e seu encaminhamento correto também são partes essenciais do consumo consciente. Nessa perspectiva, a promoção da economia circular, que visa prolongar a vida útil dos produtos por meio da reutilização e da reciclagem de materiais usados, é prática fundamental.

[...]

É indispensável ressaltar que, além do aspecto individual, o consumo consciente é também ação coletiva. Somente assim é possível exigir transparência das empresas e cobrar políticas públicas que incentivem a sustentabilidade. Engajar-se em projetos e iniciativas que promovam a conscientização e a educação sobre o consumo responsável é uma forma de ampliar esse impacto positivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Consumo consciente**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/ecocamara/consumo-consciente. Acesso em: 3 abr. 2024.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Questões

1 O que um consumidor consciente deve considerar ao escolher um produto ou serviço? Além das práticas individuais, que ações coletivas são propostas no texto?

1. Segundo o texto, o consumidor consciente deve planejar as compras, refletir sobre a necessidade dos itens e buscar alternativas sustentáveis. Entre as práticas coletivas, podem ser citadas: cobrar transparência das empresas e políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e engajar-se na promoção do consumo responsável.

2 Com base nas ideias do texto, elabore uma lista de atitudes que você pode adotar em seu dia a dia para se tornar um consumidor mais consciente. Elabore a lista com exemplos concretos de sua localidade e considerando seus hábitos de consumo.

2. Os estudantes podem citar, por exemplo, a opção por não consumir algum produto altamente poluente, separar materiais para a reciclagem etc.

Complemento das respostas

1. De acordo com o texto, o consumo consciente envolve a avaliação da procedência dos produtos, a preferência por produtos confeccionados localmente (como forma de incentivo à produção e geração local de emprego), a preferência por produtos vendidos em embalagens recicláveis e por alimentos frescos de origem local e a diminuição do consumo de ultraprocessados. O consumo consciente também depende do descarte adequado dos resíduos.

2. Auxilie os estudantes a considerar seus hábitos de consumo para a realização da atividade. Assim, se na residência onde moram não há serviço de coleta de recicláveis, por exemplo, eles podem pesquisar a localização de postos de reciclagem no bairro onde vivem. O desenvolvimento do hábito de leitura de rótulos e de pesquisa sobre os processos de produção dos produtos que consomem também é um exemplo que pode orientar os estudantes na realização da atividade.

Prática integradora

Nesta prática, os estudantes vão investigar os impactos ambientais das atividades econômicas realizadas em um bairro do município em que vivem por meio de um trabalho de campo, integrando conhecimentos de Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Língua Portuguesa e Arte. O produto final é uma campanha de conscientização ambiental.

Objetivos

- Identificar os impactos ambientais das atividades econômicas em um bairro do município.
- Exercitar procedimentos de investigação científica por meio da realização de um trabalho de campo.
- Produzir uma campanha de conscientização ambiental.

Orientações

Para iniciar a prática, apresente aos estudantes fotografias de paisagens marcadas pela poluição do ar ou da água, pelo descarte de lixo inadequado e por outros impactos ambientais. Caso haja estudantes cegos ou com baixa visão, peça a alguns colegas que descrevam as paisagens em voz alta para que todos possam participar.

A elaboração da lista dos bairros pode exigir pesquisa prévia. Mapas físicos e digitais do município podem contribuir para isso, assim como os dados econômicos produzidos pela administração municipal ou estadual.

PRÁTICA INTEGRADORA

Conscientização ambiental

Que atividades econômicas predominam no município onde você mora? O desenvolvimento dessas atividades provoca alterações na natureza? Se sim, que alterações são essas e de que maneira elas poderiam ser atenuadas?

Nesta prática, você vai pesquisar os impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento das atividades econômicas em um bairro do município onde vive.

O que será feito

A turma vai desenvolver um **trabalho de campo** para investigar de que maneira as atividades econômicas desenvolvidas no município interferem no ambiente.

Ao final, com base nas informações obtidas, a turma deve produzir uma **campanha de conscientização** para a comunidade escolar sobre os problemas ambientais identificados na localidade.

Organização do trabalho de campo

1. Em sala de aula, elaborem uma lista de bairros do município em que vocês vivem onde sejam desenvolvidas atividades econômicas. Para isso, considerem bairros com a presença de indústrias, ruas comerciais, estabelecimentos de prestação de serviços ou bairros rurais com áreas de plantação, criação animal ou mineração.
2. Conversem sobre as características das atividades econômicas desenvolvidas nesses bairros, avaliando as possibilidades de acesso e as condições para a realização de um trabalho de campo com segurança. Considerando todos esses aspectos, escolham o bairro a ser visitado.
3. Consultem o mapa do bairro na internet ou junto à prefeitura municipal e definam o trajeto a ser percorrido.
4. Façam uma lista dos aspectos que vocês deverão investigar durante a atividade. Por exemplo: em uma área comercial, vale identificar a presença ou não de lixo nas ruas e as condições de limpeza dos estabelecimentos, assim como averiguar onde os estabelecimentos descartam o lixo, se há recipientes para a coleta seletiva no local e se a separação dos materiais é praticada.
5. Durante o trabalho de campo, recomenda-se a produção de fotografias e de desenhos de observação.
6. Agendem uma data em que o maior número possível de colegas possa participar.

Auxilie os estudantes a elaborar um roteiro, indicando o que eles devem investigar e registrar. Dê exemplos de perguntas, tais como: "Há sinais de desmatamento no bairro?"; "Como é feito o descarte de resíduos e o tratamento de esgoto?"; "Os cursos-d'água estão livres de poluição?".

Oriente os estudantes a levar um caderno para o trabalho de campo e explique que desenhos de observação são representações realistas dos elementos da paisagem.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Preparação da campanha de conscientização

1. Em sala de aula, compartilhem as observações e os registros feitos de maneira individual. Respondam coletivamente às questões: que atividades econômicas são realizadas no bairro? Que impactos o desenvolvimento dessas atividades provoca no ambiente? Qual é o destino dos resíduos produzidos pelo desenvolvimento dessas atividades? Que ações poderiam ser colocadas em prática para diminuir o impacto das atividades?
2. Com base nas respostas, selecionem a alteração ou degradação ambiental que vocês consideram mais importante de ser combatida. Criem, então, uma campanha de conscientização para ser divulgada no mural ou no *site* da escola. Lembrem-se de que campanhas de conscientização visam estimular mudanças de comportamento, promover atitudes conscientes e engajar a sociedade em questões coletivas. Uma campanha de conscientização pode ser composta de uma imagem marcante e um *slogan*, palavra da língua inglesa que designa expressões ou frases usadas para chamar a atenção das pessoas.

Avaliação

Converse com os colegas sobre as questões a seguir.

1. O resultado da atividade foi satisfatório? Se sim, de que forma?
2. Como o trabalho de campo contribuiu para a identificação dos impactos ambientais provocados pelas atividades econômicas desenvolvidas na localidade onde vocês vivem?
3. Como foi a interação e a participação dos colegas na criação da campanha?
4. Se vocês fossem sugerir a realização desta atividade para outra turma, que melhorias proporiam?

REPRODUÇÃO/PREFEITURA MUNICIPAL DE FIRMINÓPOLIS

Campanha de conscientização sobre a importância do descarte adequado do lixo elaborada pela prefeitura do município de Firminópolis, estado de Santa Catarina, 2021.

Avaliação

Após a produção da campanha de conscientização, que pode ter o formato de cartaz, *card* para rede social, fôlder ou outro, converse com os estudantes sobre as respostas que eles deram às questões de abertura do capítulo 10, no início da unidade.

Depois, peça a eles que analisem as respostas iniciais avaliando o que aprenderam durante o trabalho de campo. Eles podem escrever um parágrafo como autoavaliação, explicando como suas aprendizagens sobre os impactos ambientais das atividades econômicas locais se desenvolveram durante a prática.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Avaliação

Nesta seção, os estudantes vão responder a questões de múltipla escolha relacionadas a conteúdos abordados nas unidades 3 e 4. Poderão, assim, avaliar os conhecimentos adquiridos e se preparar para exames de certificação.

Respostas comentadas

1. A alternativa **a** está incorreta porque a autoridade dos órgãos governamentais não determina a situação apontada.

A alternativa **b** está incorreta, pois não é papel da legislação penal garantir o acesso à justiça e à segurança.

A alternativa **c** está correta, pois a desigualdade faz com que a população pobre seja mais afetada pela criminalidade, já que não dispõe de recursos políticos e econômicos para ter acesso à justiça e à segurança.

A alternativa **d** está incorreta, pois a redução dos conflitos nas cidades tende a reduzir os problemas de segurança e não agravá-los.

2. A alternativa **a** está incorreta porque as tarefas manuais, geralmente, não são valorizadas pela sociedade brasileira.

A alternativa **b** está incorreta, pois muitas mulheres deixam de realizar atividades educativas por causa das atividades domésticas e de cuidados de terceiros.

A alternativa **c** está incorreta, pois as obrigações diárias mencionadas são as mesmas de outras épocas.

A alternativa **d** está correta, pois o texto indica que 92,6% das mulheres realizam tarefas domésticas e de cuidado de pessoas.

AVALIAÇÃO

Unidades 3 e 4

1 (Encceja – 2018)

As pesquisas indicam que os pobres são as principais vítimas da onda de criminalidade violenta, pois não têm os recursos políticos e econômicos que lhes garantam acesso à justiça e à segurança.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. *In*: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (org.). **Um século de favela**. São Paulo: Editora FGV, 2008.

Qual fator determina a situação apontada no texto?

a. A autoridade dos órgãos governamentais.
b. A desatualização da legislação penal.
c. A desigualdade da sociedade atual.
d. A diminuição dos conflitos urbanos.

1. Alternativa correta: c.

2 (Encceja – 2020)

A quase totalidade (92,6%) da população brasileira feminina de 14 anos ou mais, que representa mais de 80 milhões de pessoas, realiza afazeres do lar e cuidados de pessoas, em uma média de 21 horas semanais. Se as mulheres cozinham para alguém que vai trabalhar, se levam uma criança para a escola, que às vezes nem é seu filho, para alguém poder trabalhar, elas estão envolvidas nesse emaranhado de sustentação da sociedade.

PERISSÉ, C.; LOSCHI, M. Trabalho de mulher. **Retratos**: a revista do IBGE, n. 17, jul.-ago. 2019 (adaptado).

O cotidiano das mulheres mencionado no texto é marcado pela

a. valorização das tarefas manuais.
b. ampliação de atividades educativas.
c. transformação das obrigações diárias.
d. concentração de funções domésticas.

2. Alternativa correta: d.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

3 (Encceja – 2019)

O açúcar criou condições materiais de um modo de viver e de pensar. Um jeito de sermos brasileiros, divididos entre gente importante e gente insignificante, entre senhores e escravos. As amarguras do açúcar, e não suas doçuras, desenharam a cara do brasileiro e do Brasil.

MARTINS, J. S. Incertezas que jorram do mar. **O Estado de S. Paulo**, 2 dez. 2012 (adaptado).

De acordo com o texto, que característica da colonização portuguesa continua influenciando a realidade brasileira atual?

a. As técnicas agrícolas.

b. A discriminação racial.

c. As tradições alimentares.

d. A dependência econômica.

3. Alternativa correta: b.

4 (Encceja – 2020)

Estima-se que 18 milhões de toneladas de sedimentos são arrastados anualmente para a calha do Rio São Francisco até o reservatório de Sobradinho. Um indicador desse processo acelerado de assoreamento é a condição precária atual de navegabilidade do Rio São Francisco. Até mesmo nos trechos ainda navegáveis, a navegação vem sofrendo revezes, sobretudo na entrada do lago de Sobradinho, onde um intenso assoreamento multiplica os bancos de areia.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco**: histórico, diagnóstico e desafios. Brasília: Ipea, 2019 (adaptado).

Qual medida vem intensificando o assoreamento destacado no texto?

a. Melhoria nos solos.

b. Retirada da vegetação.

c. Privatização dos portos.

d. Diminuição na mineração.

4. Alternativa correta: b.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Respostas comentadas

3. A alternativa **a** está incorreta porque as técnicas agrícolas não estão relacionadas ao problema da divisão social apontado no texto.

A alternativa **b** está correta, pois a discriminação racial, fundamento do regime escravista e da economia açucareira colonial, é, até hoje, um dos principais problemas do Brasil.

A alternativa **c** está incorreta, pois as tradições alimentares não estão relacionadas à divisão entre "gente importante" e "gente insignificante".

A alternativa **d** está incorreta, pois o texto citado aborda questões sociais e não menciona a dependência econômica.

4. A alternativa **a** está incorreta porque a melhoria nos solos mitigaria o assoreamento da calha do Rio São Francisco.

A alternativa **b** está correta, pois a maior parte dos sedimentos do Rio São Francisco têm origem na retirada da cobertura vegetal das áreas próximas ao rio e seus afluentes.

A alternativa **c** está incorreta, pois a privatização dos portos não implica a ampliação do assoreamento do leito dos rios.

A alternativa **d** está incorreta, pois a diminuição da mineração não acarretaria a intensificação do assoreamento.

SUGESTÕES DE AMPLIAÇÃO

Unidade 1

Mapa das Periferias. Disponível em: https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/. Acesso em: 24 fev. 2024.

Compondo uma base de dados e informações sobre as periferias e as comunidades urbanas no Brasil, o mapa digital interativo possibilita localizar as principais áreas periféricas no território brasileiro, classificadas segundo critérios relativos à qualidade de vida. (Capítulo 2)

Quilombo Academia. Rádio USP, 2023/2024. 30 minutos. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/sinopses/quilombo-academia/. Acesso em: 26 fev. 2024.

Programa de rádio em formato de *podcasts* que tratam de temas relacionados aos povos afrodescendentes, indígenas e latino-americanos por meio da música e das criações de artistas brasileiros. (Capítulo 2)

Ecoa Maloca. Disponível em: https://www.ecoamaloca.labjor.unicamp.br/projeto/. Acesso em: 27 fev. 2024.

Projeto da Universidade Estadual de Campinas que produziu diversos *podcasts* com o objetivo de debater as relações entre os saberes indígenas e o acadêmico. (Capítulo 3)

Unidade 2

A caverna dos sonhos esquecidos, direção de Werner Herzog. EUA/Alemanha, IFC Films, 2010. 90 minutos.

O filme explora a arte rupestre encontrada na caverna de Chauvet, na França, que abriga centenas de registros feitos há cerca de 20 mil anos, em tecnologia 3-D. (Capítulo 4)

O que você sabe sobre a África: uma viagem pela história do continente e dos afro-brasileiros, de Dirley Fernandes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

Nesse livro, o autor conta a história dos povos africanos, desde o surgimento do ser humano até o século XX, com destaque para a influência desses povos no Brasil. (Capítulo 4)

Estrelas além do tempo, direção de Theodore Melfi. Estados Unidos, 20th Century Studios, 2017. 129 minutos.

O filme aborda a história de três matemáticas negras que enfrentaram as políticas de segregação racial nos Estados Unidos trabalhando na Nasa, no projeto que enviou a espaçonave Apollo 11 ao espaço. (Capítulo 5)

Privacidade hackeada, direção de Karim Amer e Jehane Noujaim. EUA, Netflix, 2019. 114 minutos.

O documentário mostra como empresas de tecnologia digital e proprietárias de redes sociais coletam e tratam os dados de usuários para influenciar o consumo, movimentos políticos e até mesmo eleições. (Capítulo 5)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Unidade 3

Eles não usam *black-tie*, direção de Leon Hirszman. Brasil, Embrafilme, 1981. 120 minutos.

O filme aborda o movimento operário no Brasil por meio da história de Otávio, sindicalista que defende a organização de uma greve na metalúrgica onde trabalha, e de seu filho, que trabalha na mesma empresa e resiste à ideia por medo de perder o emprego. (Capítulo 8)

Por um feminismo afro-latino-americano, de Lélia Gonzales. São Paulo: Zahar, 2020.

O livro reúne textos escritos entre 1979 e 1994 por uma das principais intelectuais brasileiras do século XX. Organizados por Flavia Rios e Márcia Lima, esses escritos marcaram os anseios democráticos e feministas de diversos países latino-americanos. (Capítulo 9)

Quem tem medo do feminismo negro?, de Djamila Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

O livro é um ensaio autobiográfico e uma seleção de artigos publicados entre 2014 e 2017 pela autora, filósofa e militante para discutir o "silenciamento" de sua personalidade, um dos resultados perniciosos da discriminação. (Capítulo 9)

Unidade 4

Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Página_principal. Acesso em: 27 fev. 2024.

No *site*, há informações sobre a grande diversidade de povos indígenas brasileiros, seus modos de vida, suas histórias, suas relações sociais, suas lutas por direitos e o processo de demarcação das Terras Indígenas. (Capítulo 10)

Prêmio Fotográfico Censo Agro 2018. Disponível em: https://mapasinterativos.ibge.gov.br/fotoagro/index.html. Acesso em: 27 fev. 2024.

Nesse *site*, as fotografias são organizadas por localidade em um mapa interativo e resultam de registros feitos por recenseadores do Censo Agropecuário, organizado pelo IBGE. Elas fornecem uma amostra robusta da realidade espacial do campo no Brasil. (Capítulo 11)

ABCDEnergia. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia. Acesso em: 27 fev. 2024.

Página virtual organizada pela Empresa de Pesquisa Energética para fornecer informações sobre o tema da energia e suas relações fundamentais com o cotidiano de todos. (Capítulo 12)

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

TRANSCRIÇÕES DE *PODCAST*

Unidade 1

Capítulo 1: Tempo e espaço

***Podcast*: Lugar em transformação (página 26)**

[Locutor]: Lugar em transformação

[Locutor]: Olá! Hoje, em nosso *podcast*, temos o depoimento da geógrafa Rosiete Marcos Santana. Ela vive em Belém, capital do Pará, de onde fala sobre as transformações ocorridas em dois bairros da cidade ao longo do tempo. Vamos ouvi-la.

[Rosiete Marcos Santana]: Meu nome é Rosiete Marcos Santana, sou geógrafa e moro em Belém do Pará.

[Rosiete Marcos Santana]: Belém, a capital do estado do Pará, no norte do Brasil, foi fundada em 12 de janeiro de 1616. Campina e Reduto são dois de seus bairros mais antigos.

[Rosiete Marcos Santana]: O bairro da Campina, mais conhecido como bairro do Comércio, teve sua ocupação iniciada nos séculos XVII e XVIII e é uma área comercial e de serviços muito antiga de Belém, com inúmeras lojas, armarinhos, escritórios, cartórios e bancos.

[Rosiete Marcos Santana]: Esse bairro passou por uma grande reforma urbana no período do final do século XIX e início do século XX, quando ocorreu a implantação de bondes, o alargamento de ruas, a arborização da cidade com mangueiras e a construção de praças.

[Rosiete Marcos Santana]: Ainda hoje, encontramos edificações desse período, como o Teatro da Paz, de 1878, do período áureo da exploração da borracha, quando ocorreu um grande crescimento econômico na região amazônica; e o Cinema Olympia, hoje chamado de Espaço Municipal Cine Olympia.

[Rosiete Marcos Santana]: Porém, outras edificações desapareceram, dando lugar às novas, como a do Grande Hotel, que foi demolido para a construção de outro estabelecimento; e o Café da Paz, onde hoje está a sede de um banco.

[Rosiete Marcos Santana]: Em Campina, há também um antigo porto fluvial que se transformou, no ano 2000, em um complexo turístico de Belém: a Estação das Docas, cujos armazéns abrigam atualmente restaurantes, lojas e espaços para eventos.

[Rosiete Marcos Santana]: Atualmente, esse bairro vivencia o processo de construção de grandes edificações iniciado nessa área da cidade nas décadas de 40 e 50.

[Rosiete Marcos Santana]: O bairro do Reduto teve seu processo de ocupação iniciado nos séculos XIX e XX. Era um bairro industrial e também passou por uma grande reforma urbana.

[Rosiete Marcos Santana]: Atualmente, algumas das antigas fábricas e vilas de operários desapareceram. Outras ainda existem, mas com novos usos. E novas edificações foram construídas, como bares, *shopping center* e inúmeros edifícios.

[Rosiete Marcos Santana]: Desse modo, os edifícios antigos desses dois bairros centrais de Belém misturam-se às novas construções, de arquitetura moderna, criando nuances únicas na paisagem da capital paraense.

[Locutor]: Interessante esse relato sobre as mudanças na paisagem de Belém do Pará. As transformações dos bairros influenciam nas relações que os moradores estabelecem com o lugar em que vivem! Por hoje, é só. Até a próxima!

[Locutor]: Produção: Núcleo de Criação e Desenredo

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Capítulo 3: Brasil: identidades e conflitos no campo

Podcast: **Arte indígena (página 46)**

[Locutora]: Arte indígena

[Locutora]: Para os povos indígenas, a arte é uma forma de expressar a identidade e a cultura e de transmitir os conhecimentos que produzem em seus territórios. Neste *podcast*, vamos acompanhar as reflexões do escritor e professor Daniel Munduruku sobre a arte indígena produzida atualmente e os desafios para a sua preservação.

[Locutora]: Atualmente, quais são as principais formas de arte indígena?

[Daniel Munduruku]: Na verdade, as populações indígenas preservam a sua arte e as vão atualizando na medida em que o tempo vai passando, na medida em que o contato vai acontecendo. A arte indígena não é uma arte congelada. É uma arte dinâmica, como é a própria cultura.

[Daniel Munduruku]: Então, há muitas revoluções sendo feitas com a arte indígena. A arte plumária, que é proibida hoje de ser confeccionada por conta de conter partes de animais vivos, está sendo reelaborada, e muitos grupos indígenas estão fazendo essas artes usando material reciclável, inclusive placas de PVC, inclusive canudos de refrigerante, penas coloridas de aves que são recicladas.

[Daniel Munduruku]: Enfim, a arte indígena continua firme, continua forte, porque é também uma forma de sobrevivência financeira dessas populações. Basta ver a arte material que é feita: colares, pulseiras, brincos, o próprio grafismo, não apenas corporal, mas também transformado em arte em papel, e vendido para as pessoas na cidade etc.

[Daniel Munduruku]: Então, a arte indígena continua firme e forte, não é? E, como eu falei, ela está se reciclando, está se atualizando dentro das novas perspectivas da nossa sociedade.

[Locutora]: No que a arte auxilia a preservação dos povos indígenas?

[Daniel Munduruku]: Bom, a arte faz parte de um *corpus* de um povo. A arte é uma forma de expressão da cultura de um povo.

[Daniel Munduruku]: Então, manter a arte viva, mesmo que ela esteja sendo reciclada, ou seja, atualizada, ela é importante na manutenção da cultura. De modo que um povo não pode perder a sua arte, não pode deixar essa arte desaparecer, porque senão ele corre o risco também de estar perdendo parte essencial da sua própria representação.

[Daniel Munduruku]: Porque, *grosso modo*, o que acontece é exatamente isso, a arte representa os símbolos que um povo traz consigo, que um povo alimenta, que um povo ressignifica e que, efetivamente, dá sentido à própria existência do povo.

[Daniel Munduruku]: Então, nesse sentido, manter a arte, ainda que ela seja atualizada, ainda que ela contenha elementos oriundos do contato com a sociedade nacional, é uma forma, sim, de preservação da própria cultura. Mais do que isso, né? É uma forma de resistência! Porque a arte indígena também é resistência. A arte indígena também é uma forma de alimentar a cultura.

[Locutora]: Como a arte está sendo preservada e passada às novas gerações de indígenas?

[Daniel Munduruku]: Bom, naturalmente, dentro das culturas indígenas existem os professores, existem os mestres, existem aqueles que dominam os conhecimentos antigos e procuram passar esses conhecimentos de uma forma oral, primeiramente, usando a oralidade, portanto. Mas, também, hoje, existem as escolas dentro das aldeias, das comunidades, que fazem uma manutenção dessas artes através da cultura escrita.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

[Daniel Munduruku]: Enfim, há uma preocupação em manter a cultura, mas sabendo que essa cultura já não é mais só uma cultura oral, ela também é uma cultura escrita, e essa cultura escrita é uma forma de preservação da memória ancestral.

[Locutora]: Quais esforços são necessários para preservar e divulgar a arte indígena no Brasil?

[Daniel Munduruku]: Pois é, esse é um grande drama nacional, porque na verdade o Brasil sempre olhou para os povos indígenas de uma forma equivocada, sempre olhou para os povos indígenas de uma forma desqualificada, sempre olhou para a arte indígena como uma arte menor, tanto que muitas pessoas chamam essa arte de artesanato, como se fosse algo assim desprezível ou, pelo menos, algo apenas doméstico.

[Daniel Munduruku]: E, na verdade, os povos indígenas têm uma noção de arte extremamente bem elaborada. Usam essas noções quando confeccionam seus objetos, quando pintam seus corpos, quando cantam as suas histórias, quando contam as suas narrativas.

[Daniel Munduruku]: Então, antes de mais nada, o Brasil teria que reconhecer – e eu falo aqui o Brasil enquanto nação, enquanto Estado brasileiro – teria que reconhecer que os indígenas produzem arte. Só assim essas artes serão cada vez mais valorizadas e, portanto, ao serem valorizadas, elas ganharão um *status* novo diante da sociedade.

[Locutora]: De acordo com a fala de Daniel Munduruku, notamos a estreita relação entre a arte e a cultura produzidas pelos povos indígenas. Para que essa associação seja preservada, a demarcação de territórios indígenas é entendida por estes povos como um passo fundamental.

[Locutora]: Por hoje, ficamos por aqui. Até a próxima!

[Locutor]: Produção: Spectrum e Desenredo

Unidade 2

Capítulo 6: Desafios atuais e perspectivas para o trabalho

***Podcast*: O trabalho análogo à escravidão (página 95)**

[Locutor]: O trabalho análogo à escravidão

[Locutor]: Neste *podcast*, o jornalista Leonardo Sakamoto aborda alguns pontos relacionados ao trabalho análogo à escravidão no Brasil atualmente. Que fatores caracterizam esse tipo de trabalho e quais pessoas estão mais sujeitas a enfrentá-lo? A seguir, vamos acompanhar o que o nosso convidado diz sobre essas questões.

[Leonardo Sakamoto]: O principal valor que é negado no trabalho escravo contemporâneo não é a liberdade, é a dignidade. Essa dignidade que todos nós temos, esse pacote de direitos que todos nós temos, simplesmente por termos nascido humanos, é negado a essa pessoa esse pacote mínimo, transformando ela nesse instrumento descartável de trabalho.

[Leonardo Sakamoto]: De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, que define o que é trabalho escravo contemporâneo, que é o que eles chamam, no artigo, de condições análogas a de escravo, o governo não admite propriedade ilegal de uma pessoa por outra, então o que tem por aí são condições semelhantes àquela escravidão.

[Leonardo Sakamoto]: A lei diz que quatro situações configuram trabalho análogo ao de escravo, que é, um, o trabalho forçado, você ter que trabalhar em algo para o qual você não se prontificou

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ou para o qual você foi enganado, aí você tem retenção de documento, você tem cerceamento de liberdade, você tem fraudes, retenção de salário, ameaças psicológicas, ameaças de morte e por aí vai. Em segundo, você tem a servidão por dívida, né? Que é você contrair um débito de forma ilegal com o empregador na compra de equipamentos de proteção, de segurança, equipamentos de trabalho, em que a comida e o alojamento são cobrados, cobrados acima do valor, e você fica preso a uma dívida, e toda vez que vai receber o seu salário, o seu salário é menor do que a dívida e tem que continuar trabalhando.

[Leonardo Sakamoto]: Esses dois primeiros elementos dizem respeito à liberdade do trabalhador, só que os dois elementos seguintes dizem respeito à dignidade do trabalhador, que são condições degradantes de trabalho, que não é condição precária, condição ruim, condição miserável, não é. São condições que colocam em risco a saúde e a segurança do trabalhador e também colocam ele abaixo da linha de dignidade, você tomar a mesma água que o gado, você comer comida podre, você ter que caçar comida, dormir no meio da floresta, não ter banheiro e por aí vai. E, por final, a jornada exaustiva, que também não é não pagamento de hora extra, não é que você está trabalhando muito e ficando cansado simplesmente, não é que você trabalhou muitas horas e virou a noite trabalhando, não. É uma condição em que o trabalhador, que a pessoa trabalha tanto, e de forma tão intensa, que também a saúde, a segurança e a vida dela são colocados em risco. Um exemplo: tivemos mais de duas dezenas de trabalhadores que morreram de tanto cortar cana no interior de São Paulo nos últimos anos. Esses quatro elementos, juntos ou separadamente, configuram trabalho escravo no Brasil, um crime que prevê de dois a oito anos de cadeia.

[Leonardo Sakamoto]: É muito comum resgate de trabalhadores em fazendas de gado da Amazônia brasileira, como no Pará, no Mato Grosso, no Tocantins, no Maranhão, em Rondônia. Esses trabalhadores acabam atuando em uma atividade de extremo risco ou sobre uma condição degradante, sobre endividamento, sem poder sair, e em alguns casos tivemos até de assassinato de trabalhadores ao tentar fugir. E, por fim, uma situação que é bem, tem sido bem comum, nós temos trabalho escravo também na construção civil. Os principais trabalhadores resgatados são brasileiros, mas temos encontrado bolivianos, peruanos, paraguaios, haitianos, chineses, flagrados em condição de trabalho escravo semelhantes em oficinas de costura fornecendo para grandes marcas de roupa que nos vestem. Agora, o grosso é brasileiro e o grosso desses trabalhadores é de homens, apesar de também ter mulheres, e a maioria é de homens adultos.

[Leonardo Sakamoto]: Os grupos mais vulneráveis no Brasil hoje são, de certa forma, os herdeiros daquela escravidão de 130 anos atrás, são trabalhadores que são pobres, que são negros, que são de regiões humildes, que contam com baixa alfabetização. Por quê? Porque eles tiveram que trabalhar ao invés de ir para a escola, o que mostra uma coisa interessante, tem uma quantidade muito grande de pessoas analfabetas ou com poucos anos de estudo que são resgatados do trabalho escravo, e aquela pessoa que trabalhou quando criança e não teve as mesmas condições para desenvolver suas aptidões e conseguir conhecimento do que outras pessoas acabam se tornando extremamente vulneráveis tendo que aceitar qualquer serviço, entre eles serviços que podem levar à sua escravização.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

[Locutor]: Refletir sobre os elementos que configuram o trabalho análogo à escravidão é um passo importante para promover mudanças efetivas sobre esse problema. A construção de uma sociedade mais justa do ponto de vista social e econômico passa pela garantia de condições dignas de trabalho.

[Locutor]: Bem, hoje ficamos por aqui. Até a próxima!

[Locutor]: Produção: Spectrum e Desenredo

Unidade 4

Capítulo 12: Caminhos para a sustentabilidade

***Podcast*: Consumo e moda (página 187)**

[Locutor]: Consumo e moda

[♪ *trilha musical* ♪]

[Locutora]: Olá, ouvintes! Eu sou a Renata.

[Locutor]: E eu sou o Arthur!

[Locutora]: No nosso *podcast* de hoje, nós vamos falar sobre consumo e moda.

[Locutor]: Esse assunto é muito importante. Afinal, usar roupas é uma necessidade na nossa sociedade.

[Locutora]: O problema, caros ouvintes, é quando o uso ultrapassa a necessidade e exageramos no consumo.

[Locutor]: Isso é o que chamamos de consumismo. No caso das roupas, deixamos de comprar de forma racional e acabamos enchendo o guarda-roupa com um monte de coisas de que não precisamos. Mas por que nós agimos assim?

[Locutora]: A indústria tem uma estratégia que incentiva as pessoas a comprarem mais do que precisam. Alguns se tornam consumidores acelerados e compulsivos. Dessa forma, os produtores vendem mais e assim têm mais lucro.

[Locutor]: E vemos celebridades e outros influenciadores usando roupas da última coleção de marcas famosas.

[Locutora]: Como vivemos na era da informação, recebemos um fluxo grande de notícias e propagandas por diferentes meios. E isso nos influencia a buscar padrões de beleza e comportamento muitas vezes artificiais e inatingíveis. Assim, compramos para tentar ficar mais perto desses padrões. Ou nos parecermos mais com as celebridades e influenciadores que admiramos.

[Locutor]: E isso não vale só para o setor de vestuário, mas também para comida, objetos de decoração, cosméticos e muitas outras coisas! No caso da moda, há até um nome para essa realidade que vivemos nos últimos anos: *fast fashion*.

[Locutora]: Arthur, explica para a gente: o que é *fast fashion*?

[Locutor]: É um termo em inglês que pode ser traduzido como moda rápida. As marcas aceleram o lançamento de novas coleções de roupas. E investem pesado em propaganda. Assim, as pessoas passam a se sentir fora de moda com mais facilidade, o que acaba por incentivar o consumo de novas peças em espaços de tempo mais curtos.

[Locutora]: Esse ciclo de produção acaba causando impactos ambientais e sociais muito negativos. Produzir em grande quantidade significa produzir em menos tempo, com qualidade inferior e custos mais baixos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

[Locutor]: Você falou algo importante, Renata. O custo. A mão de obra empregada na indústria da *fast fashion* é, em geral, muito mal paga, com péssimas condições de trabalho. Grandes marcas colocam suas fábricas em países mais pobres, às vezes bem distantes do consumidor final de seus produtos. Nesses locais, a população é mais vulnerável economicamente, e as taxas de desemprego são muito altas. Assim, é possível pagar salários mais baixos e dar condições de trabalho ruins, pois há muitas pessoas que aceitarão essas condições.

[Locutora]: Uma triste realidade que envolve a indústria da moda. E o que dizer dos impactos ambientais? São muitos. Veja só, quando o consumo em uma sociedade é muito acelerado, a tendência é que as pessoas descartem as coisas com mais rapidez. Até porque, nessa indústria, as roupas não são feitas para durar. Mesmo que você aceite estar fora de moda, a roupa se desgasta mais rápido que cinquenta anos atrás. Isso vai gerando muito, muito lixo que não tem destino certo.

[Locutor]: É um problema das sociedades contemporâneas: nós dizemos que jogamos as coisas fora, mas não existe "fora" do planeta, tudo está conectado. Mesmo quando não enxergamos.

[Locutora]: Existem cada vez mais aterros, lixões e áreas lotadas de resíduos, desde eletrônicos e pneus, até os tecidos provenientes em grande parte dessa indústria da moda. Esses bolsões de descarte provocam profundos desequilíbrios nos ecossistemas mundo afora.

[Locutor]: Sem contar que todo ano toneladas de tecidos descartados encontram destino também em países empobrecidos, que têm políticas socioambientais mais frouxas.

[Locutora]: Uma das fibras mais utilizadas na produção das roupas *fast fashion* é o poliéster, um tipo de plástico. De acordo com alguns pesquisadores, quando essas roupas são lavadas liberam microplásticos, que acabam indo parar nas águas.

[Locutor]: Há também a questão das fibras de algodão. Embora sejam naturais e não tenham o mesmo problema de poluição que o poliéster, seu cultivo em larga escala para abastecer essa indústria também é problemático. São necessários muitos químicos, o que polui solos, gera problemas de saúde para trabalhadores do campo e necessita do uso de uma quantidade excessiva de água!

[Locutora]: E para reciclar roupas, não é tão simples. Peças que têm uma composição de vários tipos de fibra acabam sendo mais complexas para o reaproveitamento.

[Locutor]: É importante percebermos que produzir mais roupas significa que mais roupas também são descartadas. É uma relação matemática, mas que pode ser alterada pelo comportamento humano. É importante valorizarmos roupas produzidas de formas mais sustentáveis e que tenham mais qualidade, que durem mais tempo.

[Locutora]: E quando vamos às compras, nos perguntarmos se precisamos realmente daquelas peças de roupa.

[Locutor]: Acho que essa é uma das chaves dessa questão: uma autoavaliação sobre nossos padrões de consumo. Isso deixará nosso consumo mais consciente!

[Locutora]: E chegamos ao final de mais um *podcast*. Obrigada por terem nos acompanhado até aqui!

[♪ *fim da trilha musical* ♪]

[Locutor]: O áudio inserido neste conteúdo é da Freesound.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo (coord.). **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil**: Ilhéus do Rio Paraná. Guairá-PR: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009. (Coleção Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil).

Esse documento apresenta as características gerais e as principais demandas sociais e políticas das comunidades de ilhéus do Rio Paraná.

ALMEIDA, Marisangela Lins de. **Pode o quintal ser resistência?:** o trabalho e os saberes das mulheres nos quintais de faxinais do Centro-sul do Paraná. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

A autora analisa o modo de vida das comunidades de faxinais do Centro-sul do Paraná por meio de uma investigação sobre o papel das mulheres agricultoras dessa região.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

Nessa obra, o filósofo e professor Silvio de Almeida discute o problema do racismo como condição estrutural da sociedade brasileira.

ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega Universidade, 1998.

Nessa obra clássica do filósofo grego, encontra-se parte do pensamento do filósofo a respeito da escravidão, largamente praticada em Atenas.

ARRUDA, José Jobson de. **Atlas histórico básico**. São Paulo: Ática, 1998.

O atlas é destinado ao público escolar e apresenta mapas históricos relacionados à história mundial e do Brasil.

AZEVEDO, Marcelo Teixeira de. **Transformação digital na indústria**: indústria 4.0 e a rede de água inteligente no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Sistemas Eletrônicos) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A tese aborda as atuais transformações da produção industrial centradas nas chamadas tecnologias habilitadoras, capazes de serem integradas a outras tecnologias e aplicadas em múltiplas áreas.

BARCELLA, Laura; LOPES, Fernanda. **Lute como uma garota**: 60 feministas que mudaram o mundo. São Paulo: Cultrix, 2018.

O livro apresenta perfis de 60 mulheres que alteraram a forma de pensar e de compreender o universo feminino. Muitas brasileiras estão entre elas, como a bióloga Bertha Lutz e as filósofas Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro.

BATALHA, Claudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

História dos principais movimentos de trabalhadores ocorridos nos primeiros anos do período republicano, com destaque para a diversidade do cenário regional do país.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Nesse estudo, o filósofo problematiza o conceito de globalização, buscando suas raízes e consequências, e demonstra que seus efeitos não são uniformes para as diferentes sociedades.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação de Assistência ao Estudante. **Atlas histórico escolar**. 8. ed. Brasília, DF: MEC; Rio de Janeiro: FAE, 1991.

Atlas com mapas e informações textuais relativos aos processos históricos mais importantes para compreender a história do mundo e do Brasil.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. **Balanço energético nacional 2023**: ano base 2022. Rio de Janeiro: EPE, 2023.

Relatório anual com dados sobre o consumo e a produção de energia no Brasil. Detalha os recursos energéticos nacionais e a variedade da oferta por fonte e do consumo por setor.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). **Populações tradicionais.** Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/populacoes-tradicionais. Acesso em: 28 fev. 2024.

O texto destaca a relação entre comunidades tradicionais extrativistas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, onde o uso dos recursos naturais é autorizado.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). **Terras Indígenas**. Brasília, DF: Funai, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas. Acesso em: 24 fev. 2024.

Material composto de textos, mapas, gráficos e tabelas com informações sobre o processo de demarcação de territórios indígenas no Brasil.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

A obra investiga o processo histórico de desenvolvimento da mídia, abordando desde a criação da prensa móvel, passando pelo surgimento do telégrafo, rádio, cinema e televisão, até as noções de *convergência* e os impactos sociais da era multimídia.

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83. jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/105060. Acesso em: 27 fev. 2024.

O artigo trata do povoamento da América do Sul, aborda os deslocamentos e os aspectos culturais dos grupos que povoaram o atual território brasileiro e a relação deles com o ambiente que encontraram.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

O autor trata da expansão das tecnologias de comunicação, em especial da internet, tecendo uma análise das transformações que ela provoca nas sociedades.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Araweté**: o povo do Ipixuna. São Paulo: Cedi, 1992.

Nesse livro, o antropólogo narra o modo de vida dos Araweté, população indígena Tupi-guarani que vive em um afluente do Rio Xingu, na Amazônia brasileira.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

Obra que ressalta, entre outros temas, a relevância da noção de espacialidade na construção da cidadania e dos conhecimentos geográficos pelos estudantes.

CAVALLI, Alessandro. Estratificação social. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998. v. I.

No verbete, o autor define o conceito de estratificação social, mencionando a importância da divisão social do trabalho, da desigualdade social e as possibilidades de mobilidade social.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

CHAGAS, Mayara da Fontoura das. Colonos e/ou posseiros: o uso das diferenças na construção de identidades. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, Suplemento especial, p. 873-891. maio 2014. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/19076/12135. Acesso em: 28 fev. 2024.

O artigo analisa as identidades de colonos e posseiros, por meio da narrativa contada por sujeitos que participaram da Revolta de Três Barras do Paraná, em 1964.

COLÂNGELO, Antônio Carlos. Geografia física, pesquisa e ciência geográfica. **Geousp**. Espaço e tempo, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 9-16. 2004.

Nesse artigo acadêmico, são descritos os componentes do meio físico terrestre, sua interação e relevância nos estudos de geografia.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. (Série Princípios).

A obra explora o conceito de região e os processos envolvidos na organização do espaço como elementos essenciais da análise geográfica.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

Alguns dos principais acontecimentos que levaram a mudanças na estrutura da política, economia e sociedade brasileiras são abordados pela autora em paralelo aos debates historiográficos sobre os temas.

COZMAN, Fabio G.; PLONSKI, Guilherme Ary; NERI, Hugo (org.). **Inteligência Artificial**: avanços e tendências. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2021.

A obra apresenta um histórico do desenvolvimento da noção de Inteligência Artificial e inclui reflexões sobre as implicações e os usos da IA em diferentes áreas do conhecimento.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

As ações humanas na Mata Atlântica são o foco da obra que aborda, principalmente, a degradação sofrida pelo bioma desde a chegada dos primeiros grupos humanos na região, há cerca de 12 mil anos.

DOBROWOLSKI, Silvio. Grupos sociais e poder. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 22, n. 88, p. 95–104. out./dez. 1985.

Nessa obra, o autor discute a ideia e as tipologias dos grupos sociais para compreender a natureza do poder, considerando suas dinâmicas e formas de controle e difusão na sociedade.

DUBY, Georges. **Atlas histórico mundial**. Barcelona: Larousse, 2010.

O atlas reúne mapas históricos e cronologias que abarcam um período que se estende da história anterior à escrita ao início dos anos 2000, incluindo mapas da Ásia, África, América, Europa e Oceania em diferentes momentos históricos.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2018.

Nessa obra, o autor apresenta um panorama da história do Brasil com base em questões locais e nacionais, e na influência das dinâmicas internacionais no país entre os séculos XVI e XX.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. **A economia colonial brasileira** (séculos XVI-XIX). 4. ed. São Paulo: Atual, 2005. (Coleção Discutindo a história do Brasil).

Os autores apresentam um mapeamento da economia colonial entre os séculos XVI e XIX, tendo em vista os mecanismos da economia interna e o papel dos pequenos e médios proprietários nessa sociedade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Referência no tema, a obra apresenta um panorama da sociedade, da política, da religião e da cultura na Idade Média.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

A autora trata das diferentes fases do feminismo, desde os séculos XVII e XVIII até a contemporaneidade, e destaca as contribuições de homens e mulheres que desafiaram as estruturas machistas das sociedades em que viviam.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda brasileira).

Livro que aborda a formação histórica dos quilombos como territórios de resistência e de reconstrução social das pessoas que fugiam da escravidão.

KAMIYAMA, Araci. **Agricultura sustentável**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2012. (Cadernos de Educação Ambiental, 13).

Caderno que apresenta a origem do conceito de sustentabilidade e caracteriza as práticas agrícolas que visam à sustentabilidade.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Obra que debate o papel da regionalização para pensar as relações territoriais no mundo atual marcado pela globalização.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

O livro aborda a trajetória da autora durante uma viagem a Gana em que identificou as rotas do tráfico de escravizados da costa até o interior da África. A autora faz reflexões profundas sobre a desumanização promovida pela escravidão.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**.1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

A obra aborda os processos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa e explora os desdobramentos do capitalismo na Europa, da primeira metade do século XIX até o início das Revoluções de 1848.

HOBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

O autor analisa os fatores que possibilitaram à Grã-Bretanha o pioneirismo industrial e seu papel internacional até a Primeira Guerra Mundial.

HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Nesse livro, o autor aborda a história do movimento operário no Reino Unido do fim do século XVIII até o início do século XX.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

O atlas tem o objetivo de divulgar dados, fotografias e recursos cartográficos a respeito da organização social e econômica do espaço rural brasileiro.

IBGE. **Censo 2022**. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/. Acesso em: 28 fev. 2024.

O *site* oferece os dados do Censo de 2022 por meio de comunicados, notícias, gráficos, mapas e outros recursos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Essa publicação apresenta diversas informações a respeito das condições de vida da população brasileira, considerando as desigualdades sociais e a estrutura econômica e de mercado de trabalho do país.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Mirim**. Povos Indígenas Brasil. Disponível em: https://mirim.org/pt-br. Acesso em: 28 fev. 2024.

A página do ISA disponibiliza uma série de informações e dados coletados sobre os povos indígenas do Brasil, incluindo as características do modo de vida de muitas comunidades.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al*. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

Artigo que trata das diferenças entre homens e mulheres como construções sociais, e não como um dado da natureza, e enfoca as desigualdades de gênero nas relações de trabalho.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

Trabalho que explora as relações estabelecidas entre as lutas de escravizados e de trabalhadores livres no Rio de Janeiro do século XIX.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2010.

A obra apresenta um panorama da história da agricultura desde a história antes da escrita até a formação de diferentes sistemas agrários e a agricultura no século XXI.

MONCAU, Gabriela. Sistema sexo-gênero. *In*: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: https://ea.fflch.usp.br/conceito/sistema-sexo-genero-gayle-rubin. Acesso em: 28 fev. 2022.

Nesse verbete, a autora comenta a obra da antropóloga estadunidense Gayle Rubin, que partiu da ideia de que a sexualidade biológica é ressignificada pela cultura das sociedades.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

A obra clássica do historiador estadunidense investiga a formação das cidades, desde as aldeias neolíticas e as cidades da Antiguidade até a criação das populosas urbes do século XIX.

NIANE, Djibril Tamsir (ed.). **História geral da África**: África do século XII ao XVI. Brasília, DF: Unesco, 2010. v. 4.

O volume se dedica ao estudo do final do período medieval na África. Os capítulos favorecem a compreensão da escravidão praticada no continente e do contexto em que teve início a exploração escravista europeia sobre a África.

NUNES, Fernando Roberto Alves. **Planejar, organizar, dirigir, controlar e... digitalizar**: o impacto das tecnologias da Quarta Revolução Industrial no campo do trabalho de profissionais da administração. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2022.

Dissertação que explora os impactos das tecnologias próprias da Quarta Revolução Industrial nas condições de trabalho e emprego atuais, com ênfase na situação dos trabalhadores da área de administração.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação para o desenvolvimento sustentável na escola**: ODS 2, fome zero e agricultura sustentável. Brasília, DF: Unesco, 2020.

Publicação que reúne informações, dados e sugestões pedagógicas para abordagem do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 que compõe a Agenda 2030 proposta pela ONU.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Guia para estabelecer uma organização do tempo de trabalho equilibrada**. Genebra: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_771888.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

Essa publicação discute a noção de trabalho digno e oferece ferramentas para que empresas de diversas dimensões sejam capazes de promover oportunidades com condições de liberdade, equidade, segurança.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

A obra, elaborada em forma de diálogo, apresenta definições do conceito de escravidão em diferentes momentos históricos, aborda o surgimento da escravidão na Antiguidade, o *status* da escravidão no período medieval e as lutas abolicionistas do século XIX.

PINSKY, Jaime. **100 textos de História Antiga**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

A obra é uma coletânea de trechos de documentos históricos produzidos durante a Antiguidade sobre política, dinâmicas sociais, guerra e religião.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

A obra se dedica a apresentar aspectos gerais das primeiras civilizações, discutindo a formação de grupos de caçadores e coletores, o desenvolvimento da agricultura e a criação das cidades e dos primeiros Estados.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

O livro apresenta uma análise crítica do avanço do desemprego com base no contexto da modernização tecnológica da segunda metade do século XX, tanto no Brasil quanto no mundo.

RODRIGUES, Rosicler Martins. **O homem na Pré-história**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

A obra paradidática traz informações sobre arqueologia e aspectos da Pré-história: surgimento do ser humano, fabricação de instrumentos, domínio do fogo, domesticação de plantas e animais, e formação das primeiras cidades.

ROUBAUD, François *et al*. Conceitos, definições e mensuração do trabalho informal no Brasil. **Textos para discussão**, 31. 2020. Rio de Janeiro: Instituto de Economia UFRJ, 2020. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_031_2020_ROUBAUD_et%20al.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

O texto trata da questão do trabalho informal no Brasil e oferece alternativas para mensurá-lo.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp. 2006. (Coleção Milton Santos, 1).

Obra que explora a complementaridade dos conceitos de espaço geográfico e paisagem, entre outros conceitos fundamentais para a geografia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

Livro que problematiza as singularidades do desenvolvimento urbano no Brasil, tratando dos processos sociais, econômicos e territoriais como elementos analíticos fundamentais.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Obra que analisa o processo de globalização, problematizando os efeitos do desenvolvimento do capitalismo sobre as principais questões contemporâneas, como as desigualdades sociais e entre países.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Livro que explora a ideia de como o espaço brasileiro é produzido sob a influência da economia internacionalizada.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

Obra voltada à análise das transformações da Quarta Revolução Industrial que enfatiza a possiblidade de utilizá-las a favor da diminuição da desigualdade social.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Obra que reúne ensaios de diversos pesquisadores brasileiros. Cada verbete apresenta um ensaio sobre um tema específico, como a África durante o comércio escravista, os números do tráfico atlântico e as sociedades africanas centrais.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Obra concebida para recompor a história do Brasil sem se limitar aos acontecimentos tradicionais, contemplando também aspectos relacionados ao cotidiano das pessoas e aos conflitos sociais.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

Os verbetes exploram em detalhes alguns conceitos empregados no estudo de história, como trabalho, escravidão, servidão e tecnologia.

SILVA, Marcelo Cândido da. **História medieval**. São Paulo: Contexto, 2019.

A obra explora a transição entre o mundo romano e os reinos "bárbaros", a dominação senhorial, as relações entre a Igreja e a sociedade, as crises e a "invenção" da Idade Média.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

A autora apresenta a diversidade de povos africanos, a formação de alguns deles ao longo de milhares de anos e suas relações com povos além da África, abordando diversos aspectos da vida dos africanos e seus descendentes no Brasil.

SWINNEM, Colete. **A Pré-história passo a passo**. São Paulo: Claro Enigma, 2010.

Dedicado ao público escolar, o livro ilustrado debate o que é a chamada Pré-história, apresenta as ciências e os métodos envolvidos no estudo desse período (como a arqueologia), e explora diferentes aspectos do cotidiano na Pré-história.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930**: a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Livro que interpreta criticamente o período varguista na perspectiva dos movimentos operários de esquerda.

VAINFAS, Ronaldo. História indígena: 500 anos de despovoamento. *In*: IBGE. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2007.

Texto que discute a situação dos povos indígenas ao longo do processo de formação do território brasileiro.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

MODERNA

ISBN 978-85-16-13912-4